


editora ifg


IMPERIAL
editora


Edifes



REGIÃO
SUDESTE

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

QUASE DOIS SÉCULOS
MUDANDO O BRASIL

1

Organizadores

Adonai Lacruz

Ana Carolina Rigoni Carmo

Olliver Mariano Rosa

TENHO A SATISFAÇÃO DE celebrar a publicação da coleção *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*, em cinco volumes, correspondentes a cada região do país. Trata-se de um conjunto de capítulos sobre a trajetória institucional, organizacional e pedagógica dos 38 Institutos Federais, dos dois Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, com o objetivo de divulgar a história dessas instituições. O acontecimento se reveste de grande relevância para a história da educação profissional e tecnológica no Brasil e para a história da educação em geral. As instituições que compõem a Rede Federal e seus integrantes – dirigentes, professores, técnicos, alunos, pais de alunos – podem se orgulhar desta publicação que comemora uma trajetória centenária de contribuição para a formação científica, tecnológica e profissional de trabalhadores para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. A oportunidade desta publicação é evidente num momento em que a educação profissional e tecnológica, tendo em conta as reconfigurações institucionais ocorridas ao longo da sua história (Escolas de Aprendizizes Artífices, Liceus Profissionais, Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas,



editora ifg



Edifes



REGIÃO
SUDESTE

1

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

QUASE DOIS SÉCULOS
MUDANDO O BRASIL

Organizadores

Adonai Lacruz

Ana Carolina Rigoni Carmo

Olliver Mariano Rosa

ISBN 978-85-67022-85-7

Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Brasil.



Os textos assinados, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente o posicionamento das editoras. As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores

R335	<p>Região Sudeste / Organização: Adonai José Lacruz, Ana Carolina Rigoni Carmo – Goiânia: Ed. IFG; Vitória: Edifes; Rio de Janeiro: Imperial Editora, 2024.</p> <p>480p.: il. color – (Coleção Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil; v. 1 / Organização: Olliver Mariano Rosa).</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>ISBN (Ebook): 978-85-67022-82-6 ISBN (Impresso): 978-85-67022-85-7</p> <p>1. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – História. 2. Educação profissional e tecnológica – Expansão. 3. Institutos Federais. I. Título. II. Coleção. III. Lacruz, Adonai José (org.). IV. Carmo, Ana Carolina Rigoni (org.).</p> <p>CDD 378.013</p>
<p>Catálogo na publicação: Maria Aparecida Rodrigues de Souza – CRB/1-1497</p>	

Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de Goiás

Editora IFG

Avenida C-198, Qd. 500.
Jardim América.
Goiânia/GO | CEP. 74270-040.

(62) 3612-2251
editora@ifg.edu.br

Colégio
Pedro II

Imperial Editora

Campo de São Cristóvão, 177.
Castanheira. São Cristóvão.
Rio de Janeiro/RJ | CEP: 20921-903

(21) 2163-5742
imperialeditora@cp2.g12.br

Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

Edifes

Rua Barão de Mauá, 30.
Jucutuquara
Vitória/ES | CEP 29040-860.

(27) 3198-0934
editora@ifes.edu.br

Apresentação da coleção	5
Prefácio	19
O símbolo da história da educação profissional e tecnológica da Região Sudeste MARIA CIAVATTA	
Apresentação do volume	27
1. Colégio Pedro II	31
um passado <i>presente</i> ELISABETH MONTEIRO DA SILVA DOUGLAS FELIPE DE ANDRADE BEATRIZ BOCLIN MARQUES DOS SANTOS VERA LUCIA CABANA DE QUEIROZ ANDRADE VERA MARIA FERREIRA RODRIGUES	
2. Instituto Federal Fluminense	77
o pioneirismo na formação de uma “sociedade de trabalhadores” RODRIGO ROSSELINI J. RODRIGUES DAYANE DA SILVA S. ALTOÉ FÁBIO GUSTAVO V. SIQUEIRA	
3. Instituto Federal de São Paulo	115
115 anos de história ADALTON M. OZAKI CARLOS E. P. PROCÓPIO CÍNTIA M. BRAZOROTTO RAFAEL A. SCARAZATTI SILMÁRIO B. DOS SANTOS	
4. Construindo Futuros	147
a jornada do Instituto Federal do Espírito Santo JADIR JOSÉ PELA MARIELLA BERGER ANDRADE DANIELLI VEIGA CARNEIRO SONDERMANN ADRIANA PIONTTKOVSKY BARCELLOS ANDRÉ ROMERO DA SILVA LEZI JOSÉ FERREIRA LODOVICO ORTLIEB FARIA	
5. Uma instituição em movimento	179
Cefet/MG, mais de um século de história JAMES WILLIAM GOODWIN JUNIOR CARLA SIMONE CHAMON DANIEL HENRIQUE DINIZ BARBOSA ISIS PIMENTEL DE CASTRO MARIA ADÉLIA DA COSTA	

6. As origens do Instituto Federal do Rio de Janeiro	207
uma instituição em transformação	
RAFAEL BARRETO ALMADA MARCUS VINÍCIUS PEREIRA ALESSANDRA CIAMBARELLA PAULON IGOR DA SILVA VALPASSOS	
7. Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	233
um caminho rumo ao horizonte	
ALCIMARA AUXILIADORA ANDRADE DE PAULA BIANCA ALVIN DE ANDRADE SILVEIRA JULIANA RODRIGUES DE ALMEIDA	
8. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	257
tradição e inovação em uma instituição centenária	
TEREZA FACHADA L. CARDOSO SAMUEL RODRIGUES DE OLIVEIRA	
9. Instituto Federal do Sul de Minas	293
sua história	
PAULO ROBERTO CECCON	
10. Das Escolas Técnicas ao Instituto Federal de Minas Gerais	319
percursos da educação profissional em Minas Gerais (1944-2024)	
RODOLPHO GAUTHIER CARDOSO DOS SANTOS DENIS PEREIRA TAVARES DOUGLAS BIAGIO PUGLIA GILZILENE DE JESUS CAETANO PABLO MENEZES E OLIVEIRA	
11. Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	353
das origens rurais em Salinas e Januária à consolidação multifacetada, transformadora e profissionalizada na metade norte do estado	
BRAULIO QUIRINO SIFFERT GUSTAVO HENRIQUE SILVA DE SOUZA KARINE ANDRADE FONSECA	
12. Gênese e memórias do Instituto Federal do Triângulo Mineiro	383
CAIO RESENDE DANILO SILVA DE ALMEIDA EDNALDO GONÇALVES COUTINHO GEANDRE DE CARVALHO OLIVEIRA MARIÂNGELA CASTEJON MARVILE PALIS COSTA OLIVEIRA	
Catálogo cartográfico	417
Catálogo fotográfico	431

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

“O QUE VALE NA VIDA NÃO É O PONTO DE PARTIDA E SIM A CAMINHADA.
CAMINHANDO E SEMEANDO, NO FIM TERÁS O QUE COLHER”

Cora Coralina

Nessa epígrafe estão os versos finais do poema “Meu melhor livro de leitura”, da poeta goiana Cora Coralina.¹ A travessia pelas páginas de um livro como uma experiência de transformação é o que esperamos oferecer aos leitores e às leitoras com a coleção *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*. Contudo, não nos cabe limitar essa experiência a um otimismo esperançoso de sonhos de um futuro verde, sobretudo quando se percebe que a vegetação do agora perde vitalidade sob pilhas e pilhas de folhas de papel, o que pode tornar inócua a leitura do mundo, resultando em um cenário como o desenhado por Bernardo Élis, outro autor goiano (e ex-professor da Escola Técnica de Goiânia), em seu “Poema burocrático do Dia da Árvore”: “E na terra cansada de ser inculta/ plantaram árvores cansadas de ser inúteis.”² Para que esse cansaço não assuma lugar de regra, a reflexão crítica sobre o passado deve ser uma constante de modo que o plantio do presente reveja o caminho da lavra e lance com mais zelo as sementes ao solo.

Sob a inspiração da poesia, entregamos ao público leitor estes cinco volumes sobre a história das instituições que compõem uma rede tecida por milhares de histórias pessoais e profissionais de servidores/as técnicos/as e docentes, bem como de estudantes de, pelo menos, uma dezena de gerações. Certamente, houve tempo para que a sementeira se erguesse

1 CORALINA, C. Meu melhor livro de leitura. In: CORALINA, Cora. *Vintém de cobre: minhas confissões de Aninha*. 3.ed. Goiânia: Ed. UFG, 1985. p.54-55.

2 ÉLIS, B. Poema burocrático do Dia da Árvore. In: ÉLIS, B. *Primeira chuva*. Goiânia: Ed. IFG, 2021. p.85.

em tronco de árvores plantadas de norte a sul de nosso país. Essa referência vegetal se apresenta nas capas de cada volume: no primeiro, da Região Sudeste, aparece o jequitibá-rosa, a maior árvore brasileira nativa; no segundo, da Região Centro-Oeste, o ipê-amarelo, cuja floração se apruma durante os períodos de maior seca; no terceiro, da Região Nordeste, o juazeiro, a lembrar sua presença marcante na cultura popular nordestina; no quarto, da Região Sul, a araucária e sua sobrevivência ante as ameaças de extinção; no quinto, da Região Norte, a samaumeira, a “árvore da vida”, sagrada para muitos povos indígenas. O porte, a resistência às adversidades, a inserção sociocultural, a resiliência e a vinculação com o mundo vivencial de várias populações poderiam ser algumas das características atribuídas à Rede por meio dessa metáfora arbórea. Para a numeração dos volumes, a princípio, seria seguida a ordem alfabética das regiões, mas, como o título coloca em destaque a longevidade da Rede em quase dois séculos de atividade, ou seja, de 1837 a 2024, ressaltou-se o valor dessa cronologia, dispondo o Sudeste no início, com a abertura do Colégio Pedro II, e, ao final, o Norte, onde estão localizadas muitas das instituições mais jovens. Essa ordenação também se orienta pela graduação de cores das capas, que, como concebidas pelo programador visual Pedro Carvalho, se harmoniza à luz dos matizes do arco-íris.

A motivação inicial para a proposição deste ambicioso projeto editorial ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) foi a comemoração dos 115 anos das instituições que têm 1909 como ano de sua criação – marco que se estende às demais, por ser considerado referência do primeiro esforço do governo federal de estabelecer uma rede nacional para ofertar educação pública. A partir dessa motivação, constituíram-se objetivos da coleção tanto divulgar uma história centenária influente nos rumos do desenvolvimento socioeconômico do Brasil quanto apresentar as peculiaridades da atuação das instituições em seu contexto local e regional e, assim, contribuir para a construção das identidades institucionais por meio de pesquisas, documentos, registros fotográficos, de modo a consolidar uma fonte bibliográfica em que se reflete a multiplicidade da trajetória da Rede Federal. A proposta de publicação foi aprovada em plenário na 130ª Reunião Ordinária do Conif em janeiro de 2024, quando começaram os trabalhos para a composição da obra.

Por veredas repletas de idas e vindas, esta coleção se materializou graças a um efetivo trabalho em rede, uma vez que uma publicação com abrangência nacional não poderia se concretizar em tão pouco tempo se não pelo esforço coletivo. De uma parte, oito editoras assumem a organização: a Editora do Instituto Federal de Goiás se reúne em parceria de coedição com as editoras do Colégio Pedro II e do Instituto Federal do Espírito Santo para a organização do volume sobre as 12 instituições do Sudeste; do Instituto Federal Goiano, para o livro sobre as 5 instituições do Centro-Oeste; do Instituto Federal do Maranhão e do Instituto Federal da Paraíba, para o trabalho com as 9 instituições do Nordeste; do Instituto Federal Sul-rio-grandense, para as 6 instituições do Sul, e do Instituto Federal do Pará, com as 7 instituições do Norte. De outra parte, mais de 140 autores e autoras, servidores/as docentes e técnicos/as, ativos/as e aposentados/as, se incumbem da tarefa desafiadora de apresentar em pouco mais de duas dezenas de páginas a trajetória histórica das instituições onde trabalham ou trabalharam.

A preocupação com a narrativa histórica dessa trajetória foi denotada em 2009 durante as comemorações do centenário da Rede, que contaram com vários eventos, como o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (de 23 a 27 de novembro de 2009), a Mostra Fotográfica Itinerante (entre 2009 e 2010), os Jogos Estudantis da Rede Federal (2010), o Festival de Arte e Cultura da Rede Federal (2010) e a publicação em 2012, pela editora do Instituto Federal de Brasília, do volume *Um passado vestido de futuro: fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional, e Tecnológica*. Houve também celebrações em 2019, quando se completaram os 110 anos. Nas duas ocasiões, foram criados selos comemorativos que marcaram a importância desses aniversários como ocasião para mostrar à sociedade a presença longa dessas instituições na história de nosso país, o que se repetiu com os festejos dos 115 anos. Um dos legados de tais comemorações é o portal eletrônico com uma apresentação gráfica de pontos principais do passado e do presente da Rede, mantido pelo Conif.

A essas iniciativas se reúnem pesquisas e publicações acerca tanto dos percursos individuais de cada instituição quanto das configurações da educação profissional e tecnológica (EPT) ao longo do último século e das duas primeiras décadas do século XXI. Pode-se exemplificar tal esforço

com obras como: a coleção *Instituto Federal de Goiás: história, reconfigurações e perspectivas* e os livros: *Cem anos de educação profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia: 1909-2009*; *Das artes e ofícios à educação tecnológica: 90 anos de história*, sobre a instituição em Pelotas/RS; *Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina*; *A trajetória de 100 anos dos eternos titãs: da escola de aprendizes artífices ao Instituto Federal [do Espírito Santo]*; IFRN: *10 anos de criação em mais de um século de história*. Nesse rol se incluem também vários artigos e livros sobre aspectos políticos, educacionais e sociais da EPT no Brasil, como é o caso de referências importantes elaboradas por prefaciadores/as da coleção – cuja palavra introdutória refloresce as narrativas históricas encenadas no curso de cada um dos volumes: *Saberes e experiências em Educação Profissional e de Jovens e Adultos: a construção do conhecimento no Proeja Amazonas* (2010), com organização de Ana Cláudia Souza e Euzeni Trajano; *Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional* (2013), de Dante Moura; *História e política da educação profissional* (2014), de Marise Ramos; *O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da Educação Profissional* (2015), de Maria Ciavatta; *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica* (2023), de Eliezer Pacheco, e *Perspectivas da educação profissional e tecnológica na Amazônia* (2023), coletânea organizada por José Pinheiro e José Cavalcante.

Nesse mapeamento das publicações sobre a construção progressiva da Rede Federal ao longo de sua existência, é possível ainda encontrar, pela busca na internet, vários históricos institucionais. Todavia, além de estarem dispersos nos portais oficiais, por vezes, sua localização não é facilmente acessível ao público em geral – quando, por exemplo, aparecem apenas na página dos câmpus³ mais antigos – e, com frequência, os dados apresentados neles se resumem a pontuar as mudanças mais marcantes ou a mencionar a legislação principal da constituição histórica da Rede. Essa constatação revelava a ausência de uma fonte bibliográfica que amehasse a história particular de todas as instituições da Rede

³ A Editora IFG adota a forma portuguesa câmpus (singular e plural), em conformidade com diretriz interna do IFG, que desde 2015 optou por essa grafia porque, além de ser reconhecida em obras de referência, coaduna a adoção da linguagem simples e alinha-se ao uso consolidado em veículos de imprensa e outras instituições de ensino.

Federal, indo além da visão panorâmica que transita entre os marcos das Escolas de Aprendizes Artífices, dos Liceus Profissionais, das Escolas Industriais e Técnicas, das Escolas Agrotécnicas, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e, por fim, dos Institutos Federais, incluindo nesse arranjo o Colégio Pedro II. Uma iniciativa nesse sentido se mostrava necessária para demonstrar quanto são urgentes o estudo, a catalogação documental, a conservação e a comunicação da memória dessas instituições, medidas cuja importância está patente em ações mais bem estabelecidas que têm esse escopo, como se pode observar no Memorial do Instituto Federal do Ceará, no Centro de Memória do Instituto Federal de Minas Gerais e no Núcleo de Memória do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – exemplos a serem replicados a fim de que a sociedade tenha mais uma porta de entrada no universo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que, estabelecida com essa nomenclatura há pouco mais de 15 anos, tem uma temporalidade ampliada a ser estudada e relatada para quem pode (e precisa) desbravá-la.

Em dezembro de 2008, a Lei n. 11.892 instituiu a Rede Federal, por meio da reunião das 41 instituições cuja história é apresentada nesta coleção: os 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs); o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG); o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) e o Colégio Pedro II. A elas se somam a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. No artigo 5º dessa lei, apresenta-se a origem dos IFs, que se constituem a partir de dois processos: (1) da transformação de uma única instituição ou (2) da integração de duas ou mais instituições. Tais processos envolveram 31 Centros Federais de Educação Tecnológica, 75 Unidades de Ensino Descentralizadas, 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 Escolas vinculadas a Universidades. Nesse quadro, além do Colégio Pedro II, que está em atividade desde 1837, há outras instituições cuja história remonta ao século XIX, como o Instituto Federal do Paraná, que se origina da Escola Alemã, criada em Curitiba/PR em 1869,⁴ e o Instituto Federal Baiano,

⁴ IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Linha do tempo*. Curitiba: IFPR, 2023. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/historia/linha-do-tempo/> Acesso em: 15 jul. 2024.

que mantém em sua constituição a área da Fazenda Modelo de Criação, vendida ao governo da Bahia em 1897 e federalizada em 1918.⁵ Na outra ponta do tempo, há o caso, por exemplo, do Instituto Federal do Acre, que teve sua criação como Escola Técnica Federal autorizada em 2007, mas foi de fato implantado já como Instituto Federal, iniciando suas atividades em 2010. Assistimos, portanto, a uma diversidade de cronologias entre as instituições que se reconfiguraram para dar lugar à Rede, que, com uma pluralidade similar à da flora brasileira, assomou à constituição de conjunto, sem, contudo, eliminar os matizes e as texturas das vegetações próprias de cada ecossistema local e regional.

O descompasso temporal existe mesmo entre aquelas escolas que compuseram a configuração pioneira de um sistema educacional nacional no início do século XX. Em 23 de setembro de 1909, o então presidente, Nilo Peçanha, determinou, por meio do Decreto n. 7.566, a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), uma em cada capital estadual da época, as quais estariam subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. De acordo com Soares,⁶ a efetiva implantação das Escolas aconteceu somente em 1910 entre 1º de janeiro, nos estados de Piauí, Goiás e Mato Grosso, e 1º de outubro, no estado do Amazonas. A diferença de dias ou de meses nesse processo de implantação prenuncia a singularidade situacional dessas instituições congêneres, o que remete à tão frequente divergência entre, de uma parte, as prescrições legais no campo educacional brasileiro e, de outra, sua aplicação no chão da realidade. Além dessa heterogeneidade acerca do funcionamento efetivo das Escolas, a diferenciação se apresenta em duas exceções ao projeto político de vinculá-las às capitais estaduais: no Distrito Federal, Rio de Janeiro, a instituição foi sediada em Campos, cujo prefeito articulou a doação de um prédio na cidade, o que não foi feito pelo presidente do estado à época, que afirmou não haver disponibilidade na então capital, Niterói; no Rio Grande do Sul, também não foi instalada uma EAA, porque já havia em Porto Alegre o

5 IF BAIANO (Instituto Federal Baiano). *Histórico*. Catu: IF Baiano/Câmpus Catu, 2011. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/historico/> Acesso em: 15 jul. 2024.

6 SOARES, M. J. A. As Escolas de Aprendizes Artífices – estrutura e evolução. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 58-92, jul./set. 1982.

Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia (mais tarde, Instituto Parobé), que, em 1911, passou a receber subvenção do governo federal por meio do Decreto n. 9.070, pelo qual se aprovou novo regulamento para as escolas criadas dois anos antes.⁷ As bifurcações dos galhos começaram a ressurgir antes mesmo de se erguer o caule em rede.

Depois desse regulamento de 1911, houve outro em 1918, constituindo a trilha de uma regulamentação comum, o que era um acontecimento diferencial na organização da educação pública no país. Apesar dessas diretrizes, a vida escolar adquiriu feições específicas de acordo com as demandas dos vários contextos. Por exemplo, havia no decreto de criação a indicação de que deveriam ser definidas até cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico, buscando consultar as especialidades das indústrias locais: segundo Cunha,⁸ praticamente todas as Escolas ministravam carpintaria, a maioria incluía sapataria e alfaiataria, mas eram poucas as que ofereciam a formação que mais se ajustaria ao pretenso fomento à incipiente industrialização com os ofícios de tornearia, mecânica e eletricidade, como se viu na unidade de São Paulo. O regramento geral se ajustou, portanto, ao cultivo próprio das realidades de um país com quadro singular de diversidades e desigualdades, especialmente no que diz respeito às atividades produtivas locais e regionais. E a seara dos cursos semeou novas culturas ou foi por elas semeada à proporção que se modificaram as demandas políticas, econômicas, sociais e, por extensão, educacionais, o que se traduziu, no campear das décadas, na transição do nível primário para o secundário, nas diferentes configurações do ensino técnico de nível médio, na formação de mestres de oficina e professores, na oferta de Engenharias e cursos superiores de tecnologia, na ampliação da atuação na graduação e na pós-graduação e, mais recentemente, na criação de bacharelados e licenciaturas, bem como de mestrados e doutorados profissionais e acadêmicos, alguns deles desenvolvidos em rede ou em parceria com outras instituições nacionais e internacionais. Esta é uma aragem profícua para estudo.

⁷ CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

⁸ Cunha (2000).

Os anos 1920 marcaram a rede em gestação por esforços de reestruturação a fim de garantir às EAAs condições adequadas para seu funcionamento, em atenção à demanda do setor industrial brasileiro.⁹ A função assistencialista das Escolas, direcionadas para a formação técnica dos “desfavorecidos da fortuna”, em pouco tempo assimilava novas conotações, em decorrência das mudanças no cenário político-econômico, que passava a requerer um movimento de industrialização do ensino. Os referidos regulamentos inauguraram, assim, o percurso de reconfigurações pelas quais as instituições, tanto as criadas em 1909 quanto as implantadas posteriormente, sofreram ao longo de sua trajetória, em razão da reformulação das políticas acerca da Educação Profissional e Técnica, bem como do ensino agrícola. Ademais, as modificações na formação oferecidas pelas Escolas dialogavam com o perfil do alunado atendido por elas, que foi assumindo novos contornos, por exemplo, com a ampliação de sua faixa etária e, mais tardiamente, com a liberação do acesso ao público feminino.

Após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, o sistema federal das EAAs deixou de estar sob a gestão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o que, como revela Cunha,¹⁰ trazia em seu bojo os princípios do novo projeto político educacional instalado no Brasil a partir da Revolução de 1930. Nessa conjuntura, em 1935, Francisco Montojos, titular da Superintendência de Ensino Industrial – curiosamente em resposta a um encaminhamento do poeta Carlos Drummond de Andrade, então chefe de gabinete do ministro Gustavo Capanema –, descreve as condições estruturais das Escolas e discrimina as necessidades de remodelação de seus edifícios e o custo requerido. Em documento posterior, anuncia a construção de novos prédios em Piauí, Paraná e Pernambuco.¹¹ Vale ressaltar que, muitas dessas edificações, das quais há registros em vários dos capítulos a seguir, se tornaram patrimônio arquitetônico das cidades, integrando um museu aberto, um museu vivo, habitado por uma história em processo.

9 ASSIS, S. M.; MEDEIROS NETA, O. M.; GONÇALVES, I. A. Das Escolas de Aprendizes Artífices ao ensino técnico industrial (1909-1943). *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 22, p. 1-17 e14026, out. 2022.

10 Cunha (2000).

11 MONTOJOS, F. *Ofício n. 3713, de 5 de novembro de 1935*. Rio de Janeiro: Superintendência do Ensino Industrial, 1935. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ARQ_GC_G&pasta=GC%20g%201935.0&pagfis=26 Acesso em: 30 jul. 2024.

Em 1937, com a reorganização do recém-criado Ministério da Educação, algumas das instituições passaram a ser Liceus Industriais. Não obstante essa nova disposição ter vigorado pouco, jornais de Santa Catarina não demoraram a noticiá-la. Em Goiânia/GO, a designação de Liceu existiu apenas em documentos e jornais, já que a inauguração da Instituição na nova capital de Goiás aconteceu em 1942 com outra nomenclatura, sob a égide do Decreto-Lei n. 4.127, que estruturou a Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial, constituída por Escolas Técnicas, Escolas Industriais, Escolas Artesanais e Escolas de Aprendizagem. Esse decreto instalou unidades escolares por todo o país: 9 na Região Sudeste – Escola Técnica Nacional, Escola Técnica Darcy Vargas, Escola Técnica de Química, Escola Industrial de Fiação e Tecidos, no Rio de Janeiro/RJ; Escola Nacional de Minas e Metalurgia, em Ouro Preto; Escolas Técnicas em Vitória/ES, Niterói/RJ, São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG (estas três últimas foram implantadas, a princípio, como Escolas Industriais); 9 na Região Nordeste – Escolas Técnicas em São Luís/MA, Recife/PE e Salvador/BA (esta teria seu funcionamento condicionado à construção da sede) e Escolas Industriais em Teresina/PI, Fortaleza/CE, Natal/RN, João Pessoa/PB, Maceió/AL e Aracaju/SE; 3 na Região Sul – Escolas Técnicas em Curitiba/PR e Pelotas/RS e Industrial em Florianópolis/SC; 2 na Região Centro-Oeste – a Escola Técnica de Goiânia/GO e a Escola Industrial de Cuiabá/MT e 2 na Região Norte – a Escola Técnica de Manaus/AM e a Escola Industrial de Belém/PA.

Em 1959, a Lei n. 3.552 remodelou a organização escolar e administrativa para os estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, transformando-os em autarquias. Nesse mesmo ano, o Decreto n. 47.038, que regulamentou essa modalidade de ensino, listava as 23 unidades que constituíam então a Rede Federal, pouco se modificando em relação à configuração vigente desde os anos 1940. Mais que na letra da lei, na realidade daquele mesmo ano, aflorou mais concretamente o funcionamento em rede dessas instituições em suas diferentes dimensões, inclusive na articulação política de seus estudantes, que, em maio de 1959, promoveram uma greve nacional com a adesão de várias Escolas, a fim de reivindicar a exoneração de Montojos, ainda no comando da pasta, em prol do desenvolvimento do ensino técnico-industrial do país,

como registra notícia do *Diário de Pernambuco*.¹² Além de representar um movimento de integração multi-institucional favorecido pela constituição comum das Escolas, esse evento revela que a formação oferecida a seu corpo estudantil, em muitos casos, tem ultrapassado uma educação profissional voltada exclusivamente para o atendimento ao mercado de trabalho – aspecto que, sem dúvida, merece uma atenção histórica.

A dimensão federal das Escolas Técnicas foi incluída em seu nome em 1965 com a Lei n. 4.759. E as diferentes denominações das instituições também participam de seu feito memorialístico. A designação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais foi a que vigorou por mais tempo, o que, por certo, criou uma identidade institucional com as gerações de estudantes que nelas se formaram e que perguntam, quando ouvem relatos sobre algum IF: “é a antiga escola (agro)técnica?” Entre as 41 instituições, apenas o Cefet/RJ guarda em sua identificação a homenagem a um servidor, o professor Celso Suckow da Fonseca, que nos legou os cinco volumes fundamentais de *História do ensino industrial no Brasil*. Essa nomeação, concedida em 1967, se manteve mesmo quando a então Escola Técnica Federal da Guanabara foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica em 1978, pela Lei n. 6.545. A exceção poderia ser a regra, uma vez que, ao longo de todo esse tempo, as instituições resistiram a cenários muitas vezes adversos graças à resiliência de professores e professoras, técnicos e técnicas, gestores e gestoras, cujo trabalho foi indispensável para a construção dessa história e cujo nome poderia ser atribuído a prédios, auditórios, ginásios, porque o que representaram não pode e não deve ser esquecido. Todavia, talvez não houvesse fachadas suficientes para homenagear tantos servidores e servidoras que fizeram e fazem acontecer a Rede, à medida que ela alargou e alarga seus horizontes.

Nos anos 1980, durante o governo Sarney, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, lançado em 1986, previa a instalação de 200 Escolas Técnicas – Industriais e Agrícolas –, em acréscimo às 57 existentes, como está registrado no relatório *Realizações do Ministério da Educação – Período: 85/90 – Governo José Sarney*.¹³ Para alcançar essa meta,

¹² ESTUDANTES técnicos industriais decretaram greve em todo o país. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 119, p. 9, 26 maio 1959. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocRea-der/029033_13/56609 Acesso em: 10 ago. 2024.

¹³ BRASIL. *Realizações do Ministério da Educação – Período: 85/90 – Governo José Sarney*. Brasília: Ministério da Educação, 1990. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/208_1.pdf Acesso em: 25 jul. 2024.

foi autorizada, por meio da Portaria n. 67, de 6 de fevereiro de 1987, do MEC, a criação de Unidades de Ensino Descentralizadas (Uneds) nas estruturas organizacionais das Escolas Técnicas Federais e dos Centros Federais de Educação Tecnológica. Esta que pode ser considerada a primeira grande expansão da Rede revelou-se, entretanto, menos numerosa que a previsão inicial, como se pode verificar no Anexo II da Lei n. 8.670/1993, em que são listadas apenas 33 Uneds, distribuídas em 19 estados. Em compensação, por meio dessa lei, foram criadas a Escola Técnica Federal de Roraima e 9 Escolas Agrotécnicas Federais em 6 estados brasileiros. Esse recorte demonstra como a visada para o passado pode descortinar os descompassos entre os planos governamentais e sua execução, o que torna fértil o solo para o florescimento de soluções vindouras.

As Escolas Agrotécnicas Federais, no conjunto da Rede, possuem percursos ainda mais particulares que o das instituições criadas em 1909. Conforme os históricos localizados nos portais institucionais dos IFs que provieram dessas Escolas, praticamente em todas as décadas do século XX registra-se a criação de alguma unidade dedicada ao ensino agrícola, para mencionar alguns casos: em 1910, é criado o Aprendizado Agrícola de Barbacena, na cidade de mesmo nome, e, em 1911, o Patronato Agrícola de Alagoas, em Satuba/AL; em 1923, o Patronato Agrícola Rio Branco, em Manaus/AM, e, em 1924, o Patronato Agrícola São Maurício, em São Cristóvão/SE; em 1941, a Escola Prática de Agricultura, em Santa Teresa/ES, e, em 1943, o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso, em Santo Antônio do Leverger/MT; em 1954, a Escola Agrotécnica de Crato, e, em 1959, a Escola Agrotécnica Federal de Brasília, em Planaltina/DF; em 1962, o Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto, em Iguatu/CE, e, em 1969, o Ginásio Agrícola Clemente Machado, em Salinas/MG; em 1980, tem-se a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, na cidade homônima, e, 1988, a Escola Agrotécnica Marly Sarney, em São Gabriel da Cachoeira/AM; em 1993, como mencionado anteriormente, outras 9 escolas foram criadas; por fim, mais recentemente, em 2007, há a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina/MS. Nesse percurso, igualmente secular, várias nomenclaturas foram empregadas, o que refletia mudanças na legislação pertinente à modalidade agrotécnica e em sua concepção formativa: Patronatos e Aprendizados Agrícolas, Escola de Iniciação Agrícola, Escolas Agrícolas, Escolas Práticas de Agricultura, Ginásios e Colégios Agrícolas, Escolas Agrotécnicas. Apesar da díspar cronologia de origem, houve leis

que repercutiram de forma abrangente sobre várias dessas instituições, acenando para sua inserção em uma rede de alcance nacional. Em 1934, o Decreto n. 24.115, de 12 de abril, dispôs sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de Agricultura, subordinados à Diretoria do Ensino Agrícola, o que representou a federalização de vários Patronatos Agrícolas e sua transformação em Aprendizados Agrícolas. Em 1967, o Decreto n. 60.731, de 19 de maio, transferiu para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura, passando a ser adotada a nomenclatura de Colégio Agrícola. Em 1993, a Lei n. 8.731, de 16 de novembro, transformou as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias. Um ano depois elas passariam a integrar o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, o que, certamente, repercutiu nos arranjos institucionais.

A Lei n. 8.948/1994, além de reunir em um mesmo sistema federal Escolas Técnicas e Agrotécnicas, deu início ao processo de “cefetização”, trazendo à cena a institucionalidade dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e sua atuação mais extensiva no ensino superior. Segundo Ana Campello, no fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, todas as Escolas Técnicas Federais e dez Escolas Agrotécnicas tinham se tornado Cefets.¹⁴ Quando a autora publicou essas informações, uma nova transição transcorria: o governo Lula havia começado em 2005 uma grande expansão da Rede Federal, a qual prosseguiu em 2007 e 2011, com a instalação de várias novas unidades, tendo por foco a periferia dos grandes centros urbanos e os municípios do interior.¹⁵ No meio da plantação de escolas Brasil adentro, outro processo de transformação da Rede se assentou nos anos 2000: a ifetização. A partir desse processo, criou-se a paisagem atual dos IFs, dos Cefets e do Colégio Pedro II. Resultaram da expansão 685 unidades, incluindo as vinculadas à UTFPR e às 22 Escolas Técnicas ligadas às Universidades Federais.¹⁶ Como panorama dessa numerosidade, incluímos, no fim de cada

14 CAMPELLO, A. M. “Cefetização” das Escolas Técnicas Federais – projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. *Educação e Tecnologia*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 26-35, jan./abr. 2007.

15 BRASIL. Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal*. Brasília, [2024]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco/es/expansao-da-rede-federal> Acesso em: 20 ago. 2024.

16 BRASIL. Ministério da Educação. MEC celebra 115 anos da Rede Federal. *Notícias*, Brasília, 24 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/mec-celebra-115-anos-da-rede-federal> Acesso em: 20 ago. 2024.

volume, um catálogo cartográfico e outro fotográfico em que aparecem os câmpus e as sedes administrativas das instituições situadas nas mais diferentes localidades das cinco regiões do país. Produz-se, assim, uma referência imagética para um marco da história recente: o anúncio em março de 2024 de outros 100 câmpus para a Rede, uma maneira simbólica de celebrar o aniversário completado a cada princípio de primavera.

Embora ao longo de 115 anos tenha havido marcos legais que se referiram a toda a Rede Federal em suas diferentes configurações ao longo do tempo, nota-se que as diretrizes assumiram fisionomias peculiares em sua inscrição no mundo real. Nos parágrafos anteriores, não fizemos mais que sumariar a localização onde, gradativamente, foram sendo instaladas unidades constitutivas hoje da capilaridade da Rede, a qual afirma sua importância justamente em seu movimento característico de interiorização. Esse diverso ecossistema não se desenvolveu, como se poderia esperar, de maneira uniforme, uma vez que em cada contexto intervieram influências políticas de variadas esferas, bem como fatores socioeconômicos e culturais, fazendo com que os processos de implantação fossem mais céleres e consistentes em alguns municípios que em outros. Há, portanto, particularidades nesses percursos que merecem ser conhecidas, o que nos esforçamos para esboçar nesta coleção por meio de um verdadeiro mutirão, que envolveu o difícil trabalho de elaborar textos e selecionar fotografias representativas do passado e do presente de cada instituição. Desse modo, sem pretensão de fim, as páginas que se costuram nesta floresta de palavras e imagens são sementes a ser plantadas por outros/as pesquisadores/as em estudos aprofundados sobre estas memórias, amadurecidas pelo ciclo das estações.

Instituições e editoras não se constroem de fato com pedras e papéis, fazem-se, sobretudo, com pessoas, que devem ser nomeadas. Nesta empreitada memorialística, trabalhamos em conjunto Adonai Lacruz, Ana Carolina Rigoni Carmo, Sarah Bertolli, Flávia Arruda, Ana Paula da Cruz, Carla Fiori e Raimundo Pacheco (além da equipe da Editora IFPA). Nós que assinamos a organização deste trabalho não tivemos tempo para misturar as raízes: “Apenas enlaçamos/ os ramos/ e sonhamos juntos”.¹⁷ Às palavras de Cora Coralina, juntam-se as da paranaense Helena Kolody, para dizer melhor da matéria que brota nestas ou destas folhas.

¹⁷ KOLODY, H. Nós. In: KOLODY, H. *Viagem no espelho e vinte e um poemas inéditos*. 2. ed. Curitiba: Criar Edições, 2004. p. 33.

Esse sonho, porém, não foi confabulado pelo sono, mas pelo labor do cultivo que se quer colheita, como se seguíssemos o conselho do poeta amazonense Thiago de Mello: “Não vinga o sonho da folha/ se não crescer incrustado/ no sonho que se fez árvore.”¹⁸ Neste sonho coletivo, não negamos a nossa singularidade, entalhada na tensão entre nossa pessoa humana e a paisagem em que ela se situa. Em um uso livre dos versos do poeta maranhense Ferreira Gullar, pode-se dizer, todavia, que, nas zonas onde coabitam ipês, jequitibás, samaúmas, juazeiros e araucárias, “uma árvore está/ em qualquer outra”; quando seus galhos se entrelaçam em ponte, “uma árvore/ está em qualquer uma de suas folhas/ (mesmo rolando longe dela)”; se dessa ponte se faz história, “uma árvore está num livro/ quando um vento ali a folheia”.¹⁹ Ainda que esse vento traga a estiagem, não desistimos do nosso intento, talvez porque escutamos ao longe a voz-mulher da poeta mineira Conceição Evaristo: “E que venham todas as secas, o homem esperançoso há de vencer.”²⁰ Assim, vencemos nós, os que sonham e fazem a educação.

Ao som dessas vozes poéticas dos vários cantos de nosso país, peço licença aos leitores e às leitoras para me exprimir no singular do “eu” no encerramento desta apresentação. Escrevo este texto como resultado da caminhada de um pesquisador que não tem a educação profissional e tecnológica entre seus principais focos de interesse, mas que aprendeu com Paulo Freire a lição de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Como egresso do então Cefet/GO e servidor do atual IFG, tenho essa Instituição e a Rede que ela integra como larga porção do meu mundo. Pelo caminho da memória, estou a lê-la dia após dia e, nas páginas desta coleção, me junto aos/às colegas que fazem o mesmo em seu lugar, propondo-se a cultivar conhecimentos e a partilhá-los com quem se alimentará destas palavras.

OLLIVER ROBSON MARIANO ROSA
ORGANIZADOR DA COLEÇÃO

18 MELLO, T. de. Sonho domado. In: GOMES, J. *Dez poemas de Thiago de Mello (1926-2022)*. *Vida Secreta – Revista de Literatura e Ideias*, 15 jan. 2022. Disponível em: <https://vidasecreta.weebly.com/thiago-de-mello-dez-poemas.html> Acesso em: 15 ago. 2024.

19 GULLAR, F. *Poema sujo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980. p. 91-92.

20 EVARISTO, C. Na esperança, o homem. In: EVARISTO, C. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2008. p. 55-56.

O SÍMBOLO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DA REGIÃO SUDESTE

O símbolo histórico deste volume da coleção, um jequitibá rosa,¹ expressa com felicidade a história dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, a Região Sudeste, berço das primeiras iniciativas que lhes deram origem. O tronco forte e altivo resistiu a muitas intempéries; a copa aberta em centenas de galhos estendidos e entrelaçados, desdobrados em outros ramos, é como as muitas unidades de ensino, pesquisa e extensão criadas ao longo de mais de um século de atividades.

A coleção *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*, bem simbolizada no jequitibá rosa, comemora 115 anos de uma história secular, que tem seu marco inicial na Rede de Escolas de Aprendizizes Artífices (EAAs), criada pelo presidente Nilo Peçanha em 1909.

A memória preservada nos acervos de documentos escritos, orais e iconográficos permitiu a reconstrução histórica dessas instituições. Ancorada nos vestígios do passado, bem como no ensino das primeiras letras e das atividades manuais e artesanais, a história escrita de cada um dos Institutos projeta a construção do futuro no universo das profissões, desafiadas pelas tecnologias digitais e pelas transformações aceleradas do mundo do trabalho.

¹ “É considerada a maior árvore nativa do Brasil, porque pode atingir até 50 metros de altura e um tronco com diâmetro de até sete metros. [...] é a árvore-símbolo dos estados de São Paulo e do Espírito Santo” (Jequitibá-rosa, 2024).

Detalhando o mundo do trabalho, que inclui, mas não se resume ao mercado de trabalho, o sociólogo Antunes (2020)² chama a produção social de nosso tempo de “capitalismo de plataforma”. O crescimento das novas tecnologias de informação e de comunicação, como o uso da Inteligência Artificial e da indústria 4.0, aumenta a automação e a robotização dos processos produtivos, dispensando trabalhadores menos qualificados, reduzindo a mão de obra, aumentando a produtividade, gerando a precarização do trabalho, o desemprego, o empobrecimento generalizado em grandes massas populacionais. Os Institutos Federais (IFs) defrontam-se com jovens estudantes que buscam aprender a viver e a trabalhar neste mundo de muitos desafios.

De EAAs destinadas “aos desfavorecidos da fortuna”, ao ensino pré-vocacional e ao ensino técnico no governo Vargas, para atender ao projeto industrialista do início do século XX, os IFs são, há décadas, escolas de excelência, orgulhosos de sua história e do ensino-aprendizagem que proporcionam. É essa história, contada em detalhes, pelas doze unidades da Região Sudeste³ que nos é dado a admirar nos capítulos do livro.

O histórico secular de antiguidade ou de marco inicial da Rede de EAAs em 1909 está presente em quase todas as instituições: o Colégio Pedro II, oficializado pelo Imperador em 1837; o IFF, pioneiro em 1909, quando o presidente Nilo Peçanha transformou a experiência das escolas profissionais fluminenses nas EAAs; os vínculos iniciais com Escolas Agrícolas (IFMG, IF Sudeste MG, IFNMG, IFRJ); o Cefet/RJ, cuja origem está na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz (1917-1938), foi criado para servir de modelo nacional dos estabelecimentos de ensino industrial. Outros destaques de presente e de futuro são a perspectiva de chegar a 53 câmpus (IFSP) ou a 23, de forma alinhada aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (IFES).

Quero me deter sobre esse rio do tempo que é a memória e o lugar que esta ocupa na escola, permitindo aflorar lembranças e formas de

2 ANTUNES, R. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

3 Cefet/MG, Cefet/RJ, Colégio Pedro II, IFES, IFRJ, IFF, IFMG, IFNMG, IF Sudeste MG, IF-SULDEMINAS, IFMT, IFSP, siglas que são as doze referências que fazem parte de uma rede de 661 unidades no Brasil.

ser que constituem sua identidade. O historiador francês Pierre Nora (1984, p. XVII)⁴ inicia uma reflexão pela aceleração da história no mundo atual. Descarta-se o passado cada vez mais rapidamente, perde-se a visão da totalidade, há uma ruptura de equilíbrio. Com isso cresce a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia neste momento particular da história. É uma memória dilacerada que se confunde com a ruptura com o passado. “O sentimento de continuidade torna-se residual aos lugares de memória”.

Nesse contexto histórico, de acordo com Nora (1984), a sociedade tende a perder os rituais, a dessacralizar as fidelidades particulares, nivelando por princípio e reconhecendo apenas indivíduos iguais e idênticos. O autor desenvolveu sua reflexão sobre “os lugares de memória” que são “os arquivos, as bibliotecas, os dicionários, os museus, cemitérios e coleções, assim como as comemorações, as festas, os monumentos, santuários, associações, testemunhos de um outro tempo, sinais de reconhecimento e de pertencimento a um grupo” (Nora, 1984, p. XXIV). A esses lugares acrescento as escolas.

Percorri os resumos e os textos alternando com as lembranças vivas que tenho de visitas e pesquisas em muitos Institutos Federais. São seus espaços arquitetônicos amplos, prédios extensos e corredores, áreas livres, pátios, grupos de jovens, palavras soltas, risadas, algazarras, salas bem montadas, laboratórios, bibliotecas, professores cercados de alunos, anfiteatros com rituais comemorativos...

Os Institutos Federais têm história, e somente este reconhecimento seria suficiente para justificar a coleção. É um exercício de identidade do presente para o passado, em que cada IF se apresenta como se vê institucionalmente. Suas histórias são contadas com os sentimentos de pertencimento de quem as escreveu. À primeira vista, alguns subtítulos se destacam pelo seu sentido simbólico sobre as longas trajetórias: mais de um século de história, tradição e inovação em uma instituição centenária, 115 anos de história, um passado presente, uma instituição em transformação, construindo futuros, rumo ao horizonte...

⁴ NORA, P. Entre mémoire e histoire: la problématique des lieux. In: NORA, P. *Les lieux de mémoire*: I – La République. Paris: Gallimard, 1984. p. XVII-XLII.

Historicamente, os textos espelham seu vínculo de origem que é o trabalho manual e artesanal, as primeiras letras e o assistencialismo destinados aos “desfavorecidos da fortuna”, filhos de libertos e brancos pobres. De outra parte, relatam como prevaleceu a destinação das disciplinas clássicas das Ciências da Natureza e das Humanidades, das Letras e das Artes para a parcela dos filhos das elites.

Essa imposição do trabalho e a negação da educação plena, completa, geral básica e específica, sofreu avanços e recuos ao longo do tempo. Seus vestígios atuais se fazem presentes na estrutura de desigualdades sociais, de condições de vida e de trabalho da grande massa da população. Os textos históricos da coleção sinalizam o potencial dos IFs para sua superação no campo educacional, científico e tecnológico.

Louve-se a oleção em um país como o Brasil, em que o processo colonizador impôs a intervenção armada, política e ideológica, bem como o apagamento de toda memória e história que pudessem alimentar a resistência à dominação, à exploração predatória das riquezas e das pessoas. São textos que, na unidade diversa da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, apresentam a transformação das primeiras experiências em que a expansão não é apenas numérica. São novas qualidades técnicas, tecnológicas, educacionais em sintonia com as transformações sociais, políticas, econômicas, ambientais da região, dos municípios, das necessidades locais.

A transformação das escolas em IFs abriu caminho para a verticalização, do ensino médio à pós-graduação, como instituições de educação, ciência e tecnologia, educação a distância, divulgação científica, produção cultural, cooperativismo, além dos apelos do empreendedorismo diante das transformações do trabalho. Caracteriza-se a diversificação por níveis e modalidades, com formação continuada de trabalhadores, educação de jovens e adultos, ensino técnico de nível médio, licenciaturas e pós-graduação de mestrado e doutorado.

O enfrentamento da dualidade estrutural da educação imposta social e historicamente no país exige compreender o percurso das escolas contextualizado ao longo do tempo (IFMG). Embora nem todos os artigos declarem a consciência das desigualdades e da dualidade estrutural do ensino oferecido à população, a potência educacional dos

IFs lhes assegura um lugar de relevo na democratização da educação pública brasileira.

Alguns estudos apresentam “uma postura crítica diante do mundo” (Cefet/MG) e “as tensões e contradições presentes na construção do sistema educacional” (IFTM); salientam a democratização dos processos seletivos com análises socioeconômicas, com políticas afirmativas para pessoas negras ou indígenas. Os textos oferecem alguns elementos sobre a presença de mulheres nos IFs. Uma fotografia registra moças em um curso de economia doméstica (1953-1954), depois, sua transformação em formação para o magistério em economia rural e doméstica e, nos anos 1960, a criação do curso ginásial e o colegial (IFMG); outro texto relata que mulheres só puderam passar a estudar na Escola em meados dos anos 1970, mas registra também a presença decisiva durante a covid-19 de uma mulher eleita reitora (IFNMG).

Metodologicamente, os artigos fazem historiografia com pesquisa documental e bibliográfica recorrendo a fontes escritas, orais, iconográficas (leis, relatórios, entrevistas, depoimentos, mapas, organogramas, fotografias), livros e artigos publicados, teses e dissertações. Ora são mais descritivos, ora mais analíticos, seja com a enumeração de etapas, seja com a análise contextualizada das transformações. Algumas instituições têm um trabalho sistematizado de preservação de acervo, memória e historiografia (IFRJ, IFMG).

Aflora um agir coletivo em muitos níveis e instâncias políticas, “propósitos de liberdade e educação” (IFSudesteMG), o trabalho em rede, as imagens dos centros de memória, na diretoria de comunicação ou na galeria institucional. Cada artigo torna-se uma referência sobre a aplicação das leis, sobre políticos atuantes, políticas governamentais, mudanças sociais que transformam as instituições. O volume de informações dos doze artigos ultrapassa a possibilidade de levar adiante muitos e merecidos destaques. Correndo o risco da parcialidade subjetiva, a leitura dos textos enseja a visão frondosa do jequitibá, que não permite ver, ao mesmo tempo, todos os ramos, folhas e flores...

As fotografias mostram detalhes da vida que flui em cada instituição com suas transformações: a inauguração do prédio da EAA em Campos, a merenda escolar na mesa com meninos disciplinados, de braços cruzados (1922), e mais tarde a inauguração de um laboratório

de física e de um pavilhão esportivo (IFF); alunos entre animais em uma aula prática de zootecnia (IFNMG); alunos formados na banda musical, sempre presente nas primeiras décadas das Escolas; a presença do presidente Vargas, de Tancredo Neves, do então governador Juscelino Kubitschek, de autoridades locais, e a entrada atual dos câmpus com a reprodução da marca dos IFs em grandes proporções (IFSULDEMINAS); a inauguração de novos câmpus com o presidente Lula, o espaço ecológico aberto a visitantes (IFRJ); os singelos prédios iniciais e a grandeza arquitetônica do conjunto de edifícios atuais (IF Sudeste MG), vestígios da memória que contribuem para uma visão viva, dinâmica do presente que reconhece o passado e se projeta para o futuro.

Outras figuras que dão a dimensão da Rede e sua diversificação são gráficos do crescimento das matrículas e mapa da abrangência regional do IF e seus projetos incluindo comunidades quilombolas e comunidades indígenas (IFNMG); quadro dos cursos oferecidos e gráficos da quantidade de projetos de pesquisa que oferecem iniciação científica (IFSP), de cursos de graduação e de pós-graduação (IFMG); as redes e parcerias como o ProfEPT, os acordos internacionais e os intercâmbios de professores e de estudantes com países de todos os continentes.

A incorporação do discurso das competências reduziu as capacidades humanas a comportamentos pautados pelas exigências empresariais, em oposição à formação humana integral. São vestígios neoliberais dos anos 1990 em que o Decreto n. 2.208/1997 orientava para “cursos enxutos, rápidos, com certificações parciais”, com uma formação aligeirada, de baixo custo (IFMG), a orientação estrita para o mercado, pela disciplina do trabalho submetido às condições de exploração na sociedade capitalista, pelo consumismo, pela naturalização da desinformação, pelas *fake news*, pela violência.

A cultura do ensino médio integrado retomada pelo Decreto n. 5.154/2004 é um tema que aparece com matizes na citação da separação entre a educação profissional e o ensino médio, que inviabilizou o antigo “integrado” entre as disciplinas gerais e as disciplinas específicas da educação profissional e técnica. Prevalecem as menções ao concomitante (interno e externo), que é uma simulação da integração, enquanto o subsequente pode beneficiar profissionais em exercício.

Mas o integrado é a gênese de uma formação que se pretende científica e tecnológica, ética e humanista para a preservação da vida humana e do planeta, pelos fundamentos básicos do conhecimento das Ciências da Natureza, Humanas e Sociais. Além da contribuição para os exames de acesso ao ensino superior, são elas que abrem o horizonte da compreensão da vida social, econômica, política e ambiental onde todos vivemos.

Termino esta oportunidade de diálogo com as palavras do primeiro e mais importante historiador do ensino industrial que se projeta ainda hoje na educação profissional e tecnológica Celso Suckhow da Fonseca:

ACOMPANHANDO A EVOLUÇÃO DAS IDEIAS FILOSÓFICAS QUE TÊM
PRESIDIDO O ENSINO DE OFÍCIOS, DESDE SUAS ORIGENS QUANDO ERA
OLHADO COMO HUMILHANTE E DESPREZÍVEL, ATÉ OS DIAS DE HOJE, EM
QUE SE ENCONTRA VALORIZADO E EM PÉ DE IGUALDADE COM OUTROS
RAMOS DA EDUCAÇÃO, SENTE-SE NÃO TEREM AINDA CHEGADO AO SEU
TÉRMINO AS TRANSFORMAÇÕES [...]

[...] PASSANDO AO PROBLEMA MAIS AMPLO DA FORMAÇÃO HUMANA,
SOCIAL E ECONÔMICA, CONHECEU AQUELE RAMO DE ENSINO UMA
DEMONSTRAÇÃO DE SUAS POSSIBILIDADES EM ATENUAR A CRISE SOCIAL
QUE ASSOBERBA O MUNDO E JÁ CHEGA AO BRASIL

Celso Suckhow da Fonseca
(1986, p. 203).

MARIA CIAVATTA
PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
RIO DE JANEIRO/RJ, SETEMBRO DE 2024

APRESENTAÇÃO DO VOLUME

NÃO SEREI O POETA DE UM MUNDO CADUCO.
TAMBÉM NÃO CANTAREI O MUNDO FUTURO.
ESTOU PRESO À VIDA E OLHO MEUS COMPANHEIROS.
ESTÃO TACITURNOS MAS NUTREM GRANDES ESPERANÇAS.
ENTRE ELES, CONSIDERO A ENORME REALIDADE.
O PRESENTE É TÃO GRANDE, NÃO NOS AFASTEMOS.
NÃO NOS AFASTEMOS MUITO, VAMOS DE MÃOS DADAS.

Carlos Drummond de Andrade ⁵

Nas florestas do Sudeste brasileiro, ergue-se o majestoso jequitibá-rosa, uma árvore símbolo de força, resiliência e longevidade. Para trazer à cena essas características, escolhemos essa espécie nativa da Mata Atlântica para estampar a capa do primeiro volume desta coleção, uma vez que, assim como o jequitibá-rosa, as instituições do Sudeste da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica cresceram e se consolidaram ao longo dos últimos dois séculos, enraizando-se profundamente no solo fértil do conhecimento e da inclusão social. Cada instituição dessa região, apresentada neste volume, compartilha um percurso único, mas todas convergem para um objetivo comum no tempo presente: promover o desenvolvimento educacional e social por meio da educação pública e de qualidade.

O jequitibá-rosa, com seus galhos robustos e copa vasta, nos ensina sobre a importância da conexão e da diversidade. Da mesma forma, as instituições deste volume demonstram como suas trajetórias se entrelaçam com as demandas locais e regionais, colaborando com o progresso do território em que estão inseridas. Cada uma delas, assim como as

⁵ ANDRANDE, C. D. de. Mãos dadas. In: ANDRANDE, C. D. de. *Sentimento do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 34.

raízes profundas dessa árvore, ancora-se em um compromisso com a inclusão e a excelência.

Neste volume, você, leitor e leitora, encontrará uma jornada que atravessa gerações. À maneira do jequitibá-rosa, que abriga vida e oferece sombra, essas instituições oferecem oportunidades para milhares de jovens brasileiros que buscam um futuro melhor. Com raízes firmes e um olhar voltado para o horizonte, esses institutos representam a continuidade de um projeto educacional que se renova, mantendo-se forte e vital.

Iniciamos a jornada com a história da árvore mais antiga deste bioma: o Colégio Pedro II. Oriundo do Seminário dos Órfãos de São Joaquim e oficializado em 1837, é a única instituição de ensino mencionada na Constituição Federal Brasileira de 1988, assim como a única da Rede que oferece da educação infantil à pós-graduação. Atravessou quase dois séculos da história do Brasil, do período imperial ao republicano, sendo equiparado aos Institutos em 2012. Acompanha desde então a expansão da Rede Federal, unindo tradição e inovação em suas práticas, possuindo atualmente 14 câmpus, nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói e Duque de Caxias.

Em seguida, apresentamos a história do Instituto Federal Fluminense (IFFluminense), originário da Escola Profissional criada por Nilo Peçanha, em sua cidade natal, Campos/RJ, em 1906, que inspirou o modelo das Escolas de Aprendizes Artífices. Em sua longa trajetória, tornou-se Cefet/Campos nos anos 1990 e transformou-se por fim em IFFluminense, abrangendo as regiões norte e noroeste do Rio de Janeiro, além da baixada litorânea e a região metropolitana do estado, com 16 unidades. Cumpre o papel de interiorização da educação de qualidade, alavancando o desenvolvimento local, com cursos de diferentes formatos, desde os de formação continuada até a pós-graduação.

O Instituto Federal de São Paulo (IFSP) foi criado como Escola de Aprendizes Artífices, em 1909, e já adotou outras nomenclaturas, como Escola Técnica Federal de São Paulo, Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo, até que, em 2008, tornou-se Instituto Federal. Atualmente, é o maior Instituto do Brasil, com 41 câmpus, com perspectiva de expansão de 12 novos. Em uma trajetória marcada por desafios

e conquistas, o IFSP afirma-se como instituição de excelência no ensino e na inovação.

No Espírito Santo, fundado em 1909 como Escola de Aprendizizes Artífices, o Instituto Federal do Espírito Santo ((IFES) evoluiu para se tornar um importante polo educacional no estado. A Instituição possui 23 câmpus distribuídos pelo estado, com forte orientação para os arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

Já em terras mineiras, fundado em 1909 como Escola de Aprendizizes Artífices, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG) passou por diferentes arranjos institucionais. Hoje tem um perfil institucional e de atuação com orientação universitária e possui 9 câmpus.

Durante nosso percurso, encontramos instituições que se transformaram e se integraram, como o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Do Colégio Agrícola Nilo Peçanha, fundado em 1910 em Pinheiral, que visava formar profissionais capacitados para a modernização da agricultura, às Escolas Técnicas de Química, na região metropolitana do Rio de Janeiro, que formavam a mão de obra industrial: a frutífera fusão dessas instituições foi possível com a criação dos Institutos Federais em 2008. Em franca expansão a partir dos anos 2000, o IFRJ consolida-se com novos cursos integrados e superiores e com a ampliação de novos câmpus, que se encontram tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto no interior do estado.

Em Minas Gerais, o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) teve origem em três instituições, das quais a mais antiga se origina no Aprendizado Agrícola de Barbacena, de 1910. Em 2024 são 11 câmpus implantados.

Contaremos também a história do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), assim nomeado em 1978, mas cuja origem remonta à Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, de 1917. Conhecido no Rio de Janeiro simplesmente como Cefet, a Instituição foi criada para formar professores da educação profissional, assim como profissionais técnicos do Distrito Federal, incluindo no alunado as mulheres, desde sua origem. Seu papel na cidade remonta ao período quando esta foi sede do governo federal, mas permanece como centro de referência na atualidade, havendo se expandido

para outros municípios do estado, assim como sua atuação do ensino médio à pós-graduação.

Voltando a Minas Gerais, o Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) tem suas raízes em três Escolas Agrotécnicas Federais, sendo a mais antiga o Patronato Agrícola Visconde de Mauá, criado em 1918. Três escolas lideraram a fundação do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), sendo a mais antiga o Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto, fundado como Escola Técnica em 1942. As origens do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) datam das décadas de 1950 e 1960, quando foram iniciadas as atividades da Escola de Iniciação Agrícola de Salinas e a implantação do Colégio Agrícola de Januária, respectivamente. Essas três instituições somam juntas 37 câmpus: o IFSULDEMINAS com 8; o IFMG com 18; o IFNMG com 11.

Para finalizar este volume apresentamos o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), atualmente com 11 câmpus instalados, sendo o mais antigo o Câmpus Uberaba, que remonta a 1953, quando foi fundado como Centro de Treinamento em Economia Doméstica e Rural.

A escolha do jequitibá-rosa para representar as instituições do Sudeste da Rede Federal não é um mero acaso, mas uma escolha simbólica que ilustra o potencial e a relevância da região. Como essa árvore, que, apesar dos desafios do tempo, permanece firme, as instituições aqui retratadas mostram como enfrentaram as mudanças políticas, sociais e educacionais do país, mantendo-se sempre sólidas, relevantes e inovadoras.

Convidamos você, leitor e leitora, a seguir de mãos dadas conosco e a se inspirar com a grandiosidade desta árvore e com as histórias que constituem este volume, conectando passado, presente e futuro da educação no Brasil.

ADONAI LACRUZ
ANA CAROLINA RIGONI CARMO
ORGANIZADORES

COLÉGIO PEDRO II

UM PASSADO *PRESENTE*

ELISABETH MONTEIRO DA SILVA¹

DOUGLAS FELIPE DE ANDRADE²

BEATRIZ BOCLIN MARQUES DOS SANTOS³

VERA LUCIA CABANA DE QUEIROZ ANDRADE⁴

VERA MARIA FERREIRA RODRIGUES⁵

DO COLÉGIO/SEMINÁRIO DOS ÓRFÃOS AO IMPERIAL COLÉGIO DE PEDRO SEGUNDO

Durante o Império do Brasil, o discurso de legitimação da monarquia levou homens de letras a formularem um projeto civilizatório de construção do Estado/Nação comprometido com o perfil nacional identitário branco, europeu e cristão. Como elementos de implementação do projeto civilizatório, destacam-se, na diretriz da política educacional, a criação das escolas públicas de “primeiras letras”, a Escola Normal de Niterói e a fundação do Imperial Colégio de Pedro Segundo.⁶

1 Doutora em Educação, atua como coordenadora do Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (Cedom). E-mail: elisabethmonteiro@cp2.g12.br.

2 Mestre em Biblioteconomia, atua como coordenador do Núcleo de Documentação e Memória (Nudom). E-mail: dfa@cp2.g12.br.

3 Doutora em Educação, atua como professora de História aposentada do Colégio Pedro II. E-mail: bmarquesdossantos@gmail.com.

4 Doutora em História, atua como professora de História aposentada do Colégio Pedro II. E-mail: cabanavera@gmail.com.

5 Mestre em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, atua como professora de Matemática aposentada do Colégio Pedro II. E-mail: veramariacp2@gmail.com.

6 A denominação Imperial Colégio de Pedro Segundo, da mesma forma que Colégio de Pedro Segundo, refere-se ao decreto de criação da Instituição no Império do Brasil.

A origem do Colégio de Pedro Segundo remonta aos idos do século XVIII, ao Abrigo dos Órfãos de São Pedro, quando, por Provisão da Câmara Eclesiástica de 8 de julho de 1739, o bispo do Rio de Janeiro, D. Antônio de Guadalupe, fundou o Colégio/Seminário de São Pedro, obra de caridade da paróquia de mesmo nome. Nessa escola, sob jurisdição paroquial, os meninos órfãos viviam em um humilde sobradinho ao lado da igreja, onde recebiam aulas de leitura, escrita, aritmética, doutrina cristã, latim, música e cantochão.⁷

A Instituição foi mantida por doações piedosas até 1766, quando os seminaristas se mudaram para a nova casa, construída junto à Capela de São Joaquim, na região do Valongo, doação do filantropo Manoel Campos Dias. Assim, o Colégio passou a ser designado Seminário de São Joaquim, por Provisão de 4 de janeiro de 1758. Sob a proteção dos bispos, os reitores do seminário construíram um pequeno patrimônio e ergueram a Igreja de São Joaquim. Os seminaristas prestavam serviços fúnebres à sociedade, como o acompanhamento de enterros de famílias abastadas, e participavam das festas religiosas da cidade como mestres de cerimônias e coristas.

D. João VI, rei de Portugal, Brasil e Algarves, extinguiu o Seminário de São Joaquim pelo Decreto de 5 de janeiro de 1818, sendo suas dependências patrimoniais incorporadas à Coroa para o aquartelamento das tropas portuguesas recém-chegadas ao Brasil. Os alunos com vocação para o sacerdócio foram transferidos para o Episcopal Seminário de São José, ficando os outros alunos adidos ao Corpo de Artífices e Engenheiros da Divisão Portuguesa, instruídos para os ofícios mecânicos.

Após a volta da Família Real e sua comitiva para Portugal, o príncipe regente D. Pedro restabeleceu o Seminário de São Joaquim em seu prédio de direito patrimonial pelo decreto de 19 de maio de 1821, sobrevivendo em precárias condições materiais e educacionais.

No conturbado contexto da independência e do Primeiro Reinado, delimitado pela Constituição Outorgada de 1824, foi promulgada

⁷ Cantochão: tipo de canto litúrgico instituído pelo Papa Gregório I em princípios do século VII que elaborou a “reforma gregoriana” da Igreja de Roma com os ritos gregorianos. O cantochão foi aperfeiçoado, no século XIX, pela Abadia dos Beneditinos de Solesmes, na França, passando a ser conhecido como canto gregoriano (Enciclopédia [...], 1993).

a primeira lei da instrução pública primária que estabeleceu as escolas das “primeiras letras”. Pelo Lei de 15 de outubro de 1827, a educação primária, gratuita e obrigatória era destinada às crianças das camadas mais populares e vedada aos escravizados. Os professores leigos, em todas as províncias, ensinavam a ler, escrever e contar, além de transmitir os preceitos da moral cristã. Os meninos eram preparados para o trabalho, enquanto as meninas aprendiam as prendas domésticas. Os estudos secundários, das humanidades, dados nas “aulas menores ou avulsas” e nos seminários, não existiam no âmbito da instrução pública.

Na época da Regência Trina Permanente, o ministro do Império, Lino Coutinho, por meio do Decreto de 12 de dezembro de 1831, entregou o Seminário de São Joaquim à inspeção da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, cadeira pública das primeiras letras da Freguesia de Santa Rita, passando o seminário a ser um estabelecimento de ensino primário gratuito para órfãos, filhos de militares e de funcionários públicos, admitindo, também, alunos pensionistas. O ministro, além da mudança da natureza do educandário religioso para a preparação para o trabalho, habilitando-os nas oficinas de torneiro mecânico, entalhador, abridor e litógrafo,⁸ determinou também a instrução militar por meio do exercício das armas, com o objetivo de formar elementos para a preservação da ordem pública na Guarda Nacional recém-criada.

Durante a regência de Pedro de Araújo Lima, o ministro interino do Império Bernardo Pereira de Vasconcellos, por Decreto de 2 de dezembro de 1837 – XV Ano da Independência e em homenagem ao Imperador-Menino, no dia de seu 12º aniversário, criou o primeiro colégio oficial de instrução secundária do Brasil: estabelecimento de ensino público regular, gradual e integral, com a função de ministrar o ensino integrado e seriado das humanidades e preparar para os cursos superiores, em atendimento às novas exigências políticas do Estado e culturais da sociedade.

⁸ Abridor: Oficial que abre estampas ao buril-Sculptor; Boril de aço pontiagudo. O desenhista desenhava a figura e o abridor a decalcava sobre uma chapa de metal, e com o buril (boril) ia acompanhando o traçado do desenhista, abrindo sulcos na chapa, gravando a imagem para a impressão. Dois tipos de impressão: gravação em metal e na pedra litográfica (Bluteau, 1712).

O Colégio de Pedro Segundo foi instalado no antigo casarão do Seminário de São Joaquim, parcialmente reformado pelo arquiteto Grandjean de Montigny da Academia Imperial de Belas Artes.

A proposta do ministro Vasconcellos para o Imperial Colégio, em consonância com o Ato Adicional de 1834, era bastante diferenciada das propostas político-educacionais anteriores. O momento histórico era de fortalecimento da monarquia e os governantes se preocupavam com a construção de um sentimento de identidade nacional pela educação e cultura. Inspirado no modelo de ensino dos melhores liceus franceses, Vasconcellos criou um colégio cujo objetivo era proporcionar aos alunos uma formação acadêmica, diferente das funções práticas valorizadas pelo trabalho manual, de modo a formar cidadãos gabaritados a preencher postos-chave da administração pública, bem como deputados e senadores, advogados, médicos, engenheiros e professores.

Os documentos que deram vida ao Colégio de Pedro Segundo – Decreto de fundação e Regulamento n. 8, de 31 de janeiro de 1838 – atestam a opção pela erudição como base da proposta educacional do Imperial Colégio. O regulamento apresentado contém os estatutos organizacionais, as normas disciplinares, de ingresso, promoção e exclusão de alunos e define o planejamento de ensino pelos programas de estudos clássicos das humanidades, de forma gradual e simultânea, progressiva e cumulativa, em tabelas sequenciais: centrado no domínio das línguas: português, latim, grego, francês e inglês, em 59 lições; enriquecido com as reflexões de filosofia, retórica e poética, em 40 lições; complementado pelos conhecimentos das ciências matemáticas e físicas, em 37 lições; e ornamentado pelos estudos históricos, geográficos e artísticos, em 22 lições. No capítulo das Disposições Gerais fica evidenciado o caráter singular do colégio-padrão, que possuía a prerrogativa de outorga do grau de bacharel em Letras a seus formandos do curso completo de 7 anos, que assegurava o acesso direto ao curso superior (Colégio Pedro II, 1953).

Na segunda metade do século XIX, o processo de consolidação da monarquia, com a reintegração das províncias ao poder central do Imperador (Maioridade), marca o patronato direto de D. Pedro II ao “seu colégio”. As novas diretrizes político-educacionais do Segundo Reinado, caracterizadas por sucessivas reformas da instrução pública,

determinaram como principais mudanças: i) a criação dos Exames Gerais de Preparatórios, em 1854, realizados na capital junto à Inspeção Geral para ingresso dos outros alunos nos cursos superiores do Império; a criação do Internato do Colégio de Pedro II, em 1857; essas reformas objetivaram atender ao aumento do número de alunos que vinham das províncias, bem como a demanda de novos agentes políticos provinciais; ii) a liberdade de ensino primário e secundário em todo Império e concurso para professores no Colégio de Pedro Segundo; medidas estabelecidas pela Reforma Leôncio de Carvalho em 1878-1879; iii) a criação da Congregação, em substituição ao Conselho Colegial, formada pelos professores catedráticos, com atribuições de organizar e fiscalizar as mesas de exames, os concursos para professores, elaborar os programas de ensino e organizar os livros didáticos; essas medidas foram propostas, em 1881, no ministério do Barão Homem de Melo; iv) os concursos para professores, a laicização da escola pública primária e secundária do ensino público obrigatório e a formação do bacharel em Ciências e Letras foram propostas pela Reforma Souza Dantas, em 1882, com o redimensionamento do Curso das Humanidades, complementado com um perfil de ensino profissionalizante, de preparação de mão de obra profissional especializada (Annuario [...], 1914).

O Imperial Colégio de Pedro Segundo, criado para ser o modelo de instrução pública secundária, debaixo do patronato do Imperador, cumpriu seu papel de colégio-padrão do ensino clássico do Município da Corte, projetando-se como instituição de referência para as demais províncias por meio de seus Estatutos de rigidez disciplinar, seus Plano de Estudos e Programas de Ensino de base clássica e tradição humanística e os Compêndios didáticos de autoria de seus professores catedráticos, adotados na maioria das escolas do país.

A composição do corpo docente, nomeado pelo Ministério do Império e depois concursado, era reconhecida pela sociedade como de “notório saber”, formada por intelectuais de renome nos meios acadêmicos. A seletividade do corpo discente, revelada pelos exames de admissão e promocionais, as exigências do curso de Bacharelado de 7 anos e o pagamento das altas anuidades, apesar da reserva de vagas gratuitas para alunos órfãos, caráter de fidelidade às origens, deram ao ensino secundário oficial, representado pelo Colégio de Pedro Segundo, uma função

formativa dirigida às elites, por meio da formação de importantes quadros do cenário sócio-político-cultural do país, isto é, homens públicos formados pelos paradigmas europeus de civilização e progresso.

Inserido na realidade do Município da Corte, o Imperial Colégio tornou-se um “padrão ideal” que não correspondia às realidades das províncias, cujo “padrão real” era um ensino técnico-profissional, necessário às camadas mais populares. A Instrução Pública, referendada pelas escolas primárias oficiais, pelas escolas normais e pelo Colégio de Pedro II, não conseguiu articular os diferentes graus de ensino elementar, secundário e superior. O poder central firmou sua ação no Município da Corte e exerceu a supervisão direta das escolas provinciais e o monopólio do ensino superior.

DO GINÁSIO NACIONAL AO COLÉGIO PEDRO II⁹

Durante o período de desagregação do Estado Imperial, nas décadas finais de 1800, ficou patente a necessidade de se redesenhar o perfil do Estado Nacional. A ideia libertária de República representou um sentimento estético de crítica intelectual à ordem monárquica e uma necessidade histórica imposta pelo progresso. A tese da educação pública livre, laica e científica tinha como pressuposto o paradigma de “um Estado para todos, uma escola para todos”, isto é, a necessidade do aprendizado do conhecimento instrumental coletivo para a formação da base do progresso e para o exercício da cidadania.

No início da República, houve um boom da escola primária e do ensino normal. A União renunciou ao monopólio do ensino superior, estabeleceu nova diretriz de supervisão da rede oficial do ensino primário na “pedagogia do cidadão” e deu continuidade ao papel paradigmático do colégio oficial, agora denominado Instituto Nacional de Instrução Secundária pelo Decreto n. 9, de 21 de novembro de 1889 do Governo Provisório – com o duplo objetivo de assegurar a formação geral do cidadão e a preparação para o ingresso nos cursos superiores.

9 A denominação Colégio Pedro II refere-se ao Decreto do Governo Provisório da República do Brasil.

No que concerne ao ensino secundário, o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, Decreto n. 981, de 8 de novembro de 1890, estabeleceu que esse ensino “será dado no Ginásio Nacional (antigo Instituto Nacional de Instrução Secundária), cuja divisão em externato e internato se manterá por enquanto” (Brasil, 1890a, art. 25).

Após a constitucionalização do regime republicano, pelo Decreto n. 1.075, de 22 de novembro de 1890, a reforma educacional começou a ser executada: “O Ginásio Nacional tem por fim proporcionar à mocidade brasileira a instrução secundária e fundamental, necessária e suficiente, não só para o bom desempenho dos deveres de cidadão, mas também para a matrícula nos cursos de ensino superior e a obtenção do grau de bacharel em Ciências e Letras” (Brasil, 1890b, art. 1º). O Plano de Estudos proposto para os 7 anos de curso estava de acordo com o projeto pedagógico de base científica: as matérias das “matemáticas” e das ciências naturais e físicas prevaleciam sobre o estudo clássico e humanístico tradicional. Além do primado da ciência, foi estabelecida carga maior para a ginástica e a instrução militar. O Plano de Estudos Integral era desenvolvido em dificuldade crescente e acompanhado por exames de suficiência, finais e de madureza, que consistia em provas escritas, orais e práticas.

Embora o Ginásio Nacional tenha perdido as vantagens do Imperial Colégio – perda do nome de seu patrono e perda de posição nacional de padrão na rede oficial pela política de equiparações dos estabelecimentos estaduais e pelos exames de madureza realizados em todo território nacional – uma prerrogativa foi conservada, a faculdade de conceder o título de bacharel em Ciências e Letras, embora o título não facultasse mais o ingresso direto nos cursos superiores.

Tal como no período imperial, o Ginásio Nacional foi objeto de sucessivas reformas do ensino. O Regulamento do Ginásio Nacional, estabelecido pela Reforma do Ministro Rivadávia Corrêa – Decreto n. 8.659, de 5 de abril de 1911 – libertou o Colégio da função de preparação para o ensino superior, norteando a diretriz pedagógica para a cultura geral e prática e para a instrumentalização de conhecimentos, em resposta às exigências da vida moderna do século XX e do federalismo. No Plano de Estudos foram introduzidas as matérias de Noções de

Higiene, Noções Gerais de Direito e Instrução Militar para o exercício da cidadania, em atendimento a um perfil do alunado mais popular.

No quadro de crise de identidade do Colégio, no contexto das oligarquias federais, por ação do Instituto dos Bacharéis e mobilização da comunidade escolar afetiva junto ao presidente Hermes da Fonseca, ex-aluno do Ginásio Nacional, foi conseguido a volta da designação patronal de Colégio Pedro II, pelo mesmo decreto anteriormente citado da Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República. A memória afetiva do imperador se materializava na figura de D. Pedro II, sempre presente no Externato e no Internato, zelando pelo “seu colégio”. Essa memória enraizada na comunidade escolar funcionou como pressuposto de garantia da qualidade de ensino e de sua história de colégio padrão do ensino secundário nas décadas iniciais do século XX.

Da análise da documentação das reformas educacionais, podemos depreender que, na República Velha, o Colégio Pedro II sobreviveu às constantes mudanças da política educacional e ao “apagamento” da memória histórica de seu patrono em diferentes momentos de ruptura institucional, a saber: mudanças de nome e de sua natureza elitista para militar e, posteriormente, popular; perda de seu papel de modelo pela política de equiparações dos ginásios estaduais e colégios particulares; extinção do bacharelado e abolição dos diplomas e títulos; obrigatoriedade de todos os alunos prestarem exames de madureza e vestibulares.

Durante a Primeira República (1889-1930), a instrução pública continuou a ser concebida como um instrumento de manutenção do Estado e formação da identidade da Nação. Apesar da indefinição conceitual das políticas republicanas, o Colégio Pedro II permaneceu na esfera federal como parte integrante dos projetos políticos educacionais veiculados pelas reformas de ensino, como agente transmissor de um saber sistematizado.

O COLÉGIO PEDRO II NA ERA VARGAS

Durante a Revolução de 1930, o Colégio reviveu a ocupação militar sofrida pelo Seminário de São Joaquim na época de D. João, em 1818, quando serviu para aquartelamento das tropas portuguesas recém-chegadas ao Brasil. De 12 de novembro a 20 de dezembro de 1930, parte

do edifício do externato foi transformado em quartel provisório para o 8º Batalhão de Caçadores de São Leopoldo, vindo do Rio Grande do Sul em apoio ao Chefe do Governo Provisório Getúlio Dornelles Vargas.

Triunfante o movimento de 1930, com o fim do regime federativo estabelecido pela Constituição de 1891, e a concentração de poder no executivo forte, apresentado como mediador dos interesses dos vários grupos associativos na formação do “estado corporativo”, puderam o presidente Vargas e o ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Luís da Silva Campos, estabelecer a diretriz política do segundo regime republicano, condizente com a proposta de fortalecimento da unidade do Estado/Nação, assentada no compromisso de promover a “educação e saúde laica e pública para todos”. Na concepção de um Estado para todos, a educação e a saúde passaram a ser encaradas como elementos prioritários da reconstrução da identidade nacional.

As reformas de ensino do período – Reforma Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942) – promoveram uma intervenção direta do Estado na educação. A meta dessa nova fase do regime republicano era o fortalecimento da unidade nacional e do nacionalismo.

A Reforma Francisco Campos centralizou no Ministério da Educação e Saúde Pública toda a regulamentação do ensino primário, secundário e superior, bem como promoveu a unificação dos programas e das metodologias de ensino. O caráter centralizador da proposta revelava uma tentativa de estabelecer um padrão uniforme para o ensino nacional. Também criou o Conselho Nacional de Educação como órgão consultivo do novo ministério para os assuntos relativos ao ensino, com as atribuições legais de “firmar as diretrizes gerais do ensino primário, secundário, técnico e superior” – Decreto n. 19.890, de 11 de abril de 1931 – sendo estabelecida uma rígida proposta de uniformização do ensino nacional.

A tendência “centralizadora-modernizadora” expressa pela Reforma de 1931 enfatizava a necessidade de preparação do aluno para o exercício da cidadania. O retorno do discurso liberal de igualdade diante da lei e do exercício do voto levou à revalorização e à preocupação com o ensino primário extensivo a todos, sendo a alfabetização a referência maior da escola primária pública, laica, gratuita e obrigatória, cujo objetivo era formar o cidadão comum, fornecendo as bases para a

participação no processo eleitoral e a constituição da mão de obra necessária para a reordenação da economia com a expansão da indústria.

A clientela da escola secundária, mais depurada e originária das camadas de acesso da sociedade, setores médios e superiores, deveria ter um ensino compatível com o encaminhamento para o trabalho autônomo, o gerenciamento e a atividade intelectual, voltado para a observação, a crítica, a criatividade e o estímulo aos cursos superiores.

O ministro Campos, em decorrência da normatização educacional fixada pela reforma, redefiniu, em 1932, a natureza do ensino secundário nos seguintes termos: “A finalidade exclusiva do ensino secundário deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, constituindo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si e tomar as decisões mais conscientes e mais seguras” (Brasil, 1932).

De forma pragmática, a reforma impôs um ensino seriado obrigatório para todas as escolas do país. O ensino secundário passou a ter dois cursos: o fundamental, obrigatório, com duração de cinco anos, cujo objetivo era dar a formação geral aos estudantes, preparando-os para a vida e o exercício da cidadania; e o complementar, com duração de dois anos, com objetivo específico de preparar os alunos para o nível universitário.

Nesse documento citado acima, podemos perceber, ainda, indícios de que houve uma tentativa de mudança na categoria institucional do ensino secundário, destacando em seus objetivos a formação de hábitos, atitudes e comportamentos para a vida. Embora essa concepção não tenha se consolidado, nos permite afirmar que essa ideia de formação para a vida, oriunda do movimento conhecido como Escola Nova, já circulava no meio dos educadores brasileiros desde as primeiras décadas do século XX. A apropriação, pelos educadores brasileiros, da obra do filósofo e educador norte-americano John Dewey introduziu nas discussões pedagógicas brasileiras novos referenciais de resposta às questões educacionais da época. As teorias apropriadas, fundamentadas na ideia do ensino com significado prático para a vida do aluno em oposição ao academicismo das propostas educacionais de influência francesa, criaram as condições para se pensar em uma nova abordagem para os conteúdos escolares.

O Ministério organizou comissões para elaborar os programas de ensino das disciplinas básicas, unificados para todo o Brasil, acompanhados de Instruções Metodológicas que, além da seleção de conteúdo, definiam os objetivos das disciplinas e indicavam as técnicas pedagógicas apropriadas para cada uma delas. Assentada em bases pedagógicas renovadas e num diagnóstico mais real da situação educacional do país e do caráter deficitário do ensino secundário, essa reforma estabeleceu uma ampliação de função da escola de nível médio, isto é, integrar o adolescente à sociedade moderna.

Pelo Decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, o Colégio Pedro II era reconhecido como colégio oficial para ministrar o ensino secundário, conforme reza o documento – Título I. Capítulo 1. Dos cursos e da seriação, art. 1º: “O ensino secundário, oficialmente reconhecido, será ministrado no Colégio Pedro II e em estabelecimentos sob regime de inspeção oficial” (Brasil, 1932). No ensino secundário estavam compreendidos dois cursos seriados: fundamental e complementar. Tanto as disciplinas que deveriam fazer parte dos programas de ensino quanto os respectivos conteúdos eram estabelecidos pelo Ministério mediante as “Instruções Metodológicas” que definiam, também, os fundamentos das disciplinas e a maneira como deveriam ser ministradas. Nessa legislação, os professores catedráticos do Colégio Pedro II seriam nomeados por Decreto, mediante concursos de provas e títulos, escolhidos entre diplomados pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

Até a Reforma Francisco Campos, na década de 1930, apesar da legislação republicana para o ensino secundário em vigor no Colégio Pedro II, a Congregação do Colégio manteve suas atribuições e seu poder de decisão e intervenção em todos os assuntos, nos programas de ensino, assim como na elaboração dos concursos de professores e na escolha dos novos catedráticos. O Programa de Ensino de 1931 foi o primeiro programa elaborado sem a aprovação prévia e oficial dos catedráticos e da Congregação do Colégio Pedro II. No entanto, apesar de a Congregação ter perdido a importante atribuição de formular os programas de ensino, vale destacar que alguns professores catedráticos participaram e contribuíram com seus conhecimentos para a elaboração dos novos programas do governo federal, em consonância com as propostas inseridas na reforma educacional do período.

O Colégio Pedro II, que se manteve nas esferas das elites culturais até o início da década de 1930, teve a sua natureza verdadeiramente alterada, com a entrada maciça de alunos, de ambos os sexos, das camadas urbanas médias e das menos favorecidas da população do Rio de Janeiro, mas continuou com peso intelectual reconhecido pela sociedade, representado por um corpo docente titulado, concursado e nomeado pelo governo e por um corpo discente selecionado pelos exames de admissão e promocionais exigidos ao longo dos cursos.

Concebido como uma escola masculina desde a sua fundação, manteve o Colégio esta concepção até 1926, quando o diretor-geral do Departamento de Ensino, Juvenil da Rocha Vaz, interpretando literalmente o decreto de reforma, resolveu permitir a matrícula da aluna Yvonne Monteiro da Silva no Externato. Esse precedente abriu caminho para o ingresso das meninas no Externato, mantendo-se o Internato exclusivamente para os meninos. A admissão regular de alunas no Colégio ocorreu a partir de 1930.

Em observância à diretriz pedagógica, o ensino passou a ser ministrado em classes divididas por sexo, obedecendo ao princípio dos círculos concêntricos, por meio dos quais os conteúdos das disciplinas, estabelecidos pelo currículo seriado, eram apresentados de maneira mais geral nas primeiras séries do curso e revistos nas séries mais adiantadas, sendo aprofundados no curso complementar: metodologicamente, do mais geral para o mais particular/do mais simples para o mais complexo.

Tendo seu Plano de Ensino regulado pela rígida seriação imposta pela reforma, o Colégio Pedro II, com o intuito de oferecer enriquecimento pedagógico e cultural, passou a oferecer, a partir de 1932, cursos livres abertos à comunidade. Podemos, assim, exemplificar essas atividades extracurriculares: curso de língua e literatura italianas, mantido pelo governo da Itália com os objetivos de difundir a cultura italiana e estreitar as relações Brasil/Itália; curso de literatura francesa, intercâmbio com a Escola Normal da Sorbonne de Paris; curso de grego, oferecido por iniciativa do professor José de Oiticica; e curso de música e canto orfeônico, sob a regência da professora Maria Elisa Freitas, objetivando a formação do Orfeão Escolar e promoção de concertos educativos populares. A música esteve presente no currículo do Colégio Pedro II e exerceu importante influência na formação do aluno desde suas origens,

sendo até os dias atuais uma atividade marcante de enriquecimento na formação dos alunos.

O Colégio Pedro II, de 1927 a 1937, teve suas atividades regulamentadas pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria de 31 de agosto de 1927 do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com as necessárias adaptações e acréscimos determinados pela Reforma Campos, pelos dispositivos referendados pela Constituição de 1934 e decretos ministeriais que destinaram o ensino secundário à educação do adolescente, visando o desenvolvimento harmônico da personalidade física, intelectual e moral dos alunos por meio da cultura geral autônoma.

Após o Golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, a implementação doutrinária do programa educacional do Estado Novo ficou a cargo do novo ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, com a competência para exercer na esfera federal a administração das atividades relativas à educação escolar e extraescolar, à saúde pública e à assistência médico-social. Com a reestruturação do ministério, a Divisão do Ensino Secundário constituiu-se como parte integrante do Departamento Nacional de Educação, e o Colégio Pedro II foi mantido junto ao poder federal, pelo Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. A educação, ratificada como “instrumento do Estado à serviço da Nação”, tem como meta reorganizar a base ideológica do Estado/Nação. Com o fechamento do legislativo, o Plano Nacional de Educação não acabou de ser votado nem entrou em vigor. No entanto, a tendência conservadora cristalizada em suas propostas ganhou espaço no novo regime.

No mandato de Gustavo Capanema como ministro da Educação e Saúde Pública, foi criado um Plano Nacional de Educação que mobilizou a sociedade, levando-a a pensar e a opinar sobre a educação brasileira. Mediante um questionário elaborado por educadores, pretendia-se reelaborar os objetivos gerais da educação e, mais especificamente, redefinir os objetivos do ensino secundário e a organização do seu currículo e programas (Brasil, 1942).

Pela Reforma de 1942, o ensino secundário foi dividido em dois níveis: o curso ginásial, de quatro anos; e o curso colegial de três anos, subdividido em curso clássico e científico. O objetivo do curso colegial continuava o mesmo, ou seja, preparar os jovens da elite para os estudos superiores.

Os programas do curso clássico pouco se diferenciavam do curso científico, evidenciando-se em ambos a manutenção do caráter enciclopédico do ensino, com o objetivo de proporcionar ao aluno uma cultura geral e humanística. Dessa forma, apesar da elaboração dos programas de ensino secundário estar a cargo do governo republicano, na década de 1940 os programas, com algumas mudanças pontuais, mantiveram a essência erudita que caracterizara os programas do Colégio Pedro II nos anos anteriores.

Podemos concluir que, apesar da centralização da elaboração dos currículos, as duas reformas de ensino analisadas – a de Francisco Campos (1932) e a de Gustavo Capanema (1942) –, ambas ocorridas durante o governo de Getúlio Vargas, não representaram diferenças significativas nos programas de ensino do Colégio Pedro II. A manutenção da concepção do ensino secundário tradicional influenciou na formulação dos programas, que mantiveram o caráter erudito, enciclopédico e humanista.

O Programa de Ensino de 1942 permaneceu em vigor até o ano de 1951, quando os programas voltaram a ser elaborados pela Congregação, como estabelecido pela Lei n. 1.359, de 25 de abril de 1951, que regulamentou o ensino secundário. Essa lei foi complementada pela Portaria Ministerial n. 614, de 10 de maio de 1951, publicada em Diário Oficial em 17 de julho de 1951, que incumbiu a Congregação da elaboração dos programas do ensino secundário.

A Era Capanema, caracterizada pelo “intervencionismo protetor do Estado”, respondeu aos novos interesses pactuados entre a ordem política instituída e a representação da ordem social. A educação como instrumento do Estado, na tarefa de reconstrução da Nação, reassumiu o compromisso público social com a modernização e a democratização. Foi nessa fase de expressão maior do poder governamental que se definiu o rompimento doutrinário com o grupo de educadores da Associação Brasileira de Educação e com os intelectuais católicos. Os pedagogos viram seus postulados de liberdade de ensino cerceados, e a Igreja considerou a laicização da educação como perda de espaço de sua ação hegemônica secular sobre a sociedade.

O Colégio Pedro II não obteve nenhum privilégio, nem menção especial, nem reconhecimento singular no texto da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942. O período em destaque representou também

o fim das mensalidades escolares pagas pelos alunos. As contribuições dos alunos foram suspensas a partir da promulgação da Constituição de 1946, que no Capítulo II – Da Educação e Cultura, em seu art.168, estabelece a gratuidade do ensino.

A EXPANSÃO DO COLÉGIO PEDRO II ENTRE 1950 E 1990: UMA NOVA CONFIGURAÇÃO ORGANIZACIONAL

O marco divisório para o início da expansão física do Colégio Pedro II foi o ano de 1857. Até essa data existia apenas a unidade-mãe, o Imperial Colégio de Pedro Segundo. A Instituição funcionava no sistema de externato, semi-internato e internato. Por determinação do ministro Marquês de Olinda, foi baixado o Decreto Imperial n. 2.006, de 24 de outubro de 1857, que estabeleceu a divisão física, em Externato e Internato, apesar de continuar sendo uma única instituição.

O Externato permaneceu no prédio sede, localizado na Rua Larga de São Joaquim, atual Avenida Marechal Floriano, no centro da cidade, enquanto o Internato, criado a partir do referido Decreto, funcionou inicialmente em prédio alugado na Chácara do Matta, na Rua de São Francisco Xavier, no Bairro do Engenho Velho, zona norte da cidade.

A partir de 24 de novembro de 1888, o Internato foi transferido para instalação própria adquirida pelo governo imperial, no Bairro de São Cristóvão, e existiu nesse formato até a ocorrência do incêndio que destruiu o prédio em 13 de janeiro de 1961. Apesar do sinistro, as aulas no Internato foram retomadas porque o novo prédio já estava em construção desde a década de 1950. O início das obras do novo prédio ocorreu a partir de 9 de junho de 1951, mas os trabalhos se estenderam por toda a década de 1950. Dessa forma, embora as novas instalações tenham sido inauguradas por força das circunstâncias e ainda não estivessem com suas acomodações totalmente prontas, ocorrendo algumas precariedades, foram rapidamente preparadas para o início das aulas em maio de 1961.

A partir da década de 1950 iniciou-se o primeiro ciclo de expansão física no século XX, com a criação das seções escolares Norte, Sul e o Anexo Tijuca, criados nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. A justificativa para a expansão foi o aumento da procura por

matrículas para ingresso na 1ª Série do Curso Secundário, atualmente denominado 6º ano do ensino fundamental, por meio do histórico Exame de Admissão. A demanda da sociedade por mais vagas, o currículo que preparava os alunos para o ingresso nas faculdades, bem como o reconhecimento do Colégio pelo padrão de ensino contribuíram para que fossem adotadas as ações necessárias à sua ampliação, a fim de atender ao aumento significativo de matrículas.

A primeira fase de expansão no século XX compreendeu a criação das seguintes Seções:

- Seção Norte – criada em março de 1952, localizada na Rua Barão de Bom Retiro, Bairro do Engenho Novo, na zona norte da cidade, no local do antigo Colégio Independência, mantido pela iniciativa particular, cujas instalações foram compradas pelo governo. Posteriormente, foi denominada Unidade Escolar Engenho Novo II e, atualmente, Câmpus Engenho Novo II.
- Seção Sul – criada na mesma data, em março de 1952, localizada na Rua Humaitá, Bairro de Botafogo, na zona sul da cidade, onde funcionava o Colégio Brasil América. Posteriormente, foi denominada Unidade Escolar Humaitá II e, atualmente, Câmpus Humaitá II.
- Anexo Tijuca – criado em abril de 1957, o Anexo Tijuca recebeu essa denominação por estar subordinado administrativamente, na época, à direção do Externato. Foi instalado em um edifício situado na Rua São Francisco Xavier, Bairro da Tijuca, na zona norte da cidade, em prédio alugado aos proprietários do Colégio Felisberto de Meneses que nele funcionava, depois adquirido pelo Colégio Pedro II. Foi transformado em Seção Tijuca pelo Decreto n. 632, de 27 de fevereiro de 1962. Posteriormente denominada Unidade Escolar Tijuca II e, atualmente, Câmpus Tijuca II.

Até o ano de 1961 a criação das seções estimulou uma extraordinária procura por vagas, o que levou à adoção de três turnos de aulas para atender à demanda. A direção administrativa das seções escolares foi exercida, a princípio, por professores do quadro de catedráticos do

Colégio e, posteriormente, por outros membros do magistério escolar, e era subordinada à direção do Externato.

O Decreto-Lei n. 419, de 10 de janeiro de 1969, estabeleceu o sistema de externato para as suas duas unidades escolares: Externato Bernardo de Vasconcelos e Externato Frei de Guadalupe. As Seções Sul e Tijuca foram integradas ao Externato Bernardo de Vasconcelos, e a Seção Norte integrada ao Externato Frei de Guadalupe.

No local do antigo Internato, após o incêndio, com o aporte de recursos financeiros disponibilizados pelo governo federal, surgiu um novo complexo educacional, composto de amplas salas de aula, quadra poliesportiva, campo de futebol e um teatro que posteriormente recebeu o nome de Teatro Mário Lago, em homenagem ao ex-aluno escritor e ator.

A Sede do Externato Frei de Guadalupe converteu-se em Unidade Escolar São Cristóvão, na década de 1980. Em 1999, foi desmembrada em Unidades Escolares São Cristóvão II e III, destinadas, respectivamente, aos anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio, que deram origem aos atuais Câmpus São Cristóvão II e São Cristóvão III.

No concernente às mudanças da política educacional do período da reforma administrativa proposta, ainda no final da década de 1960, ocorreu movimento interno pela conquista da autonomia do Colégio Pedro II. Na Ata da Congregação de 23 de fevereiro de 1967, realizada no Salão Nobre do Externato, ficou patente a ação dos membros da Congregação no sentido de refutar a reforma administrativa proposta pelo governo federal, pela qual o Colégio Pedro II ficaria subordinado à Diretoria de Ensino Secundário do Ministério da Educação, implicando um rebaixamento da Instituição. Esse movimento de mudança administrativa institucional, relacionado às alterações político-educacionais, promoveu a transformação do Colégio Pedro II em autarquia, sendo essa uma proposta elaborada pela própria Congregação, que representou uma reação às mudanças sugeridas pela reforma administrativa. A Congregação se valeu de sua força política e acadêmica para vetar o projeto e fazer prevalecer sua proposta de autonomia para o Colégio Pedro II.

Por fim, o Decreto-Lei n. 245, de 28 de fevereiro de 1967, transformou o Colégio Pedro II em uma autarquia federal. A Diretoria Geral, no novo status da administração do Colégio Pedro II, representava órgão executivo superior e, além de assessores individuais específicos, possuía três

colegiados máximos de assessoramento: I – Congregação, mantida como órgão deliberativo com objetivo de exercer a superior jurisdição do Colégio Pedro II; II – Conselho Departamental, órgão consultivo e deliberativo, nas áreas administrativa e pedagógica; III – Conselho de Curadores, órgão consultivo, fiscal e deliberativo nas áreas econômica e financeira. Destaca-se ainda que a estrutura departamental, que não se coaduna com o âmbito escolar nem no ensino público nem no ensino privado, foi mantida no Colégio Pedro II, remetendo ainda a sua aproximação com a estrutura universitária. A nova condição jurídica do Colégio Pedro II não modificou as denominações de seus órgãos administrativos, mas ampliou suas funções.

A década de 1970 representou um outro período de transição para o Colégio Pedro II. A Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, Lei de Diretrizes e Bases (LDB), estabeleceu as bases para o ensino de 1º e 2º graus, conforme a nova terminologia para os antigos cursos primário, ginásial e colegial, implementou uma reforma educacional estabelecendo a junção dos cursos primário e ginásial no curso então denominado de 1º grau, com duração de oito anos, e extinguiu o exame de admissão à 5ª série desse segmento escolar. Com essas determinações, a LDB promoveu uma quebra na tradição do Colégio, que era a do aluno seguir do curso ginásial ao colegial. O resultado dessa legislação provocou um esvaziamento do Colégio no final da década de 1970, tendo em vista que, pela nova lei, o antigo ginásio seria competência do Estado e deixaria de existir o exame de admissão, promovendo uma redução progressiva do número de alunos. O Colégio Pedro II realizou exames de admissão à 5ª série do 1º grau até 1975. Assim, nesse ano ocorreu o último ingresso de alunos para cursarem o 1º grau, e o quantitativo de séries e alunos desse segmento escolar foi sendo reduzido, gradativamente, até ser extinto na Instituição, a partir de 1979. Desde 1976, foram realizados exames de admissão apenas para a 1ª série do 2º grau. O último ano da década se iniciou com cerca de 3.800 alunos matriculados nas duas Sedes e três Seções.

O final da década de 1970 foi um momento de reação do Colégio Pedro II em busca de solucionar os problemas resultantes das mudanças estabelecidas pela LDB e pela Reforma Universitária de 1968. Em março de 1979, após doze anos como primeiro diretor-geral do Colégio Pedro II, o professor Vandick Londres da Nóbrega deixou o cargo quando foi nomeado o professor titular de Química, Tito Urbano da Silveira, em cuja gestão

foi colocada em prática uma série de medidas no sentido de reerguer o Colégio Pedro II e reparar os efeitos negativos das legislações citadas.

Entre as primeiras iniciativas tomadas no campo pedagógico, destaca-se o Primeiro Encontro Pedagógico de Professores do Colégio Pedro II, realizado entre 30 de julho e 4 de agosto de 1979, objetivando planejar e organizar as estratégias para o ensino. Esse encontro representou um marco na política pedagógica do Colégio Pedro II, com o estabelecimento da participação do corpo docente na elaboração dos programas, pela primeira vez.

Para reverter o quadro desolador que prenunciava o fim do Colégio por falta de alunos, o diretor-geral propôs à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da cidade do Rio de Janeiro um convênio denominado Convênio de Colaboração Educacional e Pedagógica. Em razão desse convênio, o Colégio Pedro II voltou a ter turmas de 1º grau, sem realizar exame de admissão. Para o ano letivo de 1980, ingressaram na 5ª série do 1º grau do Colégio Pedro II cerca de 1.200 alunos oriundos da rede municipal.

O convênio previa a oferta de vagas nas turmas de 5ª série do Colégio Pedro II para os melhores alunos concluintes das 4ª séries nas escolas municipais, selecionadas entre as existentes na área geográfica de abrangência das unidades escolares do Colégio Pedro II, em que dariam continuidade a seus estudos, sendo 50% do total de vagas destinadas a crianças cujos pais recebessem até dois salários mínimos, e os 50% restantes àqueles cujos pais se situassem acima da faixa de dois salários mínimos. Cuidadosamente, essa ação foi denominada de “Seleção para prosseguimento de estudos no CPII”, evitando, assim, possíveis embates com a legislação educacional da época. Esse sistema de seleção funcionou por dois anos consecutivos e, a partir de então, a direção do Colégio precisou modificar a estratégia de ingresso dos alunos, publicando um edital de anúncio-convite denominado “Seleção para continuidade de estudos no Colégio Pedro II”. Foi um sistema classificatório em ordem decrescente das notas obtidas, justificado pelo fato de o número de vagas oferecidas ser menor que o quantitativo de candidatos. Desse modo, o Colégio retomou o seu papel de inovação educacional e recuperou o efetivo discente.

Acompanhando as modificações dos dispositivos legais, foram criados diversos órgãos colegiados em nível pedagógico e administrativo, trazendo uma nova configuração para o Colégio. No início da década de 1980,

as duas sedes e as seções foram convertidas em unidades escolares, tendo como complemento o nome do bairro em que estavam instaladas. Assim, deixou de existir subordinação das antigas seções às respectivas sedes.

Em sua empreitada pelo reerguimento do Colégio Pedro II, o professor Tito Urbano da Silveira contou com o apoio do ministro da Educação Eduardo Portella. A nova diretriz administrativa e pedagógica do Colégio Pedro II, responsável pela ampliação dos quadros docente e discente, criou ainda as Unidades de Ensino da classe de alfabetização à 4ª série do 1º grau (atual 1º a 5º ano do ensino fundamental), carinhosamente denominadas Pedrinhos, promovendo o segundo ciclo de expansão física do Colégio Pedro II no século XX, e a ampliação do quadro de modalidades de ensino que viria ainda a se aperfeiçoar. No ano de 1983, seguindo orientação da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura, teve início o planejamento para a futura implantação do 1º segmento do 1º grau (atual anos iniciais do ensino fundamental) no Colégio Pedro II. Em 11 de janeiro de 1984, foi publicado no Diário Oficial o edital para realização de concurso público de provas e títulos, a fim de selecionar professores para aquele nível de ensino. O resultado do concurso foi homologado em 12 de março de 1984, com a aprovação de 97 professores convocados gradativamente, à medida que eram criadas as unidades escolares de 1º segmento. Esses novos professores participaram de um processo de capacitação ministrado por especialistas externos das diversas disciplinas.

A primeira Unidade de 1º Segmento foi inaugurada em 29 de março de 1984, em São Cristóvão. Seguiu-se a de Humaitá, criada pela Portaria n. 443, de 19 de dezembro de 1984, que iniciou as atividades escolares no ano letivo de 1985; a do Engenho Novo, criada pela Portaria n. 912, de 23 de setembro de 1985, que iniciou as atividades escolares no ano letivo de 1986; e, por fim, a da Tijuca, criada pela mesma Portaria n. 912, de 23 de setembro de 1985, porém suas atividades escolares iniciaram-se somente em março de 1987 em razão do atraso na conclusão da obra para a construção do prédio destinado a receber a nova unidade escolar.

Com o advento das novas unidades, foi adotado o acréscimo de algarismos romanos “I” e “II” aos nomes das unidades escolares, a fim de identificá-las. Utilizou-se, inicialmente, o “I” para denominar as unidades de 2º Segmento do 1º Grau e 2º Grau (atuais anos finais do ensino fundamental e ensino médio), por serem as mais antigas, e o “II” para

caracterizar as de 1º Segmento de 1º Grau (atual anos iniciais do ensino fundamental). Contudo, na gestão seguinte, as denominações foram trocadas, passando o “I” a identificar as unidades escolares de 1º Segmento de 1º Grau (atual anos iniciais do ensino fundamental) e o “II” as de 2º Segmento do 1º Grau e 2º Grau (atuais anos finais do ensino fundamental e ensino médio). Essa norma vigora até os dias atuais, e, nas localidades em que há um único Câmpus, não se emprega a identificação numérica.

A EXPANSÃO DO COLÉGIO PEDRO II NO SÉCULO XXI

A partir de 2004, ao iniciar seu terceiro mandato como diretor-geral, o professor Wilson Choeri, preocupado com a manutenção do Colégio Pedro II como instituição pública federal, uma vez que eram recorrentes os movimentos para estadualizá-lo, e, ao mesmo tempo, sensível à nova política governamental de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, iniciou outro período de expansão da Instituição com a criação de novas unidades escolares.

Acreditava-se que, se o Colégio ampliasse sua atuação para outras regiões, além de beneficiar milhares de jovens que até então tinham de efetuar grandes deslocamentos para acessar uma das Unidades existentes, tornar-se-ia mais forte e menos suscetível a ameaças de fechamento ou estadualização.

COMPLEXO ESCOLAR DE REALENGO

A primeira unidade da expansão foi a de Realengo, localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, a princípio voltada exclusivamente para alunos de ensino médio regular.

Cumprer destacar que a expansão do Colégio para o Bairro de Realengo deveu-se, no começo, à ação de um grupo de moradores da região, denominado “Movimento Pró-Escola Técnica Federal em Realengo”, que desde a desativação da antiga Fábrica de Cartuchos do Exército mobilizara-se para que no local fosse instalada uma escola – daí a denominação do grupo, pois era essa a nomenclatura da época para os atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em 2001, um grupo de participantes apresentou a proposta de criar uma Unidade do Colégio Pedro II em Realengo. Porém, naquela ocasião,

não havia a menor possibilidade de esse pedido ser atendido, uma vez que a orientação do governo federal daquela época para a educação pública era voltada para redução, jamais para expansão.

Com a mudança de governo em janeiro de 2003 e a reeleição do professor Wilson Choeri ao final do mesmo ano, o contato com os representantes do Movimento Pró-Escola Técnica foi restabelecido e, enfim, o desafio pôde ser aceito, com a intermediação do Ministério da Educação (MEC).

Assim, em 6 de abril de 2004, em cerimônia pública, foi firmado um convênio entre a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, o Ministério da Educação e o Colégio Pedro II. Por meio desse convênio, foi possível iniciar imediatamente o ano letivo, em 12 de abril, para seis turmas de 1ª série do ensino médio, funcionando provisoriamente no turno noturno nas dependências da Escola Municipal Gil Vicente, localizada na Rua Bernardo de Vasconcelos, próximo à área da extinta fábrica.

Contudo, ao iniciar-se o ano 2005, a Prefeitura informou que não mais poderia ceder aquela escola ou qualquer outra. Após inúmeras buscas por um novo local para que a Unidade pudesse funcionar provisoriamente naquele ano, enquanto se aguardava a conclusão do processo de transferência definitiva da área da antiga fábrica para o patrimônio do Colégio Pedro II, a solução surgiu graças ao elevado espírito de solidariedade do padre John Cribbin, pároco irlandês da Paróquia de São José de Magalhães Bastos, que cedeu as instalações do Centro Comunitário de Capelinha, localizado em Magalhães Bastos, sem ônus para o Colégio Pedro II, para que as aulas pudessem ocorrer nos turnos vespertino e noturno. Solucionada a questão da transferência da área para o Colégio Pedro II, na última semana daquele ano iniciaram-se as primeiras obras de restauração de dois pavilhões situados na Rua Bernardo de Vasconcelos, realizadas em três meses, com recursos orçamentários próprios.

A antiga Fábrica de Cartuchos do Exército começou a ser construída em 1896. Foi desativada em 1977, ficando abandonada por décadas, originando diversos pavilhões em ruínas. Os prédios da fábrica e os bens de seu entorno foram tombados, por seu valor histórico e arquitetônico, por meio da Lei n. 1.962, de 4 de maio de 1993, da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. O imóvel de propriedade da União, com área

total de aproximadamente 45.000 metros quadrados, foi cedido ao Colégio Pedro II sob forma de utilização gratuita conforme Portaria n. 286, de 28 de outubro de 2004, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) (Brasil, 2004), posteriormente modificada pela Portaria n. 170, de 27 de junho de 2006 (Brasil, 2006).

As primeiras instalações foram entregues à comunidade escolar, com a presença do Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, professor Eliezer Pacheco, em 14 de março de 2006. Começava, assim, o pleno funcionamento da Unidade em sede própria, em três turnos – manhã, tarde e noite. A primeira turma de ensino médio regular formou-se em 23 de dezembro de 2006.

Prosseguindo com a recuperação dos pavilhões, mais dois deles, situados na Rua Dr. Lessa, foram restaurados, assim como a antiga residência do comandante da fábrica, nela se instalando um Centro de Inclusão Digital, dotado de computadores com teclado em Braille, impressora em Braille e um espaço cultural destinado a receber exposições artísticas. Essa segunda etapa foi inaugurada em 16 de agosto de 2007, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado do Ministro da Educação, Fernando Haddad, em cerimônia que contou com a presença de inúmeras autoridades.

Coube à gestão que se seguiu, da professora Vera Maria Ferreira Rodrigues, colher os bons frutos da parceria com o governo federal. Com poucos dias de empossada, a nova diretora-geral retornou à Brasília, em 8 de setembro de 2008, para assinar um Termo de Cooperação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), garantindo os primeiros recursos para a recuperação da área da antiga Fábrica de Cartuchos do Exército. Daí em diante, em todos os anos de sua administração, o Colégio recebeu os recursos necessários para prosseguir na empreitada, fixados em rubrica própria de seu orçamento.

Com a finalidade de ofertar os anos iniciais do ensino fundamental a partir de 2010, de forma gradativa, até sua completa implantação, foi criada a Unidade Escolar Realengo I, por meio da Portaria n. 1.953, de dezembro de 2009 (Colégio Pedro II, 2009). Mais dois amplos pavilhões destinados à essa Unidade Escolar foram restaurados, de modo que, ao final de 2009, o sorteio para seleção de novos alunos para o ano letivo

de 2010 incluiu a previsão de abertura de turmas de 1º ano e de 2º ano do ensino fundamental para a nova Unidade.

Pela mesma portaria, a Unidade Escolar Realengo passou a ser denominada Unidade Escolar Realengo II e veio a oferecer turmas de 6º e 7º anos de ensino fundamental, além do ensino médio regular e do Programa de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), o que significava importante expansão de vagas para a região.

A Unidade Escolar Realengo I, a quinta destinada aos anos iniciais do ensino fundamental, foi inaugurada em 13 de maio de 2010, tornando-se a décima quarta do Colégio Pedro II.

Ainda em 2010, concluiu-se a urbanização de mais 30.000 metros quadrados de área comum das Unidades Escolares Realengo I e II (Santos *et al.*, 2018). Nesse mesmo ano, foi elaborado o projeto para recuperação da antiga casa do subcomandante da fábrica, destinada a receber as instalações da futura Escola de Música, composta de salas especiais, auditório, estúdios e salas de aula, cuja reforma e adaptação iniciou-se em novembro de 2010 e veio a ser concluída em 2011.

Também em 2011 foi concluída a execução de obras de adaptação e reforma do prédio em ruínas, situado na Avenida Santa Cruz, com área aproximada de 3.600 metros quadrados, destinado à ampliação do número de salas de aula e laboratórios para turmas de ensino médio da Unidade Escolar Realengo II (Santos *et al.*, 2018). Foi ainda efetuada a construção do Complexo Poliesportivo da Unidade Escolar Realengo II.

Nesse mesmo ano, foi feita a urbanização de área anexa ao pavilhão da Unidade Escolar Realengo I, para futura instalação da educação infantil, destinada a alunos de 4 e 5 anos.

Em 4 de maio de 2012, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, inaugurou o Complexo Escolar de Realengo. Ao longo de 5 anos foram investidos pelo MEC e FNDE cerca de R\$ 50 milhões. Em 2012, contava-se com 2.115 alunos matriculados em 70 turmas das duas unidades escolares, em cursos da educação infantil, de 4 e 5 anos, passando pelo ensino fundamental quase completo – só faltando o 5º ano, que seria alcançado em 2013 com a consolidação da Unidade Escolar Realengo I – e chegando ao ensino médio regular e integrado.

O projeto do teatro estava prestes a ser licitado, finalizando, assim, a completa transformação das ruínas de uma fábrica de munições em um belíssimo complexo escolar e cultural. Seguiu-se sua construção, já na gestão do reitor Oscar Halac, e sua inauguração marcou as comemorações do 177º aniversário do Colégio Pedro II, na manhã do dia 2 de dezembro de 2014. Em votação realizada com a comunidade escolar, o teatro recebeu o nome de Bernardo Pereira de Vasconcelos, em homenagem ao criador do Colégio Pedro II.

UNIDADE ESCOLAR DESCENTRALIZADA DE NITERÓI

A princípio, não era intenção do professor Wilson Choeri criar outra unidade escolar antes de concluir a implantação da Unidade Escolar Realengo, porém, a repercussão dessa nova Unidade e a política governamental de expansão da Rede Federal de Educação Profissional provocaram uma verdadeira corrida de prefeitos de municípios, desejosos de terem uma Unidade do Colégio Pedro II em suas cidades. A todos foi dada a mesma resposta: o Colégio Pedro II não implantaria nenhuma nova Unidade antes de concluir a de Realengo.

Contudo, em agosto de 2005, o secretário Municipal de Educação de Niterói conseguiu ultrapassar essa barreira com o argumento de que, apesar de ser uma das principais cidades do Estado do Rio de Janeiro e de sediar uma das principais universidades brasileiras – a Universidade Federal Fluminense (UFF) –, a cidade não contava até aquela época com um estabelecimento público federal de ensino médio, o que representava sério prejuízo para os jovens que desejassem estudar no Colégio Pedro II, obrigando-os à travessia diária da Baía de Guanabara. Fruto dessa reivindicação, em dezembro de 2005 foi firmado o Convênio Intercomplementar dos Sistemas Federal e Municipal de Educação com a Prefeitura de Niterói. Em um curto período, a administração municipal providenciou as obras necessárias para abrigar o Colégio Pedro II. Entretanto, todos sabiam que se tratava de um local provisório, uma vez que era insuficiente para o completo funcionamento da Unidade.

A inauguração da primeira unidade descentralizada de Niterói ocorreu no dia 5 de abril de 2006. A partir de janeiro de 2007, contudo, a Prefeitura rompeu o acordo inicial celebrado em convênio e deixou de dar suporte à Unidade, que ficou inteiramente por conta do Colégio Pedro II.

Apesar dos esforços, não se conseguiu obter novo local para a unidade escolar descentralizada (uned) de Niterói naquele ano, sendo necessário permanecer no pequeno prédio, com espaço apenas para seis turmas de 2ª série de ensino médio, pela manhã, e igual número de turmas de 1ª série do ensino médio no turno da tarde.

Em 2008, o secretário Estadual de Educação concedeu ao Colégio Pedro II cessão de uso do Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) Governador Roberto da Silveira, localizado na Rua General Castrioto, n. 120, no Bairro Barreto, situado próximo à Uned/Niterói. Como encontrava-se em péssimas condições de conservação, foi necessário realizar serviços emergenciais durante o período de férias escolares. Contudo, havia impedimentos legais de custear obras em prédios cedidos, bem como restrições de alterações das plantas físicas dos Ciep, impostas pela Fundação Oscar Niemeyer. Por isso, nos anos que se seguiram, continuou a busca incessante por um espaço definitivo para construir a Uned/Niterói.

Das três Unidades criadas pelo professor Wilson Choeri, na primeira década do século XXI, o Câmpus Niterói foi o único que a professora Vera Maria Rodrigues não conseguiu solucionar a questão de obter um local apropriado para a construção de sede compatível com o padrão das demais Unidades do Colégio Pedro II.

Coube ao reitor Oscar Halac, que a sucedeu, ainda na fase de transição entre as duas administrações, lograr êxito em conseguir, por meio de gestões junto aos governos municipal e estadual, a cessão da área vizinha ao Ciep Governador Roberto da Silveira, em que se encontrava instalado o Câmpus Niterói. No passado, o local sediara um quartel do Exército que fora desativado. Assim, os dois Reitores acordaram em reformular o planejamento orçamentário para 2014, de modo a permitir a realização de licitação para início das obras de construção do novo complexo escolar.

A inauguração do novo Câmpus Niterói ocorreu em 5 de abril de 2016, em comemoração aos 10 anos de criação dessa que foi a primeira unidade do Colégio Pedro II fora do município do Rio de Janeiro.

O custo total da obra ficou em cerca de R\$ 17 milhões e o Câmpus conta com 10.417,64 metros quadrados de área total, sendo 6.441,32 metros quadrados de área edificada construída (Santos *et al.*, 2018). De arquitetura contemporânea, é composta de ambientes amplos e grandes

espaços abertos, repletos de ventilação e iluminação natural. O Câmpus dispõe de 15 salas de aula climatizadas e com forro acústico, laboratórios de informática, línguas estrangeiras, artes, biologia, química, física e humanidades, sala de música, ampla biblioteca, auditório com capacidade de 143 lugares, quadra poliesportiva e sala do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne).

UNIDADE ESCOLAR DESCENTRALIZADA DE DUQUE DE CAXIAS

Em junho de 2007, o então prefeito de Duque de Caxias foi pessoalmente conversar com o diretor-geral do Colégio Pedro II. Face ao que ouviu do prefeito, o professor Wilson Choeri acreditou que o município de Duque de Caxias merecia ter uma Unidade do Colégio Pedro II. A Prefeitura pretendia construir, em até 8 meses, um prédio para o Colégio Pedro II, em Sarapuí, no local denominado Caminho do Futuro, que já abrigava dois prédios escolares, um deles ocupado por uma creche e o outro pela Uned/Duque de Caxias do Cefet/Química (atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro). Enquanto ocorresse a construção, o Colégio iria compartilhar as instalações com o Cefet. A Prefeitura arcaria, mediante um convênio de mútua colaboração técnica, com as despesas referentes à implantação e manutenção da nova Unidade. Acreditando na promessa municipal e considerando que estávamos em junho de 2007, o professor Wilson Choeri julgou que se deveria começar logo alguma atividade escolar, a fim de garantir a matrícula de novos alunos no início de 2008. Assim, a partir de setembro de 2007, foram oferecidos um curso diurno de educação profissional técnica de nível médio, na forma subsequente – área de formação de informática – e um curso de curta duração para professores da Rede Municipal.

Para 2008, foi realizada seleção para a 1ª série do ensino médio. Porém, nesse ano, não foi possível permanecer no prédio de Sarapuí, e a prefeitura, por outro lado, não cumpriu a promessa de construir o prédio prometido. Contudo, alugou um imóvel, mobiliou, equipou e cedeu pessoal administrativo, cabendo ao Colégio Pedro II a responsabilidade quanto ao ensino. Ao contrário das duas outras Prefeituras com as quais o Colégio Pedro II celebrara convênios anteriormente, os prefeitos que

se sucederam sempre honraram o convênio, com manutenção e pessoal de suporte administrativo, até que o próprio Colégio viesse a construir sua sede permanente no município.

Em meados de 2009, iniciaram-se negociações com o governo municipal, por intermédio da Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias (Fundec), com o objetivo de instalar adequadamente a Uned/Duque de Caxias. Em dezembro de 2010, a diretora-geral do Colégio Pedro II e o prefeito firmaram um convênio pelo qual a Prefeitura fez a cessão de uso do terreno, pelo prazo inicial de 20 anos, renováveis.

Cumprindo o acordado, o MEC destinou os recursos necessários à construção da Unidade, nos orçamentos do Colégio Pedro II de 2011 e 2012. Em setembro de 2011, teve início a construção, que foi projetada e executada com esmero, seguindo os princípios de sustentabilidade, dotada do que existia de mais moderno em termos de instalações: 13 salas de aula climatizadas, com rede lógica, mobiliário ergonômico, laboratórios de biologia, física, informática e química, salas ambiente para arte e educação musical, quadra de esportes, biblioteca, amplas instalações para administração, auditório com cerca de 300 lugares, telhado em material que reduz significativamente o calor, reutilização de águas pluviais, todos os locais com acessibilidade às pessoas com necessidades específicas, entre outras características.

Encerrando as comemorações dos 175 anos de criação do Colégio Pedro II, foi inaugurado o Câmpus Duque de Caxias em 13 de dezembro de 2012, com a presença do secretário-executivo adjunto do MEC e bacharel *honoris* do Colégio Pedro II, professor Francisco das Chagas Fernandes.

ORGANIZAÇÃO DA INSTITUCIONALIDADE A PARTIR DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Após o término do mandato do diretor-geral do Colégio Pedro II, em janeiro de 2008, e como no Regimento da Instituição não constava eleição para o cargo, o ministro da Educação nomeou o professor Rui March como diretor-geral *pro tempore*, encarregado de conduzir o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do novo diretor-geral. Consequentemente, o Colégio Pedro II não participou das

reuniões do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CONCefet) em que estava sendo discutido o projeto de lei que originaria a Lei n. 11.892/2008. Só se teve ciência desse projeto de lei quando a diretora-geral eleita, professora Vera Maria Ferreira Rodrigues, nomeada por Decreto Presidencial de 21 de agosto de 2008, compareceu pela primeira vez à reunião do CONCefet, em setembro. No intuito de evitar atraso na tramitação do projeto de lei no Congresso Nacional, para que a lei fosse sancionada ainda naquele ano, a fim de ser implementada em 2009, não poderia haver qualquer alteração em seu texto. Assim, naquela ocasião, não foi possível incluir o Colégio Pedro II na citada lei.

Entretanto, desde a década de 1990, sucessivos diretores-gerais do Colégio Pedro II buscaram, sem êxito, elaborar e aprovar um novo Regimento Interno para a Instituição, uma vez que o que fora baixado pela Portaria n. 503/MEC, de 28 de setembro de 1987, que tinha a função de Estatuto e estava em pleno vigor, continha pontos divergentes do Decreto-Lei n. 245, de 28 de fevereiro de 1967, que transformara o Colégio Pedro II em autarquia, modificado pela Lei n. 5.758/1971. Além disso, uma série de inovações praticadas na Instituição não constavam do Regimento. Era necessário, portanto, que se procedesse à reformulação dos documentos que regulavam o funcionamento institucional, de modo a adequá-los à legislação e à realidade vigente.

Assim, em sua primeira reunião com o ministro da Educação Fernando Haddad, para tratar de assuntos de interesse do Colégio Pedro II, em março de 2009, a professora Vera Maria apresentou-lhe a necessidade de reformulação da legislação institucional. Na ocasião, o ministro manifestou a possibilidade de se estender a legislação dos Institutos Federais ao Colégio Pedro II, naquilo que coubesse, sem deixar claro como seria feito. Somente em julho veio a ser formalizada por meio de ofício a orientação para que o próprio Colégio procedesse à elaboração da proposta de projeto de lei.

Em 29 de julho, a diretora-geral se reuniu com o secretário Executivo do MEC, José Henrique Paim Fernandes, ocasião em que, além de ratificar o referido documento, ele solicitou que o trabalho fosse realizado em caráter de urgência, devendo ser enviado ao ministro até o final do mês de agosto para análise pela Assessoria Jurídica.

Também foi pedido o encaminhamento do estudo de necessidade de cargos de servidores docentes e técnico administrativos que precisavam ser criados para fazer frente à expansão do Colégio desde 2004. Assim, em 3 de agosto de 2009, foi entregue ao MEC detalhada exposição de motivos historiando o caminho trilhado pelo Colégio Pedro II ao longo de sua história e a projeção para o futuro, acompanhado de quadros que resumiam os cargos necessários, escalonados até 2013.

Em 25 de agosto de 2009, a proposta de anteprojeto de lei elaborada por comissão constituída por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica da Instituição foi encaminhada ao ministro da Educação. O MEC enviou o anteprojeto para o MPOG ao final de maio de 2010.

Em janeiro de 2011, assumiu novo governo federal, e foram definidas novas metas de trabalho. Em lugar de tratar as diferentes questões relativas às instituições federais de ensino por meio de diversos projetos de lei, a nova orientação governamental foi de unificar todos os anteprojetos em um único. Sucederam-se reuniões com a equipe do MEC, visando preservar o texto do projeto de lei próprio do Colégio Pedro II. Mas, por fim, a decisão foi de inserir o Colégio Pedro II na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com pequenas alterações de alguns artigos da Lei n. 11.892/2008. Assim, com a aprovação da Lei n. 12.677, em 25 de junho de 2012, o Colégio Pedro II foi incluído na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.¹⁰

Por essa lei, o Colégio Pedro II foi equiparado aos Institutos Federais, mantendo, contudo, sua característica de instituição especializada na oferta de educação básica. Na prática, passou a ter outro ordenamento jurídico, que atualizou suas ações e atividades, e a contar com importantes instrumentos de gestão, permitindo maior agilidade em suas ações e ampliando a diversidade de sua atuação no ensino, na pesquisa e na extensão.

10 Lei n. 12.677, de 25 de junho de 2012. Parágrafo único. O Colégio Pedro II é equiparado aos Institutos Federais para efeito de incidência das disposições que regem a autonomia e a utilização dos instrumentos de gestão do quadro de pessoal e de ações de regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação profissional e superior (Brasil, 2012).

Conforme estabelecido pela Lei n. 11.892/2008, que passou a gerir o Colégio Pedro II, a diretora-geral foi então nomeada reitora *pro tempore*, em 10 de agosto de 2012.

Devido à nova lei, cada uma das antigas unidades escolares se converteu automaticamente em câmpus, e os diretores de unidades passaram a ser diretores-gerais de câmpus. Por ocasião da promulgação da lei, o Colégio Pedro II contava com 14 unidades escolares, que passaram a ser 14 câmpus. Optou-se por adotar o modelo vigente na maioria dos Institutos Federais, com pró-reitorias de Administração e Planejamento, de Desenvolvimento Institucional, de Ensino, de Extensão e Cultura e de Pesquisa e Pós-Graduação. A Diretoria de Gestão de Pessoas foi mantida como diretoria sistêmica, diretamente ligada ao Reitor.

Foi constituído um Grupo de Trabalho para elaborar o Estatuto, composto de representantes dos segmentos integrantes da comunidade acadêmica, que em um esforço conjunto concluiu a tarefa em 10 de setembro. De imediato, o trabalho foi encaminhado ao MEC, e o Estatuto foi aprovado pela Portaria Ministerial n. 1.316, de 5 de novembro de 2012.

Imediatamente foi iniciado o processo para a escolha dos membros do Conselho Superior (Consup), que foi eleito e empossado em dezembro. O Consup trabalhou desde janeiro de 2013 em sua estruturação, vindo a deflagrar em abril o processo de consulta à Comunidade Acadêmica para a escolha do primeiro reitor eleito do Colégio Pedro II, que foi concluído em 3 de julho, com o envio do resultado ao MEC. O vencedor foi o professor Oscar Halac, nomeado por Decreto Presidencial de 3 de outubro de 2013.

Em pouco mais de um ano de nova situação institucional, conseguiu-se ainda implantar o Colégio de Dirigentes (Codir) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Conepe); elaborar e aprovar, pelos respectivos colegiados, os Regimentos Internos do Consup, do Codir e do Conepe; iniciar as atividades da primeira turma do Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica; e concretizar o Programa de Residência Docente, que se tornou referência nacional.

Coube ao Reitor eleito, professor Oscar Halac, a consolidação da nova estrutura. Logo ao iniciar sua administração, promoveu alterações nas estruturas das pró-reitorias, criando diretorias, assessorias e seções. Criou a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp); reuniu a

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura com a de Pesquisa e Pós-graduação, originando a Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (Propgpec); e reestruturou as Pró-Reitorias de Administração e Planejamento e de Desenvolvimento Institucional, que passaram a ser, respectivamente, Pró-Reitoria de Administração (Proad) e Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Prodi).

Prosseguindo com a implantação da nova institucionalidade decorrente da aplicação da Lei n. 12.677/2012, que estabeleceu descentralização administrativa, o Reitor alterou a estrutura organizacional dos Câmpus do Colégio Pedro II, por meio da Portaria n. 285, de 10 de janeiro de 2014 (Colégio Pedro II, 2014). Posteriormente, foi emitida a Portaria n. 430, de 25 de fevereiro de 2016,¹¹ estabelecendo a estrutura organizacional provisória dos Câmpus até a reforma do Regimento Interno do Colégio Pedro II.

O Consup aprovou a Resolução n. 120, de 4 de julho de 2018,¹² promovendo a reestruturação organizacional dos Câmpus e a definição do Quadro de Referência dos Servidores Técnicos Administrativos em Educação (TAE) no âmbito dessa instituição. A partir dessa Resolução, os Câmpus do Colégio Pedro II passaram a ter a força de trabalho dimensionada adequadamente, alinhada ao previsto na Portaria MEC n. 246, de 2016, de acordo com as tipologias dos Câmpus e os limites estabelecidos na Portaria MEC n. 246, de 15 de abril de 2016, republicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2016 (Brasil, 2016), que dispôs sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II e definiu normas e parâmetros para a sua implementação. A mesma decisão do Consup definiu, ainda na ausência de um Regimento Geral da Instituição, uma nova estrutura organizacional para os Câmpus, considerando as responsabilidades repassadas em virtude da descentralização administrativa.

Em 2021, o MEC expediu a Portaria n. 713, de 8 de setembro, revogando a citada Portaria n. 246, de 2016, e estabelecendo diretrizes para

¹¹ Facta n. 389, de março de 2016, p. 82.

¹² Facta n. 416, de julho-agosto de 2018.

a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e do Colégio Pedro II, definindo os parâmetros e normas para sua expansão, bem como instituindo o modelo de dimensionamento dos cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas no âmbito dos Institutos Federais, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II.

Com a eleição da professora Ana Paula Giraux Leitão para o cargo de reitora, nomeada por Decreto Presidencial de 18 de outubro de 2022, além do restabelecimento das funções comissionadas para as coordenações pedagógicas dos Câmpus, foi de grande impacto o sucesso do projeto encaminhado pela nova gestão, que culminou com a publicação do Decreto n. 11.800, de 28 de novembro de 2023 (Brasil, 2023), fruto das negociações da Reitoria com o MEC, que envolveram, ainda, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e a Casa Civil, visando o fortalecimento da estrutura institucional .

O citado Decreto transformou 70 Funções Comissionadas de Coordenação de Curso (FCC), da estrutura do Colégio Pedro II, em cargos de direção e funções gratificadas. Essa ação proporcionou condições da instituição se aproximar mais de sua estrutura organizacional ideal. Com isso, foi possível atualizar a organização funcional, espelhando as necessidades e especificidades do Colégio Pedro II, com destaque para a valorização de sua estrutura departamentalizada, atendendo ao disposto no Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (Siorg) e na legislação vigente. Nessa ação estruturante, caminhou, também, para uma atualização dessa quase bicentenária instituição com o cotidiano social atual, sendo criada uma área específica para tratar de políticas de ações afirmativas, respeito à diversidade e direitos humanos, e outra para trabalhar a internacionalização do Colégio Pedro II, criada na gestão da professora Vera Maria e desenvolvida na gestão do professor Oscar Halac (Santos *et al.*, 2018).

NOVAS MODALIDADES DE ENSINO

Em março de 2009, o ministro da Educação, professor Fernando Haddad, em função da qualidade do trabalho desenvolvido pelo Colégio Pedro II e dos resultados obtidos nesse segmento da educação

brasileira, bem como do alto nível de seu corpo docente e como forma de disseminar essa experiência, consultou a diretora-geral a respeito do interesse da Instituição em criar um mestrado profissional voltado à educação básica.

A proposta foi aceita e, como primeiro desdobramento, o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), professor Jorge Guimarães, realizou uma visita, desejoso de conhecer melhor o Colégio Pedro II. A partir dessa reunião, foi solicitado um levantamento dos professores da Instituição que tivessem títulos de mestrado ou doutorado, com indicação de suas áreas de atuação e os focos de suas dissertações e teses. Feito o levantamento, constatou-se que a Instituição contava em seu corpo docente com 344 mestres e 67 doutores em abril de 2009. Responder a esse desafio foi uma forma de fortalecer o Colégio Pedro II em nível nacional e valorizá-lo perante as instâncias superiores e os órgãos financiadores de pesquisa.

Como benefício direto, destaca-se a possibilidade de os professores do Colégio Pedro II se envolverem em atividades de orientação de licenciandos e recém-formados, bem como dos alunos de ensino médio participarem de programas de iniciação científica júnior. Por meio da implementação de um programa de pós-graduação, considerou-se a oportunidade de institucionalização das pesquisas e cadastramento no banco de grupos de pesquisa da plataforma lattes – o que incentivou a divulgação dos pesquisadores internos e de suas produções.

MESTRADO PROFISSIONAL EM PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

A proposta de implantação de um curso de mestrado profissional voltado para a qualificação de professores da educação básica foi submetida à Congregação do Colégio Pedro II e aprovada em reunião do dia 7 de dezembro de 2009 (Resolução n. 10/2009). A Congregação também aprovou a criação da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, institucionalizando a intenção da Escola de oferecer esse nível de ensino.

Enquanto se aguardava a abertura do Edital do Aplicativo para Propostas de Cursos Novos (APCN) específico para mestrado profissional, a equipe liderada pela diretora de Pesquisa e Pós-Graduação deu andamento à elaboração do projeto do curso. Uma de suas importantes

ações foi fazer uma chamada a todos os Departamentos Pedagógicos do Colégio Pedro II, para que fosse informado aos professores doutores a oportunidade de responder à sondagem inicial de participação no projeto. As propostas deveriam incluir dados relacionados ao assunto de suas pesquisas de doutoramento, informações sobre as contribuições de suas experiências acadêmicas para um curso com foco na formação de professores para o ensino básico e propostas de disciplinas para integrar o currículo do programa de pós-graduação.

A partir da análise dos materiais enviados, foi selecionado um grupo inicial de professores cujas propostas se mostraram mais compatíveis com o foco do projeto elaborado e que atendiam aos critérios definidos pela Capes para programas de pós-graduação.

O projeto do curso de Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica do Colégio Pedro II foi submetido pelas vias oficiais dentro do prazo regulamentar, 30 de abril de 2010. A primeira versão não foi aceita integralmente. Assim, a equipe procedeu à análise do documento de avaliação, modificou os aspectos que foram questionados pelos avaliadores e apresentou o projeto reformulado em 2011.

Em março de 2012, o Colégio Pedro II teve seu primeiro curso de mestrado profissional aprovado pela Capes, com oferta de vagas já a partir do segundo semestre de 2012. Dessa forma, a Instituição passou a contribuir para a formação de professores que atuam na educação básica, projeto do governo federal que se encontrava em franca expansão, dada a necessidade de tal formação. Em 2 de dezembro de 2012 foi realizada a prova escrita dando início ao processo de seleção dos candidatos à primeira turma do mestrado profissional, que veio a ser concluído em fevereiro de 2013. A aula inaugural ocorreu no dia 1º de abril de 2013, no auditório da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.

Decorrida uma década, o Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica do Colégio Pedro II, primeiro mestrado promovido pela Instituição, está plenamente consolidado, tendo diplomado 181 mestres até a presente data.

O Colégio Pedro II, ao longo do tempo, tem tido o entendimento de que seu corpo docente é único, independente do segmento em que o professor atua. Assim, os professores do mestrado profissional não são exclusivos do programa de pós-graduação. É importante que haja a integração

do mestrado profissional com o ensino básico para que se realize a proposta ideacional do projeto, ou seja, a integração entre teoria e prática.

MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA (PROFMAT)

Em 2015, o Colégio Pedro II implementou o segundo curso de Pós-Graduação *stricto sensu*, o Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (ProfMat), primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* semipresencial do Brasil destinado a professores de ensino fundamental e médio.

Dessa forma, o Colégio Pedro II tornou-se a primeira Instituição Federal de Ensino Básico a oferecer essa modalidade de mestrado, que é reconhecido e avaliado pela Capes.

Sob o ponto de vista pedagógico, o ProfMat visa contribuir para uma qualificação ampla do ensino de Matemática na escola básica, indo desde um aprimoramento no processo de formação continuada de professores até mudanças efetivas da prática em sala de aula.

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)

Em 2018, o Colégio Pedro II passou a ofertar seu terceiro curso de pós-graduação *stricto sensu*, o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Esse mestrado em rede nacional proporciona aos alunos formação em educação profissional e tecnológica, visando tanto a produção de conhecimentos como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado.

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA DOCENTE (PRD)

Em junho de 2010, o diretor de Educação Básica Presencial da Capes, professor João Carlos Teatini de Souza Clímaco, reuniu-se com a diretora-geral para apresentar a solicitação de colaboração do Colégio Pedro II, visando desenvolver um trabalho com professores que contassem com até 3 anos de formados e estivessem atuando em escolas da rede pública municipal ou estadual, preferencialmente, a fim de aprimorar em sala de aula a formação recebida por esse professor no curso

de licenciatura, uma vez que o corpo docente do Colégio Pedro II apresentava alto nível acadêmico. Havia uma preocupação com a educação básica no Brasil, de um modo geral, e, em particular, no Rio de Janeiro, pois nessa ocasião viera a público o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em todo país, apresentando dados alarmantes. Contudo, alunos egressos do Colégio Pedro II tinham, e têm, ótimos resultados nas avaliações externas, em razão da boa formação recebida na Instituição.

A professora Vera Maria delegou a tarefa de elaborar o projeto à equipe da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Face às características da proposta e do público-alvo, sugeriu a denominação de Residência Docente, em analogia com a Residência Médica. Assim, teve início a elaboração do Programa de Residência Docente (PRD), que veio a se tornar a primeira pós-graduação *latu sensu* da Instituição.

O Colégio Pedro II, ao criar o PRD, pretendeu cumprir de forma mais abrangente o seu papel como instituição federal de referência na educação básica, ampliando seu escopo de influência com ações na formação complementar de profissionais que atuam/atuarão nos diferentes sistemas educacionais.

O público-alvo seria constituído por licenciados com até 3 anos de conclusão do curso de licenciatura plena, em qualquer das áreas/disciplinas oferecidas na educação básica, do 1º ano do ensino fundamental à 3ª série do ensino médio.

A duração seria de um ano letivo (de fevereiro a dezembro), devendo o professor residente cumprir o mínimo de 500 horas de atividades.

Desde o início, o PRD tem por objetivo aprimorar a formação do professor da educação básica, oferecendo um programa de formação continuada, por meio do desenvolvimento de competências docentes *in loco*, visando complementar a educação recebida na Instituição de Ensino Superior (IES) de origem com a vivência em ambiente escolar de reconhecida excelência e, em última análise, contribuir para elevar o padrão de qualidade da educação básica.

Pareando o recém-formado com um preceptor experiente e de elevada qualificação ética e profissional, a Residência Docente dá ao recém-licenciado uma formação complementar em questões de ensino da área/disciplina e em aspectos da vida escolar, integrando-o ao cotidiano da escola.

Também é uma experiência profissional que possibilita o acompanhamento de ações pedagógicas sob orientação de professores integrantes do quadro permanente do Colégio Pedro II, o desenvolvimento da autonomia na produção e aplicação de estratégias didáticas, a internalização de preceitos e normas éticas e o estímulo à reflexão crítica sobre a ação docente, de modo que o novo profissional do magistério acumule subsídios para o exercício de sua docência com maior qualificação.

O PRD no Colégio Pedro II foi apresentado no âmbito de Projetos Especiais de Apoio à Atualização de Professores em Áreas Específicas do Currículo de Educação Básica e foi aprovado pela Capes (Brasil, 2024). Formulado o programa, para torná-lo conhecido de seu público-alvo, foram estabelecidos convênios e assinados termos de cooperação com as Secretarias de Educação do Estado e do Município do Rio de Janeiro, que o divulgaram em suas respectivas redes, com suas normas e exigências. A seguir, as Secretarias de Educação encaminharam as relações de docentes interessados em participar desse novo projeto como professores residentes em processo de formação continuada. Simultaneamente, no Colégio Pedro II, procedeu-se à seleção de professores supervisores e de coordenadores de área.

Em 5 de maio de 2012, as atividades foram iniciadas no Complexo Escolar São Cristóvão, reunindo um supervisor geral, 13 professores supervisores do Colégio Pedro II e 68 professores residentes em atividade nas redes públicas estadual e municipal, que contavam com até 3 anos de formados.

O PRD tornou-se um dos programas de referência para a Capes e para o Colégio Pedro II, tendo se firmado e passado a integrar definitivamente a estrutura institucional. Desde 2012, o PRD tem colaborado para o aperfeiçoamento da educação básica, formando dezenas de professores todos os anos. Além disso, pretende possibilitar a aplicação de novas metodologias e estratégias pedagógicas na Instituição de atuação do professor residente, que venham a incrementar os resultados de aprendizagem dos alunos da Educação Básica.

O PRD atualmente contempla uma carga horária total de 375 horas, distribuídas no período de um ano letivo em atividades presenciais e à distância, bem como atividades desenvolvidas no próprio contexto escolar em que o professor residente atua.

Os professores residentes que completam toda a carga horária prevista no Programa de Residência Docente e obtêm aprovação no pré-projeto e no produto final são certificados pelo Colégio Pedro II como Especialista em Educação Básica (Pós-graduação Lato sensu). Até a presente data foram certificados 475 professores.¹³

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU: CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Desde 2015, os Departamentos Pedagógicos do Colégio Pedro II articulados com a Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (Propppec) estão oferecendo diversos cursos de Especialização, em diferentes modalidades, a saber: I – presencial – Ensino de Ciências e Biologia, Ciências Sociais e Educação Básica, Educação Matemática, Educação Psicomotora, Geografia Escolar, História, História da África, Ensino de Química, Saberes e Fazeres no Ensino de Artes Visuais; II – semipresencial – Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico; III – (EaD) – Ensino de Artes Visuais, Espanhol, Física, Francês, Práticas Musicais na Educação Básica.

GRADUAÇÃO: CURSOS DE LICENCIATURA INTEGRADOS EM HUMANIDADES NO COLÉGIO PEDRO II

Os cursos de Licenciatura Integrados em Humanidades foram implementados no ano de 2019 com a abertura de suas primeiras quatro turmas no início de 2020, resultante da adesão do Colégio Pedro II ao Sistema Integrado de Seleção Unificada (Sisu). Os cursos ofertados são: Ciências Sociais, Filosofia, Geografia e História. O corpo docente é composto de professores de variados departamentos pedagógicos da Instituição, agregando múltiplas trajetórias e experiências ao desenvolvimento da graduação e impactando diretamente na formação dos alunos.

Os quatro cursos constituem habilitações independentes, as quais são escolhidas pelos candidatos quando ingressam na Instituição. No entanto, os cursos são articulados por meio de um projeto formativo integrado que se justifica pelo fato de que todos os cursos são envolvidos

¹³ Consulta à Propppec.

por princípios epistemológicos com objetivos pedagógicos comuns, apresentados em uma estrutura curricular integrada. Assim, os percursos formativos são caracterizados pela oferta de componentes comuns aos diferentes cursos, bem como daqueles específicos de cada formação.

Ao oferecer uma estrutura curricular integrada, com disciplinas comuns a todos os cursos, a intenção do Colégio Pedro II é promover uma formação com concepções mais amplas, estimulando a produção social do conhecimento e seu compartilhamento e a construção do pensamento científico de modo interdisciplinar, tendo a pesquisa e a prática pedagógica como princípios formativos. Dessa forma, o ciclo comum dos quatro cursos é constituído por três eixos norteadores: pesquisa e metodologia; pedagógico/práticas de ensino; e descolonização, diversidades e políticas, promovendo, assim, uma ação pedagógica mais reflexiva, além de estimular e fortalecer o diálogo entre as diferentes áreas.

As licenciaturas têm por princípio que todos os professores do curso obrigatoriamente atuem na regência de turmas na educação básica, concomitantemente garantindo um diferencial nos cursos ofertados pelo Colégio Pedro II e assegurando a formação de novos professores por docentes que estejam em contato direto com a realidade em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o Colégio Pedro II, além de promover diferentes cursos de extensão e ter a prática de realizar cursos de formação continuada voltada para docentes de diversas áreas, oferece cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, programas de Mestrado Profissional e o Programa de Residência Docente, pioneiro dessa modalidade no Brasil. Nesse sentido, expandir a atuação da Instituição no contexto educacional brasileiro é um imperativo político-pedagógico, uma vez que todas as etapas da Educação Básica são ofertadas pelo Colégio Pedro II.

A natureza e a característica do Colégio Pedro II não se alteraram – foi o reconhecimento da Instituição como centro de referência da educação básica brasileira que a qualificou a oferecer o Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica – que é de pequeno escopo em termos do tamanho dos seus corpos docente e discente, porém de grande significado para a comunidade acadêmica nacional e para a sociedade.

O Colégio Pedro II tem a singularidade de ser a única escola de educação básica vinculada ao MEC, bem como de ser constitucionalmente mantido como uma instituição federal de ensino. Essa condição, resultado do reconhecimento do governo e da sociedade por um educandário que tem atravessado séculos mantendo a tradição de ensino público de qualidade, só faz aumentar sua responsabilidade. É uma velha instituição com espírito jovem, sempre inovador, que sabe honrar seu passado glorioso e, ao mesmo tempo, tem consciência de sua importância para a educação brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRIDOR. In: BLUTEAU, R. *Vocabulário português latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

ANUARIO do Colégio Pedro II. *Revista dos Tribunaes*, Rio de Janeiro, n. 1, 1914, p. 88.

BRASIL. *Decreto n. 981, de 8 de novembro de 1890*. Approva o Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1890a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 1.075, de 22 de novembro de 1890*. Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1890b. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/390898/publicacao/15721934> Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932*. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1932. Revogado pelo Decreto n. 99.678, de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d21241.htm Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. *Portaria n. 206, de 21 de outubro de 2011*. Dispõe sobre o apoio à execução do Programa Residência Docente no Colégio Pedro II. Brasília/DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), 2011. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-206-2011_231356.html Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. *Lei n. 12.677, de 25 de junho de 2012*. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação [...] e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12677.htm Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. *Portaria n. 19, de 2 de junho de 2016*. Prorroga o prazo para apresentação do Relatório Final da Comissão, instituída pela Portaria n. 4, de 27 de janeiro de 2016. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44221-portaria-n19-02jun2016-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 11.800, de 28 de novembro de 2023*. Transforma Funções Comissionadas de Coordenação de Curso, da estrutura do Colégio Pedro II, em Cargos de Direção e Funções Gratificadas. Brasília/DF: Vice-Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11800.htm Acesso em: 25 set. 2024.

CANTOCHÃO. In: ENCICLOPEDIA e Dicionário Ilustrado Koogan/Houaiss. Rio de Janeiro: Delta, 1993.

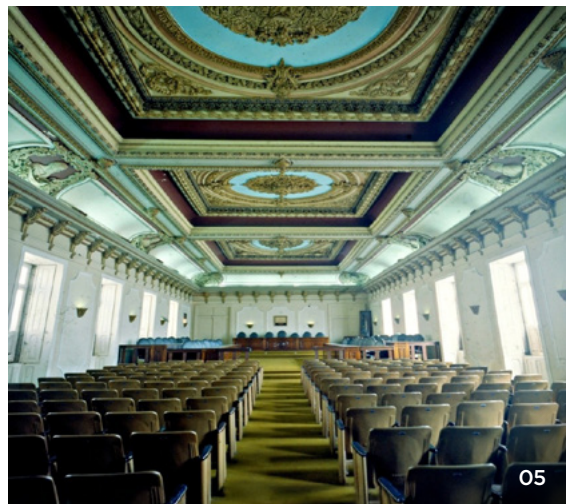
COLÉGIO PEDRO II. Apêndice V: Políticas institucionais dos cursos de graduação. In: COLÉGIO PEDRO II. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2023. p. 265-285. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2019/Outubro/pdi/1.%20Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional.pdf> Acesso em: 17 jun. 2024.

COLÉGIO PEDRO II. Regulamento n. 8, de 31 de janeiro de 1838. *Revista Inter-nato*, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, n. 3, p. 109-128, 1953.

COLÉGIO PEDRO II. Portaria n. 1.953, dezembro de 2009. *Facta*, Rio de Janeiro: Diretoria-Geral do Colégio Pedro II, n. 314, 2009.

COLÉGIO PEDRO II. Portaria n. 285, de 10 de janeiro de 2014. *Facta*, Rio de Janeiro: Diretoria-Geral do Colégio Pedro II, n. 363, 2014.

SANTOS, B. B. M. dos; SILVA, E. M. da; ANDRADE, V. L. C. de Q.; RODRIGUES, V. M. F. *Memória histórica do Colégio Pedro II: 180 anos de história na educação do Brasil*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2018.







14



15

DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Seminário dos Órfãos de São Joaquim
- 02 Imperial Colégio de Pedro II
- 03 D. Pedro II - Imperador Menino
- 04 Primeiro uniforme do Imperial Colégio de Pedro II
- 05 Salão Nobre
- 06 Fachada do prédio histórico (atual Câmpus Centro)
- 07 Aula de ginástica sueca
- 08 Internato do Colégio Pedro II
- 09 Ginásio Nacional em 1890
- 10 Primeira turma mista em 1926
- 11 Sala de Geografia
- 12 Uniforme da década de 1950
- 13 Biblioteca Histórica
- 14 Museu Histórico
- 15 Inauguração das novas instalações do NUDOM em 2003

Fonte: Acervo do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II..

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

O PIONEIRISMO NA FORMAÇÃO DE UMA “SOCIEDADE DE TRABALHADORES”

RODRIGO ROSSELINI J. RODRIGUES¹

DAYANE DA SILVA S. ALTOE²

FÁBIO GUSTAVO V. SIQUEIRA³

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense) foi criado pela Lei n. 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os Institutos Federais, a partir do Cefet/Campos, no Rio de Janeiro. Atualmente, conta com 17 unidades, sendo 11 câmpus, 2 câmpus avançados, 2 centros de referência, 1 polo de inovação e a Reitoria, espalhadas por 12 municípios, abrangendo as regiões norte e noroeste fluminenses, além da baixada litorânea e Região Metropolitana.

Assim como em outras instituições da Rede, o IFFluminense tem sua origem nas Escolas de Aprendizes Artífices, criadas no governo do

¹ Doutor em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), atua como professor do IFFluminense/Câmpus Campos – Centro no Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), na Especialização em Educação Básica e Saberes Pedagógicos na Contemporaneidade e na Licenciatura em Geografia e no ensino médio integrado. Coordena o Centro de Memória Nilo Peçanha. E-mail: rrodrigues@iff.edu.br.

² Doutora em Políticas Sociais pela UENF, atua como professora do IFFluminense/Câmpus São João da Barra. Coordena o Centro de Memória e atua no ensino médio integrado. E-mail: dayane.altoe@iff.edu.br.

³ Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Candido Mendes (UCAM), atua como professor do IFFluminense/Câmpus Campos – Centro, atuando no ensino médio integrado e no Centro de Memória Nilo Peçanha. E-mail: fsiqueira@iff.edu.br.

presidente Nilo Peçanha em 1909 para atender aos “desfavorecidos da fortuna”. Ao longo do tempo, a Instituição vivenciou as transformações do país e assumiu todas as institucionalidades delas decorrentes, até se tornar um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Esse processo é sucintamente apresentado a seguir.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A ORIGEM DAS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES

Uma das primeiras experiências de educação profissional na província do Rio de Janeiro foi o Liceu de Artes e Ofícios Bethencourt da Silva, criado em Campos em 1885, por iniciativa do pintor francês Clóvis Arrault, correspondente da Sociedade Propagadora de Belas Artes da Corte, seguindo o modelo do Imperial Liceu de Artes e Ofícios. No mesmo ano os salesianos iniciavam suas atividades no Brasil fundando o Colégio Santa Rosa, na capital Niterói, com oficinas de encadernação, tipografia, sapataria e carpintaria (Azzi, 1982).

No início da República, o Rio de Janeiro enfrentava grave crise econômica e intensas disputas pelo controle político do estado. De um lado estava Francisco Portela, primeiro presidente estadual, antigo líder do Partido Liberal em Campos. Na oposição se encontravam os monarquistas, o antigo Partido Conservador de Campos, e os republicanos históricos, como Quintino Bocaiúva, Silva Jardim, o deputado Nilo Peçanha e o jurista Alberto Torres, que assumiu a presidência do estado em 1897 (Rodrigues, 2019).

No âmbito nacional, havia o embate entre o projeto dominante do liberalismo federalista dos cafeicultores paulistas e mineiros e os opositores, representados, principalmente, pelos republicanos históricos, sobretudo a ala “jacobina”, defendendo maior participação política e a educação pública como responsável pela “formação das almas” republicanas (Carvalho, 1990). Na oposição também estavam, mais fortemente na política fluminense, os herdeiros do Partido Conservador do Império e do ideário “saquarema” em defesa da centralização política a partir de um estado interventor, responsável por “educar o povo para a participação na sociedade política” (Carvalho, 1991).

O presidente Alberto Torres, um dos principais expoentes desse último grupo, criticava a distância entre o liberalismo anglo-americano e o Brasil real. Na “República Social” de Torres, a instrução pública primária era central, sobretudo o ensino profissional (Rodrigues, 2019). Durante o governo de Torres (1897-1900), os nilistas chegaram ao poder transformando Campos no centro político do estado.

Nilo Peçanha foi eleito presidente do Rio de Janeiro em 1903, com o desafio de recuperar a economia fluminense. Em relação à educação, suspendeu a subvenção às escolas privadas, unificou as escolas primárias femininas e masculinas reduzindo os gastos com os aluguéis dos prédios e defendeu um ensino primário menos teórico e mais prático (Rodrigues, 2019). Em mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, solicitava ao “legislador fluminense [...] atenção para as escolas profissionais e agrícolas, [construindo] não um povo de letrados e de burocratas, mas uma sociedade de trabalhadores” (Rio de Janeiro, 1904 *apud* Rodrigues, 2019, p. 139).

Um dos seus últimos atos na presidência foi a criação das escolas profissionais no interior do estado (Rio de Janeiro, 1906). A primeira foi instalada em Campos e a segunda em Petrópolis, além de uma Escola Agrícola no município de Paraíba do Sul.⁴ Essas escolas deveriam contribuir para “o progresso do Estado não só pelo que concerne ao desenvolvimento de suas indústrias, como por facilitar às classes menos protegidas da fortuna ocupação remuneradora para sua atividade” (Rio de Janeiro, 1912 *apud* Rodrigues, 2019, p. 139-140).

As escolas ofereciam cursos de carpinteiro, marceneiro, sapateiro, correeiro e seleiro, alfaiate, funileiro e bombeiro, sericultor, apicultor e jardineiro. Durante o dia funcionariam as oficinas e à noite seria oferecida a instrução primária e “noções relativas aos ofícios que fizerem objeto do seu curso diurno, especialmente contabilidade e desenho” (Rio de Janeiro, 1912 *apud* Rodrigues, 2019, p. 140). Os trabalhos desenvolvidos nas oficinas, como “calçado e roupa”, seriam fornecidos “ao Corpo Militar do Estado, à Detenção, à Colônia Agrícola de Alienados

⁴ Essa Escola Agrícola se tornou a Escola Agrotécnica de Pinheiral, vinculada à Universidade Federal Fluminense, e desde 2008 integra o Instituto Federal do Rio de Janeiro como Câmpus Pinheiral.

e à Penitenciária, bem como mobiliário preciso para as Escolas e repartições públicas” (Rio de Janeiro, 1912 *apud* Rodrigues, 2019, p. 140).

Para a instalação da Escola foi concedido pelo município de Campos o prédio da antiga estação ferroviária do Rossio, onde foram realizadas obras para a instalação das oficinas e o pavimento superior adaptado para o funcionamento do curso primário, iniciando as atividades em 17 de outubro de 1906 (Rodrigues, 2019). Nilo Peçanha deixou o governo fluminense em novembro daquele ano. A relevância de sua política econômica no Rio de Janeiro o levou à vice-presidência da República, compondo a chapa oficial com Afonso Pena. O mandato no Rio de Janeiro foi concluído pelo vice-presidente Oliveira Botelho, responsável pela eleição do sucessor, Alfredo Backer, que rompeu com o nilismo construindo seu próprio grupo político.

Uma das primeiras medidas do presidente Backer foi a extinção das escolas profissionais em 1907 (Brasil, 1907). No entanto, as escolas nilistas, que aliavam a formação de artesãos e oficiais à educação primária, foram logo retomadas, porém em nível nacional, durante o curto mandato de Nilo Peçanha na presidência da República, entre 1909 e 1910, concluindo o governo de Afonso Penna, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices.

A ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO RIO DE JANEIRO EM CAMPOS

No governo Afonso Pena foi criado o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Brasil, 1906), implantado em 1909, já na presidência de Nilo Peçanha, sendo responsável pelo Jardim Botânico, a Escola de Minas, o Museu Nacional, entre outras instituições (Brasil, 1909a). No âmbito da nova pasta, foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), pelo Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, prevendo a instalação dessas escolas nas capitais dos estados da República, oferecendo o ensino profissional primário e gratuito, com até “cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico” adequadas às características de cada estado (Brasil, 1909b). O texto retomava aspectos das extintas escolas profissionais do Rio de Janeiro, como a preocupação com

os “desfavorecidos da fortuna”, afastando-os da “ociosidade ignorante, escola do vício e do crime”.

Assim como na experiência fluminense, os cursos das oficinas aconteceriam no período de 10h às 16h e, à noite, funcionariam o ensino primário e de Desenho, direcionado preferencialmente aos meninos pobres com idade entre 10 e 13 anos. As EAA iniciaram suas atividades no ano de 1910, quando o Brasil possuía 21 Unidades Federativas, sendo 20 estados e o Distrito Federal, além do Território Federal do Acre. Foram instaladas 19 Escolas de Aprendizes Artífices ao todo, excetuando-se o Rio Grande do Sul, onde já havia o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre (posteriormente, Instituto Parobé).

Das unidades instituídas, apenas a do Rio de Janeiro não se localizava na capital, mas em Campos. Em que pese o fato de ser a cidade natal do presidente Nilo Peçanha e a sua importância nacional na produção açucareira, a instalação da única EAA fora de uma capital está mais relacionada às disputas intraoligárquicas pelo controle político fluminense.

A cisão entre Alfredo Backer e Nilo Peçanha impediu a instalação da EAA na capital do estado, Niterói. A Presidência da República solicitou aos governos estaduais os prédios para a instalação das escolas, e a resposta do presidente do Rio de Janeiro foi imediata, informando que “este Estado não dispõe de prédio algum em condições adaptáveis à instalação da Escola Profissional que possa ser oferecido à União para tal fim” (Escola [...], 1909).

Enquanto isso, a Câmara de Campos oferecia o prédio onde já havia funcionado a escola profissional estadual (Escola [...], 1909). Diante dos fatos, o secretário da Presidência da República, Alcebíades Peçanha, irmão de Nilo, solicitou o prédio à Câmara de Campos, que atendeu ao pedido oferecendo “o edifício da antiga Escola Profissional Nilo Peçanha, próprio municipal, para a instalação da escola technica federal”⁵ (Escola [...], 1909). Para resolver o imbróglio da instalação fora de uma

5 Nomenclatura que as Escolas de Aprendizes Artífices só passaram a ter, oficialmente, em 1965, após outras configurações institucionais resultantes das diversas transformações de ordem política e econômica no país.

capital foi publicado novo decreto determinando que “quando na capital não houver edifício [...] poderá o Governo criar a Escola em outro município, uma vez que a respectiva municipalidade lhe ofereça prédio apropriado” (Brasil, 1909c).

Com um ano de existência, a EAA de Campos foi uma das instituições escolhidas pelo Ministério da Agricultura para representar o Brasil na Exposição Internacional da Indústria e do Trabalho, realizada em Turim, na Itália.⁶ Segundo Sanjad e Castro (2015), essas exposições eram meios de “celebração da indústria, do comércio, do desenvolvimento científico e tecnológico e da instrução pública” (Sanjad; Castro, 2015). A EAA de Campos recebeu duas medalhas de ouro e uma de bronze pelos trabalhos apresentados.

Apesar dos aspectos positivos, a frequência nas EAA era baixa, o que levou a um novo Regulamento em 1911 (Brasil, 1911) estabelecendo a obrigatoriedade de frequência e melhorias nas condições sanitárias dos prédios, como a disponibilidade de água potável, por exemplo, evidenciando a precariedade dessas escolas (Gomes, 2017). O documento definia a duração dos cursos e o limite diário de horas nas oficinas (Brasil, 1942a), indicando a existência de práticas exaustivas e insalubres às quais eram expostos os aprendizes. Em 1914 o diretor da EAA de Campos solicitava uma inspeção sanitária devido às más condições de higiene do prédio, ao mesmo tempo que abolia os castigos corporais aos aprendizes, o que evidencia a ocorrência desta prática como meio de disciplinar a infância pobre.

Em 1918, com o Decreto n. 13.064, de 12 de junho, foi realizada uma reforma no ensino profissional brasileiro, buscando sua adaptação ao contexto pós-guerra (Gomes, 2017). Foi criada a Comissão de Remodelação do Ensino Profissional Técnico em 1920,⁷ coordenada pelo engenheiro João Lüderitz, diretor do Instituto Parobé no Rio Grande do Sul,

6 Também foram escolhidas as EAA do Paraná, Ceará, Alagoas, Espírito Santo, Minas Gerais e Pernambuco, além de centenas de indústrias, proprietários rurais, governos estaduais e municipais, entre outros.

7 A comissão era formada por João Lüderitz, Lycerio A. Schreiner, Tebyryçá de Oliveira, Ladislau Stowincki, Alcides Raupp, Luiz de O. Santos, Othelo Baptista, Cyrilo Fiume, Paulino Diamico, e Antônio Hilário Travassos Alves, tendo os dois últimos sido, posteriormente, diretores da EAA do Rio de Janeiro em Campos. Todos os membros da Comissão de Remodelação pertenciam ao Instituto Parobé.

que passara a servir de modelo para as Escolas de Aprendizes Artífices em todo o país. No final de 1920, a Comissão apresentava um relatório sobre a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás (DF) e as Escolas de Aprendizes Artífices de Campos, São Paulo e Florianópolis (Fonseca, 1961), escolhidas para iniciar a implementação das novas medidas que incluíram a reforma dos seus edifícios, a Instituição da merenda escolar, a ampliação dos cursos para seis anos, entre outras ações.

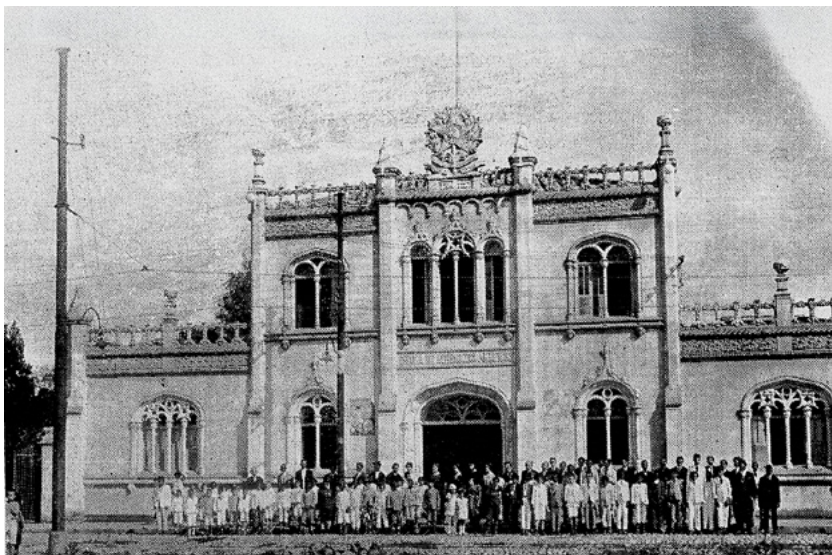


Figura 1. Inauguração das obras da Escola de Aprendizes Artífices do Rio de Janeiro em Campos

Fonte: Remodelação [...] (1923, p. 14).

A Escola de Campos passou por reformas na fachada, que recebeu o estilo neomanuelino⁸ (Figura 1), com ampliação das oficinas, além da criação de novos cursos: artes gráficas, organizado pelo mestre Paulino Diamico, membro da Comissão de Remodelação, e artes metálicas, comandada por Francisco Pandolfo,⁹ também do Rio Grande do Sul.

⁸ Estilo arquitetônico português do século XIX retomando características do período manuelino, remetendo às grandes navegações portuguesas. No Brasil ganhou força no final do século XIX com os Reais Gabinetes Portugueses de Leitura ressaltando o elemento luso na formação da identidade nacional, aspecto valorizado nas comemorações do 1º centenário da independência do Brasil.

⁹ O primeiro professor a se tornar diretor da Escola Técnica de Campos, entre 1955 e 1965.

Foi instituída, ainda, a merenda escolar como medida de combate à evasão (Gomes, 2017).

O Relatório encaminhado pelo diretor da Escola ao Ministério em 1923 informava a frequência de 310 aprendizes nas oficinas de construções metálicas, trabalhos em madeira, artes decorativas, artes gráficas, trabalhos em tecido e trabalhos em couro; e 232 nas aulas noturnas, destacando a importância da assistência médica pela Caixa de Mutualidade e também da merenda escolar (Escola [...], 1924). Outro desdobramento dos trabalhos da Comissão foi a Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, implementado em 1926, padronizando os currículos em todo o país.



Figura 2. A instituição da merenda escolar em 1922

Fonte: Acervo do Centro de Memória Nilo Peçanha
(IFFluminense/Câmpus Campos – Centro).

Essa era a configuração da Rede de EAA até o final dos anos 1920. Após a Revolução de 1930, uma das primeiras medidas do governo Getúlio Vargas foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública pelo Decreto n. 19.444, de 1º de dezembro de 1930, instituindo em seu interior a Inspetoria do Ensino Profissional e Técnico, que incorporou as Escolas de Aprendizes Artífices, retiradas então do Ministério da Agricultura (Lopes, 2019).

Em 1934, o Ministério da Educação foi assumido por Gustavo Capanema, que transformou a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Industrial. Naquele momento, o cenário internacional se dividia entre o nazifascismo e as forças de esquerda representadas principalmente pelo comunismo soviético. No Brasil, o impacto dessa divisão foi intenso, sobretudo a partir de 1934, com a nova Constituição e os direitos políticos por ela garantidos. Nesse ambiente, em janeiro de 1937, por meio da Lei n. 378, o antigo Ministério da Educação e Saúde Pública se transformava em Ministério da Educação e Saúde, dividido entre o Departamento Nacional de Saúde e o Departamento Nacional de Educação, este último organizado em várias divisões, incluindo a de Ensino Industrial. As Escolas de Aprendizes Artífices seriam, então, transformadas em “Lyceus [industriais], destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e grãos” (Brasil, 1937).

NACIONALISMO E TRABALHISMO: O ENSINO INDUSTRIAL E SEUS IMPACTOS SOBRE A ESCOLA DE CAMPOS/RJ

Desde 1936 o ministro Capanema organizava um diagnóstico da educação nacional para a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), previsto na Constituição de 1934. A pesquisa suscitou um intenso debate, revelando os projetos de nação em disputa. Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), a ideia de um único modelo de educação para o país foi questionada pelos liberais, enquanto a Igreja Católica combatia os princípios liberais do ensino laico e os educadores da Escola Nova consideravam a centralização importante para a democratização da educação.

O PNE foi enviado ao Congresso em maio de 1937. Interessava ao governo a votação “em globo”, evitando os debates sobre o texto,

o que foi rejeitado pela Câmara dos Deputados e a discussão se estendeu, sendo interrompida pelo golpe do Estado Novo, em novembro de 1937 (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 198). O Congresso Nacional foi fechado e o poder centralizado no presidente da República.

Na construção de um Estado Novo, buscava-se uma cidadania a partir dos direitos sociais, materializados na legislação trabalhista e na valorização do trabalho, entendido como elemento central da própria constituição do ser humano e da sua relação com o Estado (Gomes, 2005), em oposição ao liberalismo baseado nos direitos civis e políticos dos indivíduos. Nesse contexto, a educação profissional, até então caracterizada como uma ação de assistência por parte do Estado, assumia um viés técnico fundamental para o desenvolvimento nacional, formando “o homem novo para o Estado Novo” (Bomeny, 1999, p. 139). Ganhava forma a ideologia corporativista do trabalhismo, elemento fundamental da cultura política varguista.

A simbologia das comemorações cívicas foi fortemente utilizada na construção do trabalhismo. Na EAA de Campos, por exemplo, o “Dia da Pátria” de 1938 foi comemorado com a visita do Dr. Francisco Montojos, chefe da Divisão de Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação, para duas solenidades de inauguração, tratadas com igual importância: a do forno de fundição recém-instalado e a do retrato do presidente Getúlio Vargas exposto no salão nobre da Escola (Dois [...], 1938).

Estabelecido o Estado Novo, o Plano Nacional de Educação pôde ser implantado, priorizando os ensinos secundário e superior (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000). Somente em 1942 foi baixada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, definindo que a educação profissional deveria priorizar os interesses do trabalhador, proporcionando a preparação profissional aliada à formação humana, atendendo posteriormente aos interesses das empresas e, por fim, ao interesse da nação (Brasil, 1942).

Essa concepção conflitava com as intenções da indústria, que desejava um ensino industrial submetido às suas necessidades, contando com o apoio do Ministério do Trabalho. Por outro lado, Capanema defendia uma educação profissional estrategicamente ligada ao Ministério da Educação, garantindo a liberdade de escolha do aprendiz e não a sua vinculação com o empregador. Desse embate surgiu o Serviço Nacional

de Aprendizagem Industrial (Senai),¹⁰ atendendo aos interesses diretos da indústria e do Ministério do Trabalho, voltado à formação de “trabalhadores menores [para uma] obra que tem objetivo preciso, delimitado [...] e não uma obra de dimensões ilimitadas” (Capanema, 1942 *apud* Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 256).

Com base na Lei Orgânica do Ensino Industrial, foi reestruturada a Rede Federal de Educação Profissional, classificando as Escolas como Técnicas, Industriais, Artesanais ou Escolas de Aprendizagem. Nesse contexto, foram criadas a Escola Técnica Nacional,¹¹ com a contratação de 42 professores suíços¹² para qualificação de profissionais e técnicos brasileiros, e a Escola Técnica de Química, no Rio de Janeiro, capital federal.

No estado do Rio seria instituída a Escola Técnica de Niterói, na capital, enquanto a Escola de Aprendizes Artífices de Campos se tornaria Escola Técnica Industrial, com a previsão de sua estadualização ou extinção assim que se instalasse a Escola de Niterói (Brasil, 1942b). A intenção era incorporar a Escola Profissional Henrique Lage, criada em Niterói pelo governo estadual, à Rede Federal, enquanto a Escola de Campos passaria à administração estadual com o nome Escola Industrial Henrique Lage (O Ministro [...], 1942).

Uma semana após a publicação do Decreto-Lei, a imprensa campista protestava contra o fechamento da Escola de Aprendizes Artífices, considerando a sua importância e a significativa frequência de alunos, além do contexto de desenvolvimento industrial que a cidade vivia (Um pesar [...], 1942). A EAA de Campos foi transformada em Escola Industrial de Campos, como previsto. No entanto, diante das pressões, o movimento que resultaria na sua extinção operou de forma inversa. Em 1944, a Escola Técnica de Niterói foi extinta e transferida para Campos, formando a Escola Técnica de Campos (ETC).

10 Originalmente chamado de Serviço Nacional da Aprendizagem dos Industriários, de acordo com o Decreto-Lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, sendo alterado para Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial pelo Decreto-Lei n. 4.936, de 7 de novembro de 1942.

11 A Escola Técnica Nacional substituiu a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, criada em 1917 no Distrito Federal e incorporada à Rede Federal em 1919.

12 Entre os professores suíços estava Anton Dakitsch, que futuramente coordenaria a oficina de Artes Gráficas da Escola Técnica Federal de Campos, onde se aposentou. A biblioteca da ETFC foi batizada como Biblioteca Anton Dakitsch. Atualmente, guarda parte do acervo pessoal do mestre, sobretudo os manuais produzidos por ele.

O CONTEXTO PÓS-GUERRA E A ESCOLA TÉCNICA DE CAMPOS

Terminada a Guerra, enfraquecia-se o Estado Novo. Diante das pressões, o presidente Vargas decretou o Código Eleitoral, com eleições marcadas para 2 de dezembro de 1945, dando a vitória ao general Eurico Gaspar Dutra pelo Partido Social Democrático (PSD) de Vargas. O governo Dutra reprimiu as forças de esquerda e desenvolveu uma política econômica liberal, com redução do investimento público e total alinhamento com os Estados Unidos (Moura, 2020).

Na década de 1940, a política externa norte-americana do presidente Harry Truman adotou como prioridade o combate ao comunismo. Em relação à América Latina, a “Doutrina Truman” atuou na criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), institucionalizando o pan-americanismo e a liderança norte-americana sobre as Américas (Alves, 2005).

As ações dos EUA para a América Latina envolveram projetos da Inter-American Educational Foundation, agência do Congresso norte-americano, com estratégias voltadas principalmente para a educação profissional envolvendo o treinamento de professores (Peres, 2020). Em setembro de 1946 foi aprovado, por meio do Decreto-Lei n. 9.724 o acordo entre o Ministério da Educação e a Inter-American Educational Foundation, conhecido como Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial (CBAI). Tratava-se de pesquisas desenvolvidas por técnicos norte-americanos sobre ensino industrial brasileiro, além de cursos de treinamento para professores, técnicos e gestores brasileiros nos EUA (Medeiros Neta; Ciavatta, 2020). Em 1948 o diretor da ETC participou de um “estágio de aperfeiçoamento” nos EUA (Noticiário, 1948). Segundo Medeiros Neta e Ciavatta (2020), esses cursos aconteciam de forma intercalada nos EUA e no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, sede do programa, e em Curitiba.

A ETC necessitava de uma estrutura física mais ampla e segura para os alunos, com capacidade para novas oficinas, além de espaço para as aulas e atividades recreativas. Em 1945 o governo estadual desapropriou terrenos para a construção de um novo edifício. Segundo a imprensa, o prédio seria um dos mais modernos do país (Vai [...], 1945, p. 1). No entanto, apesar da CBAI, cujos recursos milionários

foram investidos no aparelhamento didático-pedagógico – e também ideológico – da educação profissional brasileira, a política econômica liberal do governo Dutra não continuou as obras das Escolas Técnicas iniciadas no governo Vargas, o que atrasou a construção da nova Escola Técnica de Campos.¹³

Ao final do governo Dutra, Getúlio Vargas foi eleito com um projeto de industrialização e de ampliação da legislação trabalhista. Implementou uma política econômica que adaptava, de forma pragmática, princípios de liberalismo econômico aos interesses do nacional desenvolvimentismo, criando grandes estatais como a Petrobrás, em 1953, e a Eletrobrás, em 1954. O retorno de Vargas fez reacender em Campos a campanha pela construção da nova ETC. Entre 1952 e 1953, a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde elaborou os projetos estruturais do pavilhão das oficinas, executados logo em seguida.

Enquanto isso, o intervencionismo de Vargas era duramente atacado pelos opositores. As medidas populares, como o aumento de 100% do salário mínimo e a ampliação dos direitos trabalhistas, aumentavam as pressões sobre o presidente, que cometeu suicídio em 24 de agosto de 1954. O trágico desfecho da crise política afastou a possibilidade de golpe por parte dos oposicionistas mais radicais e permitiu que o vice-presidente Café Filho concluísse o mandato conduzindo as eleições de 1955.

Em setembro daquele ano, Café Filho aprovou a liberação de recursos para as obras da ETC. Pretendia-se a conclusão do pavilhão das oficinas para que pudessem ser utilizados nas aulas práticas, enquanto as demais atividades permaneceriam na antiga sede.

No mês de outubro o candidato situacionista, Juscelino Kubitschek, integrante do PSD, vencia as conturbadas eleições presidenciais, assumindo em 31 de janeiro de 1956 (Skidmore, 2010). O governo JK investiu em infraestrutura e na indústria de bens de consumo, demandando a modernização da educação profissional brasileira (Santos, 2000).

¹³ O documento de aceite da doação do referido terreno por parte do governo da União é o Decreto n. 26.111, de 30 de dezembro de 1948.

No entanto, o tecnicismo e a interferência da indústria não contribuíam para a superação da dualidade. Em outubro de 1959, foi instituído, pelo Decreto n. 47.038, um novo regulamento para o ensino industrial brasileiro, criando os Conselhos de Representantes nas Escolas Técnicas. Seriam compostos por um professor da Escola e outro externo, um industrial, um representante dos conselhos das profissões técnicas e um técnico egresso da Escola. Os conselhos tinham função administrativa, com o controle financeiro, e o poder de indicação da lista tríplice para a nomeação do diretor da Escola pelo Ministério da Educação.

O Conselho de Representantes da ETC foi instituído em 1962, tendo entre seus membros o proprietário de uma siderúrgica, um engenheiro civil e um proprietário de uma usina de açúcar e presidente do Sindicato dos Produtores de Açúcar do Estado do Rio de Janeiro, o que demonstra o nível de controle que o setor produtivo exercia sobre a autonomia dos diretores das Escolas, agora chamados diretores executivos.

O desenvolvimento industrial da década de 1950 provocou transformações significativas na sociedade brasileira. O Plano de Metas de JK foi alvo de críticas da oposição que apontava gastos excessivos, aumento da inflação e indícios de corrupção, o que contribuiu para a eleição de Jânio Quadros, da União Democrática Nacional (UDN) para presidente, e o trabalhista João Goulart para a vice-presidência. Logo nos primeiros meses, o governo Quadros perdia sua base de apoio, o que levou à sua renúncia no mês de agosto, conduzindo à presidência o vice João Goulart, sob protestos da oposição que tentou inicialmente impedir sua posse e, posteriormente, reduzir seus poderes.

Durante o governo Jango, houve avanço dos movimentos sociais, resultando na extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais. Nesse contexto, as alianças golpistas entre o capital e as Forças Armadas se organizaram com base na “Doutrina da Segurança Nacional” reforçada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), financiado pela Central Intelligence Agency (CIA), resultando no golpe civil-militar iniciado com a movimentação das tropas em 31 de março e a retirada do presidente João Goulart em 1 de abril de 1964, dando início a uma ditadura que durou 21 anos (Napolitano, 2014).

A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE CAMPOS: DO TECNICISMO DOS ANOS DE CHUMBO À DEMOCRACIA

Um mês após o golpe, o Conselho de Representantes da ETC instalou uma Comissão de Inquérito para investigar os servidores, buscando indícios de envolvimento em ações “contra a segurança do País”.¹⁴ Tal medida atendia a uma determinação do MEC, a Portaria n. 259, de 20 de abril de 1964, enviada aos reitores das Universidades e aos diretores das Escolas Técnicas.

De acordo com Mansan (2012), a determinação do MEC atendia ao Ato Institucional n. 1, baixado em 9 de abril. O AI-1 instituiu a eleição indireta para presidente da República e previa a suspensão das garantias constitucionais e demissão, dispensa e aposentadoria compulsória de servidores que tivessem “tentado contra a segurança do País, o regime democrático¹⁵ e a probidade da administração pública”, verificados mediante investigação sumária (Brasil, 1964). Não foram encontrados indícios sobre os desdobramentos do inquérito instaurado na ETC, mas a “operação limpeza”, como ficou conhecida, resultou no expurgo de muitos professores e servidores em todo o país, como no caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em que ocorreram 41 expurgos docentes entre 1964 e 1969 (Mansan, 2012).

Em mais um ato centralizador, em 1965 as Universidades e Escolas Técnicas passaram a ser nomeadas como “Federais”, seguidas do nome do estado e, no caso das instituições localizadas fora das capitais, o nome da cidade onde estivesse instalada. Assim, a Escola Técnica de Campos passou a se chamar Escola Técnica Federal de Campos (ETFC) (Brasil, 1965).

A ditadura militar substituiu o nacional desenvolvimentismo pela internacionalização da economia. A interferência dos EUA na América Latina se tornava mais intensa, com políticas orientadas pelas agências

¹⁴ Trata-se da Resolução n. 7, de 18 de maio de 1964 do Conselho de Representantes da Escola Técnica de Campos. Acervo do Centro de Memória Nilo Peçanha, IFFluminense/Câmpus Campos – Centro.

¹⁵ É importante salientar que o Golpe de 1964 foi justificado com o argumento da defesa da democracia contra os perigos da ditadura comunista.

internacionais, permitindo “aos Estados Unidos o controle social dos países americanos” (Giorgi; Almeida, 2014, p. 266). O novo modelo exigia uma mão de obra técnica formada por um viés liberal de subordinação direta aos interesses do setor produtivo, conhecido como “Teoria do Capital Humano”, intimamente associada à pedagogia tecnicista, que buscava a produtividade a partir de uma suposta neutralidade científica (Giorgi; Almeida, 2014, p. 267).

Em janeiro de 1966 iniciou-se a construção do bloco de ensino da ETFC¹⁶ (Ministério [...], 1966), permitindo que a aula inaugural de 1967 acontecesse no novo prédio (Escola [...], 1967). Naquele momento, a Escola oferecia os cursos técnicos de Mecânica, Eletrotécnica, Estradas e Edificações (Soares, 1999). Em 1968 se formavam os primeiros técnicos que atuavam como estagiários no Departamento de Engenharia da Prefeitura de Campos, nas Centrais Elétricas Fluminenses (CEL-F)¹⁷ e nas usinas de açúcar do município, carentes de profissionais que preenchessem “a lacuna existente entre o operário e o engenheiro” (Escola [...] 1968). Na ocasião, o diretor da ETFC previa a possibilidade de criar uma faculdade de engenharia, dado o porte das novas instalações construídas, mas “sem descuidar da formação de técnicos de grau médio” (Campos [...], 1968, p. 1).

As novas instalações passaram a ser utilizadas para eventos diversos, como a Extec-68, exposição dos trabalhos desenvolvidos pela Escola, que em sua segunda edição exibiu os instrumentos importados da Alemanha e dos EUA, que compunham os laboratórios, como o de física (Campos [...], 1969).

Ampliavam-se os acordos entre o MEC e os organismos internacionais como a OEA e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Especificamente em relação aos EUA, os acordos com a CBAI se mantiveram até a extinção da agência em 1962, substituída pela United States Agency for International Development (Usaid). Os acordos de cooperação financeira e assistência

16 O prédio corresponde ao atual Bloco A do Câmpus Campos – Centro do IFFluminense. Com o passar dos anos o bloco foi alterado em sua volumetria para abrigar mais salas de aula.

17 Estatal presidida pelo Dr. Nilo Peçanha de Siqueira, ex-diretor da ETFC.

técnica MEC–Usaid impactaram as Escolas Técnicas Federais. Era parte dos acordos a introdução de “práticas modernas de administração [em] cursos [...] nos Estados Unidos, para treinamento [...] de pessoal brasileiro necessário à avaliação, adaptação e instituição de novos processos e técnicas administrativas” (Alves, 1968).

Em janeiro de 1969, um grupo de professores latino-americanos chegava aos EUA para um curso na Universidade de Michigan, financiado pela Ford Motors Company Foundation. Os dois únicos brasileiros escolhidos foram os diretores da Escola Técnica Celso Suckow da Fonseca e da ETFC, selecionados para uma especialização em Técnicas de Administração Educacional (Cursos, 1968). O diretor da ETFC participou ainda do Curso de Especialistas Latino-americanos em Formação Profissional, promovido no Brasil pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e atuou como representante da Organização dos Estados Americanos (OEA) na observação de “escolas técnicas, centros tecnológicos e universidades na Espanha, Inglaterra, República Federal da Alemanha e Suíça” (Soares, 1999), tudo isso entre os anos de 1969 e 1973.

Em 1971 foi criado o Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio e Superior de Engenharia de Operação (Prodem), relacionado aos acordos MEC–Usaid, para a construção de prédios e montagem de laboratórios (Giorgi; Almeida, 2014). No mesmo ano, iniciou-se a construção do monumental ginásio de esportes na ETFC, inaugurado em 1972.

As novas Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus tornavam obrigatórias as disciplinas de Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde e Educação Física (Brasil, 1971). Segundo Nunes e Miguel (2021), a concepção tecnicista de educação física seguia o princípio da aptidão física, relacionado à “eficiência produtiva para o mundo do trabalho, de modo que as premissas da tecnização patrocinada pelo governo eram a disciplinarização, a normatização, o alto rendimento e a eficácia” (Nunes; Miguel, 2021, p. 1322), incorporando os valores de competitividade do taylorismo, assumindo uma abordagem esportivista (Nunes; Miguel, 2021, p. 1325).



Figura 3. Inauguração do laboratório de física da ETFC

Fonte: Acervo do Centro de Memória Nilo Peçanha
(IFFluminense/Câmpus Campos – Centro).



Figura 4. Inauguração do pavilhão esportivo da ETFC

Fonte: Acervo do Centro de Memória Nilo Peçanha
(IFFluminense/Câmpus Campos – Centro).

Em 1973 foi criado o Curso Técnico em Química na ETFC, chamado inicialmente de Curso Técnico em Química Açucareira (Solenidade, 1976), por estar diretamente relacionado ao Programa Nacional

de Melhoramento da Cana-de-Açúcar – Planalsucar, desenvolvido no Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), cuja sede fluminense ficava em Campos (Pessanha, 2004). Em 1976 formavam-se os primeiros Técnicos em Química, com a presença do presidente do IAA, do coordenador do Prodem/MEC e um representante da Volkswagen do Brasil, que distribuiu prêmios em dinheiro. Pode-se perceber o aprofundamento da ingerência dos setores industriais, sobretudo ligados ao capital internacional, sobre a educação profissional brasileira.

O AI-5 foi revogado em 1978, iniciando-se um lento processo de redemocratização no país. Em relação à educação, a profissionalização compulsória, devido ao seu insucesso, foi extinta em 1982 por meio da Lei n. 7.044. Na década de 1980 era evidente o desgaste do modelo fordista-taylorista de produção devido à rigidez que o caracterizava, sobretudo em relação aos mercados, à legislação trabalhista e à existência de uma classe trabalhadora organizada. Em oposição a tal rigidez, o capitalismo se reestruturava a partir do que Harvey (2010) chamou de acumulação flexível, tornando os serviços financeiros, os setores da produção e as relações de trabalho mais fluidos.

CONSTRUINDO A DEMOCRACIA E EXPANDINDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O final da década de 1970 foi marcado pelas grandes mobilizações de trabalhadores que culminaram nas greves dos metalúrgicos em 1979, projetando a liderança sindical de Luiz Inácio Lula da Silva e marcando a redemocratização brasileira. No mesmo ano, a Sociedade Estadual dos Professores do Rio de Janeiro deflagrou uma greve histórica (Brandão, 2022), alcançando destaque nacional. Entre as lideranças do movimento estavam professores da rede estadual que atuavam, ao mesmo tempo, na ETFC, como Luciano D'Angelo Carneiro. O sucesso da greve de 1979 fortaleceu a luta do magistério e contribuiu para a criação de uma associação para representar os servidores da ETFC, a Assetec, que iniciou o movimento pela eleição para a direção da Escola no ano de 1986 (Carneiro, 2024).

A escolha do diretor continuava a ser feita pelo MEC a partir de uma lista tríplice indicada pelo Conselho Técnico Consultivo da Escola. A Assetec conseguiu um acordo com o Conselho para a indicação de um dos nomes da lista e decidiu democratizar essa escolha instalando

um processo eleitoral com a participação de professores, servidores administrativos e estudantes. O professor Luciano D'Angelo obteve mais de 60% dos votos da comunidade, passando a integrar a lista tríplice submetida ao MEC (Carneiro, 2024). A expressiva votação conquistada e o apoio da comunidade garantiram a nomeação do professor Luciano D'Angelo (Carneiro, 2024). Sua posse aconteceu em julho de 1986, sendo o primeiro diretor eleito em toda a Rede Federal.

A nova gestão questionava o tecnicismo e defendia uma formação técnica que contribuísse para o desenvolvimento do “senso crítico [do jovem] e sua consequente responsabilidade junto à comunidade” (Escola [...], 1986). Tal concepção ia ao encontro dos debates educacionais da década de 1980, concebendo o trabalho como princípio educativo, e a superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica, por uma formação integral e humanista, a partir do conceito de politecnia (Saviani, 2022).

O combate ao tecnicismo se deu a partir de estratégias de qualificação dos professores, por meio de cursos de especialização que resultaram na reformulação dos currículos, ampliando a carga horária das disciplinas de formação geral, como Geografia e História, por exemplo. Também foram criados os cursos de Instrumentação Industrial, Informática Industrial e Segurança do Trabalho, pioneiro na Rede Federal, num momento em que o Brasil apresentava os maiores índices mundiais em acidentes de trabalho (Carneiro, 2024).

Também foi democratizado o acesso à Escola por meio de processos seletivos que consideravam a análise socioeconômica dos candidatos, conjugada à pontuação na prova de conhecimento acadêmico, permitindo a aprovação de jovens pobres (Carneiro, 2024).

As transformações na ETFC acompanharam as mudanças na economia da região norte fluminense, com a crise do setor sucroalcooleiro e a instalação da Petrobrás na Bacia de Campos, ampliando a procura por cursos técnicos relacionados a esse setor. Naquele momento, o MEC iniciava um movimento de expansão da Rede Federal, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (Protec), com recursos para a construção de 200 Escolas Técnicas (Alves *et al.*, 2016). A ETFC recebia um volume considerável de estudantes oriundos dos municípios vizinhos, sobretudo Macaé, onde se localizavam as operações da Petrobrás, o que tornava latente a oferta de formação técnica para a juventude local de modo a concorrer às vagas no setor petroquímico.

A Prefeitura de Macaé providenciou um terreno com 50 mil metros quadrados para a instalação da Unidade de Ensino Descentralizada (Uned/Macaé), da ETFC. O início das obras foi controverso pois havia um interesse por parte da Petrobrás em executar o projeto, o que foi interpretado pela direção da ETFC como uma ameaça à sua autonomia. Superadas as questões iniciais, a Uned/Macaé foi inaugurada em 29 de julho de 1993 (Alves *et al.*, 2016).

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: DA ETFC AO CEFET/CAMPOS

O Brasil dos anos 1990 atravessava uma recessão que agravava os problemas sociais característicos dos países periféricos no processo de globalização. Após uma sequência de medidas malsucedidas em busca de estabilidade, os economistas do governo assumiram os pressupostos do Consenso de Washington em defesa da reestruturação do estado, a partir de prescrições neoliberais, apontando para a necessidade de flexibilização do setor público estatal (Souza; Lima; Brito, 2024).

Nesse contexto, intensificava-se nas ETFs a discussão sobre a oferta de cursos tecnológicos de nível superior e a sua conversão em cefet. Em 1993 uma comissão do MEC visitava a ETFC para avaliar a viabilidade de sua transformação em cefet, emitindo parecer favorável. A mudança seria o resultado de estudos realizados junto ao setor produtivo da região, mantendo a formação técnica de nível médio (Ministério [...], 1993).

Havia fortes indícios de que as políticas em curso tornariam a Rede Federal mais utilitária, colocando em risco a permanência da formação geral básica. Em 1994, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, propunha a estadualização das ETF, provocando a reação da comunidade acadêmica que passou a defender a “cefetização” como meio de manter a educação profissional na esfera federal, o que passou a ser mais palpável com a promulgação da Lei n. 8.948/1994 determinando a transformação das ETFs em Cefets de forma gradativa.

Nesse contexto eram aprovadas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dividindo a educação profissional em três níveis: o básico, oferecido como ações de educação não formal para a qualificação de trabalhadores, sendo obrigatória nas instituições federais; o técnico, para alunos com o ensino médio concluído ou nele matriculados; e ainda o tecnólogo,

que seria uma formação profissional correspondente ao nível superior, na área tecnológica, destinada a egressos do ensino médio e técnico, de acordo com o decreto de regulamentação da educação profissional (Brasil, 1997).

O texto da LDB indicava que a educação profissional seria desenvolvida “em *articulação* com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (Brasil, 1996). A ideia de *articulação* com o ensino médio regular eliminava a formação geral básica do currículo das ETF, o que gerou forte resistência na comunidade, levando o governo a publicar a Portaria Ministerial n. 646, de 14 de maio de 1997, concedendo o prazo de até cinco anos para a implantação das reformas e permitia que 50% das vagas dos cursos regulares fossem destinadas ao ensino médio regular (Pereira, 2003).

A partir do ano letivo de 1998, surgia o ensino médio regular da ETFC, com vagas distribuídas entre os turnos da manhã, tarde e noite. Os cursos técnicos passaram a ser oferecidos em diferentes níveis – técnico, com três anos de duração; pós-médio, com dois anos de duração; e pós-técnico, com um ano de duração – e agrupados por área de conhecimento, com suas respectivas habilitações. Atendendo à obrigatoriedade de oferta da educação profissional básica, começaram a ser oferecidos diversos cursos de qualificação profissional como Informática Básica, Montagem e Configuração de Placas, Instalações Elétricas Residenciais, Pintura Industrial, Instalações Hidráulicas, entre outros (Federal [...], 1997).

O projeto de implementação do Cefet foi encaminhado ao MEC em setembro de 1997. A Escola passava por obras para a criação de novos espaços e atualização tecnológica. Em 1998 foram inaugurados o núcleo de multimídia (Auditório Reginaldo Rangel, no Bloco A do IF-Fluminense/Câmpus Campos – Centro) e um bloco de ensino multidisciplinar (Atual Bloco D do Câmpus Campos – Centro) com quatro pavimentos contendo um teatro/auditório com capacidade de 240 lugares, oficinas de teatro, música e artes plásticas, um laboratório de fotografia e salas multimídia equipadas com microcomputadores conectados à internet, capazes de reproduzir conteúdos interativos. Na ocasião também era lançado o primeiro website da ETFC¹⁸ (ETFC [...], 1998a).

¹⁸ Endereço eletrônico <http://www.etfcam.g12.br>. Foi possível resgatar alguns de seus registros por meio da plataforma on-line Wayback Machine.

Ao mesmo tempo era autorizada a implantação do curso de Tecnologia em Processamento de Dados, o primeiro em nível tecnólogo (ETFC [...], 1998b). A implantação do Cefet, prevista para julho de 1998, traria autonomia para criar novos cursos superiores, como licenciaturas de disciplinas técnicas, para a formação dos próprios professores da ETFC. Percebe-se que entre os esforços para a transformação em Cefet estava também a preocupação com a qualificação do corpo docente, que possuía 20% dos seus quadros com pós-graduação *stricto sensu*. A ETFC foi finalmente transformada em Cefet/Campos por decreto do presidente Fernando Henrique em 18 de janeiro de 1999 (Pereira, 2020).

Entre os elementos da reforma da educação profissional em curso estava o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), com vigência prevista entre 1997 e 2006. Tratava-se de um programa que previa a construção de novas unidades e ampliação das existentes (Pereira, 2003). No Cefet/Campos, o primeiro movimento de expansão se deu a partir de 2004, ainda na vigência do Proep, quando passaram a ser pleiteadas as áreas da União utilizadas pelo Exército Brasileiro no subdistrito de Guarus para a implantação de uma Uned. Após dois anos as obras se iniciaram e a Uned/Guarus (atual IFFluminense/Câmpus Campos Guarus) foi inaugurada em 16 de agosto de 2007, com a presença do ministro da Educação Fernando Haddad e do presidente Lula (Presidente [...], 2007).



Figura 5. Inauguração da Uned/Guarus do Cefet/Campos

Fonte: Acervo Centro de Memória Nilo Peçanha (IFFluminense/Câmpus Campos – Centro).

A construção dessa Uned, quase cem anos após a criação da Escola de Aprendizes Artífices, evidencia o retorno da preferência pela educação dos mais necessitados, uma vez que Guarus é uma localidade historicamente reconhecida por abrigar uma população mais vulnerável do ponto de vista social e econômico. Ao mesmo tempo, eram concluídas as obras de construção da Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (atual Polo de Inovação Campos dos Goytacazes do IFFluminense), também em Campos, com o objetivo inicial de realizar pesquisas sobre os ecossistemas existentes na área de abrangência do Cefet/Campos.

O IFFLUMINENSE E A REVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA

Em 2003, a posse de Luiz Inácio Lula da Silva representou a oportunidade de elaboração e efetivação de políticas públicas com vistas a alterar, substancialmente, a natureza do projeto educacional brasileiro. De acordo com Otranto (2006), educadores de todo o país ansiavam por transformações na política de educação profissional, fundamentadas em concepções oriundas dos movimentos sociais organizados, dos sindicatos e das associações científicas educacionais que se mostravam comprometidas com as causas sociais e com a formação integral do ser humano.

O MEC organizou, ainda em 2003, o Seminário de Educação Profissional: Concepções, Experiências, Problemas e Propostas,¹⁹ evidenciando a intenção de reorientar a política de educação profissional do governo. Os debates resultaram em 2004 na publicação do documento *Proposta em discussão: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica*, que defendia uma concepção alargada da educação profissional e tecnológica.

Ao final do primeiro mandato do presidente Lula, mostravam-se sistematizados os fundamentos e concepções que, nos anos seguintes, caracterizariam uma nova configuração da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Pode-se dizer que a realização, em 2006, da I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (Confect) constitui o marco referencial dessa inovação, pois ali foram apresentados princípios que nortearam a criação dos Institutos Federais, como a visão

¹⁹ O texto-base para a discussão do seminário foi elaborado, preliminarmente, pela professora Maria Ciavatta e revisado pela equipe da Secretaria de Educação Média e Tecnológica e do Ministério da Educação (Semtec/MEC).

sistêmica da educação profissional fundamentada na verticalização da formação dos jovens, com estratégias para o acesso e a permanência escolar, a promoção da inclusão social e do desenvolvimento econômico do país, além da integração entre o ensino médio e profissional (Amorim, 2013).

Naquele momento, a Rede Federal, composta pelas Escolas Técnicas e Agrotécnicas vinculadas às Universidades Federais (UFs); Escolas Técnicas Federais (ETFs); Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), tinha um caráter bastante heterogêneo, incompatível com a nova institucionalidade que o governo federal desejava criar. Por isso, em 2007 foram traçadas as diretrizes vinculadas ao processo de integração de instituições federais de educação tecnológica para fins de constituição do modelo de reorganização da Rede Federal: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) (Brasil, 2007).

As diretrizes orientavam que a integração ao novo formato resultaria de acordos entre instituições federais de educação profissional e tecnológica localizadas em um mesmo estado da federação. Segundo Ramos (2011), tão logo fora levada a público a proposta governamental de uma nova institucionalidade e suas características, as discussões em torno da constituição dos Ifet passaram a ser travadas intensamente nos Conselhos de representação das diferentes instituições da Rede.

Nesse contexto, o Cefet/Campos aderiu à implementação da fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação de mais duas Uned: uma no município de Itaperuna, no noroeste fluminense, e outra na baixada litorânea, em Cabo Frio, cuja inauguração aconteceu já na nova institucionalidade (Cefet [...], 2007). Além das novas Uneds, o Cefet/Campos avançava no campo da pesquisa e da extensão, com a criação da Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (Upea) em 2007 (IFF, c2024).

No ano seguinte, antes mesmo da promulgação da Lei n. 11.892/2008, o Cefet já se apresentava como Instituto Federal Fluminense, com a sigla IF, possuindo o mesmo grau de autonomia das universidades (Cefet [...], 2008). Em janeiro de 2009, a professora Cibele Daher Botelho Monteiro, diretora do Cefet/Campos, foi nomeada reitora *pro tempore* pela Portaria MEC n. 55, de 7 de janeiro de 2009. As unidades de Cabo Frio e Itaperuna foram inauguradas em março de 2009, já como IFFluminense/Câmpus Cabo Frio e IFFluminense/Câmpus Itaperuna,

somando-se ao Câmpus Campos – Centro, Câmpus Macaé, Câmpus Campos Guarus e à Upea (IFF, c2024).

No interior da Rede Federal, as Escolas vinculadas temiam a perda do vínculo com a Universidade, apesar de enfrentarem grandes dificuldades por não gozarem de autonomia administrativa e orçamentária. O Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (Condetuf) enfatizava a complexidade do processo e reivindicou uma discussão técnica e política com as EV, que resultou na adesão de apenas oito das 32 Escolas à proposta do Ifet. Entre elas, quatro ofertava o Ensino Profissional Agrícola, incluindo o Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges, ligado à Universidade Federal Fluminense, que, após 2008, se transformou no único *câmpus* agrícola do Instituto Federal Fluminense: o Câmpus Bom Jesus do Itabapoana (Altoé, 2019).

Para as instituições de ensino profissional agrícola, havia a necessidade de se adequar às novas demandas do campo, como a sustentabilidade ambiental e a agricultura familiar, e de promover maior integração com os movimentos sociais. A (re)significação do ensino profissional agrícola não seria um movimento de transformação isolado, com maiores chances de sucesso no contexto da criação e de transformação das instituições de ensino em Institutos Federais. Dito de outro modo, a nova institucionalidade foi considerada um vetor de valorização da educação profissional, prestigiando as demandas locais, a agricultura familiar e a luta pela terra, conforme depoimento de Luiz Augusto Caldas Pereira (2016 *apud* Altoé, 2019).

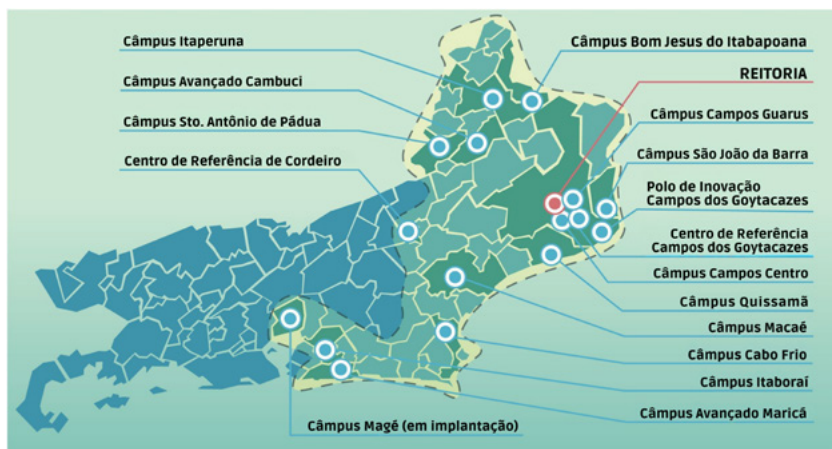


Figura 6. Abrangência geográfica do IFFluminense
Fonte: Acervo institucional do Instituto Federal Fluminense.

Montado o novo desenho institucional, seguiu-se um processo de expansão com a criação do Câmpus Avançado Quissamã, em 2010, e do Núcleo Avançado de Cambuci, voltado para a área agrícola, instalado em uma fazenda de 50 hectares doada pela municipalidade, iniciando suas atividades em 2012, vinculado ao Câmpus Bom Jesus. Em 2013, o Câmpus Avançado Quissamã adquiria autonomia administrativa e financeira, tornando-se mais um câmpus do IFFluminense, e o núcleo de Cambuci se tornou câmpus avançado em 2014 (IFF, c2024).

Naquele contexto, a região norte fluminense era impactada pela instalação do Complexo Portuário e Industrial do Açú, no município de São João da Barra. Trata-se do maior porto privado em águas profundas da América Latina (O Porto [...], c2024), o que passou a demandar a ampliação de oferta de mão de obra qualificada. Desde 2002, o então Cefet/Campos já possuía parcerias com a Prefeitura de São João da Barra, formando técnicos em convênios com escolas da rede municipal. Com o advento do porto, criaram-se as condições para a implantação do Câmpus Avançado São João da Barra, em 2014. Em 2015, a Upea, localizada próximo ao limite entre os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, foi transformada em Polo de Inovação Campos dos Goytacazes/Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Emprapii).

Seguindo a política de expansão, em 2015 foi instituído o Câmpus Santo Antônio de Pádua com uma Unidade de Formação no município de Cordeiro, ligados à área industrial, e o Câmpus Avançado Maricá, na Região Metropolitana, onde também se instalava o Câmpus Itaboraí, área de influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Em abril de 2024 foi inaugurado o Câmpus Itaboraí, inicialmente com o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Energias e Sustentabilidade, além de cursos de qualificação FIC. No mês seguinte, o Câmpus Avançado São João da Barra tornou-se um câmpus pleno, com autonomia para a implantação de novos cursos. Em julho de 2024, foi anunciado o Câmpus Magé, na região metropolitana do estado, em fase de implantação (IFF, c2024).

Segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha, no ano de 2023 o IF-Fluminense possuía 23.374 matrículas, sendo 48% nos cursos técnicos,

32% nos cursos de graduação, incluindo bacharelados, licenciaturas e tecnólogos, 4% na pós-graduação, incluindo doutorado, mestrados profissionais e especializações lato sensu e 16% matriculados em cursos FIC de qualificação profissional.

O desafio de construir uma educação profissional que promova o desenvolvimento científico, tecnológico e humano reúne no IFFluminense 1.809 servidores técnicos e 1.081 docentes, sendo 994 efetivos, representando um impacto significativo no desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ALTOÉ, D. S. S. A *(re) significação do ensino agrícola*: uma análise das experiências dos Institutos IFRJ – Câmpus Pinheiral e IFF Câmpus Bom Jesus do Itabapoana. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes, 2019.

ALVES, H. B.; CORRÊA, N. B.; BRUM, R. P.; DUQUE, A. M. P.; SILVA, R. M. A Construção do Instituto Federal Fluminense Câmpus Macaé e sua relação com a história macaense. *Cadernos de Extensão do Instituto Federal Fluminense*, Campos dos Goytacazes, v. 2, 2016.

ALVES, M. M. *Beabá dos MEC–Usaid*. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.

ALVES, V. C. Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília/DF, v. 48, n. 1, 2005.

AMORIM, M. T. *A organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no conjunto da educação profissional brasileira*. Tese (Doutorado Educação Profissional) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2013.

AZZI, R. *Os salesianos no Brasil: à luz da História*. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1982.

BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BRANDÃO, J. C. S. *Movimento sindical docente: articulações do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE/Campos)*. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes, 2022.

BRASIL. *Decreto n. 1.606, de 29 de dezembro 1906*. Crea uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministerio dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1906a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL1606-1906.htm Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 7.501, de 12 de agosto de 1909*. Dispõe sobre as medidas provisórias para a instalação do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7501-12-agosto-1909-513725-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Créa nas capitaes dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909b. Disponível em: <https://share.google/zXKrEYv1aTvmBtryK> Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 7.763, de 23 de dezembro de 1909*. Altera os decretos ns 7.566 e 7.649, de 23 de setembro e 11 de novembro ultimos, referentes à criação de Escolas de Aprendizes Artífices, nas capitaes dos Estados, e à nomeação de professores para os respectivos cursos noturnos – primario e de desenho. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909c. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7763-23-dezembro-1909-525420-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 9.070, de 25 de outubro de 1911*. Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=D%C3%A1%20novo%20regulamento%20%C3%A1s%20escolas,61%20da%20lei%20n> Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942*. Lei orgânica do ensino industrial. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. *Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937*. Dá nova, organização ao Ministerio da Educação e Saude Publica. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10378.htm#:~:text=Fica%20creado%20o%20Servi%C3%A7o%20do,patrimonio%20historico%20e%20art%C3%ADstico%20nacional Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. *Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964*. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. *Lei n. 4.759, de 20 de agosto de 1965*. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Brasília/DF: Presidência da República, 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. *Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1997. (Revogado pelo Decreto n. 5.154/2004). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 6.095, 24 de abril de 2007*. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Ifet, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília/DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm Acesso em: 12 set. 2024.

CAMPOS: Exposição de alunos. *O Fluminense*, Niterói, 1969.

CAMPOS: Formada a primeira turma de eletrotécnicos da EF. *O Fluminense*, Niterói, 1968.

CARNEIRO, L. D. Depoimento [jul. 2024]. [Entrevista cedida a] Fábio Gustavo Siqueira. Campos dos Goytacazes: Centro de Memória Nilo Peçanha IFFluminense/Câmpus Campos – Centro, 2024.

CARVALHO, J. M. *A Formação das Almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, J. M. A Utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 82-99, 1991.

Cefet Campos agora é Ifet. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 2008.

Cefet planeja chegada a Cabo Frio e Itaperuna: Diretor se reúne hoje com prefeitos. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 2007.

CURSOS. *O Jornal*, 2º Caderno, Rio de Janeiro, 1968.

DOIS acontecimentos expressivos na Escola de Aprendizizes Artífices. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 1938.

ESCOLA Profissional. *O Fluminense*, Niterói, 1909.

ESCOLA Técnica de Campos realizará a sua semana de festa. *O Fluminense*, Niterói, 1968.

ESCOLA Técnica terá novo diretor dia 6. *O Fluminense*, Niterói, 1986.

ETFC inaugura novo prédio com exposição de Da Vinci. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 1998a.

ETFC já inscreveu mais de 200 para vestibular de informática. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 1998b.

FEDERAL faz novas inscrições para a área de informática. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 1997.

FONSECA, C. S. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961. v. 1.

GIORGI, M. C.; ALMEIDA, F. S. Ensino profissional no Brasil: Diálogos com a ditadura militar. *OPSIS*, Catalão, v. 14, n. 1, 2014.

GOMES, A. M. C. *A Invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

GOMES, L. C. G. *Escola de Aprendizizes Artífices de Campos: história e imagens*. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2017.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

LOPES, M. W. V. Educação profissional entre os anos 30 e 90: uma história de subordinação aos processos produtivos no contexto brasileiro. *Research, Society and Development*, [s. l.], v. 8, n. 10, p. 1-17, 2019.

MANSAN, J. V. A Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS (1964). *Estudos Ibero-Americanos*, PUC/RS, v. 38, n. 1, p. 100-118, 2012.

MEDEIROS NETA, O. M.; CIAVATTA, M. *Fontes para a história da educação profissional: boletim da CBAI*. João Pessoa: Ideia, 2020.

MINISTÉRIO avalia a Escola Técnica. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 1993.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura, Escola Técnica Federal de Campos Estado do Rio de Janeiro. *O Fluminense*, Niterói, 1966.

MOURA, G. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra*. São Paulo: Edusp, 2020.

NAPOLITANO, M. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NUNES, A. C. S.; MIGUEL, M. E. B. A educação física na ditadura militar: uma abordagem tecnicista. *Revista Intersaberes*, v. 16, n. 39, 2021.

O PORTO do Açu é o maior complexo portuário e industrial privado de águas profundas da América Latina. *Porto do Açu*, [s. l.], c2024. Disponível em: <https://portodoacu.com.br/> Acesso em: 2 set. 2024.

OTRANTO, C. R. *A reforma da educação superior do governo Lula: Da inspiração à implantação*. In: SILVA JÚNIOR, J. R. S.; OLIVEIRA, J. F.; MANCEBO, D. (org.). *Reforma universitária: dimensões e perspectivas*. Campinas: Alínea, 2006.

PEREIRA, L. A. C. *A Rede Federal de Educação Tecnológica e o desenvolvimento local*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2003.

PEREIRA, L. A. C. *O Instituto Federal Fluminense no desenvolvimento da região norte do estado do Rio de Janeiro: o que pensam agentes estabelecidos no*

território. Tese (Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2020.

PESSANHA, J. B. *Um estudo sobre a lavoura canavieira em Campos dos Goytacazes na atualidade*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2004.

PRESIDENTE Lula em Campos hoje. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 2007.

RAMOS, V. S. *Desenvolvimento local e território: uma reflexão sobre o papel dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia*. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n. 787, de 11 de setembro de 1906. Cria quatro escolas profissionais no estado, sendo as três primeiras para o ensino de ofícios e a última para aprendizagem agrícola. Rio de Janeiro: Presidência do Estado, 1906.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Decreto n. 1.063, de 27 de dezembro de 1907*. Extingue as escolas profissionais de Campos e Petrópolis. Rio de Janeiro: Presidência do Estado, 1907.

RODRIGUES, R. R. J. *Formando os cidadãos fluminenses: a escola primária no estado do Rio de Janeiro durante a Primeira República*. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2019.

SANJAD, N.; CASTRO, A. R. M. Comércio, política e ciência nas exposições internacionais: o Brasil em Turim, 1911 – parte 1. *Varia Historia*, Minas Gerais, v. 31, n. 57, 2015.

SANTOS, J. A. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SAVIANI, D. O choque teórico da Politécnica. *Trabalho, Educação e Saúde*, [s. l.], v. 1, n. 1, 2022.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, V. C. P. Nove décadas se passaram: depoimentos. *Vértices*, [s. l.], ano 2, edição especial, 1999.

SOLENIDADE dos formandos do ano de 1975 na Escola Técnica Federal de Campos. *Revista Brasil Açucareiro*, 1976.

SOUZA, F. das C. S.; LIMA, A. P. M. de; BRITO, L. L. de. Reforma do Estado e da Educação Profissional nos anos 1990: alinhamento do Cefet/RN às imposições neoliberais. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades – Revista Pemo*, Fortaleza, v. 6, 2024.

UM PESAR compreensível: Como foi recebida a notícia de que periclita a vida da Escola de Aprendizes Artífices. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 1942.

VAI para a Avenida Pelinca a Escola Técnica de Campos. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 1945.



01



03



05



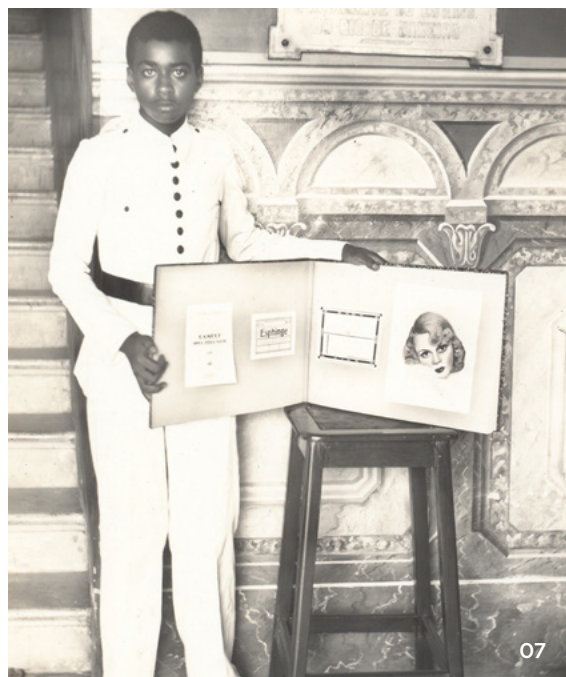
06



02



04



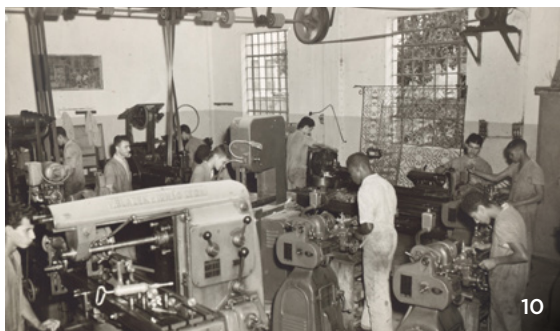
07



08



09



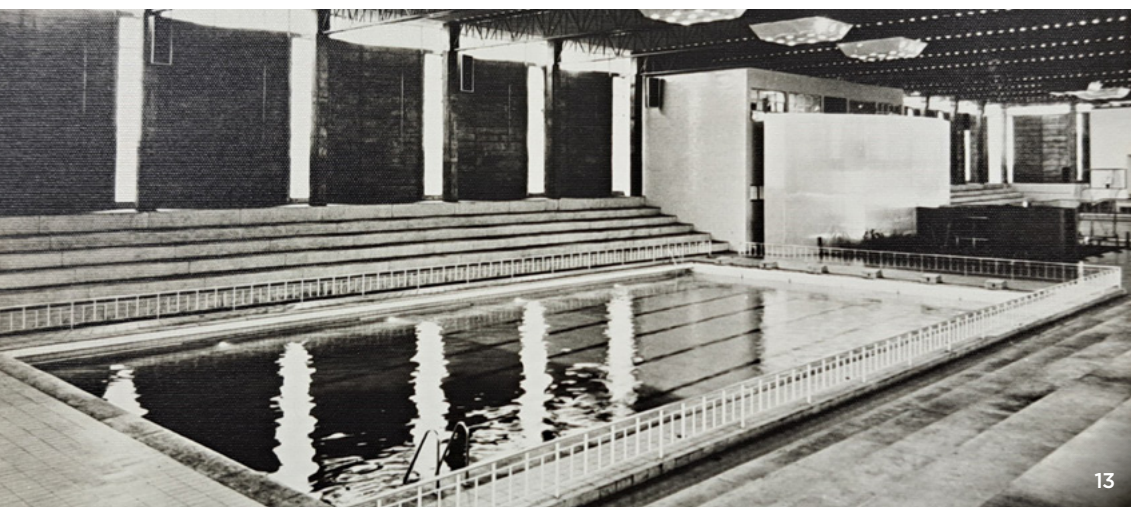
10



11



12



13



14



15

DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Diretor e aprendizes em frente à Escola, com a fachada original, em 1910, antes da remodelação de 1923
- 02 População curiosa em frente ao prédio da Escola de Aprendizes Artífices do Rio de Janeiro, com a presença de militares, no contexto da Revolução de 1930
- 03 Refeitório da Escola de Aprendizes Artífices do Rio de Janeiro – Campos em 1930
- 04 Trabalhos da Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão numa exposição realizada em São Paulo em 1934
- 05 Alunos da Escola de Aprendizes Artífices do Rio de Janeiro – Campos em 1935
- 06 Escola de Aprendizes Artífices do Rio de Janeiro – Campos em 1935/2
- 07 Aluno expõe trabalho desenvolvido na oficina de Artes Gráficas da Escola de Aprendizes Artífices do Rio de Janeiro – Campos em 1940
- 08 Oficina de Marcenaria da Escola Técnica de Campos em 1950
- 09 Oficina de Artes Metálicas da Escola Técnica de Campos em 1950
- 10 Oficina de Mecânica da Escola Técnica de Campos em 1950
- 11 Obras de construção da Escola Técnica Federal de Campos (atual Câmpus Campos – Centro do IFFluminense) em 1966
- 12 Laboratório de Eletrotécnica da Escola Técnica Federal de Campos em 1973
- 13 Pavilhão de esportes da Escola Técnica Federal de Campos em 1973
- 14 Laboratório de Física da Escola Técnica Federal de Campos em 1973
- 15 Laboratório de Tornearia Mecânica da Escola Técnica Federal de Campos em 1973

Fonte: Acervo do Centro de Memória Nilo Peçanha.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

115 ANOS DE HISTÓRIA

ADALTON M. OZAKI¹

CARLOS E. P. PROCÓPIO²

CÍNTIA M. BRAZOROTTO³

RAFAEL A. SCARAZATTI⁴

SILMÁRIO B. DOS SANTOS⁵

Criada como Escola de Aprendizes Artífices pelo então presidente da República Nilo Peçanha em 1909, ficou conhecida por muitos anos como Escola Técnica Federal de São Paulo e Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. De 1909 a 2004, ou seja, em 95 anos, a Instituição passou de uma para três unidades. Quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu

1 Doutor, mestre e bacharel em Administração pela Universidade de São Paulo, atua como docente no IFSP, onde atualmente ocupa o cargo de pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação. Pesquisa sobre gestão de inovação e adoção de novas tecnologias. E-mail: ozaki@ifsp.edu.br.

2 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, atua como professor de Sociologia do IFSP, onde atualmente ocupa o cargo de pró-reitor de Ensino. E-mail: carlos.procopio@ifsp.edu.br.

3 Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, atua como professora no curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSP/Câmpus Sorocaba. Pesquisa sobre políticas educacionais, educação profissional e tecnológica, ensino médio integrado, reforma do ensino médio, privatização da educação básica e trabalho docente. E-mail: cbrazorotto@ifsp.edu.br.

4 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas, atua como docente no IFSP, onde atualmente ocupa o cargo de pró-reitor de Extensão e Cultura. Pesquisa sobre trabalho, tecnologia, cultura. E-mail: rafael.alves@ifsp.edu.br.

5 Doutor em Administração, mestre e bacharel em Engenharia Elétrica e licenciado em Matemática, atua como professor da Rede Federal de EPCT desde 1994. Foi diretor de Infraestrutura e pró-reitor de Administração do IFSP entre 2013 e 2020. Atualmente, é reitor do IFSP. E-mail: silmario@ifsp.edu.br.

a Presidência da República em 2003 até a deposição da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016, ou seja, em 12 anos a Instituição passou de três para 36 unidades, reflexo de uma política pública que valorizou a democratização e o acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade. Entre 2016 e 2022, foram criadas mais cinco unidades. Em abril de 2024, o presidente da República, Lula, anunciou a volta da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com mais 100 câmpus, sendo 12 em São Paulo.

Dessa forma, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) tem perspectiva de atingir, no curto prazo, 53 unidades, sendo o maior Instituto Federal do Brasil. Igualmente grandes são os desafios enfrentados. Este capítulo é uma epopeia, descrevendo a transformação de uma instituição centenária, que se consolidou no decorrer dos anos como referência no ensino profissional, científico e tecnológico.

DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES À CRIAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

O histórico do que hoje é o IFSP passa pelo desenvolvimento econômico do estado de São Paulo e estabelecimento de políticas para a educação profissional no estado para atender a uma demanda crescente por profissionais especializados.

De acordo com Fonseca (1986), durante o período colonial a então capitania de São Vicente era produtora de cana-de-açúcar e a população era em sua maioria empobrecida, constituída majoritariamente por senhores de terras e pessoas escravizadas. A aprendizagem de ofício nesse período se limitava a ensinar às pessoas escravizadas o necessário para o trabalho no engenho e alguns ofícios, como serralheria e sapataria, para suprir as demandas locais. O conhecimento era transmitido do artesão para crianças que com 12 anos já dominavam o trabalho.

Por um longo tempo, as Corporações de Ofícios foram as únicas instituições formais de aprendizagem, principalmente ligadas à Real Casa de Fundição de São Paulo, que ensinava o ofício de fundidor, importante durante o ciclo do ouro. Elas foram extintas em 1824 por D. Pedro I, e, assim, São Paulo ficou um período sem que iniciativas voltadas à aprendizagem fossem instituídas oficialmente.

Apenas em 1844 o governo estadual criou a Casa dos Educandos para o acolhimento de crianças pobres e o ensino das primeiras letras e de alguns ofícios, como a serralheria (Fonseca, 1986). Com o advento da República e diante das transformações socioeconômicas pelas quais o país passava, considerando a abolição da escravidão, a chegada de imigrantes europeus para complementar a classe trabalhadora, a transição do sistema agroexportador para a inserção no capitalismo industrial, verifica-se que houve uma conscientização por parte do governo central em sistematizar a educação nacional para acompanhar o progresso da nação.

Assim, o governo federal e os governos estaduais realizaram reformas, fundando instituições educacionais para atender à nova demanda nacional, sendo que até 1930, segundo Nagle (2009, p. 142), “não se encontra outra etapa de tão intensa e sistemática discussão, planejamento e execução de reformas da instrução pública”, isso porque os republicanos se preocupavam com o alto índice de analfabetismo no Brasil, considerado por eles o “mal do século”.

No bojo das políticas educacionais estabelecidas na Primeira República (1889-1930), destacamos o marco fundamental da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909. Elas foram fundadas pelo então presidente, Nilo Peçanha, por meio do Decreto n. 7.566/1909. As Escolas foram inauguradas uma em cada capital dos estados, com exceção do Rio Grande do Sul, posto que em Porto Alegre já havia uma instituição com atividade semelhante. As Escolas tinham por função oferecer a aprendizagem de ofícios manufatureiros, de acordo com o setor produtivo local, e foram destinadas a órfãos e “desvalidos da fortuna”, em caráter assistencialista (Cunha, 2005a, p. 66).

Desse modo, a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo foi inaugurada na capital em 24 de fevereiro de 1910, situada na Rua Coronel Júlio Marcondes Salgado, no Bairro de Santa Cecília, sob direção do Dr. Irineu Evangelista Silveira Motta. Nesse ano, recebeu 135 matrículas, embora 95 com frequência regular, de crianças com idade entre 10 e 13 anos para a aprendizagem dos ofícios de tornearia, mecânica, eletricidade, carpintaria e artes decorativas (ETFSP, 1986; IFSP, 2015).

Em 1911, por força do Decreto n. 9.070/1911, foram realizadas mudanças na estrutura pedagógica e administrativa da Escola de

Aprendizes Artífices de São Paulo, ofertando cursos com duração de quatro anos, com a introdução do ensino primário e de Desenho de caráter obrigatório, além do ensino dos ofícios já citados. As matrículas se destinaram a crianças de baixa renda e verificou-se uma alteração na faixa etária atendida, de 12 para 16 anos. Para dirigir as oficinas, poderiam ser admitidos profissionais nacionais ou estrangeiros (ETFSP, 1986; IFSP, 2015). Um relato do ex-aluno Adhemar Ferreira, ex-atleta e campeão olímpico, exemplifica a rotina no interior da Escola:

A Escola atendia alunos pobres, em período integral, oferecendo inclusive o almoço... os professores eram em sua maioria descendentes de estrangeiros (italianos)... pela manhã tínhamos os cursos de humanidades e à tarde as aulas de oficina... a indisciplina era corrigida com a palmatória que chorava ou sorria... aqui ganhei minhas duas primeiras medalhas: jogo de peteca, semelhante ao voleibol e revezamento em corrida (IFSP, 1986, p. 7).

Destaca-se, além da fundação da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, outras iniciativas do governo estadual, instituições religiosas, filantrópicas e algumas poucas iniciativas de sindicatos e associações de trabalhadores, direcionadas não somente aos pobres, mas também aos trabalhadores urbanos que buscavam qualificação para o trabalho, por exemplo, a fundação da escola profissional oficial, chamada Escola Profissional Masculina e Feminina, criada em 1911 no Bairro do Brás, que posteriormente se estendeu para o interior, contando com dez unidades em 1935. A Escola Masculina voltava-se para os cursos de Mecânica, Marcenaria, Elétrica e Decoração, enquanto na versão feminina ensinava-se Costura, Pintura, Bordado e Desenho profissional (Cunha, 2005b; Manfredi, 2016).

No bojo da industrialização em curso, em 1930, o então presidente, Getúlio Vargas, criou o Ministério da Educação e Saúde Pública e estabeleceu a centralização do controle federal sobre os estabelecimentos de ensino a partir dos serviços de inspeção das Escolas e o registro de professores (Cunha, 2005b).

Por determinação da Lei n. 378/1937, a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo passou a se chamar Liceu Industrial, tendo sido usado pela primeira vez o termo “técnico” para se referir à educação profissional (IFSP, 2015).

Em âmbito nacional, na década de 1940 reformas educacionais foram implementadas pelo ministro Gustavo Capanema, que promulgou as Leis Orgânicas, conhecidas como Reforma Capanema, e estabeleceu definitivamente um sistema para atender as classes dominantes e o outro para a formação da classe trabalhadora, de forma a possibilitar o projeto de desenvolvimento estipulado no Estado Novo. Assim, estabeleceu-se a criação do ensino primário de quatro ou cinco anos para crianças de 7 a 12 anos (Brasil, 1946), o ensino médio para maiores de 12 anos, com cinco ramos de ensino: ginásial secundário, normal, industrial, comercial e agrícola. O ginásial secundário destinava-se ao ingresso nos cursos superiores, os demais comporiam a formação da força de trabalho técnica e a formação de professores primários (Brasil, 1942).

Nesse contexto, em 1942 os Liceus Industriais tiveram a denominação alterada para Escolas Técnicas seguidas pelo nome do estado. Assim, a Escola paulista passou a ser denominada Escola Técnica de São Paulo, nome que permaneceria até 1965, quando foi acrescentado o termo “Federal”, tornando-se Escola Técnica Federal de São Paulo. Salienta-se que o ingresso nos Liceus Industriais passou a ser realizado por meio de exame de admissão, ou seja, seleção dos estudantes com base na meritocracia. Com isso, deixou de ter um caráter assistencialista de retirada das ruas de crianças pobres e órfãos para focalizar na formação de profissionais especializados para a indústria emergente (Cunha, 2005c; Manfredi, 2016).

Nesse contexto, havia cerca de 400 alunos na Escola Técnica de São Paulo, os cursos eram ofertados em período integral ou noturno. No primeiro ano, os estudantes passavam por diversas oficinas para, assim, definir qual seria sua especialização. Os trabalhos realizados nas oficinas de fundição, serralheria, cerâmica e mecânica eram comercializados para compor o orçamento da Instituição (ETFSP, 1986).

Ressaltamos que, em razão do crescimento econômico em São Paulo, este foi o estado que mais investiu em educação profissional no período. Assim, observam-se também parcerias público-privadas que conjugavam o poder estatal e empresarial em São Paulo a partir do trabalho e ensino de ofícios realizados nas estradas de ferro. Isso deu origem ao Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional em 1934, no qual o governo do estado participava disponibilizando maquinário e professores de ensino geral, e os empresários o financiamento, de acordo

com o número de empregados e com a participação no Conselho Diretor. Esse modelo seria utilizado posteriormente, na fundação do sistema “S”. Em 1941, o Senai abriu suas portas no município de São Paulo e se expandiu rapidamente para outros municípios do interior entre as décadas de 1940 e 1950 (Cunha, 2005b; Bryan, 2008; Manfredi, 2016).

A característica dual da educação nacional, com segmentação entre o ensino reservado às classes dominantes e às trabalhadoras, manteve-se até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, que passou a equiparar os ensinamentos técnico e normal ao secundário, possibilitando, com isso, o ingresso dos egressos dessas modalidades (técnico e normal) nos cursos superiores (Manfredi, 2016).

Entre as décadas de 1960 e 1970, os cursos ofertados na então Escola Técnica de São Paulo ocorriam em período integral e eram voltados para as áreas de mecânica e edificações. O processo seletivo para ingresso era acirrado, em 1963, por exemplo, 500 candidatos fizeram prova para 35 vagas, isso porque a Instituição se destacava pela qualidade do ensino, que possibilitava tanto inserção qualificada no mundo do trabalho quanto sucesso nos exames vestibulares para os cursos superiores.

Nesse ínterim, a procura por cursos superiores na década de 1960 aumentou e, como forma de conter essa demanda, o governo militar buscou soluções ao estabelecer a terminalidade do ensino de nível secundário pela profissionalização compulsória no ensino de 2º grau (Cunha, 2014).

As Escolas Profissionalizantes, como as Escolas Técnicas Federais, estavam preparadas para esse tipo de oferta e consolidaram sua excelência de ensino no período. Contudo, as demais escolas públicas não reuniam o aparato e os recursos necessários para se adaptar à nova condição, inviabilizando na prática que a política fosse implantada. Além disso, houve resistência de proprietários de escolas privadas e das famílias de estudantes da classe média alta, pois não era esse o projeto de educação escolhido para seus filhos. Assim, a política foi rejeitada pela sociedade; e em 1982, pela Lei n. 7.044/1982, a profissionalização deixou de ser obrigatória, tornando-se uma possibilidade nas escolas de 2º grau (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012; Cunha, 2014).

Uma alternativa para conter a demanda pelos cursos universitários, além da profissionalização de nível médio, foi a criação de cursos

superiores de curta duração, os tecnólogos, instaurados pela Reforma Universitária de 1968 nas universidades e Escolas Técnicas Federais (Cunha, 2014).

Em suma, as Escolas Técnicas Federais da época reuniram as condições necessárias para a oferta de uma educação de qualidade, associando a educação profissional e a intelectual, o que conferiu a elas o reconhecimento de sua excelência pelas comunidades civil e acadêmica, que identificaram nesse curso, que hoje denominamos ensino médio integrado ao técnico profissional (EMI), o caminho para se alcançar a tão almejada formação integral, concebida a partir da educação politécnica (Ferretti, 1997; Kuenzer, 2007; Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012).

Em São Paulo, em 23 de setembro de 1976, a sede da Escola Técnica Federal foi transferida para a Rua Pedro Vicente, onde permanece até hoje o Câmpus São Paulo e a Reitoria do IFSP. Nesse período, registrou-se a oferta dos cursos técnicos em: Mecânica, Eletrotécnica, Edificações, Telecomunicações, Eletrônica e Processamento de dados. Já nos anos 1980 e 1990, verificou-se o primeiro movimento de expansão da Escola Técnica Federal de São Paulo com a inauguração da unidade em Cubatão (1987), e, depois, em 1996, no município de Sertãozinho.

No turbilhão de transformações socioeconômicas, a redemocratização do país e a reinstauração do Congresso Nacional Constituinte em 1987 significou uma possibilidade de avanço na promoção de debates sobre o modelo de educação que a sociedade brasileira reivindicava. A partir da realização de conferências nacionais que buscavam discutir os princípios em torno da nova Constituição, observa-se dois projetos em disputa para a educação brasileira, em especial de nível médio: um conservador, pautado na instrumentalização para o trabalho, insistente na dicotomia entre a educação das elites e as camadas populares, e outro mais progressista, baseado nos ideais da escola politécnica e unitária, de Marx e Gramsci, com ensino médio em bases iguais para todos os estudantes. O traço comum entre os projetos foi a mobilização “pela incorporação do direito à educação pública, laica, democrática e gratuita na Constituição” (Ramos, 2010, p. 44).

Machado (2008) aponta que a Constituição de 1988 foi um avanço para a garantia da educação como direito público subjetivo ao estabelecer, por exemplo, a universalização da educação básica gratuita

e obrigatória, englobando também o ensino de nível médio. A autora considera que, ao estabelecer o preparo para a vida e para o trabalho, o texto legal abarca o direito do cidadão à educação profissional, tanto inicial quanto continuada, pois por meio dela os indivíduos adquirem as condições intelectuais e práticas para acesso à vida produtiva e social.

A regulação da oferta e organização da educação nacional foi detalhada a partir da LDB 9.394/1996, pautada no projeto conservador que favoreceu a dualidade no nível médio e a instrumentalização para o trabalho em vez de incorporar os princípios progressistas voltados à politécnica e a escola unitária.

Nesse cenário, a referida lei instaurou o ensino fundamental obrigatório de oito anos –posteriormente alterado para nove anos por meio da Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, com matrícula a partir dos 6 anos –, e a educação de nível médio de três anos, com conteúdo geral para todos, organizando a educação profissional separadamente do ensino básico. O Capítulo IV-A da LDB, dedicado à educação profissional, foi regulado pela promulgação do Decreto n. 2.208/1997, que extinguiu os cursos técnicos integrados ao ensino médio e estabeleceu cursos técnicos concomitantes e/ou subsequentes ao médio regular.

Ressalta-se a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) em 1994, de forma a convergirem com as políticas neoliberais adotadas, proporcionando a formação de profissionais ágeis e flexíveis e contribuindo com o desenvolvimento sustentado do país, mas com racionalização dos custos com a formação profissional separada da educação básica e profissional (Ferretti, 1997).

No estado de São Paulo, a Escola Técnica foi transformada em Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de São Paulo (Cefet/SP) em 1999. Com isso, ampliou-se a oferta de cursos para o nível superior, registrando a abertura de tecnólogos, engenharias e licenciatura na capital do estado. Por outro lado, a Instituição parou de ofertar o ensino médio integrado ao técnico (EMI), em decorrência da promulgação do Decreto n. 2.208/1997, curso este que, desde a década de 1970, consolidou-se por sua qualidade de ensino. Como Cefet/SP, outras unidades foram criadas no interior do estado entre 2006 e 2008, em razão da Fase I da expansão das Escolas Federais empreendida pelo

governo de Lula, são elas: Guarulhos (2006), Bragança Paulista (2006), Salto (2006), Caraguatatuba (2006), São João da Boa Vista (2006), São Carlos (2007) e São Roque (2008).

A partir de 2002, com a eleição de Lula à Presidência da República, estudiosos e profissionais da educação profissional reforçaram os debates em torno da concepção de educação politécnica e unitária, visando à revogação do Decreto n. 2.208/1997 com a expectativa de retomada do EMI como meio de se alcançar tal intento. Com o novo Decreto (5.154/2004), a possibilidade de oferta do ensino médio integrado foi restabelecida, porém permaneceram as formas de ensino técnico organizadas separadamente do ensino básico, concomitante e subsequente (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

Por fim, em 2008 o Cefet/SP foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), efetivando a Fase II da expansão das Escolas da Rede Federal. Tal política é considerada um avanço por estudiosos da educação profissional como Celso Ferretti, Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta, pois com a criação dos IFs promove-se a democratização do acesso ao ensino profissional público, gratuito e de qualidade, com a interiorização dessas escolas e, principalmente, por meio da oferta prioritária do EMI.

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO IFSP

A transformação de Cefet/SP para IFSP, mais do que apenas uma mudança de nomenclatura, representou uma profunda transformação na Instituição. Parte desse processo é descrita por Kenchian (2023), segundo quem a expansão começou ainda na época de Cefet/SP, que passou de duas para dez unidades. Do ponto de vista da institucionalização, foi necessário elaborar toda a estrutura normativa e regimental.

O primeiro reitor do IFSP, no período de 2009 a 2012, foi o professor Arnaldo Augusto Ciquielo Borges. Logo no início de sua gestão, foi nomeada uma comissão para elaboração do primeiro Estatuto, aprovado *ad referendum* como sendo a Resolução n. 1, de 31 de agosto de 2009. Essa resolução estabelece em seu artigo 2º os instrumentos normativos que regem o IFSP: I. Estatuto; II. Regimento Geral; III. Resoluções do Conselho Superior; IV. Atos da Reitoria.

A organização geral do IFSP, conforme esse primeiro estatuto, compreendeu:

1. Colegiados: compreendendo o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes;
2. Reitoria: compreendendo o reitor e as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação, Administração, Desenvolvimento Institucional, Diretorias Sistêmicas, Auditoria Interna e a Procuradoria Federal.
3. Câmpus: cujo detalhamento seria feito posteriormente no Regimento Geral.

Ainda em 2009 foi aprovado o primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSP, no período de 2009 e 2013. Foram inaugurados os Câmpus Campos do Jordão e o Câmpus Avançado de Boituva.

Em março de 2010 foi realizada a primeira eleição para o Conselho Superior do IFSP. O ano de 2010 marcou também a eleição para diretores gerais em São Paulo e Sertãozinho. Também foram inaugurados os Câmpus de Araraquara, Barretos, Birigui, Catanduva, Itapetininga, Piracicaba, Suzano e os Câmpus avançados de Capivari e Matão (IFSP, 2011).

Em 2011 foram inaugurados os Câmpus Avaré, Hortolândia, Votuporanga e Presidente Epitácio. Além disso, criou-se o Núcleo de Inovação Tecnológica por meio da Resolução n. 431 e foi dado início a importantes programas, como o Ciências sem Fronteiras, Mulheres Mil e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (IFSP, 2012). Em 2012 encerrou-se o ciclo de gestão do ex-reitor professor Arnaldo, com a inauguração dos Câmpus Registro e São José dos Campos, totalizando então 27 Câmpus (IFSP, 2013).

Em 2013, teve início a gestão do então eleito professor Eduardo Antonio Modena, sendo destacadas importantes ações no Relatório de Gestão (RG) de 2013 (IFSP, 2014), tais como as eleições para diretores gerais em todos os câmpus com mais de dois anos, a discussão sobre a flexibilização de carga horária para servidores técnicos administrativos, a regulamentação de atividades docentes e a universalização do ensino técnico médio integrado por todos os câmpus do IFSP, dentre outras medidas. Conforme destacado do RG 2013, um dos grandes desafios foi o de reformular muitos dos documentos que regem o IFSP. Por exemplo, foi aprovada no Conselho Superior a alteração no Estatuto do IFSP, dentre as principais mudanças, estão a criação de novos órgãos colegiados:

Conselho de Extensão, Conselho de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, o Conselho de Ensino e o Conselho de Câmpus. Os três primeiros como órgãos consultivos em matérias relacionadas às respectivas Pró-Reitorias, e o último como órgão colegiado máximo do Câmpus.

O ciclo de gestão do ex-reitor Modena, reeleito em 2016, compreendeu que o período de 2013 a 2020 foi caracterizado por políticas direcionadas à democratização e valorização das carreiras de técnicos administrativos e docentes, com amplos programas de capacitações. Além das ações já mencionadas, houve a criação de políticas para assistência estudantil, Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne), serviço sociopedagógico, implantação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) e do Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (NUGS). O período foi marcado pelo investimento no ensino técnico integrado ao médio, partindo de seis unidades com essa modalidade em 2012 para 36 unidades ao final de dois mandatos. Também foi marcado pelas ações voltadas ao efetivo cumprimento dos artigos 6º e 7º da Lei n. 11.892/2008 no que se refere à aproximação com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, com desenvolvimento da estrutura e cultura extensionista na Instituição, incluindo a realização de pesquisa aplicada e inovação. Entre essas ações, podemos destacar a criação da Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia no final de 2017 e a aprovação da chamada Embrapii no final de 2020, para implementar um Polo de Inovação no Câmpus Matão, na área de Engenharia e Tecnologia de Alimentos. Ao final de 2020, o IFSP contava com 37 Câmpus em funcionamento (IFSP, 2021).

É importante evidenciar também que 2020 foi marcado pelo início da pandemia causada pelo covid-19, o que gerou enormes desafios para a Instituição, em um ano definido pela incerteza. Mesmo diante de um cenário tão desafiador, a Instituição não se furtou ao seu papel de contribuir não apenas com a formação de pessoas para o mundo do trabalho, mas também com ações voltadas para a comunidade, por exemplo, com a produção de álcool gel, máscaras, *face shields*, entre outras diversas ações de combate ou minimização dos impactos causados pela pandemia (IFSP, 2021).

Em abril de 2021, o prof. Silmário Batista dos Santos assumiu a Reitoria, em exercício até o momento em que este capítulo foi escrito.

É importante ressaltar que a Instituição vive nesse ciclo atual o período mais desafiador do ponto de vista financeiro em toda a sua história recente como Instituto Federal. Mesmo assim, ao final do ano de 2021, foram publicadas pelo MEC mais quatro portarias para novos câmpus, a saber: Presidente Prudente, Rio Claro, Miracatu e Bauru, totalizando 41 câmpus.

A esse respeito, salienta-se que não apenas houve a continuidade da gestão anterior – o prof. Silmário foi pró-reitor de Administração no final da gestão de Modena – como também ocorreu uma grande evolução, com uma série de novas iniciativas. Especificamente nas áreas de ensino, extensão, pesquisa e inovação, essas iniciativas serão mais bem destacadas em tópicos próprios neste capítulo. Por limitação de espaço, expomos a seguir, de forma sintética, algumas importantes ações nas áreas administrativa e de desenvolvimento institucional:

- A gestão do prof. Silmário é marcada por uma intensa agenda de articulação parlamentar, buscando complementação dos recursos por meio de emendas, sejam elas de bancada ou individuais. Há também uma intensa articulação com as gestões do MEC, tanto no governo que finalizou em 2022 quanto com a nova equipe que assumiu em 2023, após a posse de Lula à Presidência da República.
- Mesmo com a drástica redução da verba recebida pelo IFSP para investimentos por meio da Lei Orçamentária Anual, as verbas parlamentares têm garantido a consolidação das unidades existentes e a construção de importantes estruturas, como bibliotecas, ginásios, refeitórios e laboratórios.
- O IFSP galgou 160 posições no Ranking de Transparência Ativa da CGU. Foram vários programas desenvolvidos com muita atenção ao servidor, voltados para a saúde, a capacitação, a qualificação e o aprimoramento. Nesse caso, citamos alguns desses programas: o Move+IFSP, os Jogos de Integração dos Servidores, o Projeto de Preparação para Aposentadoria e a implementação do Programa de Gestão de Desempenho (PGD).

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que havia sido interrompida, foi retomada com o anúncio de 100 novos câmpus feito pelo presidente da República em março de 2024, sendo 12 deles em São Paulo, o que levará a Instituição a ter 53 câmpus. Os novos câmpus anunciados do IFSP foram: São Paulo (Bairros Jardim Ângela e Cidade Tiradentes), Osasco, Santos, Diadema,

Ribeirão Preto, Sumaré, Franco da Rocha, Cotia, Carapicuíba, São Vicente e Mauá.

A seguir, serão exploradas com mais afinco as transformações ocorridas nesses últimos 15 anos nas áreas de ensino, extensão, pesquisa e inovação.

ENSINO E SUAS POLÍTICAS

O IFSP desempenha um papel crucial tanto na educação básica quanto na educação superior, concentrando-se especialmente na oferta de educação profissional e tecnológica em diversas áreas e modalidades de ensino. Sua estrutura verticalizada é uma de suas características distintivas, abrangendo cursos desde a educação básica até a educação superior.

A educação profissional e tecnológica oferecida pelos Institutos Federais enfatiza a conexão entre os processos de formação para o trabalho e o aumento do nível educacional, começando pela educação básica. O IFSP tem como compromisso a integração e articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimento especializado, promovendo o desenvolvimento da capacidade de investigação científica. Essas dimensões estão alinhadas com a formação integral do indivíduo, que precede a sua capacitação para o mundo do trabalho e se baseia na garantia de que os profissionais formados possam continuar se desenvolvendo ao longo da vida.

Nesse sentido, a essência da educação profissional e tecnológica continua a ser uma diretriz fundamental no IFSP, contribuindo para a construção da cidadania, da democracia e do progresso socioeconômico. Isso tem sido buscado por meio de ações que dialogam de forma efetiva com as políticas sociais e econômicas, com especial atenção para aquelas que se concentram em questões locais e regionais.

No momento, os cursos oferecidos pelo IFSP estão distribuídos em diferentes níveis e eixos tecnológicos, majoritariamente de forma presencial. Na educação básica: cursos de qualificação profissional articulada ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos (em parceria com a rede pública de ensino) – EJA-EPT/Proeja-FIC fundamental; cursos de qualificação profissional articulada ao ensino médio

na modalidade de educação de jovens e adultos – EJA-EPT/Proeja-FIC médio; cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos – EJA-EPT/Proeja médio integrado; cursos técnicos na forma integrada ao ensino médio; cursos técnicos na forma concomitante ao ensino médio; e cursos técnicos na forma subsequente ao ensino médio. No ensino superior: cursos de bacharelados; cursos de licenciaturas (formação inicial); cursos de licenciaturas (formação pedagógica para graduados não licenciados); cursos de tecnologia.

TABELA 1

Número de cursos de educação básica por eixo tecnológico

Eixo Tecnológico	Conc./Subs.	FIC EJA	Integrado	Integrado – EJA	Subsequente	Total geral
Ambiente e Saúde	1		1			2
Controle e Processos Industriais	33	2	30	1		66
Desenvolvimento Educacional e Social	1					1
Gestão e Negócios	15		7	8		30
Informação e Comunicação	7	1	25	1		34
Infraestrutura	6		5			11
Produção Alimentícia	1		4		1	6
Produção Cultural e Design	2					2
Produção Industrial	3		6			9
Recursos Naturais			1			1
Segurança					1	1
Turismo, Hospitalidade e Lazer	4	1	2	1		8
Total Geral	73	4	81	12	1	171

Fonte: Editais Processos Seletivos (2023) e Sistec (2023).

TABELA 2

Número de cursos de graduação por eixo tecnológico

Rótulos de Linha	Bacharelado	Licenciatura	Tecnologia	Total Geral
Ambiente e Saúde			1	1
Controle e Processos Industriais	29		5	34
Desenvolvimento Educacional e Social		53		53
Gestão e Negócios	3		9	12
Informação e Comunicação	9		19	28
Infraestrutura	4			4
Produção Alimentícia	1		1	2
Produção Industrial	1		1	2
Recursos Naturais	3		1	4
Turismo Hospitalidade e Lazer	1		4	5
Total Geral	51	53	41	145

Fonte: Editais Processos Seletivos (2023) e Sistec (2023).

OS CURRÍCULOS DE REFERÊNCIA

O IFSP tem buscado um compromisso com a construção de uma identidade sólida e relevante para seus câmpus e cursos. Desde os primórdios da Rede Federal EPCT, o IFSP tem sido ativo na promoção de debates e ações que visam consolidar os propósitos da educação profissional e tecnológica, alinhados com os princípios de uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

A aprovação da Resolução IFSP n. 37/2018 marca um ponto crucial nessa trajetória, desencadeando um esforço organizado para a elaboração dos currículos de referência dos cursos técnicos e de graduação. Essa iniciativa, gerida pela Pró-Reitoria de Ensino e com a participação ativa da comunidade, evidencia o comprometimento da Instituição em garantir a qualidade e a pertinência de sua oferta educacional.

A formação dos Grupos de Trabalho a partir de 2019 para elaborar o perfil do egresso, os objetivos e os conhecimentos essenciais de cada curso demonstram uma abordagem holística na concepção dos currículos de referência. O envolvimento da comunidade nesse processo, assim como a consulta pública e a aprovação nos Conselhos de Ensino e Superior, reforça a transparência e a legitimidade do trabalho realizado.

Os currículos de referência, sendo o resultado de um esforço coletivo, servem como base para a (re)elaboração dos projetos pedagógicos, garantindo uma coerência e consistência na oferta educacional do IFSP. A elaboração de materiais de apoio, como os cadernos orientativos, e a oferta de cursos de formação na plataforma Moodle evidenciam o compromisso da Instituição em capacitar seus colaboradores e promover a excelência no ensino.

A elaboração de 120 currículos de referência até o ano de 2023 abrange uma ampla gama de cursos e eixos tecnológicos, refletindo a diversidade e a abrangência da oferta educacional do IFSP. Esse esforço certamente contribui para a formação de profissionais qualificados e preparados para os desafios do mundo do trabalho, alinhados com as demandas da sociedade contemporânea.

POLÍTICAS DE ACESSO

A política de acesso descrita para o IFSP reflete um compromisso sério com a promoção da equidade e inclusão no ensino público. Reconhecer as disparidades existentes na sociedade brasileira e implementar ações afirmativas é fundamental para combater a discriminação e garantir oportunidades iguais para todos os grupos, sobretudo aqueles historicamente marginalizados, como a população negra e indígena.

A evolução dos processos seletivos, desde a avaliação do histórico escolar até a retomada das provas, demonstra um esforço contínuo da Instituição para encontrar métodos que garantam a objetividade e a integridade das ações afirmativas. A criação da banca de heteroidentificação e a utilização de novas estratégias de divulgação, como a publicidade nas redes sociais, são passos importantes para fortalecer essas iniciativas.

A introdução de novos métodos de pagamento para a taxa de inscrição também contribui para tornar o processo de inscrição mais acessível, removendo barreiras financeiras que poderiam impedir alguns candidatos de participar dos processos seletivos.

No geral, essas medidas adotadas pelo IFSP indicam um compromisso institucional com a promoção da igualdade de acesso à educação e com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

POLÍTICAS DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

A Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFSP é uma iniciativa regulamentada pelas Resoluções n. 41/2015 e n. 42/2015, orientada pelos princípios do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Seu objetivo principal é promover a democratização do acesso à educação e minimizar as desigualdades socioeconômicas e regionais, garantindo a permanência e o sucesso dos estudantes em todos os níveis e modalidades de cursos oferecidos.

Os programas da PAE se dividem em três categorias:

1. Programa de Auxílio Permanência: esse programa abrange diversas áreas de assistência estudantil, incluindo alimentação, apoio didático-pedagógico, creche (para estudantes mães e pais), moradia, saúde e transporte.

2. Programa de Ações Universais: aqui são desenvolvidas ações e atividades voltadas para o acesso e a aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas, além de promover cultura, esporte e inclusão digital.
3. Programa de Apoio ao Estudante do EJA-EPT/Proeja: destinado aos estudantes matriculados e frequentes nos cursos de educação de jovens e adultos (EJA-EPT/Proeja), oferece auxílio financeiro para custeio de alimentação e transporte.

A gestão da PAE está centralizada na Diretoria de Assuntos Estudantis (DAEst/RET), vinculada ao Gabinete do IFSP, enquanto a execução das ações nos câmpus é geralmente coordenada pelas Coordenadorias Sociopedagógicas. A Comissão Central Permanente de Assistência Estudantil (Copae), composta por membros de todos os câmpus, é o órgão colegiado responsável por auxiliar a Reitoria do IFSP na implementação, regulação, planejamento, acompanhamento e avaliação da PAE.

PESQUISA E INOVAÇÃO

A Lei n. 11.892/2008 estabeleceu novas atribuições para a Instituição. Notadamente os artigos 6º e 7º mencionam, dentre as características e os objetivos, a realização de pesquisa aplicada, extensão tecnológica, desenvolvimento e transferência de tecnologia, estímulo ao empreendedorismo e cooperativismo, visando ao fortalecimento dos arranjos produtivos, culturais e sociais locais (Brasil, 2008).

Um importante regulamento da Instituição é a Resolução n. 81/2018, que aprova diretrizes para pesquisa no IFSP, cria o Comitê de Pesquisa (Compesq) nos câmpus e estabelece o regulamento para pesquisa com financiamento na Instituição.

Para garantir a conformidade com a legislação e promover a realização de pesquisas éticas, o IFSP mantém dois órgãos importantes: o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) e a Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA).

Além disso, o IFSP tem atualmente cerca de 249 grupos de pesquisa ativos e certificados pelo CNPq nas mais diversas áreas. A área com maior número é a de Ensino, com 54 grupos, seguido por Ciências da Computação (33), Engenharia Elétrica (19), Administração (13) e Engenharia Mecânica (12).

A seguir, relatamos algumas das ações realizadas pela Instituição para estímulo à pesquisa, inovação e pós-graduação.

A INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A iniciação científica e tecnológica é extremamente importante na Instituição. Por meio desses programas, os estudantes começam a se engajar na atividade científica, e os grupos de pesquisa conseguem manter suas equipes atuantes.

A Instituição já concedia bolsas a estudantes antes mesmo da transformação em IFSP. Contudo, após a transformação e com as novas atribuições legais, houve um rápido crescimento no número de bolsistas na Instituição, de certa forma, também acompanhando a expansão em termos de estudantes e câmpus.

Gonçalves, Barbosa e Aguiar (2017) relatam a evolução da pesquisa nos primeiros anos após a transformação em Instituto Federal. O número de bolsas concedidas para iniciação científica e tecnológica com recursos institucionais até 2007 estava na faixa de 16, sendo que o programa do CNPq começou apenas em 2007, com 7 bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). Em 2012, já eram 175 bolsas com recursos institucionais.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (PIBIFSP) é regulamentado atualmente pela Portaria Normativa IFSP n. 34/2022. Em 2023, foram apoiados 357 projetos, com queda de 24% em relação a 2022. Importante destacar que essa queda se deve exclusivamente à falta de orçamento institucional para apoiar os projetos, uma vez que as submissões de projetos se mantiveram em níveis semelhantes. Infelizmente, o orçamento destinado pela Lei Orçamentária Anual do IFSP não vem acompanhando a sua expansão e a inflação, e há que se considerar ainda o aumento (necessário) no valor das bolsas, que passaram de R\$ 400 para R\$ 700 em 2023. Parte dos projetos não contemplados acabou migrando para o Programa Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica (PIVICT), que registrou aumento em 2023, mostrando que muitos estudantes desejam se engajar na pesquisa mesmo sem bolsa.

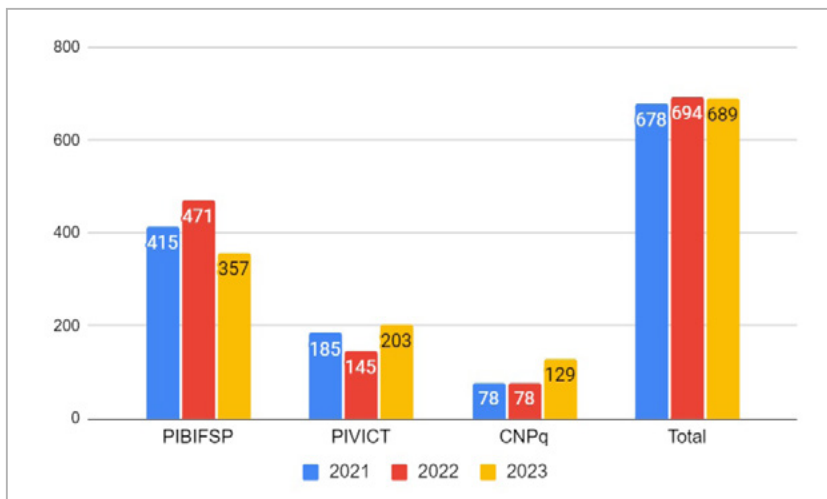


Figura 1. Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica no IFSP
Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do IFSP.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRP) gerencia também os Programas do CNPq. Quanto a isso, ressalta-se que em 2023 houve um considerável aumento nas quotas do IFSP, passando de 78 para 129 bolsas nos diversos programas, a saber: Programa de Iniciação Científica (Pibic) com 54 bolsas, PIBITI com 35 bolsas, Iniciação Científica para as Ações Afirmativas (Pibic/AF) com 8 bolsas e Iniciação Científica no Ensino Médio (Pibic/EM) com 32 bolsas.

POLÍTICAS PARA PUBLICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS

Os estudantes do IFSP são incentivados a participar de eventos e competições científicas e tecnológicas e recebem apoio institucional do Programa Institucional de Auxílio à Participação de Discentes em Eventos (PIPDE). Apenas em 2023, foram mais de 320 estudantes beneficiados, com recursos da ordem de R\$ 120 mil, para participação em eventos e competições de diversas naturezas.

Já os servidores do IFSP recebem apoio por meio do Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores (PIPECT). Em 2023, foram 70 servidores beneficiados, com recursos da ordem de R\$ 83 mil.

A Editora do IFSP, aprovada pela resolução 83 de outubro de 2016, também tem contribuído para a publicação de obras elaboradas pela comunidade do IFSP. Desde 2021, foram aprovadas 14 obras por meio de editais, sendo que um edital específico foi voltado para práticas inovadoras em educação, em um formato inédito, que primeiro selecionou os organizadores e depois os capítulos submetidos pela comunidade.

Em razão do tamanho da Instituição, há diversas revistas científicas mantidas pela comunidade de diversos câmpus. A Editora do IFSP suporta um portal, no qual estão hospedadas 14 dessas revistas.⁶

A EVOLUÇÃO DO IFSP COMO REFERÊNCIA EM INOVAÇÃO

Gonçalves, Barbosa e Aguiar (2017) dispõem sobre a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica em 2011, esclarecendo que as primeiras ações se concentraram na realização de eventos, como o Workshop de Negócios e Inovação Tecnológica e a Vitruina de Inovação Tecnológica. Em 2012, foi realizada a primeira proteção de propriedade intelectual, correspondente a um registro de programa de computador.

Nos anos recentes, notadamente a partir do final de 2017, o IFSP conseguiu acelerar de forma muito significativa as ações de inovação. Nesse processo, foi fundamental a criação da Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (Inova IFSP), efetivada por meio da Resolução IFSP n. 159, de 28 de novembro de 2017. A Inova foi criada vinculada diretamente ao reitor, como forma de diálogo rápido e apoio para a agilização das ações de inovação, o que permitiu separar o recurso de inovação da chamada matriz Conif especificamente para as ações da Inova.

A evolução nos projetos cooperativos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e a conquista de um polo de inovação

O cumprimento da Lei n. 11.892/2008 no que se refere à pesquisa aplicada e à aproximação com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais parece algo simples, no entanto, para uma instituição que nunca realizou esse tipo de projeto nem captou recursos financeiros externos das empresas,

⁶ As revistas estão disponíveis para acesso em: <https://ojs.ifsp.edu.br/>.

foi uma tarefa bastante árdua e demandou um longo caminho de aprendizagem e construção de regulamentos. Esse arcabouço envolveu:

1. Regulamentar o uso de Fundações de Apoio, realizada pela Resolução n. 32 em maio de 2015, em consonância com a Lei de Fundações n. 8.958/1994.
2. Credenciar fundações no Grupo de Apoio Técnico (GAT) do MCTI/MEC. Atualmente, o IFSP possui autorizadas três fundações de apoio.
3. Regulamentar o chamado “ressarcimento institucional”, obrigação estabelecida no artigo 6º da Lei n. 8.958/1994.
4. Regulamentar o trâmite dos projetos de pesquisa com contrapartida financeira, realizado inicialmente em maio de 2016 pela Resolução n. 19, e substituída pela Resolução n. 81/2018.
5. Se apropriar do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, compreendida pela Emenda Constitucional n. 85/2015, a Lei n. 13.243/2016 e o Decreto n. 9.283/2018.

A Inova IFSP permitiu não apenas dar celeridade, mas também foco para as ações de inovação, com o aprimoramento dos mecanismos e o lançamento de editais de fomento, tais como o Edital de Inovação. Esse edital teve um efeito didático importante, uma vez que permitiu difundir entre os pesquisadores princípios legais como a lei de criação dos Institutos Federais e o Marco Legal de CT&I, ensinar como captar projetos e promover a aprendizagem sobre o uso de fundações de apoio na gestão dos projetos. Em cinco anos de existência da Inova, foram mais de 100 acordos de PD&I formalizados pelo IFSP.

Em 2019 foi lançado o Edital n. 668, de Aceleração de Polo de Inovação, que teve por objetivo, novamente, ser didático no intuito de mostrar aos câmpus interessados o caminho necessário para se tornar um Polo de Inovação. Essa iniciativa envolveu:

1. Capacitação: nessa primeira etapa foi realizada a capacitação com os câmpus interessados, composta por diagnóstico estratégico, identificação de demandas por PD&I que pudessem ser atendidas pelo câmpus e levantamento dos pesquisadores interessados em contribuir com um Polo de Inovação e suas competências.
2. Elaboração da proposta propriamente dita: com base do diagnóstico realizado no item (a), os câmpus realizaram uma reflexão interna, analisando o histórico de captações de recursos para PD&I, as competências, necessidades externas por PD&I e a formulação de uma proposta para o Polo de Inovação.

Como resultado, ao final de 2019 foi selecionada a proposta do Câmpus Matão. Quando a chamada Embrapii foi lançada em março de 2020, o IFSP já possuía uma candidatura, sendo necessários alguns ajustes e refinamentos para a submissão final. Em dezembro de 2020, o IFSP, por meio da proposta do Câmpus Matão, foi credenciado como uma Unidade Embrapii na área de Tecnologia e Engenharia de Alimentos com três sublinhas de atuação:

- Pesquisa e desenvolvimento de processos e métodos de análise de alimentos.
- Desenvolvimento de novos produtos e agregação de valor.
- Resíduos, subprodutos, coprodutos e energia nas indústrias de alimentos.

Outras ações recentes de Pesquisa e Inovação

Outra importante ação também correspondeu aos Editais de Indicação Geográfica (IG). A IG é uma propriedade industrial que beneficia todos os produtores de uma região. É uma proteção que, ao beneficiar todo um APL, acaba sendo relacionada com o desenvolvimento territorial, com o direito do consumidor – ter a certeza da origem do produto e não ser lesado – e muitas vezes com a preservação de tradições. O estado de São Paulo tinha três indicações geográficas quando o IFSP lançou seus editais. Por meio de dois editais, o IFSP iniciou o relacionamento com 14 arranjos produtivos para iniciar a prospecção e estudos de viabilidade da IG. Depois, o IFSP foi contratado em 2021 pelo Sebrae para mais 12 projetos em São Paulo. Posteriormente, junto com o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), o IFSP passou a coordenar um projeto nacional com fomento da Setec/MEC, difundindo a ação em 60 projetos espalhados pelo Brasil (Ozaki, Sacconi e Fedrizzi, 2024).

Em 2021, o IFSP passou a fomentar a criação de Centros de Pesquisa e Inovação, denominados Cepins. Essa ação tinha como objetivo fortalecer os grupos já atuantes em pesquisa e inovação em uma área do conhecimento, mas valorizando a atuação multicâmpus e a articulação com outras instituições de pesquisa. A proposta deveria estar aliada com demandas externas, visando à realização de pesquisa aplicada e de projetos de inovação, bem como a submissão de projetos de maior envergadura a órgãos e agências de fomento. Por meio dessa iniciativa, foram

criados dez Centros de Pesquisa e Inovação que podem ser consultados no site da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (IFSP, 2023).

Uma recente e importante iniciativa lançada pelo IFSP foi a criação do Fundo Patrimonial da Instituição. Sua criação foi aprovada pelo Conselho Superior em novembro de 2023 por meio da Resolução Normativa n. 23, sendo lançado oficialmente na reunião do Conselho Superior de 2 de julho de 2024. Nesse caso, conforme consta na própria Lei n. 13.800/2019, a resolução reforça no art. 4º que os recursos do Fundo Patrimonial do IFSP não substituem as dotações orçamentárias regulares da Instituição. Dessa forma, o fundo visa constituir uma fonte perene de recursos que, a longo prazo, permitirão financiar projetos de ensino, extensão, pesquisa e inovação.

EXTENSÃO E CULTURA

Dadas as limitações de espaço deste texto, não será possível aprofundar na trajetória da Extensão do IFSP no que diz respeito à construção da Cultura Extensionista e da diversidade de temas desenvolvidos nos programas e multiplicidade de ações promovidas no decorrer dos anos.

Contudo, é preciso destacar alguns momentos, bem como algumas diretrizes que propiciaram transformações importantes, as quais culminam na configuração atual.

Em 2012, fato é que a Extensão está compreendida no âmbito da expansão da Instituição, inclusive estando a ela vinculada o setor responsável por obras. No ano de 2024, a Pró-Reitoria de Extensão (PRX) lançou a chamada de projetos de ações de extensão da ordem de R\$ 500 mil, sendo 60% do valor destinado à aquisição de material permanente, justamente apoiando a estruturação das novas unidades do IFSP.

Em 2013, iniciando um novo ciclo de gestão, o setor responsável por obras foi vinculado ao gabinete do reitor, já o setor de Educação a Distância (EaD) à Pró-Reitoria de Ensino, de modo que a PRX começou a ser mais bem compreendida e a se voltar mais para as ações extensionistas.

A participação discente tornou-se obrigatória, sendo definidas as áreas temáticas da Extensão, desse modo o impacto social e a relevância na formação do discente passaram a ser critérios considerados. Em 2014, o Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj) informatizou

todo o processo de submissão, monitoramento e avaliação dos projetos fomentados pela PRX e, mais tarde, pelos câmpus.

Com esforço, considerando que muitos dos servidores não tiveram contato com práticas extensionistas em sua formação, desenvolve-se uma Extensão dialógica, sendo obrigatória a participação discente e o envolvimento ativo da comunidade externa. No IFSP, qualquer servidor, técnico ou docente, pode atuar em projetos de extensão, inclusive como coordenador, o que é algo que ainda gera debate, não ocorrendo em várias outras instituições da Rede de Educação Profissional e Tecnológica.

Com efeito, a Extensão está, por assim dizer, no DNA dos Institutos Federais, com a criação da Rede de Educação Profissional e Tecnológica no final de 2018 passando a considerar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão também para os Institutos. Assim, tendo na concepção dos Institutos a articulação com os arranjos sociais, culturais e produtivos locais, bem como a interiorização, a prática extensionista é a que iniciará cada câmpus, estabelecendo o diálogo com a comunidade e desenvolvendo ações que façam sentido e contribuam para o desenvolvimento daquela localidade.

Por conseguinte, ações voltadas para cursinhos populares, mulheres, educação básica, diversidade cultural, entre outros, passam a estar cada vez mais presentes nos câmpus de uma instituição que segue expandindo.

Para tanto, foram criados programas como o Mulheres do IFSP, que institucionalizou o Programa Mulheres Mil, recebendo o fomento do IFSP após o fim do financiamento por parte do governo federal em 2016, e o Programa de Economia Solidária do IFSP – Paul Singer (2018). Por meio da organização de seminários e grupos de trabalho, a PRX apoia a criação e o desenvolvimento do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) e do Núcleo de Gênero e Sexualidade (NUGS).

No Plano de Desenvolvimento Institucional de 2019 a 2023 do IFSP, o planejamento da PRX consolidou-se nos seguintes programas: Cultura Extensionista, Curricularização da Extensão, Mundo do Trabalho, Formação Profissional, Mulheres do IFSP, Extensão na Educação Básica e Arte, Cultura, Esporte e Lazer.

No início de 2023, a PRX foi renomeada para Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. O acréscimo do termo “cultura” não significa que essa Pró-Reitoria seja a única responsável por ações culturais, pelo contrário,

é um lembrete de que não há educação sem cultura, de modo que a defesa, o desenvolvimento e o fortalecimento desta ocorrem de forma institucional. Além disso, dado o contexto político vivido, a volta do Ministério da Cultura é também uma manifestação política da importância da cultura para as pessoas e para a significação do país e seu povo.

Para além dos cursos de qualificação profissional, de formação inicial e continuada, os temas prioritários da Extensão, tais como equidade, sustentabilidade, diversidade, arte, esportes, lazer, economia solidária, direitos humanos e outros, parecem caber bem sob a égide da cultura.

A atual Pró-Reitoria de Extensão e Cultura busca melhorar seus procedimentos, com aperfeiçoamento de sistemas informatizados para cursos, eventos e acordos. Inclusive, além das frentes já desenvolvidas, enfatiza a promoção de ações em desenvolvimento sustentável com cursos, eventos e projetos nos quais se priorizam as energias renováveis, a agroecologia, a reciclagem, a transformação de materiais; a economia popular e solidária (gerindo cursos fora de São Paulo em articulação com cooperativas, bancos comunitários etc.); defesa dos direitos humanos, por exemplo em ações com imigrantes, refugiados e pessoas privadas de liberdade; ciência e tecnologia, notadamente no envolvimento com as escolas de educação básica e popularização da ciência; e, claro, nas atividades artísticas e culturais, promovendo parcerias com várias entidades, festivais de música, de cinema e diversas outras expressões em vários eventos e projetos desenvolvidos nos câmpus; mundo do trabalho, retomando o Seminário Mundo do Trabalho, importante evento que ocorreu em 2024, numa parceria com a Fundacentro, debatendo diversos temas e as diretrizes para o estabelecimento do Observatório Mundo do Trabalho do IFSP, objetivando o acompanhamento de egressos, busca de oportunidades e a análise de dados para informar o planejamento estratégico da Instituição, considerando a formação profissional.

Em 2023, a PRX também se tornou responsável pelas relações internacionais, estabelecendo um novo modelo de gestão para a pasta. Conceitos como a internacionalização em casa e a prospecção das potenciais articulações internacionais nas mais diversas áreas, estabelecendo um diálogo intrínseco com o ensino, a pesquisa e a inovação, permitiram que, apesar de proporcionalmente pouco o recurso financeiro, considerando que internacionalização requer altos investimentos,

o IFSP estabelecesse dezenas de acordos internacionais. Com isso, passou a receber delegações de instituições estrangeiras com frequência, conectou grupos de pesquisa, ampliou o acesso ao ensino de idiomas em diferentes plataformas, desenvolveu exame de proficiência e conseguiu ampliar em muito o número de estudantes e servidores em intercâmbio internacional.

Em vez de se constituir como mero arranjo institucional, o desenvolvimento da internacionalização, juntamente com a Extensão e Cultura – sendo essa Pró-Reitoria já responsável pelos acordos da Instituição – promoveu grande sinergia, contribuindo para a indissociabilidade. Isso criou um círculo virtuoso, no qual a PRX busca recursos, parceiros e estabelece um diálogo com a comunidade externa, inclusive a internacional. Por meio dos projetos desenvolvidos pelos câmpus, os estudantes são envolvidos em ações que promovem uma nova dimensão formativa e o desenvolvimento social, de acordo com os princípios de uma educação integral e de uma instituição socialmente referenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresentou a evolução de uma instituição centenária, que se adaptou e se transformou conforme o país também foi se transformando. Longe de ser completa, certamente um olhar mais atento identificará desafios, conquistas e ações não relatadas, o que não poderia ser diferente diante de uma história tão rica e extensa quanto a do IFSP.

O momento atual é desafiador. Nos anos recentes, a Instituição enfrentou a pandemia, um governo negacionista que não valorizou a educação, a ciência e a tecnologia, e um orçamento que tem sofrido reduções diante de um quadro de expansão no número de alunos e unidades, e inflação sobre os custos fixos. Nesse cenário, a Instituição tem se empenhado fortemente na busca de recursos, seja no próprio Ministério da Educação, em outros ministérios e também em articulações com o Congresso Nacional.

O IFSP já provou sua resiliência, tendo sobrevivido a tantas mudanças políticas e sociais no decorrer dos últimos 115 anos. Mais do que sobreviver, mesmo com tantos desafios, o IFSP tem se consagrado como uma instituição de referência pela entrega que tem realizado junto à sociedade.

O IFSP é uma instituição que transforma vidas. São inúmeros os relatos de ex-estudantes que tiveram suas vidas transformadas pela Instituição. No cumprimento dos artigos 6º e 7º da Lei n. 11.892/2008, o IFSP também tem contribuído para o desenvolvimento regional, sendo que nos últimos anos aumentou de forma significativa os projetos em parceria com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

Esperamos que a Instituição possa ainda continuar transformando vidas e a sociedade por muitos e muitos anos.

Por fim, mas não menos importante, os autores agradecem a colaboração:

- Do Centro de Memória do IFSP e sua coordenadora servidora Alba F. de O. Brito, pela disponibilização das imagens do acervo fotográfico.
- Da equipe da Diretoria de Comunicação do IFSP, pela disponibilização do mapa do estado, parte das fotos do anexo fotográfico deste capítulo e as fotos dos câmpus.
- De Luciana H. dos S. Sakano, pelos dados sobre o histórico da Extensão, organizados em pesquisa de pós-graduação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942*. Lei orgânica do ensino secundário. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4244.htm#:~:text=1.,patri%C3%B3tica%20e%20a%20conci%C3%Aancia%20human%C3%ADstica Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946*. O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte: Lei Orgânica do Ensino Primário. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946. Disponível em: <https://share.google/QZeGCBaPgPIZELtQF> Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 9 jun. 2024.

BRYAN, N. A. P. *Educação, processo de trabalho, desenvolvimento econômico*: contribuição ao estudo das origens e desenvolvimento da formação profissional no Brasil. Campinas: Alínea, 2008.

CUNHA, L. A. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 44, n. 154, p. 912-933, 2014.

CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília/DF: FLACSO, 2005a.

CUNHA, L. A. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília/DF: FLACSO, 2005b.

ETFSP (Escola Técnica Federal de São Paulo). *Homem e técnica*: a experiência da Escola Técnica Federal de São Paulo. Exposição Histórico-Retrospectiva 1910-1986. São Paulo: ETFSP, 1986.

FERRETTI, C. J. Formação Profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano 18, n. 59, p. 225-269, 1997.

FONSECA, C. S. da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. v. 5.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). *Ensino médio integrado*: concepções e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 21-56.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 26, n. 92, 2005, p. 1087-1113.

GONÇALVES, H. J. L.; BARBOSA, P. R.; AGUIAR, P. M. de. Pesquisa e Inovação no Instituto Federal de São Paulo: a busca por uma identidade. *Revista Iluminart*, São Paulo, ano 9, n. 14, 2017.

IFSP (Instituto Federal de São Paulo). *Anuário 2015*. São Paulo: IFSP, 2015. Disponível em: <https://ifsp.edu.br/noticias/42-assuntos/ensino/1314-anuarios-ifsp> Acesso em: 7 jun. 2024.

IFSP (Instituto Federal de São Paulo). *Relatório de Gestão de 2010*. São Paulo: IFSP, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/4fCcQzC> Acesso em: 6 jun. 2024.

IFSP (Instituto Federal de São Paulo). *Relatório de Gestão de 2011*. São Paulo: IFSP, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3yxycgJ> Acesso em: 6 jun. 2024.

IFSP (Instituto Federal de São Paulo). *Relatório de Gestão de 2012*. São Paulo: IFSP, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3yxycgJ> Acesso em: 6 jun. 2024.

IFSP (Instituto Federal de São Paulo). *Relatório de Gestão de 2013*. São Paulo: IFSP, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3yxycgJ> Acesso em: 6 jun. 2024.

IFSP (Instituto Federal de São Paulo). *Relatório de Gestão de 2020*. São Paulo: IFSP, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3yxycgJ>, Acesso em: 8 jun. 2024.

IFSP (Instituto Federal de São Paulo). *Centros de Pesquisa e Inovação (CEPIN)*. São Paulo: IFSP, 2023. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/124-assuntos/pesquisa/pesquisa-botao/3762-centros-de-pesquisa-e-inovacao-cepim> Acesso em: 19 set. 2024.

KENCHIAN, G. *Institutos federais dos brasileiros: a história contada por quem fez*. São Paulo: Artiliber, 2023. p. 72-74.

KUENZER, A. Z. *Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 2007.

MACHADO, L. R. de S. A Carta de 1988 e a educação profissional e tecnológica: interpretação de um direito e balanço aos vinte anos de vigência. *Competência: Revista da Educação Superior do Senac/RS*, Rio Grande do Sul, v. 1, p. 11-28, 2008.

MANFREDI, S. M. *Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. 3. ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2009.

OZAKI, A. M.; SACCONI, E. J. da C.; FEDRIZZI, V. L. P. (org). *Origem SP: indicações geográficas e marcas coletivas no estado de São Paulo*. São Paulo: EDIFSP, 2024.

RAMOS, M. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, J. *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42-57.

REMODELAÇÃO do ensino profissional technico. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 14, mar. 1923. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/830305/1556> Acesso em: 17 set. 2024.



01



02



03



04



05



06



07



08



09



10



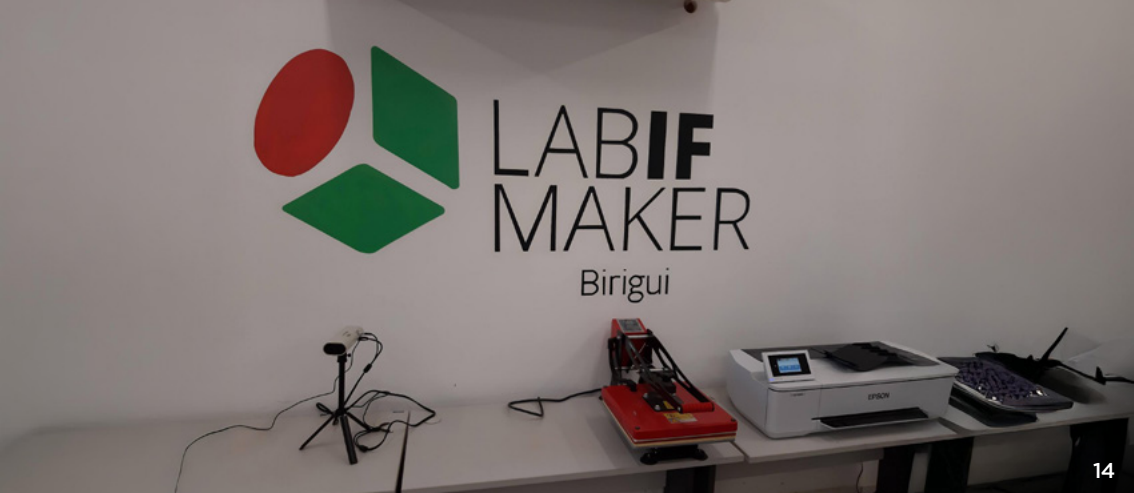
11



12



13



DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Primeira sede da Escola de Aprendizes Artífices
- 02 Segunda sede da EAA na Rua General Júlio Marcondes Salgado
- 03 Vista do pátio na segunda sede
- 04 Vista aérea da construção da nova sede, na Rua Pedro Vicente
- 05 Entrada da nova sede pela Rua Cruzeiro do Sul
- 06 Laboratório de Mecânica na década de 1980
- 07 Laboratório de Solda na década de 1980
- 08 Formatura na década de 1980
- 09 Fachada na época de Cefet/SP
- 10 Unidade de Cubatão
- 11 Mapa do estado com os câmpus do IFSP
- 12 Laboratório de Robótica no Câmpus Cubatão
- 13 Unidade de Sertãozinho
- 14 Laboratórios Maker no Câmpus Birigui
- 15 Laboratório do Centro Multidisciplinar de Tecnologia Cervejeira no Câmpus Sertãozinho

Fonte: Centro de Memória do IFSP e Diretoria de Comunicação.

CONSTRUINDO FUTUROS

A JORNADA DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

JADIR JOSÉ PELA¹

MARIELLA BERGER ANDRADE²

DANIELLI VEIGA CARNEIRO SONDERMANN³

ADRIANA PIONTTKOVSKY BARCELLOS⁴

ANDRÉ ROMERO DA SILVA⁵

LEZI JOSÉ FERREIRA⁶

LODOVICO ORTLIEB FARIA⁷

1 Doutor em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), atua como professor do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Atualmente, é reitor da Instituição. Pesquisa principalmente os seguintes temas: educação profissional, gestão, ciência, tecnologia e inovação. E-mail: jadir.pela@ifes.edu.br.

2 Doutora em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), atua como professora do IFES, lotada no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor). Atualmente, é diretora executiva da Instituição. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (Educimat/IFES). Tem experiência em inteligência artificial, educação a distância, tecnologias educacionais, informática na educação, entre outros temas. E-mail: mariella.andrade@ifes.edu.br.

3 Doutora em Educação pela UFES, atualmente é pró-reitora de Desenvolvimento Institucional do IFES. Atua como coordenadora administrativa e docente do Programa de Mestrado Educimat e ProfEPT. Ministra disciplinas na área de Tecnologias Educacionais, Design Educacional, Práticas Educativas, Acessibilidade e Recursos Didáticos. E-mail: danielli@ifes.edu.br.

4 Doutora em Educação pela UFES, atualmente é pró-reitora de Ensino do IFES. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Educação Inclusiva na educação profissional e tecnológica dos IFs. Tem experiência na área de educação com ênfase em gestão, currículo, formação de professores, cotidiano escolar e educação profissional. E-mail: adriana.barcellos@ifes.edu.br.

5 Doutor em Química pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), atualmente é pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação do IFES e coordenador adjunto da Pós-Graduação do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Forpog) do Conif. Tem experiência na área de Química, com ênfase em terapia fotodinâmica, formulações nano e microparticuladas e ensino de Química. E-mail: aromero@ifes.edu.br.

6 Especialista em Administração Pública pela UFES, atualmente é pró-reitor de Administração e Orçamento no IFES. Com ampla experiência nas áreas de administração e orçamento, é membro do Fórum de Planejamento (Forplan) desde sua criação. E-mail: lezi@ifes.edu.br.

7 Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), atualmente é pró-reitor de Extensão do IFES. Tem experiência na área de Engenharia Elétrica, atuando principalmente nos seguintes temas: educação profissional, formação de professor, educação, curso técnico e controle de processos. E-mail: ortlieb@ifes.edu.br.

IMPLANTAÇÃO INICIAL DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) é reconhecido por sua excelência na área educacional em âmbito nacional, atuando em diferentes níveis de ensino, com programas e projetos de forte impacto social desde seus 16 anos de criação. No entanto, a história do IFES começou em 23 de setembro de 1909, quando o então presidente, Nilo Peçanha, por meio do Decreto n. 7.566/1909, criou as Escolas de Aprendizes Artífices. O decreto determinou a criação de uma Escola de Aprendizes Artífices destinada ao ensino profissional primário gratuito em cada uma das capitais dos estados brasileiros, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

No Espírito Santo, a Escola de Aprendizes Artífices foi fundada em 24 de fevereiro de 1910. A Instituição funcionou em uma residência particular alugada pelo governo até meados de 1917.

O Velho Casarão da Rua Presidente Pedreira (como era chamada a Escola Técnica na época de sua fundação no Estado) era tudo considerando uma escola para pessoas de pouca renda, alunos considerados “órfãos” ou manual, eu, na época, era um fator de efetivo valor social e econômicos. Daí nasce um ensino direcionado para a vida (Pela, 2005, p. 18).

Por cerca de 20 anos, as salas de aula tinham condições precárias e as oficinas eram ministradas em galpões de madeira, com escassez de máquinas e equipamentos. O governo de Getúlio Vargas promoveu melhorias e investimentos para a educação profissional no Brasil. Em 1937, a Escola passou a ser denominada de Liceu Industrial de Vitória, cuja área de formação era voltada para a produção industrial em séries, porém com características ainda artesanais.

Em 11 de dezembro de 1942, foi inaugurado o prédio onde passou a funcionar a Escola Técnica de Vitória (ETV). Na época, a ETV contava com internato e externato, oficinas e salas de aula para atender aos cursos de artes de couro, alfaiataria, marcenaria, serralharia, mecânica de máquinas, tipografia e encadernação. Da sigla ETV, surgiu a denominação de “etevianos” aos seus alunos e professores, termo ainda utilizado por alguns servidores da época.

Na década de 1960, surgiram os primeiros cursos técnicos na ETV: Estradas, Construção Civil, Máquinas e Motores. Pela Portaria Ministerial n. 239, de 3 de setembro de 1965, a Escola foi renomeada como Escola Técnica Federal do Espírito Santo (ETFES). A ETFES era baseada num modelo empresarial que visava adequar a educação às exigências que a sociedade industrial e tecnológica estabelecia, com ênfase na preparação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Atualmente, o termo mundo do trabalho é mais adequado para conceituar a área de atuação da educação profissional e tecnológica (EPT), pois abrange melhor a totalidade complexa que envolve a atividade humana do trabalho, incluindo os fenômenos, ambientes e as relações.

A Lei n. 5.692/1971 definiu que todo o ensino de segundo grau – hoje denominado ensino médio – deveria conduzir o educando à conclusão de uma habilitação profissional técnica ou, ao menos, de auxiliar técnico.

Desde a criação da ETFES, a imagem da Escola perante a população foi se transformando, consolidando o respeito e a admiração da sociedade. Nesse contexto, foram criadas as Unidades de Ensino Descentralizadas (Uneds), que representaram uma descentralização do ensino técnico e profissionalizante para diferentes regiões do estado do Espírito Santo. A primeira Uned foi inaugurada em 1993, no município de Colatina, onde foram implantados os cursos técnicos de Edificações e de Processamento de Dados, hoje Construção Civil e Informática respectivamente.

Por meio de Decreto Presidencial de 22 de março de 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a Escola Técnica passou a ser um Centro Federal de Educação Tecnológica (cefet). A Uned/Serra do IFES iniciou suas atividades acadêmicas em 12 de março de 2001, porém sua criação ocorreu pelo Decreto n. 91.628, de 5 de setembro de 1985, relativo ao Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico.

O Decreto n. 5.224, de 1º de outubro de 2004, dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Esse decreto enquadra os Cefets como instituições de ensino superior pluricurriculares, especializadas na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica.

As atividades da Uned/Cachoeiro de Itapemirim começaram em 2004, por meio de uma parceria entre o Cefetes, o FunCefets e a

prefeitura municipal, a partir da qual foram oferecidos os cursos de formação inicial e continuada em Produção e Exploração de Petróleo e Gás e Informática. Em 2005, a Lei Federal n. 9.649/2005 foi revogada, tornando possível que a Uned recebesse investimentos do Ministério da Educação para iniciar seus trabalhos. Em 1º de agosto de 2005, a Uned Cachoeiro de Itapemirim deu início às aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio em Eletromecânica e Rochas Ornamentais, que mudou para Mineração em 2008.

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/1996, regulamentada pelo Decreto n. 5.154/2004, as Escolas Técnicas Federais puderam oferecer um número maior de opções de cursos: ensino médio, cursos técnicos (técnicos integrados, concomitantes e pós-médios), cursos pós-técnicos (especializações de nível técnico), cursos extraordinários (em parceria com empresas privadas e organizações não governamentais) e os cursos de Bacharelado e Pós-Graduação em Tecnologia.

Em 20 de novembro de 1996 foi sancionada a Lei 9.394 considerada como a segunda LDB, que dispõe sobre a educação profissional num capítulo separado da Educação Básica, superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país, fazendo uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. Além disso, define o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar (Brasil, [2009], p. 5).

A educação foi verticalizada, ou seja, ao aluno foi facultado ingressar no ensino médio da Escola e ir progredindo em cursos técnicos até chegar ao ensino superior. Além disso, os cursos são modulares, permitindo que aqueles que precisem se ausentar da Escola por um período possam retornar mais adiante para concluir o seu curso.

Segundo Pela (2005), a nova institucionalidade é mais abrangente, com possibilidades de atuação diversificada e um novo paradigma de instituição pública profissionalizante. Entre outras características, destacam-se: luta por transformações e melhorias na EPT, intercâmbios, pesquisa, extensão e currículo flexível.

A missão do Cefet/ES consistiu em proporcionar a formação e qualificação de profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino para os diversos setores da economia, além de realizar pesquisas e desenvolver novos processos, produtos e serviços em estreita articulação com a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada. Desse modo, teve como propósito a consolidação e a garantia de excelência do projeto institucional por meio da formação profissional do cidadão, incluindo uma oferta diversificada de educação profissional:

1. formação inicial e continuada de trabalhadores;
2. educação técnica de nível médio; e
3. educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

A criação do Cefet/ES teve como premissa a geração e a disseminação de conhecimentos vinculados à atividade produtiva, a construção de um modelo de gestão participativa, a valorização do capital intelectual, a inserção social e a capacidade de lidar com o desafio do desenvolvimento sustentável.

ORGANIZAÇÃO DA INSTITUCIONALIDADE A PARTIR DA CRIAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM 2008

Em 2008, o Cefet/ES passou a ser o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifes), criado pela Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicâmpus, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Brasil, 2008).

Dentre as finalidades e características dos Institutos Federais, destaca-se o seu papel na oferta de educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades. Essa educação visa formar e qualificar cidadãos para atuarem nos diversos setores da economia, com ênfase

no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Além disso, os Institutos Federais são encarregados de desenvolver a educação profissional e tecnológica como um processo educativo e investigativo, capaz de gerar soluções técnicas e tecnológicas adaptadas às demandas sociais e peculiaridades regionais. E, assim, tem sido o desenvolvimento do IFES no estado do Espírito Santo.

Aos Institutos Federais é enfatizada a importância da integração e verticalização da educação básica à educação profissional e superior, buscando otimizar recursos físicos, humanos e de gestão. Essa integração pretende promover uma formação mais abrangente e alinhada às necessidades do mundo do trabalho e da sociedade contemporânea. Por essa razão, essa verticalização tem sido revisitada pelo IFES, em especial nas elaborações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com vigência de quatro anos.

O IFES caracteriza-se pela oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados a partir do mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural em suas áreas de atuação no estado. Assim, salienta-se que é desse modo que os câmpus do IFES vêm se constituindo.

Em 2009, o IFES teve o seu primeiro mestrado aprovado pela Capes – Mestrado em Engenharia Metalúrgica e Materiais –, e o seu primeiro doutorado foi aprovado em 2021. Em apenas 13 anos, o IFES passou de dois cursos de mestrado para 12 cursos de mestrado e um de doutorado, sendo a quarta instituição da RFEPECT com o maior número de programas *stricto sensu*. Cabe destacar que o IFES é a segunda instituição da Rede Federal com o maior número de pesquisadores e a primeira em grupos de pesquisa (Censos [...], c2024), fatos que levaram o IFES em até 2023 a ser a primeira instituição em número de patentes depositadas, a segunda no depósito de desenhos industriais e a quarta em registro de programas e softwares (Brasil, c2024).

O IFES vem desempenhando um papel importante na capacitação técnica e na atualização pedagógica dos docentes das redes públicas de ensino por meio dos seus programas de pós-graduação, que atuam nas áreas de ensino de Ciências, Física, Humanidades, Letras, Matemática, Química e na educação profissional e tecnológica. Em especial, o Programa de

Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática (Educimat), responsável pelo único doutorado do IFES, está se destacando no ensino de Ciências e de Matemática nas instituições públicas do estado. Inclusive, o IFES também apoia a capacitação de professores por meio de programas e projetos, a exemplo da Universidade Aberta do Brasil (UAB), da Universidade Aberta Capixaba (UnAC) e dos cursos em rede que promove.

Nesse contexto, o IFES tem priorizado a criação de programas de extensão e divulgação científica e tecnológica, bem como o estímulo à pesquisa aplicada, à produção cultural, ao empreendedorismo, ao cooperativismo e ao desenvolvimento científico e tecnológico. No ano de 2024, o IFES possui 17 núcleos incubadores, oferecendo incubação para 49 empresas.

O IFES também está organizando ações para promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, sobretudo aquelas voltadas para a preservação do meio ambiente, contribuindo, assim, para um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do *caput* do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do *caput* do citado art. 7º (Brasil, 2008).

Desse modo, ressalta-se que o IFES atua em conformidade com o artigo citado, respeitando a sua lei de criação e atendendo às demandas locais e regionais. Diante do exposto, a seguir apresenta-se o modo como o Câmpus vem se organizando, de forma a promover a consolidação da educação profissional e tecnológica no Espírito Santo, alinhado ao mundo do trabalho e aos arranjos produtivos locais, com educação pública, gratuita e inovação pedagógica e de qualidade socialmente referenciada.

O IFES é o resultado da união de quatro antigas instituições federais de educação no estado: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefetes), a Escola Agrotécnica Federal de Alegre (EAFA), a Escola Agrotécnica Federal de Colatina (EAFEC) e a Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa (EAFST).

No ano de sua criação, o IFES já contava com 12 unidades. Os Câmpus Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Linhares,

Nova Venécia, São Mateus, Serra e Vitória, que eram unidades do Cefetes, somaram-se aos Câmpus Alegre, Itapina e Santa Teresa, originalmente as Escolas Agrotécnicas, hoje denominados Câmpus agrícola. Além disso, já fazia parte do Instituto o Centro de Educação a Distância (Cead), atual Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cefor).

A partir de então, o IFES ampliou a sua rede e a sua oferta de educação profissional e tecnológica. No ano de 2010, foram inaugurados os Câmpus Guarapari, Ibatiba, Piúma, Venda Nova do Imigrante e Vila Velha. Em 2014, iniciaram-se os trabalhos nos Câmpus Barra de São Francisco e Montanha. Um ano mais tarde, em 2015, aconteceram as inaugurações dos Câmpus Centro-Serrano e Viana, além do Polo de Inovação Vitória, que atende à demanda de inovação industrial tecnológica por meio de pesquisa aplicada.

Em 2021, foi autorizada a implantação do Câmpus Presidente Kennedy. No mesmo ano, foi cedido ao IFES o espaço dos antigos Galpões do IBC em Vitória, para a implantação da Cidade da Inovação. O local será uma plataforma para promover e dinamizar soluções transformadoras com a sociedade para o desenvolvimento humano, econômico e sustentável.

Em 2022, o IFES recebeu a autorização de funcionamento de dois novos câmpus: Laranja da Terra e Pedro Canário. Com as novas unidades, o Instituto Federal do Espírito Santo conta com 25 câmpus no estado.

Em 2024, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi autorizada a instauração de um câmpus em Muniz Freire. O IFES se faz presente em todas as microrregiões capixabas. Inclusive, o IFES possui 49 polos de educação a distância, além de outros polos credenciados em ofertas especiais de âmbito nacional.

O IFES oferece cursos técnicos ao doutorado e tem mais de 66 mil alunos matriculados, segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha⁸ referentes ao ano de 2023. A seguir, apresenta-se um breve histórico dos 23 câmpus em funcionamento em ordem alfabética.

8 A Plataforma Nilo Peçanha (PNP) é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), pode ser acessada por meio do link: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>.

CÂMPUS ALEGRE

Tradicionalmente conhecido na região de instalação por sua relação com a cultura e com a educação, o IFES/Câmpus de Alegre vem se consolidando como referência na oferta de educação profissional e tecnológica relacionada às ciências agrárias, às tecnologias da informação e na formação de professores, com forte atuação na pesquisa e na promoção de atividades de extensão que visam à integração com a comunidade local. Atravessando gerações na formação profissional e cidadã desde 1953, a Instituição já recebeu outras nomenclaturas, tais como: Escola Agrotécnica de Alegre, Colégio Agrícola de Alegre e Escola Agrotécnica Federal de Alegre. Integrando de forma inovadora o ensino, a pesquisa e a extensão, o Câmpus oferece três cursos técnicos integrados em Agroindústria, Agropecuária e Informática, dois cursos técnicos concomitantes em Agroindústria e Aquicultura, quatro cursos de graduação em Bacharelado em Agronomia, Licenciatura em Ciências Biológicas, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia em Cafeicultura, duas especializações em Agroecologia e Sustentabilidade e Educação em Humanidades, e o Mestrado Profissional em Agroecologia, o primeiro do IFES a ser ofertado por um câmpus do interior do Estado.

A partir de 2025, serão ofertados os cursos superiores de graduação em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Licenciatura em Educação do Campo, e também o curso de especialização em Cafés Especiais, todos na modalidade EaD. Além de uma robusta estrutura física, que inclui laboratórios avançados, áreas de cultivo e espaços de convivência, o capital humano da Instituição se destaca como seu maior trunfo. Dentre algumas ações executadas, destacam-se a Empresa Júnior Caparáó Jr., com mais de 1600 famílias assistidas com consultorias na área da cafeicultura, o primeiro Registro de Proteção de Cultivar (RPC) de gengibre no Brasil e o Polo de Educação Ambiental da Mata Atlântica, que há três décadas realiza trabalhos educativos voltados para a preservação, a conservação e o desenvolvimento social por meio da educação ambiental.

CÂMPUS ARACRUZ

O Câmpus Aracruz está instalado na Avenida Morobá, adjacente à Prefeitura Municipal de Aracruz, em uma área de 44.000 metros quadrados,

próximo de grandes empresas, como Imetame, Suzano Celulose e Papel, Petrobras – Terminal Aquaviário Barra do Riacho e Estaleiro Jurong.

O Câmpus iniciou suas atividades em 2008 no município de Ara-cruz e hoje oferta cursos técnicos nas áreas de Química e Mecânica nas modalidades integrado ao ensino médio e concomitante, além de cursos superiores de Engenharia Mecânica, Química Industrial e Licenciatura em Química. O Câmpus é composto de profissionais com atuação nas áreas administrativa e de ensino, pesquisa e extensão, com corpo técnico e docente formado por profissionais de elevada capacitação, entre mestres e doutores.

O Câmpus possui estrutura física com prédios administrativos, salas de aulas, biblioteca e laboratórios com aparelhos de última geração. Os cursos buscam garantir aos alunos um conjunto de saberes e conhecimentos voltados para a formação cidadã, a continuidade dos estudos e qualificação profissional para o mundo do trabalho. Os estudantes e servidores exercem suas competências em projetos culturais, de pesquisa, extensão tecnológica e comunitária, com inovações técnico-científicas e a promoção do desenvolvimento e do bem-estar da comunidade.

CÂMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO

Fruto da Fase III da expansão da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil, o IFES/Câmpus Barra de São Francisco foi criado em 4 de agosto de 2014, com o objetivo de levar as potencialidades da educação federal para a região noroeste do estado do Espírito Santo.

O Câmpus se destaca pelos resultados no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2021 e 2022, ocupando a posição de 1º lugar entre as escolas públicas de Barra de São Francisco e 17º lugar entre as escolas públicas do Espírito Santo. Atualmente, o Câmpus oferece dois cursos técnicos integrados, uma graduação – com nota máxima no MEC – e uma pós-graduação EaD na área de Rochas Ornamentais. O Câmpus também promove diversos projetos de extensão, em relação aos quais destaca-se o Jovem Aprendiz. Criada em 2016, a ação está em sua 11ª turma e já contou com mais de 240 aprendizes entre 14 e 24 anos, distribuídos em mais de 30 empresas parceiras de Barra de São Francisco e região. Em 2025, o Câmpus almeja abrir dois novos cursos técnicos, em Logística e Agropecuária, e um curso superior, Licenciatura em Matemática.

CÂMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

O Câmpus Cachoeiro de Itapemirim teve sua origem como um câmpus da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, previsto na Fase I do Protec em 1986. No entanto, suas atividades acadêmicas só começaram em 1º de agosto de 2005, oferecendo cursos técnicos em Eletromecânica e Rochas Ornamentais, sendo substituídos por Mineração em 2008. A expansão ocorreu em 2006, com a introdução de cursos de Informática, e em 2008, com o Bacharelado em Engenharia de Minas. Desde então, a Instituição ampliou sua oferta educacional, incluindo licenciaturas em Matemática e Informática (EaD), e bacharelados em Engenharia Mecânica e Sistemas de Informação.

Atualmente, o Câmpus oferece uma variedade de cursos técnicos, técnico integrado ao ensino médio e cursos superiores, além de Pós-Graduação em Ciências Naturais e Matemática e Tecnologia de Produção de Rochas Ornamentais, e ainda tem uma parceria com o Câmpus Vitória no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Metalúrgica e de Materiais (Propemm), adaptando-se às demandas educacionais da região. Desde 2021, também foram introduzidos cursos técnicos intercomplementares em Mineração e Mecânica, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação (Sedu).

Os cursos oferecidos pelo Câmpus estão alinhados com os arranjos produtivos locais, contribuindo para o desenvolvimento econômico e industrial da região sul do estado do Espírito Santo. Desse modo, preparando profissionais para suprir as demandas do setor de rochas ornamentais e da indústria metal mecânica, essencial na fabricação e manutenção de máquinas e equipamentos, inclusive as utilizadas pelo setor de mineração. Além disso, capacita profissionais para atuar no setor de tecnologia da informação, impulsionando a inovação e a competitividade das diversas áreas.

Entre os projetos mais inovadores da unidade, evidenciam-se: o Projeto de um Peneirador de Café Portátil para Agricultura Familiar, o Projeto EPD e Ciclo de Vida de Rochas Naturais Brasileiras, e o Projeto MetaIFES – Metaverso Educacional do Instituto Federal do Espírito Santo e Hub de Inovação – Distrito 28.

CÂMPUS CARIACICA

Oferecendo cursos nos eixos de Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios, Infraestrutura, Desenvolvimento Educacional e Social, o Câmpus Cariacica do IFES vem se consolidando como uma instituição comprometida com a formação profissional e tecnológica de qualidade. Nossa unidade obteve autorização para funcionamento em 2006, inicialmente como uma uned do Cefetes. Em 2008, tornou-se o Câmpus Cariacica e, desde 2012, opera em sede própria no Bairro Itacibá. Iniciou suas atividades com o Curso Técnico em Ferrovias, fruto de uma parceria com a Vale. Atualmente, oferece cursos em diversos níveis de formação, desde o ensino médio até a pós-graduação, atendendo cerca de 2.000 estudantes. Cariacica, município integrante da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), destaca-se pela localização estratégica e pelas atividades econômicas voltadas para logística, movelaria, confecções, metalmecânica, bebidas e comércio varejista. Atendendo às necessidades da região, o Câmpus Cariacica atua em sintonia com os arranjos produtivos locais, ofertando cursos nas áreas de logística, transportes, gestão e negócios, como os cursos técnicos em Administração, Logística, Portos e Ferrovias e os cursos superiores em Ciências Econômicas e Engenharia de Produção. Além disso, a Instituição também atua com a formação de professores, oferecendo o curso de Licenciatura em Física e o Mestrado Profissional em Ensino de Física, incluindo diversas ações de pesquisa e extensão que contribuem para a formação de educadores. Com uma trajetória marcada por parcerias e crescimento contínuo, o Câmpus promove projetos inovadores, que refletem o compromisso com a excelência acadêmica e a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade.

CEFOR

No IFES, o órgão gestor das políticas e diretrizes de educação a distância e uso das tecnologias educacionais é o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor), criado em 2014 por meio da Portaria n. 1.602, de 11 de agosto de 2014.

Entretanto, as primeiras atividades em educação a distância (EaD) no IFES datam de 2004, a partir dos trabalhos de uma comissão que

iniciou os estudos e a elaboração de uma proposição de projeto pedagógico em EaD para o então Cefetes.

O Cefor, que inicialmente ofertava apenas cursos EaD com apoio de fomentos externos, quando ainda era Centro de Educação a Distância (Cead), avançou para ofertas institucionalizadas, mantendo uma média anual de 3 a 4 mil alunos. Em 2019, com a implementação dos cursos MOOC, o número de matrículas na plataforma cresceu de maneira significativa, alcançando o total de 161.471. Suas ações incluem desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão direcionadas à formação de professores e técnicos administrativos da educação, bem como apoiar e incentivar a oferta de cursos a distância e o uso de tecnologias digitais na educação.

A modalidade EaD está consolidada no IFES e conta com a oferta de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação em EaD e cursos de formação inicial e continuada (FIC) – de ensino e extensão –, disponibilizados em diversos câmpus. Alguns cursos são oferecidos de forma institucionalizada regular, e outros, sob demanda, mediante parcerias com fomento externo. Além disso, também há a disponibilização de cursos abertos no formato MOOC, seguindo a tendência mundial de cursos totalmente on-line.

O objetivo do Cefor é contribuir para o avanço da educação a distância e das tecnologias educacionais, proporcionando a formação de profissionais qualificados e o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e inovadora.

CÂMPUS CENTRO-SERRANO

Localizado estrategicamente na Região Serrana do Espírito Santo, o IFES/Câmpus Centro-Serrano destaca-se pela excelência em educação pública, gratuita e de qualidade. Fundado em 2015 como parte do programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Câmpus foi viabilizado por meio da cooperação dos municípios de Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina e Domingos Martins, que doaram o terreno por meio de um consórcio intermunicipal. Inicialmente, focado no Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, o Câmpus expandiu suas ofertas acadêmicas de maneira rápida. Após uma pesquisa de demanda em 2017 e 2018,

iniciou a oferta do Curso Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio e, no horário noturno, do curso de Bacharelado em Administração. Em 2021, tornou-se um polo de apoio presencial do Programa de Pós-Graduação em Práticas Pedagógicas, seguido pela oferta pioneira da Pós-Graduação em Gestão Escolar em 2022, integrada ao projeto de cursos em rede EaD do IFES.

Como destaque, o curso superior em Administração obteve a nota máxima (conceito 5) em avaliação do Ministério da Educação (MEC), evidenciando o compromisso com a qualidade educacional. Além das suas conquistas acadêmicas, o Câmpus realiza uma variedade de projetos de pesquisa e extensão que impactam diretamente a comunidade local. Projetos como a dinâmica produtiva regional, estudos sobre Arranjos Produtivos Locais (APLs) e a preservação da cultura dos povos tradicionais da região são exemplos do compromisso do Câmpus com o desenvolvimento regional sustentável.

Entre as ações de extensão, destacam-se iniciativas como práticas administrativas na comunidade, educação das relações étnico-raciais e eventos como o Start Day e a Feira Empreendedora, que promovem inovação e empreendedorismo na região. A criação da Estação Experimental Lucas Masuki para pesquisa em agricultura e a instalação de uma usina fotovoltaica demonstram o compromisso do Câmpus com a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento tecnológico.

CÂMPUS COLATINA

Inaugurado em 13 de março de 1993, o Câmpus Colatina foi a primeira Uned da ETFES, oferecendo, a princípio, cursos técnicos integrados ao ensino médio em Processamento de Dados e em Edificações, áreas que, juntamente com a de Administração, constituem os eixos de atuação da Instituição. Em 1999, a ETFES foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefet/ES), mudança que possibilitou a oferta de cursos de graduação pelas Uneds. Assim, em 2003 a Uned Colatina ofertou o seu primeiro curso superior, o de Tecnologia em Redes de Computadores. Em 2008, o Cefet/ES passou a ser o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), e a então Uned tornou-se o Câmpus Colatina, oferecendo, além das atividades de ensino, também pesquisa e extensão. Em 2010, os primeiros cursos da modalidade

a distância foram disponibilizados: Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal e em Educação Profissional e Tecnológica.

Hoje, o Câmpus conta com quatro cursos técnicos integrados ao ensino médio: Administração, Edificações, Informática para Internet e Meio Ambiente; três cursos técnicos concomitantes/subsequentes: Edificações, Manutenção e Suporte em Informática e Segurança do Trabalho; três cursos de bacharelado: Administração, Sistemas de Informação e Arquitetura e Urbanismo; além do curso de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (Profnit). Há, ainda, a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu que seguem as demandas da comunidade, como o curso nacional de Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT), que capacitou mais de 10 mil profissionais em todo o país, e as ofertas dos cursos de Ensino de Ciências da Natureza, Conectividade e Tecnologias da Informação, Administração Pública e o de Gestão Pública, este último em parceria com a Universidade Aberta Capixaba (UnAC). Para atendimento à comunidade interna e externa por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, além da parceria com órgãos governamentais, empresas e organizações, o Câmpus conta com a atuação de: Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE), Incubadora de Empresas (NIC), Laboratório de Extensão em Desenvolvimento de Soluções (Leds), Empresa Júnior de Administração (Harpia Consultoria Júnior), Laboratório de Extensão em Tecnologias Educacionais e Robótica (Leter), Escritório Modelo de Arquitetura (Emau), Hub de Inovação e Laboratórios de Tecnologias, entre outros. O Câmpus Colatina também é destaque por meio do Projeto Titãs da Robótica, que, além de ações ligadas ao ensino, já venceu competições em vários estados do país, incluindo a nível de América Latina, e foi classificado, mais de uma vez, para a etapa mundial, sempre ficando entre as 12 melhores equipes do mundo. As ações de extensão do Câmpus também têm apresentado resultados substanciais. O NIC, por exemplo, implementou o Programa Gênesis, em parceria com a Fapes e a Prefeitura Municipal de Colatina, e envolveu aproximadamente 1.200 pessoas nos eventos e nas capacitações oferecidas.

Em relação às ações de internacionalização, o Núcleo de Relações Internacionais (NRI) tem firmado parcerias com o Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e o Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), em Portugal, e com a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), para que os alunos possam ter oportunidade de estudos fora do país.

CÂMPUS GUARAPARI

O Câmpus Guarapari foi estabelecido em 2010, a princípio oferecendo cursos técnicos concomitantes em Administração e Eletromecânica. Em 2011, expandiu sua oferta com cursos técnicos integrados ao ensino médio nas mesmas áreas, além de iniciar uma Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Negócios.

Em 2013, foi introduzido o curso técnico em Eletrotécnica, substituindo o curso de Eletromecânica, e um curso técnico em Administração na modalidade a distância, além de diversos cursos de extensão em parceria com o Pronatec. Em 2014, o Câmpus lançou o Bacharelado em Administração, e nos anos seguintes novos cursos foram adicionados: Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio (2015), Bacharelado em Engenharia Elétrica (2017), Técnico em Mecânica Concomitante/Subsequente (2017), Pós-Graduação em Tecnologias Empresariais (2019) e Licenciatura em Ciências da Natureza (2021).

Para melhor atender à comunidade onde está inserido, o Câmpus desenvolve dois projetos de extensão em parceria com a Prefeitura de Guarapari. O Projeto Pro-siga, antigo Pré-ifes, oferece aulas de reforço e revisão dos conteúdos do processo seletivo para os alunos finalistas do ano do ensino fundamental desde 2010. Já o Projeto Centro de Línguas oferece cursos de Inglês e/ou Espanhol para estudantes do Câmpus, estudantes das escolas municipais e membros da comunidade externa desde 2011. O Câmpus também realiza atividades práticas por meio de empresas juniores, como a “Tática Júnior”, do Bacharelado em Administração (2018), e a “Eletrolit”, do Bacharelado em Engenharia Elétrica (2022).

CÂMPUS IBATIBA

O IFES/Câmpus Ibatiba começou sua jornada em 29 de novembro de 2010, o primeiro curso ofertado foi o Técnico em Meio Ambiente,

com 120 alunos em três turnos. No decorrer dos anos, o Câmpus cresceu e expandiu suas ofertas educacionais. Em 2015, introduziu o curso Técnico em Florestas, e começou a oferecer o Bacharelado em Engenharia Ambiental e uma Pós-Graduação em Educação Ambiental e Sustentabilidade em 2017. Em 2023, inaugurou o curso de Licenciatura em Pedagogia, e o Curso Técnico Subsequente em Agricultura em 2024.

Além dos cursos regulares, o IFES/Câmpus Ibatiba oferece cursos FIC em diversas áreas, como formação de professores, pré-IFES, informática básica, robótica e cursos especializados na área ambiental. Atualmente, o Câmpus atende 1.367 alunos, incluindo os matriculados nos cursos regulares e nos cursos FIC.

Com um forte compromisso com o meio ambiente, o Câmpus objetiva impulsionar a economia local e contribuir para as questões sociais da região. Entre os projetos de destaque, estão o Laboratório de Solos, que oferece a análise química do solo para os produtores rurais, e o Viveiro de Mudas, que distribui mudas de árvores nativas e frutíferas para a comunidade, ambos são gratuitos. Essas iniciativas ajudam a melhorar o manejo sustentável do solo, aumentar a produtividade agrícola e expandir a cobertura florestal.

O IFES/Câmpus Ibatiba é reconhecido como referência em educação ambiental pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), uma prova do compromisso do Câmpus com a disseminação de práticas e metodologias de educação ambiental.

Ademais, a unidade se destaca na internacionalização, com acordos de mobilidade acadêmica e dupla titulação com instituições estrangeiras, como a Universidade da Integração Latino-Americana e o Instituto Politécnico de Portalegre, em Portugal. Inclusive, o Câmpus Ibatiba está há anos entre as melhores escolas públicas no ranking do Enem, ocupando atualmente o 12º lugar do Espírito Santo e o 2º na Região Sul.

CÂMPUS ITAPINA

O IFES/Câmpus Itapina foi oficializado em 28 de abril de 1956, na gestão de Francisco Lacerda de Aguiar e de Juscelino Kubitschek de Oliveira, governador e presidente da época respectivamente, a partir de um acordo celebrado entre o governo federal e o governo do estado do Espírito Santo em 15 de novembro de 1949. O acordo previa a construção de

uma Escola de Iniciação Agrícola no município de Colatina, a ser mantida por ambas as esferas, onde deveria ser ofertado o Curso de Iniciação Agrícola, com duração de dois anos e concessão do diploma de Operário Agrícola. As aulas iniciaram em 3 de março de 1956, com duas turmas.

Em 1962, os cursos de iniciação agrícola foram transformados em cursos ginasiais agrícolas, com quatro anos de duração, habilitando o concludente com o diploma de mestre agrícola. Em 1964, a Escola de Iniciação Agrícola de Colatina passou a ser chamada de Ginásio Agrícola de Colatina. Na década seguinte, os acordos firmados entre a União e estado do Espírito Santo prescreveram, e a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (Coagri), órgão vinculado ao MEC, passou a ser mantenedor da Instituição. O Ginásio Agrícola de Colatina foi transformado em Colégio Agrícola de Colatina, para que fosse oferecido o ensino de 2º Grau (atual ensino médio), com o Curso Técnico em Agropecuária, iniciado em 1978.

Em 1979 o Colégio Agrícola de Colatina passou a ser a Escola Agrotécnica Federal de Colatina (EAFCol). Assim permaneceu até dezembro de 2008, quando a Lei n. 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e as Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa, juntamente com o Cefetes, formaram o IFES. A EAFCol transformou-se, então, no IFES/Câmpus Itapina.

Hoje, o Câmpus é uma escola-fazenda com 315 hectares, pouco mais de 20 mil metros quadrados de área construída e 15 setores de produção vegetal, animal e agroindustrial, voltados para a prática do ensino, o desenvolvimento de pesquisa e inovação e a extensão comunitária.

CÂMPUS LINHARES

O município de Linhares é considerado o maior polo de desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo na atualidade, sobressaindo pelas atividades econômicas crescentes e diversificadas, principalmente pela indústria de petróleo e gás, que tem impulsionado o desenvolvimento e atraído grandes investimentos, como a Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC). Além disso, conta com importantes empreendimentos industriais e multinacionais nos setores de motores elétricos de linha branca, produção e exportação de café

solúvel, móveis, produtos de metalurgia e beneficiamento de rochas ornamentais, entre outros.

O IFES/Câmpus Linhares está situado em uma área de 48.195 metros quadrados no Bairro Aviso. Suas atividades letivas tiveram início em 8 de setembro de 2008, com os cursos Técnico em Administração e Técnico em Automação Industrial, nas modalidades concomitante e subsequente. Mais tarde, o Câmpus passou a disponibilizar esses cursos também na modalidade integrado ao ensino médio e a ofertar, com regularidade, cursos de extensão, FICs e de aperfeiçoamento na educação profissional. Em 2015, o Câmpus Linhares formou a primeira turma de especialização em Gestão Empresarial. Em 2016, começou a ofertar o curso superior em Engenharia de Controle e Automação por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Em 2019, teve início o Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio e a Pós-Graduação em Práticas Pedagógicas (EaD). Em 2022, passou a ofertar o curso de Especialização em Finanças Corporativas, e os cursos de Bacharelado em Administração e Especialização em Meio Ambiente em 2023. Para 2024, foi planejada a oferta do curso de Especialização em Tecnologias Educacionais e Cultura Maker Aplicadas ao Ensino de Ciência. O Câmpus ainda possui uma Incubadora de negócios, dois laboratórios Maker, um de manufatura aditiva/preditiva e outro de chocolates, além de 16 laboratórios de tecnologia, como eletrônica, robótica, automação, informática, entre outros.

O Câmpus Linhares se destaca em competições e olimpíadas estudantis – de Robótica, Matemática, Astronomia, Inovação, História, entre outras –, além de ter um alto índice de aprovação nos maiores exames nacionais, como o Enem, e nas principais universidades e Institutos Federais do país.

O Câmpus tem registros de propriedade intelectual, sendo dois softwares e uma patente de um robô educacional em análise.

CÂMPUS MONTANHA

Há 10 anos proporcionando oportunidades e inovação para a região norte do estado do Espírito Santo, o Câmpus Montanha compõe a terceira fase de expansão da RFEPCT, anunciada em agosto de 2011 pelo MEC. As atividades tiveram início no dia 23 de maio de 2013,

com cursos FIC. A construção inicial do Câmpus contemplou 1.155,25 metros quadrados, o que permitiu o ingresso de 80 alunos no Curso Técnico em Administração, a partir do dia 31 de março de 2014. No mesmo ano, teve início a primeira turma do Curso Técnico em Informática – EaD (Rede e-Tec Brasil), vinculada ao Câmpus Nova Venécia, com 40 alunos. Foram oferecidos cursos FIC pelo Pronatec para 210 alunos em sete turmas, e o curso de Artesão de Biojoias pelo Programa Mulheres Mil para 60 alunos.

Em novembro de 2014, iniciou-se a fase de construção do segundo bloco, e em 2015 o Curso Técnico em Agropecuária começou oferecendo 40 vagas. No segundo semestre de 2018, o curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental teve seu início, e está em consonância com a identidade do Câmpus Montanha, que atualmente tem cursos ligados ao eixo de ciências da natureza e da administração: Técnico em Agropecuária e Técnico em Administração, integrados ao ensino médio.

Nos últimos 10 anos, realizamos mais de 40 projetos de pesquisa nas mais diversas áreas, envolvendo professores, alunos e servidores, com destaque para as pesquisas sobre produção de mel, café e pimenta, além do desenvolvimento de tecnologias para a produção agroecológica.

CÂMPUS NOVA VENÉCIA

O IFES/Câmpus Nova Venécia é referência em educação no noroeste do estado do Espírito Santo. Oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio, técnicos concomitantes, licenciatura, bacharelado e pós-graduações lato sensu.

Com aproximadamente 1.000 alunos, a preparação para o mercado de trabalho é apenas uma das funções da Instituição. Os alunos do Câmpus podem participar de programas e atividades extracurriculares que possibilitam um aprendizado mais amplo e integrado, desenvolvendo outras habilidades.

Os conhecimentos adquiridos em sala de aula podem ser aprofundados por meio da participação em monitorias e grupos de estudos supervisionados por professores. A participação política pode ser exercida nos centros acadêmicos dos cursos superiores e junto ao Grêmio Adelton Silva. A prática de atividades físicas é possível por meio da participação em diferentes equipes e treinamentos esportivos,

além disso a formação artística é outro trabalho que vem sendo consolidado no Câmpus por meio de vivências em artes diversas, tais como: música (apresentações e oficinas), dança (projeto de forró), artes visuais (exposições e oficinas artísticas) e o projeto Cineclubes. O Câmpus Nova Venécia também é destaque em competições esportivas (Jifes e JIF) e olimpíadas estudantis.

CÂMPUS PIÚMA

O IFES/Câmpus Piúma foi criado no ano de 2010, está localizado no litoral sul do estado do Espírito Santo, e atende, principalmente, as comunidades de Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha, Itapemirim, Maratáizes, Piúma e Rio Novo do Sul, dentre vários outros municípios. O perfil do Câmpus é direcionado aos eixos de recursos naturais e turismo, hospitalidade e lazer, e atua efetivamente nos setores pesqueiro, turístico e gastronômico, com um histórico sólido no desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão voltados para o desenvolvimento de tecnologias e uso sustentável dos recursos oceânicos. Atualmente, o Câmpus oferece dois cursos técnicos integrados ao ensino médio (Aquicultura e em Pesca), dois cursos técnicos subsequentes (Guia de Turismo e Gastronomia), dois cursos de graduação (Engenharia de Pesca e Complementação Pedagógica: Letras/Português, Matemática, Física, Biologia e Química) e um curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Controle de Qualidade e Segurança de Alimentos (na modalidade à distância). A Instituição conta com mais de 20 laboratórios, equipamentos de tecnologia de informática e de robótica, autossuficiência energética, planetário itinerante, entre outras ações que ampliam as oportunidades de um atendimento de excelência para todos.

Dentre os momentos-chave do Câmpus, destacam-se as melhores notas do litoral sul capixaba no Enem, estando, no ano de 2024, em 17º lugar no ranking de todas as escolas municipais do Espírito Santo, as premiações recebidas em feiras de ciências regionais e nacionais e a realização da Festa Literária de Piúma (FliPiu). Quanto às ações executadas, ressaltam-se as voltadas para a Economia Azul e Biodiversidade, como o Projeto Integrador Curricular (2019 e 2024). Devido aos excelentes resultados de pesquisa e extensão, o Câmpus submeteu o primeiro Mestrado Profissional em Economia Azul e Biodiversidade, em 2023 participou da Missão Institucional de Internacionalização em Portugal,

fechou vários acordos de cooperação técnica com instituições públicas e privadas, sendo a mais recente com o Ministério da Pesca e Aquicultura para a oferta de cursos para todo o Brasil em critérios higiênicos sanitários para embarcações de pesca e programa de pesquisa de pesca oceânica (industrial). Realizou embarque de servidores e estudantes no Navio-Escola Ciências do Mar III e diversos eventos de divulgação científica. O Câmpus destaca-se pelo Programa de Pesquisa da Peroá, que resultou na primeira reprodução mundial da espécie com fins para a aquicultura. Além disso, também foi destaque em um programa de rede nacional – o Globo Repórter – com a temática em Economia Azul.

A Instituição busca a gestão democrática, com a participação das representações estudantis como o Centro Acadêmico e o Grêmio, e é notável pelos resultados alcançados em competições esportivas, sobresaindo no futsal feminino e no atletismo.

CÂMPUS PRESIDENTE KENNEDY

O Câmpus Presidente Kennedy teve sua autorização de funcionamento no dia 1º de dezembro de 2021. Atualmente, está instalado em uma unidade educacional municipal, destacando que já estamos oferecendo educação pública de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão. As futuras instalações desse Câmpus do IFES funcionarão numa área de 135.000 metros quadrados, e será construído com recursos de royalties de petróleo pela Prefeitura de Presidente Kennedy.

A autorização de funcionamento e oferta de cursos diversos está baseada na existência de levantamento de demanda realizado na região onde o Câmpus atuará. Esse levantamento subsidiou análises e debates entre os especialistas técnicos do IFES e da referida prefeitura, cujo alinhamento final apontou para a atuação do Câmpus no eixo de infraestrutura, numa indicação certa e inovadora para atendimentos à região. Esse eixo abarca demandas atreladas às indústrias que poderão se estabelecer no polo industrial que está sendo planejado junto ao novo Porto Central de Presidente Kennedy, Estrada de Ferro Presidente Kennedy (EF-118) e Estrada de Ferro Alysson Paulinelli (EF-352), dentre outros negócios empresariais em fase de instalação com incentivos fiscais do município e do estado do Espírito Santo. Como segunda opção de atuação para o Câmpus, indicou-se o eixo de gestão e negócios.

CÂMPUS SANTA TERESA

Desde 1940, o IFES/Câmpus Santa Teresa oferece educação profissional de qualidade, visando transformar a vida de gerações de estudantes de vários municípios capixabas e estados brasileiros, promovendo o desenvolvimento social e econômico.

O Câmpus Santa Teresa oferta atualmente três cursos técnicos, com ênfase no curso de Técnico em Agricultura, iniciado no ano de 1952, e que, passando por nomenclaturas diversas, permanece até os dias atuais como Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Além disso, oferta mais quatro graduações e uma especialização.

Localizada em uma fazenda, a Instituição conta com uma área de aproximadamente 6.290.000 metros quadrados, com setores de animais de grande, médio e pequeno porte, mecanização, olericultura, culturas perenes, laboratórios, entre outros. Considerando sua localização, há a oferta de residências estudantis, contando com cerca de 300 vagas para alunos do ensino médio técnico em regime de internato.

Dentre algumas ações executadas, destacam-se o núcleo incubador de empreendimentos, a empresa júnior (Agrifes Jr.) e ações direcionadas à conscientização e preservação do meio ambiente.

O Câmpus Santa Teresa recebe frequentemente escolas municipais e estaduais que realizam visitas técnicas, em especial visitas aos setores do campo, laboratórios e trilha ecológica.

CÂMPUS SÃO MATEUS

O IFES/Câmpus São Mateus foi fundado em 14 de agosto de 2006, marcando o início de uma jornada dedicada à excelência acadêmica e ao desenvolvimento regional. Localizado de maneira estratégica no norte do estado capixaba, o Câmpus rapidamente se tornou proeminente na área de educação e inovação, sobretudo nas áreas de elétrica, mecânica e formação docente.

Desde sua criação, o Câmpus São Mateus tem sido pioneiro na formação de profissionais qualificados para o mundo do trabalho, especialmente em áreas emergentes, como a eficiência energética, oferecendo cursos de alto padrão. Esse compromisso com a qualidade reflete-se não apenas nos resultados acadêmicos, mas também no reconhecimento

pelo desempenho destacado no ranking das instituições com os maiores desempenhos no Enem.

Além da excelência acadêmica, o Câmpus também é reconhecido por promover ações culturais, tais como o IFestival – um festival cultural anual que celebra a diversidade e criatividade dos estudantes, envolvendo a comunidade local e estimulando o intercâmbio cultural. Nesse contexto, ressaltase que projetos de pesquisa e extensão como o SamaBaja, FAM Aerodesign, Criança Feliz e a Feira de Ciências e Inovação Capixaba ampliam ainda mais o impacto positivo do IFES na região, promovendo inovação, sustentabilidade e inclusão social.

CÂMPUS SERRA

O IFES/Câmpus Serra, situado em uma região industrial estratégica no Espírito Santo, desempenha um papel vital no desenvolvimento regional. Desde sua fundação em 12 de março de 2001, começou com dois cursos técnicos e se expandiu significativamente, oferecendo cursos superiores presenciais a partir de 2008 e, sete anos após, programas de mestrado profissional. O Câmpus disponibiliza uma ampla gama de cursos alinhados às necessidades locais, com foco principal nos eixos de automação industrial e informática. Atendendo uma faixa etária diversa, desde adolescentes até adultos, o Câmpus proporciona uma educação inclusiva e abrangente. Os cursos variam desde o ensino médio integrado até graduações, mestrados profissionais, pós-graduações lato sensu, além de programas de formação inicial e continuada.

Os programas de Mestrado Profissional em Engenharia de Controle e Automação e em Computação Aplicada são pioneiros no estado, promovendo pesquisa e inovação em resposta aos desafios da indústria local. A extensão comunitária fortalece a interação entre a Instituição e a comunidade, contribuindo para a inclusão social, o empreendedorismo e o desenvolvimento regional.

Na busca por expandir suas atividades, promover novas sinergias com a comunidade e fomentar inovação e empreendedorismo, o Câmpus está investindo na criação do 1º Parque Tecnológico do Espírito Santo, no âmbito do programa InovaSerra. O parque ocupará uma área de 50.000 metros quadrados e contará com uma infraestrutura moderna para atrair empresas focadas em inovação e tecnologia.

CÂMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE

O Câmpus Venda Nova do Imigrante foi autorizado pela Portaria n. 1.366, de 8 de dezembro de 2010, como Câmpus do IFES. Suas atividades iniciaram-se em março de 2010 e, em 23 de abril de 2013, sua organização administrativa foi alterada para câmpus pleno. A princípio, ofertava dois cursos com seis turmas, totalizando 240 matrículas. Atualmente, oferece dois cursos técnicos (Administração e Agroindústria) integrados ao ensino médio, três graduações (Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Licenciatura em Letras Português e Bacharelado em Administração) e uma especialização em Práticas Pedagógicas. Nossos cursos atendem às demandas dos arranjos produtivos locais nas áreas de agroindústria, negócios, turismo e educação. O eixo de ensino em agroindústria visa principalmente atender produtores e pequenos empreendedores familiares da zona rural. Na zona urbana de Venda Nova do Imigrante, destacada pelos setores de comércio, serviços e turismo, o Câmpus supre as necessidades educacionais com cursos na área de Administração e ações de extensão promovidas pelo Núcleo Incubador.

Entre os projetos de destaque, estão a Biotecnologia de Alimentos, o Projeto Coffee Design e o Núcleo Incubador de empresas. Até março de 2024, o Câmpus formou 1.939 estudantes, consolidando-se como referência em educação no estado e promovendo o desenvolvimento humano sustentável.

CÂMPUS VIANA

O Câmpus avançado de Viana está localizado na cidade de Viana, a 22 quilômetros da capital, Vitória, sendo o terceiro município da Região Metropolitana em extensão territorial. O Câmpus avançado de Viana entrou em funcionamento no segundo semestre de 2015. A aula inaugural ocorreu no dia 9 de agosto de 2015.

Viana é reconhecida como a Capital Logística do estado do Espírito Santo. Nesse contexto, o Câmpus Viana atualmente oferece os cursos técnico e tecnólogo em Logística e especialização em Práticas Pedagógicas. Além disso, no decorrer dos seus oito anos de existência, a ação do Câmpus nas atividades de pesquisa e extensão tem causado grande impacto na região. Destacam-se sua participação no apoio à gestão

do Programa de Fortalecimento da Agricultura Capixaba, o Programa Agência de Economia Criativa Experimental, as ofertas de cursos de formação continuada na área de logística, o Programa Mulheres Mil e o IFES Portas Abertas, que apresenta salas temáticas com o intuito de estreitar os laços entre o IFES e a comunidade.

No esporte, damos ênfase aos projetos de xadrez, tênis de mesa, voleibol e jogos indígenas, e, na ciência, aos projetos de astronomia, Arduino, cubo mágico, jornal jurídico e Café Democrático.

Na internacionalização, destacam-se as parcerias com a Universidade dos Açores (Portugal), com o Centro de Humanidades (CHAM), com a Escola Profissional de Ribeira Grande, com a Incubadora de Empresas de Ribeira Grande (INWAVE) e com as Casas dos Açores.

CÂMPUS VILA VELHA

O Câmpus de Vila Velha, ancorado no coração do Bairro Soteco, na cidade que deu origem à Capitania do Espírito Santo, foi fundado em 29 de novembro de 2010 e autorizado por meio da Portaria MEC n. 1.366, de 6 de dezembro de 2010. Entre as belezas naturais das praias da cidade e as molduras históricas do Convento da Penha, esse câmpus do IFES conta atualmente com cerca de 1.600 estudantes e mais de 130 servidores. O Câmpus Vila Velha nasceu como um câmpus voltado para os cursos da área de Química, todavia a história lhe deu outros contornos e matizes, consolidando-o também com cursos da área de saúde e na formação de professores. Os itinerários formativos do Câmpus são compostos por cursos que abrangem desde o ensino técnico integrado ao ensino médio até o doutorado. Nossos cursos regulares são: Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Biotecnologia e em Química, laureados com as melhores notas do Enem entre todos os Câmpus da Rede Federal do país desde que fizemos nossa primeira avaliação até hoje (2019-2023), Técnico em Química, Licenciatura em Química, Bacharelado em Química Industrial, Bacharelado em Biomedicina, Engenharia Química, Licenciatura em Pedagogia, Mestrado Profissional em Ensino de Química (Profqui), Especialização em Educação e Divulgação em Ciências (EDIV), além do mestrado e do doutorado em Educação em Ciências e Matemática (Educimat). Um Câmpus com destaque nas pesquisas, sendo um dos mais produtivos em números de

publicações da Rede, com laboratórios inteiros dedicados à pesquisa. Temos muito orgulho de ser sede do Museu de Microscopia e Ciências (MM&C), da Microscopia para Crianças (GEM), do LabMaker, da Química Verde – saboaria (LabQV), de uma Cervejaria (Lacemp), da Cosmetologia (Pipas), de uma Central Analítica (CMVV) e do Psi-coAlfa. Temos empresas juniores, uma Incubadora que é referência na Rede, projetos e resultados incríveis como o ES Empreendedor e o Rio Doce Escolar.

CÂMPUS VITÓRIA

Marcando uma presença significativa na história da Rede Federal no Espírito Santo, o centenário Câmpus Vitória foi fundado em 23 de setembro de 1909 como Escola de Aprendizizes Artífices do Espírito Santo, e passou por diversas mudanças de nomenclaturas: 1937 – Liceu Industrial de Vitória, 1942 – Escola Técnica de Vitória, 1965 – Escola Técnica Federal do Estado do Espírito Santo, 1999 – Centro Federal de Educação Tecnológica, até que em 2008 tornou-se IFES/ Câmpus Vitória.

Entre os momentos-chave do Câmpus, destacam-se as melhores notas no Enem, de 2013 a 2019. Atualmente, o Câmpus oferece 16 cursos técnicos, oito graduações, cinco especializações e cinco mestrados, com foco na verticalização do ensino. A comunidade capixaba tem sido impactada de forma significativa por meio de ações de extensão e pesquisa, com 17 patentes concedidas pelo auxílio a pessoas e empresas parceiras no desenvolvimento de soluções tecnológicas, no esporte, na cultura, na formação de professores, no desenvolvimento sustentável, entre outras áreas. Dentre algumas ações executadas, salienta-se a horta comunitária, o Time Enactus, a Empresa Júnior, a Incubadora, as Orquestras, os Corais, o Grupo de teatro e o Cineclube. O Câmpus é notável pelos resultados nas olimpíadas de Astronomia, Matemática, Física, Geografia, História, entre outras competições. A Instituição busca a gestão democrática, com a participação das representações estudantis, com destaque para o Grêmio Rui Barbosa, que em 2024 completa 80 anos de existência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. [Página inicial]. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, c2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br> Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília/DF, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 20. jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e tecnológica. Brasília/DF: MEC, [2009]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf Acesso em: 20 jun. 2024.

CENSOS DGP. *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes*. Brasília/DF, c2024. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp> Acesso em: 13 set. 2024.

PELA, J. J. *Cursos superiores de tecnologias no Cefet/ES: implantação e perspectivas*. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2005.







15



16

DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Cidade da Inovação
- 02 Diversidade
- 03 Cultura de Paz
- 04 Conexões IFES – evento
- 05 Ensino, Pesquisa e Extensão
- 06 Jornada da Integração
- 07 Inovação
- 08 Laboratórios modernos
- 09 Alinhamento ao arranjo produtivo local
- 10 Inovação pedagógica
- 11 Transformação digital
- 12 Alinhamento ao arranjo produtivo local
- 13 Arte e cultura
- 14 Aulas práticas
- 15 Sustentabilidade
- 16 Incentivo ao esporte

Fonte: Acervo institucional do IFES.

UMA INSTITUIÇÃO EM MOVIMENTO

CEFET/MG, MAIS DE UM SÉCULO DE HISTÓRIA

JAMES WILLIAM GOODWIN JUNIOR¹

CARLA SIMONE CHAMON²

DANIEL HENRIQUE DINIZ BARBOSA³

ISIS PIMENTEL DE CASTRO⁴

MARIA ADÉLIA DA COSTA⁵

Em setembro de 1909, o então presidente, Nilo Peçanha, fez publicar um decreto no qual instituía a criação de 19 Escolas Profissionais de nível primário em quase todas as capitais dos estados do Brasil,

1 Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), atua como professor titular do Departamento de História do Cefet/MG. Pesquisa as relações entre o conceito de modernidade, aparatos tecnológicos e a construção de um ideal de cidade moderna pela imprensa no final do século XIX e início do século XX. E-mail: jamesg@cefetmg.br.

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atua como professora titular de História e atualmente diretora-geral do Cefet/MG. Pesquisa história da educação brasileira, intelectuais e educação. E-mail: carlachamon@cefetm.br.

3 Doutor em História Econômica pela USP, atua como professor do Departamento de História do Cefet/MG. Pesquisa história do pensamento econômico no Brasil República e história do audiovisual brasileiro. E-mail: danieldiniz@cefetmg.br.

4 Doutora em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), atua como professora do ensino básico, da graduação e da pós-graduação do Cefet/MG. Interessa-se pelo estudo das pinturas históricas brasileiras e dos museus que as abrigam. Atualmente, pesquisa sobre o ensino de História em sua relação com a cultura histórica, seja por meio do uso de imagens e/ou do consumo de conteúdo digital. E-mail: isiscastro@cefetmg.br.

5 Doutora em Educação (Formação de Professores) pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), atua como docente na graduação e pós-graduação do Cefet/MG. Pesquisa e escreve sobre políticas de formação de professores para EPT, metodologias ativas, currículo escolar, neurociência aplicada à educação e temas afins. E-mail: adelia@cefetmg.br.

denominadas Escolas de Aprendizes Artífices. Como a primeira iniciativa nacional republicana nesse setor, essa política fazia parte de uma preocupação crescente com a formação do trabalhador e com a difusão da Escola para as classes populares. A proposta visava ao desenvolvimento econômico das cidades e também refletia a concepção vigente do papel do ensino profissional:

Considerando:

que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes operárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;

que para isso se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (Brasil, 1909).

Subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio até 1930 e depois disso ao Ministério da Educação e Saúde, o público-alvo dessas Escolas era as crianças pobres, os filhos dos “desfavorecidos da fortuna”.

À matrícula das Escolas serão admitidos os menores cujos pais, tutores ou responsáveis o requererem dentro do prazo marcado e que possuírem os seguintes requisitos, preferidos os desfavorecidos da fortuna:

- a) Idade de 10 anos no mínimo e 13 anos no máximo;
- b) Não sofrerem de doenças infectocontagiosas;
- c) Não terem defeitos físicos que os inabilitem para o aprendizado do ofício (Brasil, 1909).

Fruto desse decreto, no dia 8 de setembro de 1910 foi inaugurada, na recém-criada cidade de Belo Horizonte, a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, primeira configuração do atual Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG).

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE MINAS GERAIS

Instalada no coração da capital mineira, na Av. Afonso Pena, a Escola formava operários e contramestres, mediante o ensino prático e os

conhecimentos técnicos. Suas atividades escolares se iniciaram em 12 de setembro com 32 alunos, número que se elevou para 61 no ano seguinte.

A Escola contava com um diretor, um escriturário, uma professora do curso primário, um professor de Desenho, um mestre para cada oficina, um porteiro-contínuo e um servente. Todas as atividades administrativas ficavam centralizadas no diretor, que, até 1959, era escolhido e nomeado pelo governo federal.

Não havia, na época, definição de duração de seu mandato nem órgãos colegiados que participassem da gestão da Instituição. O primeiro diretor, Augusto Cândido Ferreira Leal, ficou à frente da Escola até 1915. Albertino Drumond a dirigiu por dois anos apenas. Já Claudino Pereira da Fonseca teve o mais longo mandato da Instituição, sendo seu diretor de 1917 a 1938.

A Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais oferecia gratuitamente o curso primário, o curso de Desenho e a aprendizagem de ofícios em cinco oficinas: ferraria, marcenaria, carpintaria, ourivesaria e sapataria. No final da década de 1920, passou a oferecer também as oficinas de serralheria, latoaria, vimeria e mecânica. A princípio, os cursos tinham duração de quatro anos; a partir de 1927 passaram a ter seis anos de duração: dois anos de estágio pré-vocacional, com prática de trabalhos manuais (paralelamente ao ensino primário), dois anos de aprendizagem de ofício e dois anos complementares.

Nesse período, em Belo Horizonte havia uma necessidade constante de profissionais ligados a esses ofícios, uma vez que a cidade, fundada em 1897, até quase meados do século XX era um verdadeiro canteiro de obras, vivenciando um crescimento para além daquele planejado na época da sua criação. A Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais se constituía, por isso, num espaço de formação de força de trabalho para a constante construção e reconstrução da capital mineira. Em seu relatório para o ano letivo de 1911-1912, o diretor listou os “artefactos produzidos” pelos alunos na Escola:

Botinas, sapatos, borzeguins, tamboretas, cabides, caixas, rodas para carros, eixos, armários, mesas, quadros, escadas, assentos de cadeiras, bancos, vitrinas, armações, camas, anéis de metal, castões de metal, lâmpadas de cobre, maçaricos de latão, grades de ferro, parafusos, polias, trancas, chavetas de ferro batido, cadeiras de ferro para jardim, portões, colheres de aço, tenazes, brocas de aço etc. (Brasil, 1912, p. 277).

A venda desses produtos era parte da política financeira e pedagógica da Escola, condizente com a filosofia de preparar os alunos para o trabalho autônomo:

Art. 20 – Constituirão renda da Escola o produto dos artefatos que saírem de suas oficinas e o das obras e consertos por elas realizados.

§ 1º – Esta renda será arrecadada pelo diretor da Escola, que com ela adquirirá os materiais necessários para os trabalhos das oficinas.

§ 2º – No fim do ano, a renda líquida será recolhida à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional depois de reduzida a importância correspondente a 15 %, sendo 10 % para serem distribuídos por todos os alunos das oficinas, em prêmios, conforme o grau de aproveitamento obtido e respectiva aptidão, e 5 % para a Caixa de Mutualidade.

Art. 21 – Haverá anualmente uma exposição de artefatos das oficinas da Escola, para o julgamento do grau de adiantamento dos alunos e distribuição dos prêmios aos mesmos (Brasil, 1911).

Apesar da localização privilegiada, o pequeno edifício não era apropriado para funcionar como Escola Profissional. Além de cômodos que não comportavam bem as oficinas, eram péssimas as condições de salubridade. Augusto Cândido Leal reconhecia que o prédio era bem situado, mas não apresentava boas condições. Por isso, o Estado deveria, o mais breve possível, destinar ou construir outro edifício para esse fim.

As razões da impropriedade, segundo seu relato, estavam relacionadas às condições da edificação na qual foi instalada a Escola, tanto no que diz respeito ao tamanho e localização dos cômodos quanto no que se refere à salubridade.

Examinando, como era de meu dever, o edifício, reconheci que carecia, como ainda carece, de condições necessárias aos fins a que fora destinado. Elevado a dois metros e pouco, na frente, vai ficando enterrado cada vez mais, até aos compartimentos que foram destinados a algumas oficinas e que estão dois metros, mais ou menos, abaixo da superfície do solo [...] Este defeito na construção [...] foi bastante para concluir que não estava nas condições de receber uma Escola de Aprendizes Artífices que, exigindo para seu funcionamento que os meninos permaneçam nas oficinas bom número de horas, poderia ser causa de graves e mortais enfermidades, como tuberculose, beribéri etc., visto ser inevitável a umidade [...] Além desse terrível inconveniente, observa-se que os menores, nesses compartimentos, únicos para certas oficinas, ficam encerrados entre

quatro paredes, recebendo ar e luz pouco abundantes, e sem vista alguma que os alegre nas horas de trabalho [...]

No atual edifício pouco mais de cinquenta alunos poderão ser admitidos. Basta isso para impulsionar o Governo do Estado a dar um edifício amplo e apropriado, e melhor que ninguém sabe do grande número de menores, mesmo em Belo Horizonte, cujos pais desejam dar-lhes instrução profissional. Estou certo de que, em edifício conveniente, o número de alunos atingirá a mais de duzentos, pois o povo já conhece que as bases da riqueza de uma nação estão na agricultura e na indústria (Leal, 1911, p. 5).

Mesmo com os problemas apontados, a Escola permaneceu naquele local por quase 15 anos, até fins de 1924, quando ficou pronta sua nova sede. A construção desse edifício em Belo Horizonte, assim como de outras Escolas de Aprendizes Artífices no país, obedeceu ao programa de reformas posto em prática pelo Serviço de Remodelação do Ensino Profissional. Em 1925, passou a funcionar na Av. São Francisco, atual Olegário Maciel, na Praça Raul Soares, em edifício especificamente construído para esse fim.

Desde a sua instalação, houve uma procura crescente pela Escola por parte das famílias, fazendo com que as matrículas se elevassem ano a ano, chegando a registrar 320 alunos matriculados em meados da década de 1930.

Em virtude desse crescimento da Escola, o governo federal resolveu, mais uma vez, construir nova sede, seguindo o padrão de grandes construções que vinham sendo feitas para outras Escolas congêneres. O novo prédio, previa-se, permitiria a matrícula de até 800 alunos.

O prédio fora construído expressamente para sede da Escola, mas, ultimamente, pelo seu mau estado de conservação e também por terem se tornado acanhadas as respectivas instalações, à vista do surto do progresso desse educandário, não permitindo em absoluto, a realização do plano de expansão de suas oficinas e aumento de novas seções de trabalho, o governo federal decidiu a transferência da sede [...] até que seja possível a construção da sede definitiva (Brasil, 1940, p. 260).

Assim, em dezembro de 1939, a Escola mudou provisoriamente de endereço, passando a funcionar na Av. Augusto de Lima, número 2109, no antigo prédio do Abrigo de Menores da capital mineira, até que o novo edifício ficasse pronto.

Para a construção da nova sede, o governo federal cedeu ao governo mineiro o terreno da Av. São Francisco, onde se construiu o Edifício JK, obtendo em troca terrenos na Av. Amazonas. O local escolhido ficava próximo à região da Gameleira, estrategicamente situado entre a cidade de Belo Horizonte e o Parque Industrial de Minas Gerais, projetado para ser construído no município de Contagem.

Em 1940, [...] desejando ampliar as instalações da Escola e sendo o próprio de que dispunha bastante deficiente, aceitou a proposta do Gov. Estadual para uma permuta do prédio e terreno da Av. Olegário Maciel por uma área suficiente para se instalar condignamente a Escola, na Vila Nova Suíça, à Av. Amazonas, que fica distante do centro da cidade (praça sete) uns vinte minutos de ônibus. A autorização da permuta foi publicada no Minas Gerais de 20-3-1943, órgão oficial do Estado (Decreto-Lei n. 906, de 19-3-43). Assim, o Gov. Estadual cedeu os lotes constituintes dos quarteirões 17, 22, 27 e 33 da Vila Nova Suíça, limitados pela Av. Amazonas, Rua Tobias Barreto, Alpes e José de Alencar (área de cerca de 33.000 metros quadrados), ficando com o quarteirão 33 da IX seção urbana e benfeitorias. O decreto de desapropriação dos citados terrenos D.O.U. de n. 2079 de 23 de dezembro de 1942 (Cefet/MG, [194-]).

Em carta encaminhada ao ministro Gustavo Capanema em 1939, Francisco Montojos já defendia a importância daquela localização:

Junto encontrará V. Exa. a planta do futuro Parque Industrial de Minas Gerais, no município de Contagem, bem assim sua ligação por meio de uma Avenida, de cerca de 7 km, com a cidade de Belo Horizonte. Entre a Estação da Gameleira e o citado Parque deverá ser construída a Cidade Operária. A meu ver, será de toda a conveniência que o futuro Liceu se instale nas proximidades dessas duas zonas e da capital (Montojos, 1939).

Ainda que a transferência para a Av. Augusto de Lima tivesse caráter temporário, a Escola permaneceu naquele endereço por 17 anos. Apesar do entusiasmo pela nova localização, as obras da nova sede, iniciadas em 1943, foram interrompidas diversas vezes, ficando a construção pronta apenas em 1958. Durante o período em que ocupava aquela instalação provisória, a Escola de Aprendizes Artífices teve seu perfil transformado.

REMODELAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL: LICEU INDUSTRIAL, ESCOLA INDUSTRIAL, ESCOLA TÉCNICA DE BELO HORIZONTE

Nas décadas de 1930 e 1940, o Brasil passou por fortes transformações no processo de industrialização, com o desenvolvimento da produção de máquinas e equipamentos. Essa fase da industrialização criou mais demandas técnicas no processo produtivo, gerando a necessidade de profissionais que ocupassem lugares no novo contexto da atividade produtiva: os técnicos. Como parte desse processo de mudanças no início dos anos 1940, a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, juntamente com as outras Escolas congêneres criadas em 1909, sofreu profundas modificações: de uma escola primária que ensinava ofícios de maneira quase artesanal para uma escola secundária de caráter mais industrializante.

Desse modo, em agosto de 1941, em cumprimento ao artigo 37 da Lei n. 378/1937, a Escola passou a ser denominada de Liceu Industrial de Belo Horizonte. No ano seguinte, em fevereiro de 1942, com a reestruturação do ensino industrial realizada no ministério de Gustavo Capanema, a Escola passou a se chamar Escola Industrial de Belo Horizonte. A partir de então, o ensino profissional de nível primário foi extinto, e a Escola começou a ofertar o ensino profissional de nível ginasial, com duração de quatro anos, nos seguintes cursos industriais: Mecânica de Máquinas, Máquinas e Instalações Elétricas, Serralheria, Marcenaria, Carpintaria e Fundição. A Escola manteve o ginásio industrial profissionalizante até 1964.

Em janeiro de 1943, com a criação de seu primeiro curso técnico de nível médio – Curso Técnico de Construção de Máquinas e Motores –, a Escola, mais uma vez, ganhava nova denominação: Escola Técnica de Belo Horizonte.

No final da década de 1950, dois eventos marcaram a história da Instituição: a transferência para a sede da Av. Amazonas no início de 1958 e a publicação da Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

Em 22 de abril de 1958, depois de 15 anos em construção, finalmente a Escola inaugurou seu novo prédio. A festa contou com a presença do então presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, natural de Minas Gerais.

Na nova sede, com a expansão de seu espaço físico, a Escola consolidou o esperado crescimento no seu número de alunos. De uma média de 300 alunos registrados em 1950, a Escola registrou em torno de

700 matrículas em 1963, passando a 1.800 em 1969, número que se elevou para 4.000 em meados da década de 1970.

Em 1960, esses alunos se distribuíam entre os cursos profissionais de nível ginásial e os três cursos técnicos que já funcionavam na Instituição: Construção de Máquinas e Motores (que em 1968 foi transformado em Curso de Mecânica), Estradas (criado em 1951 com o nome de Pontes e Estradas) e o curso de Eletrotécnica. No decorrer dessa década, outros cursos técnicos foram criados, inclusive o de Química, em 1964, primeiro a receber alunas do sexo feminino na Instituição (Tavares, 2017).

A esse respeito, a Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, foi fundamental para o crescimento da Escola, uma vez que concedia aos estabelecimentos de ensino industrial da Rede Federal autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Essa lei foi fruto da vontade de participação que agitava o Brasil, momento em que cresciam as lutas sociais por mais democracia. Uma das consequências dessa autonomia para as Escolas Técnicas foi o estabelecimento de órgãos colegiados, com participação da comunidade e poder de decisão.

Lei n. 3.552 de 16 de fevereiro de 1959

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 16. Os atuais estabelecimentos de ensino industrial, mantidos pelo Ministério da Educação e Cultura, terão personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira, regendo-se nos termos da presente lei.

Art. 17. Os estabelecimentos de ensino industrial serão administrados por um Conselho de Representantes, e terão um Conselho de Professores, obedecidas as atribuições fixadas nesta lei.

§ 1º O Conselho será composto de seis representantes da comunidade, escolhidos pelo Presidente da República, mediante proposta, em lista tríplice elaborada pelo Ministério da Educação e Cultura, depois de ouvida a Diretoria do Ensino Industrial, renovando-se, a cada dois anos, por um terço de seus membros.

§ 2º O Diretor da Escola, ao qual competem as funções executivas, será nomeado pelo Presidente do Conselho, pelo prazo de três anos, findo o qual poderá ser reconduzido, recaindo sua escolha em pessoa estranha ao mesmo Conselho e com habilitação para o exercício do cargo, segundo critérios fixados pelo Ministério da Educação e Cultura.

Art. 18. O Conselho de Professores, órgão de direção pedagógico-didática da Escola, sob a presidência do Diretor, será constituído na forma do respectivo Regimento (Brasil, 1959).

Nessa nova configuração, a administração da Escola recaía sobre o Conselho de Representantes – instalado na Escola Técnica de Belo Horizonte no dia 13 de novembro de 1961 – e as decisões didático-pedagógicas ficavam a cargo do Conselho de Professores – empossado em 19 de janeiro de 1962. O diretor, antes escolhido e nomeado pelo governo federal, passou a ser escolhido pelo Conselho de Representantes, a partir de uma lista tríplice elaborada pelo Conselho de Professores, tendo o mandato fixo de três anos.

Esse ambiente também impulsionou a expansão das atividades culturais na Escola, como o Coral da Escola Técnica de Belo Horizonte, regido nos anos 1960 por Roberto de Castro.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MINAS GERAIS (EFTMG)

Em 1965, a Escola Técnica de Belo Horizonte teve seu nome alterado para Escola Técnica Federal de Minas Gerais:

A Diretoria da Escola, em face da lei n. 4759, de 24-8-65 e Portaria Ministerial n. 239, de 9-9-1965, comunica a todos os funcionários e alunos que, a partir de 9-9-1965, a Escola passou a denominar-se ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MINAS GERAIS.

(Cefet/MG, [196-]).

Nesse período, a Escola deu continuidade ao processo de criação de novos cursos – Desenho Industrial (de curta duração), Eletrônica, Mecânica (antigo Curso Técnico de Máquinas e Motores) e Edificações –, num processo de intensificação da formação de técnicos, mão de obra indispensável para o novo cenário industrial que se desenhava no país.

A década de 1970 foi marcada pela extinção do ginásio industrial, mas também pela expansão da Escola, agora não só em termos de número de alunos e de cursos oferecidos, como também em direção ao nível superior de ensino no espaço da cidade. Foi aberto um segundo câmpus, na Av. Amazonas, n. 7675, onde antes funcionara a Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais, no local passariam a funcionar os cursos de graduação da Escola Técnica Federal de Minas Gerais.

Em agosto de 1972, teve início a primeira turma dos cursos de Engenharia de Operação Elétrica e Engenharia de Operação Mecânica, formando técnicos de nível superior em três anos.

A emergência de política econômica desenvolvimentista, ainda que em regime ditatorial – ou justamente por isso –, impôs a aceleração das transformações educacionais no país no que concerne à formação de técnicos, notadamente em nível superior. De forma objetiva: eram necessários engenheiros para garantir o desenvolvimento industrial que se projetava por meio de uma transformação estrutural acelerada na economia brasileira entre fins dos anos 1960 e início da década seguinte.

Nesse contexto, compreende-se a promulgação do Decreto-Lei n. 547, de 18 de abril de 1969, que estendeu às Escolas Técnicas Federais o direito de criação e manutenção de “cursos de curta duração, destinados a proporcionar formação profissional básica de nível superior e correspondentes às necessidades e características dos mercados de trabalho regional e nacional” (Brasil, 1969). Buscava-se, com isso, atender ao que hoje melhor se nomeia por arranjos produtivos locais. Essa permissão legal foi muito bem usufruída pela Instituição, tendo em vista que aquelas que não aproveitam os espaços de desenvolvimento e crescimento tendem a perecer. Com efeito, em 7 de agosto de 1975, a então Escola Técnica Federal de Minas Gerais formou sua primeira turma de Engenharia de Operação, nas modalidades Elétrica e Mecânica. Esse primeiro curso, laudado em documento que registra seu histórico, é destacado “pelo seu gabarito e pelo alto conceito do seu corpo docente”, o que, na leitura da comunidade, permitia compreendê-lo como o “vetor que haverá de definir o futuro grandioso da ‘Universidade Técnica de Minas Gerais’, caminho natural da evolução de nossa Escola” (Cefet/MG, 1975, folha 17).

No final de 1974, o governo da ditadura militar-civil, instalada no país em março de 1964, alterou a estrutura organizacional das Escolas Técnicas Federais, interrompendo a prática de gestão democrática iniciada em 1959. O Decreto n. 75.079, de 12 de dezembro de 1974, extinguiu o Conselho de Representantes e o Conselho de Professores, instâncias decisórias da Instituição, e, em seu lugar, criou um órgão meramente auxiliar: o Conselho Técnico Consultivo. O terceiro artigo do referido decreto definia que esse novo Conselho seria “destinado a colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo com informações da comunidade e zelar pela boa execução da política educacional da Escola” (Brasil, 1974). Esse Conselho, presidido pelo diretor da Escola, seria formado por seis membros da comunidade designados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Esse decreto também criou quatro departamentos

– Pedagogia e Apoio Didático, Ensino, Administração e Pessoal – responsáveis pela formação administrativa da Escola.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS (CEFET/MG)

Em 1978, com a Lei n. 6.545/1978, a Escola ganhou sua atual denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG). Essa mudança ampliava as atribuições da Instituição, dando a ela o status de Instituição Federal de Ensino Superior Isolada, sendo considerada autarquia de regime especial. Esse processo de “cefetização”, que em 1978 atingiu também as Escolas Técnicas Federais do Paraná e Rio de Janeiro, estendeu-se às outras Escolas Técnicas nos anos 1990.

LEI n. 6.545, de 30 de junho de 1978.

Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – As Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, com sede na Cidade de Belo Horizonte; do Paraná, com sede na Cidade de Curitiba; e Celso Suckow da Fonseca, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, criadas pela Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, alterada pelo Decreto-lei n. 796, de 27 de agosto de 1969, autorizadas a organizar e ministrar cursos de curta duração de Engenharia de Operação, com base no Decreto-lei n. 547, de 18 de abril de 1969, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica.

Parágrafo único – Os Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata este artigo são autarquias de regime especial, nos termos do artigo 4º, da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, regendo-se por esta Lei, seus Estatutos e Regimentos.

Art. 2º – Os Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata o artigo anterior têm os seguintes objetivos:

I – ministrar ensino em grau superior:

a) de graduação e pós-graduação, visando à formação de profissionais em engenharia industrial e tecnólogos;

b) de licenciatura plena e curta, com vistas à formação de professores e especialistas para as disciplinas especializadas no ensino de 2º grau e dos cursos de formação de tecnólogos;

II – ministrar ensino de 2º grau, com vistas à formação de auxiliares e técnicos industriais;

III – promover cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, objetivando a atualização profissional na área técnica industrial;

IV – realizar pesquisas na área técnica industrial, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade mediante cursos e serviços (Brasil, 1978).

Essa lei criou o Conselho Diretor, órgão deliberativo e consultivo presidido pelo diretor da Escola, composto de dois representantes do MEC, um representante da Federação das Indústrias do Estado e quatro representantes da Instituição.

Dentre outras atribuições, o Conselho Diretor passava a exercer efetivamente a direção do Centro nos planos administrativo, econômico, financeiro, de ensino e pesquisa, por meio de resoluções e elaboração de normas de direção superior. A posse do 1º Conselho Diretor do Cefet/MG ocorreu no dia 31 de maio de 1983. Fazendo uso de sua autonomia administrativa, o Conselho Diretor retomou e alargou a democratização da gestão da Escola e instituiu, no Regimento Geral do Cefet/MG aprovado em 1984, o Conselho de Ensino – órgão deliberativo e consultivo em questões de ensino, pesquisa e extensão. A ele se vinculariam os colegiados de primeira instância do ensino técnico de 2º grau – o Conselho de Professores – e do ensino superior – o Conselho Departamental.

Ao cabo, essa alteração não apenas garantia a possibilidade de expansão da oferta de cursos de graduação como passava a permitir, de acordo com a lei, a abertura de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*. Também relevante, não citava mais a obrigação de validação dos diplomas de engenheiros por outra universidade federal indicada pelo Conselho Nacional de Educação, obrigação registrada na lei de 1969, que autorizara os primeiros cursos de Engenharia de Operações.

Ciente, então, de seu papel ampliado, o Cefet/MG verticalizou e capilarizou seu desenvolvimento. O Quadro 1 apresenta os cursos de graduação instalados desde 1972, organizados por ano de criação e câmpus de atividade.

QUADRO 1

Cursos de graduação ofertados pelo Cefet/MG (1972-2024)

Curso	Ano de criação	Câmpus
Engenharia de Operações (modalidades Elétrica e Mecânica)	1972	Belo Horizonte – Nova Suíça
Engenharia Industrial Mecânica	1979	Belo Horizonte – Nova Gameleira
Engenharia Elétrica	1979	Belo Horizonte – Nova Gameleira
Programa Especial de Formação Docente	1981	Belo Horizonte – Nova Gameleira
Tecnologia em Normalização e Qualidade Industrial (curso encerrado)	1995	Belo Horizonte
Engenharia de Produção Civil	1999	Belo Horizonte – Nova Gameleira
Tecnologia em Radiologia (curso encerrado)	1999	Belo Horizonte – Nova Suíça
Engenharia de Controle e Automação	2005	Leopoldina
Química Tecnológica	2006	Belo Horizonte – Nova Suíça
Engenharia de Automação Industrial	2006	Araxá
Tecnologia em Normalização e Qualidade Industrial (curso encerrado)	2007	Timóteo
Engenharia de Computação	2007	Belo Horizonte – Nova Gameleira
Administração	2007	Belo Horizonte – Nova Gameleira
Engenharia de Materiais	2008	Belo Horizonte – Nova Suíça
Engenharia Mecatrônica	2008	Divinópolis
Engenharia de Computação	2009	Timóteo
Engenharia Ambiental e Sanitária	2010	Belo Horizonte – Nova Suíça
Engenharia de Minas	2010	Araxá
Letras	2011	Belo Horizonte – Nova Suíça
Engenharia Civil	2012	Curvelo
Engenharia de Transportes	2014	Belo Horizonte – Nova Suíça
Engenharia Civil	2015	Varginha
Engenharia Elétrica	2015	Nepomuceno
Engenharia Metalúrgica	2017	Timóteo
Engenharia de Computação	2018	Divinópolis
Engenharia de Computação	2018	Leopoldina
Design de Moda	2019	Divinópolis
Arquitetura e Urbanismo	2023	Timóteo
Engenharia Química	2023	Contagem
Sistemas de Informação	2023	Varginha
Engenharia de Energia	2024	Curvelo

Fonte: Elaboração própria (2024).

Em 1979 teve início, também, a construção do prédio administrativo, previsto originalmente no projeto arquitetônico da Escola. Ao final da década de 1970, não era mais possível adiar sua construção, uma vez que a expansão das matrículas na Instituição demandava o espaço ocupado pela administração no prédio principal. Além de abrir espaço para mais salas de aulas e laboratórios, o novo edifício propiciaria melhor infraestrutura para o trabalho de gestão.

Com a transformação da antiga Escola Técnica em Centro Federal de Educação Tecnológica, os cursos de engenharia de operação foram extintos, sendo criados os cursos de Engenharia Elétrica e Mecânica em 1979. Na década de 1980, além de novos cursos técnicos, foi criada a licenciatura plena para a Formação de Professores de Disciplinas Técnicas e o Mestrado em Educação Tecnológica. A partir da década de 1990, a Instituição consolidou sua incursão na educação superior.

Em 1988, o Cefet/MG deu início ao Curso de Mestrado em Tecnologia, em convênio com a Universidade de Loughborough, na Inglaterra. Originalmente, compunha-se de duas áreas de concentração: Educação Tecnológica, em 1991; Sistemas Flexíveis de Produção, em 1993, alterada em 1996 para Sistemas Flexíveis de Produção para Manufatura Integrada por Computador. Essas áreas deram origem a dois novos cursos de mestrado em 2005. Houve, ainda, a oferta de cursos de especialização lato sensu na modalidade de extensão.

Na primeira década do século XXI, o Cefet/MG ampliou sua atuação na pós-graduação, aprimorando e diversificando seus cursos de mestrado. Para isso, também realizou parcerias: o Curso de Mestrado em Engenharia da Energia foi ofertado em associação ampla entre o Cefet/MG e a Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) entre os anos de 2008 e 2019, sendo extinto em 2022.

O Quadro 2 exibe informações sobre o curso, o câmpus e ano de fundação dos programas de pós-graduação.

QUADRO 2

Cursos de pós-graduação ofertados pelo Cefet/MG (2005-2024)

Programa	Curso	Ano de criação	Câmpus
Pós-Graduação em Educação Tecnológica	Mestrado	2005	Belo Horizonte -
	Doutorado	2023	Nova Gameleira
Pós-Graduação em Modelagem Matemática e Computacional	Mestrado	2005	Belo Horizonte -
	Doutorado	2012	Nova Gameleira
Pós-Graduação em Engenharia Civil	Mestrado	2007	Belo Horizonte -
	Doutorado	2017	Nova Gameleira
Pós-Graduação em Engenharia da Energia	Mestrado	2009	Belo Horizonte
Pós-Graduação em Engenharia Elétrica	Mestrado	2009	Belo Horizonte - Nova Gameleira
	Doutorado (convênio com a UFSJ)	2023	
Pós-Graduação em Estudos de Linguagens	Mestrado	2009	Belo Horizonte -
	Doutorado	2013	Nova Suíça
Pós-Graduação em Engenharia de Materiais	Mestrado	2010	Belo Horizonte - Nova Suíça
Pós-Graduação em Administração	Mestrado	2015	Belo Horizonte -
	Doutorado	2024	Nova Gameleira
Pós-Graduação Multicêntrica em Química	Mestrado	2016	Belo Horizonte - Gameleira
Mestrado Profissional em Matemática (Profmat)	Mestrado	2017	Belo Horizonte - Nova Gameleira
Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica	Mestrado	2019	Divinópolis
	Doutorado	2023	Divinópolis
Pós-Graduação em Engenharia de Minas	Mestrado Profissional	2019	Araxá Belo Horizonte Varginha
Pós-Graduação em Tecnologia de Produtos e Processos	Mestrado	2019	Belo Horizonte - Gameleira
Pós-Graduação em Engenharia Mecânica	Mestrado	2019	Belo Horizonte - Nova Gameleira
Pós-Graduação em Automação e Sistemas	Mestrado	2021	Leopoldina

Fonte: Elaboração própria (2024).

A participação em redes e parcerias continua sendo uma política institucional. O Cefet/MG é uma das 11 instituições que compõem o Programa de Pós-Graduação Multicêntrico em Química na qualidade de instituição associada. O Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (Profmat) é um programa de mestrado semipresencial na área de Matemática com oferta nacional. Formado por uma rede de

instituições de ensino superior, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes), é coordenado pela Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), com apoio do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa). O Cefet/MG participa do Profmat na qualidade de instituição associada. Já o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) é ofertado na modalidade semi-presencial pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT): Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica e o Colégio Pedro II, coordenado nacionalmente pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). O Cefet/MG participa do ProfEPT na qualidade de instituição associada. Essa articulação em redes se estende também internamente: O Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica (PPGEM) é multicâmpus na Instituição.

Tendo em vista que o Cefet/MG é uma instituição multicâmpus, ainda na década de 1980, atendendo a uma demanda da sociedade e visando levar seu projeto de educação mais amplo a outras localidades, o Cefet iniciou sua expansão para o interior do estado de Minas Gerais.

Em 1986, durante o governo de Sarney, foi instituído o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Técnico (Protec) no Brasil, com a proposta de criar 200 Unidades de Ensino Descentralizadas (Uneds). Contudo, esse propósito não se consolidou, visto que o Protec não cumpriu sua meta de expansão, limitando-se à implantação de menos de 25% do planejado, resultando na criação de apenas 47 unidades (Costa; Coutinho, 2018).

Dentre essas, três foram parte da expansão do Cefet/MG. Ou seja, como resultado dessa política, em 13 de março de 1987, foi implantado o Câmpus Leopoldina, o primeiro do Cefet/MG fora de Belo Horizonte/MG. Em 1992, foi inaugurado o segundo câmpus, na cidade de Araxá/MG, e, quatro anos depois, o câmpus em Divinópolis/MG, que foi criado em 1994, mas recebeu suas primeiras turmas em 1996.

Assim, ao final do século XX, o Cefet/MG contava com dois câmpus na capital mineira e três no interior do estado. Embora o Protec não tenha alcançado plenamente seus objetivos de expansão do ensino

técnico, o programa foi importante para essa Instituição, pois possibilitou o início da interiorização da educação profissional e tecnológica por meio de uma instituição pública, gratuita e de qualidade.

O Cefet/MG adentrou o século XXI com um total de 11 câmpus, dos quais cinco foram estabelecidos a partir de 2005. Esse processo de expansão institucional ocorreu durante o primeiro mandato do então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, marcando um período de intensificação das políticas públicas voltadas à educação profissional e tecnológica no Brasil.

A implementação dessa expansão foi conduzida pelo MEC, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), no âmbito do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEP). Esse plano objetivava a ampliação e o fortalecimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Técnico e Tecnológico, no intuito de aumentar a oferta de educação profissional de qualidade e acessível a um número maior de brasileiros.

O crescimento do Cefet/MG, impulsionado pelo Plano de Expansão da RFEP, reflete um compromisso com a democratização do acesso ao ensino técnico e tecnológico, bem como sua função social prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Cefet/MG. Esta abrange a promoção de uma “educação tecnológica de excelência, inclusiva e integral, entendida como um conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento das múltiplas capacidades humanas, incluindo as dimensões cognitivas, afetivas, sociais e físicas” (Cefet/MG, 2022, p. 13). O processo de expansão não apenas ampliou as oportunidades educacionais, mas também contribui para a formação de sujeitos críticos e autônomos, qualificados para o trabalho e capazes de exercer seus direitos e deveres sociais de forma ética e responsável (Cefet/MG, 2022).

Dessa forma, o Cefet/MG promove uma interação socioeducacional que abrange a formação dos estudantes e a sociedade contemporânea, possibilitando o desenvolvimento socioeconômico das regiões atendidas pelos diversos câmpus. Ao mesmo tempo, o Cefet/MG prepara profissionais capazes de refletir criticamente sobre suas práticas e de contribuir para uma sociedade mais justa e sustentável, integrando ciência, técnica e tecnologia em sua formação.

Essa abordagem integrada busca alinhar a educação e o mundo do trabalho sem perder de vista a importância da formação de sujeitos críticos, autônomos e éticos.

Esse processo de expansão somente foi possível após a revogação da Lei n. 11.195, de 18 de novembro de 2005, que proibia a criação de novas unidades de ensino profissional na esfera pública federal, estipulada pela Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994. O processo de expansão dos câmpus do Cefet/MG exige revisitar o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), instituído em 24 de novembro de 1997 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse programa foi viabilizado por um contrato de crédito no valor de US\$ 250 milhões entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Brasil, 2003). Entre os cinco câmpus implantados neste século, Timóteo e Nepomuceno foram estabelecidos em decorrência de convênios assinados como resultado do Proep.

O primeiro câmpus resultante do processo de expansão foi o Centro de Educação Tecnológica (CET) na cidade de Timóteo, estabelecido por meio de uma cooperação técnica entre o Cefet/MG e a Prefeitura Municipal de Timóteo, iniciada em 1998. Em Nepomuceno, o Centro de Educação Profissional do Sul de Minas (Ceprosul) foi criado em 2002 e mantido pela Fundação Monsenhor Luiz de Gonzaga. O convênio que viabilizou o câmpus foi formalizado entre o Cefet/MG, o MEC/FNDE e a fundação mantenedora do Ceprosul.

Nesses convênios, competia ao Cefet/MG a responsabilidade pela coordenação didático-pedagógica e pela orientação administrativa dessas instituições. Os arranjos organizacionais do CET e do Ceprosul apresentavam características ambíguas, pois envolviam três segmentos de servidores: parte do Cefet/MG, parte da prefeitura municipal e parte do segmento privado, visto que, à exceção dos bolsistas, os alunos pagavam para estudar nessas instituições. Essa configuração gerava desconforto entre os professores em razão das disparidades nos planos de carreira e nos salários mensais (Costa, 2016).

Esse processo causou, no final de 2006, a federalização das duas Escolas conveniadas pelo Proep – Timóteo e Nepomuceno – e a criação do câmpus em Varginha, com início das atividades previsto para 2007. Ao contrário dos câmpus de Timóteo e Nepomuceno, que tinham

recursos físicos e humanos, o câmpus de Varginha necessitou de uma infraestrutura completa para sua instalação. Esses três câmpus são referentes à Fase I do processo de expansão das Escolas de Educação Profissional e Tecnológica da Rede Federal.

Na Fase II foram inaugurados os câmpus de Curvelo e Contagem, implantados por meio da chamada pública de propostas para apoio ao plano de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica (Brasil, 2007). Assim sendo, em 2010 iniciaram-se as atividades no Câmpus Curvelo e em 2012 no Câmpus Contagem.

O Câmpus Contagem começou de forma provisória em um prédio cedido pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), devido a contratempos contratuais com a empresa responsável pela construção no terreno de 78.437,5 metros quadrados, doado pela Prefeitura de Contagem. Portanto, somente a partir de 2020 as atividades foram transferidas para o novo endereço, em sede própria do Cefet/MG.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) nos novos câmpus seguiram as diretrizes das diretorias especializadas da Instituição, assegurando a uniformidade e a qualidade na formação oferecida. Os cursos diurnos eram ofertados na forma integrada, combinando a formação geral, correspondente ao ensino médio, com a formação técnica/profissional em uma única matriz curricular destinada aos egressos do 9º ano do ensino fundamental.

É importante ressaltar que a escolha dos cursos técnicos a serem ofertados nos câmpus foi determinada pelas demandas de desenvolvimento econômico regionais. Por conseguinte, cada câmpus foi orientado a desenvolver cursos específicos que atendiam às necessidades regionais. Por exemplo, o câmpus em Divinópolis é o único a ofertar o Curso Técnico em Produção de Moda, enquanto o câmpus em Timóteo é o único a ofertar o Curso Técnico em Metalurgia.

Portanto, observa-se que a implantação desses câmpus reflete o compromisso do Cefet/MG em atender às demandas regionais de formação humana integrada, promovendo o desenvolvimento econômico e social nas áreas em que está presente.

QUADRO 3

Expansão dos câmpus do Cefet/MG

1972	Câmpus Nova Gameleira – Belo Horizonte
1987	Câmpus Leopoldina
1992	Câmpus Araxá
1994	Câmpus Divinópolis
1998	CET Timóteo (câmpus em 2006)
2006	Câmpus Varginha
2006	Câmpus Nepomuceno
2010	Câmpus Curvelo
2012	Câmpus Contagem

Fonte: Elaboração própria (2024).

A década de 2000 foi marcada também por amplas reformas no modelo de organização institucional do Cefet/MG. Em 2003, com a aprovação pelo Conselho Diretor do Regulamento Geral dos Colegiados, avançou-se na proposta de democratização dos processos decisórios, com mais representatividade da comunidade interna. Criou-se, também, o Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação, pretendendo sustentar a ampliação e diversificação dos cursos que ocorriam na Instituição, bem como fomentar um ambiente que aprofundasse a importância da pesquisa dentro do Cefet/MG. Nesse mesmo ano, formou-se o Conselho de Extensão, a fim de aprofundar a relação da Instituição com a comunidade, compartilhando sua produção científica e estabelecendo com ela um diálogo profícuo. No ano de 2006, organizou-se uma Comissão Estatuinte, que apresentou ao MEC a proposta de Estatuto do Cefet/MG em junho de 2008.

Adequando a Instituição ao perfil delineado pelos trabalhos da Comissão Estatuinte e dos debates por ela promovidos, o Conselho Diretor alterou, em 2006, a denominação do Conselho de Ensino para Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe). Como em outros momentos da história da Instituição, essa mudança de nomes representou uma alteração nas propostas para o Cefet/MG; nesse caso, com o reconhecimento da indissociabilidade das três esferas de atuação.

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais esteve sempre voltado para a formação de cidadãos e profissionais qualificados para atuar no mundo do trabalho, sendo amplamente reconhecido pela

excelência de formação nas áreas tecnológicas e na pesquisa aplicada, assim como pela qualidade dos egressos de seus cursos técnicos, de graduação, de mestrado e de doutorado. Em sua história centenária, firmou-se como instituição de ensino pública, gratuita, laica, de qualidade, inclusiva e democrática, reconhecendo e valorizando as diversidades, os contextos e as especificidades individuais, locais e regionais, orientando-se a partir de questões humanísticas, sociais e ambientais. Alicerçou seu ensino na relação teoria-prática e no uso de ferramentas tecnológicas, integrando trabalho, ciência, cultura, arte e esporte para formar cidadãos críticos e capazes de transformar o mundo em que vivem.

Como resultado desses mais de 100 anos, e trabalhando para ampliar ainda mais sua atuação, o Cefet/MG conta hoje com docentes da carreira EBT-T e do magistério superior, com 99% de mestres ou doutores, sendo quase 70% de doutores, além de um quadro de técnicos administrativos altamente qualificado, com mais de 40% de mestres ou doutores. Além dos vários cursos técnicos de nível médio – a maior parte deles nas áreas industriais e de tecnologia da informação –, a Instituição conta com 28 cursos de graduação. Em 2024, o Cefet/MG é a maior escola de engenharia de Minas Gerais, com oferta de mais de 1.200 vagas em seus 21 cursos de engenharia, com índice de empregabilidade de egressos em torno de 70% em 2023. De acordo com o Índice Geral de Cursos (IGC), formulado pelo Inep (2024), para o ano de 2022, o Cefet/MG é a 31ª instituição entre as 110 instituições federais de ensino (universidades e Institutos Federais).

Na pós-graduação, o Cefet/MG oferta sete cursos de doutorado e 14 cursos de mestrado, com vagas nos campi em Araxá, Belo Horizonte, Divinópolis, Leopoldina e Timóteo. As atividades de pesquisa estão consolidadas e em franca expansão com o aumento e crescimento dos programas de pós-graduação. Atualmente, os pesquisadores do Cefet/MG participam dos editais de fomento de maneira ativa, com expressiva captação de recursos, compondo também comitês de assessoramento nas agências federais e estadual de fomento.

Ademais, a Instituição conta com várias equipes de competição, empresas juniores registradas, programa de incubação da Nascente (incubadora de empresas do Cefet/MG), projetos de inovação e transferência tecnológica, grupos de arte e cultura, bem como ações de extensão comunitária nas diferentes regiões onde atua. No campo da internacionalização,

a Instituição tem acordos de cooperação interinstitucionais trabalhando nos fluxos internacionais inbound (entrada) e outbound (saída), com ações de mobilidade com discentes de graduação há mais de 20 anos – e, a partir dos últimos anos, com acordos de cotutela de doutorado e projetos de pesquisa internacionais com financiamento. Na atualidade, mantém convênios que promovem atividades de cooperação efetivas com 31 instituições em oito países.

Essa atuação, consolidada nos últimos 30 anos, materializa os traços mais definitivos de sua identidade atual: ensino com ênfase na ciência aplicada e na educação tecnológica, consolidação da pesquisa e da extensão comunitária, com orientação para a pesquisa aplicada, a inovação e a transferência de tecnologias para a sociedade, forte responsabilidade social e forte vínculo com as comunidades locais e regionais, com o setor produtivo e com os serviços públicos.

Nesse processo – e como parte da afirmação dessa identidade –, no final da década de 1990, a Instituição passou a discutir sua transformação em universidade tecnológica, com a criação de um Grupo Especial de Trabalho pelo seu Conselho Diretor em 1998. A partir de então, e ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, foram realizados debates, audiências públicas, seminários e simpósios nacionais sobre a conversão em universidade tecnológica; e, em 2006, foi protocolado no MEC o projeto de transformação do Cefet/MG em Universidade Tecnológica Federal de Minas Gerais (UTFMG). Essa demanda histórica começou a ganhar mais dimensão no segundo semestre de 2023, com a proposição de projeto de lei federal nesse sentido. O projeto de UTFMG em questão preserva a nossa característica fundamental – a de ser uma instituição tecnológica que propicia um ensino verticalizado de excelência e oportuniza o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade aos estudantes de cursos técnicos, graduação, mestrado e doutorado. Além disso, e principalmente, reforça e aumenta nossa atuação no estado de Minas Gerais, proporcionando a implantação de uma universidade especializada, de perfil tecnológico, ampliando a autonomia acadêmica institucional e gerando mais desenvolvimento científico e tecnológico para o Brasil.

A conversão do Cefet/MG em universidade tecnológica, ao mesmo tempo que reconhece sua identidade e seu modelo de instituição, promoverá condições apropriadas para seu aperfeiçoamento, fortalecendo sua atuação,

especialmente em temas cruciais como o processo de reindustrialização, a adaptação das cidades às mudanças climáticas e a transição energética, entre outros, que podem ampliar as oportunidades para nossos jovens e contribuir para o desenvolvimento do Brasil e de Minas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, 26 set. 1909. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/589450> Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL. Regulamento do Decreto n. 9.070, de 25 de outubro de 1911. Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, 27 out. 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 29 jul. 2024

BRASIL. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria, Comércio, dr. Pedro de Toledo, em 1912*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912. v. 1. Disponível em: <https://bit.ly/3NsbCYI>. Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. *O ensino profissional no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1940.

BRASIL. Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, 17 fev. 1959. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3552-16-fevereiro-1959-354292-norma-pl.html> Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei n. 547, de 18 de abril de 1969. Autoriza a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília/DF, 22 abr. 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0547.htm Acesso em: 4 jul. 2024.

BRASIL. Decreto n. 75.079, de 12 de dezembro de 1974. Dispõe sobre a organização das Escolas Técnicas Federais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília/DF, 12 dez. 1974. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d75079.htm Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL. Lei n. 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília/DF, 4 jul. 1978. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6545-30-junho-1978-366492-norma-pl.html> Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL. Educação profissional “Concepções, experiências, problemas e propostas”. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2003, Brasília/DF. *Anais* [...]. Brasília/DF: MEC, 2003.

BRASIL. *Chamada pública MEC/SETEC n. 1/2007*. Brasília/DF: MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_chamadapublica.pdf Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. *Expansão da Rede Federal*. Brasília/DF: MEC/Setec, c2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal> Acesso em: 10 jul. 2024.

CEFET/MG (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais). Arquivo Histórico do Cefet/MG. *Histórico da implantação dos cursos de Engenharia de Operação da ETFMG – “Lutas que se identificam”*. Belo Horizonte: Cefet/MG, 1975.

CEFET/MG (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais). Arquivo Histórico do Cefet/MG. *Escola Técnica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Cefet/MG, [194-].

CEFET/MG (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais). Arquivo Histórico do Cefet/MG. Gabinete do Diretor. *Aviso 24/65*. Belo Horizonte: Cefet/MG, [196-].

CEFET/MG (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027*. Belo Horizonte: Cefet/MG, 2022. Disponível em: https://www.cefetmg.br/wp-content/uploads/2023/02/PDI_2023_2027_Final_diagramado.pdf Acesso em: 29 jul. 2024.

COSTA, M. A. *Políticas de Formação Docente para a Educação Profissional: realidade ou utopia?* Curitiba: Appris, 2016.

COSTA, M. A.; COUTINHO, E. H. L. Educação profissional e a reforma do ensino médio: Lei n. 13.415/2017. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1633-1652, 2018.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). *Indicadores de Qualidade da Educação Superior*. Brasília: Inep, 2024. Disponível

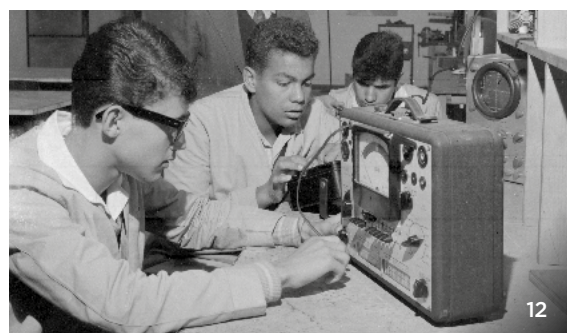
em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior> Acesso em: 28 jul. 2024.

LEAL, A. C. F. Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura Indústria e Comércio, Dr. Pedro de Toledo, pelo diretor da Escola*. Belo Horizonte: Typographia Commercial, 1911.

MONTOJOS, F. *Carta para o Ministro Gustavo Capanema*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1939.

TAVARES, F. L. F. “*Não quero ser professora*”: o Curso Técnico de Química da Escola Técnica Federal de Minas Gerais (EFTMG) como alternativa ao magistério. Belo Horizonte: Clube de Autores, 2017.







DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Prédio da Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, localizada na Avenida São Francisco (atual Olegário Maciel), em Belo Horizonte/MG no ano de 1925 | Fonte: Acervo institucional do Cefet/MG Memória.
- 02 Estudantes da Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais em 1939 | Fonte: Acervo particular do professor Luiz Gabriel Campos/Acervo institucional do Cefet/MG Memória.
- 03 Estudantes na frente do prédio da Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais em 1939 | Fonte: Acervo institucional do Cefet/MG Memória.
- 04 Nova sede da Escola na Avenida Augusto de Lima (atual Instituto São Rafael) em Belo Horizonte/MG em 1939 | Fonte: Acervo institucional do Cefet/MG Memória.
- 05 Estudantes da Escola Técnica de Belo Horizonte em desfile de instituições educacionais no Dia da Independência do Brasil em 1950 | Fonte: Acervo institucional do Cefet/MG Memória.
- 06 Estudantes no auditório da Escola Técnica de Belo Horizonte em 1957 | Fonte: Acervo institucional do Cefet/MG Memória.
- 07 Construção da nova sede da Escola Técnica de Belo Horizonte, localizada na Avenida Amazonas, no Bairro Nova Suíça provavelmente em 1958 | Fonte: Acervo institucional do Cefet/MG Memória.
- 08 Inauguração da nova sede da Escola Técnica Federal de Minas Gerais, com a presença do então presidente, Juscelino Kubitschek, em 1958 | Fonte: Acervo institucional do Cefet/MG Memória.
- 09 Prédio da nova sede da Escola Técnica Federal de Minas Gerais, localizada na Avenida Amazonas, em 1959 | Fonte: Acervo institucional do Cefet/MG Memória.
- 10 Estudantes trabalhando com torno na Oficina de Mecânica na Escola Técnica Federal de Minas Gerais em 1960 | Fonte: Acervo institucional do Cefet/MG Memória.
- 11 Estudantes manuseando uma perfuradeira na Oficina de Mecânica na Escola Técnica Federal de Minas Gerais em 1960 | Fonte: Acervo institucional do Cefet/MG Memória.
- 12 Estudantes na Oficina de Eletrotécnica na Escola Técnica Federal de Minas Gerais provavelmente em 1960 | Fonte: Acervo institucional do ARQMI/Cefet/MG.
- 13 Estudantes no Laboratório de Eletrônica no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais | Fonte: Acervo institucional do Cefet/MG Memória.
- 14 Fachada do Câmpus Nova Gameleira, que abrigava a unidade de ensino superior do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, provavelmente no ano de 1980 | Fonte: Acervo institucional do Cefet/MG Memória.
- 15 Tabela periódica na fachada do Câmpus Nova Suíça do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, em homenagem aos 150 anos da tabela periódica em 2019 | Fonte: Acervo institucional da Secom/Cefet/MG (fotografia de Júlio Sardinha).

AS ORIGENS DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

UMA INSTITUIÇÃO EM TRANSFORMAÇÃO

RAFAEL BARRETO ALMADA¹

MARCUS VINÍCIUS PEREIRA²

ALESSANDRA CIAMBARELLA PAULON³

IGOR DA SILVA VALPASSOS⁴

CONTEXTO HISTÓRICO DAS ORIGENS DE UM INSTITUTO FEDERAL

A história da educação profissional no Brasil se insere no projeto mais amplo do contexto histórico-cultural, social, econômico e político

1 Doutor em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professor do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e foi reitor no período 2018/2026. Atua na educação profissional e tecnológica e no diálogo de desenvolvimento e inovação na área de Química, com ênfase em Química Analítica Ambiental, sustentabilidade, controle ambiental, tratamento efluentes e reuso. E-mail: rafael.almada@ifrj.edu.br

2 Doutor em Educação em Ciências e Saúde pela UFRJ, atua como professor titular do IFRJ, onde exerce a função de pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Pesquisa a produção e a recepção audiovisual, o papel de atividades prático-experimentais, tecnologias e metodologias ativas no ensino de ciências, além do papel da formação na pós-graduação em ensino, em particular a modalidade profissional de mestrado e doutorado e o desenvolvimento de produtos ou processos educacionais. E-mail: marcus.pereira@ifrj.edu.br

3 Doutora em História Social pela UFRJ, atua como professora do IFRJ, onde exerce a função de pró-reitora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Pesquisas nas áreas de história do tempo presente, história do Brasil, história da educação e políticas e gestão da educação profissional. E-mail: alessandra.paulon@ifrj.edu.br

4 Especialista em Gestão Pública e graduado em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes, além de especialista em Finanças pelo IBMEC, atua como técnico-administrativo em educação do IFRJ, onde exerce a função de pró-reitor de Planejamento e Administração. Pesquisa na área de Gestão Pública. E-mail: igor.valpassos@ifrj.edu.br

da nação. Mais do que isso, tem em sua origem a própria concepção de trabalho e cidadania que se inserem na cultura política nacional, sobretudo desde a chegada dos portugueses à América. Circunscrevendo esse texto ao momento histórico que marca os antecedentes e a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), cumpre fazer um painel geral da construção da concepção de trabalho na sociedade brasileira, desde os primórdios, de forma sintética, para, então, apresentar as condições sócio-históricas e políticas pelas quais passava o Brasil no momento nacional em que se insere a educação profissional quando da criação do IFRJ.

A história da educação profissional no Brasil tem sua gênese no período colonial (1500-1822) e está intimamente ligada à qualificação do trabalho manual como uma atividade fundamental para a economia, mas ainda de menor valor, executada especialmente por pessoas escravizadas e setores mais pobres da sociedade, pouco sistematizada enquanto política e pautada nas experiências e nas técnicas necessárias ao trabalho braçal, essencialmente agrícola. Em contrapartida, consolidava-se, no Brasil, especialmente a partir do século XIX, a “cultura bacharelesca”, sobretudo no processo de construção da identidade nacional brasileira. Assistimos, nessa época, à construção do dualismo educacional, em que temos as “escolas das letras e da ciência” voltada para as futuras elites nacionais e as “escolas dos trabalhadores” destinadas aos trabalhadores braçais e seus filhos.

Essa cultura atravessou a transição do Período Colonial para o Imperial (1808-1889), tendo seu primeiro movimento no caminho de uma organização enquanto política pública a partir da presença da Corte Portuguesa no Brasil (1808-1821). Nesse momento, ao mesmo tempo que se criaram as primeiras instituições de ensino superior na então colônia (como as Escolas de Cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro, em 1808), simultaneamente tem-se a criação do primeiro Colégio das Fábricas (1809), voltado à educação de “artistas e aprendizes”. Destaca-se, porém, que o Colégio das Fábricas manteve sua condição de educação de “segunda categoria”, circunscrita aos setores sociais mais baixos, ora como uma forma de “educar os trabalhadores manuais”, ora como uma espécie de educação compensatória aos menos desvalidos.

Foi a partir do início do século XX, com a Proclamação da República Brasileira em 1889, que assistimos ao efetivo delineamento de uma educação profissional estritamente ligada ao desenvolvimento técnico-industrial que se inicia no Brasil. Já nos governos de Afonso Pena (1906-1909) e Nilo Peçanha (1909-1910), o foco na profissionalização dos operários das recém-implantadas indústrias ganhou destaque com a incorporação da gestão da educação profissional ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, gestão focada na criação de “oficinas escolares” que habilitassem os jovens ao “manuseio de instrumentos de trabalho”, com destaque especial para a criação da Escola Prática de Aprendiz das Oficinas de Engenho de Dentro (1906).

É consenso que a incorporação definitiva da educação profissional como uma política de Estado acontece com a chegada de Nilo Peçanha à presidência da República Brasileira (1909-1910). Já tendo criado, ainda como governador do Rio de Janeiro, quatro Escolas Profissionalizantes,⁵ quando assume como presidente do Brasil e com a aprovação do Decreto Presidencial n. 7.566/1909, Nilo Peçanha criou as primeiras 19 Escolas de Aprendiz e Artífices (EAAs), em diferentes unidades federativas, que, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, eram responsáveis pelo “ensino profissional, primário e gratuito” (Brasil, 1909). Ainda que representassem um avanço significativo, cumpre destacar que as EAAs seguiam a tradição da cultura educacional voltada para uma formação profissional articulada aos “cursos das primeiras letras” aos estudantes, com currículos flexíveis e, por vezes, secundarizados, em função da prioridade de currículos fortemente tecnicistas e focados no trabalho manual, com políticas pedagógicas essencialmente assistencialistas, perpetuando a lógica do ensino atrelado à formação para o trabalho, com foco no atendimento das classes desfavorecidas.

Nesse sentido, o ensino técnico apresentava-se como apêndice do sistema educacional brasileiro, este último de formação puramente propedêutica. Por outro lado, tratava-se de acompanhar a própria lógica

⁵ Utiliza-se, neste início, a denominação profissionalizante que remete à qualificação de mão de obra, ainda que defendamos o conceito de educação profissional que tem o trabalho, a ciência, a cultura, e as humanidades como princípios educativos.

capitalista que se consolidava em definitivo na economia nacional, especialmente por meio de uma visão industrialista de desenvolvimento, que exigia da classe trabalhadora nacional, recém-saída da lógica escravocrata e buscando construir uma identidade trabalhadora livre e assalariada, a formação técnico-profissional como estratégia de inserção em um mercado de trabalho que cada vez mais incorporava a ideia de progresso mediante o crescimento industrial. Esse processo ganhou ainda mais força durante a chamada Era Vargas (1930-1954). Tendo como mote o fortalecimento do Estado, o desenvolvimento da indústria nacional e a valorização da figura do trabalhador-cidadão, foi no governo de Getúlio Vargas, em especial na sua primeira fase (1930-1945), que tivemos avanços significativos, especialmente a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho, que, finalmente, reconheceu os direitos sociais dos trabalhadores e promoveu a aprovação de uma série de mudanças nas políticas educacionais, com especial destaque para a obrigatoriedade e gratuidade da educação primária.

No que tange à educação profissional, estabeleceram-se normas específicas definindo o “ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas” como “matéria de educação” e “primeiro dever de Estado”. Além disso, a oferta foi organizada mediante subsídios do Estado para a fundação de “institutos de ensino profissional” por “iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais”, tornando obrigatória, para as indústrias e os sindicatos, a criação de Escolas de Aprendizizes “destinadas aos filhos dos operários ou dos associados” (Brasil, 1937). A partir disso, as então EAAs converteram-se nos chamados Liceus Industriais, que passaram a compor a Rede Federal de Ensino Industrial, por meio do Decreto-Lei n. 4.127/1942, chamada Reforma Capanema (Brasil, 1942b). Nessa reforma, entre outros destaques, temos a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e a organização do ensino industrial, lançando as bases do que se institucionalizaria como educação profissional no Brasil: articulação entre os ensinos profissional e propedêutico; formação para o trabalho em consonância às demandas do mercado, mas procurando promover a educação humanista do próprio trabalhador (ainda que sob o viés do civismo); priorização da formação de jovens e adultos não detentores de nenhuma habilitação;

formação continuada dos já diplomados e o aperfeiçoamento ou especialização dos profissionais (Brasil, 1942b).

Já nos anos 1950, diante do crescente desenvolvimento industrial, em especial com a entrada maciça das multinacionais, as exigências advindas de um parque industrial cada vez mais complexo reverberou na organização de uma educação profissional que não mais se restringia à formação básica primária ou secundária. Com a promulgação da Lei n. 1.076/1950, ficava autorizada a matrícula de estudantes oriundos do ensino profissionalizante no ensino superior, desde que com comprovada proficiência (Brasil, 1950). Ainda em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas ganhavam status de autarquias, tendo garantidas sua autonomia didático-pedagógica e administrativa e sendo rebatizadas de Escolas Técnicas Federais posteriormente.

Nos anos 1960, período complexo da história nacional, há um avanço fundamental para a educação nacional: após uma década de debates, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1961). Nela, o ensino técnico equiparava-se ao ensino propedêutico – o chamado “ensino técnico-científico” –, apontando para a possível superação da dualidade “educação dos pobres *versus* educação das elites”, traço histórico da educação brasileira. No entanto, no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), assistimos ao retrocesso dos avanços e conquistas, mediante a aprovação de reformas sociais, políticas e educacionais, de cunho autoritário e ditatorial. Destacou-se a aprovação de uma nova LDB (Brasil, 1971), tornando obrigatória a oferta de ensino profissional em articulação com o então ensino de 2º grau, de cunho propedêutico, transformando a formação técnica em um arremedo da formação geral. No mesmo período, mais especificamente em 1978, temos a conversão de Escolas Técnicas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), dotados de uma forma de articulação entre formação geral e formação técnica completamente desintegrada. Foi com o processo de redemocratização do país e a retomada da Nova República (1985-dias atuais) que o Brasil e sua política educacional ganharam novos caminhos, ora avançados, ora conservadores, ao balanço dos governos que se estabeleceram no período. Ainda que o Brasil tenha aprovado a Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, uma nova LDB (Brasil, 1996), foram inúmeros os dispositivos jurídicos que buscaram ora separar ora integrar o ensino profissional ao ensino

propedêutico. Se, por um lado, ambas as legislações incorporaram a formação para o trabalho como uma das principais finalidades da educação nacional; por outro, essa formação constituiu-se por vezes descolada das demais finalidades previstas, quais sejam: a formação para a cidadania e para a continuidade dos estudos.

Assim, nos anos 1990, no bojo da reestruturação socioeconômica de cunho neoliberal, promovida especialmente durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), assistia-se à implantação do Decreto n. 2.208/1997, que inviabilizava a integração da formação profissional ao ensino médio, ao mesmo tempo que dava maior abertura à oferta da educação profissional por parte da iniciativa privada (Brasil, 1997). Esse Decreto, que atingiu diretamente a perspectiva de uma formação integrada e integral do estudante, previamente estabelecida pela Constituição Federal de 1988, só seria revogada já no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011 e 2023-dias atuais), mediante a aprovação do Decreto n. 5.154/2004 (Brasil, 2004). Aliás, foi exatamente com a chegada de Lula à Presidência da República que a educação profissional se tornou uma das pautas centrais do governo federal. Assistimos à expansão da então Rede Federal de Educação Profissional, especialmente para o interior do Brasil, associada à sua reorganização pelo Decreto de 2004 (Brasil, 2004), que retoma a possibilidade de articulação entre o ensino técnico e o ensino médio, não de forma somativa, mas sob o viés da integração, constituindo aquilo que chamamos de ensino médio integrado.

Em 2008, o Brasil assiste ao grande salto de qualidade da educação profissional: a promulgação da Lei n. 11.892/2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Sob uma nova institucionalidade, os IFs assumem uma múltipla missão: interiorizar a educação profissional, prioritariamente sob a forma integrada ao ensino médio; ampliar a oferta de cursos superiores de tecnologia e de licenciaturas, como estratégia de verticalização de ensino; e avançar em programas e processos de certificação e qualificação profissional, sempre com foco na educação de jovens e adultos trabalhadores, historicamente marginalizados dos direitos constitucionais à educação e ao trabalho. Nos anos subsequentes, novos governos, comprometidos com a expansão da educação profissional e da Rede Federal de Educação Profissional,

Científica e Tecnológica (RFEPCT), apostaram em inúmeros programas de governo que buscavam consolidar esse movimento. Destacamos aqui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), em 2005, e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em 2011, entre outros.

No entanto, novo revés é experimentado pela política nacional a partir de 2016, quando um golpe de Estado retira da presidência da República, mediante um *impeachment*, a presidente eleita Dilma Rousseff (2011-2016), sucedida pelos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022). Entre os anos de 2017 e 2022, as políticas nacionais voltadas para a educação no Brasil foram caracterizadas por uma abordagem que enfatizou valores tradicionais e conservadores, com maior fiscalização das práticas pedagógicas e dos conteúdos abordados nas escolas. Essas políticas geraram debates sobre a influência de ideologias na orientação da educação nacional. No que tange à educação profissional, verifica-se um esvaziamento do seu potencial politécnico e de formação humana, mediante ações, leis e programas governamentais voltados exclusivamente para o treinamento técnico e a inserção domesticada dos trabalhadores na chamada “Indústria 4.0”.

Em 2022, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil. A partir de 2023, a educação profissional voltou a ser uma das principais prioridades do governo, com novos investimentos para a expansão e consolidação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Esses esforços culminaram, em março de 2024, com o anúncio da criação de 100 novos câmpus dos Institutos Federais (IFs) por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A ORIGEM MAIS ANTIGA: COLÉGIO AGRÍCOLA NILO PEÇANHA

Compreender a história institucional do IFRJ perpassa pela sua longa jornada e importância no cenário educacional e industrial brasileiro ao longo de diversos modelos institucionais e propostas para a educação profissional. A trajetória da educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil deve ser analisada sob a ótica das transformações socioeconômicas do país. Desde a criação das primeiras instituições de ensino profissional no início do

século XX, a evolução da EPT revela um compromisso com a formação de uma força de trabalho qualificada, promovendo a inclusão social. Em 1909, o Brasil apresentava uma economia fortalecida e sustentada pela produção e exportação do café, demarcando sua vocação e desenvolvimento com base na agroexportação. Nesse sentido, a edição do Decreto n. 7.566/1909, que cria as Escolas de Aprendizes Artífices, nos mostra o embrião do que será a futura RFEPCT. A criação dessas Escolas destinava-se a educar os filhos dos desfavorecidos da fortuna (Brasil, 1909). Essa estratégia de governo buscava manter um controle social e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento incipiente do país, sobretudo por meio do desenvolvimento das capitais.

É nesse contexto que temos a criação do Colégio Agrícola Nilo Peçanha (Canp), fundado em 1910, uma das instituições mais antigas de educação agrícola no Brasil. Localizado no município de Pinheiral, no estado do Rio de Janeiro, foi criado com o objetivo de formar profissionais capacitados para atuar no setor agrícola, respondendo à demanda por uma educação voltada para o desenvolvimento rural e para a modernização das práticas agrícolas no país. Ao longo dos anos, o Canp se consolidou como um centro de excelência no ensino agrícola, desenvolvendo projetos de extensão que beneficiaram pequenos produtores rurais e promoveram o desenvolvimento sustentável da região.

A história desse colégio está profundamente ligada às transformações no ensino agrícola e ao desenvolvimento da educação profissional no Brasil. Por meio do Decreto n. 7.622/1909, foi criado, pelo Ministério da Agricultura, o Posto Zootécnico Federal na sede da fazenda de Pinheiro, para funcionar como instituição de ensino essencialmente prático, que recebia alunos para divulgação de conhecimentos zootécnicos – tal marco torna o câmpus centenário. O Decreto n. 8.366/1910 estabeleceu as normas de funcionamento do Posto Zootécnico Federal de Pinheiro e da Escola por meio da então chamada Escola Média de Agricultura, com a função de ministrar cursos de Zootecnia, Veterinária e Indústria de Laticínios. Com a fusão da Escola de Agricultura anexa ao Posto Zootécnico Federal, da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e Escola Média da Bahia, em 1916, foi criada a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, que formou a primeira turma de médicos veterinários, transferida para Niterói em 1918. Um Patronato Agrícola funcionou, até o início dos anos 1930, em anexo ao Posto Zootécnico, que oferecia aos “menores desvalidos” os cursos primário e profissional, de acordo com o Decreto n. 13.706/1919.

O Canp foi uma das primeiras Escolas Agrícolas do Brasil e desempenhou um papel importante na formação de profissionais qualificados para a indústria agrícola, fortalecendo o modelo agroexportador e o desenvolvimento de tecnologias para o campo. Já em 1927, com o Decreto n. 5.241/1927, editado pelo presidente Washington Luís, tornou-se obrigatório o ensino profissional nas escolas primárias mantidas pela União, reforçando a busca pela qualificação profissional em uma estratégia de desenvolvimento nacional. Entretanto, com a crise internacional de 1929 e a constante deterioração dos termos de troca do Brasil, houve uma busca cada vez mais intensa por uma industrialização de base, assim como uma busca por alternativas comerciais para o país.

Com a Revolução de 1930, o Brasil iniciou uma série de reformas na estrutura do Estado e do arcabouço jurídico, que, somados a uma deterioração cada vez maior do preço internacional do café, levou o país a um processo de industrialização já na segunda metade da década. Neste sentido, a Constituição de 1937 (Brasil, 1937), promulgada pelo governo de Getúlio Vargas, enfatizou a educação profissional e industrial. A criação do Senai, em 1942, foi uma resposta à necessidade de formar trabalhadores especializados para a indústria. O Decreto-Lei n. 4.073/1942 (Brasil, 1942a), que estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, estruturou a Rede Federal de Ensino Industrial, estabelecendo dois ciclos de ensino: básico e técnico. O Ensino Agrícola sofreu mudanças significativas após a Revolução de 1930, entre elas as relativas ao ensino primário. Uma das medidas foi a organização de apenas um modelo para o ensino primário agrícola, com a transformação dos patronatos em Aprendizados, chegando a dez o número total, distribuídos em vários estados, entre eles o Rio de Janeiro. Em 1934, foi criado o Aprendizado Agrícola do Rio de Janeiro, no município de Campos, transferido para o município de Vassouras, no mesmo estado, e, posteriormente, para o quilômetro 47 da Rodovia Rio-São Paulo, passando a denominar-se Aprendizado Agrícola Nilo Peçanha ao ser transferido para a Vila de Pinheiro, nas instalações da antiga Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, oferecendo cursos regulares e cursos supletivos de diferentes modalidades sobre Agricultura, Zootecnia e Indústrias Rurais e, como complemento à educação especializada, práticas de trabalho em madeira, ferro e couro.

Esse conjunto de reformas e mudanças na estrutura educacional do país foi denominado em referência ao então ministro da Saúde e Educação,

Gustavo Capanema. A Reforma Capanema reorganizou o ensino secundário e técnico, estabelecendo uma estrutura mais formal e sistemática para o sistema educacional do país. Ela dividiu o ensino secundário em dois ciclos: o ginasial e o colegial, este último preparando os estudantes para o ingresso no ensino superior. Além disso, fortaleceu o ensino técnico, visando atender às necessidades da industrialização emergente no Brasil. Essa reforma foi para modernizar e expandir a educação no país, preparando uma mão de obra mais qualificada para os desafios econômicos da época, em uma perspectiva de desenvolvimento humano e de cidadania para o trabalhador. Para o ensino agrícola, o impacto da Reforma Capanema foi, entre outros, a reorganização desse tipo de ensino como parte de um esforço mais amplo para modernizar e expandir a educação no Brasil.

Com a edição da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1961), observamos grande avanço na política de Estado para a educação nacional. Entretanto, com o golpe militar em 1964, inúmeras reformas políticas, sociais, econômicas e educacionais foram realizadas com cunho ditatorial, representando um retrocesso no processo de construção de uma política educacional de Estado. Diversas reformas foram realizadas pelos governos militares, entre elas destacamos a aprovação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases, tornando obrigatória a oferta de ensino profissional inserida no então chamado ensino de 2º grau, de cunho propedêutico, tornando a formação técnica um apêndice da formação geral (Brasil, 1971).

Ainda, com a transferência dos órgãos de ensino do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação, o Canp passou por novas transformações, sendo denominado dessa forma em 1964, mesmo ano em que o Posto Zootécnico foi transformado em Fazenda Regional de Criação, com a oferta dos cursos ginasial e colegial agrícola. Em 1965 e 1966, foi oferecido o Curso Técnico de Economia Doméstica Rural. Em 1967, os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura foram transferidos para o Ministério da Educação. Em 1968, o Canp foi transferido para a Universidade Federal Fluminense (UFF), contribuindo para a política de interiorização dessa instituição. Em 1971, foi criado o Curso Técnico em Agropecuária, que, com o tempo, passou a utilizar a maior parte da área ocupada pelo Posto Zootécnico de Pinheiro, desativado em 1975. A criação do Curso Técnico em Agropecuária reforçou a missão original do Colégio, consolidando-o como uma instituição de referência na formação de profissionais para o setor agrícola.

Originalmente com a missão de oferecer capacitação técnica na área de Agropecuária, em 2002 foi criado o primeiro curso em outra área

profissional – o Curso Técnico em Meio Ambiente e, em 2007, foi criado o Curso Técnico em Agroindústria, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Essas novidades refletiram a adaptação dessa instituição às novas demandas sociais e econômicas, ampliando seu alcance e impacto. Em 2008, com a desvinculação da UFF para se incorporar à criação do IFRJ, o Colégio passou a fazer parte de uma rede de instituições comprometidas com a excelência na EPT.

Essa integração trouxe novas oportunidades para o então Canp, ampliando sua oferta de cursos e reforçando seu papel na formação de profissionais qualificados para o setor agrícola, especialmente por poder ofertar cursos de outros níveis e modalidades, além de realizar pesquisa, inovação e extensão, dois entre vários objetivos de um IF colocados na sua lei de criação (Brasil, 2008). Hoje, como parte integrante do IFRJ, a unidade continua a desempenhar um papel fundamental na EPT, contribuindo para a inovação e o desenvolvimento de tecnologias no campo. O Canp, agora um câmpus do IFRJ, continua a desempenhar um papel na formação de profissionais qualificados para o setor agrícola e outras áreas correlatas. Além desse papel, realiza a integração entre as redes municipal e estadual com o setor agrícola, como a visita técnica de estudantes do Centro Municipal de Ensino Roberto Silveira no Espaço Ecológico Educativo (EEcoE) do IFRJ/ Câmpus Pinheiral, conforme apresentado na Figura 1, que é um laboratório prático criado com o intuito de despertar a consciência ambiental e servir de instrumento de aprendizado para a comunidade acadêmica.



Figura 1. Estudantes do Centro Municipal de Ensino Roberto Silveira visitam o Espaço Ecológico Educativo (EEcoE) do IFRJ/Câmpus Pinheiral
Fonte: Acervo próprio (2018).

Essa história é um testemunho do compromisso com a educação de qualidade e a inclusão social, refletindo as transformações socioeconômicas do Brasil ao longo do século XX e início do século XXI. Trata-se de um exemplo de como a educação profissional pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e a modernização das práticas agrícolas, beneficiando tanto a economia quanto a sociedade brasileira.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE QUÍMICA E CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE QUÍMICA DE NILÓPOLIS

Chegar à incorporação do Canp ao IFRJ não reflete a única origem dessa instituição. Analogamente a outros IFs, o IFRJ foi criado a partir da fusão de outras instituições: o Canp e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (Cefet Química de Nilópolis), este último já composto de algumas unidades em diferentes cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que teve outras institucionalidades ao longo do tempo: Escola Técnica de Química (ETQ) de 1959 a 1965; Escola Técnica Federal de Química (ETFQ) de 1965 a 1999; e Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (Cefet Química) de 1999 a 2008. Portanto, trata-se de resgatar a origem e trajetória de uma renomada instituição no Brasil conhecida por sua excelência no ensino técnico na área de Química. Trajetória marcada por desafios e conquistas, que reflete a evolução do ensino técnico no país e a importância de formar profissionais qualificados para a indústria química.

Sua história tem início no contexto da industrialização brasileira no século XX com a necessidade de mão de obra qualificada para a emergente indústria química, impulsionando o governo a criar instituições de ensino técnico especializado. A Escola Técnica de Química (ETQ) teve sua origem associada à oferta do Curso Técnico em Química Industrial (CTQI), instituída pelo Decreto-Lei n. 4.127/1942 (Brasil 1942b), passando a funcionar provisoriamente na Escola Técnica Nacional (ETN), atualmente Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ). Essa origem está relacionada ao Plano Nacional de Educação proposto por Capanema, no período do Estado Novo do governo Getúlio Vargas (1937-1945). Em decorrência do contexto político, a implantação da ETQ não ocorreu imediatamente e, enquanto a Escola não era efetivamente instalada, o CTQI foi oficialmente criado por meio do Decreto-Lei n. 8.300/1945 (Brasil, 1945), vinculado à Divisão de Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação, do Ministério

da Educação e Saúde, e funcionando de forma provisória na Escola Nacional de Química, unidade da então Universidade do Brasil (atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ).

Em 1946, a ETQ foi transferida para a ETN e permaneceu lá, sem sede própria, por aproximadamente 39 anos. Somente 13 anos depois, por meio da Lei n. 3.552/1959, a ETQ adquire a condição de autarquia federal e é oficialmente criada, não somente como CTQI (Brasil, 1959). A Escola começou a ganhar reconhecimento nacional pela qualidade de seu ensino e pela competência de seus formandos. Ao buscar formar profissionais capacitados para trabalhar nas fábricas e nos laboratórios que começavam a surgir, os primeiros anos foram desafiadores, com recursos limitados e a necessidade de estabelecer uma infraestrutura adequada para a oferta do curso. Esses desafios marcaram a história da ETQ com as bases para o desenvolvimento futuro de suas diferentes institucionalidades.

A transformação da ETQ em ETFQ representou um marco importante em sua história. A federalização trouxe maior autonomia administrativa e financeira, permitindo à Instituição ampliar ainda mais sua oferta de cursos e melhorar sua infraestrutura. Em 1978, os estudantes e servidores organizaram a primeira Semana da Química da ETFQ/RJ com uma Exposição de equipamentos de laboratório, como apresentado na Figura 2. Em 1981, a Escola cria o Curso Técnico de Alimentos e, em 1985, conquista sua sede própria, onde, atualmente, funciona o IFRJ/ Câmpus Rio de Janeiro. Em 1988, é criado o Curso Técnico em Biotecnologia, revelando o espírito vanguardista da ETFQ.



Figura 2. Estudantes na Exposição de equipamentos de laboratório na primeira Semana da Química da ETFQ/RJ

Fonte: Acervo próprio (1978).

Na década de 1990, a Escola foi novamente ampliada com a criação da Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) de Nilópolis que passou a ofertar o mesmo Curso Técnico de Química ofertado na sede e criou o Curso Técnico em Saneamento. É também nesse período que, por meio da Lei n. 8.948/1994, havia previsão de que as Escolas Técnicas Federais se convertessem em Cefets, e, com isso, 19 Escolas Técnicas e 37 Agrotécnicas Federais, após a avaliação de desempenho desenvolvido e coordenado pelo MEC, ganharam uma nova institucionalidade (Brasil, 1994).

A EPT começou a ser repensada e discutida a partir desse período. Assim, em 1999, a ETFQ se transformou em Cefet Química por meio do Parecer n. 16/1999 do Conselho Nacional de Educação. Sua sede foi migrada para o município de Nilópolis, na baixada fluminense do Rio de Janeiro (já que o Cefet/RJ tinha sua sede na cidade do Rio de Janeiro). Na história da organização da sociedade brasileira, a política educacional sempre esteve no bojo das disputas políticas e, logo após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394/1996, vimos uma dessas disputas se materializar por meio do Decreto n. 2.208/1997, o qual compunha o pacote neoliberal aplicado à educação. Esse decreto determinava às Escolas Técnicas e aos Cefets a ruptura entre o ensino médio e a formação profissional, regulamentando o “Ensino Profissionalizante, com objetivos claros de reduzir os gastos públicos e favorecer o empreendimento deste ramo de ensino pela rede privada” (Tavares, 2012, p. 7). Contudo, uma correlação de forças preconizava que a educação profissional se “despisse” da concepção neoliberal. Assim, a partir de 2003, por meio do diálogo dos grupos progressistas com a nova gestão federal, foi possível retomar avanços no campo educacional. Como resultado, foi promulgado o Decreto n. 5.154/2004, que devolvia a possibilidade da formação integrada para a educação profissional técnica de nível médio (EPTNM) (Brasil, 2004). Desde a retomada, em 2004, da possibilidade da EPT ocorrer de forma integrada ao ensino médio, os educadores progressistas buscam a superação da dualidade histórica associada a eles. A qualidade da EPT foi reconhecida e reafirmada com o advento da criação dos IFs como espaços de ensino, pesquisa e extensão por meio da Lei n. 11.892/2008 (Brasil, 2008). Para que a EP, no Brasil, se configure como um campo de produção de conhecimento, defendemos sua

consolidação como política pública, com investimentos para sua ampliação aos sistemas de ensino do país (Almeida *et al.*, 2024).

Foi também nesse contexto histórico que, a partir de 2001, cursos de graduação, pós-graduação e a modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) passaram a fazer parte dos currículos dos Cefets. No decorrer dos anos, o Ministério da Educação (MEC) observou que essas instituições tinham vocação e alcance mais amplos do que aqueles circunscritos ao nível médio para a EPT. Entre vários fatores, ressaltava-se que a estrutura de avaliação, criação e aprovação de cursos frente às demandas das comunidades era mais dinâmica, permitindo, assim, responder em menor tempo às necessidades das regiões. Outra característica dizia respeito à malha de ocupação das suas unidades de ensino (hoje denominadas câmpus), com mais capilaridade, atingindo alguns municípios de acesso mais difícil. Assim, são publicados os Decretos n. 5.224/2004 e n. 5.225/2004, e os Cefets adquirem o status de Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), podendo oferecer, oficialmente, cursos de nível superior (graduação e pós-graduação). Com essa nova atribuição institucional, o então Cefet Química passou a ofertar não somente graduação (iniciada em 2001) como também pós-graduação, primeiramente em nível *lato sensu* a partir de 2004 e, a partir de 2008, *stricto sensu*, com a aprovação de seu primeiro mestrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). No século XX, com a oferta dos cursos superiores, dá-se início a uma política institucional de formalização da pesquisa e extensão, sendo incorporadas ao ensino os avanços tecnológicos e científicos, além do estabelecimento de parcerias com indústrias e instituições de pesquisa. Projetos que antes aconteciam na “informalidade” passaram a ser reconhecidos pela Instituição, o que propiciou a formação de alguns grupos de pesquisa no Cefet Química e seu consequente cadastro junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), resultando na busca por financiamentos externos.

Nessas décadas, a Instituição (ETFQ e Cefet Química) passou por um período de crescimento e consolidação, com a introdução de novos cursos e investimentos na expansão de sua infraestrutura, mesmo que de forma muito tímida se comparado ao período que se avizinhava na primeira década do século XXI com a criação dos IFs. Ainda assim,

foram inauguradas novas unidades do Cefet Química em quatro municípios do estado do Rio de Janeiro – Paracambi, Duque de Caxias, Volta Redonda e São Gonçalo –, além de uma unidade (Realengo) na cidade do Rio de Janeiro. São construídos novos laboratórios e salas de aula, equipados com tecnologia de ponta para a época, e esse investimento permitiu que a Instituição oferecesse cada vez mais um ensino prático e voltado para as necessidades do mundo do trabalho, consolidando a atuação da Instituição em pesquisa, inovação e extensão.

E ASSIM SURGE O IFRJ

Em 29 de dezembro de 2008, o Cefet Química foi transformado em IFRJ por meio da Lei n. 11.892/2008. Essa transformação não apenas reconfigurou a Instituição sob uma nova denominação, mas também resultou na reestruturação de suas unidades, todas passando a ser denominadas câmpus, mais a incorporação do Canp, anteriormente vinculado à UFF, que passou a se chamar IFRJ/Câmpus Nilo Peçanha – Pinheiral. Essa transformação significou uma reformulação institucional abrangente, com a migração da sede novamente para o município do Rio de Janeiro e a implantação de uma estrutura organizacional multicâmpus e a reitoria. Esse processo foi acompanhado por uma rápida expansão em termos de novas unidades, áreas de atuação, cursos, infraestrutura e quadros de servidores. Assim, em 2009, o IFRJ começou a consolidar sua nova identidade institucional com suas unidades convertidas em câmpus: Duque de Caxias, Nilópolis, Paracambi, Pinheiral, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Volta Redonda e Arraial do Cabo. O professor Dr. Luiz Edmundo Vargias de Aguiar foi o 1º reitor do IFRJ, liderando a Instituição de 2009 a 2010 durante o período de transição de Cefet Química para IFRJ. Com uma formação acadêmica diversificada, é bacharel e licenciado em Química, mestre em Biologia Molecular e Celular e doutor em Ciências. Como professor do IFRJ de 1994 a 2015, desempenhou um papel fundamental na Instituição, tanto como diretor-geral do Cefet Química quanto como pró-reitor de Extensão e reitor do IFRJ. Durante seu mandato como reitor, Luiz Edmundo foi a liderança na consolidação do IFRJ.

Ainda em 2009, o IFRJ inaugurou o primeiro câmpus destinado à área de Ciências e Tecnologia da Saúde no âmbito da RFEPCT: Realengo, na zona oeste do Rio de Janeiro, uma região com um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade. Esse câmpus, parte do Plano Nacional de Expansão da RFEPCT iniciado no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inovou com a oferta dos cursos de Bacharelado em Farmácia (implantado em 2007, provisoriamente no Câmpus Nilópolis), Bacharelado em Fisioterapia e Bacharelado em Terapia Ocupacional, o primeiro a ser oferecido por uma instituição pública no estado do Rio de Janeiro. O câmpus abriga ainda uma Clínica Escola, onde alunos dos cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional realizam estágios supervisionados e oferecem atendimento ao público, com mais de 90% dos atendimentos destinados a residentes da zona oeste. Somente em 2022, a Clínica realizou mais de 5.500 atendimentos, reforçando o impacto positivo da Instituição na comunidade local.

Também foram implantados diversos outros cursos em diferentes níveis de escolarização, ampliando a atuação e inserção da Instituição em outros municípios. Em 2010 foram criados dois câmpus: IFRJ/Câmpus Engenheiro Paulo de Frontin, com o Curso Técnico em Informática para Internet, e IFRJ/Câmpus Mesquita. Começaram a ser ministrados, no IFRJ/Câmpus Rio de Janeiro, o Curso Superior de Tecnologia (CST) em Gestão Ambiental e o Bacharelado em Ciências Biológicas com Habilitação em Biotecnologia. Houve, também, a ampliação da oferta de cursos de pós-graduação, com o início do Curso de Especialização em Gestão Ambiental, no IFRJ/Câmpus Nilópolis.

O professor Fernando Cesar Pimentel Gusmão foi o 2º reitor do IFRJ e o primeiro reitor a ser eleito nessa institucionalidade, exercendo seu mandato de 2010 a 2014. Em sua carreira acadêmica, é bacharel em Química Industrial, licenciado em Química e mestre em Educação. Sua trajetória docente inclui atuações no Cefet/RJ de 1975 a 2005, e no IFRJ de 1981 até a sua aposentadoria em janeiro de 2015. Durante seu mandato como reitor, Gusmão deu continuidade à consolidação do IFRJ. O Câmpus de Arraial do Cabo iniciou suas atividades em dezembro de 2005 como um núcleo do Cefet Química, oferecendo o Curso Técnico em Logística Ambiental em 2006. Com a transformação em IFRJ em 2008, o câmpus foi transferido para a Escola Municipal João Torres e,

em 2010, mudou-se para a Escola Municipal Yone Nogueira. Em 2013, o câmpus recebeu status pleno e, em 2017, tornou-se uma unidade gestora, destacando-se pelos laboratórios especializados, programas de bolsas e atividades inclusivas. O Câmpus São Gonçalo começou em 1º de setembro de 2008, com a aula inaugural do Curso Técnico de Segurança do Trabalho. Inicialmente cedido pelo Colégio Municipal Ernani Faria, o câmpus foi transferido para o CIEP 346 Neusa Brizola no final de 2009. Em 2010, o câmpus foi oficialmente inaugurado, com a professora Ângela Coutinho (*in memoriam*) representando sua direção-geral. Em 2011, o câmpus começou a oferecer o Curso Técnico em Química e, em 2017, houve expansão com a cessão do CIEP Contíguo Willy Brandt.

A presidente da República, Dilma Rousseff, anunciou, em 14 de agosto de 2011, a criação de quatro universidades federais, a abertura de 47 câmpus universitários e 208 unidades dos IFs distribuídos por todo o país. No Rio de Janeiro, foram anunciadas as seguintes unidades do IFRJ: Belford Roxo, Complexo do Alemão, Cidade de Deus, Niterói, São João de Meriti; além de duas unidades do Instituto Federal Fluminense (IFF), Itaboraí e Santo Antônio de Pádua. Com o advento da terceira fase do Plano de Expansão da RFEPCT, lançada em agosto de 2011, a Instituição iniciou o processo de implantação de seis novos câmpus: Engenheiro Paulo de Frontin, Belford Roxo, Mesquita, Niterói, São João de Meriti e Resende. Os câmpus de Belford Roxo, Niterói e São João de Meriti iniciaram suas atividades oferecendo cursos de formação inicial e continuada (FIC). Já o Câmpus Mesquita começou suas atividades com cursos de especialização e atualização na área de formação de professores e divulgação científica. Em 2011, teve início o segundo mestrado do IFRJ, o Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos no Câmpus Rio de Janeiro, consolidando a atuação da Instituição em vários níveis de formação.

O professor Paulo Roberto de Assis Passos foi o 3º reitor do IFRJ, atuando de 2014 a 2018. Ele é bacharel e licenciado em Química pela UERJ, mestre em Química Orgânica e doutor em Planejamento Energético com concentração em Planejamento Ambiental pela UFRJ e professor do IFRJ de 1987 até a sua aposentadoria em novembro de 2018. Em 2016, o Câmpus Resende passou a oferecer cursos técnicos em Guia de Turismo e Segurança do Trabalho, e os câmpus de São Gonçalo e Niterói começaram a ofertar o Curso Técnico em Administração. Em 2017,

os câmpus de São Gonçalo e Niterói ampliaram suas ofertas para incluir cursos técnicos e de pós-graduação. O Câmpus Niterói iniciou suas atividades em 27 de julho de 2016 e, em 2019, mudou-se para o Bairro do Sapê, consolidando-se como uma referência em EPT da região. Em 2023, foi implementado o curso de FIC em Assistente Administrativo Integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA. O ministro da Educação à época, Rossieli Soares, assinou a portaria de funcionamento do câmpus Belford Roxo, além de Niterói e São João de Meriti, em 28 de maio de 2018. A abertura desses câmpus trouxe novas oportunidades para a comunidade acadêmica e a região.

O Professor Rafael Barreto Almada foi o 4º reitor do IFRJ, exercendo seu primeiro mandato de 2018 a 2022. Com uma trajetória acadêmica e profissional destacada, é ex-aluno e Técnico em Química pelo IFRJ, graduado em Química Industrial pela UFF, licenciado em Química e especializado em Gestão Ambiental pela Universidade Cândido Mendes, além de mestre e doutor em Engenharia Química pela Coppe/UFRJ. Como professor atuou no IFRJ/Câmpus Rio de Janeiro, no IFRJ/Câmpus Nilópolis, no IFRJ/Câmpus Mesquita e IFRJ/Câmpus Engenheiro Paulo de Frontin. Sua gestão contribuiu para avanços significativos na oferta de cursos, além de fortalecer a presença do Instituto no cenário da educação federal. Em 2021, Rafael Almada fez história ao se tornar o primeiro reitor a ser reeleito no IFRJ, assumindo um novo mandato para o período de 2022 a 2026. É nesse cenário que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em seu terceiro mandato, anunciou, em 12 de março de 2024, a criação de 100 novos IFs. A iniciativa alcança todas as Unidades da Federação e gera 140 mil novas vagas, a maioria em cursos técnicos integrados ao ensino médio. O lançamento foi feito com a participação dos ministros Camilo Santana (Educação) e Rui Costa (Casa Civil), em cerimônia no Salão Nobre do Palácio do Planalto. Por meio do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), serão investidos até 2026 em torno R\$ 3,9 bilhões em obras (sendo R\$ 2,5 bilhões para a criação de novos câmpus e R\$ 1,4 bilhão para a consolidação de unidades dos IFs já existentes), como a construção de refeitórios estudantis, ginásios, bibliotecas, salas de aula e aquisição de equipamentos. Cada nova unidade tem custo estimado de R\$ 25 milhões, sendo R\$ 15 milhões para infraestrutura e R\$ 10 milhões para aquisição de equipamentos e mobiliário.

O programa de expansão dos IFs marca a retomada de investimentos na criação de novas unidades de IFs no Brasil, quase 10 anos após a última expansão estruturada da RFEPECT. Também celebra uma das políticas educacionais mais bem-sucedidas no âmbito da educação profissional, que permitiu que a educação pública de qualidade chegasse às localidades mais distantes dos grandes centros e da capital dos estados, tornando-se uma das redes mais capilarizadas na oferta de cursos técnicos, superiores e de pós-graduação. Em 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a implementação de três novos câmpus do IFRJ: Teresópolis, Parque Olímpico e Complexo do Alemão. Essas iniciativas marcam um significativo avanço na expansão e democratização do acesso à educação pública de qualidade no estado do Rio de Janeiro.

O IFRJ/Câmpus Teresópolis foi criado a partir do Acordo de Cooperação Técnica n. 10/2022 entre o IFRJ e a Prefeitura Municipal de Teresópolis. Esse acordo visa desenvolver um programa abrangente de atividades de extensão, ensino e pesquisa voltado para a comunidade acadêmica e a sociedade civil. As ações incluem estudos, projetos de pesquisa, cursos, oficinas e seminários, focando em políticas de inclusão e valorização de grupos como pessoas com deficiência, culturas indígenas e populares, relações étnico-raciais e trabalhadores rurais. As atividades começaram com a inauguração do Centro de Qualificação Profissional do IFRJ em Teresópolis, em janeiro de 2023, oferecendo cursos de qualificação profissional por meio do Programa denominado Interioriza-IFRJ.

O IFRJ/Câmpus Complexo do Alemão surge após anos de demanda da comunidade local, que desde 2009 buscava a instalação de uma unidade do IFRJ na região. A luta culminou em julho de 2023, quando a primeira-dama Janja Lula da Silva, junto com líderes comunitárias e representantes do Instituto Raízes em Movimento, solicitou ao Ministério da Educação a retomada do projeto de construção de um IFRJ/Câmpus no Complexo do Alemão. A chegada do IFRJ ao Complexo é vista como uma grande oportunidade de fortalecer a educação na favela, uma das maiores concentrações de comunidades da capital fluminense, oferecendo novas oportunidades educacionais e desenvolvimento local. Na Figura 3, é apresentado o registro do primeiro ato da retomada da expansão dos IFs, com o primeiro anúncio do IFRJ/Complexo do Alemão, realizado no terceiro mandato do presidente Lula.



Figura 3. Primeiro Ato de retomada da expansão dos IFs realizado no Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro: o reitor do IFRJ, Rafael Almada, acompanhado do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro da Educação, Camilo Santana, e do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes
Fonte: Ricardo Stuckert (2024).

O IFRJ/Câmpus Parque Olímpico é uma iniciativa para assegurar um legado dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro. Localizado na zona oeste, a implantação do IFRJ na Arena Olímpica exemplifica como investimentos em infraestrutura esportiva podem ser integrados a programas educacionais e comunitários. A Arena, além de ter sido um palco para eventos esportivos de alto nível, agora servirá a programas educacionais, beneficiando a população local de Curicica, Cidade de Deus e Jacarepaguá. A criação desse câmpus atende à grande demanda por inserção do IFRJ nessas regiões, promovendo desenvolvimento sustentável e inclusão por meio da educação pública de qualidade.

Atualmente, o IFRJ é composto pela reitoria, situada no município do Rio de Janeiro, por 15 câmpus em funcionamento – Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda – e três câmpus em implantação – Teresópolis, Parque Olímpico e Complexo do Alemão. A Instituição atua na formação profissional, oferecendo cursos presenciais em diferentes níveis e modalidades de ensino – formação inicial e continuada, ensino técnico de nível médio, ensino superior de graduação e de pós-graduação lato sensu (especialização) e stricto sensu (mestrado e doutorado) – além de cursos de formação profissional nas modalidades de educação de jovens e adultos (EJA), ensino a distância (EaD) e especialização EaD.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S. *et al.* A formação técnica integrada e a contrarreforma do ensino médio: retalhos de uma colcha inacabada. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, Rio Grande do Norte, v. 2, n. 24, 2024.

BRASIL. *Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942*. Lei orgânica do ensino industrial. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942*. Estabelece as bases de organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 8.300, de 6 de dezembro de 1945*. Cria cursos técnicos na Divisão de Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1997. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8300-6-dezembro-1945-457490-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. *Lei n. 1.076, de 31 de março de 1950*. Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1950. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1076-31-marco-1950-363480-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. *Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959*. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência

da República, 1959. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3552.htm Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. *Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. *Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. *Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994*. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8948.htm Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 14 jul. 2024.

TAVARES, M. G. Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da Educação Profissional no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. *Anais [...]*. Rio Grande do Sul: ANPED SUL, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103> Acesso em: 14 jul. 2024.



01



02



03



04



05

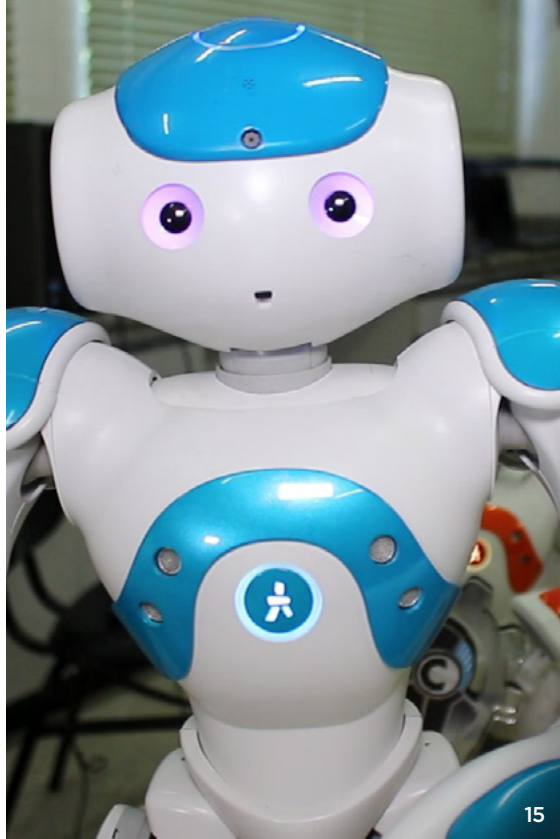


06



07





DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Laboratório de Química no Câmpus Arraial do Cabo
- 02 Entrada do Câmpus Belford Roxo
- 03 Fachada do Câmpus Duque de Caxias
- 04 Fachada do Câmpus Engenheiro Paulo de Frontin
- 05 Espaço Ciência Interativa do Câmpus Mesquita
- 06 Sala de aula no Câmpus Nilópolis
- 07 Laboratório de eletrônica do Câmpus Niterói
- 08 Fachada do Câmpus Paracambi
- 09 Plantação no Câmpus Pinheiral
- 10 Pátio do Câmpus Realengo
- 11 Pátio do Câmpus Resende
- 12 Laboratório no Câmpus Rio de Janeiro
- 13 Laboratório do Câmpus São Gonçalo
- 14 Fachada do Câmpus São João de Meriti
- 15 Laboratório do Câmpus Volta Redonda

Fonte: Acervo da CGCom/IFRJ.

INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS

UM CAMINHO RUMO AO HORIZONTE

ALCIMARA AUXILIADORA ANDRADE DE PAULA¹

BIANCA ALVIN DE ANDRADE SILVEIRA²

JULIANA RODRIGUES DE ALMEIDA³

A história poderia iniciar assim: há muitos e muitos tempos, em um lugar não tão distante, berço de grandes nomes e palco de muitos embates políticos, surgia um anseio de um novo caminho para a educação. Como se vê, os passos que construíram e constroem a história do IF Sudeste MG vêm de longe, de resistências, de tradições e de lutas. A partir de agora, então, convidamos vocês a trilharem conosco todo o percurso dessa longa estrada que começa em 1910 e que a cada dia ganha novos contornos e espaços, tornando o presente uma ponte forte e instigadora para o futuro.

1 Mestra em Administração pela Universidade Federal Fluminense (UFF), atua como professora do Núcleo Acadêmico de Linguagens, Letras e Artes, do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais/Câmpus Barbacena. Exerceu diversas atividades administrativas como: chefe de gabinete, coordenadora de Ensino, chefe da Seção de Cultura e Artes, coordenadora-geral dos Cursos Técnicos Integrados, chefe do Departamento Acadêmico de Educação e Ciências e diretora-geral do Câmpus Barbacena. Trabalha com Projeto de Extensão na área de Letramento e Artes. E-mail: alcimara.andrade@ifsudestemg.edu.br.

2 Mestra em Comunicação e Sociedade na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), atua como jornalista do IF Sudeste MG/Câmpus Barbacena desde 2010. Tem projetos de extensão nas áreas de comunicação e mulheres. E-mail: bianca.alvin@ifsudestemg.edu.br.

3 Mestra em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), foi professora assistente no Centro Universitário Faminas e coordenadora de Comunicação e Eventos do IF Sudeste MG/Câmpus São João del-Rei por 10 anos. Atualmente, é presidente do Comitê de Comunicação Social e Marketing da Instituição e tem projetos de extensão na área de Letramento Racial e Ações Afirmativas. E-mail: juliana.rodrigues@ifsudestemg.edu.br.

BARBACENA, O PRIMEIRO DESTINO

O início da estrada se deu naturalmente por fatores preponderantes que se afirmavam naquele cenário, com uma localização geográfica privilegiada entre polos de desenvolvimento, ligada por via-férrea e por rodovias que em muito facilitavam o escoamento da produção agropecuária regional, destaque também no cenário político nacional, a cidade de Barbacena, no Campo das Vertentes em Minas Gerais, despontava como a escolhida.

Barbacena/MG, no final do século XIX, teve um papel significativo para a agroindústria. Em 1888, por iniciativa do Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes, foi instalada a primeira fábrica de laticínios do Brasil (Barroso, 2010). Das três instituições que deram origem ao IF Sudeste MG, a mais antiga é a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena.

Pelo Decreto n. 8.358, de 9 de novembro de 1910, assinado pelo então presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Nilo Peçanha, surge o Aprendizado Agrícola de Barbacena (Brasil, 1910). A nomeação do primeiro diretor Diaulas Abreu aconteceu em 14 de novembro de 1910, cargo em que permaneceu até o ano de 1955. As atividades de ensino foram iniciadas em 14 de junho de 1913, no governo do Marechal Hermes da Fonseca. No decorrer dos anos, a Escola teve seu nome modificado várias vezes.



Figura 1. Sede do Câmpus Barbacena

Fonte: Acervo institucional do IF Sudeste MG/Câmpus Barbacena.

A primeira mudança chegou pelo Decreto n. 22.934, de 13 de julho de 1933, com a denominação de Aprendizado Agrícola de Barbacena para Escola Agrícola de Barbacena, ainda subordinada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Brasil, 1933). Em 1946, uma nova lei fez com que a Instituição se enquadrasse em uma das novas classificações existentes, alterando a denominação da unidade para Escola Agrotécnica de Barbacena.

O ano de 1946 chega trazendo mudanças importantes para o ensino agrícola com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola – Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946. Além dos cursos do 1º e 2º ciclos de formação, uma Escola Agrotécnica poderia oferecer cursos de continuação e aperfeiçoamento. A Escola Agrícola de Barbacena já oferecia os cursos de Ensino Rural, Ensino Agrícola Básico e Profissional. Desse modo, em 1947 a Escola Agrotécnica de Barbacena ofertava os seguintes cursos: Profissional, Iniciação Agrícola, Mestría Agrícola e os cursos Técnicos de Horticultura, Zootecnia e Indústrias Agrícolas.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola representou um grande avanço. Em seu artigo 51 permitia o ingresso de mulheres no ensino agrícola. Então, a partir de 1955 iniciou-se na Escola Agrícola de Barbacena o Curso Preparatório de Economia Doméstica Rural.

Em 1955, com o governo de João Café Filho, a Instituição passou a se denominar Escola Agrotécnica “Diaulas Abreu” e permaneceu subordinada ao Ministério da Agricultura; seu vínculo foi modificado em 1967, passando a estar ligada ao Ministério da Educação. Em 1993, a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena “Diaulas Abreu” passou à condição de autarquia federal (Brasil, 1967).

Com a sanção da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 4.024/1961 –, a Escola Agrotécnica de Barbacena começou a se dedicar ao ensino técnico de grau médio e mudou de denominação: Colégio Agrícola Diaulas Abreu (Brasil, 1961).

Já em 1971, com a sanção da Lei n. 5692/1971, o Colégio Agrícola Diaulas Abreu passou a oferecer o ensino de 2º grau com duas habilitações possíveis: Técnico Agrícola e Técnico em Economia Doméstica Rural (Brasil, 1971).

No ano de 1995, um fato vem para modificar o panorama da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena. Durante o governo do ex-presidente Fernando Collor de Melo, a Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAr), que fica na cidade de Barbacena/MG, passou por alterações administrativas e, com isso, alguns professores pertencentes ao seu quadro pediram redistribuição para a Escola Agrotécnica.

Uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi sancionada – Lei n. 9.394, em 20 de dezembro de 1996 – e a posterior edição do Decreto n. 2.208/1997, a educação profissional no Brasil viveu mais uma reforma (Brasil, 1996). A legislação propunha, dessa vez, a separação entre ensino médio e técnico, bem como a organização dos currículos de acordo com competências e habilidades.

Com a chegada do ano 2000, ocorreu uma mudança significativa na estrutura de ensino: o Curso Técnico em Economia Doméstica foi encerrado, marcando o início de um novo ciclo para a Escola. Em 2006, já às vésperas da mudança para Instituto, foi lançado o primeiro curso integrado ao ensino médio, o Técnico em Agropecuária.

Por fim, com a lei de criação dos Institutos Federais, passou a integrar o IF Sudeste MG, sendo denominado de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais/Câmpus Barbacena, vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC). Atualmente, disponibiliza quatro cursos técnicos integrados, quatro cursos técnicos concomitantes e subsequentes, dez cursos de graduação e um curso de pós-graduação lato sensu.

DE BARBACENA A JUIZ DE FORA, A “MANCHESTER MINEIRA”

Em 1957, quando a Escola de Barbacena/MG ainda era conhecida como Escola Agrotécnica Diaulas Abreu, dirigentes trabalhistas de Juiz de Fora/MG, sob a liderança do deputado Clodsmith Riani, externaram a necessidade de edificar um ginásio estadual e uma escola profissional em Juiz de Fora ao então ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado.

“O Ministério da Educação liberou seis milhões de cruzeiros para a Escola profissionalizante que, a princípio, foi orientada e dirigida pela

Escola de Engenharia. Surgiram aí as bases do que mais tarde seria o Colégio Técnico Universitário (CTU)” (IF Sudeste MG, [2024a]).

Com isso, criaram os Cursos Técnicos da Escola de Engenharia, que atendiam também às necessidades de mão de obra para que o Programa Energia, Transportes e Alimentação, defendido pelo governo de Juscelino Kubitschek, pudesse alcançar seus objetivos.

“A incorporação da Escola de Engenharia à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), criada pela lei federal n. 3.858 de 13/12/1960, por sua vez, trouxe significativas mudanças para a nascente instituição de ensino profissionalizante. Coube ao parecer n. 366, de 13/11/1964, a incorporação dos ‘Cursos Técnicos de Engenharia’ à UFJF, quando então a Escola passou a ser denominada Colégio Técnico Universitário” (IF Sudeste MG, [2024a]).

No começo de 1971, o Colégio Técnico Universitário (CTU) foi transferido para o câmpus universitário da UFJF, nas dependências da atual Faculdade de Engenharia – onde permaneceria até a construção do atual Câmpus, de maneira parcial, uma vez que, durante alguns anos da década de 1990, o prédio da antiga Faculdade de Odontologia, na Rua Espírito Santo, abrigou as primeiras séries de seus cursos diurnos e demais séries dos cursos noturnos.

Entre 1999 e 2010, em virtude de mudanças na legislação educacional brasileira, o CTU seria um dos primeiros do país a ofertar cursos exclusivamente de ensino médio.

Desde os anos de 2000 a comunidade do CTU já manifestava interesse em tornar-se um Centro Federal de Educação Tecnológica. Em 26 de fevereiro de 2008, atendendo ao projeto de reestruturação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPT, a Congregação aprovou seu desvinculamento da UFJF para tornar-se um dos Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG). Em 29 de dezembro daquele mesmo ano, a Lei 11.892 oficializaria o Câmpus Juiz de Fora como sucessor do Colégio Técnico Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (IF Sudeste MG, [2024a]).



Figura 2. CTU/IF Sudeste MG

Fonte: Acervo instaitucional do Câmpus Juiz de Fora.

Hoje, o Câmpus Juiz de Fora tem oito cursos técnicos integrados, 11 cursos técnicos concomitantes e subsequentes, sete cursos de graduação, três cursos de pós-graduação lato sensu e um curso stricto sensu – mestrado.

RIO POMBA, RUMO À ZONA DA MATA

Enquanto em Juiz de Fora/MG o atual Câmpus do IF Sudeste MG ainda não havia sido incorporado como CTU da UFJF, sendo conhecido como Curso Técnico da Escola de Engenharia, nossa jornada ganhou um novo ponto de parada em 1962, no coração da Zona da Mata Mineira. A esse respeito, Rio Pomba/MG fecha a tríade – Barbacena, Juiz de Fora e Rio Pomba – das três unidades mais antigas, três caminhos que,

juntos, se fundiram, se fortaleceram e construíram nossa Instituição com uniformidade.

Em 16 de agosto de 1962, por intermédio do deputado Ultimo de Carvalho junto ao governo federal, foi inaugurada a Escola Agrícola de Rio Pomba. “Com estrutura de escola-fazenda, o objetivo era oferecer aos jovens uma possibilidade de formação na área agrária, foco da economia local” (IF Sudeste MG, 2018).

No decorrer dos anos, a Instituição teve diversas denominações – Ginásio Agrícola, Colégio Agrícola, Escola Agrotécnica Federal –, e sempre com o mesmo objetivo: a capacitação profissional. “Em 2002, passou a ser Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (Cefet/RP). Permitindo assim a oferta do primeiro curso de graduação: Tecnologia de Laticínios. A partir de 2008, houve a união do Cefet Rio Pomba com à Escola Agrotécnica de Barbacena e ao Centro Técnico Universitário de Juiz de Fora, formando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais” (IF Sudeste MG, 2018).

Com o Câmpus Rio Pomba, houve um aumento do número de cursos ofertados e do atendimento à comunidade. Na atualidade, é uma instituição de relevância, disponibilizando mais de 30 cursos de formações profissionalizantes presenciais e a distância: quatro cursos subsequentes EAD e dois cursos FIC; cursos de nível técnico – sete integrados e três concomitantes/subsequentes; graduação – onze cursos; pós-graduação lato sensu – cinco cursos – e pós-graduação stricto sensu – quatro mestrados e um doutorado.

JUNTOS COM PÉ NA MESMA ESTRADA

Como pequenas velas se avolumam até que se fundem em uma grande vereda, do encontro das Escolas Técnicas de Barbacena, Juiz de Fora e Rio Pomba, nascia o IF Sudeste MG. Assim, despontava um caminho novo, um caminho integrado, um caminho próspero, que, a partir de 2008, ganhava novos contornos e destinos.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) foi criado em dezembro de 2008, por meio da Lei n. 11.892/2008, reunindo, em uma única instituição, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (Cefet/RP),

o Colégio Técnico Universitário (CTU) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena (EAFB) (Brasil, 2008). O IF Sudeste MG possui, atualmente, dez unidades, localizadas nos municípios de Barbacena/MG, Bom Sucesso/MG, Cataguases/MG, Juiz de Fora/MG, Manhuaçu/MG, Muriaé/MG, Rio Pomba/MG, Santos Dumont/MG, São João del-Rei/MG e Ubá/MG, estando a Reitoria localizada na cidade de Juiz de Fora/MG. Acerca disso, ressalta-se que, com a expansão de 2024, ganhará mais duas unidades nas cidades de Caratinga/MG e São João Nepomuceno/MG.

Com estrutura pluricurricular e multicâmpus, os Institutos Federais têm por objetivo oferecer formação profissional por meio da oferta de cursos de educação básica, técnica e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos e boas práticas pedagógicas, formando e qualificando cidadãos para atuar nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

O IF Sudeste MG abrange duas mesorregiões do estado de Minas Gerais, a Zona da Mata e o Campo das Vertentes, ambas de histórica importância cultural, econômica e social para o estado.

A Zona da Mata ocupa a segunda posição em densidade demográfica no estado. Estrategicamente localizada, a região apresenta proximidade e facilidade de acesso aos principais mercados consumidores do país, tais como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória e São Paulo, fator que muito tem contribuído para torná-la uma região eleita por muitos empresários para a instalação de indústrias.

A região do Campo das Vertentes configura-se como uma mesorregião igualmente privilegiada pela localização geográfica, tendo como mesorregiões limítrofes a Região Metropolitana de Belo Horizonte, oeste e sul de Minas Gerais e a Zona da Mata. Dos 36 municípios que a constituem, ressaltam-se os municípios de Lavras, Barbacena e São João del-Rei, totalizando 12.580 quilômetros quadrados de extensão territorial.

MURIAÉ, A RODOVIA GANHA NOVOS CONTORNOS

Se 2008 foi um ano decisivo e marcante para a trajetória do IF Sudeste MG, um ano antes disso, em 2007, uma primeira articulação com

o Cefet/Rio Pomba apontava essa estrada para um novo ponto no mapa, a cidade de Muriaé/MG.

O Cefet/Rio Pomba, em parceria com a Prefeitura Municipal de Muriaé/MG, apresentou o Projeto Técnico-Administrativo para a Criação e Implantação da Unidade Descentralizada de Ensino de Muriaé do Cefet/Rio Pomba. “O documento estabelecia as condições necessárias e suficientes para a criação, concepção, construção e/ou reforma, implantação e funcionamento da Unidade de Ensino, considerando-se a experiência deste Centro Federal no oferecimento de educação profissional em todos os níveis” (IF Sudeste MG, 2019b). A criação dos Institutos Federais, em 29 de dezembro de 2008, aprovada pela Lei n. 11.892/2008, “possibilitou que a unidade que estava sendo criada passasse a ser um câmpus do IF, inaugurado oficialmente no dia 2 de fevereiro de 2010, pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva” (IF Sudeste MG, 2019b).

No presente, o Câmpus Muriaé disponibiliza cinco cursos técnicos integrados, quatro cursos técnicos concomitantes e subsequentes, quatro cursos de graduação e quatro cursos de pós-graduação lato sensu.

SANTOS DUMONT, A FERROVIA PEDE PASSAGEM

A passagem de nível com cruzamento é o encontro de uma rodovia com uma linha férrea. Assim, foi nesse cruzamento que a unidade especialista em ferrovias cruzou o caminho do IF Sudeste MG. Vinte e três dias após a abertura de mais um caminho, a expansão de 2008 conduzia a novos trajetos: próxima parada, Santos Dumont/MG. Em 25 de fevereiro de 2010, pela Resolução n. 2 do Conselho Superior do IF Sudeste MG, foi criado o Câmpus Avançado Santos Dumont.

“Antes da estruturação dos cursos e do início das atividades, houve uma ampla discussão, conduzida a partir de setembro de 2009 por uma comissão da qual fizeram parte: a Secretaria-Geral da Presidência da República, o Ministério da Educação, o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, a Prefeitura Municipal de Santos Dumont/MG, o Centro Municipal de Educação Profissional de Santos Dumont (CEMEP), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Departamento Nacional de Estrutura de Transportes (DNIT), a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), a Inventariança da extinta Rede

Ferroviária Federal e o Instituto de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)” (IF Sudeste MG, 2021).

Em 2013, com a Portaria n. 330, há a migração do câmpus avançado para Câmpus Santos Dumont. Duas grandes obras concluídas em 2019 permitiram não apenas a sua expansão física, mas também a de serviços prestados à população, a exemplo da criação dos cursos superiores.

No momento, o Câmpus Santos Dumont oferece três cursos técnicos integrados, sete cursos técnicos concomitantes ou subsequentes, um curso técnico subsequente à distância, dois cursos de graduação e três cursos de pós-graduação lato sensu.

SÃO JOÃO DEL-REI, UMA CURVA NA ESTRADA REAL

Seguindo o caminho da Estrada Real, passando pela BR-040, que liga Juiz de Fora, Santos Dumont e Barbacena, na saída 644, nossa história faz uma curva e ganha o primeiro câmpus na BR-265. Seguindo o caminho dos câmpus coirmãos, São João del-Rei entra na rota da expansão.

Como parte do projeto de expansão e reordenamento da Rede Federal de Ensino, foi criado o Câmpus Avançado São João del-Rei por meio da Resolução do Conselho Superior do IF Sudeste MG n. 7, de 4 de novembro de 2009. As atividades começaram a ser desenvolvidas em um imóvel cedido pela prefeitura, compartilhando as instalações com a Escola Municipal Carlos Damiano Fuzzato, localizada ao lado do Parque de Exposições, em um imóvel de 3.400 metros quadrados de área construída.

As atividades letivas se iniciaram em 8 de fevereiro de 2010, com os cursos técnicos em Enfermagem, Informática e Segurança do Trabalho. No decorrer dos anos, a oferta de cursos aumentou significativamente, totalizando 16 cursos. Com a ampliação da oferta dos cursos, também foi necessária a ampliação do espaço físico. No ano de 2011, teve início a construção do prédio 2, que contaria com novos laboratórios, salas de aula, espaços administrativos e gabinetes docentes.

Em 2013, o Câmpus adquiriu mais autonomia administrativa e orçamentária. Entre 2009 e 2018, o governo federal investiu mais de R\$ 6,7 milhões em infraestrutura e aquisição de equipamentos, mobiliários, livros e veículos, entre outras ações. Em dezembro de 2018, por meio da Lei Municipal n. 5.497, o imóvel do Câmpus foi doado ao IF

Sudeste MG, destacando a importância da Instituição para a cidade de São João del-Rei.

Na atualidade, o Câmpus São João del-Rei oferece dois cursos técnicos integrados, um curso técnico concomitante, cinco cursos técnicos subsequentes, dois cursos de especialização técnica de nível médio, cinco cursos de graduação e três cursos de pós-graduação lato sensu.

BOM SUCESSO, RUMO AO SUL DE MINAS

Em 2011, o IF Sudeste MG ganhou mais uma parada em sua longa estrada: Bom Sucesso/MG, na BR-265, no sentido para Lavras, próximo ao sul de Minas Gerais, passando pela MG-383.

O IF Sudeste MG/Câmpus Avançado Bom Sucesso recebeu inicialmente o nome de Unidade de Extensão de Bom Sucesso. Sua criação ocorreu a partir da Resolução n. 42, publicada no dia 20 de setembro de 2011, contudo suas atividades acadêmicas se iniciaram um ano depois (2012), com a oferta de cursos na modalidade formação inicial e continuada (FIC).

A oferta do primeiro curso técnico ocorreu em agosto de 2013, na área de informática. “Já em fevereiro de 2014, foi o momento de abrir a primeira turma de Técnico em Meio Ambiente. Ambos cursos tinham duração de 18 meses e já contavam com previsão de abertura de novas vagas anualmente. Alguns meses depois do começo das aulas do segundo curso, os servidores receberam uma grata notícia: a unidade de extensão passaria a ser denominada câmpus avançado” (IF Sudeste MG, 2019b). A portaria do MEC n. 505, de 10 de junho de 2014, oficializou a mudança para Câmpus Avançado.

Atualmente, o Câmpus funciona em um prédio que foi doado pela Prefeitura de Bom Sucesso, por meio da Lei Municipal n. 3.575, de 13 de dezembro de 2018 (IF Sudeste MG, 2018b). Oferece três cursos técnicos concomitantes e subsequentes, dois cursos de graduação e quatro cursos de formação inicial e continuada.

MANHUAÇU, NOVOS CAMINHOS NA REGIÃO CAFFEEIRA

Depois do Câmpus Avançado Bom Sucesso, o período de 2011 a 2014 foi uma pequena parada nessa estrada. Uma breve pausa para se

solidificar e assentar as bases nas unidades recém-criadas. Muitos avanços aconteceram nesse período: prédios e laboratórios inaugurados, novos cursos, mais concursos, mais alunos.

Com o tanque cheio, a bagagem repleta de sonhos e tendo completado recentemente os cinco anos de criação do IF Sudeste MG, nossa caravana toma fôlego para uma nova aventura. Dessa vez, no sentido da BR-116, na região perto do Vale do Aço. Manhuaçu/MG traz ao IF Sudeste MG o arranjo produtivo local e cria oportunidades em uma região fortemente marcada pela cafeicultura.

O Câmpus Manhuaçu tem sua origem relacionada à Fase III de expansão da Rede Federal, anunciada pela ex-presidenta da República, Dilma Rousseff, no dia 16 de agosto de 2011. Entretanto, suas atividades foram iniciadas no ano de 2014, com a oferta de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores (Cuidador de Idosos e Auxiliar de Tesouraria), por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

O anúncio de autorização de funcionamento, assim como a integralização do Câmpus ao IF Sudeste MG, ocorreu em 21 de janeiro de 2015, por meio da Portaria n. 2.

Atualmente, o Câmpus Manhuaçu funciona em uma unidade localizada às margens da BR-116, situada no encontro das principais rodovias do país: a BR-116 e a BR-262, no distrito de Realeza (IF Sudeste MG, [2024b]).

O Câmpus Manhuaçu oferece hoje dois cursos técnicos concomitantes e subsequentes, dois cursos de graduação, dois cursos de pós-graduação lato sensu e quatro cursos FIC.

CATAGUASES, BERÇO DO CINEMA E DO MODERNISMO

Nossa caravana acelera mais uma vez, voltando à Zona da Mata, com desembarque em um dia depois do anúncio do funcionamento do Câmpus Manhuaçu, na cidade de Cataguases/MG. Terra de Humberto Mauro, cineasta mineiro dos anos 1950, terra também de obras do Modernismo como o Colégio Cataguases, projetado por Oscar Niemeyer. É nesse prédio histórico que se instala o Câmpus Avançado Cataguases, do IF Sudeste MG, em 22 de janeiro de 2015.

O IF Sudeste MG/Câmpus Avançado Cataguases recebeu sua autorização de funcionamento pela Portaria Normativa do Ministério da Educação n. 27, publicada em 22 de janeiro de 2015.

A unidade começou suas atividades acadêmicas em 2016, ofertando cursos na modalidade FIC. Em 2019, os cursos técnicos concomitantes e subsequentes em Administração e Informática tiveram início. No ano de 2020, foram incorporados dois outros cursos na modalidade técnica: multimídia e qualidade.

Segundo consta em seus registros, a implantação de uma unidade avançada em Cataguases teve como objetivo alavancar os arranjos produtivos locais, atendendo à Lei n. 11.892/2008. “Ainda em 2016, o Câmpus acolheu o Polo Cataguases de Ensino a Distância do IF Sudeste MG. Em parceria com a Energisa Soluções, buscando atender às demandas locais, ofereceu, pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o curso de Eletricista de Rede de Distribuição de Energia Elétrica” (IF Sudeste MG, 2019b).

Atualmente, o Câmpus Cataguases disponibiliza quatro cursos técnicos concomitantes e subsequentes, um curso de graduação, um curso de pós-graduação lato sensu e oito cursos FIC.

UBÁ, ÚLTIMA PARADA

Logo ali, perto de Cataguases/MG, ainda na Zona da Mata, o polo moveleiro de Ubá/MG torna-se o novo destino do IF Sudeste MG, última parada no terceiro movimento de expansão da Rede Federal.

O IF Sudeste MG/Câmpus Avançado de Ubá teve sua autorização de funcionamento pela Portaria Normativa do Ministério da Educação n. 11, publicada no dia 10 de maio de 2016. A unidade começou suas atividades acadêmicas em 2016, ofertando cursos na modalidade FIC.

Relembrando o momento da implantação, as instituições da cidade, como a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Estadual de Ensino, a Associação Comercial e o Sindicato da Indústria Moveleira, foram ouvidas com a finalidade de perceber como o arranjo produtivo local poderia ser beneficiado pelos cursos do Instituto.

Como Ubá/MG é um polo moveleiro e as empresas exigem que os funcionários tenham preparação para o mercado internacional, o curso

de Inglês Básico foi o primeiro ofertado em 2016, na modalidade FIC. Naquele momento, não havendo ainda docentes efetivos na unidade, foi realizada uma parceria com o IF Sudeste MG/Câmpus Rio Pomba, a Secretaria Municipal de Educação e a Universidade do Estado de Minas Gerais, que cederam alguns professores (IF Sudeste MG, 2019a).

Ainda em 2016, no segundo semestre, o Câmpus Avançado Ubá passou a contar com 13 cursos oferecidos pelos câmpus de Juiz de Fora e Rio Pomba, na modalidade de ensino a distância, atendendo toda a região e aproximadamente 300 estudantes por meio do polo da Escola Técnica (ETec).

Em 2019, a unidade passou a oferecer os cursos técnicos de Administração e Desenvolvimento de Sistemas (IF Sudeste MG, 2019a).

No presente, o Câmpus Ubá oferece cinco cursos técnicos concomitantes e subsequentes, um curso técnico concomitante e subsequente à distância, um curso de pós-graduação lato sensu e quatro cursos FIC.

UMA PEDRA NO MEIO DO CAMINHO, UM ATALHO CHAMADO REENCONTRO

Toda boa viagem que envolve descobertas e aventuras também enfrenta seus percalços. A pandemia de covid-19 pegou todo mundo como uma verdadeira avalanche, bloqueando a estrada para os viajantes e trazendo incertezas quanto aos caminhos alternativos diante dessa nova realidade.

A primeira decisão foi a instituição do Comitê de Acompanhamento e Avaliação da situação do novo coronavírus (covid-19), com o objetivo de avaliar e acompanhar, no âmbito do IF Sudeste MG, questões inerentes ao contexto epidemiológico do mencionado vírus, respeitando as diretrizes dos órgãos públicos competentes no trato do assunto, que ocorreu em 13 de março de 2020. Em 17 de março, foi aprovada a suspensão das atividades acadêmicas por tempo indeterminado.

Diversas ações institucionais passaram a ser realizadas a partir desse momento, a exemplo dos editais emergenciais para apoio aos estudantes de baixa renda e os projetos de extensão e pesquisa voltados para a produção de conhecimento, equipamentos e artigos de higiene, como máscaras, álcool em gel, sabão ecológico, entre outros.

Além disso, comissões de combate ao coronavírus foram criadas por servidores e alunos em todas as dez unidades, que permitiram, inclusive, a distribuição de cestas básicas para a comunidade externa mais atingida pelo flagelo da pandemia.

O Comitê de Comunicação Social e Marketing criou o Plano de Ação de Combate ao Coronavírus com um trabalho conjunto de profissionais de todos os câmpus e Reitoria, com a produção diária de conteúdo para os sites e redes sociais oficiais para manter servidores, alunos, colaboradores terceirizados, pais de alunos e comunidade externa informados sobre cada quilômetro cavado com esforço e segurança rumo a um atalho que permeasse nossa grande estrada até que fosse possível retomarmos nosso caminho.

Em um ano de atuação, foram 11 unidades envolvidas, incluindo a Reitoria, com 55 ações desenvolvidas, que reuniram 475 servidores e alunos e beneficiaram 601 mil pessoas, direta e indiretamente, por meio de 28 parcerias, com um investimento de R\$ 738 mil.

Depois desses primeiros quilômetros do atalho, ele se alargou com o avanço da pandemia de covid-19 em 2021 e 2022. O Projeto Reencontro, em suas duas edições, preparou nossa comunidade e sua caravana para voltar a sua trajetória em um ponto mais avançado de nossa estrada.

“Apenas com segurança e qualidade, voltaremos. Antes disso, a certeza é que planejaremos” (IF Sudeste MG, 2020a). Com essa premissa, o IF Sudeste MG lançou o Projeto Reencontro, cujo objetivo foi construir, nos meses de junho e julho, uma proposta coletiva e integrada de ações a serem observadas e implementadas em todo o IF Sudeste MG, considerando-se o cenário epidemiológico e a extrema cautela que exigia.

Refletir sobre quando, como e em quais condições ocorreria o “reencontro” de alunos, servidores e colaboradores era a atitude que deveria direcionar o planejamento a ser construído, sob a condução de representantes da comunidade acadêmica, organizados em comissões em todas as unidades da Instituição.

Segundo o documento do Projeto Reencontro, publicado em 29 de junho de 2020: “O projeto ‘Reencontro’ tinha por objetivo construir uma proposta coletiva, com a participação dos dirigentes, cargos e funções estratégicos, representantes docentes, técnicos administrativos em educação (TAEs) e estudantes do IF Sudeste MG, de gestão integrada e compartilhada no estabelecimento de prioridades” (IF Sudeste MG, 2020b, p.7).

O projeto foi dividido em três grandes eixos: Segurança, Instrumentos Pedagógicos, Tecnológicos e Estruturais e Estratégias de Comunicação. Desses três grandes eixos, formaram-se dez grandes comissões com representantes docentes, técnicos e estudantes de todas as dez unidades e da Reitoria: Adequações no ambiente câmpus e Reitoria(C1), Novas Rotinas nos câmpus e Reitoria(C2), Cuidados com os servidores(C3), Treinamentos e Capacitações(C4), Cuidados com os estudantes(C5), Reorganização dos calendários acadêmicos(C6), Regulamento e Orientação da Pesquisa, Pós-Graduação(C7), Capacitação de servidores e estudantes(C8), Conectividade e Acesso à Internet dos Estudantes(C9) e Produção de material educativo e Comunicação(C10).

As duas edições do Projeto Reencontro, que envolveu editais de auxílio aos estudantes para aquisição de equipamentos de internet e aquisição de contratos de acesso à internet, deu o suporte necessário para aquele momento tão incomum. Essa estrutura levou a um valor expressivo de R\$ 16 milhões no auxílio financeiro aos estudantes em dois anos – R\$ 8,4 milhões em 2020 e R\$ 7,6 milhões em 2021.

Em meio a essas duas edições do Projeto Reencontro, em 10 de julho de 2020, foi lançado o Projeto REI (Regime Especial de Inverno). Com início das atividades em 10 de agosto, o projeto foi uma proposta experimental para se verificar a dinâmica das aulas on-line na plataforma SIGAA. Em seguida, foi a vez da implantação do Projeto ERE (Ensino Remoto Emergencial), que deu início às atividades do semestre de 2020.1 em 15 de setembro de 2020, em regime especial e totalmente remoto.

Depois de 16 meses do Projeto Reencontro, com o avanço da vacinação e a melhoria de cenário da pandemia de covid-19, o IF Sudeste MG elaborou o Plano de Retomada, implantado em novembro de 2021. Esse plano representou um retorno lento, gradual e dividido em quatro cenários diferentes da pandemia e com indicadores como o número de mortes, número de casos, porcentagem de ocupação hospitalar, entre outros, que determinavam o avanço ou recuo entre os cenários com mais ou menos restrições em cada contexto.

Em 14 de abril de 2022, foi elaborado o plano (Com)Viver – unindo experiências, o Plano de Convivência que preparou a Instituição para um retorno completo às atividades presenciais. Era o fim do Projeto Reencontro, como ressaltado em matéria publicada no site na época:

“O Reencontro chegou ao fim? Na verdade, o Reencontro aconteceu. Passos seguros permitiram que todas as 11 unidades do IF Sudeste MG viessem a concretizar, entre final de março e início de abril de 2022, o desejado retorno presencial” (IF Sudeste MG, 2022).

Com o bagageiro cheio de experiência e o coração repleto de saudades, voltamos para a nossa estrada principal, mas bem mais adiante. No entanto, essa já era uma estrada diferente, afinal, quando se trilha um caminho, nem mais somos os mesmos, nem o caminho é o mesmo. Voltando, encontramos novas curvas, novos desafios, novo fôlego e fomos abastecidos pela alegria do encontro.

2023-2024, AVANÇOS E NOVOS TRAJETOS

Depois de 113 anos, o IF Sudeste MG chegou em 2023 com os pneus calibrados e repleto de esperança pelo advento de um novo ciclo de investimentos, impulsionado pela ascensão de Lula à Presidência em 1º de janeiro do mesmo ano. Vale lembrar que, em seu segundo mandato, em 2008, Lula foi o responsável pela criação da Rede Federal, da qual o IF Sudeste MG faz parte (Brasil, 2008).

Em 2023, o IF Sudeste MG acelerou mais uma vez. Somente em valores empenhados, em relação a 2022, o valor passou de R\$ 334,05 milhões no ano anterior para R\$ 367,66 milhões, um incremento de R\$ 33,61 milhões, representando um aumento de 9,88%.

Somente em emendas parlamentares, graças a um trabalho articulado, o valor investido em 2023 foi de R\$ 12,2 milhões, diferente dos R\$ 7,3 milhões em 2022, representando um incremento de 58,3% em apenas um ano.

Já em 2024, o governo federal fez o anúncio de uma nova fase do processo de expansão dos Institutos Federais. Segundo matéria publicada no site oficial do IF Sudeste MG, o governo federal anunciou no dia 12 de março, a criação de 100 novos câmpus dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF Sudeste MG, 2024).

A iniciativa alcança todas as unidades da Federação e prevê a geração de 140 mil novas vagas, a maioria em cursos técnicos integrados ao ensino médio. Os detalhes foram anunciados pelo presidente, Luiz Inácio

Lula da Silva, ao lado dos ministros Camilo Santana (Educação) e Rui Costa (Casa Civil), em cerimônia no Salão Nobre do Palácio do Planalto.

Por meio do Novo PAC, foi anunciado em 12 de março um investimento de R\$ 3,9 bilhões em obras. Esse montante foi recentemente ampliado em um anúncio oficial feito no encontro com reitores e reitoras de todo o país com Lula, no dia 10 de junho de 2024, sendo o novo valor de R\$ 5,5 bilhões para investimentos em obras. Desse total, parte será destinada à criação de novos câmpus e outra parte à consolidação das unidades já existentes, com a construção de refeitórios, ginásios, bibliotecas, salas de aula e aquisição de equipamentos.

O objetivo da nova expansão da Rede Federal é aumentar a oferta de vagas na educação profissional e tecnológica (EPT) e criar oportunidades para jovens e adultos, especialmente os mais vulneráveis. A construção de novos câmpus nos municípios impacta o setor da construção civil, além de gerar emprego e renda. As novas Escolas, quando estiverem em funcionamento, promoverão desenvolvimento local e regional.

O programa de expansão dos IFs marca a retomada de investimentos na criação de novas unidades dos Institutos Federais no Brasil, quase dez anos após a última expansão estruturada da Rede Federal. Além disso, também celebra uma das políticas educacionais mais bem-sucedidas no âmbito da educação profissional, que permitiu que a educação pública de qualidade alcançasse as localidades mais distantes dos grandes centros e das capitais dos estados, tornando-se uma das redes mais capilarizadas na oferta de cursos técnicos, superiores e de pós-graduação.

Com essa ampliação, o IF Sudeste MG ganhou duas novas unidades: São João Nepomuceno e Caratinga, mais duas paradas em nossa estrada, que se alarga e ganha novas vias. As unidades ainda estão em fase inicial de implantação.

E sobre o futuro? Assim como em uma longa estrada, nem sempre conseguimos ver o ponto de chegada, ou a próxima cidade, vamos observando quilômetro a quilômetro a beleza que se faz no caminhar.

O IF Sudeste MG chega ao seu 16º ano com a experiência de ter vivido e deixado para trás um legado admirável, feito de passos de educadores valentes desde 1910, junto com sucessivas gerações de servidores e servidoras, alunos e alunas, colaboradores de toda ordem, que ajudam dia após dia na construção dessa história.

Como diria um poeta “Nada nos desafia mais que o horizonte”. E é para lá que caminharemos – 1.292 servidores, 15.064 estudantes, 11 unidades implantadas (incluindo Reitoria) – juntos.

REFERÊNCIAS

BARROSO, R. A. *A formação do Técnico em Agropecuária pela Escola Agrotécnica Federal de Barbacena no Contexto da Modernização da Agricultura no Brasil (1965-1985)*. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

BRANT, A. D. C. Edifício do Aprendizado Agrícola de Barbacena [...]. Barbacena, 7 set. 2023. Facebook: BarbarasCenas (Fotos antigas de Barbacena). Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=10210855865148556&set=g.282478721886589&locale=pt_BR Acesso em: 2 nov. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 8.358, de 9 de novembro de 1910*. Cria o Aprendizado Agrícola de Barbacena, subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1910. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8358-9-novembro-1910-530648-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 22.934, de 13 de julho de 1933*. Altera a denominação do Aprendizado Agrícola de Barbacena para Escola Agrícola de Barbacena. Rio de Janeiro: Chefia do Governo Provisório, 1933. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22934-13-julho-1933-510267-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946*. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. 3. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, 1954.

BRASIL. *Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 60.731, de 19 de maio de 1967*. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60731-19-maio-1967-401466-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL. *Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 28 jun. 2024.

IF SUDESTE MG (Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais). *Institucional*. Rio Pomba: IF Sudeste MG, 2018a. Disponível em: <https://sistemas.riopomba.ifsudestemg.edu.br/dirextMuseu/institucional/>. Acesso em: 17 set. 2024.

IF SUDESTE MG (Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais). *Câmpus Avançado Bom Sucesso*. Bom Sucesso: IF Sudeste MG, 2018b. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/bomsucesso/institucional/>. Acesso em: 17 set. 2024.

IF SUDESTE MG (Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais). *Câmpus Avançado Ubá*. Ubá: IF Sudeste MG, 2019a. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/uba/institucional/>. Acesso em: 17 set. 2024.

IF SUDESTE MG (Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais). *Revista Comemorativa aos 10 anos do IF Sudeste MG*. Juiz de Fora: IF Sudeste MG, 2019b. p. 28. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/noticias/reitoria/2019/06/revista-comemorativa-sera-lancada-amanha>. Acesso em: 7 jul. 2024.

IF SUDESTE MG (Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais). Por dentro do Projeto Reencontro: saiba o que as comissões estão fazendo. *Notícias*, Juiz de Fora/MG, out. 2020a. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/noticias/reitoria/2020/10/por-dentro-do-projeto-reencontro-saiba-o-que-as-comissoes-tem-feito-1>. Acesso em: 7 jul. 2024.

IF SUDESTE MG (Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais). *Projeto Reencontro*: Comissão Adequações no Ambiente dos Campi e Reitoria. Juiz de Fora: IF Sudeste MG, 2020b. Disponível em: https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/projetos/projeto-reencontro/comissao-1/ebook-comissao-c1_alt_biblio-final__i_a2b-1.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

IF SUDESTE MG (Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais). *Câmpus Santos Dumont*. Santos Dumont: IF Sudeste MG, 2021. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/santosdumont/institucional/> Acesso em: 17 set. 2024.

IF SUDESTE MG (Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais). Com desfecho esperado, Projeto Reencontro chega ao fim. *Notícias*, Juiz de Fora/MG, abr. 2022. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/noticias/reitoria/2022/04/com-desfecho-esperado-projeto-reencontro-chega-ao-fim> Acesso em: 7 jul. 2024.

IF SUDESTE MG (Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais). *Câmpus Juiz de Fora*. Juiz de Fora: IF Sudeste MG, [2024a]. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/juizdefora/institucional> Acesso em: 17 set. 2024.

IF SUDESTE MG (Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais). *Câmpus Manhuaçu*. Manhuaçu: IF Sudeste MG, [2024b]. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/manhuacu/institucional/> Acesso em: 17 set. 2024.

IF SUDESTE MG (Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais). Governo federal anuncia 100 novos campi de Institutos Federais. *Notícias*, Juiz de Fora/MG, mar. 2024. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/noticias/reitoria/2024/03/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais#:~:text=O%20Governo%20Federal%20anuncia%20na,t%C3%A9cnico%20integrados%20ao%20ensino%20m%C3%A9dio> Acesso em: 7 jul. 2024.

PRONATEC IF SUDESTE MG CÂMPUS SÃO JOÃO DEL-REI. [Sem título]. Foto de Deja Carvalho. São João del-Rei, 20 nov. 2014. Facebook: Pronatec IF Sudeste MG Câmpus São João del-Rei. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=798064280236805&set=pb.100069074332623.-2207520000> Acesso em: 2 nov. 2024.

REIS, E. B. Foto pátio interno Escola Agrícola Diaulas Abreu, circa 1920. Barbacena, 15 maio 2017. Facebook: BarbarasCenas (Fotos antigas de Barbacena). Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=1552675058089448&set=gm.973257036142084&locale=pt_BR Acesso em: 2 nov. 2024.

UNIDADE RURAL – IF CAMPUS MURIAÉ. [Sem título]. Muriaé, 8 ago. 2017. Facebook: Unidade Rural – IF Campus Muriaé. Disponível em: <https://www.facebook.com/unidaderuralifsudestemgmuriae/photos/pb.100068604370623.-2207520000/135040573764641/?type=3> Acesso em: 2 nov. 2024.



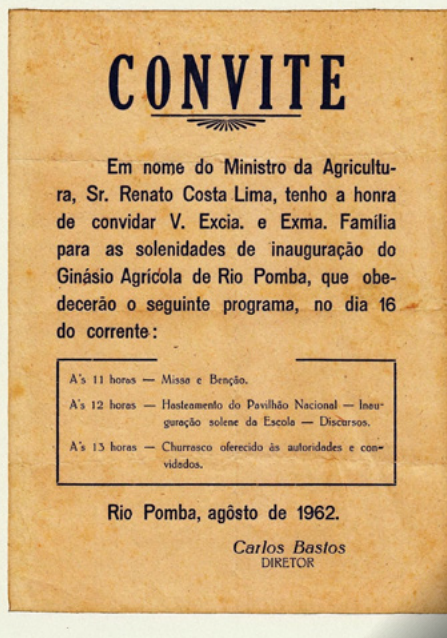
01



02



03



04



05



06



07



08



09



10



11



DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Escola Agrícola de Barbacena em jornal de 1912 | Fonte: Brant (2023).
- 02 Primeiro diretor e equipe da Escola Agrícola de Barbacena | Fonte: Colégio Agrícola 73/75 (2015).
- 03 Pátio interno da Escola Agrícola de Barbacena nos anos 1920 | Fonte: Reis (2019).
- 04 Convite para inauguração do Ginásio Agrícola de Rio Pomba em 1962 | Fonte: Acervo do IF Sudeste MG/Câmpus Rio Pomba.
- 05 Inauguração da Escola Agrícola de Rio Pomba em 1962 | Fonte: Acervo do IF Sudeste MG/Câmpus Rio Pomba.
- 06 Inauguração da Usina Piloto do CTU em 1966 | Fonte: Acervo pessoal do professor Azelino Cesar de Lima.
- 07 Colégio Cataguases, prédio projetado por Oscar Niemeyer, hoje sede do Câmpus Cataguases | Fonte: Acervo do IF Sudeste MG/Câmpus Cataguases
- 08 Prédio do Colégio Agrícola de Rio Pomba nos anos 1970 | Fonte: Acervo do IF Sudeste MG/Câmpus Rio Pomba.
- 09 Obras na então Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba nos anos 1980 | Fonte: Acervo do IF Sudeste MG/Câmpus Rio Pomba.
- 10 Pedra fundamental de obras no CTU em 1994 | Fonte: Acervo pessoal do professor Azelino Cesar de Lima.
- 11 Vista do ginásio do Câmpus São João del-Rei em 2014, com arquitetura característica do antigo Centro de Atenção à Infância (CAIC) | Fonte: Pronatec IF Sudeste MG Câmpus São João del-Rei (2014).
- 12 Antigo prédio do DNIT adaptado como base do Câmpus Manhuaçu em 2015 | Fonte: Acervo institucional do IF Sudeste MG.
- 13 Mural no Câmpus Santos Dumont | Fonte: Acervo institucional do IF Sudeste MG.
- 14 Lançamento da pedra fundamental do novo câmpus em São João Nepomuceno em 2024 | Fonte: Acervo institucional do IF Sudeste MG.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

TRADIÇÃO E INOVAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO CENTENÁRIA¹

TEREZA FACHADA L. CARDOSO²

SAMUEL RODRIGUES DE OLIVEIRA³

O papel da educação profissional e tecnológica na sociedade e a sua importância para o desenvolvimento do Brasil têm sido abordados por diferentes autores em trabalhos acadêmicos, livros de memórias, edições institucionais comemorativas, vídeos, entre outros. É um tema que já conta com um interesse consolidado entre pesquisadores, porém ainda existem muitas histórias a serem reconstituídas e divulgadas, tarefa com a qual, sem dúvida, esta coleção pretende contribuir ao valorizar a história, o impacto e evolução da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em nosso país.

1 A revisão técnica do texto foi feita pelo professor doutor Marcus Tadeu Daniel Ribeiro.

2 Doutora em História Social pela UFRJ, com pós-doutoramento em Educação pela Universidade de Lisboa, é pesquisadora e professora aposentada pelo Cefet/RJ. Investiga nas áreas de história da ciência e história da educação. E-mail: fachada@gmail.com.

3 Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com pós-doutoramento pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atua como professor e pesquisador do Cefet/RJ, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico Raciais (PPRER). É bolsista de produtividade em Pesquisa do CNPq e Jovem Cientista do Nosso Estado pela Faperj. Investiga a memória social, o ensino de História, e as relações entre classe, raça e gênero na formação da cidadania nos espaços urbanos, escolares e na cultura visual do século XX. E-mail: samu_oliveira@yahoo.com.br.

Em uma rápida consulta à historiografia relativa ao Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) e ao tema da educação técnico-profissional, a primeira publicação que sistematizou uma história desse ensino foi *A história do ensino industrial no Brasil*, de autoria do engenheiro e professor Celso Suckow da Fonseca (1905-1966). Ele percorreu um marco temporal desde a Colônia, o Império e a República, enfatizando as transformações e melhorias promovidas no ensino industrial a partir dos anos 1930, chegando até o início da década de 1960. Editada originalmente pela Escola Técnica Nacional, a obra foi dividida em dois volumes: o primeiro, publicado em 1961; e o segundo, em 1962. O livro ganhou ainda outra edição, em 5 volumes, do Senai/DN/DPEA em 1986, tamanha a importância e referência para o debate sobre o ensino técnico na sociedade brasileira. Uma edição comemorativa em CD-ROM foi lançada pelo Cefet/RJ em duas tiragens: 2008 e 2009.

Além do já referido livro, o professor de História Demosthenes de Oliveira Dias escreveu, a pedido do Conselho de Representantes da Escola, uma obra imprescindível, com caráter documental e memorialístico: *Estudo documentário e histórico sobre a Escola Técnica Federal “Celso Suckow da Fonseca”*, de 1973. Trata-se da visão de quem participou ativamente da vida institucional e apoiou as reformas educacionais do regime militar, que teriam o efeito de “sanar” o “defeito da educação brasileira”, instituindo a Educação Moral e Cívica e a reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1971, que transformou a formação técnica em obrigatória a todo o segmento educacional do ensino médio e deu destaque às Escolas Técnicas Federais como instituições modelo. Para ele, havia a necessidade urgente de “formar técnicos”, sem descuidar de uma educação “humana” que considerasse “os costumes característicos de nosso povo” (Dias, 1973, p. 14-15).

Outra obra documental e memorialística, porém de caráter autobiográfico, foi escrita pelo professor e inventor da instituição Eugênio Trombini Pelllerano, *Aventuras de um peripatético* (1996), na qual o autor nos conduz a um passeio pedagógico sobre sua vida e apresenta vários de seus projetos multidisciplinares, envolvendo mais de uma área de conhecimento, em uma época que não era comum essa integração de disciplinas ou de instituições em nosso meio educacional.

A partir dos anos 1990, ocorreu uma renovação da historiografia a partir dos debates relativos à história cultural e social e a sua relação com a educação, bem como a descoberta de novos acervos e arquivos escolares. Tereza Cardoso (2005, 2009) destaca-se como uma das autoras centrais desse momento na análise da trajetória da Escola, realizando projetos, orientando pesquisas e organizando exposições.

Atuando na pesquisa do arquivo escolar do Cefet/RJ, Cardoso concentrou análises na Primeira República. Destacou a importância da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz (1917-1937) na formação de professores para atuarem na Rede Federal recém-criada em 1909 pelo presidente Nilo Peçanha e analisou vários aspectos da Escola, como as oficinas femininas, seu papel social, o corpo docente, as reformas educacionais, entre outros. Destaca-se a relação entre gênero e cultura escolar, uma questão nem sempre observada no estudo desse tipo de ensino, mas que é central na produção da autora.

Luiz Antônio Cunha escreveu uma obra em três volumes, recorrendo ao debate sobre o ensino técnico na Colônia, Império e República, intituladas: *O Ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata* (2005), *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização* (2005), e *O ensino profissional na irradiação do industrialismo* (2005). O trabalho monumental enfatiza a relação entre a estrutura produtiva, suas transformações e os projetos de ensino técnico constitutivos no processo produtivo brasileiro, do período colonial à atualidade. É uma obra de história social, com forte ênfase nas relações entre economia, sociedade e sistema educacional para aprendizagem de ofícios e profissões. Assemelha-se ao recorte feito por Celso Suckow em sua obra, mas realiza um tratamento mais refinado das temporalidades que atravessam a construção do ensino técnico e as relações com os projetos políticos e econômicos em disputa na sociedade.

Próximo a essa abordagem ligada à história social, Zuleide Silveira (2007), por sua vez, estudou concepções de educação tecnológica na reforma do ensino médio e técnico nos anos de 1990, investigando seus impactos no Cefet/RJ. A autora também enfatiza a forte conexão entre a política econômica e as dinâmicas que estruturam os projetos de educação técnica, evidenciando como o neoliberalismo estabeleceu balizas para a construção da sociedade e as transformações escolares.

A autora também coordenou o Centro de Memória do Cefet/RJ, criado em 2006, que em conjunto com o Arquivo da Escola e com a sua associação de ex-alunos pretendia ser um lugar de reconstrução histórica e busca de identidade. Apesar de sua breve existência, produziu um livro e um CD-ROM para comemorar os 90 anos da Instituição em 2007.⁴

Sobre as décadas de 1960 e 1970, dedicadas ao período do regime militar, são exemplos representativos os estudos de Rodrigo Borba (2017) sobre os movimentos estudantis na Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (1967-1978), resgatando o protesto estudantil e os diferentes embates que marcaram a reforma do ensino técnico industrial e que foram relegados ao silêncio na memória oficial da Escola; e Samuel Oliveira (2023), que dialoga com a história e a memória das instituições de ensino e da luta dos estudantes nos anos 1960, mediado pelas recentes discussões sobre a cultura política e a história social na ditadura. Oliveira (2023, p. 133) destaca que a historiografia “pouco tem enfatizado o cotidiano nas instituições de ensino e as lutas que transcorreram para essa transformação”.

Nas linhas de pesquisa sobre a história da profissão docente e a história das disciplinas escolares, destacamos as seguintes teses de doutorado como exemplos: a primeira, de Maciel (2018), *A Matemática na Escola Técnica Nacional (1942-1965)*, em que o autor constatou que apesar dos conteúdos dos cursos industriais básicos serem os mesmos do ginásio, a disciplina de Matemática da ETN apresentava características diferentes daquelas ofertadas no ensino secundário. A segunda, de Mendes (2022), *O ensino de História nas Escolas Técnicas Federais: história e cultura escolar (1959-1974)*, analisou o ensino de História nas Escolas Técnicas Federais a partir de três unidades da Rede Federal de Ensino Profissional, situadas no Rio de Janeiro/RJ, em Curitiba/PR e Belo Horizonte/MG, referências em nível nacional, concluindo que, apesar de ter havido relativa liberdade para planejar e ensinar de acordo com as escolhas de seus professores e gestores, elas foram paulatinamente se adequando à tendência pedagógica tecnicista das décadas de 1960 e 1970.

Por ocasião do centenário do Cefet/RJ, foram publicados dois livros comemorativos: o primeiro deles, *Registros de uma instituição centenária* (2017),

⁴ Sobre o Centro de Memória, consultar Silveira (2009).

edição institucional bilíngue português/inglês, que contemplou, além de um breve contexto histórico, as categorias símbolos, cultura escolar, espaços, transformações e perspectivas institucionais. Organizado por Tereza Cardoso, Dayse Pastore e Isabela Devonish, demandou farta pesquisa de imagens. Além da inclusão de fotos históricas preciosas de arquivo, o livro promoveu uma atualização fotográfica sobre a Escola e suas diferentes unidades.

O outro livro, *A escola que mudou a minha vida: uma história de vida, pertencimento, afeto, formação humana e profissional* (2018), de iniciativa da Associação dos ex-alunos Cefet/RJ e ETN, trabalhou sobretudo com fotos do rico acervo que a Associação preservou ao longo dos anos. Significativa foi a seção de depoimentos de ex-alunos sobre seu tempo escolar, desde a Escola Normal Wenceslau Braz na década de 1930 até os concluintes de 2012. Esse trabalho foi organizado por Tereza Cardoso, Maria Renilda Barreto e Samuel Oliveira (2018). Posteriormente, os autores elaboraram uma reflexão sobre história pública, oralidades e a análise do cotidiano e da experiência escolar dos estudantes (Oliveira; Cardoso; Barreto, 2023).

Apesar de existirem mais publicações sobre o tema, essa pequena mostra de autores e obras pode ser um ponto de partida para quem se interessar em pesquisar a história do Cefet/RJ, sobre a qual um breve relato será apresentado a seguir.

A ESCOLA NORMAL DE ARTES E OFÍCIOS WENCESLAU BRAZ (1917-1937)

Criadas pelo Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, por iniciativa do presidente da República, Nilo Peçanha, foram inauguradas, durante o ano de 1910, as Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos estados. Devido a disputas políticas, foi construída uma Escola Federal na cidade de Campos, no norte do estado do Rio de Janeiro, um dos redutos políticos de maior destaque na política regional fluminense.

Na Primeira República, as dinâmicas políticas nacionais dependiam da política dos estados e dos acordos com os “coronéis” que controlavam os municípios. Na capital do país (Rio de Janeiro), uma Escola Federal foi instituída somente em 1917. A despeito da importância da

capital federal, Nilo Peçanha privilegiou seu reduto eleitoral. A cidade de Campos/RJ era a origem do “nilismo”, corrente política liderada por Nilo Peçanha no Partido Republicano Fluminense.

Nos anos 1890, a Proclamação da República provocou fortes debates sobre os projetos de cidadania a ser constituída e consolidou um padrão de exclusão social para a maior parte dos brasileiros. Ao contrário da expansão da cidadania e da democracia, traço comum nos vários projetos republicanos que inspiraram transformações sociais ao longo do século XIX, a República brasileira foi controlada por uma oligarquia agrária. Nilo Peçanha foi um político que pactuava com a dinâmica oligárquica, contudo procurou expandir o acesso e o direito à educação para os grupos populares.

No debate da época, recuperava-se projetos que já tinham sido debatidos, mas foram marginalizados na dinâmica política oligárquica e conservadora. Um dos projetos de maior destaque, ligado ao movimento abolicionista, foi o proposto por André Rebouças. Já na década de 1860, o engenheiro e homem de negócios André Rebouças afirmava a necessidade de se pensar um projeto educacional que preparasse o negro e o imigrante para o mundo do trabalho assalariado, com conhecimentos mínimos de leitura, escrita e cálculo (Barreto; Cardoso; Silva, 2015).

Alinhado com o intento civilizatório de transformar a sociedade brasileira e integrar a massa de sua população, em sua maior parte negra, Rebouças compreendia como fundamental o estabelecimento do ensino técnico para qualificar a força de trabalho e favorecer sua integração social. Todavia, a abolição foi instituída sem atenção aos projetos de cidadania discutidos naquele que foi o maior movimento social do século XIX brasileiro. Ao marginalizar os projetos de cidadania ligados ao movimento abolicionista, o pós-abolição e a República favoreceram uma integração subalternizada do negro na sociedade.

Nos primeiros anos da República, a abertura de instituições de ensino e de implantação de cursos denominados industriais, comerciais e agrícolas materializou a percepção da necessidade de qualificação de negros e imigrantes, mulheres e homens, para atender às demandas do mercado de trabalho urbano, que mudava seu perfil diante do crescimento populacional das cidades e do projeto de construção da nação civilizada que passava pela crença de uma população com saúde e educação.

Não obstante a necessidade de formar mão de obra qualificada para atender às demandas do mercado ser um discurso recorrente entre os intelectuais brasileiros durante a República, o ensino técnico era entendido nesse contexto não como uma forma de emancipação social (como propugnado por Rebouças e o abolicionismo), mas uma maneira de estabelecer uma pedagogia civilizatória para o trabalhador e controlá-lo. Ou seja, nessa conjuntura, o ensino profissional poderia atender às aspirações de duas correntes distintas: para a ideologia conservadora, seria um antídoto contra a disseminação de ideias exóticas entre o operariado brasileiro, sendo um instrumento de controle social; para a ideologia progressista, industrialista, propiciaria o desenvolvimento de forças produtivas, além de propagar os valores atribuídos à indústria, tais como “progresso, emancipação econômica, independência política, democracia e civilização” (Cunha, 2000, p. 94).

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), momento histórico de crise internacional do sistema capitalista, trouxe alterações no comércio, e, com isso, a industrialização brasileira acabou por se beneficiar com a interrupção das importações, favorecendo seu crescimento industrial. Contudo, a falta de mestres de ofícios especializados e de professores qualificados era uma limitação para a expansão do sistema de educação profissional, o que influenciou o governo a recrutar professores do ensino primário para atuar na rede; no entanto, eles não possuíam a habilitação necessária para atuar nesse ensino. Por outro lado, os mestres de ofícios provenientes das fábricas e das oficinas não tinham conhecimento suficiente para atender aos requisitos de base teórica exigidos pelos cursos oferecidos, ficando a aprendizagem restrita apenas ao conhecimento empírico.

Azevedo Sodré, então prefeito do Distrito Federal, foi quem primeiro externou o desejo de instalar uma Escola Normal de Artes e Ofícios, tarefa que coube a seu sucessor no cargo, Amaro Cavalcanti, que encomendou, nos Estados Unidos, um projeto inicial de organização para a Escola (Fonseca, 1986).

Nesse cenário, foi criada a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, pelo Decreto n. 1.880, de 11 de agosto de 1917, no Distrito Federal, visando solucionar a carência de docentes qualificados. Instalada na antiga propriedade do Duque de Saxe, à Rua General Canabarro, n. 338, o imóvel pertencente ao patrimônio nacional foi ocupado por

vários órgãos federais até ser transferido para a Prefeitura do Distrito Federal, a fim de abrigar a nova proposta de uma Escola Normal de Artes e Ofícios, que recebeu o nome do presidente da República que a inaugurou, oficialmente, em 9 de novembro de 1918.

A área do terreno era de 84.825 metros quadrados, e o Rio Maracanã passava por dentro dele. No prédio principal, o casarão recebeu as aulas teóricas, as dependências administrativas, o salão nobre, as salas especiais para desenho à mão livre e geométrico, os laboratórios de física, química e história natural, além dos anfiteatros com lanterna de projeção, as salas de datilografia e estenografia, a seção de economia doméstica e o gabinete médico e de medições antropológicas, tudo de acordo com a “moderna pedagogia”.



Figura 1. Fachada do prédio principal da ENAOBW
Fonte: Acervo institucional do Cefet/RJ.

Havia outra edificação que servia de moradia alugada ao diretor da Escola Superior de Agricultura e que passou a ser usada como residência por 20 alunos procedentes de fora da capital que vieram cursar a Escola Normal. Os alojamentos para alunas nunca se concretizaram. Foram construídos também pavilhões isolados para abrigar as diversas oficinas, bem como um destinado à Educação Física. Nesse caso, os alunos iniciaram suas atividades, em 1919, utilizando, como alternativa,

o antigo Pavilhão de Química, cedido pelo Ministério da Agricultura à prefeitura, situado dentro do mesmo terreno (Dias, 1973).

O objetivo da Escola Normal era, portanto, formar professores, mestres e contramestres para lecionarem no ensino profissional, além de capacitar profissionais para o ensino de trabalhos manuais nas escolas primárias do Distrito Federal. A diferença entre professores, mestres e contramestres, encontrada na legislação, demonstra que havia uma hierarquia entre eles. Por exemplo, havia professores titulares e adjuntos, que eram efetivos, e havia os temporários. Só os professores tinham assento na Congregação ou no Conselho de professores, além de poderem elaborar os programas das disciplinas. Aos mestres competia a supervisão das oficinas, e aos contramestres cabia apenas a execução das tarefas determinadas pelos mestres, ambos subordinados aos professores (Cardoso, 2009).

Paulo de Frontin, ao assumir a Prefeitura do Distrito Federal, em 1919, cogitou fechar a Escola alegando seus altos custos à prefeitura, o que gerou protestos e uma campanha contrária a tal atitude organizada pela imprensa. Esse impasse foi solucionado quando o município passou a jurisdição da Escola Normal para o governo federal em 27 de junho de 1919 (Dias, 1973). Junto com o prédio, os terrenos e as benfeitorias, a União assumia também a responsabilidade pelo pagamento dos salários e a manutenção das garantias dos funcionários que lá trabalhavam, como também dos professores, adjuntos, mestres e contramestres que compunham, por concurso público, o corpo docente da Instituição (Fonseca, 1986; Dias, 1973).

O início efetivo dos cursos, ainda sem o funcionamento das oficinas, deu-se em 11 de agosto de 1919, data que foi devidamente lembrada um ano depois, por meio da portaria expedida pelo diretor Corinto da Fonseca, na qual se congratulava com todo o pessoal administrativo, docente e discente pela data do primeiro aniversário de funcionamento efetivo da Escola (Cardoso, 2009).

A Wenceslau Braz caracterizou-se por ser a única escola pública voltada para a formação de docentes habilitados a lecionarem nas Escolas de Aprendizes Artífices e iniciou suas atividades oferecendo basicamente dois cursos: o Curso Técnico Profissional, frequentado por alunos, para trabalhos em madeira (carpintaria, marcenaria, tornearia, entalhação), metal (ferreiro, serralheiro, torneiro-mecânico, ajustador,

modelador, fundidor, funileiro e estampador, eletricidade) e o Curso de Trabalhos Manuais, predominantemente formado por alunas,⁵ com oficinas de chapéus, costura e economia doméstica. Pelo refeitório da Escola, as alunas do 2º ano de Economia Doméstica passavam em pequenos grupos, aprendendo a preparar a merenda que serviam para os demais alunos. Foi, portanto, uma escola mista desde a sua fundação, embora o número de alunas fosse maior desde o início de seu funcionamento.

A Instituição foi passando, ao longo do tempo, por transformações em seu espaço físico, no currículo e na organização do funcionamento interno a partir dos regimentos de 1924 e 1926, bem como das reformulações do ensino profissional. Outras alterações foram feitas, em 1929, com a implantação do Novo Regulamento do Ensino Profissional, em decorrência da Reforma Fernando de Azevedo, que articulou o ensino profissional com o ensino primário e com a indústria, substituindo o antigo Regulamento Municipal, ao qual a Escola ainda estava submetida. Em 1935, em decorrência das reformas de Anísio Teixeira, houve a articulação com o ensino secundário no Distrito Federal.

De modo geral, a frequência escolar foi bem alta ao longo de toda a trajetória da Instituição, sendo os índices superiores a 85% em todos os relatórios que encontramos, desde 1920 até meados da década de 1930, sinalizando que não havia uma evasão escolar significativa.

O currículo escolar foi alterado várias vezes ao longo da existência da Escola, adaptando-se às diferentes reformas administrativas e pedagógicas. Algumas disciplinas eram comuns a ambos os cursos, embora com diferentes conteúdos, como foi o caso de Português, Matemática, Física, Modelagem e Desenho. Outras eram específicas, como Química Industrial, para o Curso Técnico, ou Trabalhos Manuais, para o Curso de Trabalhos Manuais.

As oficinas femininas da Escola Normal Wenceslau Braz destacavam-se por acompanharem o novo tipo de inclusão das mulheres na vida urbana. A polêmica cercando a Escola vinha, sobretudo, dos que não viam utilidade num estabelecimento onde sempre predominou o alunado feminino, quando o esperado era que formasse mestres para o ensino profissional. Professoras de Moda, Economia Doméstica ou

⁵ “Dos dezessete concluintes da primeira turma de Trabalhos Manuais, dez eram alunas” (Cardoso, 2009, p. 132).

Datilografia tinham, assim, sua formação questionada entre os críticos da Escola. Apesar das resistências encontradas, como artigos na imprensa advertindo para o perigo da liberação feminina, as mulheres ocupavam cada vez mais novos espaços sociais e profissionais, em uma conjuntura em que descobriam oportunidades de trabalho e, especialmente nas grandes cidades, em um movimento considerado “perigoso” de libertação e de contestação de seu papel social.

A Escola estava inserida no universo técnico formador de mão de obra, e o ensino feminino teve, no professor e diretor Carlos Américo Barbosa de Oliveira, um defensor entusiasmado, valorizando, nos relatórios oficiais, a formação feminina para o trabalho (Cardoso, 2009, p. 130-133). Oliveira se pronunciou muitas vezes sobre o tema, como em 1929: “Na classe média da sociedade moderna a mulher tem, fatalmente, que colaborar no orçamento da família para a educação dos filhos, e essa colaboração, realmente efetiva, só se consegue formando a mãe de família culta e com capacidade para um trabalho eficiente”. Nesse caso, mesmo que não ocupasse uma vaga no mercado de trabalho, essa formação capacitaria a mulher a ser uma mãe mais bem preparada para criar seus filhos.

Uma característica constante foi a existência de um corpo docente altamente qualificado. Tomando como exemplo o ano de 1924, entre professores, mestres e contramestres que deram efetivamente aula, havia 30 docentes do sexo masculino, 21 com curso superior, sendo seis médicos, cinco bacharéis, nove engenheiros e um escultor formado na Escola de Belas Artes; duas não tinham indicação sobre a formação e seis lecionaram em oficinas que não exigiam curso superior.⁶ Técnicos suíços foram contratados para o ensino nas oficinas.

Já entre as 19 docentes do sexo feminino, uma era bacharel em direito, duas formadas pela Escola de Belas Artes, seis sem indicação da formação, mas que lecionaram disciplinas básicas, como língua portuguesa ou francês, e dez lecionaram em oficinas.

Entre os docentes da Wenceslau Braz, houve também os que lecionaram em outras instituições de renome da capital brasileira, como a Escola Politécnica, o Instituto de Educação, a Universidade do Distrito Federal, a Escola de Belas Artes, entre outras.

⁶ Foram consultados os registros funcionais da Escola, que se encontram no Setor de Arquivos do Cefet/RJ.

O MOVIMENTO CIVIL-MILITAR DE 1930 E AS REFORMAS DO ENSINO TÉCNICO: A ESCOLA TÉCNICA NACIONAL (1942-1965)

Em 1930, o movimento civil-militar, conhecido como “Revolução de 1930”, colocou no poder novos grupos que rompiam com o pacto oligárquico, buscando instaurar uma “nova” temporalidade na República brasileira.

O Brasil, apesar de continuar um país agrário, sofreu significativas modificações. As forças políticas no governo passaram a valorizar a indústria como atividade econômica mais importante para gerar progresso em diferentes níveis. O modelo econômico capitalista de forte apelo nacionalista (nacional desenvolvimentista), com ampliação do seu mercado de consumo, favoreceu a industrialização brasileira durante a Era Vargas. Juntamente com isso, o país investiu nos setores econômicos secundário e terciário, valorizando e estimulando a indústria nacional, que precisou preparar a mão de obra necessária ao projeto de desenvolvimento capitalista brasileiro.

O Ministério da Educação e Saúde (MES) foi uma das instituições fruto dessa onda de modernização instaurada pela sociedade brasileira, juntamente com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado no mesmo período, nomeado como o “Ministério da Revolução” pelo governo de Getúlio Vargas. Esperava-se que o Ministério da Educação produzisse um “novo homem” e fomentasse uma “cultura nacional” que permitiria transformar o povo brasileiro. No Decreto n. 19.444, de 1 de dezembro de 1930, a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz constava como uma das instituições que faziam parte do novo ministério.

O político e professor mineiro Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968), que liderou uma reforma educacional entre 1927 e 1928, em Minas Gerais, foi o indicado para o novo cargo de ministro da Educação. Logo ao assumir, Francisco Campos publicou sete decretos que ficaram conhecidos como Reforma Francisco Campos, que, entretanto, não contemplou as Escolas Profissionais.

O Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico foi extinto em 5 de janeiro de 1931, dando lugar a uma Inspeção do Ensino Profissional Técnico, tendo as funções de direção, orientação e fiscalização de todos os serviços relativos ao ensino profissional técnico, em quaisquer estabelecimentos que recebessem subvenção, prêmio ou

auxílio do governo federal. Em 1934, o Decreto n. 24.558, de 3 de julho, transformou a Inspeção do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Profissional, subordinando-a diretamente ao ministro da Educação.

A chefia da Inspeção, bem como, posteriormente, a da Superintendência, foi entregue a Francisco Montojos, que integrava um grupo de engenheiros educadores ligados às estradas de ferro que ocuparam cargos de direção em diferentes níveis na área da educação, como Roberto Mange, Ítalo Bolonha, Celso Suckow da Fonseca, entre outros.

Nesse mesmo período, um grupo de intelectuais divulgou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), com a proposta de mudar a realidade brasileira por meio da educação. Defendiam a escola pública e a sua centralidade na condução dessa mudança, combatiam o dualismo existente entre o ensino profissional e o ensino acadêmico e propunham a organização de cursos acadêmicos e profissionalizantes em um mesmo estabelecimento, com o ensino profissional integrado à vida escolar. Além disso, a Constituição Federal de 1934, no Capítulo II, atendeu a algumas reivindicações desse manifesto, como o direito universal à educação básica, a gratuidade, a obrigatoriedade para os alunos que estivessem matriculados e a coeducação, representando uma vitória parcial desse movimento renovador (Rocha, 2001, p. 126).

O período do Estado Novo (1937-1945) caracterizou-se por um forte intervencionismo do Estado, facilitado pela ditadura implantada por meio de uma nova Constituição, em 1937, na qual o ensino profissional continuava, conforme o artigo 129, “destinado às classes menos favorecidas” (Brasil, 1937). Aliás, de acordo com o mesmo artigo, cumpria ao Estado “dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa privada dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais” (Brasil, 1937).

Como mais um capítulo desse processo histórico, o ensino técnico passou a necessitar de uma formação mais complexa, que ia além do nível primário, embora a legislação só contemplasse essa mudança em 1942, com a Lei Orgânica do Ensino Industrial, a qual estabeleceu as bases da organização desse ensino, que passou a ser de grau secundário. Nesse caso, a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz não atendia mais às novas expectativas do capital industrial, e o governo

federal decidiu, em 1937, pelo seu fechamento, transformando-a, bem como as Escolas de Aprendizes Artífices existentes no país, em Liceus destinados ao ensino técnico em todos os ramos e graus.

A Escola seria profundamente transformada em sua estrutura arquitetônica, física e pedagógica, sendo um dos eixos de ação das transformações modernizantes que tentaram colocar fim à ordem social, política e educacional da “República Velha”. O prédio da Escola Normal foi demolido para a construção, no mesmo local, da Escola Técnica Nacional, instituída pelo Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que estabeleceu as bases de organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial.

As imagens fotográficas documentaram extensamente essa transformação. As oficinas em estilo eclético foram destruídas para dar espaço a uma nova estrutura arquitetônica, que se alinhasse com o estilo moderno que caracterizaria o próprio prédio do MES. Em 1936, na formação da comissão para planejar o prédio sede do Ministério da Educação, constituiu-se uma aliança entre vanguardas arquitetônicas modernistas, identificadas com o projeto de Le Corbusier, e as elites políticas que despontaram nos anos 1930. O edifício do MES se tornou um marco para a arquitetura modernista e outros prédios públicos construídos na mesma época.



Figura 2. Demolição dos prédios do Palacete Leopoldina, onde funcionou a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz
Fonte: Acervo institucional do Cefet/RJ.

O edifício da ETN, que substituiu as instalações da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, tinha um claro viés modernista, em diálogo com o estilo que se destacava na época. As imagens e fotografias que divulgavam o prédio construído pelo Estado Novo (1937-1945) mostram as linhas retas, o uso de pilotis, a divisão funcional do espaço escolar e outros traços característicos das vanguardas modernistas na arquitetura.



Figura 3. Fachada da ETN

Fonte: Acervo institucional do Cefet/RJ.

Entretanto, a modernidade ia além da arquitetura e colocava-se no próprio projeto político e pedagógico da ETN. O governo de Getúlio Vargas elaborou uma pedagogia cívica e política para o trabalhador brasileiro juntamente com um projeto de industrialização nacional. Entre 1930 e 1945, o governo institucionalizou os direitos sociais aos trabalhadores urbanos, com o propósito de garantir uma ordem social mais justa e a valorização do trabalhador brasileiro.

Em alinhamento com o fordismo e a necessidade de especialização da mão de obra na racionalização da estrutura produtiva, os intelectuais de Estado e as elites empresariais dos anos 1930 insistiam na necessidade de qualificação da força de trabalho. Nas amplas reformas educacionais

propostas pelo Ministério da Educação e Saúde, tendo em vista o nacionalismo que colocava a educação como formadora de uma nova consciência nacional no desenvolvimento dos trabalhadores do Brasil e de uma sociedade urbano-industrial, destacou-se a reforma educacional de 1942. Ela traçou determinações para o ensino profissional industrial, ramo de ensino secundário destinado à preparação de trabalhadores da indústria, das atividades artesanais e, ainda, dos transportes, comunicações e pesca.

Essa proposta estava comprometida com o projeto de desenvolvimento industrial e se propunha a formar profissionais para o exercício de ofícios e técnicas industriais, promover qualificação profissional aos jovens e adultos não diplomados ou habilitados, aperfeiçoar ou especializar os trabalhadores diplomados, além de divulgar conhecimentos de atualidades técnicas. Os estabelecimentos de ensino industrial foram classificados em quatro tipos: Escolas Técnicas, Industriais, Artesanais ou de Aprendizagem.

A instituição da ETN relaciona-se com esse projeto político e educacional. Contudo, a inauguração oficial da Escola só ocorreu em 7 de outubro de 1944, com a presença do então presidente da República, Getúlio Vargas, e do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema.

Portanto, com o principal objetivo de formar profissionais aptos ao exercício de ofícios e técnicas nas atividades industriais, a Escola iniciou ofertando 14 cursos industriais, com duração de 4 anos, para quem já tinha o curso primário completo; um curso de mestria, em três anos, para diplomados em curso industrial relacionado ao pretendido; um curso técnico, em três anos, para quem já tivesse concluído o primeiro ciclo do ensino secundário ou o curso técnico relacionado ao escolhido. Além desses, estava previsto ainda o curso pedagógico, com duração de um ano, destinado à formação de pessoal docente e administrativo do ensino industrial, para quem tivesse concluído o curso de mestria ou qualquer um dos cursos técnicos, que só foram efetivamente abertos anos depois, de 1952 a 1953.

De acordo com o Relatório da ETN de 1945, enviado à Divisão do Ensino Industrial, a Escola oferecia quinze cursos industriais: Mecânica de Máquinas, Mecânica de Precisão, Mecânica de Automóveis, Fundição, Serralheria e Forja, Máquinas e Instalações Elétricas, Aparelhos Elétricos e Telecomunicações, Carpintaria, Marcenaria, Cerâmica, Alfaiataria,

Corte e Costura, Chapéus, Flores e Ornatos, Tipografia e Encadernação. Entretanto, o curso de Alvenaria e Revestimentos, embora ofertado, não funcionou, por falta de professores e de material necessário.

Além desses, também foram ofertados cinco cursos técnicos: Construção de Máquinas e Motores, Eletrotécnica, Edificações, Decoração de Interiores e Desenho Técnico. Apenas um curso de mestria em Corte e Costura abriu, mas enfrentou muitas dificuldades, sobretudo para a Escola conseguir estágio em estabelecimentos industriais, tendo em vista a frequente negativa dos empresários quanto a aceitar estagiários (Cefet, 1945, p. 29). Funcionou, ainda, um curso rápido de Aperfeiçoamento em Solda Elétrica.

É importante destacar que, no plano internacional, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) impactou as escolhas do governo Vargas, que negociou seu apoio aos Aliados em troca de recursos investidos na industrialização, que resultaram em empreendimentos com a ação direta do Estado que tinham por objetivo retirar o país de sua dependência frente à importação de insumos e matérias-primas básicas. Exemplos desses investimentos estatais foram a Companhia Vale do Rio Doce, a Hidrelétrica de Paulo Afonso, a Fábrica Nacional de Motores (FNM), a Companhia Nacional de Álcalis e a implantação, em Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A meta era desenvolver uma indústria de base moderna, coexistindo com setores mais tradicionais, visando ao desenvolvimento econômico do país.

Com o fim do Estado Novo, em 1945, Getúlio Vargas foi deposto, e o país passou por um período de redemocratização. O marechal Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente (1946-1951) e promulgou uma nova Constituição Federal, em 1946, cujo Capítulo II foi dedicado à educação e cultura de modo geral, sem referência ao ensino técnico.

Os rumos da modernização econômica brasileira estavam no centro das discussões na década de 1950. Nesse período de transformações da economia centradas no setor industrial, os diferentes projetos de construção da nacionalidade valorizaram o papel da educação. De acordo com Chaves (2006, p. 706), “coube à elite intelectual brasileira o importante papel de sistematizar não apenas um pensamento nacional desenvolvimentista, como também um projeto educacional, que, afinados, deveriam fundamentar e guiar a própria ação estatal planejada”.

A autora destaca que tanto o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) quanto o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), dois órgãos do Ministério da Educação, apropriam-se desses ideários para a formulação e a implementação de políticas de reconstrução nacional.

Brasil e Estados Unidos assinaram, em 1946, um acordo de colaboração entre professores do ensino industrial, incluindo o intercâmbio e o treinamento de brasileiros e americanos especializados naquele ramo de ensino, além da elaboração e aplicação de métodos racionais de aprendizagem e de orientação educacional. Do acordo resultou a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), que, segundo Fonseca (1986, p. 283), constituiu-se em um órgão integrante do Ministério da Educação, com atuação em vários programas, como estudos e pesquisas relacionados às “necessidades” educacionais no Brasil, em geral, e do ensino profissional, em particular, além da aquisição de equipamentos e do treinamento de professores e de técnico administrativos para atuar no ensino industrial.

A política educacional traçada pela Lei Orgânica do Ensino Industrial permitiu que o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, por meio da Resolução n. 51, de 25 de julho de 1946, considerasse, como técnicos de grau médio, os diplomados pelas Escolas Técnicas da União ou equivalentes, estabelecendo que os Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura poderiam aceitar seus pedidos de registro e dar-lhes as respectivas carteiras profissionais. Ficavam também estabelecidas as atribuições dos técnicos de grau médio (Fonseca, 1986, p. 284).

Adolfo Morales de Los Rios Filho, fundador e então presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, professor tanto da Escola Normal Wenceslau Braz quanto, posteriormente, da ETN, conhecia as necessidades desse ensino e sua importância para o país. Por esse motivo, valorizou os cursos técnicos das Escolas do Ensino Industrial ao ligar os diplomados pelas Escolas Técnicas aos engenheiros, e, de acordo com Fonseca (1986, p. 285), “lhes permitindo certos trabalhos que antes só era dado fazer por aqueles profissionais de grau superior”.

Vale destacar duas ações implementadas pelo Estado que valorizaram o ensino profissional. A primeira, com a promulgação da Lei n. 1.821, de 12 de março de 1953, estabeleceu que os egressos dos “cursos relacionados” – cursos técnicos industriais – teriam acesso aos cursos

superiores de Engenharia, Química Industrial, Arquitetura, Matemática, Física, Química e Desenho. A segunda ocorreu em 1959, com o advento da Lei n. 3.552, regulamentada pelo Decreto n. 47.038/1959, que permitiu aos mesmos alunos registrarem os diplomas obtidos em cursos técnicos industriais no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea). Só em 1961, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), após 13 anos de debates, é que a plena equivalência se estabeleceu entre todos os cursos de nível médio – em que estavam os técnicos – para o ingresso em qualquer curso superior.

O desenvolvimento industrial avançou, impulsionado pelas políticas de Estado. No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a indústria brasileira cresceu e se diversificou, graças à atração de capitais estrangeiros e ao incentivo à produção de equipamentos e bens de consumo duráveis. A indústria de base foi um dos setores que mais recebeu recursos, ao lado dos de energia e de transportes. De acordo com Fonseca (1986, p. 296), o número de empregados nas empresas industriais no Brasil subiu mais de 300% entre 1940 e 1960. O autor refere, ainda, que, de acordo com as estatísticas, 70% dos empregos industriais eram de tarefas simples, que não necessitavam de cursos especiais. Os outros empregados da indústria eram os diretores, gerentes e superintendentes, que representavam 3% sobre o total, e os técnicos de grau médio e superior, que representavam 2%.

Celso Suckow da Fonseca, com extenso currículo na área do ensino técnico, baseado “em observação feita durante vários anos, aconselhou que se adotasse, como índice da necessidade de preparo de pessoal por parte das Escolas, uma proporção de 7% em relação aos empregados existentes” na indústria (Fonseca, 1986, p. 296). O cálculo, fundamentado nos dados existentes em 1960, concluía que as Escolas Técnicas e Industriais, às quais competia o preparo dos técnicos de grau médio e dos operários altamente qualificados, não supriam a necessidade do mercado, fosse devido à morte ou à aposentadoria desses profissionais, às novas atividades industriais ou a um mercado de trabalho em contínua expansão. Além disso, Fonseca (1986, p. 296-297) alerta que, em 1960, as Escolas Técnicas, de modo geral, entregaram à indústria apenas 27% dos operários altamente qualificados e técnicos de grau médio necessários naquele contexto econômico.

A principal causa desse baixo percentual de egressos do ensino industrial foi a evasão escolar, de acordo com Fonseca. Em 1960, apenas 20% dos alunos matriculados nos cursos industriais básicos, em todo o país, chegaram a concluir os estudos. No mesmo período, “a proporção para os cursos técnicos apresentou-se bem mais elevada, pois atingiu 70% dos matriculados no início do ano” (Fonseca, 1986, p. 296). A evasão estava diretamente ligada ao fato de esses estudantes abandonarem a Escola quando conseguiam trabalho na indústria. Contudo, o preparo básico de alguns meses de estudo não os tornava altamente qualificados. A necessidade de contribuir com a renda doméstica, as longas jornadas de trabalho na indústria e a ausência de uma legislação que amparasse o estudante impossibilitavam que os jovens completassem a sua formação.

Nos anos 1950, o desenvolvimento industrial alavanca a economia, e o ensino voltado a esse setor promove alterações curriculares, a exemplo da ETN, em 1959, que passou a centrar sua atenção em cursos técnicos para atualizá-los para o mercado de trabalho – Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Estradas, Máquinas e Motores, e Meteorologia – em detrimento dos cursos industriais básicos e dos cursos de artes femininas. Os cursos de artes femininas foram abolidos. Com a autonomia garantida pela Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, a Instituição pretendeu estimular maior procura por cursos técnicos e, gradativamente, extinguiu os cursos industriais básicos, formando sua última turma em 1964 (Dias, 1973).

Entre as décadas de 1940 a 1960 do século XX, as transformações na ETN foram substanciais, passando pela ampliação dos cursos, pela mudança no perfil dos alunos e dos professores e pela mudança do espaço físico; contudo, a construção dos laboratórios e das oficinas preservou muita proximidade com o traçado fabril. Nessas décadas o perfil do estudante foi se alterando visivelmente, e a Instituição tornou-se majoritariamente masculina, com a presença de pouquíssimas mulheres nos novos cursos. Em 1954, o diretor da Escola declarou ao jornal *Última Hora* que os “meninos” representavam cerca de 70% dos estudantes. No projeto varguista e pedagógico que orientou a formação do “trabalhador nacional”, a figura do operário confundia-se com a imagem do “pai” provedor de família, em que a mulher ficava restrita ao papel de “dona de casa”.

A figura masculina para caracterizar o “trabalhador” esteve presente em discurso e na forma de organizar a oferta de cursos profissionais

da ETN, apesar das mulheres serem parte da força de trabalho em diversos setores da indústria e dos serviços. Além disso, a sociedade brasileira era fortemente marcada pelo patriarcalismo. O Código Civil de 1916 considerava as mulheres incapazes para contrair contrato de emprego e de compra e venda de alguns produtos. Somente com a autorização do pai ou marido as mulheres poderiam entrar no mercado de trabalho. Tal status só veio a ser alterado com a Lei n. 4.121 de 1962, reconhecendo a autonomia feminina no mundo do trabalho.

A despeito desse status civil subordinado, as imagens fotográficas mostram uma significativa presença feminina na ETN. Elas participavam de cursos, formaturas e tinham protagonismo difuso na vida escolar da Instituição. Durante todo o período estudado, as fotografias atestam que elas estavam presentes na Escola e se formavam para atuar no mercado de trabalho. Nos anos 1960, há um aumento da participação feminina na vida escolar também evidenciada nas imagens que destacavam a presença das “meninas” na Escola.

Os estudantes da ETN tiveram papel destacado na organização da ETN e da vida social e política do Rio de Janeiro nos anos 1950 e 1960. A agremiação estudantil organizou bailes, formaturas, competições esportivas, representação política junto à Prefeitura e à Câmara Municipal e mobilizações na cidade.

Eles participaram das lutas estudantis e conformaram um projeto de “juventude técnica”, que tinha em vista a formação de especialistas para a industrialização e o desenvolvimento nacional. A Associação dos Estudantes Técnicos da Indústria (Aeti), criada em 1944, publicava, semestralmente, desde 1945, o jornal *O Mícron*, documento histórico valioso, em que é possível ler artigos sobre o desenvolvimento científico e tecnológico posterior à Segunda Guerra Mundial, sobre energia nuclear, desenvolvimento aeronáutico, energia solar, novas linguagens do cinema, ensino técnico, protestos e reivindicações estudantis, entre os mais variados temas. O jornal contava com a colaboração de professores e especialistas. Nos anos 1960, o embate entre reforma e revolução corrente na cultura política jovem ganhou tons críticos no movimento de estudantes da ETN, havendo tendências de direita e esquerda que buscavam a liderança da comunidade escolar.



Figura 4. Jornal O Mícron
Fonte: Acervo institucional do Cefet/RJ.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA GUANABARA (1965-1967) E ESCOLA TÉCNICA FEDERAL CELSO SUCKOW DA FONSECA (1967-1978)

Em agosto de 1965, a Escola Técnica Nacional passou a se chamar Escola Técnica Federal da Guanabara (ETFG), por meio da Lei n. 4.795/1965, em razão da mudança da capital para Brasília, ocorrida em 1960, no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), o antigo Distrito Federal tornou-se o estado da Guanabara. Esse fato provocou uma grande comoção entre os cidadãos cariocas, e os debates sobre suas consequências se prolongaram até a fusão do estado da Guanabara ao estado do Rio de Janeiro em 1975. Ainda hoje, esse assunto gera grande controvérsia entre especialistas de política, administração e história.

Uma das poucas imagens de destaque da ETFG mostra a importância dessa tomada de posição por parte da Escola, ao registrar a visita do governador Carlos Lacerda (1960-1965), político que caracterizou-se por promover um amplo escopo de inovações. No plano urbanístico, construiu o Aterro do Flamengo e removeu favelas do centro e da

zona sul carioca com o intuito de embelezar a cidade. Em contraponto, a “Nova Capital” (Brasília) dizia que o Estado da Guanabara era a “Bela Cap”. Procurou recursos internacionais americanos para desenvolver a indústria e estabelecer um amplo programa de construção de habitações populares. Na educação, criou várias escolas de educação básica, sendo essa uma das frentes mais importantes de seu governo.

A visita à Escola Técnica Federal do Estado da Guanabara mostra a importância que essa política atribuía à educação e à modernização da cidade. Também mostra a acolhida de parte dos engenheiros educadores do projeto lacerdista de transformação da cidade. No plano nacional, o udenista Carlos Lacerda foi um dos articuladores do golpe civil-militar que derrubou o governo de João Goulart (1961-1964), que tinha por objetivo bloquear o crescimento político da atuação dos sindicatos e do trabalhismo que se tornava o segundo maior partido no Congresso Nacional. Além disso, bloqueava as reformas de base, principal bandeira do governo de Goulart, que tinha por objetivo regular a função social da propriedade em diferentes setores da economia (destacando-se a “reforma agrária”) e garantir uma redução da desigualdade social no Brasil.

A Escola teve seu nome alterado novamente por meio do Decreto-Lei n. 181, de 17 de fevereiro de 1967. Passou a ser denominada como Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca, em homenagem a seu professor e diretor, falecido em 1966. A rápida mudança de nomes da Escola Técnica mostra as tensões existentes na Instituição diante dessas alterações sociopolíticas da cidade do Rio de Janeiro no início dos anos 1960. Por ser capital nacional durante maior parte do processo de formação do Estado nacional brasileiro, o Rio de Janeiro concentrou maior parte das instituições de cultura e educação que serviam de exemplo para outras localidades. Ao alterar seu status de território federal para se tornar um estado, os cidadãos cariocas tinham dúvidas e ressentimentos de perder a função de polo aglutinador da cultura nacional e da modernidade. A escolha do nome da Escola Técnica para Celso Suckow da Fonseca em vez de Escola Técnica Federal do Estado da Guanabara indicava a aposta na permanência da Instituição como Escola de referência nacional.

Durante a modernização conservadora instituída na ditadura militar brasileira, a Escola Técnica passou por várias transformações em

sua cultura escolar. No campo político e econômico, os governos militares implementaram uma política desenvolvimentista que favoreceu a industrialização, a expansão da fronteira agrícola e o investimento de capitais estrangeiros no país, alinhando o Brasil à política externa norte-americana. Paralelamente à modernização que acelerou a migração do campo para a cidade e ampliou o mercado de consumo de bens duráveis e a indústria cultural no Brasil, a ditadura reprimiu movimentos sociais urbanos e rurais de trabalhadores, censurou jornais, artistas e intelectuais, restringiu a participação política partidária e o funcionamento do Congresso Nacional e institucionalizou a tortura como política de estado, ignorando os direitos civis e humanos.

A modernização conservadora buscava ajustar o país à dinâmica do capitalismo internacional, impondo um projeto de reformas econômicas e restrição aos direitos civis e políticos de cima para baixo. As instituições educacionais, privadas e públicas, tanto no básico, no médio e no técnico quanto no universitário, cresceram no período. A educação foi expandida tendo em vista os interesses ideológicos do governo em formar mão de obra qualificada para o desenvolvimento econômico e em função das demandas e oportunidades abertas a diferentes famílias para ascenderem na escala social.

Nesse contexto, a Escola passa a ser, como uma das suas principais transformações institucionais, uma instituição de ensino superior, dentro de um projeto distinto das outras universidades. Em 1966, a ETFG implantou cursos de Engenharia de Operação, de nível superior de curta duração, destinados à formação de profissionais para a indústria, que atendiam às seguintes especialidades: Engenharia de Operação Elétrica, Engenharia de Operação Eletrônica e Engenharia de Operação Mecânica (Dias, 1973; Cefet, 2007). A Fundação Ford subsidiou financeiramente e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por meio de convênio, garantiu a colaboração do corpo docente e a expedição de diplomas. Esses cursos enfrentaram resistências no mundo acadêmico, especialmente por parte dos cursos de engenharia no país, sendo a medida justificada pelo governo como uma forma de atender, em curto prazo, à crescente demanda do mercado de trabalho.

A ETF Celso Suckow da Fonseca foi colocada como uma Escola modelo para as transformações do ensino técnico industrial nesse novo

arranjo entre ensino superior e médio-técnico. Em 1971, a partir dos Acordos MEC/Bird e MEC/Usaid, o Ministério da Educação e Cultura do governo militar instalou na Instituição o Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio e Superior de Engenharia de Operação (Prodem), financiado pelo Banco Mundial, para construir prédios, instalar e equipar oficinas e laboratórios, bem como preparar e formar pessoal, em todos os níveis de ensino, em seis Escolas Técnicas e 13 Colégios Agrícolas de todo o país. Ainda no mesmo ano, foi criado o Centro de Treinamento de Professores, que funcionou na Escola em convênio com o Centro de Treinamento do Estado da Guanabara (Ceteg) e o Centro Nacional de Formação Profissional (Cenafor), a fim de preparar professores para disciplinas específicas dos cursos técnicos e dos cursos de Engenharia de Operação.

Os sete cursos técnicos oferecidos pela ETF Celso Suckow da Fonseca, em 1978, foram: Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Estradas, Mecânica, Meteorologia e Telecomunicações. É oportuno lembrar que a origem do curso de Telecomunicações remonta ao Código Brasileiro de Telecomunicações, que, nos anos de 1960, tornou possível ao país a estruturação de uma das maiores redes de telecomunicações do mundo e possibilitou a fundação, em 1972, da estatal Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebras), responsável pela implementação do Plano Nacional de Telecomunicações. A ETF ofereceu o curso extracurricular sobre a mais avançada tecnologia para telefonia à época, a Central de Pentaconta, em convênio com a Standard Elétrica S.A., a Companhia Telefônica Brasileira (CTB) e a Companhia Estadual de Telefones do Estado da Guanabara (Cetel). Em 1978, esse ensino foi substituído com a implantação do Curso Técnico de Telecomunicações, em horário noturno, destinado a alunos portadores de diploma do chamado ensino de 2º grau.

Novos pavilhões foram construídos nesse período, sendo o prédio modificado especialmente para atender ao ensino superior. As oficinas aos poucos sofreram intervenções e, gradativamente, passaram a ser chamadas de laboratórios, que foram sendo utilizados pelos vários níveis de ensino no processo de verticalização dos cursos, modelo existente até os dias atuais.

As reformas educacionais nos governos militares tentaram generalizar o ensino profissional como parte do ensino médio. A Lei n. 5.692/1971 instituiu a profissionalização compulsória do ensino médio, visando reformar a força de trabalho ante o “milagre econômico”.

Do ensino em tempo integral, com refeições sendo oferecidas na Instituição, a Escola passou a funcionar em turnos separados – matutino, vespertino e noturno (Oliveira, 2013). Edmar Gonçalves, diretor-geral que permaneceu no cargo por vinte e dois anos (1966-1988), identificado com a ideologia modernizadora do governo militar, substituiu Celso Suckow da Fonseca e foi o principal artífice da transformação da Escola Técnica Nacional em Centro Federal de Educação Tecnológica.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA - DESDE 1978

Em 1978, com a Lei n. 6.545, de 30 de junho, a Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca transformou-se no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, uma instituição de educação superior, uma autarquia de regime especial vinculada ao MEC, com cursos de nível médio, graduação e pós-graduação, licenciatura plena e curta, atividades de extensão e de pesquisa. A partir de então, o curso de Engenharia Industrial, com duração de cinco anos, substituiu o curso de Engenharia de Operação. Apenas as ETFs que ministravam o curso em nível superior, naquele momento foram promovidos os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets): Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), Minas Gerais (Cefet/MG) e Paraná (Cefet/PR).

A troca de nome veio seguida da ampliação de objetivos e competências, começando pelo conceito de educação tecnológica, mais alinhado com as propostas do final dos anos 1970 e início dos 1980, que visavam desenvolver competências profissionais com um nível de conhecimento científico-tecnológico capaz de acompanhar a utilização de tecnologias em diferentes setores profissionais.

A conjuntura da história brasileira de fim da ditadura militar e de redemocratização do país na década de 1980 foi permeada, no campo econômico, por uma séria crise econômica, com o aumento da inflação e da dívida interna brasileira. Por outro lado, os governos militares foram cedendo, diante da pressão popular, alguns direitos políticos que a sociedade civil soube ampliar, resgatando, em manifestações pelas ruas do país, seu direito ao voto para todos os cargos do poder executivo e legislativo, fato que marcou o fim da ditadura no Brasil.

A participação popular nas discussões sobre os rumos do país, por sua vez, levou à promulgação de uma nova Constituição, chamada de Cidadã, em 1988, caracterizada por ser amplamente democrática e liberal. Em seu art. 6º, percebe-se o destaque dado à educação, que é o primeiro dos direitos garantidos aos cidadãos entre os listados. Os debates educacionais ganharam espaço, com cinco Conferências Brasileiras de Educação realizadas nessa década.

A comunidade do Cefet/RJ também se organizou por meio de associações que representavam seus diferentes interesses, como a Associação de Docentes do Cefet/RJ (ADCefet), em 1985, que se tornou em 1997 seção sindical do Andes – Sindicato Nacional, ou ainda, a Associação de Ex-Alunos do Cefet e da ETN (AEACefetN), em 1987, que além de reunir antigos alunos, propunha-se a promover ações em defesa do ensino industrial e técnico. Os novos ares democráticos trouxeram maior participação de alunos, professores e funcionários na vida da Escola e impactaram a própria organização da Instituição, possibilitando, em 1988, após mais de 20 anos sob a mesma gestão, a eleição de diretor, chefes de departamentos e coordenadores de curso e disciplina. Embalado pelos novos tempos de retorno democrático do país, a partir desse ano os cursos da Escola iniciam sua reformulação curricular, redimensionando a carga horária das disciplinas, introduzindo novos temas, incluindo a programação de visitas técnicas, entre outras mudanças (Silveira, 2007).

A criação da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica, em 1992, pelo Ministério da Educação, defendia que a educação tecnológica traria uma renovação do papel da Escola, assumindo que o conhecimento seria o principal recurso gerador de riquezas, seu verdadeiro capital, e, portanto, a Escola teria que se renovar para transformar a realidade econômica e social do país (Brasil, 1991). Nesse contexto histórico de expansão do neoliberalismo e da globalização, observa-se uma tensão entre os que defendiam a educação no âmbito das teorias econômicas e de gestão, voltada para satisfazer às necessidades do chamado “mercado”, e aqueles que defendiam sua vinculação a concepções pedagógicas. Era comum se ouvir, nessa época, que o aluno era um cliente, e dentro da teoria da Qualidade Total, muito em voga, a Escola deveria

ser gerida tal qual uma empresa, desconsiderando que a educação tem um caráter muito mais abrangente e de longo prazo.

Sobre a educação técnica e profissional, buscaram-se modelos alternativos às concepções que orientaram a reforma do ensino de 2º grau por meio da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, legado da ditadura militar, que determinava a profissionalização obrigatória e universal que, no entanto, não veio acompanhada da garantia dos investimentos necessários, além da precariedade na infraestrutura e nos equipamentos das Escolas, na formação de professores, nas condições de exercício docente, nos salários.

Essas discussões, entre os anos de 1995 e 2000, levaram a uma mudança significativa na estrutura curricular do ensino, sendo a década de 1990 marcada pela participação da comunidade "cefetiana" em grupos de estudo, debates e seminários em torno das propostas que vinham do MEC e dos grupos em disputa pela inclusão de suas ideias na formulação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n. 9394/1996), sancionada em 20 de dezembro de 1996. A nova LDB, entre outros aspectos, caracterizou por dividir a educação brasileira em dois níveis: educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e o ensino superior.

Na formulação de políticas públicas pelo Estado brasileiro durante os governos do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as políticas neoliberais foram centrais. A primeira versão da Reforma do Ensino Técnico (PL 1.603/1996), no governo de Fernando Henrique Cardoso, provocou uma onda de protestos nos Cefets, porque eliminava o ensino técnico de nível médio. Essa proposta do governo foi mais tarde incorporada pela nova LDB, no Capítulo III – Da Educação Profissional, como modalidade da educação escolar, complementada e explicitada posteriormente pelo Decreto n. 2.208, de 28 de abril de 1997, e pela Portaria n. 646, de maio de 1997 (Neves, 2000, p. 183).

Ou seja, foi o retorno da antiga dualidade, que já se supunha superada, entre um tipo de ensino médio de preparação para o trabalho e outro tipo de ensino médio para a continuidade dos estudos na educação de nível superior. Desse modo, o Cefet/RJ deixou de oferecer cursos técnicos de nível médio na forma integrada, passando a oferecer,

separadamente, o ensino médio da educação profissional de nível técnico, com base na reforma do ensino médio e técnico promovido pelo Decreto n. 2.208/1997.

Em relação ao ensino médio, os principais documentos que deram sequência à normatização a partir da LDB são: os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN/EM), sob orientação da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec), por meio do Parecer n. 15/1998; as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCN/EM), explicitada na Resolução n. 3/1998 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; e, ainda, as duas formas de avaliação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Tal situação de dualidade teve fim no governo seguinte, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), quando o decreto que dispôs sobre a separação do ensino médio, técnico e profissional foi revogado, e as instituições de ensino profissional do país puderam oferecer, além do ensino técnico concomitante ao ensino médio, a forma integrada (ensino médio e técnico em um único curso) e, ainda, a forma sequencial aos que já possuísem o ensino médio, de acordo com o Decreto n. 5.154, promulgado em 23 de julho de 2004.

Em 2012, a Escola passou a ofertar em suas várias unidades o ensino médio integrado. Data desse período uma transformação da Escola, que adota cotas sociais e raciais, em função das políticas de ações afirmativas. A expressiva presença de discentes negros é observada tanto na educação básica quanto na pós-graduação, visto que a Instituição foi pioneira na criação do Mestrado em Relações Étnico-Raciais, em 2011.

Em 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), ainda no governo do presidente Lula, a partir dos Cefets, Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas vinculadas a Universidades (Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008). Políticas públicas beneficiaram a educação tecnológica, considerada estratégica para o desenvolvimento local, regional e nacional, porque implicava no processo de inserção de cidadania de milhares de brasileiros, melhorando sua qualidade de vida. Nota-se um esforço do Estado em incrementar a oferta de matrículas e interiorizar a educação pública federal, a partir do crescimento físico da rede.

Esse novo momento político permitiu que o Cefet/RJ iniciasse sua expansão territorial. De uma unidade sede, na cidade do Rio de Janeiro, no Bairro do Maracanã, incorporou outros sete câmpus localizados no Bairro de Maria da Graça (2006) e nos municípios fluminenses de Nova Iguaçu (2003), Petrópolis (2008), Nova Friburgo (2008), Angra dos Reis (2010), Valença (2010) e Itaguaí (2010), que oferecem cursos médios e técnicos integrados, só técnicos, graduação em nível superior e pós-graduação.

Todavia, o Cefet/RJ e o Cefet/MG pleitearam, junto ao MEC, sua transformação em Universidade Tecnológica, assim como ocorreu em 2005 com o Cefet/PR, que se tornou Universidade Tecnológica Federal (UTFPR), antes, portanto, da lei de criação dos Institutos Federais. Esse projeto continua em andamento, porque ainda não foi concretizado.

O projeto de pós-graduação *stricto sensu*, que vinha sendo pensado no Cefet/RJ desde o final dos anos 1980, tornou-se realidade com a criação do curso de mestrado acadêmico, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPTEC), em 1992. Desde então, a atividade de pesquisa intensificou-se e, hoje, o Cefet/RJ conta com cursos de doutorado, mestrado, pós-graduação *lato sensu*, além de grupos de pesquisa cadastrados no Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Além disso, desde 2000, implementou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), para alunos de graduação, e Pibic/EM, para os do ensino médio/técnico, com bolsas financiadas pelo CNPq e pelo próprio Cefet/RJ.

Outros desdobramentos dessa inserção institucional em pesquisa são as parcerias internacionais firmadas com mais de 30 centros e redes de pesquisa, como também a participação na rede internacional Enactus de empreendedorismo social, com projetos premiados do time Enactus Cefet/RJ.

O quadro de cursos apresenta-se, hoje, com ofertas de ensino do nível médio/técnico ao doutorado.⁷ No intuito de mostrar a produção desenvolvida pelas áreas de ensino, pesquisa e extensão, como também estreitar as relações com o mercado de trabalho, a Instituição promove várias atividades, entre as quais: as Exposições da Produção em Ciência e Tecnologia

⁷ Todos os cursos oferecidos pelo Cefet/RJ estão disponíveis no site oficial da Instituição.

(Expotec), a Incubadora de Empresas Tecnológicas (Ietec) e a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis (Itess).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a sua primeira vida institucional, como uma Escola Normal de Artes e Ofícios, em 1917, o Cefet/RJ materializou políticas públicas voltadas para o ensino técnico, profissional e tecnológico, que em geral serviram de modelo para o país. As mudanças que a economia, a sociedade e a cultura brasileira experimentaram em diferentes conjunturas estão presentes ao longo das outras fases de sua existência. Reconhecido como um estabelecimento escolar de excelência, também contribui para as transformações científicas e tecnológicas e não restringe seu papel a um mero acompanhamento de seu desenvolvimento.

Ao analisar a história da industrialização brasileira, a bibliografia nem sempre tem se demonstrado sensível à problemática da importância da educação nesse contexto das estruturas que fundamentaram tal processo. O papel da educação quase nunca foi levado em consideração até mesmo pelos empresários, que se demonstraram, de início, indiferentes ou mesmo refratários à demanda das Escolas Técnicas em abrir suas corporações ao trabalho dos estagiários, o que viria a ser aos poucos superado, alterando a mentalidade empresarial nesse sentido. O desenvolvimento da indústria e os desdobramentos sociais daí derivados não foram um fenômeno circunscrito à esfera econômica ou política, porque contou com o esteio educacional de profissionais da área da educação, que se envolveram no esforço de transformação do cenário econômico nacional a partir da formação de alunos e de professores atuantes nessa área, contribuição que consideramos importante destacar.

Tradição e inovação são atributos importantes do Cefet/RJ. Perceber o processo desde uma educação técnica voltada para os desfavorecidos da fortuna até um moderno centro que alia ensino, pesquisa e extensão é entender como o Brasil caminhou no último século e perceber o lugar da instituição nesse cenário. Preservar a tradição por meio de sua história e memória só reforça sua posição de vanguarda e encoraja seu investimento em inovação.

REFERÊNCIAS

BARRETO, M. R. N.; CARDOSO, T. F. L.; SILVA, W. B. Educação e Inclusão Social: o projeto educacional de André Rebouças. *Tecnologia & Cultura*, Rio de Janeiro, v. 26, p. 54-61, 2015.

BORBA, R. C. do N. *Entre a técnica e a tática: movimentos estudantis na Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (1967-1978)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm Acesso em: 30 jun. 2024.

CARDOSO, T. F. L.; BARRETO, M. R.; OLIVEIRA, S. S. R. de. *A escola que mudou a minha vida! uma história de vida, pertencimento, afeto, formação humana e profissional*. Rio de Janeiro: Pronatec, 2018.

CARDOSO, T. F. L. A Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. In: CHAVES, M. W.; LOPES, S. de C. (org.). *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850–1950)*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2009.

CARDOSO, T. F. L. A Reforma do Ensino Profissional de Fernando de Azevedo, na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba: PUC/PR, v. 5, n. 14, p. 79-92, 2005.

CEFET/RJ (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca). *Cefet/RJ – seu tempo e sua história: 90 anos de formação profissional*. Rio de Janeiro: Cefet/RJ, 2007.

CEFET/RJ (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca). *Relatório da ETN*. Rio de Janeiro: ETN, 1945. Arquivo do Cefet/RJ, Fundo ETN, caixa 62.5.1.

CHAVES, M. W. Desenvolvimentismo e pragmatismo: o ideário do MEC nos anos 1950. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 129, 2006.

CUNHA, L. A. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 89-107, 2000.

DIAS, D. de O. *Estudo documentário e histórico sobre a Escola Técnica Federal “Celso Suckow da Fonseca”*. Rio de Janeiro: Cefet/RJ, 1973.

FONSECA, C. S. da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. v. 5.

MACIEL, P. R. C. *A Matemática na Escola Técnica Nacional (1942-1965): uma disciplina diferente?* Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Educação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação do Cefet/RJ, Rio de Janeiro, 2018.

MENDES, A. G. B. da P. *O ensino de História nas Escolas Técnicas Federais: história e cultura escolar (1959-1974)*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

NEVES, L. M. W. Ensino médio, ensino técnico e educação profissional: delimitando campos. In: NEVES, L. M. W. (org.). *Educação e política no limiar do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, A. R. C. *Do “guarda pó” ao jaleco azul: caminhos de uma escola profissional, sua construção e o seu impacto sobre os egressos*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Documentação e História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, S. S. R. de. *A Escola Técnica Nacional e a ditadura civil-militar: história e memória de uma escola e da luta dos estudantes (1960-1966)*. *Tempo*, Niterói, v. 29, n. 1, 2023.

OLIVEIRA, S. S. R. de; CARDOSO, T. F. L.; BARRETO, M. R. *Escola Técnica Nacional: história oral, memória e cotidiano de uma instituição escolar (1942-1965)*. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n. 22, 2023.

ROCHA, M. B. *Tradição e Modernidade na educação: o processo constituinte de 1933-34*. In: FÁVERO, Osmar (org.). *A educação nas Constituintes Brasileiras: 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 2001.

SILVEIRA, Z. S. da. *Contradições entre capital e trabalho: concepções de educação tecnológica na reforma do ensino médio e técnico*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SILVEIRA, Z. S. *O processo de resgate e preservação da memória da memória Cefet Celso Suckow da Fonseca*. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, 2009.



01



02

HIÑO DA ESCOLA TÉCNICA NACIONAL

Letra: *Lazinha L. C. Caldas Britto*

Música: *Frutuoso Vianna*

Esta Escola é também nosso Lar
onde todos irmãos nos sentimos
com amor e alegria a cantar
é aqui que o Brasil construímos.

Pelo sonho vivemos erguidos,
e este sonho de muito é capaz,
esforçados pacientes e unidos,
somos nós, os soldados da Paz.

Merecida a vitória terá,
do que estuda confiante no bem,
pois, o prêmio que a vida nos dá,
muitas vezes, demora, mas, vem!

Pelo sonho vivemos erguidos,
e este sonho de muito é capaz,
esforçados, pacientes e unidos,
somos nós, os soldados da Paz.

03



04



05



06



07

CONCEDIDA PATENTE AO PRIMEIRO MOTOR A JATO BRASILEIRO

DE AUTORIA DO PROF. EUGENIO TROMBINI PELLERANO

O Departamento Nacional da Propriedade Industrial acaba de conceder a patente de invenção do primeiro motor a jato brasileiro. O autor é o professor Eugênio Trombini Pellerano e o motor, do tipo "turbo-

para as hélices. Uma das vantagens do motor do professor Pellerano consiste em que ele dispensa tal caixa. A redução se opera por meio de um sistema independente da turbina. Outra vantagem é a de que, com a impulsão das hélices dada por tal sistema, o piloto, ante a necessidade de uma arremetida de motor — criada, por exemplo, por uma falha de peso — obtém potência instantaneamente.

O motor ainda não está concluído. Até agora, com dificuldade, em virtude da falta de recursos, seu autor conseguiu fundir — parte na Escola Técnica Nacional, parte no Arsenal de Guerra — oitenta por cento das peças. Faltam os outros vinte por cento e mais a montagem do mecanismo. Quando pronto, o motor será virá para estudos de alunos de cursos técnicos e para novas experiências que permitam a redução de peso e sua colocação em ponto de ensaio de voo. O professor Pellerano agora que dispõe da patente, examina a conveniência de consultar o Conselho de Segurança Nacional sobre a possibilidade de passar tal patente ao governo brasileiro.

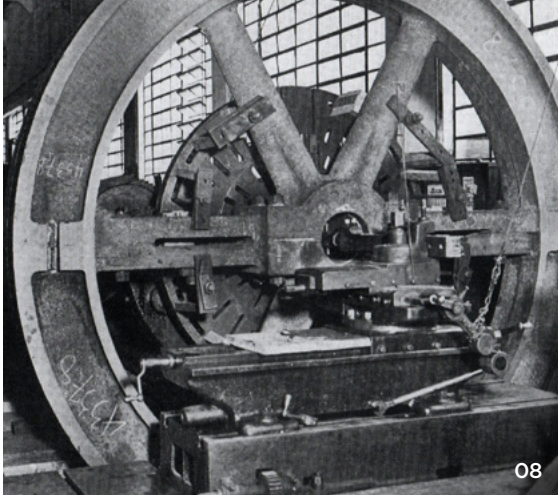
O professor Eugênio Trombini Pellerano dirige o curso técnico de construção aeronáutica da Escola Técnica Nacional e ensina Física na Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal. Já obteve patente de invenção para vários outros aparelhos, inclusive o urófone, destinado a uso em creches e hospitais pelo qual recebeu do governo, em 1948, um prêmio de 20 mil cruzeiros. Otimamente, vinha trabalhando, a orientação do professor Cesar Lattes, no preparo de um cronômetro cósmico — aparelho contador de partículas, para pesquisa de raios cósmicos — a ser utilizado no laboratório que o Centro Brasileiro de Pesquisas



O prof. Eugênio Trombini Pellerano

trator", com compressor centrífugo e destinado, principalmente, à propulsão de aeronaves.

Geralmente, nos jatos que utilizam hélices, (turbo-hélice), a turbina funciona a alta velocidade — de 15 a 20 mil rotações por minuto. Acontece que a velocidade-limite de hélice é de 3 mil rotações. Acima disso, perde ela a eficiência. Os aviões são equipados, então, com enorme e compli-



08

2 — Amanhã, no auditório da Escola Técnica Nacional, vai haver um grande show com artistas de música popular brasileira. Estarão presentes, entre outros, Caetano Veloso, Paulinho de Viola, Quarteto Tambora, Marília Medaglia, Vanda Sá, Gal Costa, Maria Betânia, Luís Carlos de Sá, Sidney Miller, Luli etc., etc.

A entrada será gratuita e os universitários carioca estão sendo convidados a comparecer. Começa às 17 horas. Amanhã darei o endereço e mais informações.

10



11



12



13



14



DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Inauguração da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz em 9 de novembro de 1918 com a presença do cardeal Arcoverde (ao centro), o presidente da República de então, Wenceslau Braz, e o prefeito Amaro Cavalcanti, entre outras autoridades | Fonte: Arquivo Geral do Cefet/RJ.
- 02 Inauguração oficial da ETN em outubro de 1944 com o presidente, Getúlio Vargas, o ministro Gustavo Capanema e o diretor, Celso Suckow da Fonseca (de terno branco) | Fonte: Arquivo Geral do Cefet/RJ.
- 03 Hino da ETN – entoado até hoje pelos membros da Associação de Ex-Alunos do Cefet/RJ e da ETN em cerimônias | Fonte: Acervo da AEACefetN.
- 04 Trabalhos da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz apresentados na Feira de Amostras da Capital Federal em 1934 | Fonte: Arquivo Geral do Cefet/RJ.
- 05 Aula da Oficina de Chapéus e Ornatos na ETN em 1955 | Fonte: Arquivo da AEACefetN.
- 06 Formatura do Curso Industrial em 1946 com o professor de Geografia, Diogenes Viana Guerra (ao centro), e a consagrada atriz Yoná Magalhães (a segunda sentada da esquerda para direita) – os trajes foram confeccionados pelas alunas | Fonte: Arquivo da AEACefetN.
- 07 Visita do governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, à ETN em 1965 | Fonte: Arquivo Geral do Cefet/RJ
- 08 Protótipo de túnel aerodinâmico, projeto do professor e pesquisador Eugênio Trombini Pellerano, como exemplo da contribuição de vários professores da ETN para a inserção científica e social da Instituição | Fonte: Arquivo Geral do Cefet/RJ.
- 09 *Correio da Manhã* de 5 de junho de 1955 | Fonte: Arquivo Geral do Cefet/RJ.
- 10 *Jornal dos Sports* de 29 de abril de 1967, na quarta página do Segundo Caderno, com anúncio de apresentação musical – exemplo das atividades culturais, esportivas e recreativas organizadas pela Agremiação dos Estudantes Técnicos da Indústria (AETI) | Fonte: Arquivo da AEACefetN
- 11 Aula prática de Eletrotécnica em 1967 | Fonte: Arquivo Geral do Cefet/RJ.
- 12 Entrada principal da ETN, na Avenida Maracanã, na década de 1960 | Fonte: Arquivo Geral do Cefet/RJ.
- 13 Câmpus Nova Iguaçu | Fonte: Arquivo Geral do Cefet/RJ.
- 14 Atual entrada principal do Cefet/RJ, na Avenida Maracanã, n. 229 | Fonte: Acervo institucional do Cefet/RJ.
- 15 Área conhecida como bosque localizada no Câmpus Maracanã | Fonte: Acervo institucional do Cefet/RJ.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS

SUA HISTÓRIA

PAULO ROBERTO CECCON¹

O Ministério da Educação criou os chamados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que corresponderam a um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Esse modelo é estruturado a partir dos atuais Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), das Escolas Técnicas Federais, das Escolas Agrotécnicas e das unidades vinculadas às Universidades Federais. O objetivo dos Institutos Federais é promover o desenvolvimento educacional e socioeconômico do Brasil.

Os Institutos Federais têm como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Eles responderam de forma ágil e eficaz às demandas por formação profissional, difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, dando suporte aos arranjos produtivos locais.

Atuando em todos os níveis e modalidades da educação profissional, os Institutos Federais comprometem-se com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador. Além disso, eles articularam todos os princípios do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em uma experiência institucional inovadora (Brasil, 2007). Esse novo modelo educacional também abriu novas perspectivas para o ensino médio, combinando o ensino de ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica.

¹ Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Sapucaí (Univás), é professor aposentado do IFSULDEMINAS e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ética, Política e História da Educação Brasileira. E-mail: paulo.ceccon@ifsuldeminas.edu.br.

ORIGEM DA IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS POR MEIO DE SEUS CÂMPUS

Os fundamentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) estão detalhados neste capítulo, para que a sociedade brasileira possa entender e participar da construção de um país mais justo.

CÂMPUS INCONFIDENTES

O Câmpus Inconfidentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) está localizado no município de Inconfidentes, ao sul de Minas Gerais. Inconfidentes situa-se a 869 metros de altitude e tem um clima tropical de altitude, com temperatura média anual de 18 °C. O município ocupa uma área de 145 quilômetros quadrados, sendo o Rio Mogi Guaçu o principal curso d'água da região.

O IFSULDEMINAS/Câmpus Inconfidentes tem suas raízes no Patronato Agrícola Visconde de Mauá, que foi transferido de Resende/RJ para Inconfidentes/MG. A Instituição (Figura 1) foi oficialmente criada em 28 de fevereiro de 1918, pelo Decreto n. 12.893, como parte da estratégia de formação agrícola e profissional, e tem evoluído significativamente desde então.

Evolução da Instituição

1. Patronato Agrícola (1918-1934): inicialmente vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o Patronato Agrícola foi criado para promover a formação agrícola.
2. Escola Agrícola Visconde de Mauá (1934-1950): a partir de 1934, a Instituição passou a ser chamada de Escola Agrícola Visconde de Mauá, oferecendo cursos ginasiais e aprimorando seus recursos didático-pedagógicos.
3. Transição e expansão (1950-1960): durante essa fase, a Escola focou no desenvolvimento produtivo e na organização curricular, além de enviar sementes selecionadas e animais de raça para outras localidades.
4. Desenvolvimento e infraestrutura (1939-1945): a Escola, situada a 8 quilômetros de Ouro Fino, tinha uma infraestrutura básica, incluindo edifícios para administração, sanitários, refeitório, oficinas, garagem, paiol e residências para servidores. Houve uma solicitação ao Ministério da Agricultura para a construção de mais instalações.

5. Escola Agrícola “Visconde de Mauá” (1950): a elevação da Instituição à categoria de Escola Agrícola ocorreu com a assinatura do Decreto n. 27.745, em 30 de janeiro de 1950. Esse status ampliou os projetos agropecuários e organizou as atividades profissionais, com uma estrutura didático-pedagógica mais definida, orientando a prática dos alunos para um aprendizado mais direcionado.
6. Ginásio Agrícola “Visconde de Mauá” (1964): em 1964, a Instituição foi elevada à categoria de Ginásio, subordinada inicialmente à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV). O Decreto n. 60.731, de 19 de maio de 1967, transferiu os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, iniciando uma fase de sobrevivência com poucos recursos e instalações precárias durante o regime militar. Em 1973, a criação da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (Coagri) começou a melhorar a situação, oferecendo cursos extracurriculares aos alunos e fazendeiros da comunidade.
7. Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes/MG (1978): em 1978, a Escola foi renomeada como Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes/MG “Visconde de Mauá”, com 203 alunos matriculados. Desenvolveu-se o sistema Escola-Fazenda e a Cooperativa-Escola, integrando salas de aula, Unidades Educativas de Produção (UEPs) e cooperativa-escola. Os sistemas de monitoria e estágio supervisionado foram estabelecidos, consolidando o Curso Técnico Agrícola em nível de 2º grau.
8. Anos 1990 e 2000 (expansão e diversificação): em 1993, o processo de autarquização promoveu uma nova dinâmica administrativa e pedagógica. Novos cursos foram implantados, incluindo o Técnico em Informática e o Técnico em Agrimensura, aumentando para 508 alunos matriculados em 1995. Em 1996, o Curso Técnico Agrícola foi subdividido em Técnico em Agropecuária, Agricultura, Zootecnia e Agroindústria. Em 1998, a Escola oferecia habilitações em Agropecuária, Informática e Agrimensura, com 862 matrículas.
9. Em 1999, a Escola ampliou seu quadro de ofertas e iniciou programas de educação para jovens e adultos. Em 2000, a parceria com a instituição Promenor foi efetuada, multiplicando ofertas de cursos de qualificação profissional. Em 2001, a matrícula subiu para 1.463 alunos, com o desenvolvimento de uma proposta pedagógica do Sistema Modular do Ensino Profissionalizante.
10. Em 2002, encerraram-se as inscrições para os cursos de Técnico em Agricultura e Zootecnia, substituídos pelo Curso Técnico em Agropecuária em 2003. Em 2004, o Câmpus Inconfidentes objetivou ser uma referência no estado, com a criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental.
11. IFSULDEMINAS/Câmpus Inconfidentes (2008): em 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes/MG foi renomeada como IFSULDEMINAS/Câmpus Inconfidentes. A criação dos Institutos Federais visava uma forte inserção em pesquisa e extensão, com metade das vagas destinadas a cursos técnicos de nível médio.

12. Expansão e novos cursos: em 2010, destacaram-se os cursos de Licenciatura para Graduados e Tecnologia de Redes de Computadores, com novos cursos de licenciatura em Matemática e Ciências Biológicas em fase de implantação. O Câmpus também oferece cursos a distância de Secretariado, Serviços Públicos e Administração em sete polos regionais, atendendo 700 alunos. Em Pouso Alegre, foi implantado o Curso Técnico de Agricultura Subsequente, ampliando a missão educacional do Câmpus.

Impacto na comunidade

O Câmpus Inconfidentes desempenha um papel crucial na economia local. Os estudantes não apenas adquirem bens e produtos no comércio local, mas também prestam pequenos serviços aos comerciantes, contribuindo significativamente para a dinâmica econômica da cidade. A Figura 1 apresenta imagens com a evolução do Câmpus Inconfidentes e suas denominações.



Figura 1. A Evolução do Câmpus Inconfidentes

Fonte: Assessoria de comunicação do Câmpus Inconfidentes.

A trajetória histórica do Câmpus Inconfidentes reflete a importância da educação profissional e tecnológica no desenvolvimento regional. Desde sua criação, a Instituição tem sido um pilar fundamental na formação de profissionais qualificados, promovendo o crescimento econômico e social de Inconfidentes e da região circundante.

CÂMPUS MUZAMBINHO

A Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho está localizada no município mineiro de Muzambinho, ao sul de Minas Gerais. Os conhecimentos sobre a história de Muzambinho são oriundos do trabalho de jornalistas, colaboradores e outros profissionais interessados em desvendar os fatos e em construir a narrativa de um município que, no decorrer dos anos, transformou-se em um grande referencial no imenso estado mineiro.

Muito se discute a respeito da fundação do povoado, entretanto cabe ressaltar que, de uma forma ou de outra, todos os habitantes dessa região, heróis ou anônimos, contribuíram para que essa terra abrigasse de modo aconchegante as pessoas que residiam – e que hoje residem – no município. Não se pode afirmar quem chegou primeiro ao local onde se formaria o povoado, se teriam sido os escravos africanos ou os descendentes de portugueses.

Em termos legais, de acordo com o Arquivo Público Mineiro e a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, o povoado surgiu antes de 1852, sendo Pedro de Alcântara Magalhães considerado um dos pioneiros da sua fundação. Com terras doadas por Maria Benedita Vieira, Ingrácia Destarte, José Braga e João Vieira Homem, o povoado recebeu o nome de São José da Boa Vista do Cabo Verde. Isso porque pertencia ao município de Cabo Verde, segundo o gráfico sobre o desdobramento de Vila Rica, datado de 1711.

A Escola Agrotécnica de Muzambinho foi criada em conformidade com o parágrafo 3.º do art. 18 da Constituição Federal de 1946: “Mediante acordo com a União, os Estados poderão encarregar funcionários federais da execução de leis e serviços estaduais ou de atos e decisões das suas autoridades; e, reciprocamente, a União poderá, em matéria da sua competência, cometer a funcionários estaduais encargos análogos, provendo às necessárias despesas” (Brasil, 1946).

Sua criação foi resultado de um termo de acordo celebrado entre os governos da União e o estado de Minas Gerais em 22 de outubro de 1948, publicado no Diário Oficial da União em 23 de outubro de 1948.

O Decreto n. 22.470/1947 definiu que os estabelecimentos de ensino agrícola poderiam ser federais, estaduais, municipais e particulares, além de ser custeados por verbas próprias ou criados mediante acordos. No caso de acordo com o governo federal, esse pagaria a importância correspondente a dois terços do total da verba necessária. Ademais, também ficou previsto que seriam criados dois tipos de Escolas: as Agrotécnicas e as de Iniciação Agrícola.

O artigo 4º não elencou a criação no estado de Minas Gerais, pois já havia estabelecimentos promovendo a oferta. Assim, deveriam ser criadas:

Escolas Agrotécnicas nos estados do Amazonas, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Distrito Federal; Escolas de Iniciação Agrícola nos Territórios do Amapá, Guaporé,

Fernando de Noronha e nos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Paraná e Goiás (Brasil, 1947, art. 4º).

A Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho, hoje IFSULDEMINAS (Figura 3), completará 71 anos de existência em novembro de 2024.

A história da Instituição começa com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola n. 9.613/1946 e do Decreto n. 22.470/1947, que instituíram a Rede do Ensino Agrícola no país. A partir disso, o então deputado federal Dr. Lycurgo Leite Filho, natural de Muzambinho/MG, que se elegeu deputado por três pleitos consecutivos (1946-1959) e teve o seu primeiro mandato coincidido com a lei que criou a Rede de Ensino Agrícola, iniciou uma exaustiva empreitada para o estabelecimento de uma Escola Agrícola em Muzambinho. Foi uma época em que, no âmbito municipal, imperavam grandes divergências políticas e, sem considerar as vantagens para a cidade com a criação da Escola, seus adversários políticos faziam-lhe firme oposição, o que dificultava as negociações entre os proprietários das terras onde seriam instaladas a Escola e a prefeitura municipal.

Apesar desse cenário político, em 22 de outubro de 1948, o ex-deputado Lycurgo Leite conseguiu a assinatura do primeiro Termo de Acordo entre o governo federal e o estado de Minas Gerais, com validade de um ano, para instalar no município de Muzambinho a Escola Agrotécnica, que seria vinculada ao Ministério da Agricultura. No entanto, apesar da assinatura do acordo, a cidade quase perdeu o direito à escola, uma vez que a prefeitura tinha como limite o último dia do ano de 1948 para formalizar a doação das terras para sua construção. Ocorre que o funcionário do Ministério da Agricultura, o engenheiro agrônomo Hercílio Vater Faria, somente chegou na cidade para receber as terras no dia 31 de dezembro de 1948. Tais terras foram escolhidas por uma comissão formada por dois engenheiros agrônomos: Luiz Mendes de Carvalho e Bolívar Miranda Lima e pelo médico norte-americano Dalto de Almeida.

Em janeiro de 1949, a Prefeitura Municipal de Muzambinho, por meio de uma procuração, outorgou poderes ao deputado estadual Manoel Taveira de Sousa para assinar a Escritura de Doação ao governo da União e, logo a seguir, o engenheiro agrônomo do Ministério da Agricultura, Hercílio Valter Faria, iniciou as providências para a construção da Escola, entrando em contato com fornecedores de materiais e contratando mão de obra.

Nesse contexto, o grupo político que defendia a construção do aeroclube se desfez, registrando o encerramento de suas atividades. Em primeiro de julho de 1949, iniciou-se oficialmente a construção da Escola Agrotécnica de Muzambinho.

Em 1951, as obras foram reiniciadas, e em dezembro de 1952 o deputado Lycurgo Leite Filho conseguiu uma verba suplementar do governo para a construção de uma usina hidrelétrica.

Todo o material utilizado foi fabricado no Sul da Alemanha, especialmente para a Escola (Figura 5). Na primeira quinzena de fevereiro de 1952, realizaram-se as inscrições para o primeiro exame de ingresso no Curso de Iniciação Agrícola, com previsão de início das atividades em março do mesmo ano, sob a direção de Hercílio Vater Faria. Inscreveram-se, ao todo, 453 candidatos, dos quais 146 foram classificados.

Na segunda quinzena de fevereiro, a Escola recebeu a visita do então ministro da Agricultura, João Cleóphas, do deputado Lycurgo Leite Filho e de membros do gabinete ministerial, que realizariam uma inspeção para promover a visita do presidente da República na época, Getúlio Dornelles Vargas, para a inauguração oficial do estabelecimento.

Em 22 de novembro de 1953, chegou a Muzambinho o presidente da República, Getúlio Vargas, acompanhado de uma comitiva para a inauguração da Escola Agrotécnica de Muzambinho. Integraram esse grupo dois mineiros que posteriormente viriam a ser presidentes da República: Juscelino Kubitschek, então governador do estado de Minas Gerais, e Tancredo Neves, ministro da Justiça do governo de Vargas.

Compunham também a comissão o ministro da Agricultura, João Cleóphas, o senador Assis Chateaubriand, o deputado Lycurgo Leite Filho e Renato Costa Lima, representante do governo do estado de São Paulo, além de oficiais de gabinete da Presidência da República, ajudantes de ordens, parlamentares e a guarda pessoal do presidente comandada pelo tenente Gregório Fortunato, que pernотaram na Escola. Prefeitos, vereadores, autoridades e populares de toda a região participaram da inauguração, que aconteceu no dia 22 de novembro, com uma missa na Matriz São José e desfile cívico na Av. Dr. Américo Luz, onde o presidente fez um discurso acompanhado de todos os políticos, representantes municipais e convidados.

A inauguração da Escola movimentou centenas de pessoas com os preparativos para receber o presidente da República, estudantes, funcionários públicos e autoridades. Os dias que antecederam a visita foram de grande expectativa para todos e a movimentação se deu em vários âmbitos. A rua pela qual a comitiva passaria e onde houve o desfile de inauguração chamava-se 29 de outubro, uma referência à data em que Getúlio Vargas tinha sido deposto no seu mandato anterior, em 1945. O que fez com que o nome da rua fosse mudado às pressas, passando a se chamar Rua Capitão Heleodoro Mariano, nome de um ex-prefeito da cidade.

Segundo informações do senhor Messias Gomes de Mello, então prefeito, foi organizada uma grande festa para a população no centro da cidade. Esperava-se a presença do presidente, no entanto ele não compareceu, tendo ficado apenas na Escola Agrotécnica.

Ao longo de toda a sua existência, a Escola Agrotécnica de Muzambinho sempre esteve ligada ao ensino agrícola, formando profissionais para atuar na agropecuária. Enfim, a Escola direcionou todas as suas atividades para melhorar a formação de técnicos e cidadãos, de tal maneira que lhes foram possibilitadas condições de vivência mais ativa nos projetos, oportunidade de desenvolver a capacidade empreendedora e a criação de mecanismos para diminuir a dicotomia entre a teoria e a prática, entre outras ações.

Linha do Tempo do Câmpus Muzambinho, que durante sua trajetória recebeu três denominações:

1. Escola Agrotécnica de Muzambinho (1953-1964);
2. Colégio Agrícola de Muzambinho (1964-1979);
3. Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho (1979-2008), e atualmente IFSULDEMINAS/Câmpus Muzambinho.

CÂMPUS MACHADO

Os registros históricos de Machado, município no sul de Minas Gerais, datam de 1750. Inicialmente, Machado era um ponto de parada para tropeiros e boiadeiros. Entre 1810 e 1815, os pioneiros tenente Antônio Moreira de Sousa e Joaquim José dos Santos estabeleceram as primeiras fazendas, desenvolvendo a agricultura e pecuária, e formando um pequeno povoado. Em 1818, a fazendeira Ana Margarida Josefa de

Macedo doou um terreno para a construção de uma capela, oficializando a fundação do povoado conforme as normas eclesiásticas da época.

Machado passou por várias mudanças de nome e jurisdição durante anos, até ser emancipado politicamente de Alfenas em 13 de setembro de 1881. O nome “Machado” tem duas possíveis origens: um machado perdido por bandeirantes às margens do rio local ou a família Machado, que possuía grandes terras na região.

Fundação e desenvolvimento da EAFM

A iniciativa para a criação de uma Escola Agrícola em Machado começou em 1948, por meio de um acordo entre o governo federal e o estado de Minas Gerais, incentivado pelo deputado Israel Pinheiro e pelo prefeito da época, João Vieira da Silva. A Escola foi oficialmente inaugurada no dia 3 de julho de 1957.

Evolução institucional

1. 1957 – Inauguração como Escola de Iniciação Agrícola de Machado.
2. 1964 – Renomeada para Ginásio Agrícola de Machado.
3. 1978 – Oferecimento de cursos técnicos na área agrícola.
4. 1979 – Renomeada para Escola Agrotécnica Federal de Machado,
5. 1997 – Introdução de cursos técnicos em outras áreas, como Informática.
6. 2005 – Início do curso superior de Tecnologia em Cafeicultura.
7. 2008 – Transformada no IFSULDEMINAS/Câmpus Machado, com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Cronologia importante

1. 1936 – Acordos iniciais para a instalação de Escolas Agrícolas.
2. 1946 – Regulamentação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola.
3. 1948 – Celebração do acordo para a construção da Escola Agrícola.
4. 1950 a 1951 – Construção de infraestruturas iniciais.
5. 1964 a 1967 – Transferência para o Ministério da Educação e Cultura.
6. 1975 a 1978 – Evolução para Colégio Agrícola e depois para Escola Agrotécnica.
7. 1993 – Autonomia didática e disciplinar das Escolas Agrotécnicas.
8. 2000 a 2005 – Introdução de novos cursos técnicos e superiores.
9. 2007 a 2008 – Comemoração dos 50 anos da Escola e transformação em IFSULDEMINAS.

Contribuições e parcerias

A EAFM sempre buscou parcerias com a iniciativa privada e outras organizações, fornecendo estágios e auxiliando na inserção dos egressos no mercado de trabalho. Focou na capacitação tecnológica e na promoção de pesquisa e extensão, sempre alinhada às necessidades da sociedade.

População e impacto atual

Em 2024, Machado tinha 37.684 habitantes. A transformação da EAFM em IFSULDEMINAS reforçou seu papel como um polo de desenvolvimento educacional, técnico e científico na região, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de Minas Gerais.

A EAFM, ao longo de suas várias fases de transformação e evolução, tem desempenhado um papel crucial no desenvolvimento agrícola e educacional de Machado e do sul de Minas Gerais, alinhando-se continuamente às necessidades contemporâneas e promovendo o desenvolvimento sustentável e tecnológico da região.

CÂMPUS POUSO ALEGRE

A implantação oficial do Câmpus Pouso Alegre (Figura 7) ocorreu em 10 de julho de 2010, como parte do Plano de Expansão III, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), que visava ampliar as unidades de educação profissional gratuitas.

O primeiro curso oferecido foi o de Técnico em Agricultura, utilizando as estruturas da Escola Municipal Professora Maria Barbosa como extensão do Câmpus de Inconfidentes. Em 2011, tiveram início os cursos de Técnico em Edificações, na modalidade Proeja, e Técnico em Administração, na modalidade subsequente, em parceria com a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre.

Em 2012, o Câmpus Pouso Alegre passou a oferecer também os cursos de Técnico em Química e Edificações, na modalidade subsequente, e de Informática, nas modalidades concomitante e subsequente.

Em 2013, foi incorporado o curso de Técnico em Segurança do Trabalho, e o Técnico em Informática passou a ser oferecido também na modalidade integrado.

Atualmente, o Câmpus Pouso Alegre oferece os seguintes cursos (IFSULDEMINAS, 2024):

- Especialização: Construção Civil, Computação Aplicada à Educação, Educação em Matemática, Engenharia de Segurança do Trabalho e Língua, Linguagem e Educação.
- Graduação: Engenharia Civil, Engenharia Química, Licenciatura em Química e Licenciatura em Matemática.

CÂMPUS POÇOS DE CALDAS

O IFSULDEMINAS/Câmpus Poços de Caldas tem como marco inicial a expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Brasil, 2014). Dessa maneira, emerge de um polo da Rede via Termo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de ações conjuntas entre o IFSULDEMINAS/Câmpus Machado e o município de Poços de Caldas, com a interveniência da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e Ensino de Machado (Fadema) para a oferta de cursos técnicos, tendo como alvo a comunidade de Poços de Caldas e região.

Entretanto, tudo começou em 2008, com a criação do Centro Tecnológico de Poços de Caldas, como uma unidade de ensino vinculada à Secretaria Municipal de Educação, para a oferta de cursos técnicos na modalidade pós-médio – ou seja, para aqueles estudantes que concluíram o ensino médio–, oferecendo de imediato os cursos de Técnico em Meio Ambiente, Eletrotécnica e Automação Industrial. A execução pedagógica dos cursos, tanto na parte docente quanto na parte administrativa, foi efetuada no decorrer dos anos 2008 e 2009 pelo Cefet/MG, com um termo de cooperação técnica e a contratação de serviços educacionais com a Fundação Cefet/MG, interveniente daquela Instituição.

Ao final de 2009, objetivando reduzir os custos para a manutenção do Centro Tecnológico e, ao mesmo tempo, garantir a ampliação da oferta de cursos, além de dar mais legitimidade à educação tecnológica no município, tendo como meta principal a federalização definitiva dessa unidade de ensino, foram iniciadas conversações com a Reitoria do IFSULDEMINAS, com sede em Pouso Alegre.

Portanto, tinha-se a compreensão de que a nova parceria com o IFSULDEMINAS seria mais promissora, sobretudo por estar em consonância com as diretrizes pedagógicas e políticas educacionais do Ministério da Educação, dentro de um plano de expansão da educação tecnológica no país por meio das unidades federais.

Para o ano letivo de 2010 – que também teve continuidade em 2011 – foi firmado um novo termo de cooperação técnica. Dessa vez, entre a prefeitura municipal, a Secretaria Municipal de Educação e o IFSULDEMINAS, por intermédio do Câmpus Machado, mediante um contrato de prestação de serviços educacionais via Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino de Machado, como forma de transição até que o Centro Tecnológico de Poços de Caldas viesse a ser incorporado definitivamente como um câmpus avançado: o IFSULDEMINAS/Câmpus Machado, caminho para a viabilização da federalização da unidade.

Assim, no dia 27 de dezembro de 2010, o então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, em ato solene no Palácio do Planalto em Brasília, inaugurou oficialmente o Câmpus Avançado Poços de Caldas (Figura 8). O primeiro processo seletivo aconteceu em outubro de 2010 para ingresso no primeiro semestre de 2011. Em 2011, o câmpus avançado foi elevado à condição de câmpus, tornando-se autônomo, mas administrativamente ainda dependente da Reitoria. Contudo, em janeiro de 2012 foi nomeado o primeiro diretor-geral *pro tempore* da Instituição.

CÂMPUS PASSOS

O Câmpus Passos (Figura 9) passou a integrar a Rede Federal como polo no ano de 2010, após o convênio entre a Prefeitura de Passos e o IFSULDEMINAS/Muzambinho. O primeiro processo seletivo ocorreu em 26 de junho, e as aulas tiveram início em 2 de agosto do mesmo ano.

Em 2011, a unidade do IFSULDEMINAS localizada em Passos/MG deu início ao processo para se transformar definitivamente em câmpus, momento em que foram nomeados os primeiros docentes efetivos. No mesmo ano, foi realizada a primeira audiência pública para verificar a demanda de cursos a serem ofertados pela Instituição.

Dessa forma, em 2012 começaram a ser ofertados os cursos técnicos subsequentes em Informática, Enfermagem, Vestuário e Comunicação Visual. A partir do segundo semestre, a Instituição começou a oferecer

também os cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Em 5 de dezembro de 2012, o Câmpus recebeu sua placa de inauguração, marcando oficialmente o início de suas atividades.

No dia 26 de novembro de 2013, o Câmpus Passos recebeu o prêmio Sucesso Empresarial, organizado pela Fundação de Ensino Superior de Passos (Fesp), a Folha da Manhã e Associação Comercial e Industrial de Passos (Acip), em reconhecimento por sua seriedade e atuação na categoria ensino técnico.

Em 2018, o corpo docente do Câmpus Passos foi formado com mais de 70% de profissionais com qualificação em nível de mestrado e doutorado.

CÂMPUS TRÊS CORAÇÕES

O Câmpus Avançado Três Corações (Figura 10) faz parte do IF-SULDEMINAS. Inicialmente vinculado ao Câmpus Pouso Alegre, compunha um projeto de extensão denominado Polo Circuito das Águas, que atendia aos municípios de Cambuquira, Caxambu, Itanhandu, São Lourenço e Carmo de Minas.

Em 13 de dezembro de 2013, passou à denominação de Câmpus Avançado. A unidade ganhou sede própria com a aquisição do imóvel ocupado pelo antigo Colégio de Aplicação da Unincor pelo Instituto Federal. A implantação dessa unidade foi realizada com apoio e parceria da Prefeitura Municipal de Três Corações. Quando ainda era Polo Circuito das Águas, o IFSULDEMINAS oferecia cursos técnicos presenciais em Mecânica, Logística e Enfermagem. A oferta dos cursos técnicos dentro dos eixos tecnológicos Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação e Segurança, mostrou-se oportuna e significativa para possibilitar a atuação junto aos segmentos industriais, comerciais e de serviços.

Outro eixo tecnológico que atendeu às solicitações da comunidade tricordiana foi o eixo Ambiente e Saúde, que responde às exigências geradas pelo perfil demográfico, epidemiológico e sanitário da região.

Em maio de 2024, passou a ser considerado Câmpus Três Corações, juntamente com o Câmpus Carmo de Minas, apresentado a seguir.

CÂMPUS CARMO DE MINAS

O Câmpus Avançado Carmo de Minas foi o mais recente incorporado à Rede do IFSULDEMINAS. A história dessa unidade começa no ano de 2012, quando o IFSULDEMINAS iniciou o Projeto de Extensão Circuito das Águas, que previa a abertura de polos de rede em vários municípios, entre eles, um na região de Carmo de Minas e São Lourenço.

Em dezembro de 2013, como parte da política de expansão do IFSULDEMINAS, a área da antiga Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem) foi selecionada para receber a Unidade de Educação Profissional (UEP) de Carmo de Minas, sendo, em 2014, elevada à categoria de Câmpus Avançado.

Em março de 2014, começaram a ser oferecidos os primeiros cursos da UEP/Carmo de Minas, provisoriamente, em salas cedidas pela prefeitura municipal, enquanto acontecia a reestruturação da área doada para implantação do Câmpus Avançado. No final de 2015, ocorreu a inauguração da sede definitiva e o Câmpus Avançado começou a receber seus alunos.

Desde sua criação, o Câmpus Avançado Carmo de Minas atua na linha do ensino técnico, gratuito e de qualidade para a comunidade e público interno, atendendo pelo menos dez cidades, em uma região que se destaca pelo potencial turístico e o agronegócio.

Para suprir a demanda e a necessidade de formar profissionais para atuarem nesses segmentos, em 2015 foi implantado o Curso Técnico em Alimentos Subsequente, e em 2016 os cursos Técnico em Administração Subsequente e Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. Atualmente, há também a oferta de cursos técnicos em programas específicos, como o Técnico em Administração (EaD), nas modalidades concomitante e subsequente, por meio do programa Medio TEC, em 15 cidades de Minas Gerais, e o Técnico em Secretaria Escolar (EaD), pelo programa Profuncionário, em oito cidades mineiras.

Em 10 de junho de 2014, a Portaria n. 505 altera a Portaria n. 331, que dispõe sobre os câmpus que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A partir daquela data, passa-se a considerar como integrante da Rede Federal o IFSULDEMINAS/Câmpus Avançado Carmo de Minas.

Em maio de 2024 recebeu a denominação Câmpus Carmo de Minas. Com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil, novos câmpus foram criados pelo país, e no sul de Minas isso não foi diferente. A escolha das cidades nas quais foram implantadas novas unidades dos Institutos Federais considerou três dimensões estabelecidas pelo governo federal para a expansão da Rede: a dimensão social, geográfica e o desenvolvimento. Em linhas gerais, a dimensão social visava à universalização de atendimento aos territórios, a dimensão geográfica objetivava a interiorização da oferta pública de educação profissional e o atendimento aos municípios não atendidos por Escolas Federais e a dimensão de desenvolvimento pretendia atender aos municípios com arranjos produtivos já identificados. Essa escolha também se pautou nas decisões de gestores dos Institutos Federais e gestores pertencentes a prefeituras municipais, além de contar com a influência de políticos de cargos eletivos, como os deputados.

No caso da escolha de cidades para a implantação de novas unidades do IFSULDEMINAS, houve principalmente a atuação, entre outros, de atores que ocupavam as funções de confiança de reitor, pró-reitores, diretores e coordenadores. Todos esses vinculados à esfera federal, já que faziam parte da hierarquia administrativa do Instituto. Houve também a participação, na esfera municipal, do prefeito, dos secretários e coordenadores setoriais, sendo que a função ocupada pelo primeiro é eletiva e as outras duas funções são indicações do próprio prefeito eleito, podendo seus ocupantes ser servidores ou não de carreira do município.

Após isso, novas unidades foram criadas nas cidades mineiras de Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Carmo de Minas e Três Corações, e recentemente foi anunciada a criação do Câmpus Itajubá.

IMPORTÂNCIA DO IFSULDEMINAS NO SUL DE MINAS GERAIS

Os câmpus do IFSULDEMINAS vieram ocupar um importante espaço no aprimoramento tecnológico regional, notadamente pela possibilidade de aprofundar suas relações com as práticas científico-tecnológicas locais, investindo, por exemplo, em pesquisas, no intuito de alcançar o desenvolvimento local e regional, com cursos como Administração, Agronomia, Medicina Veterinária, Engenharia Química,

Engenharia Civil, nas áreas ambientais, além dos cursos técnicos em várias áreas do conhecimento, como Agropecuária, Informática, Administração, Segurança do Trabalho, Moda, Enfermagem, Mecânica, Química, Edificações, Agrimensura, entre outras.

É fundamental, portanto, integrar os cursos técnicos a serem ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com os arranjos produtivos.

A CRIAÇÃO DO IFSULDEMINAS

No início de 2008, quando o MEC anunciou a criação dos Institutos Federais, foram delineados os mapas de distribuição desses institutos pelo Brasil. A princípio, as Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho estavam incluídas no IFSULDEMINAS junto com o Cefet/Bambuí e a Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista e Congonhas, que pertenciam ao Cefet/Ouro Preto.

No entanto, após várias batalhas políticas conduzidas pelos antigos diretores-gerais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, e com a intervenção do deputado federal Odair Cunha, o sul de Minas ganhou um novo Instituto Federal: o IFSULDEMINAS. Esse Instituto foi formado pela união das três Escolas Agrotécnicas Federais de Machado, Inconfidentes e Muzambinho, representando um significativo desenvolvimento para a região.

O IFSULDEMINAS foi criado em 2008, com a fusão das Escolas Agrotécnicas de Muzambinho, Machado e Inconfidentes. Com isso, a Instituição passou a oferecer sete cursos de graduação em diferentes áreas e quatro cursos de pós-graduação. O governo federal determinou que os novos Institutos Federais priorizassem o atendimento a municípios com mais de 50 mil habitantes ou microrregiões não atendidas por Escolas Federais, visando contribuir para uma nação mais igualitária.

As Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, reconhecidas pela qualidade no ensino médio e técnico, foram unificadas para formar o IFSULDEMINAS. Essa unificação permitiu ampliar a capacidade de realização da missão de educar, oferecendo mais oportunidades e atendendo melhor à demanda regional.

Nesse contexto, como critério de adequação ao novo formato, tornando-se um Instituto Federal de educação, o governo federal

determinou que o atendimento prioritário fosse direcionado aos municípios com mais de 50 mil habitantes ou microrregiões, municípios e microrregiões não atendidas por Escolas Federais, visando contribuir para uma nação mais igualitária.

As Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho foram reconhecidas pela qualidade na oferta de ensino médio e técnico, e, por isso, unificadas. Desse modo, nasceu o IFSUL-DEMINAS. Em decorrência disso, tínhamos a oportunidade de ampliar nossa capacidade para realizar a nossa missão de educar.

Por conseguinte, as então Escolas Agrotécnicas, que ofereciam quase que exclusivamente cursos técnicos de nível médio – exceção feita aos cursos superiores de tecnologia, ofertados em caráter experimental –, com forte ênfase na dimensão agrária, deparam-se com a possibilidade de ofertar também licenciatura, engenharias, mestrado e doutorado, numa tendência explícita de verticalização da oferta de ensino (IFSUL-DEMINAS, 2014).

A IMPLANTAÇÃO DA REITORIA DO IFSULDEMINAS

A lei de criação dos Institutos Federais foi publicada em 29 de dezembro de 2008, mas a articulação começou antes. No ano de 2007, o MEC promoveu uma chamada pública para que as Escolas Técnicas, as Agrotécnicas, as unidades vinculadas, o Colégio Pedro II, a Universidade Tecnológica do Paraná e o Cefet pudessem participar de forma voluntária dessa nova configuração da Rede Federal. Após uma série de articulações políticas, que contou com o apoio do deputado federal Odair Cunha, o IFSULDEMINAS foi concebido a partir das três Escolas Agrotécnicas de Inconfidentes, Machado e Muzambinho.

A chamada pública exigia que cada instituição tivesse uma Reitoria localizada em um município com características de cidade polo. Nesse contexto, Pouso Alegre foi apontada como a melhor opção para abrigar a unidade administrativa.

Para o integrante da equipe de implantação da Reitoria, o então pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, professor Sérgio Pedini, um dos grandes desafios assumidos foi implantar a unidade em um município que não possuía sequer um câmpus para servir de apoio.

“Esse início trouxe problemas e dificuldades que outros institutos na mesma situação também enfrentaram.” (Ceccon, 2018, p. 105).

À vista disso, a Instituição começou a funcionar com uma equipe composta por servidores dos três câmpus preexistentes. Como órgão máximo executivo do IFSULDEMINAS, a Reitoria tem por finalidade a administração geral da Instituição bem como a supervisão da execução das políticas de gestão educacional, de pessoal, orçamentária e patrimonial, visando ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão com base em diretrizes homologadas pelo Conselho Superior, que garantem a harmonia e a integração entre as unidades organizacionais que compõem o Instituto Federal. Com a sede física localizada em Pouso Alegre, a Reitoria é composta por um reitor e pelas seguintes pró-reitorias, que a auxiliam em áreas específicas:

1. Pró-Reitoria de Administração;
2. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
3. Pró-Reitoria de Ensino;
4. Pró-Reitoria de Extensão;
5. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

Os setores da Reitoria subdividem-se em diretorias, coordenações gerais e coordenações; cada qual contando com subdivisões e equipes de apoio às atividades.

O professor Rômulo Eduardo Bernardes da Silva foi o primeiro reitor do IFSULDEMINAS, conforme ilustrado na Figura 2.



Figura 2. Galeria dos Reitores

Fonte: Assessoria de Comunicação da Reitoria do IFSULDEMINAS.

O IFSULDEMINAS desempenha um papel crucial no desenvolvimento tecnológico e social do sul de Minas Gerais. Ao integrar a educação técnica com os arranjos produtivos locais, o Instituto contribui para a geração de emprego e o aumento de renda, promovendo uma formação abrangente para além das habilidades técnicas. Com efeito, a pesquisa e o empreendedorismo dentro dos câmpus impulsionam as inovações tecnológicas, beneficiando a comunidade local e regional.

TABELA 1
O IFSULDEMINAS em 2024

Unidades	Cursos	Matrículas	Vagas	Inscritos	Concluintes	Ingressantes
8	413	62.467	39.345	88.019	36.218	36.870

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha.

Na Tabela 1 e na Figura 3 apresentamos dados quantitativos das unidades e seus cursos, tais como o número de matrículas, docentes, técnicos, dentre outros, do IFSULDEMINAS.

Câmpus Três Corações 8 cursos técnicos 1 curso lato sensu 3.233 matrículas 26 docentes 14 técnicos administrativos	Câmpus Pouso Alegre 13 cursos técnicos 4 cursos superiores 1 curso de aperfeiçoamento 4 cursos lato sensu 5.927 matrículas 61 docentes 44 técnicos administrativos	Câmpus Carmo de Minas 5 cursos técnicos 1 curso superior 1 curso lato sensu 7.738 matrículas 22 docentes 17 técnicos administrativos	Câmpus Itajubá (Em construção)
Câmpus Poços de Caldas 1 especialização técnica 6 cursos técnicos 6 cursos superiores 2 cursos de aperfeiçoamento 4 cursos lato sensu 1 curso stricto sensu 4.130 matrículas 67 docentes 41 técnicos administrativos	Câmpus Machado 11 cursos técnicos 6 cursos superiores 4 cursos lato sensu 1 curso stricto sensu 11.734 matrículas 105 docentes 96 técnicos administrativos Polo Embrapii Agroindústria do Café	Reitoria 1 curso lato sensu 118 técnicos administrativos	Câmpus Inconfidentes 9 cursos técnicos 11 cursos superiores 2 cursos lato sensu 15.209 matrículas 96 docentes 92 técnicos administrativos
Câmpus Passos 6 cursos técnicos 5 cursos superiores 2 cursos de aperfeiçoamento 7 cursos lato sensu 2.228 matrículas 65 docentes 41 técnicos administrativos	Centro de Referência IFSULDEMINAS/UFLA/ Prefeitura de Lavras 4 cursos técnicos 130 matrículas	Câmpus Muzambinho 12 cursos técnicos 8 cursos superiores 3 cursos lato sensu 1 curso stricto sensu 9.091 matrículas 118 docentes 93 técnicos administrativos	
Centros de Validação Tecnológica Café e Grãos			

Figura 3. Dados Levantados do IFSULDEMINAS em 2024
Fonte: Assessoria de Comunicação da Reitoria do IFSULDEMINAS.

DEPOIMENTO DO REITOR DO IFSULDEMINAS: CLÉBER ÁVILA BARBOSA

Das Escolas Agrotécnicas ao sonho dos Institutos Federais de educação, o IFSULDEMINAS é fruto, inicialmente, da consolidação de três Escolas Agrotécnicas Federais, também chamadas de Escolas Agrícolas: Inconfidentes, Machado e Muzambinho. Juntas, ao longo das décadas, formaram milhares de estudantes na área de agropecuária, transformando suas realidades. Se hoje somamos 682 unidades e mais de 1,5 milhões de matrículas, e se ainda temos a perspectiva da implantação de 100 novos câmpus, é bom lembrarmos que nem sempre foi assim. Em um passado não muito distante, as referidas cidades mantinham suas instituições de ensino voltadas especificamente aos cursos técnicos, destacando o suporte à agricultura e à pecuária. Os câmpus, à época, recebiam alunos de diversas partes do Brasil, inclusive do Norte e Nordeste, que buscavam capacitação. Alguns por aqui permaneciam, criavam raízes, famílias e “amineiravam-se”, no bom sentido de tornar-se mineiro pelo hábito. No entanto, grande parte retornava a seus lares e faziam a diferença em suas regiões de origem. Eram momentos em que as Escolas Agrícolas contavam com um número muito menor de servidores, estrutura física e complexidade. O clima era como de uma família, no qual todos se conheciam, frequentavam as casas entre si e mantinham laços de compadrio. Talvez houvesse uma rigidez maior referente aos estudantes, mesclada ao carinho e à preocupação por fazê-los entender a importância da Escola e da educação em suas vidas. Pela experiência, sabíamos que diversas famílias viam nas Escolas Agrotécnicas talvez a solução para o encaminhamento de seus filhos para uma vida melhor. Fosse para trazê-los a uma maior responsabilidade, fosse para transformá-los por meio do conhecimento e do trabalho. E, assim, os anos se sucederam.

Com o advento dos Institutos Federais de educação, houve mudanças drásticas em todo o sistema. A ampliação dos câmpus, o aumento de servidores via concursos públicos, aliado à alteração dos públicos-alvo, ao incentivo aos cursos superiores, entre outros, promoveu uma modernização da administração e de toda a estrutura física e pedagógica. Somaram-se às três pioneiras uma Reitoria em Pouso Alegre, município que também recebeu um câmpus. E vieram agregar valor Carmo de Minas, Passos, Poços de Caldas, Três Corações e, em breve, o novo polo em Itajubá, um Centro de Referência em parceria com a Prefeitura de Lavras e a UFLA, além de convênios firmados com 63 três polos de apoio ao Ensino

a Distância (EaD) – ressaltando-se que, desses, 28 são conveniados com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e recebem oferta de cursos superiores (graduação e/ou pós-graduação), um Centro de Validação Tecnológica em Guaxupé/MG, um Polo Embrapii Agroindústria do Café em Machado/MG. A Instituição cresceu muito com a implantação de modernos e novos laboratórios, salas de aula, ginásios poliesportivos, áreas de vivência e lazer que deram espaço a um volume acentuado de novos estudantes técnicos e acadêmicos dos cursos superiores que foram se estruturando com o tempo, contando com 176.613,08 metros quadrados de área construída. Hoje ofertamos 41 cursos de graduação, 43 cursos técnicos subsequentes, quatro cursos técnicos concomitantes, 26 cursos técnicos integrados, três mestrados, 27 cursos de pós-graduação lato sensu e cinco cursos de aperfeiçoamento, em um avanço na educação pública gratuita e de qualidade. Antes restrito às três cidades, o IFSUL-DEMINAS atualmente é conhecido por sua pujança e representatividade regional. Fato que se justifica pelos diversos prêmios recebidos por suas ações de sustentabilidade, dinamismo e referência como ensino, pesquisa e extensão. Nesta última, buscamos também a consolidação, firmando fortes laços com as comunidades locais e regionais.

São exemplos dessas políticas ações como: os cursos de formação inicial e continuada (FIC), que visam à qualificação profissional. Em 2023, a Instituição ofertou 543 cursos, qualificando cerca de 53.000 pessoas em modalidades presenciais e a distância; os eventos de extensão, com cerca de 500 eventos anuais nos diversos câmpus; o IF mais Empreendedor Nacional, que apoia micro e pequenos empreendedores, atendendo a mais de 2.000 empreendimentos; o Programa Transformar Sustentável, em parceria com a Receita Federal, que utiliza mercadorias apreendidas para promover sustentabilidade, entre outros. Além disso, a Instituição fomenta projetos de extensão por meio de diversos editais, incluindo Arte e Cultura, Esporte e Lazer, Geral, Eventos e Grupos de Estudos. Contando com 1.213 servidores em atuação, sendo 575 técnicos administrativos e 638 docentes, o IFSULDEMINAS se destaca pela qualificação de seu corpo técnico e docente.

É o presente que semeia o futuro e firma-se na história. Que posamos, juntos, com muita tenacidade e muito trabalho, crescer e atender ainda mais à sociedade, e deixar a marca IFSULDEMINAS cada vez mais consolidada e forte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo avaliar e evidenciar a trajetória e expansão do IFSULDEMINAS desde sua criação até os dias atuais. A princípio, as três Escolas Agrotécnicas Federais do Sul de Minas Gerais – Muzambinho, Machado e Inconfidentes – foram unificadas para formar o IFSULDEMINAS. Posteriormente, foram estabelecidos novos câmpus em Pouso Alegre, Passos, Poços de Caldas, Carmo de Minas, Três Corações e, em breve, em Itajubá, todos no sul de Minas Gerais.

Desde a instituição do ensino agrícola em 1946 e a criação da Rede de Estabelecimentos Agrícolas no Brasil no ano seguinte, houve uma significativa expansão no sul de Minas. Essa expansão visou atender prioritariamente aos municípios com mais de 50 mil habitantes ou microrregiões não atendidas por Escolas Federais.

O IFSULDEMINAS se destacou por promover o acesso à educação para estudantes de baixa renda e com necessidades especiais. Após a transformação das Escolas Agrotécnicas, a Instituição cresceu substancialmente, criando diversos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Em 2024, o IFSULDEMINAS conta com uma Reitoria, oito câmpus e 50 polos de rede, abrangendo 178 municípios e beneficiando 3,5 milhões de pessoas. Entre 2009 e 2024, o número de matrículas aumentou de 4 mil para mais de 63 mil, oferecendo uma ampla gama de cursos técnicos e programas de graduação e pós-graduação. A Instituição emprega 560 docentes efetivos e 575 técnicos.

Os investimentos do MEC em infraestrutura resultaram na construção de laboratórios, alojamentos, refeitórios, auditórios, complexos esportivos, usinas de energia solar, sistemas de captação de águas pluviais etc. Atividades culturais e esportivas como teatro, dança e olimpíadas do conhecimento também foram promovidas.

A pesquisa destaca que, apesar do crescimento, a permanência e o êxito dos estudantes são desafios constantes que exigem ações contínuas e o envolvimento de equipes multidisciplinares. A Instituição sempre se dedicou a enfrentar esses desafios, investindo em políticas educacionais e propondo alternativas para reduzir a evasão escolar.

Além disso, o IFSULDEMINAS se destacou em iniciativas ambientais, como o Plano Conservador da Mantiqueira, que promove a restauração florestal em parceria com municípios e ONGs. O projeto IF

Solar também se tornou referência nacional, mostrando a importância de investimentos em projetos inovadores.

A pesquisa conclui que os investimentos no IFSULDEMINAS foram bem gerenciados, apesar de haver espaço para melhorias. A Instituição representa um marco na educação profissional no sul de Minas, alinhada com políticas de inclusão e democratização do conhecimento. É essencial que os investimentos em educação profissional continuem, independentemente de diferenças ideológicas, para garantir o avanço do desenvolvimento e da inclusão social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *O plano de desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas – PDE – Ministério da Educação*. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03///Constituicao/Constituicao46.htm Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. *Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2014.

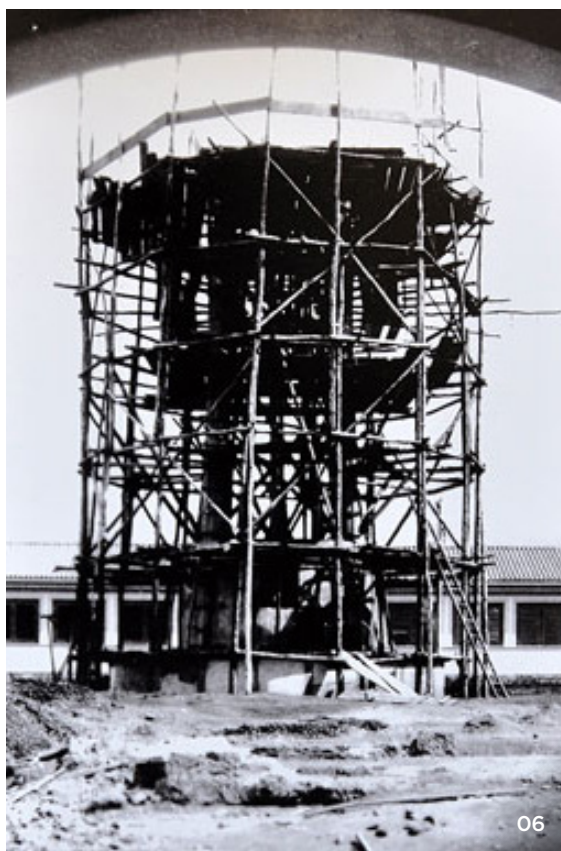
CÂMPUS Machado do IF Sul de Minas completa 60 anos de fundação. *G1*, Machado, 7 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/campus-machado-do-if-sul-de-minas-completa-60-anos-de-fundacao.ghtml> Acesso em: 2 nov. 2024.

CECCON, P. R. *10 Anos de IFSULDEMINAS*. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2018.

IFSULDEMINAS (Instituto Federal do Sul de Minas). *Relatório de gestão 2013 do IFSULDEMINAS*. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2014. Disponível em: <https://share.google/eUax3H3s1R1QqQBFq> Acesso em: 18 set. 2024.

IFSULDEMINAS (Instituto Federal do Sul de Minas). *Edital 25/2024*. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2024. Disponível em: <https://portal.poa.ifsuldeminas.edu.br/sobre-o-c%C3%A2mpus> Acesso em: 19 set. 2024.

MINAS GERAIS. *Lan – Laboratório Nacional de Astrofísica*. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, c2017. Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/imagens/atracoes/1708608531q0LrTqQNSB.jpg> Acesso em: 2 nov. 2024.





08



09



10



11



12



13



DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Primeira turma do Patronato Agrícola Visconde de Mauá em 1918 | Fonte: Acervo institucional do IFSULDEMINAS/Câmpus Inconfidentes.
- 02 Vista do pátio interno do Aprendizado Agrícola Visconde de Mauá em 1945 | Fonte: Acervo institucional do IFSULDEMINAS/Câmpus Inconfidentes.
- 03 Inauguração da Escola Agrotécnica de Muzambinho em 1953 com a presença, da esquerda para a direita, do deputado federal Licurgo Leite, do ministro da Justiça, Tancredo Neves, do presidente da República, Getúlio Vargas, e do ministro da Agricultura, João Cleófas | Fonte: Acervo institucional do IFSULDEMINAS/Câmpus Muzambinho.
- 04 Banda de alunos da Escola Agrotécnica Federal de Machado | Fonte: Acervo institucional do IFSULDEMINAS/Câmpus Machado.
- 05 Desfile do Ginásio Agrícola Visconde de Mauá em 1970 | Fonte: Acervo institucional do IFSULDEMINAS/Câmpus Inconfidentes.
- 06 Construção do reservatório de água do Colégio Agrícola de Muzambinho em 1977 | Fonte: Acervo institucional do IFSULDEMINAS/Câmpus Muzambinho.
- 07 Entrada da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes em 1983 | Fonte: Acervo institucional do IFMG.
- 08 Entrada da Escola Agrotécnica Federal de Machado | Fonte: Câmpus [...] (2017).
- 09 Prêmio do antigo Colégio de Aplicação da Unincor, adquirido pelo IFSULDEMINAS para implantação do Câmpus Três Corações | Fonte: Acervo institucional do IFSULDEMINAS/Câmpus Três Corações.
- 10 Inauguração da sede do Câmpus Carmo de Minas em 2016 | Fonte: Acervo institucional do IFSULDEMINAS/Câmpus Carmo de Minas.
- 11 Inauguração da sede da Reitoria em 2017 | Fonte: Acervo institucional do IFSULDEMINAS.
- 12 Comemoração da obtenção da nota máxima do curso superior em Tecnologia em Design de Moda do Câmpus Passos em 2019 | Fonte: Acervo institucional do IFSULDEMINAS/Câmpus Passos.
- 13 Primeira edição da Feira Literária do IFSULDEMINAS/Câmpus Pouso Alegre em 2019 | Fonte: Acervo institucional do IFSULDEMINAS/Câmpus Pouso Alegre.
- 14 Projeto da Cidade da Inovação do IFSULDEMINAS no Câmpus Poços de Caldas | Fonte: Acervo institucional do IFSULDEMINAS/Câmpus Poços de Caldas.
- 15 Laboratório Nacional de Astrofísica, sede do novo câmpus em Itajubá | Fonte: Minas Gerais (c2017).

DAS ESCOLAS TÉCNICAS AO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS

PERCURSOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM MINAS GERAIS (1944-2024)

RODOLPHO GAUTHIER CARDOSO DOS SANTOS¹

DENIS PEREIRA TAVARES²

DOUGLAS BIAGIO PUGLIA³

GILZILENE DE JESUS CAETANO⁴

PABLO MENEZES E OLIVEIRA⁵

Todos os dias milhares de alunos e servidores frequentam as salas de aula, laboratórios, bibliotecas, cantinas e secretarias dos 18 câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). Cada um carrega consigo afetos, memórias, expectativas,

1 Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), atua como docente no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)/Câmpus Ouro Branco. Tem interesse nos seguintes temas pesquisa: ensino de história e de ciências humanas na educação profissional e tecnológica, educação patrimonial e história da educação profissional e tecnológica. E-mail: rodolpho.santos@ifmg.edu.br.

2 Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atua como bolsista externo do Centro de Memória do IFMG. Pesquisa os seguintes temas: políticas de patrimônio cultural, memória, história oral, história urbana. E-mail: denis.tavares@ifmg.edu.br.

3 Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), atua como docente do IFMG/Câmpus São João Evangelista. Pesquisa os seguintes temas: memória, pensamento político conservador, história em quadrinhos. E-mail: douglas.puglia@ifmg.edu.br.

4 Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo IFMG, pesquisa os seguintes temas: história da educação profissional, ensino do turismo na educação profissional e tecnológica, turismo e o patrimônio histórico cultural. E-mail: gilze.gil@gmail.com.

5 Doutor em História pela UFMG, atua como docente no IFMG/Câmpus Ouro Branco. Pesquisa os seguintes temas: história da educação profissional, patrimônio histórico e história de Minas Gerais. E-mail: pablo.menezes@ifmg.edu.br.

frustrações e vários sentimentos relativos a esses lugares. Entre canetas, livros e provas, histórias pessoais se desenrolam junto com a história da própria Instituição. Cheias de vida, as escolas e seu cotidiano barulhento, com muita frequência, resistem às tentativas de sistematização racional.

A História, como campo científico, permite compreender parte desse passado múltiplo e ressignificá-lo. Em especial, a história das instituições escolares amplia a compreensão dos percursos que as escolas percorreram no decorrer do tempo, contextualizadas, como defende Magalhães (2007), a um quadro histórico mais amplo e à comunidade e região em que estão inseridas.

Este artigo tem por objetivos apresentar e analisar, de maneira sucinta, parte do percurso histórico da educação profissional em Minas Gerais que culminou, em 2008, na criação do IFMG, bem como alguns dos seus desdobramentos nesses 16 anos de existência institucional. Não temos qualquer pretensão de esgotar o tema, ainda mais considerando o espaço limitado. Pretendemos, a partir de leis, depoimentos e produções bibliográficas, refletir sobre alguns atores e momentos-chave da história dessa Instituição, algo em franco desenvolvimento e com muitos capítulos ainda a serem escritos. Cremos que essa tarefa pode trazer impactos positivos não apenas ao campo científico, mas também ao campo dos afetos que atravessam todos nós, por fazermos parte dessa história.

O artigo começa analisando as trajetórias das três instituições que deram origem ao IFMG – as Escolas de Ouro Preto, Bambuí e São João Evangelista. Na sequência, contextualiza o momento, permeado por receios e negociações, em que o Ministério da Educação (MEC) buscou unificar tais instituições durante o processo de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), estabelecida em 2008. Seguiu-se um processo de vertiginosa expansão com a criação de 13 câmpus no espaço de uma década (2008-2018). Na parte final, averiguamos as iniciativas para a compreensão dessa história, que é recente, mas com origens bastante antigas. Destacamos, em especial, os trabalhos elaborados pelo Centro de Memória do IFMG e algumas dissertações desenvolvidas dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), apontando temáticas já exploradas e outras ainda a serem contempladas por trabalhos futuros.

AS TRÊS INSTITUIÇÕES QUE ORIGINARAM O IFMG

O IFMG é uma das instituições criadas no bojo da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reestruturou a Rede Federal de ensino técnico brasileiro, dando ao campo do ensino técnico nova dimensão e abrangência. Embora “novo”, o IFMG foi organizado a partir da fusão de instituições existentes anteriormente, cujas histórias remontam há algumas décadas.

Três instituições foram agrupadas para criar o IFMG, segundo as denominações que adotavam às vésperas da criação da nova instituição: o Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto, fundado como Escola Técnica em 1942; o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí, originado como Escola Agrícola de Bambuí em 1961; e a Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, instituída como Escola de Iniciação Agrícola em 1951. Junto a elas, foram estabelecidas as chamadas unidades descentralizadas: a do Cefet/Ouro Preto, localizada na cidade de Congonhas; e a do Cefet/Bambuí, situada na cidade de Formiga.

Não é demais deixar claro que todas estão localizadas no estado de Minas Gerais, entretanto em regiões variadas do território mineiro, em alguns casos bem distantes entre si. Nas linhas que seguem, concentramos-nos nessas três instituições originárias, observando a estrutura legislativa para dar vida a essas instituições. Estamos cientes de que estas são permeadas de vida e cotidiano, uma dimensão que esperamos que outras frentes de pesquisa possam analisar.

A primeira consideração que precisa ser feita nesse contexto é que estamos tratando de três instituições com origens diferentes. Tendo em vista as iniciativas organizadas após a Proclamação da República (1889),⁶ quando o governo passou a protagonizar a oferta de ensino técnico no país, a Escola Técnica construída em Ouro Preto tem suas raízes no ensino voltado para o setor industrial, estando, portanto,

⁶ Estudos apontam que, após a Independência do Brasil (1822) e em todo o período imperial/monárquico, vários debates, projetos e iniciativas espalhadas pelas províncias do país tinham por finalidade promover a educação profissional no país. Contudo, praticamente todas elas contaram com ações de particulares, em geral por meio de sociedades benéficas, que eventualmente receberam subvenções do governo imperial, e quase todas foram iniciativas que não conseguiram se firmar por longo tempo.

muito próxima do projeto ensejado com a criação das Escolas de Aprendizizes Artífices, implementadas no país a partir de 1909.⁷

Já as Escolas de Bambuí e São João Evangelista são herdeiras do ensino agrícola, previsto no país por força do Decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910. Esse ponto é importante porque, durante muitas décadas, tais instituições se constituíram de forma bastante distinta, respondendo a uma estrutura organizacional federal diversa e, principalmente, formando culturas escolares em vários aspectos diferentes entre si. À vista disso, talvez por causa da construção de efemérides que buscassem engrandecer a educação profissional, atribuindo-lhe uma característica fundamental nas Escolas de Aprendizizes Artífices, tem-se omitido sistematicamente nas leituras sobre o tema que as origens das Escolas de perfil técnico industrial são diferentes das Escolas Agrotécnicas.

Postas essas questões, tratemos de cada uma delas. A mais antiga das três instituições – o atual câmpus de Ouro Preto – foi instituída como Escola Técnica de Ouro Preto no ano de 1942. Sua criação ocorreu durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), período em que a educação profissional passou por profundas transformações, que, agrupadas, ficaram conhecidas como Reforma Capanema. No caso da Escola de Ouro Preto, ela foi criada pelo Decreto-Lei n. 4.127, publicado em 25 de fevereiro de 1942, que organizou o ensino industrial. A medida estabeleceu, em seu artigo 7º, a criação de “uma Escola Técnica com a finalidade de ministrar o curso de mineração e o curso de metalurgia” (Brasil, 1942), que ficariam vinculados à Escola Nacional de Minas e Metalurgia.⁸ Segundo Arthur Machado (2015), a nova instituição iniciaria suas atividades em maio de 1944, com uma turma de 13 alunos. Ela surgia como forma de ampliar o potencial econômico da região em que seria instalada, no campo da mineração e metalurgia.

⁷ Em Minas Gerais, a Escola de Aprendizizes Artífices foi instalada em Belo Horizonte no ano de 1910. Atualmente, é o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG).

⁸ A Escola Nacional de Minas e Metalurgia foi fundada em 1875 na cidade de Ouro Preto, procurando explorar o potencial minerário da região, bem como pretendia inserir o país no processo de desenvolvimento metalúrgico em curso nos países do Norte. Segundo o Decreto n. 6.026, de 6 de novembro de 1875, “A Escola de Minas tem por fim preparar Engenheiros para a exploração das minas e para os estabelecimentos metalúrgicos[sic]” (Brasil, 1875). Atualmente, a Escola de Minas é parte da Universidade Federal de Ouro Preto.

Anos mais tarde, a Escola passaria por outro processo de transformação, por força da Lei n. 3.552, promulgada em 16 de fevereiro de 1959, cujo objetivo era dar nova ordem para as instituições de ensino técnico. Na época, as Escolas Industriais e Técnicas vinculadas ao MEC foram transformadas em Escolas Técnicas Federais, adquirindo personalidade jurídica própria e autonomia didática. Segundo Caires e Oliveira (2016), esse processo gerou o aumento do número de matrículas e da oferta de cursos mais alinhados com as realidades locais. Nesse período, além de se reorganizar juridicamente, ela também receberia uma sede própria, deixando de utilizar as instalações da Escola de Minas e passando a ocupar as instalações da antiga 4ª Companhia de Comunicações do Exército, no Morro do Cruzeiro, onde se encontra até os dias atuais.

A Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ETFOP) manteve sua estrutura administrativa nos mesmos moldes por um longo tempo, apesar de expandir a oferta de cursos técnicos, tais como Edificações (1981) e Automação Industrial (1987), entre outros (Machado, A., 2015). Além disso, também não foi transformada em um Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), de acordo com a Lei n. 6.545/1978, que, a princípio, só foi aplicada às Escolas Técnicas Federais instaladas em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Paraná.⁹

A ETFOP teria sua organização transformada uma vez mais na década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), quando o processo denominado de “cefetização” chegou àquela Instituição. Antes disso, é preciso registrar que esse período foi marcado pelo recrudescimento das políticas públicas, inclusive a educação, haja vista que o programa político desse tempo histórico foi profundamente marcado pelo pensamento neoliberal. Nas instituições federais de ensino, esse processo se traduziu na limitação de contratação de servidores, terceirização de pessoal e diminuição de orçamento e investimentos. Segundo Arthur Machado (2015), uma das facetas desse processo se expressou por meio do Programa de Expansão do Ensino Profissional (Proep), que foi promovido nas instituições de ensino técnico com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

⁹ A medida deu novas competências às instituições de ensino técnico, que passaram a ofertar cursos superiores e de pós-graduação correlatos à área industrial.

Se por um lado ele trazia a expectativa de financiamento de equipamentos e laboratórios, tal movimento só se efetivaria no caso da oferta de cursos “enxutos, rápidos, com certificações parciais” (Machado, A., 2015, p. 20), cujo objetivo era promover uma formação aligeirada, de baixo custo. Se não fosse o bastante, por meio do Decreto n. 2.208/1997, o governo FHC retirou o ensino médio técnico integrado do rol de oferta das Escolas Técnicas, prevalecendo os cursos em modalidade concomitante e subsequente.

Nesse período, a ETFOP passou por mais uma reestruturação administrativa/pedagógica. Por força da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, criou-se o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. As Escolas Técnicas Federais instaladas pela já mencionada Lei de 1959 foram transformadas em Cefets. Apesar do decreto, a transformação da ETFOP em Cefet só foi efetivada por meio do Decreto de 13 de novembro de 2002 (Brasil, 2002).

Como marco desse processo, em 2003 foi criado o primeiro curso de graduação ofertado pelo Cefet/Ouro Preto: o Bacharelado em Tecnologia em Gestão da Qualidade. Com sua nova condição, a Instituição expandiu suas atividades além de seus muros, instalando sua primeira Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) na cidade de Congonhas (Brasil, 2006). As chamadas Uneds eram um instrumento de expansão do ensino técnico, cujas raízes se encontram na Portaria n. 67, de 6 de fevereiro de 1987 (Brasil, 1987). Administrativamente, essa era a situação em que Ouro Preto se encontrava quando o projeto de criação dos Institutos Federais começou a ser organizado (Machado, A., 2015).¹⁰

A segunda das instituições criadas, o atual Câmpus Bambuí, fica no centro-oeste mineiro, próximo da Serra da Canastra. As origens da Instituição estão na fundação de um Posto Agropecuário no ano de 1950, no local denominado Fazenda da Varginha. Estabelecidos no país a partir de 1947, por meio da Portaria n. 118/1947, os Postos Agropecuários deveriam, segundo relatório do Ministério da Agricultura de 1951, “auxiliar diretamente agricultores e lavradores, melhorando e defendendo

10 Sobre a história do Câmpus Ouro Preto, vale destacar, em especial, o livro comemorativo dos setenta anos (Silva; Machado; Barbosa, 2015), cujos artigos abordam diferentes aspectos da trajetória da Instituição, além de um trabalho mais recente de Souza (2022), desenvolvido no mestrado ProfEPT.

sua produção” (Brasil, 1951, p. 88). Em 1956, a unidade passou a abrigar a Seção de Fomento Agrícola em Minas Gerais, com a oferta de um curso de tratoristas na unidade. Em 1961, todas essas experiências se traduziram na criação de uma instituição educativa, a Escola Agrícola de Bambuí, instalada por meio da Lei n. 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961. Segundo o documento, a Instituição deveria absorver as instalações e benfeitorias que se encontravam na Fazenda da Varginha, de acordo com o que se observa no artigo 2º da lei: “A Escola Agrícola de Bambuí será instalada no Posto Agropecuário, utilizando-se para isso as terras e benfeitorias que se fizerem necessárias” (Brasil, 1961). Importante ressaltar que a Escola deveria funcionar em conformidade com o Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Segundo essa lei (art. 12, § 2), a instituição criada em Bambuí, como uma Escola Agrícola, deveria “ministrar o curso de mestria agrícola e o curso de iniciação agrícola” (Brasil, 1946). Pela característica da oferta de ensino, a Instituição era então subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, órgão do Ministério da Agricultura.

Na década de 1960, a Instituição sofreu mudanças, a primeira ocorreu em 13 de fevereiro de 1964, quando o Decreto n. 53.558/1964 ajustou a denominação da Instituição para Ginásio Agrícola, como forma de adequação à Lei de Diretrizes de Base da Educação (Lei n. 4.024), publicada em 1961. Por meio do documento, entende-se que o Ginásio Agrícola oferecia um curso de ginásial (1º ciclo), com duração de quatro anos.

Quatro anos mais tarde, a Instituição foi alçada à condição de Colégio, por determinação do Decreto n. 63.923, de 30 de dezembro de 1968. Com essa alteração, a Instituição começaria a oferecer o ensino colegial (2º ciclo). Isso permitiria aos alunos frequentarem disciplinas específicas do ensino técnico, além de cinco disciplinas do curso colegial secundário. No curso desta última transformação, a Instituição já estava sob responsabilidade do Ministério da Educação, por meio da pasta denominada Diretoria de Ensino Agrícola.¹¹

¹¹ Em decorrência do Decreto n. 60.731, de 19 de maio de 1967, o MEC havia incorporado às suas funções as instituições de ensino técnico e superior ligadas ao Ministério da Agricultura.

Na década de 1970, uma nova alteração normativa foi realizada no Colégio Agrícola de Bambuí. Agora sob a gerência da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (Coagri), criada em 1975, passou a ser denominada Escola Agrotécnica Federal de Bambuí, segundo o Decreto n. 83.935, de 4 de setembro de 1979, cujo propósito era uniformizar as denominações utilizadas pelas instituições de ensino técnico. Conforme informado no site do Câmpus Bambuí, nesse período o Câmpus ofertava os seguintes cursos: o Técnico em Agropecuária, o supletivo de Técnico em Leite e Derivados e Técnico de Agricultura (IFMG, 2024a).

Assim como ocorreu com a ETFOP, com a chegada do século XXI novos projetos se apresentaram à Instituição. Bambuí aderiu ao Programa de Expansão da Educação Profissional e, em dezembro de 2002, foi criado o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí, acompanhando o processo de “cefetização” do período. A partir de então, a Instituição começou a oferta do ensino superior, que se iniciou com o curso de Tecnologia em Alimentos. Além disso, ampliou-se com a criação de uma Uned na cidade de Formiga, cujas atividades começaram em março de 2007, por meio da oferta de cursos técnicos subsequentes.

A terceira das instituições à qual nos referimos é atualmente o Câmpus São João Evangelista, localizado na região centro-nordeste, no Vale do Rio Doce. Registros históricos apontam que as origens da Instituição remontam a 1951, ano em que foi instalada uma Escola de Iniciação Agrícola na cidade, por meio de convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e o governo de Minas Gerais. De fato, o relatório de atividades do Ministério da Agricultura aponta que no referido ano a Escola de Iniciação Agrícola de São João Evangelista encontrava-se em fase de implantação (Brasil, 1952). A Instituição foi instalada na Chácara São Domingos, obtida por meio da Sociedade Educacional Evangelistana.

A Escola de Iniciação Agrícola manteve seu perfil de oferta por mais de uma década, quando, por determinação do Decreto n. 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, passou a ser denominada de Ginásio Agrícola, situação similar à que observamos anteriormente. A partir de então, o Ginásio Agrícola de São João Evangelista passou a oferecer um curso ginásial (1º ciclo), cuja duração seria de quatro anos. Interessante observar que, no ano de 1978, ainda na condição de Ginásio Agrícola, a Instituição já se organizava para ofertar um Curso Técnico em Agropecuária,

ainda que a legislação vigente não tivesse previsão desse tipo de oferta em ginásios agrícolas. No ano seguinte, por meio do Decreto n. 83.935, de 4 de setembro de 1979, o Ginásio passou a ser chamado de Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, nomenclatura que perdurou até que ela fizesse parte da composição que criaria o IFMG.

Em 1982, foi criado o Curso Técnico em Economia Doméstica, que seria o segundo curso técnico oferecido na Instituição, e sua adesão ao Projeto de melhoria do ensino agrícola, que fez parte do IV Acordo MEC/BIRD. Seu primeiro curso de graduação viria com o novo milênio, no ano de 2005, quando houve a aprovação do Curso de Tecnologia em Silvicultura.

Essa breve passagem pelo histórico institucional de Ouro Preto, Bambuí e São João Evangelista nos permite ter uma visão da situação em que se encontravam na conjuntura do debate de criação dos Institutos Federais. As três instituições já gozavam de larga experiência no campo do ensino industrial e agrícola, com origens nas décadas de 1940 e 1950. Já haviam passado por diversas experiências de mudanças administrativas e de oferta de níveis variados de ensino. Duas delas inclusive já tinham expandido suas atividades extramuros, com a criação de Uneds. Interessante observar que, entre as três, duas delas, Bambuí e São João Evangelista, assemelhavam-se quanto à sua natureza como instituição de ensino agrícola, por muito tempo subordinada à legislação específica, algumas das quais citadas anteriormente. Ouro Preto, por seu turno, tinha sua estrutura baseada no ensino industrial, oferecendo cursos no campo na mineração e siderurgia. Tais experiências confluíram para a criação de uma nova instituição, que poderemos acompanhar nas páginas seguintes.

O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO IFMG

Um novo modelo institucional voltado para a educação profissional e tecnológica foi apresentado pelo MEC em 2007, por intermédio do então ministro Fernando Haddad no segundo mandato do Partido dos Trabalhadores (PT). Tal projeto reestruturou e impactou, sobremaneira, o caminho percorrido até aquele momento pelas instituições federais que ofereciam a educação profissional. Além da expansão proposta,

o MEC objetivou aproveitar o potencial já existente das Escolas da Rede Federal de Educação Tecnológica,¹² que na época era constituída pelos Cefets, pelas Escolas Técnicas Federais (ETFs) e pelas Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) (Brasil, 2007a).

Para dar início a isso, o MEC publicou dois instrumentos legais que normatizaram e asseguraram a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), são eles: o Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007, e a Chamada Pública n. 2, de 12 de dezembro de 2007. Ao serem difundidos, cada um desses dispositivos gerou reações diversas no interior das instituições da Rede. Trataremos disso a seguir.

Antes, convém destacar que, para além dos documentos oficiais, embasamo-nos também em duas entrevistas que foram cedidas pelo projeto de extensão “A construção da memória do IFMG a partir dos discursos fundadores (2008-2018)”.¹³ Esses depoimentos são de Caio Mário Bueno Silva¹⁴ e Neimar Freitas Duarte¹⁵, que estiveram ligados diretamente à elaboração e ao envio de propostas para a criação de Institutos Federais no estado de Minas Gerais, em resposta à Chamada Pública n. 2/2007.

Sobre o Decreto n. 6.095/2007, este estabeleceu as diretrizes para a integração das instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Tecnológica, com vistas à criação dos IFs. Definiu ainda que a nova institucionalidade seria de natureza autárquica, com autonomia administrativa e patrimonial, didático pedagógica e disciplinar de “educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicâmpus” (Brasil, 2007b). Ademais, a implantação dos IFs ocorreria mediante a integração entre as instituições da Rede, os Cefets, as ETFs, as ETVs e as EAFs.

12 Refere-se à Rede anterior à sanção da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

13 Projeto idealizado pelo professor Dr. Pablo Menezes e Oliveira, do IFMG/Câmpus Ouro Branco e desenvolvido no IFMG entre novembro de 2019 e novembro de 2020. O projeto teve como objetivo “contribuir para a construção da memória institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) a partir da refundação destas três instituições, tornadas uma, observando como se deu o processo de construção do IFMG, no que diz respeito às negociações, proposições e atos administrativos” (IFMG, 2019).

14 Professor aposentado e ex-reitor do IFMG durante dois mandatos (2009-2015).

15 Professor do IFMG, ex-pró-reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação; e, na época da criação do IFMG, assumiu o cargo de coordenador da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Contudo, com a Chamada Pública n. 2/2007, foi acrescentada a “transformação” como outra forma de criação dos IFs, quais sejam:

Art. 8. [...] estruturas multiCâmpus, com gestão orçamentária e financeira descentralizada.

§ 1 Cada Câmpus corresponderá a uma unidade descentralizada.

Art.9. § 1. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e cursos da educação superior, os Ifets serão equiparados a universidades. [...]

Art. 10. No projeto de lei de instituição do Ifet, a administração superior será atribuída ao Reitor, ao Colégio de Diretores e ao Conselho Superior, no âmbito de suas respectivas competências (Brasil, 2007b).

Logo após a divulgação do Decreto n. 6.095/2007, as instituições da Rede, por meio de seus conselhos representativos, manifestaram suas posições e reflexões acerca da proposta do MEC; é o caso do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação (CONCefet) e do Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais (Coneaf).

O Coneaf publicou um documento em 6 de junho de 2007, intitulado Proposta do Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais, para o novo desenho da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em que externava o posicionamento das EAFs diante do novo projeto do MEC. Ao mesmo tempo, propunha outra configuração para a educação profissional e tecnológica, conforme trecho a seguir:

Acreditamos que o caminho mais adequado passa pela consolidação da identidade das atuais instituições em direção a uma adaptação flexível às demandas reais de cada realidade regional. A integração das instituições federais de educação tecnológica passaria assim por uma progressiva aproximação entre projetos político-pedagógicos. [...] Enquanto ferramentas de desenvolvimento as EAFs estarão atentas aos sinais de desenvolvimento local e regional. Dessa maneira terão como foco central da sua trajetória tornar-se Cefets (Coneaf, 2007).

Segundo Otranto (2010, p. 3), as EAFs almejavam a transformação em Cefets “visando à ampliação da autonomia e ascensão à categoria de instituição de educação superior”. Muitas delas já se

encontravam com o processo de transformação encaminhado, a exemplo da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista (EAFSJE). Em razão desse desejo, muitas optaram por não aderir ao projeto do MEC de imediato. Vale destacar ainda o receio entre as agrotécnicas quanto às incertezas referentes ao modo como ocorreria esse processo de integração com as outras Escolas da Rede. Destacamos duas: a perda da autonomia e o risco de subordinação entre as instituições. Tal fato é evidenciado pelos entrevistados:

A agrotécnica de São João não queria inicialmente, bem como todas as agrotécnicas, elas não queriam aderir ao projeto. Assim, praticamente, neste início, elas não participaram. [...] Elas achavam que, se entrassem na Rede, não falava Instituto Federal ainda, mas se elas entrassem no Instituto Federal, elas seriam engolidas. Porque politicamente o Cefet era mais forte. E sempre teve uma briga política entre as agrotécnicas, pelo modelo deles e a Escola Industrial, o Cefet. [...] Elas começam a aparecer um ano depois, acho que agosto de 2008, elas começam a aparecer sob uma pressão muito grande do MEC! Porque as agrotécnicas queriam ser transformadas em Cefet. O governo estava acabando com os Cefets, transformando os Cefets em Instituto Federal, e as agrotécnicas queriam dar esse passo. (Caio Mário Bueno Silva)¹⁶

Nós vamos perder essa autonomia, e de uma certa forma foi, porque a autonomia passaria para o reitor e quando nós tínhamos a autonomia para criarmos o que queríamos com aquele dinheiro, para a gente investir, isso passaria para o reitor! (Neimar Freitas Duarte)

Apesar de o Decreto n. 6.095/2007 sugerir a adesão das Escolas ao projeto Ifet de forma voluntária, os objetivos do projeto do MEC eram claros em relação à integração/transformação de todas as instituições pertencentes à Rede. Os únicos que resistiram foram o Cefet/Minas Gerais e o Cefet/Rio de Janeiro, que almejavam virar universidade tecnológica (UTs), e o Cefet Paraná, que já era uma UT, e algumas ETVs. De fato, todas as outras instituições da Rede – Cefets, ETFs, EAFs e algumas ETVs – participaram do projeto.

¹⁶ As entrevistas de Caio Mário Bueno Silva e Neimar Freitas Duarte foram cedidas pelo projeto de extensão “A construção da memória do IFMG a partir dos discursos fundadores (2008-2018)”.

O CONCefet elaborou também, em 23 de agosto de 2007, um documento intitulado *Manifestação do CONCefet sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Nele, expôs o sentimento dos diretores gerais do Cefet em relação à nova construção institucional:

Os Institutos Federais podem se constituir em fundamentais espaços no âmbito das políticas que visam à construção de caminhos voltados para o desenvolvimento socioeconômico regional a partir de uma conduta articulada ao contexto produtivo do território onde está instalado, que significa relacionar o seu trabalho à vocação produtiva e demandas do seu lócus (Manifestação [...], 2008).

Nesse manifesto o CONCefet defendeu a importância da criação dos IFs se dar por meio de uma lei única. Anexo ao documento, foi apresentada uma minuta de anteprojeto de lei para a criação dos IFs. Alguns trechos trazidos por esse manifesto foram acatados pelo MEC como a “legislação que instituiu o Ifet, [e] demais medidas legais que [versavam] sobre uma carreira diferenciada de professores da educação básica técnica e tecnológica” (Otranto, 2010, p. 5).

O segundo dispositivo, a Chamada Pública n. 2/2007, tratou do acolhimento das propostas para a constituição dos IFs. O item 2 desse documento, como objeto, determinou a natureza das instituições da Rede e as condições para a composição dos IFs, pelas quais poderiam se candidatar mediante transformação ou integração nas seguintes condições:

2.2.1 – *mediante transformação* de Centro Federal de Educação Tecnológica, de Escola Técnica Federal ou de Escola Técnica vinculada à Universidade Federal;

2.2.2 – *mediante integração* de duas ou mais instituições federais de educação profissional e tecnológica de um mesmo estado [...].

2.4 Todas as propostas de constituição de Ifet que forem selecionadas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica serão incorporadas em um único Projeto de Lei (Brasil, 2007a, grifos nossos).

Inicialmente, a ideia do MEC era de criar um IF por estado com câmpus espalhados em todo o estado, nos moldes da Universidade

Estadual Paulista (Unesp), o que gerou discussões. Os representantes das intuições alegaram que, em virtude da extensão territorial e da quantidade de municípios em muitos estados brasileiros, um único Ifet por estado seria inviável. Isso pode ser percebido pela fala de Caio Mário Bueno Silva:

No modelo Unesp, nós vimos que era inviável para administrar. Eu fui três vezes a São Paulo e falei “não é possível”. Um reitor ficar em São Paulo... Um grupo ficar em São Paulo e administrar? A parte administrativa pode até acontecer, mas, agora, a questão acadêmica? Você, em São Paulo, e administrar um câmpus a 800 quilômetros? É muito difícil, nós falávamos! Então nós começamos o embate com o ministro que não poderia ser apenas um por estado. (Caio Mário Bueno Silva)

Nesse contexto, aqueles que estavam à frente do projeto dos IFs em Minas Gerais alegaram também que criar um Instituto no estado aos moldes da Unesp não seria viável, tendo em vista a sua extensão territorial e a quantidade de municípios que possui. Neimar Freitas Duarte também comentou sobre essa dificuldade:

A proposta inicial para a criação dos Institutos seria um por estado. No decorrer das discussões essa ideia foi mudando, porque Minas Gerais não aceitou, e o Rio Grande do Sul também não. Minas, principalmente, pela sua extensão territorial! Então os diretores dos Cefets à época, o diretor de Uberaba, o diretor de Rio Pomba, o diretor de Ouro Preto e o outros foram articulando com deputados e foram tentando mudar essa realidade, uma vez que um Instituto em Minas Gerais seria inviável. (Neimar Freitas Duarte)

Os debates e arranjos dentro das instituições da Rede sobre como seriam os Institutos e a elaboração de uma lei que viabilizasse a sua criação avançaram em todo o país em direção a uma “nova” institucionalidade para a educação profissional e tecnológica. Caio Mário Bueno Silva também falou sobre a sua participação no processo de elaboração dessa lei:

Eu participei muito, logo no início, em agosto. Nós ficamos, de agosto de 2007 até dezembro de 2008, em um debate intenso para chegar na concepção do Instituto, de como seria! Eu fui muito atuante nesses momentos.

Nós ficamos meses discutindo a lei, que foi assinada em 29 de dezembro de 2008, que cria o Instituto Federal. (Caio Mário Bueno Silva)

Em um ato contínuo, a Chamada Pública n. 2/2007 determinou em seu texto a quantidade de IFs que cada estado poderia criar, em resposta às reivindicações feitas pelas instituições da Rede. Para o estado de Minas Gerais foi autorizada a criação de quatro Institutos. Entretanto, por causa da dimensão territorial do estado, das distâncias geográficas entre as instituições e das articulações que ocorreram entre os diversos atores envolvidos, foram criados cinco Institutos em Minas Gerais:

Imagina Minas Gerais! A princípio seria um Instituto com uma Reitoria em Belo Horizonte, e a gente com 853 cidades? Então começou uma discussão: “vamos criar dois em Minas, vamos criar três”, no final foram criados cinco Institutos em Minas. (Caio Mário Bueno Silva)

Minas Gerais teria quatro Institutos, que seria o Instituto do Triângulo Mineiro, o Instituto do Sudeste Minas, o do Norte de Minas e o Minas Gerais, não tinha a proposta para o sul de Minas, contudo ocorreram muitas “costuras” e acabaram sendo cinco Institutos em Minas. (Neimar Freitas Duarte)

Desse modo, para a criação dos IFs no estado de Minas Gerais, foram apresentadas cinco propostas à Chamada Pública n. 2/2007, das quais chamamos a atenção para duas, por serem as que envolvem as instituições que integraram o IFMG. A primeira é a do Instituto Federal Sul, Sudoeste e Vale Do Rio Doce, que indicou como sede da Reitoria a cidade de Pouso Alegre/MG. Esse Instituto seria o resultado da integração de três Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) do sul de Minas (Machado, Muzambinho, Inconfidentes), o Cefet/BambuÍ e a EAFSJE. Neimar Freitas Duarte comentou sobre a sua participação no processo de elaboração da proposta do Ifet Sul de Minas:

Eu participei da elaboração do projeto do Instituto Sul de Minas, ficamos muitos dias em reunião, não me recordo de todos os participantes, mas tinha o diretor da Escola do sul de Minas, tinha representantes da Escola de Inconfidentes, entre outros. Escrevemos o projeto que foi para Brasília, e no projeto colocamos a união das três Escolas Técnicas do sul de Minas, mais o

Cefet/BambuÍ e a Escola Agrotécnica de São João Evangelista, e Ouro Preto ficou sozinho. (Neimar Freitas Duarte)

A segunda foi a do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Centro Minas (Ifet/Centro Minas), elaborada pelo Cefet/Ouro Preto e a sua Uned Congonhas, que propuseram como sede da Reitoria a cidade de Belo Horizonte. Caio Mário Bueno Silva esteve à frente da construção dessa proposta:

Eu fiz um projeto à época colocando apenas o Cefet/Ouro Preto. Então entrei com o projeto, que é o IFMG hoje, sendo a Reitoria em Belo Horizonte. Este Instituto seria formado pelo Cefet/Ouro Preto e Congonhas. Congonhas era uma unidade nossa. (Caio Mário Bueno Silva)

Quando foi divulgado o resultado das propostas por meio da Portaria n. 116, de 31 de março de 2008, os dois projetos foram aprovados desde que satisfeitas algumas adequações. No caso em específico da proposta do Ifet/Centro Minas, o MEC exigiu a adesão de outras Escolas da Rede, alegando que a criação de um Ifet composto apenas por uma única instituição seria inviável pela própria natureza do projeto.¹⁷

Durante esse processo de adequação, a EAFSJE e o Cefet/BambuÍ juntaram-se ao projeto do Ifet/Centro Minas, agora denominado Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), uma vez que participar de um projeto com a Reitoria em Pouso Alegre, do ponto de vista geográfico e de gestão, seria inviável. Segundo os entrevistados:

O ministro [Fernando Haddad] falou “mas apenas vocês dois! Não tem jeito”, nós e Congonhas, então o ministro pediu que colocássemos mais algumas Escolas, que duas não daria, teria que ser pelo menos umas quatro. (Caio Mário Bueno Silva)

Então Bambuí se juntou ao Instituto Federal Minas Gerais, porque geograficamente era mais interessante, e nós percebemos que politicamente seria

¹⁷ Chama a atenção a contradição dessa exigência, que ignorou a regra de elegibilidade dos proponentes determinada na Chamada Pública n. 2/2007 em seu item 3, que assegurava que poderiam apresentar as propostas “os Centros Federais de Educação Tecnológica, *individualmente*, ou em conjunto com outras instituições federais de educação profissional e tecnológica de seu estado que” (Brasil, 2007a, grifo nosso).

mais interessante ser do Instituto de Minas Gerais, não é uma questão de poder, é porque ele possivelmente iria crescer mais. (Neimar Freitas Duarte)

Ao final das negociações, a Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008 foi sancionada instituindo a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT) e criando os Institutos Federais. No artigo 5º, em que são listadas as novas instituições consta: “XIII – Instituto Federal de Minas Gerais, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e de Bambuí, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista” (Brasil, 2008). Para a adequação à nova institucionalidade, essas Escolas tiveram que lidar com as dificuldades da fusão que se apresentaram em razão de suas singularidades históricas, pedagógicas e culturais. Afinal, essa integração decorreu, como já mencionado, de uma Escola de Ensino Industrial, do Cefet/Ouro Preto e de outras duas Escolas de Ensino Agrícola, o Cefet/Bambuí e a EAFSJE, bem como das suas respectivas Uneds. Diante de tantas diferenças, foi necessário um esforço para a construção de uma única cultura organizacional, uma vez que, ao se fundirem, elas passaram de forma automática à condição de câmpus do IFMG, o que as levou a um processo de reestruturação e de readaptação.

Nessa perspectiva, vale destacar o trabalho de Pena (2015), que analisou, por meio de depoimentos de 20 docentes atuantes há décadas, como as transformações institucionais impactaram na identidade da antiga Escola Técnica de Ouro Preto. Entre muitos trechos coletados pela autora, destacamos este:

A mudança para Instituto Federal foi a mais radical que qualquer outra mudança porque mexeu no modelo de gestão. E isso vai abater sobre nossa identidade. Nós tínhamos identidade de Escola Técnica, a Escola de Ouro Preto, com seu movimento, com seu dever. [...] Estamos partindo agora para um sistema unificado, aí evidentemente as identidades particulares vão ter que se acomodar... vamos perder algumas coisas e manter outras. Certamente nossa identidade já está mudando bastante e vai mudar ainda mais, nesse processo de integração entre os Câmpus... que é um caminho sem volta. Aí, efetivamente, nessa acomodação, muitos dos nossos valores estão mudando, na parte de gestão principalmente (Pena, 2015, p. 81).

Durante esse processo de reestruturação e de readaptação, merece destaque ainda a definição do primeiro reitor. A Chamada Pública n. 2/2007 definiu as regras para a escolha do Ifet/Centro Minas, sendo mantida pela Lei n. 11.892/2008. Contudo, como a formação do Instituto ocorreu mediante a integração de três distintas Escolas, ambas com seus respectivos diretores-gerais, o ministro Fernando Haddad acabou por escolher um entre os três. Quem explica é Caio Mário Bueno Silva:

Tanto que, quando forma, quando funde essa Escola e cria o Instituto, o ministro tinha que escolher um reitor, um reitor pro tempore. E como foi em todos os lugares, ele teria que escolher um dos três diretores. Eu, o diretor do Cefet Ouro Preto, o diretor da agrotécnica de São João Evangelista e o diretor do Cefet de Bambuí. Teria que escolher um desses três. Ele me escolheu, eu fui escolhido. (Caio Mário Bueno Silva)

A FASE DA EXPANSÃO

Como vimos, o IFMG surgiu como uma quinta proposta de formação de IF, fruto das negociações políticas entre as referidas Escolas e o MEC/Setec (Brasil, 2007c). Nas palavras do primeiro reitor, Caio Mário Bueno (2009-2015), que esteve diretamente envolvido nessa negociação:

Nós entramos com cinco propostas. Tinha quatro vagas, né? Depois de toda a discussão, tinha quatro vagas e cinco propostas. Aí eu expliquei: “Ô ministro, é porque, assim, a grande discussão nossa é que vai, é que vai ter a expansão da Rede, que vai ter a expansão da Rede. O objetivo nosso é atender o desenvolvimento, né, da indústria, em todos os rincões aí, inclusive Minas Gerais. Um Instituto é que tem uma sede... Nós não somos o menor Instituto”, eu falava pro Haddad, falava “Haddad..., não, Haddad não”, professor Haddad, né? [risos] “Professor Haddad, nós não tamo fazendo uma proposta de ser o menor Instituto, pelo contrário. Nós temos a proposta de ser o maior Instituto de Minas, na verdade, um dos maiores do Brasil, porque a gente vai estar localizado em Belo Horizonte”. “Onde todo...” Aí eu falei de toda... Na época tinha um investimento na parte de mineração, desenvolvimento de indústria lá, de quase 15 bilhões no entorno de Belo Horizonte. Falei assim: “Olha, nós vamos expandir, vamos criar câmpus no entorno de Belo Horizonte aqui, aonde que precisa...” Em Betim não tinha

uma Escola Técnica, em Contagem não tinha, né? Em Sabará... E todos nós criamos, só o que nós criamos no entorno de Belo Horizonte. “Nós vamos ser o maior. Nós somos hoje momentaneamente o menor, mas a gente vai ser o maior”. (Caio Mário Bueno)

Após 14 anos da criação, houve um processo significativo de expansão, sobretudo entre os anos de 2008 e 2018. Hoje, o IFMG conta com a Reitoria – sua unidade administrativa – lotada em Belo Horizonte, e com câmpus em 18 cidades de Minas Gerais, além do seu Polo de Inovação Tecnológica em Formiga. Curiosamente, na conversa entre o ex-reitor Caio Bueno e o então ministro da Educação, Fernando Haddad, já havia um vislumbre de que o IFMG – visto como o menor no ato de criação dos IFs em Minas Gerais – viria a se tornar o maior do estado de Minas Gerais, o que de fato ocorreu.

Concomitante à formação do Instituto, estava em curso a implantação da Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Ensino Profissional,¹⁸ iniciada em 2007. Assim, somaram-se ao cinco câmpus estabelecidos – Ouro Preto, Bambuí, São João Evangelista, Congonhas e Formiga – outros criados nesse processo de ampliação.

Do ponto de vista cronológico, o crescimento do IFMG se deu de forma muito rápida e incorporando várias regiões de Minas Gerais. Se as discrepâncias regionais já eram claras no ato da criação do Instituto, com a expansão ficaram ainda mais evidentes, sendo até os dias de hoje uma marca característica, como também um desafio para qualquer gestão que se estabeleça. Tal expansão, porém, não foi algo simples ou totalmente planejado. Nas palavras de Kléber Gonçalves Glória, o segundo a ocupar o cargo de reitor no IFMG:

Mas a instituição, ela é, olha para você ver, de três grandes instituições, hoje nós temos o quê? Vinte instituições! Ela é muito... uma única com 20 unidades! Mas a transformação foi enorme, número de estudantes, número de profissionais formados, número de empregos gerados, foi... A gente tem que lembrar também que, além de tudo, nós temos, além dos técnicos efetivos,

¹⁸ Iniciada em 2007, a Fase II teve como meta criar 150 novas unidades da Rede nos quatro anos seguintes. Com o lema “uma Escola Técnica em cada cidade polo do país”, contemplava 150 municípios (nos vinte e seis estados e no Distrito Federal) indicados pelo MEC, que deveriam se manifestar por meio das Prefeituras Municipais (Brasil, 2007a).

nós temos servidores terceirizados, né, o que isso acarreta no alcance social também para cada um dos municípios envolvidos, acho. Eu parabeno, sim, a audácia. No início, a gente até teve alguns momentos, no início do IFMG, que a gente pensou assim: “o IFMG tá crescendo descontrolado”. (Kléber Gonçalves Glória)¹⁹

Em termos cronológicos, em 2009 houve a criação do Câmpus Governador Valadares, com atividades escolares iniciadas no ano seguinte. No mesmo ano, aconteceu a inauguração da Reitoria, cuja aquisição de terreno e construção passaram por uma série de discussões e debates. Como em outros processos institucionais, desenrolou-se uma série de querelas políticas e disputas até a decisão final por Belo Horizonte, no Bairro Buritis, na região oeste, com acesso fácil ao Anel Rodoviário. A princípio, a Reitoria funcionou no Câmpus Ouro Preto por oito meses, porém já com a perspectiva de esse que não seria o local ideal, sendo que outro local deveria ser pensado para abrigar o centro político e organizacional do IFMG. Segundo Flávio Godinho, então diretor do Câmpus Bambuí, apesar de outras propostas, desde a criação do IFMG já havia interesse, não apenas interno, de que a Reitoria fosse estabelecida em Belo Horizonte:

Então a proposta de ser em Belo Horizonte foi por parte do Caio [Caio Mário Bueno Silva, primeiro reitor], que estava ali próximo a uns 90 quilômetros e aí foi a dele. Como a gente estava no sul de Minas, a gente apresentou proposta lá. Porque tinha que ter uma outra contrapartida da cidade que queria ser sede. Então, o pessoal da região do sul de Minas, eles procuraram lá Pouso Alegre e ofereceram um espaço em que depois foi construída a Reitoria. O de Rio Pomba, Juiz de Fora, que já tinha uma estrutura e lá de Januária, Montes Claros que é uma cidade maior na região; o Triângulo Mineiro era pra ser Uberlândia, mas puxou pra um lado. E assim foi feito, a escolha por ser Belo Horizonte é porque era o Instituto central, e a Reitoria tinha que ser em Belo Horizonte. Eles queriam. O Ministério da Educação queria um câmpus lotado na capital. Foi isso. Agora, o local de Belo Horizonte foi a oportunidade de comprar o prédio, o espaço e etc. (Flávio Godinho)²⁰

¹⁹ Em entrevista concedida ao Centro de Memória do IFMG no dia 14 de agosto de 2020.

²⁰ Em entrevista concedida ao Centro de Memória do IFMG no dia 27 de agosto de 2020.

Já em 2010 houve a inauguração do Câmpus Avançado Sabará, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em um convênio com a Prefeitura Municipal de Sabará, que receberia o status de câmpus apenas dois anos depois. Além disso, ano de 2010 marcou a criação dos câmpus de Betim e de Ribeirão das Neves, também na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em 2011, por sua vez, houve a criação do Câmpus Ouro Branco na região dos Inconfidentes. Em 2013, foi a vez de Santa Luzia, na grande Belo Horizonte, e, posteriormente, em 2014, foram criados os câmpus avançados de Ponte Nova, Itabirito e Piumhi. Todos foram construídos e implantados durante a gestão do ex-reitor Caio Mário Bueno, que esteve no cargo entre 2009 e 2015.

Em 2015, foi eleito para o cargo de reitor o professor Kléber Gonçalves Glória, tendo sido reeleito em 2019 para mais quatro anos de mandato. Ex-diretor-geral do Câmpus São João Evangelista (2003-2011), ele teve como principais concorrentes nos dois pleitos duas candidaturas oriundas do Câmpus Ouro Preto – dos professores Arthur Versiani Machado e Ana Elisa Costa Novais respectivamente –, o que indica uma certa continuidade de algumas tensões oriundas do processo de formação do IFMG, que envolveu instituições tão diferentes.

Na sequência, o IFMG continuou a se expandir, embora em velocidade consideravelmente menor. Se houve um momento político de investimento nos Institutos Federais durante os governos do PT, o mesmo não ocorreu a partir do fim do governo de Dilma Rousseff, que coincidiu com o período de gestão do ex-reitor Kléber Glória. Vale dizer que toda a Rede Federal sofreu com sucessivos cortes de gastos públicos a partir do ano de 2016. Ainda assim, em 2015, ocorreu a implantação do Câmpus Avançado Conselheiro Lafaiete e do Polo de Inovação, que tem sede em Formiga. Em 2017, mais dois novos câmpus foram inaugurados, em Arcos e Ipatinga. Por fim, em 2018, houve a criação do Câmpus Ibirité, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

É curioso notar que muitos dos câmpus têm uma grande proximidade entre si, o que demonstra que a expansão e implantação de novas unidades, para além dos meros critérios sociais e regionais, passou por questões de forte apelo político. No tocante a isso, podemos citar os pedidos de políticos locais pela implantação de unidades do IF em suas regiões ou cidades de sua base eleitoral, haja vista que ser reconhecido

por ter contribuído para a instauração de um câmpus do IF em uma determinada cidade garantia um apelo eleitoral entre parte da população.

Nos anos recentes, continua sendo um grande desafio gerir uma Rede tão diversa. Trata-se de um período complexo, com demandas naturais de um grande processo de expansão, mas com menos recursos financeiros. Em 2023, alunos, técnicos administrativos e docentes escolheram Rafael Bastos Teixeira, ex-diretor do Câmpus Bambuí, entre os anos 2015 e 2023, como novo reitor. Em 2024, novamente com o PT na Presidência, houve o anúncio de uma nova fase de expansão, em que, inicialmente, o IFMG passaria a ter três novos câmpus: Belo Horizonte, Bom Despacho e João Monlevade. As negociações e ações para a estruturação se encontram em andamento.

EXPERIÊNCIAS DE HISTÓRIA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Nos últimos anos, outro desafio institucional foi lançado ao IFMG: o da construção de sua memória. Uma das primeiras iniciativas nesse sentido foi a do Câmpus Ouro Preto, que desde 2009 conta com o Laboratório de Memória Institucional e Pesquisa Histórica (LaMPhis), coordenado por professores da área de História. O espaço reúne documentos variados – entre mais de dez mil fotografias e milhares de outros documentos – relativos à história da Instituição, que são tratados por bolsistas do curso superior tecnológico em Conservação e Restauro oferecido no próprio Câmpus. O acesso pode ser feito mediante agendamento (Toledo, 2019).

Em 2019, foi desenvolvida a primeira iniciativa gerida pela reitoria: a criação de um centro de memória, que foi organizado a partir de uma frente de pesquisa que pudesse ser a catalisadora do processo de formação da memória institucional. O Centro de Memória do IFMG se constituiu como espaço de discussão e abordagem dessa instituição de ensino ao percorrer aspectos da sua identidade, memória e história institucional.

Vale destacar que os centros de memória são locais estratégicos na produção e organização de conteúdos informativos sobre as instituições, reunindo documentos, reportagens, fotografias, relatos, vídeos, testemunhos orais, entre outras fontes relacionadas à memória institucional. Essas fontes, às vezes dispersas, fragmentadas e/ou sob risco de

se esgarçar no tempo/espço, estão ganhando novos sentidos nos repositórios (físicos ou digitais) dos centros de memória, servindo à informação, publicização e democratização do conhecimento. Ao mesmo tempo, municiam, por exemplo, pesquisadores e demais interessados em captar os elementos da cultura escolar, a historicidade da instituição escolar em si, bem como o campo da educação profissional e tecnológica no Brasil (Camargo; Goulart, 2014).

As comemorações, em 2018, dos dez anos de fundação do IFMG evidenciaram também a necessidade de pensar o “antes” e o “depois” da Instituição, seu processo de estruturação administrativa, seus principais desafios, seu movimento de expansão institucional, entre outros aspectos da memória institucional. O Centro de Memória do IFMG é resultado desse momento comemorativo e de discussão entre os membros da Instituição entre 2018 e 2019. Ele surgiu oficialmente em abril de 2020, a partir do Edital n. 75, da Pró-Reitoria de Extensão do IFMG.

No primeiro projeto intitulado A construção da memória do IFMG a partir dos discursos fundadores (2008-2018), buscou-se compreender esse momento inaugural de 2008. Além da fundação da nova institucionalidade em si, houve a preocupação com os aspectos da normatização administrativa, o projeto institucional, os principais atores envolvidos, as expectativas, os recursos disponíveis, as dificuldades iniciais, os processos construtivos e os projetos de ampliação futuros, a visão da e para a Reitoria, a visão da e para os câmpus, a questão da autonomia versus centralização, as peculiaridades regionais e suas demandas, o olhar para o corpo técnico e administrativo, o olhar para os docentes, as visões sobre o ensino profissional e tecnológico etc.

Para o procedimento de contextualização dessas e outras questões relativas às “memórias de fundação”, optou-se pela história oral,²¹ com entrevistas com indivíduos que fizeram parte dessa construção e

21 A história oral é uma metodologia de pesquisa baseada na escuta da história de vida dos indivíduos. Trata-se então de uma história construída em torno de pessoas, o que traz uma dimensão viva, dinâmica, à própria história. A história oral se concentra na memória, ou seja, na capacidade que o indivíduo tem de se lembrar do passado, de testemunhar o vivido e rememorar as experiências que estavam retidas na consciência, guardadas, mas que agora tiveram oportunidade de vir à tona, aparecer. A história oral vai então em busca daquilo que muitas das vezes não está escrito, mas foi dito, testemunhado e vivido (Thompson, 2006).

que têm sua trajetória de vida relacionada com a própria Instituição. Foram realizadas até o momento nove entrevistas.²² Sua transcrição está disponível no portal do Centro de Memória do IFMG,²³ que também apresenta trechos transcritos ou depoimentos em audiovisual.

O intuito do site do Centro de Memória do IFMG é reunir um acervo de fontes – documentos, leis, normativas, diretrizes, projetos, reportagens, notícias, publicações, relatos, vídeos, transcrições de entrevistas, imagens, fotografias etc. – relativas à implantação e constituição dos Institutos Federais de educação técnica e tecnológica no Brasil, de um modo mais amplo, sobretudo daquelas que versam sobre o processo de criação, estruturação e expansão do IFMG, Instituição que completará 16 anos de funcionamento e oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Tais fontes servem também de material de suporte para pesquisadores da educação e para pesquisas futuras que tangenciam a sociogênese e o campo da educação profissional técnica e tecnológica no Brasil.

Para além das iniciativas institucionais, outras frentes de trabalho têm se desenvolvido sobre a história e memória do IFMG. Desde a instalação no IFMG do mestrado em Educação profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFMG), alguns trabalhos têm se debruçado sobre o campo da história da educação profissional, no âmbito do macroprojeto 3, intitulado História e memórias no contexto da EPT.

22 Foram entrevistados pelo Centro de Memória do IFMG: Kléber Gonçalves Glória (professor e ex-reitor do IFMG durante o segundo mandato), dia 14 de agosto de 2020; Caio Mário Bueno Silva (professor aposentado e ex-reitor do IFMG durante dois mandatos), dia 20 de agosto de 2020; Flávio Vasconcelos Godinho (professor e ex-diretor geral do IFMG/Câmpus Bambuí durante dois mandatos), dia 27 de agosto de 2020; Neimar Freitas Duarte (professor do IFMG, ex-pró-reitor de Pesquisa, Inovação e Pós Graduação e na época da criação do IFMG assumiu o cargo de coordenador da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação), dia 8 de janeiro de 2021; Edmar Geraldo de Oliveira (professor e ex-pró-reitor de Planejamento e Orçamento e ex-pró-reitor de Administração), dia 14 de janeiro de 2021; Robson de Castro Ferreira (professor e ex-diretor geral do IFMG/Câmpus Formiga durante dois mandatos), dia 22 de janeiro de 2021; Maria da Glória Santos Laia (professora aposentada e ex-diretora geral do Cefet/Ouro Preto e do IFMG/Ouro Preto, e ex-reitora do IFTO), dia 29 de janeiro de 2021; Joel Donizete Martins (professor e ex-diretor geral do Câmpus Congonhas por dois mandatos), dia 22 de fevereiro de 2021; José Roberto de Paula (professor e diretor geral do IFMG/São João Evangelista), dia 23 de novembro de 2021.

23 Sobre o Portal do Centro de Memória do IFMG, ver: <https://memoria.ifmg.edu.br/>. Para reforçar a divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Memória do IFMG, temos também um perfil no Instagram: <https://www.instagram.com/memoria.ifmg/>.

Ainda que sob risco de não contemplar todas as pesquisas desenvolvidas, destacamos a de Carla Cristina Vicente, intitulada *Conhecendo o Curso Técnico Integrado em Metalurgia do IFMG – Câmpus Ouro Preto e seus agentes: reconstrução histórica do curso como ação motivacional para permanência e êxito discente*, que resultou em uma dissertação somada a um riquíssimo site sobre a história do curso de metalurgia do Câmpus, existente desde os anos 1940 (Vicente; Oliveira, 2019).

Além dele, destacamos a pesquisa “A criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG)”, realizada por Gilzilene de Jesus Caetano (2022a, 2022b), que, a partir da análise de entrevistas com alguns dos fundadores da Instituição, também desenvolveu um site. Cabe também considerar os materiais em processo de desenvolvimento dentro do ProfEPT. Entre eles, está o trabalho de Alexander Fuccio de Fraga e Silva, que analisa a arquitetura dos edifícios de algumas unidades do IFMG. Além dele, Renata Borges Raimundo procura contemplar a memória dos servidores quanto ao processo de criação do Câmpus Congonhas, antes Uned do Câmpus Ouro Preto. Já Érika de Lima Martins Cindra reflete, por meio de depoimentos da comunidade escolar e do seu entorno, sobre as tensões relativas ao processo de implantação do Câmpus Santa Luzia (2013-2015). Os três trabalhos em andamento ampliam a compreensão sobre a criação dos câmpus que compõem o IFMG, observando suas dinâmicas de organização cultural, estruturas curriculares, relações com a comunidade entre outros aspectos.

É importante considerar ainda duas pesquisas que abordam outros aspectos menos tradicionais da história institucional, mas que merecem igualmente destaque por se configurarem como linhas de investigação bastante potentes. Julice Machado (2015) analisou, por meio de dados quantitativos e depoimentos, a lenta inserção feminina como discente e docente no universo acadêmico do IFMG/Câmpus Ouro Preto, indicando como as questões de gênero atravessaram a educação profissional no decorrer da sua história. Já Mendonça (2024), refletiu sobre o ensino de Matemática com base na perspectiva de ex-discentes e professores dessa disciplina que atuaram no Câmpus Ouro Preto em décadas anteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após quase 16 anos de sua fundação e de 80 anos da primeira Escola Técnica (1944), o tamanho alcançado pelo IFMG impressiona. Em 2023, havia mais de 44 mil alunos matriculados nos seus 18 câmpus, com o oferecimento de 274 cursos, sendo 76 técnicos (integrados, subsequentes e concomitantes), 56 de graduação e 15 de pós-graduação, com quadro funcional de quase 1000 docentes e cerca de 870 técnicos administrativos em efetivo exercício.²⁴ Milhares de pessoas já tiveram parte de sua história de vida entrelaçada com a da Instituição, e muitas outras seguem tendo.

Nas páginas anteriores, acompanhamos o processo de formação do IFMG a partir de três Escolas Técnicas Federais – duas de caráter agrícola e uma industrial – localizadas em Ouro Preto, Bambuí e São João Evangelista. A partir de 2007, o Ministério da Educação liderou a formação de uma nova institucionalidade (os IFs), processo que, como vimos nos depoimentos, foi permeado por negociações, disputas e receios. Na sequência, houve um rápido crescimento com a criação de 13 câmpus no espaço de dez anos (2009-2018). Essa história, ao mesmo tempo antiga e recente, vem sendo analisada principalmente em trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Memória do IFMG e em algumas dissertações de mestrado do ProfEPT.

Sem dúvida, o campo da história institucional ainda carece de mais investigações e estudos, sobretudo acerca: a) dos impactos e desdobramentos provocados por essa expansão em escala macro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; b) das implicações e significados desse processo de interiorização dos Institutos Federais, bem como sua relação efetiva com os arranjos produtivos locais; c) dos desafios e limitações para o cumprimento legal das finalidades e características e dos objetivos dos IFs, conforme assinala a Lei n. 11.892/2008; d) do modo como esse processo foi conduzido pelo MEC/Setec, as decisões tomadas, as pressões e as negociações com as autarquias escolares para que elas aderissem à chamada pública e se tornassem Institutos Federais; e) das motivações, dilemas, resistências e ganhos das antigas instituições de ensino que, mesmo contando com um modelo de ensino

²⁴ Esses dados foram obtidos por meio de consulta na plataforma Nilo Peçanha: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>, no site do IFMG (2024b) e no *Relatório de Gestão 2022* (IFMG, 2022).

próprio, uma identidade institucional, uma história e uma trajetória na Rede Federal anteriores e uma autonomia (na gestão de recursos e orçamentos), optaram pela fusão e adesão ao modelo dos Institutos Federais.

As experiências no campo da história e memória que envolvem o IFMG por intermédio do Centro de Memória e pesquisas realizadas por meio de programas como o ProfEPT, apontam também para o fato de que a cultura de preservação documental ou mesmo de coleta de depoimentos precisa ser ampliada, alcançando os diversos atores envolvidos na construção da nova instituição e as unidades preexistentes. Portanto, há também o desafio de se pensar que, apesar de ser uma institucionalidade nova, os IFs já têm uma rica história. Tanto quanto buscar uma identidade, há que se ter como foco a estruturação de uma história e memória institucional, tanto nos câmpus recentes quantos nos mais antigos, que necessita de políticas e ações específicas para preservação, documentação e estudo.

Por fim, cabe considerar que o surgimento de ótimos trabalhos acadêmicos sobre a Instituição na última década, embora obviamente salutar, está longe de esgotar a compreensão da trajetória de todos os atores envolvidos nessa complexa instituição. Para ficar em poucos exemplos, análises históricas sobre o movimento estudantil e o movimento sindical do IFMG configuram-se como lacunas acadêmicas até o momento, embora a atuação desses dois grupos no cotidiano escolar seja bastante evidente. Também em relação às relações étnico-raciais, ainda que já existam pesquisas sobre os currículos e os impactos positivos das políticas de ação afirmativa no IFMG, estes compreensivelmente têm tido preocupação maior com as questões pedagógicas e/ou sociológicas. O cenário é o mesmo em relação à inserção das pessoas com deficiência. Por conseguinte, os trabalhos historiográficos futuros poderão responder às questões contemporâneas que têm surgido, com o desafio de incorporar novos protagonistas e tornar a história institucional do IFMG cada vez mais viva e plural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto n. 6.026, de 6 de novembro de 1875*. Crêa uma Escola de minas na Provincia de Minas Geraes, e dá-lhe Regulamento. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1875. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/civil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM6026.htm Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942*. Estabelece as bases de organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946*. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. 3. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, 1954.

BRASIL. *Atividades do Ministério da Agricultura em 1951*. Brasília/DF: Ministério da Agricultura, 1951.

BRASIL. *Atividades do Ministério da Agricultura em 1952*. Brasília/DF: Ministério da Agricultura, 1952.

BRASIL. *Lei n. 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961*. Cria as Escolas Agrícolas de Bambuí e Cuiabá, nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso, e uma Escola de Engenharia em Uberlândia, Minas Gerais. Brasília/DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3864-a.htm Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. Portaria n. 67, de 6 de fevereiro de 1987. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, ano 125, n. 27, p. 2062, 10 fev. 1987. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3196334/pg-18-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-10-02-1987> Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. *Decreto de 13 de novembro de 2002*. Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/2002/decreto-51793-13-novembro-2002-602511-publicacaooriginal-123755-pe.html Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 2.024, de 28 de dezembro de 2006. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília/DF, ano 143, n. 249, p. 444, 29 dez. 2006. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/congonhas/portaria-autorizacao-de-funcionamento-da-uned-congonhas.pdf/view> Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. *Chamada Pública n. 1, de 24 de abril de 2007*. Chamada Pública de Propostas para Apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II. Brasília/DF: MEC/Setec, 2007a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_chamadapublica.pdf Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet), no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília/DF, ano 144, n. 79, p.6-7, 25 abr. 2007b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. *Chamada Pública n. 2, de 12 de dezembro de 2007*. Chamada Pública de Propostas para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet). Brasília/DF: MEC/Setec, 2007c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 12 set. 2024.

CAETANO, G. de J. *A criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG)*. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Câmpus Ouro Branco, Instituto Federal de Minas Gerais, Ouro Branco, 2022a.

CAETANO, G. de J. *IFMG: memórias da criação*. Produto educacional (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Câmpus Ouro Branco, Instituto Federal de Minas Gerais, Ouro Branco, 2022b. Disponível em: <https://memoriaifmg.com.br/> Acesso em: 17 jun. 2024.

CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. *Educação profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024*. Petrópolis: Vozes, 2016.

CAMARGO, A. M.; GOULART, S. *Centros de memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Sesc, 2014.

CONEAF (Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais). *Proposta do Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais – CONEAF, para o novo desenho da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Rio Grande do Sul: Coneaf, 2007. Disponível em: http://www.adurrj.org.br/4poli/gruposadur/gtpe/CONEAF_Proposta_Rede_Federal_EPT.pdf Acesso em: 9 jun. 2024.

IFMG (Instituto Federal de Minas Gerais). *A construção da memória do IFMG a partir dos discursos fundadores (2008-2018)*: projeto de extensão – Edital n. 75/2019. Belo Horizonte: IFMG, 2019.

IFMG (Instituto Federal de Minas Gerais). *Relatório de gestão 2022* [recurso eletrônico]. Belo Horizonte: IFMG, 2022. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/diretoria-de-desenvolvimento-institucional-ddi/Relatoriode-Gesto2022Resolucao82023.pdf> Acesso em: 9 jul. 2024.

IFMG (Instituto Federal de Minas Gerais). *Histórico – diretoria-geral*. Bambuí: IFMG, 2024a. Disponível em: <https://www.bambui.ifmg.edu.br/portal/a-instituicao> Acesso em: 25 set. 2024.

IFMG (Instituto Federal de Minas Gerais). *Nossos cursos*. Belo Horizonte: IFMG, 2024b. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/cursos> Acesso em: 25 set. 2024.

MACHADO, A. V. Uma panorâmica sobre a história do IFMG-Ouro Preto. In: SILVA, F. G. da; MACHADO, A. V.; BARBOSA, D. H. D. (org.). *O ensino técnico entre imagens e memórias institucionais: história, contextos e identidades do IFMG – Câmpus Ouro Preto (1944-2014)*. Ouro Preto/MG: IFMG, 2015. p. 17-22.

MACHADO, J. M. R. Da ausência à visibilidade: a inserção feminina no universo acadêmico do Instituto Federal de Minas Gerais – Câmpus Ouro Preto. In: SILVA, F. G. da; MACHADO, A. V.; BARBOSA, D. H. D. (org.). *O ensino técnico entre imagens e memórias institucionais: história, contextos e identidades do IFMG – Câmpus Ouro Preto (1944-2014)*. Ouro Preto/MG: IFMG, 2015. p. 89-104.

MAGALHÃES, J. A construção de um objecto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto – a investigação em história das instituições educativas. *Revista Educação Unisinos*, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 2, 2007.

MANIFESTAÇÃO do CONCefet sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*, Rio Grande do Norte, v. 1, n. 1, 2008.

MENDONÇA, T. N. *O Instituto Federal de Minas Gerais em Ouro Preto: memórias, histórias e matemáticas (1959-2008)*. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro, 2024.

OTRANTO, C. R. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Ifets. *Revista RETTA*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 89-110, 2010.

PENA, G. A. de C. “De Escola Técnica a Instituto Federal de Minas Gerais-Câmpus Ouro Preto: percepções dos docentes sobre as mudanças na identidade da instituição”. In: SILVA, F. G. da; MACHADO, A. V.; BARBOSA, D. H. D. (org.). *O ensino técnico entre imagens e memórias institucionais: história, contextos e identidades do IFMG – Câmpus Ouro Preto (1944-2014)*. Ouro Preto/MG: IFMG, 2015.

SILVA, F. G. da; MACHADO, A. V.; BARBOSA, D. H. D. (org.). *O ensino técnico entre imagens e memórias institucionais: história, contextos e identidades do IFMG – Câmpus Ouro Preto (1944-2014)*. Ouro Preto/MG: IFMG, 2015.

SOUZA, M. A. de. *De Escola Técnica a Instituto Federal: representações sociais de docentes sobre o processo de institucionalização do IFMG – Câmpus Ouro Preto*. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Minas Gerais, Ouro Branco, 2022.

THOMPSON, P. História oral: patrimônio do passado e espírito do futuro. In: WOCMAN, K.; PEREIRA, J. V. *História falada: memória, rede e mudança social*. São Paulo: SESC/SP, 2006.

TOLEDO, T. *Laboratório reúne documentos e imagens que retratam cotidiano do Câmpus desde os seus primórdios*. Belo Horizonte: IFMG, 2019. Disponível em: <https://ouopreto.ifmg.edu.br/ouopreto/noticias/laboratorio-reune-documentos-e-imagens-que-retratam-cotidiano-do-Câmpus-desde-os-seus-primordios> Acesso em: 10 jul. 2024.

VICENTE, C. C.; OLIVEIRA, A. P. L. R. *Memorial do Curso Técnico em Metalurgia do IFMG Câmpus Ouro Preto*. Produto educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Câmpus Rio Pomba, Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Rio Pomba, 2019.



01



02



03



04



05



06



07



08



09



10



11



12



13



14



15

DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Sala de aula da Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ETFOP), na Escola de Minas, na Praça Tiradentes, em 1950/1960 | Fonte: LaMPhis do IFMG/Câmpus Ouro Preto.
- 02 Laboratório/sala de aula de Física da ETFOP em 1970-1980 | Fonte: LaMPhis do IFMG/Câmpus Ouro Preto.
- 03 Aula de Desenho Técnico Projetivo do professor Rubens Cabral Ribeiro na ETFOP no início dos anos 1970 | Fonte: LaMPhis do IFMG/Câmpus Ouro Preto.
- 04 Professor ensinando ordenha aos alunos do Curso Técnico em Agropecuária, na década de 1970, no Ginásio Agrícola de São João Evangelista | Fonte: IFMG/Comunicação/Reitoria.
- 05 Entrada principal da Escola Técnica de Ouro Preto | Fonte: Acervo institucional do IFMG.
- 06 Aula de Avicultura ministrada pelo professor José Eustáquio dos Santos no fim da década de 1970 no atual Câmpus Bambuí | Fonte: Centro de Memória do IFMG.
- 07 Prédio principal do Cefet Bambuí | Fonte: Acervo institucional do IFMG.
- 08 Automóvel da Escola Agrotécnica Federal de Bambuí | Fonte: Acervo institucional do IFMG.
- 09 Entrada principal da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista | Fonte: Acervo institucional do IFMG.
- 10 Eventos esportivos promovidos pela ETFOP em meados dos anos 1980 | Fonte: LaMPhis do IFMG/Câmpus Ouro Preto.
- 11 Estudantes da ETFOP uniformizados na arquibancada em julho de 1982 | Fonte: LaMPhis do IFMG/Câmpus Ouro Preto.
- 12 Instalação da escultura de Jorge dos Anjos em 2012 em Ouro Preto/MG | Fonte: Acervo institucional do IFMG.
- 13 Curso Técnico em Agropecuária do IFMG/Câmpus Bambuí | Fonte: Acervo institucional do IFMG.
- 14 Inauguração da Uned Congonhas com a presença do presidente Lula e do ministro da Educação, Fernando Haddad, em 2007 | Fonte: Acervo institucional do IFMG.
- 15 Bandeirão do IFMG/Câmpus Ouro Preto no início dos anos 2010 | Fonte: LaMPhis do IFMG/Câmpus Ouro Preto.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS

DAS ORIGENS RURAIS EM
SALINAS E JANUÁRIA À
CONSOLIDAÇÃO MULTIFACETADA,
TRANSFORMADORA E
PROFISSIONALIZADA NA
METADE NORTE DO ESTADO

BRAULIO QUIRINO SIFFERT¹

GUSTAVO HENRIQUE SILVA DE SOUZA²

KARINE ANDRADE FONSECA³

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) se apresenta como uma instituição de ampla capilaridade, dentro de uma área de abrangência que abarca o norte e noroeste de Minas Gerais, Vales do Jequitinhonha e Mucuri, e a Microrregião de Curvelo, representando contundentemente a essência da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ao interiorizar a educação federal e cumprir um papel social e econômico transformador em nível local e regional.

1 Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), atua como relações públicas no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Atualmente, é diretor do Departamento de Comunicação da Instituição. E-mail: braulio.siffert@ifnmg.edu.br

2 Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), atua como professor e pesquisador no IFNMG. Atualmente, é diretor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Instituição. E-mail: gustavo.souza@ifnmg.edu.br

3 Mestra em Educação pela Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), atua como administradora no IFNMG. Atualmente, é diretora de Desenvolvimento Institucional da Instituição. E-mail: karine.fonseca@ifnmg.edu.br

Apesar dos vários desafios que surgiram após a sua implantação, como a instabilidade política e as mudanças tecnológicas e de paradigmas da sociedade, o IFNMG se originou de antigas e relevantes Escolas Agrotécnicas, o que permitiu avançar de forma consubstancial no desempenho de sua missão de transformar pessoas e o ambiente por meio da oferta de educação profissional, científica e tecnológica. O papel do IFNMG, desse modo, depara-se inúmeras vezes com as especificidades de uma região diversas vezes preterida em relação aos grandes investimentos, onde as políticas públicas são condicionantes para a sobrevivência de grande parte da sua população.

Marcadas por mudanças significativas no âmbito social, político e organizacional, as instituições que deram origem ao IFNMG – as Escolas Agrotécnicas de Januária e Salinas – atuaram por mais de 40 anos de modo essencialmente rural, vocacionadas para a oferta de cursos técnicos do eixo de recursos naturais. Mesmo com um número um pouco reduzido de estudantes (média de 200 estudantes em cada uma das duas unidades durante décadas), essas escolas foram de grande importância para muitas famílias, bem como para o desenvolvimento local. Além disso, consolidaram as bases para uma mudança significativa na educação profissional na região, que começou com a transformação das unidades em autarquias em 1993, avançando com a criação de cursos técnicos de outras áreas no final dos anos 1990 e a implantação dos cursos superiores no início dos anos 2000, principalmente com a criação do IFNMG e da Rede Federal em 2008.

O processo de transformação das Escolas Agrotécnicas de Salinas e Januária em Instituto Federal promoveu uma expansão educacional socialmente referenciada em municípios de Minas Gerais nunca atendidos pelo governo federal. Mais do que isso, o IFNMG sempre esteve em sintonia com os anseios da comunidade, por meio de processos democráticos de audiências públicas e diálogos para as tomadas de decisão sobre projetos, cursos e obras a serem implementados. Em virtude disso, o Instituto hoje é um reflexo das características produtivas e socioeconômicas da sua região de abrangência.

À medida que a oferta de educação pública e gratuita pelo IFNMG avança, a Instituição se consolida e passa a agregar mais intensamente as pautas da inclusão e da equidade, ao mesmo tempo que intersecciona com a redução de desigualdades. Após a implantação de 11 câmpus – até o ano de 2015 –, o compromisso autoimposto do Instituto como catalisador de

transformações sociais ganha força, tendo como resultado de uma construção coletiva com os povos tradicionais da região a implantação do primeiro câmpus quilombola do país em 2024, o Câmpus Quilombo Minas Novas.

Nesse sentido, o amadurecimento da Instituição e a sua atuação promotora de melhorias qualitativas e quantitativas na área de abrangência em que está inserida – cerca de 42% do território do estado de Minas Gerais – vem sendo capazes de promover progressos socioeconômicos na vida dos sujeitos atendidos direta ou indiretamente por suas políticas de ensino, pesquisa e extensão. Inclusive, o incentivo ao resgate das tradições culturais e o respeito pelo território são os marcos do desenvolvimento sustentável da Instituição enraizada em seu próprio povo.

Assim, por meio de apontamentos históricos, dados de documentos oficiais e reflexões de observadores-participantes desse processo, o presente capítulo tem por objetivo apresentar uma jornada histórica que atravessa o desenvolvimento educacional, social e econômico do norte de Minas em mais de 70 anos, desde o início da construção da Escola Agrotécnica de Salinas em 1953 até a consolidação do IFNMG pós-pandemia. Para isso, o texto divide-se em quatro capítulos: o primeiro dedicado à história da construção, implementação, evolução e às transformações da Escola Agrotécnica de Salinas; o segundo sobre a cinquentenária história da Escola Agrotécnica de Januária, criada em 1960, perpassando pelo Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) em 2002; o terceiro trata da implementação do IFNMG (de 2008 a 2019); e o quarto e último dispõe sobre o momento atual, a partir da pandemia de covid-19 e a consolidação do IFNMG.

DE ESCOLA AGROTÉCNICA DE SALINAS A INSTITUTO FEDERAL (1953 A 2008)

A cidade de Salinas, situada na região norte de Minas Gerais, sempre foi reconhecida pela sua produção agrícola e pecuária, além de ser famosa por suas cachaças premiadas nacionalmente e internacionalmente. A atividade produtiva da região tem historicamente influenciado de maneira direta os interesses governamentais e as áreas de conhecimento que emergiram dali. Por conseguinte, a demanda por cursos voltados para a agropecuária, sobretudo de formação técnica, sempre esteve presente.

No contexto de um período marcado pelo incentivo governamental à capacitação do trabalhador e à federalização da educação profissionalizante, o Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946, estabeleceu as bases para a organização do regime de ensino agrícola até o segundo grau, voltado especificamente para a formação de trabalhadores agrícolas. No ano seguinte, o Decreto Federal n. 22.470, de 20 de janeiro de 1947, estabeleceu a Rede de Escolas que disponibilizariam o ensino agrícola em todo o território brasileiro. O então deputado federal Dr. Clemente Medrado Fernandes – que também foi prefeito de Salinas de 1930 a 1933 – interveio para promulgar o projeto da Escola de Iniciação Agrícola de Salinas em 1947 (Brasil, 1946, 1947; IFNMG, 2011a; Mineiro, 2023).

Foram necessários quase seis anos para que a construção da Escola começasse efetivamente em 1953, após a doação da Fazenda Varginha, no município de Salinas, para o governo federal em 1952. Embora a região fosse majoritariamente rural, a Escola de Iniciação Agrícola de Salinas iniciou sua construção longe de qualquer área urbana, em uma localidade isolada (Figura 1), sob a supervisão do Dr. Abdênago Lisboa (engenheiro agrônomo), que foi o primeiro diretor da Instituição (IFNMG, 2011a; Mineiro, 2023).



Figura 1. Construção da Escola de Iniciação Agrícola de Salinas
Fonte: IFNMG (2011a).

Com a infraestrutura mínima disponível três anos depois, as aulas tiveram início em 1º de março de 1956. Denominada Escola de Iniciação Agrícola de Salinas, a Instituição funcionou de 1956 a 1963,

formando operários agrícolas especializados nos dois primeiros anos dos cursos do ginásio, atualmente conhecidos como ensino médio. Em um breve período de cinco anos, de 1964 a 1969, a Instituição passou a ser chamada de Ginásio Agrícola de Salinas. Durante essa fase, o curso de formação de operários agrícolas especializados foi estendido para quatro anos, abrangendo os três primeiros anos do ginásio, acrescidos de um ano adicional dedicado especificamente à educação profissional (Mineiro, 2023).

Em 1969, em homenagem ao seu fundador, Dr. Clemente Medrado Fernandes (falecido em 1961), e atendendo ao estabelecido no Decreto Federal n. 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, a Instituição recebeu o nome de Ginásio Agrícola Clemente Medrado. Nessa fase, o 2º grau foi implantado juntamente com o curso de Mestria Agrícola até 1977. A partir de então, alterou-se para Curso Técnico em Agropecuária, em oferta até os dias atuais (IFNMG, 2011b; Mineiro, 2023).

Nessa época, professores e estudantes do Ginásio Agrícola Clemente Medrado, em parceria com a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), iniciaram projetos de extensão rural sob o termo Integração Escola-Comunidade. Um estudo sobre o cultivo de tomate e as perspectivas de melhorias sociais e econômicas na região levou à implantação de uma lavoura de tomate na comunidade de Nova Matrona, em Salinas, com capacitação de produtores rurais em técnicas de plantio e manejo (Andrade *et al.*, 2019). Em 1973, o projeto de Laboratório de Produção Agrícola resultou na primeira horta do Ginásio Agrícola Clemente Medrado, cujos produtos – cenoura, maxixe, couve-flor etc. – abasteciam o refeitório escolar e eram comercializados no mercado municipal. Assim, a Escola passou a influenciar de forma constante e propositiva os hábitos e as práticas da comunidade local e regional (Andrade *et al.*, 2019).

Em 1979, antes da primeira turma do Curso Técnico em Agropecuária se formar, houve uma nova mudança de nomenclatura, tornando-se formalmente Escola Agrotécnica Federal de Salinas/MG Dr. Clemente Medrado. A referência ao Dr. Clemente Medrado Fernandes no nome da Instituição acompanhou parte do crescimento e consolidação como escola profissionalizante e perdurou até 1993, quando o antigo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), por meio da Secretaria

de Educação Média e Tecnológica (Semtec), propôs a transformação das Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias, com orçamento próprio e autonomia administrativa, patrimonial, técnica e didático-pedagógica, culminando na Lei n. 8.731, de 16 de novembro de 1993, e na nova denominação: Escola Agrotécnica Federal de Salinas (EAF Salinas) (Brasil, 1993; IFNMG, 2011a; Mineiro, 2023).

Embora desde 1959 as Escolas Industriais e Técnicas tenham começado a se transformar em Escolas Técnicas Federais na forma de autarquias, somente em 1993 a Escola Agrotécnica Federal de Salinas se tornou de fato uma autarquia. A transformação em autarquia foi um marco para a EAF Salinas, pois permitiu uma atuação mais autônoma, desde a organização didático-pedagógica até os modos de se fazer a gestão escolar (Mineiro, 2023).

A EAF Salinas havia acabado de se tornar uma autarquia, e uma nova lei trouxe outras perspectivas para a Instituição. A Lei n. 8.948/1994 estabeleceu que as instituições do Sistema Nacional de Educação Tecnológica – incluindo as Escolas Técnicas e as Escolas Agrotécnicas Federais – passariam por uma transformação gradativa em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), formando uma rede de Institutos de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico pertencentes ao governo federal sob a gestão do Ministério da Educação (Brasil, 1994). Posteriormente, o Decreto n. 2.406/1997, regulamentou a Lei n. 8.948/1994 e estabeleceu os critérios para o remodelamento em Cefet (Brasil, 1997).

A transformação da EAF Salinas em Cefet passou a ser uma expectativa institucional. Entre as principais vantagens dessa mudança, destacavam-se a prerrogativa de oferecer cursos superiores, o aumento da autonomia de sua atividade acadêmica e a elevação ao status de instituição de pesquisa aplicada. A partir de 1997, visando apresentar mais robustez em sua atuação, a EAF Salinas implantou um curso de Técnico em Agroindústria. Em seguida, foram implantados o Curso Experimental de Técnico Agrícola com habilitação em Zootecnia e Agricultura em 1998, e o Curso Técnico em Informática em 2001 (IFNMG, 2011a; Mineiro, 2023).

Em 2002, a EAF Salinas abriu o processo para se tornar um Cefet, não obtendo sucesso no pleito, especialmente por questões políticas e interesses do governo federal naquele período. Embora não tenha

conquistado a transformação em cefet, a EAF Salinas manteve seu interesse de crescimento local e regional; e, em 2004, foi autorizada a implantar um curso superior experimental de Tecnologia em Produção de Cachaça – um curso de graduação inédito no mundo inteiro (IFNMG, 2011a; Mineiro, 2023).

A história da EAF Salinas teve uma nova reviravolta no momento em que a Instituição tentava, mais uma vez, tornar-se um cefet. Em 2007, o governo federal propôs o projeto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), com o Decreto n. 6.095/2007 e a Chamada Pública MEC/Setec n. 2/2007 para a implementação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Brasil, 2007; Souza; Oliveira, 2022; Mineiro, 2023).

Na Chamada Pública MEC/Setec n. 2/2007, existiam condicionantes essenciais para constituir um Instituto Federal. Para a EAF Salinas, só havia uma forma de realizar essa mudança: integrar-se a, pelo menos, mais uma instituição federal de educação profissional e tecnológica do mesmo estado. Aqui, a história da então EAF Salinas se entrelaça com a história do Cefet/Januária, contada em detalhes na próxima seção. Por meio de um projeto em conjunto, transformaram-se no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), por meio da Lei n. 11.892/2008.

O número de estudantes do IFNMG/Câmpus Salinas cresceu de maneira gradual. De forma mais tímida durante as primeiras décadas de sua implantação como Escola de Iniciação Agrícola e, mais acentuadamente, a partir dos anos 1990, com a transformação em autarquia, sobretudo após se tornar em Instituto Federal e ofertar cursos superiores.

DE ESCOLA AGROTÉCNICA DE JANUÁRIA, PASSANDO POR CEFET, A INSTITUTO FEDERAL (1960 A 2008)

A segunda instituição originária do atual IFNMG está em Januária/MG, situada também no norte de Minas, em uma fazenda distante seis quilômetros do centro da cidade. Em outubro de 1960, ano do centenário da cidade, o ex-presidente Juscelino Kubitschek oficializou, com a Lei n. 3.853/1960, a criação da Escola Agrotécnica de Januária na fazenda onde funcionava o Posto Agropecuário do Ministério da Agricultura.

A criação da Escola, resultado de um convênio entre os governos federal e estadual, foi resultado de um processo de amadurecimento e articulação política, com destaque para as iniciativas dos ex-prefeitos Mário José Lisboa (1948-1951) e Silvío Brasileiro de Azevedo (1959-1962), inclusive, este último se tornou professor e diretor da Escola posteriormente (Evangelista, 2009). Ressalta-se também a atuação do ex-deputado januarense Coronel Manoel de Almeida, lembrado pela própria Instituição como o principal artífice da Escola (IFNMG, 2024a).

A comemoração do centenário da cidade em 1960 e os primeiros anos daquela década foram tempos prodigiosos, com a presença e atuação de atores políticos influentes da época (Evangelista, 2009). Apesar disso, era necessário que a Escola se adequasse às legislações e montasse uma estrutura física mínima adequada. Assim, no decorrer de quatro anos, o ensino se deu informalmente, sem a emissão de certificados e históricos escolares (IFNMG, 2024b).

O Decreto n. 53.558/1964 alterou a denominação de todas as Escolas Agrotécnicas da Rede Federal para Colégios Agrícolas, e o Colégio Agrícola de Januária foi enfim instalado, com a oferta do Curso Ginásial Agrícola. A primeira turma de mestres agrícolas se formou em 1967, mesmo ano em que o Colégio passou a ser subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, e não mais ao Ministério da Agricultura. No ano seguinte, o curso passou a se chamar Técnico Agrícola, com nível de segundo grau e habilitação em agricultura, “o que significou na prática um enorme progresso didático para a Instituição e para a região, pois a partir deste momento a Escola ofereceria o curso com certificação para o trabalho” (Silva, 2019). Em 1974, a habilitação mudou para Agropecuária e, por 22 anos, até 1996, foi o único curso ofertado pela Instituição (ver Figura 2). Mesmo nos primeiros anos de sua origem, a Escola já se destacou como uma referência de ensino e formação profissional rural na região (IFNMG, 2014).

Em seus primeiros anos, a Escola funcionava apenas em regime de internato e em caráter assistencialista para estudantes provenientes de comunidades rurais de toda a região e até do sul da Bahia (Silva, 2019). As mulheres somente passaram a poder estudar na Escola em meados da década de 1970. Em 1979, houve uma nova mudança de nomenclatura para Escola Federal de Januária (EFJ).



Figura 2. Aula prática de Zootecnia, anos 1970

Fonte: Acervo institucional do IFNMG/Câmpus Januária.

Nas três primeiras décadas de sua existência, a EFJ tinha uma única vocação: a agrícola. Os estudantes não só realizavam as atividades escolares como também eram responsáveis por todo o trabalho braçal na área produtiva, plantando, colhendo e até vendendo. Além disso, dentro da Escola, cuidavam da arrumação e limpeza de salas, banheiros e refeitórios.

Na década de 1990, uma grande virada na história da Instituição ocorreu dentro de um contexto de mudanças no cenário político, econômico e pedagógico no Brasil – conforme já citado anteriormente. A Lei n. 8.731/1993 transformou todas as Escolas Agrotécnicas e Agrícolas do país em autarquias, garantindo autonomia didático-pedagógica e administrativa, o que favoreceu sobremaneira a gestão e o desenvolvimento da EFJ, permitindo a implementação de projetos mais intimamente relacionados à realidade local (Vieira, 2019).

Com a transformação em autarquia, foi realizado um grande concurso público em 1994, ampliando o número de docentes e técnico-administrativos da Instituição. A partir de 1996, iniciaram-se os novos cursos: Curso Técnico Subsequente em Processamento de Dados (1996), Curso Técnico em Agroindústria (1998), Curso Técnico em Enfermagem (2000) e cursos técnicos em Administração e em Meio Ambiente (2001) (Vieira, 2019). Com esses novos cursos, a Escola passou a atuar para além da área rural, abrangendo novas demandas de uma

sociedade que também se tornava cada vez mais urbana – o grau de urbanização no norte de Minas Gerais saltou de 54,7%, em 1991, para 64,53%, em 2000 (FJP, 2002).

Todo esse processo de reconfiguração e fortalecimento do sistema nacional de educação tecnológica possibilitou a criação dos Cefets, que começou a ocorrer a partir de 1999 e chegou ao norte de Minas Gerais em 2002, com o Decreto de 13 de novembro, que transformou a Escola Agrotécnica Federal de Januária em Cefet/Januária (Brasil, 2002). Com essa “cefetização” e o amadurecimento institucional em dez anos de autonomia didático-pedagógica, a Instituição conseguiu dar mais um passo marcante para a região: ofertar cursos de nível superior, uma oportunidade até então muito distante para os moradores da cidade e da região adjacente.

Em 2005, foi implantado o primeiro curso de graduação, Tecnologia em Irrigação e Drenagem, que funcionou apenas até 2007. De 2006 a 2008, foram implantados mais dez cursos: Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Gestão Comercial (apenas uma turma), Bacharelado em Administração, Licenciatura em Matemática, Bacharelado em Agronomia (atualmente, com a nomenclatura de Bacharelado em Engenharia Agrônômica) e Licenciatura em Física. Em 2010, iniciou-se o Bacharelado em Engenharia Agrícola e Ambiental e a Licenciatura em Ciências Biológicas. Em 2017 e 2018, foram implantados o Bacharelado em Engenharia Civil e o Bacharelado em Sistemas de Informação.

Assim sendo, em 2024 o Câmpus Januária oferta nove cursos superiores em diversas áreas, incluindo a formação de professores, totalizando 2.861 estudantes matriculados e 281 servidores (Brasil, 2024). A vocação rural ainda está presente – com os cursos de Engenharia Agrônômica e Engenharia Agrícola e Ambiental, além dos Técnicos em Agropecuária e Meio Ambiente –, porém houve uma ampliação gradual para os campos de tecnologia, comércio e serviços.

Com o fortalecimento da educação profissional e tecnológica a partir do início dos anos 2000, surgiram novos debates e possibilidades que culminaram com a criação dos Institutos Federais em 2008. No processo de criação do IFNMG, o Câmpus Januária foi de grande importância na reunião e elaboração de documentos e projetos, na instalação

da Reitoria, na designação de servidores para compor os primeiros corpos diretivos e na contribuição com profissionais e equipamentos para os novos câmpus criados ou incorporados ao IFNMG.

IMPLEMENTANDO O IFNMG (2008 A 2019)

Em 2008, durante o governo de Lula, por meio da Lei n. 11.892/2008, em todo o país foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dentre os quais o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), mediante a integração do Cefet/Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas, juntamente com as novas Uneds de Almenara, Araçuaí, Arinos, Montes Claros e Pirapora, durante a Fase I do Plano de Expansão do governo federal. Dessa forma, os Institutos Federais se destacaram como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicâmpus, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas (Brasil, 2008).

A Fase II da expansão da Rede Federal foi marcada no IFNMG pelo início das atividades administrativas e escolares do Câmpus Arinos em 2009, a partir de um convênio firmado entre o IFNMG, a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Arinos. Após um ano de funcionamento, em 1º de fevereiro de 2010, o IFNMG/Câmpus Arinos recebeu a autorização de funcionamento por meio da Portaria MEC n. 113, de 29 de janeiro de 2010.

Em 19 de janeiro de 2010, o Câmpus Araçuaí iniciou suas atividades e pela Portaria MEC n. 111, de 29 de janeiro de 2010, foi autorizado o funcionamento dessa unidade como Câmpus. Na mesma data, o Câmpus Almenara recebeu autorização de funcionamento por meio da Portaria MEC n. 108/2010, tendo a solenidade de abertura do pleno funcionamento das atividades didático-pedagógicas em 21 de outubro de 2010. No mesmo ano, o Câmpus Montes Claros e o Câmpus Pirapora foram autorizados a funcionar por meio da Portaria MEC n. 1.366, de 6 de dezembro de 2008. Nessa fase de expansão, o IFNMG avançou de maneira significativa na ampliação de suas unidades e na oferta de mais de

26 novos cursos técnicos, três bacharelados, quatro tecnólogos e sete licenciaturas, além da regulamentação de oferta e expedição de diplomas.

A Fase III da expansão foi marcada pelo anúncio, em 16 de agosto de 2011, pela presidenta Dilma Rousseff, da abertura de mais de 120 unidades dos Institutos Federais em todo o país, ocasião em que o IFNMG foi contemplado com duas novas unidades: Câmpus Diamantina e Câmpus Teófilo Otoni. Após a realização de audiências públicas na Câmara Municipal de Diamantina e Teófilo Otoni em 2014, as atividades letivas dos Câmpus começaram com oferta de cursos técnicos no primeiro semestre de 2015.

O Câmpus Teófilo Otoni iniciou as ações nas instalações do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Caic), enquanto as obras do Câmpus estavam em andamento. As atividades do Câmpus Teófilo Otoni foram autorizadas pela Portaria n. 375, de 9 de maio de 2016, do MEC, e no segundo semestre de 2016, com as obras finalizadas, as atividades escolares e os respectivos setores do ensino migraram para o Câmpus definitivamente. Por sua vez, o Câmpus Diamantina ofertou os cursos técnicos em Informática e Meio Ambiente em um espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Diamantina até a conclusão do prédio do Câmpus.

No ano de 2013, o município de Janaúba foi selecionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) para receber um câmpus avançado. Em 2014, o IFNMG avançou ainda mais no impulsionamento da oferta de educação por meio da criação de unidades chamadas de Centros de Referência, quais sejam: Centro de Referência de Porteirinha (Resolução do Conselho Superior n. 34, de 30 de outubro de 2014); Centro de Referência Corinto, vinculado ao Câmpus Pirapora (Resolução do Conselho Superior n. 35, de 30 de outubro de 2014); Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Resolução do Conselho Superior n. 36, de 30 de outubro de 2014), inicialmente nomeado de Centro de Referência em Educação a Distância e Projetos Especiais; e a Resolução do Conselho Superior do IFNMG n. 45, de 16 de dezembro de 2014, criou o Centro de Referência Buritis, vinculado ao Câmpus Arinos.

Em 2015, os trabalhos de implantação do Câmpus Avançado Porteirinha começaram e, após uma audiência pública, os cursos técnicos em Eletroeletrônica e Eletrotécnica representaram o início das atividades do Câmpus, que foi oficialmente inaugurado em 6 de maio de 2016. Em razão do cumprimento de critérios técnicos estabelecidos pela Setec, recentemente

as unidades presentes nos municípios de Janaúba e Porteirinha foram elevadas ao status de Câmpus, por meio da Portaria n. 411, de 7 de maio de 2024.

Nesse contexto de expansão e desenvolvimento, o IFNMG se firmou como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicâmpus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos e com autonomia administrativa, patrimonial, didática e pedagógica. Essa expansão reflete na evolução do número de matrículas atendidas pelo IFNMG desde a sua criação (ver Gráfico 1), além de demonstrar seu papel transformador em nível individual e coletivo em toda a sociedade norte-mineira, nos contextos educacionais, econômicos, sociais, culturais, turísticos e ambientais.

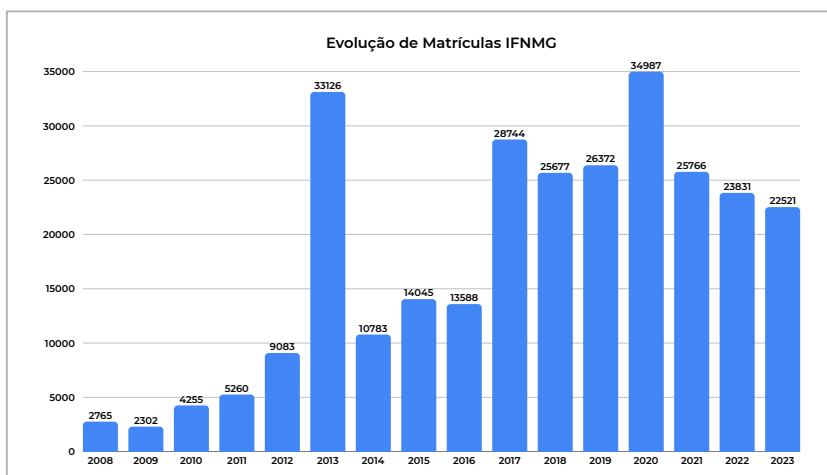


Figura 3. Evolução de matrículas do IFNMG de 2008 a 2023

Fonte: IFNMG (2009, 2010, 2011c, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016) e Brasil (2023).

O gráfico apresentado demonstra com nitidez o número de matrículas no decorrer dos anos após a consolidação da Instituição como IFNMG. É possível perceber o destaque para os anos de 2013, ano de implantação do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância; 2017, com a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância nas áreas de Ambiente e Saúde, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação; e 2020, com uma política de incentivo e financiamento próprio para a

oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC) na modalidade a distância, evidenciando os cursos do Centro de Línguas.

Vale ressaltar que o território do IFNMG é composto pelas regiões intermediárias de Montes Claros, Teófilo Otoni, Patos de Minas e a microrregião de Curvelo, que remontam à antiga classificação por mesorregião: Vale do Jequitinhonha, Norte de Minas, Noroeste de Minas e Vale do Mucuri. Em conjunto, essas regiões possuem 248.086,471 quilômetros quadrados e 3.107.742 habitantes, com um IDH médio de 0,63, sendo o IFNMG o único Instituto Federal instalado e responsável por atender uma área correspondente a 42% de todo o território do estado de Minas Gerais, como pode ser observado na Figura 4.

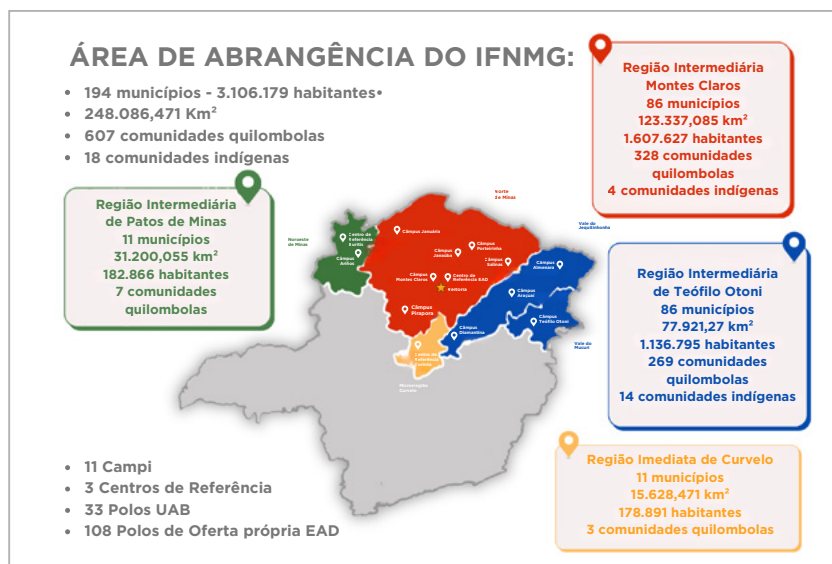


Figura 4. Mapa de abrangência do IFNMG

Fonte: IFNMG (2023).

Para que o IFNMG consiga atender toda a região em sua diversidade e pluralidade, o Instituto disponibiliza cursos FIC, técnicos integrados e concomitantes, tecnologia, licenciatura, bacharelado e pós-graduação lato sensu e stricto sensu – desenvolvidos em articulação com programas de extensão e de produção/desenvolvimento científico e tecnológico, pesquisa aplicada, produção cultural, empreendedorismo, cooperativismo e inovação. A atuação institucional abrange todas

as áreas do conhecimento, de modo a compreender a multiplicidade do saber desenvolvido no território (Gráfico 2).

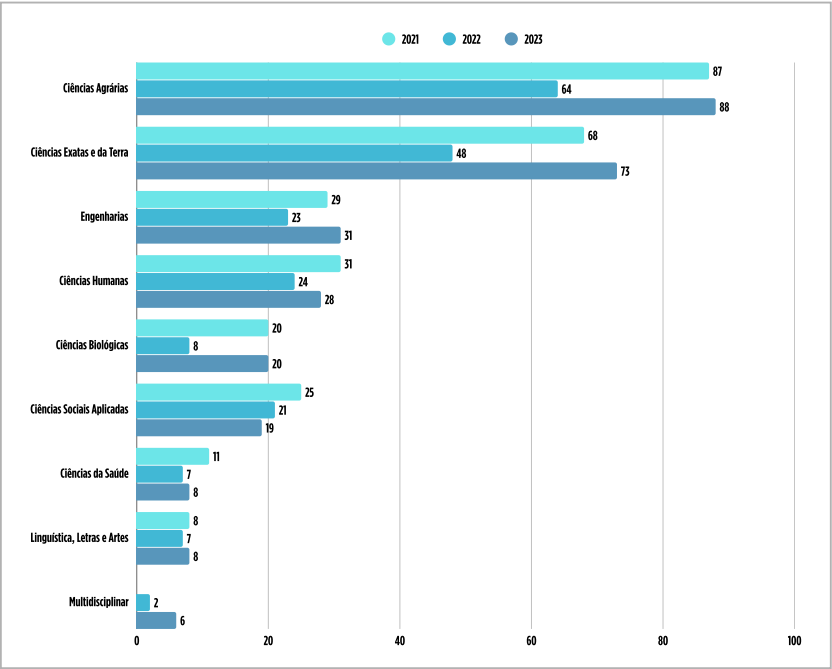


Figura 5. Áreas dos projetos desenvolvidos no IFNMG
Fonte: IFNMG (2024).

Diante disso, o IFNMG tem se tornado uma instituição focada na formação e qualificação de cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento social, cultural e econômico local, regional e nacional, visando uma educação profissional técnica de nível médio, sobretudo na forma de cursos integrados, para o público da educação de jovens e adultos e para a formação de professores. Paralelamente, as fases de expansão do IFNMG permitiram a ampliação do atendimento a novas e mais distantes comunidades.

A PANDEMIA DE COVID-19 E O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO IFNMG (2020 A 2024)

Em 2020, o IFNMG vivenciou mudanças paradigmáticas em virtude da pandemia de covid-19. Nesse período, a Instituição tomou

uma série de decisões para garantir a continuidade do trabalho institucional e a segurança dos estudantes, servidores e colaboradores. Desde a suspensão das atividades presenciais em março de 2020 até a gradual retomada no decorrer do ano de 2022, o IFNMG passou por um processo de significativa consolidação institucional em vários sentidos:

- Capacidade de adaptação e uso das tecnologias para novas necessidades do mundo moderno (com a continuidade dos calendários letivos e projetos em outros formatos).
- Resposta rápida às necessidades emergenciais de sua comunidade (com auxílio emergencial, auxílio digital, empréstimo de tablets, editais e recursos extraordinários e atendimentos virtuais).
- Vinculação orgânica e efetiva às necessidades da comunidade externa (com produção e distribuição de álcool em gel, sabonetes, máscaras e equipamentos de proteção individual, distribuição de lanches, criação de sites e aplicativos, e até montagem de hospital de campanha).

Logo após as Portarias n. 343/2020, 345/2020, 376/2020 e 395/2020, do governo federal, autorizarem, em caráter excepcional, a partir de 18 de março de 2020, a substituição das aulas presenciais por aulas realizadas de forma remota, utilizando meios digitais, o IFNMG se organizou para o retorno das atividades letivas de forma não presencial mediadas por tecnologias (Brasil, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d). Assim, foi realizada uma ampla pesquisa com 7.203 discentes regularmente matriculados nos cursos presenciais (técnicos e superiores) de todos os câmpus do IFNMG – 71,2% dos estudantes dos cursos presenciais do IFNMG. Em seguida, uma pesquisa foi realizada com 588 professores e 169 técnicos administrativos dos setores pedagógicos da Instituição. As pesquisas permitiram que o IFNMG identificasse o quantitativo de estudantes e servidores que precisavam de suporte em termos de equipamentos, infraestrutura digital e socioemocional, bem como os facilitadores e as barreiras a nível individual e coletivo para a adoção das atividades não presenciais. Isso colocou o IFNMG na vanguarda entre as instituições federais de ensino do país com condições técnicas, materiais e informacionais para adquirir equipamentos,

fornecer internet aos estudantes e garantir as melhores condições aos servidores para o retorno das atividades letivas.

A partir das pesquisas realizadas, as atividades não presenciais no IFNMG foram planejadas para incluir momentos pedagógicos síncronos e assíncronos, elaborando aulas teóricas e práticas viáveis de serem realizadas remotamente com o auxílio das Tecnologias Digitais (TDs). Os momentos síncronos ocorreram via videoconferências, utilizando aplicativos gratuitos e permitindo interação digital em tempo real. Os momentos assíncronos foram organizados nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), que disponibilizaram diversos recursos, como materiais didáticos, fóruns de discussão, avisos, cronogramas e espaços para o compartilhamento de videoaulas. Os estudantes receberam dispositivos (como tablets) em regime de empréstimo e, em alguns casos, valores mensais para contratação de serviços de internet. No entanto, muitos enfrentaram dificuldades para se manterem engajados no processo de ensino-aprendizagem devido a condições ainda insuficientes (Souza *et al.*, 2022).

Para os professores e técnicos administrativos, conciliar responsabilidades familiares com demandas profissionais em um mesmo ambiente foi desafiador. As residências funcionaram como estúdios improvisados para a gravação e edição de aulas, sujeitas a ruídos domésticos e interrupções. A gestão do IFNMG adotou medidas abrangentes para garantir o atendimento aos estudantes e as condições técnicas e infraestruturais necessárias para o retorno gradual das atividades letivas de forma remota, variando desde assistência estudantil até a modificação de regulamentos e o monitoramento contínuo dos contextos dos câmpus. Como legado, muitas ferramentas e práticas adotadas durante esse período tornaram-se comuns no pós-pandemia (Souza *et al.*, 2022).

Foi nesse cenário ainda de pandemia, em dezembro de 2020, que o IFNMG teve sua primeira reitora eleita: a professora Joaquina Aparecida Nobre da Silva, que passou a desenvolver uma gestão inovadora, pautada por transparência, diversidade, inclusão, consolidação dos câmpus, ética na relação com os servidores, sustentabilidade, aprimoramento de processos, gestão democrática dos recursos e profissionalização das ações da equipe gestora. Diversas iniciativas e resultados, conforme veremos a seguir, demonstram como esses pontos foram trabalhados e

como se pode dizer que a Instituição chegou, com seu novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028, a um momento de significativa robustez em relação à sua capacidade de planejamento, organização e atuação estratégica, com respeitado reconhecimento nacional (IFNMG, 2004).

Nessa forma de atuação estratégica e democrática, o IFNMG se configura como uma instituição que trabalha a gestão democrática atrelada a uma estrutura de governança robusta, formada por órgãos colegiados superiores: Conselho Superior (Consup), Colégio de Dirigentes (Codir) e Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe). Além disso, o IFNMG conta com outros órgãos colegiados em todas as instâncias institucionais – Comitê de Administração, Comitê de Ensino, Comitê de Extensão e Cultura, Comitê de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, Comitê de Segurança da Informação e Comunicações, Comitê de Governança Digital, Comitê de Governança, Comitê de Assuntos Estudantis e Comitê de Gestão de Pessoas. Inclusive, também compartilha os processos de decisão nas atividades cotidianas com comissões de assessoramento: Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS/PCCTAE), Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP) e Comissão Própria de Processos Administrativos (CPPAD).

Vale ressaltar que as reuniões dos órgãos colegiados são públicas e realizadas de modo que os assuntos institucionais sejam previamente publicizados e amplamente discutidos para a tomada de decisão democrática. Dessa forma, essa estrutura corrobora com a busca constante por uma política de governança que oriente todas as instâncias de discussão e decisão pelos princípios de capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas, responsabilidade e transparência.

Ademais, esse modelo de organização e funcionamento do IFNMG foi referenciado no relatório de credenciamento institucional para a manutenção da oferta dos cursos presenciais do IFNMG ocorrido em 2023, elaborado pelos avaliadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Conforme os avaliadores

do Inep, a gestão institucional do IFNMG se apresenta democrática e transparente, uma vez que propicia a participação de toda a comunidade (IFNMG, 2023). Quando analisada a evolução da maturidade do IFNMG em relação aos indicadores que medem a capacidade de governança, gestão, liderança e estratégia, o desempenho e o desenvolvimento institucional se mostram evidentes.

Compreende-se que a Instituição avançou significativamente à medida que incorporou instrumentos de governança, gestão democrática e gestão estratégica, como ocorreu no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2024/2028. Além de promover um ambiente para o debate colaborativo e participativo, capacitou a comunidade sobre a temática e a relevância do ato de planejar, monitorar indicadores e avaliar os resultados institucionais.

Acerca disso, a capacidade de promover a avaliação institucional como mecanismo de retroalimentação das ações executadas também merece destaque. O IFNMG foi reconhecido não apenas como uma instituição de conceito máximo em oferta de cursos superiores presenciais, mas também pela excelente qualidade na oferta de cursos superiores na modalidade EAD. A avaliação dos cursos superiores demonstra um amplo amadurecimento, uma vez que a maioria dos cursos avaliados entre 2020 e 2023 obteve conceito 4 e 5.

Com o avanço institucional, o IFNMG se consolidou como uma referência de excelência, impulsionado por programas e ações que estabeleceram um novo patamar de desempenho e impacto. A Instituição demonstrou um compromisso significativo com as necessidades e demandas dos servidores, promovendo uma cultura de transparência e governança que reforçou a confiança e a participação ativa de todos os envolvidos. A gestão profissionalizada, aliada à implementação de uma série de regulamentos no âmbito da pesquisa, da extensão, do ensino e da inovação, permitiu uma atuação mais robusta e eficiente.

A cultura de transparência abarcou ainda as receitas e despesas, e o IFNMG lançou um Painel Orçamentário que reúne dados sobre a distribuição de recursos por unidades, emendas parlamentares e outros gastos. Pela primeira vez, elaborou sua própria matriz de distribuição orçamentária, utilizando indicadores de desempenho como parâmetro, em consonância com um amplo debate junto aos diretores-gerais dos câmpus.

A comunicação aberta, facilitada por um site dinâmico e uma presença estratégica nas redes sociais, ampliou o alcance e a interação com a comunidade. O foco na inovação tecnológica e a valorização da cultura e da produção intelectual destacaram o IFNMG como um líder em educação, preparado para enfrentar os desafios contemporâneos e contribuir significativamente para o desenvolvimento regional e nacional.

Foi implementada a Política de Comunicação, com diretrizes, posturas, ações, estratégias e produtos de comunicação para orientar e promover o relacionamento do IFNMG com seus diversos públicos, tendo como premissa os preceitos de comunicação pública, com foco no cidadão, na amplificação do acesso à informação, no estímulo à participação e no combate à desinformação.

De forma complementar, uma das principais preocupações do IFNMG nos últimos anos foi fortalecer as políticas de assistência aos educandos, com especial atenção aos estudantes e potenciais estudantes com alguma necessidade específica. Nesse sentido, foram revisados diversos regulamentos sobre a temática, os núcleos de atendimento aos estudantes foram fortalecidos e acompanhados, diversos materiais de tecnologia assistiva foram adquiridos, obras de acessibilidade foram executadas nos câmpus e muitos eventos e cursos de formação foram realizados. Além disso, foram direcionados mais de R\$ 2 milhões para a contratação de profissionais de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A partir de 2020, foram implementadas as comissões de heteroidentificação, o que contribuiu para a fiscalização da política de reserva de vagas, especialmente no que diz respeito aos autodeclarados negros. Com a atualização da legislação, os estudantes aprovados pela reserva de vagas passaram a ser beneficiários prioritários da assistência estudantil. Os estudantes de povos e comunidades tradicionais, muito presentes na área de abrangência do IFNMG, também receberam atenção especial, por exemplo, com o gerenciamento do pagamento das bolsas permanência para os indígenas e quilombolas, a abertura do Curso de Educação Escolar Quilombola, a criação do Câmpus Quilombo e a ampliação de momentos formativos sobre a temática nos câmpus.

Com relação ao fornecimento de alimentação, foram estabelecidas diretrizes para o cumprimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), além da aquisição de recursos para a construção de

refeitórios nos câmpus que ainda não dispõem dessa infraestrutura. A execução do Pnae no IFNMG recebeu atenção especial com a lotação de uma nutricionista na Reitoria. Essa profissional foi designada para apoiar a implementação do programa, com foco particular nos cinco câmpus que ainda não contavam com nutricionista em seu quadro de servidores.

Ressalta-se que o IFNMG também tem trabalhado no fortalecimento dos projetos de pesquisa, extensão e ensino, consolidando sua posição como um centro de excelência acadêmica e inovação. Uma série de ações estratégicas e inovadoras foram estabelecidas para o avanço da pesquisa, da extensão e do ensino a longo prazo. Iniciativas como o Projeto Expansão de apoio às empresas juniores e ações de apoio a projetos de ensino têm impulsionado a interação entre estudantes e o mercado, fomentando o empreendedorismo e a aplicação prática do conhecimento.

Os laboratórios do IFNMG passaram a receber Bolsas de Apoio Técnico (BAT), permitindo a realização de ações multidisciplinares e direcionadas para a prática. Para ampliar a inclusão e a formação de competências críticas, o IFNMG implementou bolsas para estudantes em projetos de ensino e promoveu um curso de iniciação em pesquisa, extensão tecnológica e inovação para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse contexto, a curricularização da extensão integra de forma orgânica a extensão ao currículo, proporcionando uma educação transformadora e comprometida com as realidades local e regional.

Estruturas organizacionais foram desenvolvidas para fortalecer as ações, como é o exemplo da Coordenação de Inovação e da Editora do IFNMG, que têm sido fundamentais na promoção e disseminação do conhecimento acadêmico; além do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, que assegura a integridade e responsabilidade das pesquisas realizadas. Evidencia-se, ainda, o fomento às revistas científicas e aos eventos institucionais, incluindo o pagamento de taxas de publicação para artigos científicos, com o objetivo principal de garantir a continuidade e a visibilidade dos projetos realizados no âmbito institucional.

A promoção da infraestrutura mínima adequada das unidades do IFNMG, preocupação da gestão, surgiu após o mapeamento das demandas de cada câmpus. O resultado articulado desse esforço institucional consiste na inclusão de dez refeitórios no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), a construção da sede própria da Reitoria e obras de almoxarifado.

Com a pretensão de ampliar ainda mais sua atuação e capilaridade, o IFNMG está em processo de implantação de mais uma unidade, o Câmpus Quilombo Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha. A unidade surgiu de uma demanda das comunidades tradicionais da região, alinhada a um movimento de nível nacional voltado para a promoção e garantia de uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa – além da promoção da redução das desigualdades sociais locais, ação que demonstra o caminho das políticas institucionais que o IFNMG deseja seguir nos próximos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, foi apresentada uma jornada histórica que abarca processos educacionais, sociais, econômicos e políticos no desenvolvimento da grande porção norte do estado de Minas Gerais. A partir da descrição de conjunturas e mudanças que levaram à consolidação do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) em toda a sua área de abrangência, observamos que o papel social da Instituição sempre se impôs como mais relevante do que sua própria essência educacional.

Por muito tempo, e em muitas ocasiões, aliado das oportunidades dos grandes centros urbanos, o povo do norte, noroeste e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri de Minas Gerais aprendeu a se organizar, a reivindicar acesso aos direitos e a agarrar as possibilidades que, muitas vezes a conta-gotas, surgiam no cenário político e socioeconômico. Um bom exemplo dessa dinâmica é o longo e árduo caminho percorrido pela educação pública federal profissional nessas regiões. A instalação das Escolas Agrícolas originárias – em Salinas e Januária – só foi possível graças ao empenho das comunidades e de figuras políticas com alguma proeminência no cenário nacional. Ainda assim, vários anos se passaram até o início efetivo dos cursos. Desde seu início, foram de grande importância para o cenário local e regional, contribuindo com o desenvolvimento e com a transformação de muitas realidades.

Durante aproximadamente quatro décadas, essas duas Escolas, embora tenham recebido mudanças de nomenclatura e tenham contribuído com a formação e transformação de muitas vidas, não se distanciaram da vocação e do tamanho original: ofertaram apenas um curso

– Técnico Agrícola/Agropecuária – para um número reduzido de estudantes. O Câmpus Salinas tinha, desde o começo de suas atividades até o início da década de 2000, apenas 196 estudantes matriculados por ano em média (Mineiro, 2023); e no Câmpus Januária, segundo a Secretaria de Registros Escolares, a média de matriculados entre 1964 e 2000 foi de 231 estudantes por ano. Em 2024, o IFNMG, com seus 11 câmpus, 3 centros de referência e dezenas de polos de educação a distância, conta com 22.521 estudantes de nível médio, superior, pós-graduação e cursos de formação, em diversas áreas do conhecimento.

O IFNMG, nesse sentido, conseguiu aproveitar bem o momento do país que viabilizou a evolução e interiorização da educação pública federal. A despeito das evoluções observadas a partir dos anos 1990 – com a transformação em autarquias, a abertura dos primeiros novos cursos e a indicação de transformação em Cefets –, o divisor de águas para o país foi a primeira década dos anos 2000, em especial com a criação da Rede Federal em 2008 e dos 38 Institutos Federais. Por quase um século (de 1909 a 2002), enquanto o Brasil contou com apenas 140 unidades de educação profissional, em 2010 já eram 356; e, com o anúncio dos 100 novos câmpus feito pelo governo federal em 2024, o número chegará a 782 unidades (Brasil, 2024).

Com essa importante história de construção coletiva e vinculação orgânica às suas comunidades, o IFNMG se consolidou e se tornou capaz de superar momentos de muitas dificuldades orçamentárias, mesmo na pandemia de covid-19. Desse modo, chega, com seu novo Plano de Desenvolvimento Institucional (2024-2028), a um novo patamar de reconhecimento público, de capilaridade e de capacidade de geração e ampliação de oportunidades, cumprindo a missão de “transformar pessoas, por meio da educação profissional, pública, inclusiva e socialmente referenciada, contribuindo com o desenvolvimento cultural e socioeconômico sustentável” (IFNMG, 2024b, p. 22).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. A. T.; MAGALHÃES, M. A.; OLIVEIRA, R. L. de; LEAL, R. R. S.; MENDES, S. A. F. Da Escola Agrotécnica ao IFNMG/Câmpus Salinas. In: SANTOS, K. C. dos; MAGALHÃES, M. A.; MENDES, S. A. F. (org.).

O fazer da Extensão no IFNMG: retrospectivas e perspectivas. Montes Claros: Ed. IFNMG, 2019. p. 145-164.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946.* Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. 3. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, 1954.

BRASIL. *Decreto Federal n. 22.470, de 20 de janeiro de 1947.* Fixa a rede de estabelecimento de ensino agrícola no território nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1947. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-22470-20-janeiro-1947-341091-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Fixa%20a%20rede%20de%20estabelecimento,Art> Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. *Lei n. 8.731, de 16 de novembro de 1993.* Transforma as Escolas Agro-técnicas Federais em autarquias e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: <https://share.google/1fyCGciWv-ZO9kT0Sn> Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. *Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994.* Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: <https://share.google/5U-GtmSFY9sRglC3e4> Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 2.406, 27 de novembro de 1997.* Regulamenta a Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: <chromeextension://efaidnbmnmnipccajpc-glclefndmkaj/http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec2406.pdf> Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. *Decreto de 13 de novembro de 2002.* Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2002/dnn9728.htm Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 6.095, 24 de abril de 2007.* Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Ifet, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília/DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.* Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria n. 343, de 17 de março de 2020*. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – covid-19. Brasília/DF: MEC, 2020a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria n. 345, de 19 de março de 2020*. Altera a Portaria MEC n. 343, de 17 de março de 2020 que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – covid19. Brasília/DF: MEC, 2020b. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3025/portaria-mec-n-345-2020> Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria n. 376, de 3 de abril de 2020*. Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – covid-19. Brasília/DF: MEC, 2020c. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-376-2020-04-03.pdf> Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria n. 395, de 15 de abril de 2020*. Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. Brasília/DF: MEC, 2020d. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/legislacao/portaria-no-395-de-15-de-abril-de-2020/> Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. *Plataforma Nilo Peçanha*. Brasília/DF: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp> Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. *Governo federal anuncia 100 novos Câmpus de Institutos Federais*. Brasília/DF: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/governo-federal-anuncia-100-novos-Câmpus-de-institutos-federais#:~:text=O%20governo%20federal%20anuncia%2C%20nesta,-t%C3%A9cnico%20integrados%20ao%20ensino%20m%C3%A9dio> Acesso em: 18 jun. 2024.

EVANGELISTA, L. G. Q. *O ensino técnico no Brasil e a trajetória do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária (Cefet-Januária)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros/MG, 2009.

FJP (Fundação João Pinheiro). *Anuário Estatístico de Minas Gerais*: 2000/2001. Belo Horizonte: FJP, v. 9, 2002.

IFNMG (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais). *Histórico*. Montes Claros: IFNMG, 2011a. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/menu-salinas/historico> Acesso em: 24 maio 2024.

IFNMG (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais). *Histórico institucional – origem e identidade*. Montes Claros: IFNMG, 2011b. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/menujanuarial/historico> Acesso em: 24 maio 2024.

IFNMG (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais). *Relatório de gestão 2010*. Montes Claros: IFNMG, 2011c. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao> Acesso em: 9 jun. 2024.

IFNMG (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais). *Relatório de gestão 2008*. Montes Claros: IFNMG, 2009. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao> Acesso em: 9 jun. 2024.

IFNMG (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais). *Relatório de gestão 2009*. Montes Claros: IFNMG, 2010. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao> Acesso em: 9 jun. 2024.

IFNMG (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais). *Relatório de gestão 2011*. Montes Claros: IFNMG, 2012. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao> Acesso em: 9 jun. 2024.

IFNMG. (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais). *Relatório de gestão 2012*. Montes Claros: IFNMG, 2013. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao> Acesso em: 9 jun. 2024.

IFNMG (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais). *Relatório de gestão 2013*. Montes Claros: IFNMG, 2014. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao> Acesso em: 9 jun. 2024.

IFNMG (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais). *Relatório de gestão 2014*. Montes Claros: IFNMG, 2015. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao> Acesso em: 9 jun. 2024.

IFNMG (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais). *Relatório de gestão 2015*. Montes Claros: IFNMG, 2016. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao> Acesso em: 9 jun. 2024.

IFNMG (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais). *Relatório de recredenciamento institucional para manutenção da oferta dos cursos presenciais*. Montes Claros: IFNMG, 2023. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/avaliacoes-externas> Acesso em: 15 jun. 2024.

IFNMG (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais). *Relatório de gestão 2023*. Montes Claros: IFNMG, 2024a. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao> Acesso em: 9 jun. 2024.

IFNMG (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2024/2028*. Montes Claros: IFNMG, 2024b. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/elaboracao-do-pdi-2024-2028> Acesso em: 11 jun. 2024.

MINEIRO, E. C. G. M. *De Escola Agrotécnica a Instituto Federal: uma metamorfose institucional*. Montes Claros: Ed. IFNMG, 2023.

SILVA, B. V. da. *A perpetuação de uma cultura escolar: o tecnicismo como condicionante identitário na Escola Técnica Federal de Januária de 1993 a 2008*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, 2019.

SOUZA, E. S.; OLIVEIRA, R. M. da S. R. *Memória e identidade: interlocuções históricas do ensino técnico na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica na modalidade educação a distância*. Montes Claros: IFNMG, 2022.

SOUZA, G. H. S.; HORSTH, T. A.; MOTA, E. C.; GONÇALVES, R. F.; SILVA, R. A. Implementation of Emergency Remote Education (ERE) in the Brazilian context: an analysis from students' and professors'/instructors'/teachers' perspectives. In: BURGSTEINER, H.; KRAMMER, G. (org.). *Impacts of covid-19 Pandemic's Distance Learning on Students and Teachers in Schools and in Higher Education – International Perspectives*. Graz, Austria: Leykam Verlag, 2022. p. 255-273.







15

DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais, no Aeroporto de Salinas para o lançamento da Pedra Fundamental da Escola de Iniciação Agrícola em 1953 | Fonte: Acervo de Luiz Francisco Dias.
- 02 Alunas da turma de 1965 do Curso Técnico Agrícola da então Escola de Iniciação Agrícola de Salinas (hoje IFNMG/Câmpus Salinas) | Fonte: Acervo de Luiz Francisco Dias.
- 03 Desfile cívico nos anos 1970 com estudantes do então Colégio Agrícola de Januária (hoje IFNMG/Câmpus Januária) | Fonte: Acervo do Câmpus Januária.
- 04 Aula prática com os primeiros computadores do Câmpus Januária nos anos 1990 | Fonte: Acervo do Câmpus Januária.
- 05 Primeira sede da Reitoria em Montes Claros/MG em 2009 | Fonte: Acervo do IFNMG.
- 06 Presença do presidente Lula no IFNMG/Câmpus Araçuaí na formatura das primeiras turmas dos cursos técnicos | Fonte: Acervo do IFNMG.
- 07 Visão interna do estúdio do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (CEAD/IFNMG) | Fonte: Acervo do IFNMG.
- 08 Abertura da terceira edição dos Jogos Intercâmpus do IFNMG (JIFENMG) em 2016 no Câmpus Arinos | Fonte: Acervo do IFNMG.
- 09 Vista externa do laboratório móvel do IFNMG, equipado com computadores e internet para cursos rápidos | Fonte: Acervo do IFNMG.
- 10 Concessão de medalhas de mérito educacional a ex-dirigentes do IFNMG na comemoração dos 10 anos da Instituição em 2018 | Fonte: Acervo do IFNMG.
- 11 Posse da primeira mulher como reitora do IFNMG, Joaquina Nobre, em dezembro de 2020 | Fonte: Acervo do IFNMG.
- 12 Primeira reunião do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal (Conif) no IFNMG em Diamantina/MG no ano de 2023 | Fonte: Acervo de Marcus Fogaça (Conif).
- 13 Solenidade de comemoração dos 15 anos do IFNMG em 2023 com a presença da comunidade e autoridades | Fonte: Acervo do IFNMG.
- 14 Realização do IFIntegra no Câmpus Salinas em 2023 – primeiro evento institucional com ensino, pesquisa e extensão | Fonte: Acervo de Wagner Medeiros (IFNMG).
- 15 Estudantes do IFNMG/Câmpus Montes Claros em atividade no laboratório de robótica | Fonte: Acervo de Wagner Medeiros (IFNMG).

GÊNESE E MEMÓRIAS DO INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

CAIO RESENDE¹

DANILO SILVA DE ALMEIDA²

EDNALDO GONÇALVES COUTINHO³

GEANDRE DE CARVALHO OLIVEIRA⁴

MARIÂNGELA CASTEJON⁵

MARVILE PALIS COSTA OLIVEIRA⁶

No decorrer da história é possível perceber que as políticas educacionais sempre estiveram interligadas ao contexto social, político e econômico de cada período, buscando adaptar o ensino à realidade social predominante. Nesse sentido, este texto apresenta de forma sucinta a história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do

1 Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), atua como arquivista no IFTM/Reitoria. Pesquisa sobre história e memória. E-mail: caioresende@iftm.edu.br.

2 Mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), atua como publicitário e coordenador de Comunicação Social na Diretoria de Comunicação Social e Eventos (DCSE) do IFTM/Reitoria. E-mail: danilosilva@iftm.edu.br.

3 Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), é professor aposentado do IFTM/Câmpus Uberlândia. E-mail: ednaldo@iftm.edu.br.

4 Doutor em Química pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), atua como professor no IFTM. Pesquisa sobre desenvolvimento de métodos colorimétricos a partir de sensores RGB – IFTM/Câmpus Uberaba. E-mail: geandre@iftm.edu.br.

5 Doutora em Educação – Educação, Cultura e Subjetividade pela UFSCar, atua como revisora de textos no IFTM/Reitoria. Pesquisa sobre análise de discurso, subjetividades, Foucault e literatura – Jorge Amado. E-mail: mariangelacastejon@iftm.edu.br.

6 Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFTM, atua como professora de Artes no IFTM/Câmpus Uberaba. Pesquisa sobre educação musical e políticas públicas em educação. E-mail: marvile@iftm.edu.br.

Triângulo Mineiro (IFTM), que teve início há mais de 70 anos. Assim, passamos a contar essa história com o objetivo de resgatar a trajetória de criação e expansão do IFTM. Para além, ao analisar o histórico dessa instituição educacional, identificam-se as escolhas, as dificuldades enfrentadas e os avanços pelos quais passou.

A ERA INSTITUTO FEDERAL

Após o início do processo de industrialização nos anos 1930, começou um período de grande crescimento, com a implantação de novas Escolas Industriais e o aprimoramento das especializações nas instituições já estabelecidas, visto que a instrução pública passou a ser valorizada como importante ferramenta para a construção da identidade nacional brasileira. Desse tempo até as décadas atuais, em que a Constituição de 1934 dispunha que a educação é direito de todos, foram muitas discussões, reformas, transformações e transições pelas quais passou a educação no Brasil. No entanto, nítido sempre ficou a superioridade do discurso político sobre o pedagógico, em que os grupos elitizados eram beneficiados em relação aos projetos de desenvolvimento educacional das camadas populares, as quais foram as mais afetadas em todos os processos.

Chegando ao século XXI, novos caminhos foram sendo (re)desenhados e distâncias foram sendo percorridas. Nesse ínterim, uma das ações de maior relevo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dentre os quais surgiu o do Triângulo Mineiro. Conforme apontam os registros históricos, alguns dos câmpus integrantes do IFTM têm histórias mais antigas do que a própria criação do formato Instituto Federal, outros surgiram em algum momento dos últimos 15 anos e passaram por transformações até chegarem aos modelos atuais. A seguir, será detalhada a história de cada uma dessas unidades em ordem de fundação.

CÂMPUS UBERABA

A história do atual IFTM/Câmpus Uberaba remonta ao ano de 1953, marcado pela fundação do Centro de Treinamento em Economia Doméstica e Rural, desenvolvendo cursos focados em conhecimentos

práticos para a população rural. O empenho do Padre Agostinho Zago culminou na aprovação pelo então ministro da Agricultura de Getúlio Vargas, João Cleofas, para a instauração desse centro. No mesmo ano, sob a égide do Ministério da Agricultura, foi ministrado o Curso de Treinamento em Economia Rural Doméstica, direcionado a 74 alunas e com a duração de um semestre, de agosto a dezembro.

Concebido, a princípio, como uma atividade de extensão, o curso atendia exclusivamente mulheres e estava vinculado à Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário (Seav) do Ministério da Agricultura. Sob a orientação técnica do Padre Zago, que cedeu o prédio para instalação da Escola e também indicou a primeira diretora, dona Aspásia Cunha Campos, o centro iniciou suas atividades. O trabalho de sensibilização realizado entre as famílias das jovens da paróquia foi crucial para a matrícula das alunas.



Figura 1. Alunas em aula de culinária no Colégio de Economia Doméstica Rural Dr. Licurgo Leite, 1961

Fonte: Acervo institucional do IFTM.

O ensino de Economia Doméstica no Brasil emergiu com o propósito de formar donas de casa capazes de gerir os recursos familiares de forma eficiente, alinhando-se aos objetivos do governo para a construção de uma família moderna. A educação feminina assumiu um papel relevante, à medida que a complexidade dos problemas familiares exigia conhecimentos sistematizados para sua adequada solução, conforme relato a seguir.

O curso, de cunho eminentemente prático, preparava as alunas para as tarefas domésticas, abordando disciplinas como Arte Culinária, Indústrias Rurais Caseiras, Corte e Costura, além de noções de Puericultura, Higiene e Enfermagem. A finalidade última do ensino de Economia Doméstica era habilitar as mulheres para a gestão e direção do lar, objetivando proporcionar-lhes as condições necessárias de conforto, higiene e harmonia, fundamentais para o bem-estar familiar.

O Centro de Treinamento em Economia Doméstica e Rural funcionou nos anos de 1953 e 1954, nas instalações cedidas pelo Padre Zago, localizadas na Rua Major Eustáquio, em um sobrado de sua propriedade. Esse período inicial marcou não apenas o surgimento do ensino de Economia Doméstica no contexto brasileiro, mas também o embrião do que viria a se tornar o IFTM/Câmpus Uberaba (Ferreira, 2012).

No ano de 1954, um marco significativo na trajetória educacional brasileira foi estabelecido com a instituição do curso de formação para o magistério em Economia Rural Doméstica na Escola de Economia Rural Doméstica Dr. Licurgo Leite (Eserd). Esse curso, destinado à formação de pessoal docente e administrativo voltado para o ensino agrícola, representou um passo crucial na oferta de uma educação profissionalizante focada nas demandas rurais.

Durante o período de 1954 a 1962, a Eserd expandiu sua oferta acadêmica, passando a oferecer os Cursos de Magistério e de Extensão em Economia Rural Doméstica. O Curso de Magistério, com um currículo de dois anos, visava não apenas transmitir conhecimentos teóricos e práticos, mas também modificar comportamentos tradicionais na vida familiar por meio da fixação de novos saberes. As egressas desse curso, tituladas como licenciadas em Economia Rural Doméstica, estavam aptas a atuar como orientadoras nos cursos de extensão e como professoras nas escolas primárias rurais e de ensino agrícola.

A necessidade de instalações adequadas levou a Eserd a buscar novos espaços físicos. Entre 1955 e 1959, a Instituição funcionou em um prédio alugado na Av. Leopoldino de Oliveira, buscando aprimorar seus cursos e sua infraestrutura. Em 1959, as atividades foram transferidas para o Parque Fernando Costa, inicialmente em um galpão, depois, em 1960, foi realocada para sede própria na Av. Belo Horizonte (atual Av. Edilson Lamartine Mendes), marcando uma nova fase para a Escola.

Em 1963, a Eserd ampliou a oferta educacional, oferecendo o Curso Ginasial, com duração de quatro anos, e o Colegial de Economia Doméstica Rural, com duração de três anos. Nesse contexto de transformações, o Curso de Magistério, em nível de 2º grau, foi descontinuado, refletindo a evolução das demandas educacionais e profissionais da época.

A análise desse período revela que a evolução da educação profissionalizante no Brasil esteve intrinsecamente ligada à modernização e à ideologia do progresso. O surgimento da Eserd evidencia a preocupação em formar uma mão de obra qualificada para atender às demandas agrícolas e domésticas do país, dentro de um contexto de sociedade capitalista em ascensão. A dualidade do sistema educacional brasileiro, com ênfase na educação propedêutica para a elite e no ensino profissional para a classe trabalhadora, revela as tensões e contradições presentes na construção do sistema educacional nacional.

Em 4 de setembro de 1979, a Eserd foi redesignada como Escola Agrotécnica Federal de Uberaba (EAFU), um momento significativo na história da educação agrotécnica na região (Brasil, 1979). O evento simbolizou o início de uma transformação que moldaria o perfil educacional e institucional da área no decorrer das décadas subsequentes.

O ano de 1982 foi particularmente ímpar para a EAFU. Além da mudança de denominação, a Instituição recebeu uma importante doação do município de Uberaba: uma área de 472 hectares destinada à instalação e ao funcionamento da escola-fazenda, posteriormente designada como Unidade I. Essa expansão física gerou uma mudança estrutural e funcional, com a instauração do Curso de Agropecuária, destinado a atender uma demanda emergente na região.

Concomitantemente, o curso de Economia Doméstica, que vinha sendo ministrado, continuou em funcionamento na Unidade II, localizada na Av. Edilson Lamartine Mendes. A transformação do curso colegial de Economia Doméstica em curso técnico, em 1982, coincidiu com a implantação do Curso Técnico em Agropecuária, marcando uma nova fase na oferta educacional da Instituição.

Em 1993, a EAFU estendeu sua oferta educacional ao criar o primeiro curso pós-secundário, o Técnico Especial em Nutrição e Dietética, destinado a alunos que concluíram o 2º Grau. Essa iniciativa demonstrava um compromisso crescente com a diversificação e o

aprimoramento do currículo educacional. Em 1997 e 1998, começou a ofertar os cursos técnicos em Processamento de Dados e em Desenvolvimento de Comunidades na modalidade pós-médio, além das habilitações em Técnico Agrícola em Agroindústria, Agricultura e Zootecnia, período em que também foi extinto o Curso Técnico em Economia Doméstica, pois as demandas político-sociais eram outras.

A consolidação da Instituição como um centro de excelência educacional ocorreu em 18 de agosto de 2002, quando a EAFU foi credenciada como Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet). Foram criados os primeiros cursos superiores: Irrigação e Drenagem, Desenvolvimento Social, Gestão Ambiental, Desenvolvimento de Sistemas e Bacharelado em Zootecnia; e os cursos técnicos de nível médio: Agricultura, Zootecnia, Agroindústria – na modalidade Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) –, Análise e Produção em Açúcar e Álcool, Agropecuária, Desenvolvimento de Comunidades, Informática, Nutrição e Dietética (Sousa, 2005).

No ano de 2008 ocorreu a promulgação da Lei n. 11.892/2008, que criou o IFTM. Com essa mudança, o antigo Cefet passou a ser conhecido como IFTM/Câmpus Uberaba, ampliando seu escopo e sua autonomia institucional. A partir dessa reestruturação, o IFTM/Câmpus Uberaba expandiu significativamente sua oferta educacional, introduzindo novos cursos e programas – com destaque para os cursos de Engenharia Agrônômica e Tecnologia em Alimentos em 2008, seguidos pelas licenciaturas em Ciências Biológicas, Ciências Sociais e Química a partir de 2009. Esse período também foi marcado pelo início do Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos em 2011, consolidando o papel do Instituto como um centro de excelência acadêmica e tecnológica na região do Triângulo Mineiro.

Eu sou servidor aqui do Câmpus Uberaba e atualmente também sou professor do Câmpus Uberaba – Parque Tecnológico. Entrei no ano da implantação do Instituto Federal. Ainda era Cefet. Eu sou aluno da primeira turma de Informática integrada ao ensino médio e, dos meus 30 anos, 16 são aqui dentro. Tudo que tenho hoje, conquistei graças ao Instituto Federal. As pessoas que passaram por aqui me ajudaram e me formaram como pessoa e profissional. Hoje eu trabalho na área que eu amo, na parte de TI, e esse amor eu adquiri

*aqui dentro enquanto era aluno de curso técnico. Eu sou servidor há 11 anos. É graças ao curso que eu fiz aqui dentro. (Thomaz Arnizant)*⁷

O IFTM/Câmpus Uberaba, hoje, oferta cursos técnicos em Administração, Alimentos, Agropecuária, Meio Ambiente e Química, todos integrados ao ensino médio. Licenciaturas em Ciências Biológicas e Química, Bacharelado em Administração, Engenharia Agrônômica e Zootecnia. Pós-Graduações Lato Sensu em Gestão Ambiental, Geoprocessamento e Saneamento Ambiental, Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Educação Profissional e Tecnológica e Produção Vegetal stricto sensu. Em 2023, iniciou-se a primeira turma de doutorado profissional em Educação Tecnológica.

CÂMPUS UBERLÂNDIA

Nos anos finais da década de 1940, os debates sobre a descentralização do ensino no Brasil voltaram à baila, uma vez que a realidade daquele momento demonstrava uma superioridade do discurso político sobre o pedagógico, em que sua consolidação se encontrava entranhada no interior da educação do Brasil.

Naquela década e na seguinte, a expansão uberlandense foi acelerada ainda mais. Com o projeto de construção e a mudança da capital nacional para o planalto central, que se concretizou no ano de 1960, as evidências dessa expansão passaram a ser percebidas. Cheio de um ideário progressista sonhado por seus moradores e governantes, o município de Uberlândia entendeu que deveria acompanhar o sentimento empreendedor característico no país naquele momento, tanto que várias associações de classe, em parceria com o poder público, não mediram esforços para, com ações modernizadoras, colocá-lo na rota do mercado brasileiro, buscando um pioneirismo em atividades diversas.

A Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia (Aciapu), hoje Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (Aciub), demonstra sua preocupação em agir em prol da educação profissional, não medindo esforços em buscar recursos no poder público federal para

⁷ Egresso e servidor do IFTM/Câmpus Uberaba, em testemunhal na ocasião da celebração dos 15 anos de Institutos Federais, em 2023.

a instalação de escolas profissionalizantes capazes de suprir a carência de mão de obra para o setor secundário (indústria), bem como atender ao setor primário (agrícola). O município, em conformidade com política desenvolvida pelo governo federal, não desejava ficar à mercê no setor agrícola e almejava níveis mais altos em sua produção com o emprego de novas tecnologias e uso de equipamentos mais modernos. A instalação de uma Escola Agrícola na cidade passou a integrar esse projeto de crescimento e desenvolvimento da indústria local, inclusive, segundo Nunes (1993), a sua sustentação estava baseada na intenção de tornar Uberlândia numa cidade polo no setor da agroindústria.

Essa preocupação por parte dos dirigentes da Aciapu era fundamentada na ideia de que, no período compreendido entre o Brasil Colônia e o término da Primeira República, a economia brasileira havia crescido e se desenvolvido em virtude da agricultura voltada para o mercado externo. No entanto, com o início da crise mundial do ano de 1929, observou-se uma desvalorização do setor agrícola em razão da introdução de um projeto econômico com intenções de incentivar as importações, propiciando a instalação e criação de um número maior de indústrias.

Nesse cenário e período repleto de turbulências, a Escola Agrícola de Uberlândia foi idealizada e pleiteada por seus políticos, associações e moradores do município. A intenção das lideranças políticas uberlandenses de criar uma instituição de ensino agrícola na cidade já era antiga.

Depois de várias opções de locais terem sido analisadas por essas lideranças, a Fazenda das Sementes – desapropriada da antiga Fazenda Sobradinho – foi escolhida como o local ideal para a instalação da pleiteada escola. Como o estado era o proprietário daquela área, o presidente da Aciapu, Alexandrino Garcia, nomeou duas comissões para visitarem a fazenda e comparecerem à Expozebu em Uberaba, cidade vizinha. Essas comissões foram encarregadas de manifestar ao governador do estado (Juscelino Kubitschek), ao ministro da Agricultura (João Cleofas) e ao presidente da República (Getúlio Vargas) a proposta de doação da fazenda por parte do estado, além do desejo de firmar um acordo envolvendo o estado e a União para a construção da Escola. Esse importante encontro aconteceu no dia 3 de maio de 1953. Em Minas Gerais já haviam sido criadas duas Escolas Agrícolas integradas ao ensino médio: Barbacena (1910) e Florestal (1939). Os idealizadores da criação de uma

Escola Agrícola, baseados no discurso que Uberlândia sempre buscou acompanhar as tendências do Brasil, solicitavam uma atenção maior da cidade para a criação de seu tão sonhado Colégio Agrícola.

Outra preocupação passou a figurar nessa difícil caminhada para a instalação da Escola na cidade. As lideranças políticas uberlandenses recebiam que essa ideia fosse transferida para sua cidade vizinha, Uberaba/MG, sua “rival” em várias outras situações. Havia um clima exagerado de rivalidade entre os dois municípios, tanto que a sociedade uberlandense cobrava uma atitude maior da elite política para que não fosse permitida a transferência dessa escola para Uberaba e, caso isso se confirmasse, poderia transparecer que os políticos de Uberlândia seriam adversários da cidade.

Após várias reuniões e manobras políticas, em 21 de outubro de 1957 foi assinado o acordo, visando à construção da Escola Agrotécnica de Uberlândia, representado respectivamente pelo ministro da Agricultura, Mário Meneghetti, e o deputado federal Rondon Pacheco, que já tinha assinado com ex-ministro da Agricultura João Cleofas um compromisso de convênio em dezembro de 1953, garantindo a destinação de verbas para a construção da Escola Agrotécnica de Uberlândia.

Em fevereiro de 1964, todas as Escolas voltadas para o ensino de Iniciação Agrícola, as Agrícolas e as Agrotécnicas, por meio do Decreto n. 53.558/1964, tiveram suas respectivas denominações alteradas (Brasil, 1964). Dessa forma, mesmo sem ser instalada e inaugurada, a Escola Agrotécnica de Uberlândia teve sua denominação alterada para Colégio Agrícola de Uberlândia (CAU). Entretanto, as obras do prédio principal somente foram concluídas em 1967, sem ainda contar com equipamentos, mobílias e com as obras das outras instalações em ritmo lento, impedindo a inauguração do Colégio Agrícola.

Conforme o Termo de Acordo, o Ministério da Agricultura responsabilizou-se somente pela instalação e criação do Colégio. O primeiro Termo de Acordo (1957 a 1962) havia estabelecido, para esse Ministério, a responsabilidade pelo acompanhamento da instalação da Escola durante sua vigência, e na renovação, no dia 20 de novembro de 1962, o prazo foi estendido por mais cinco anos. Logo após sua instalação, a incumbência de coordenar o término dos trabalhos, bem como a organização das áreas pedagógica, administrativa e financeira foi transferida

para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), no Decreto n. 60.731, de 19 de maio de 1967 (Brasil, 1967).

O *Jornal Correio de Uberlândia* possibilita-nos afirmar que o Colégio Agrícola de Uberlândia foi inaugurado oficialmente no dia 26 de outubro de 1967, com as presenças do ministro da Agricultura, Ivo Arzua, do ministro da Educação, Tarso Dutra, do presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), do senador Dix-Huit Rosado, do ministro da Casa Civil, o uberlandense Rondon Pacheco, e do diretor do Inda, o também político uberlandense Virgílio Galassi (SERÁ [...], 1967). Entretanto, cabe ressaltar que o Colégio Agrícola de Uberlândia foi inaugurado nessa data, porém não em condições de iniciar as suas atividades. Entendemos que foi um marco político, uma vez que a responsabilidade de dar continuidade a sua instalação passou do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação. As obras de construção levaram 12 anos para serem concluídas por causa da escassez de fundos e das frequentes trocas de governo.

No dia 13 de abril de 1969, o Colégio Agrícola de Uberlândia foi “inaugurado” novamente em instalações ainda inacabadas, mas com verba liberada para prosseguimento das obras. Finalmente, no dia 4 de agosto do ano corrente, aconteceu a aula inaugural da primeira turma do Curso Técnico em Agropecuária do Colégio Agrícola de Uberlândia, composta por 55 alunos de diversas regiões do país (Rondom [...], 1969).



Figura 2. Cerimônia de plantio de árvores por estudantes da 1ª turma do Curso Técnico em Agropecuária do Colégio Agrícola de Uberlândia, 1972

Fonte: Acervo institucional do IFTM.

Esse curso foi referência na Instituição até meados da década de 2000, quando se criou o Curso Técnico em Agropecuária com duração de três semestres letivos, direcionado aos alunos com o segundo grau completo.

Atestamos pelo depoimento transcrito a seguir que, para além de marcar a história da cidade, também foi um marco na vida das pessoas que por lá passaram.

Foi dentro do IF que eu entendi que eu tinha oportunidade, eu tinha espaço pra viver as minhas aptidões, pra entender no que eu era boa e o que eu ainda precisava melhorar pra aprimorar minhas inclinações e descobrir o que eu precisava de mudança, o que eu poderia aflorar dentro de mim. Foi lá também que eu entendi que eu era capaz de grandes conquistas, academicamente falando e pessoalmente também, como consequência.
(Flávia Silva)⁸

Hoje, o IFTM/Câmpus Uberlândia oferece os cursos: integrados ao ensino médio (período integral) em Agropecuária, em Internet das Coisas (IOT), em Alimentos e em Meio Ambiente; subsequente em Agropecuária (turmas matutinas e vespertinas); de formação continuada na área de Línguas no Centro de Idiomas (Cenid) com os idiomas de Espanhol, Francês, Inglês e Português como Língua Adicional (em Rede); Proeja em parceria com a Escola de Educação Básica (Eseba) da UFU (ensino fundamental II integrado com o Curso de Auxiliar Administrativo); de bacharelado (Engenharia Agrônômica e Engenharia de Alimentos); de tecnologia (Tecnologia em Alimentos); e Especialização em Ensino de Ciências e Matemática e em Controle de Qualidade em Processos Alimentícios.

CÂMPUS ITUIUTABA

Inicialmente, o IFTM/Câmpus Ituiutaba era uma extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba, uma Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) do Cefet/Uberaba. Com as chamadas

⁸ Egressa do IFTM/Câmpus Uberlândia, em testemunhal na ocasião da celebração dos 15 anos de Institutos Federais, em 2023.

públicas n. 1 e 2/2007 do MEC/Setec, que visavam acolher propostas de implantação de novas unidades de instituições federais, a sociedade ituiutabana uniu esforços para apresentar o projeto de câmpus. O esforço, sobretudo com as doações da prefeitura, foi recompensado com a melhor classificação no estado de Minas Gerais.

O primeiro diretor-geral, Marco Antônio Maciel Pereira, tomou posse no dia 6 de fevereiro de 2009, sendo as atividades acadêmicas e administrativas iniciadas antes da conclusão das instalações do câmpus, notadamente com o lançamento do Curso Técnico em Informática. Essa iniciativa foi viabilizada por meio de uma parceria estabelecida com a prefeitura municipal, que emprestou salas de aula na Escola Municipal Machado de Assis e contratou professores. Em 15 de março de 2009, ocorreu o primeiro processo seletivo do IFTM/Câmpus Ituiutaba, direcionado especificamente para o Curso Técnico em Informática. Um total de 48 candidatos participaram do processo seletivo, concorrendo às 30 vagas disponíveis. Além disso, a direção teve que comandar uma licitação para prover todo o Câmpus com móveis e equipamentos.

O semestre letivo inaugural do curso de Informática teve início em 13 de abril de 2009. E, ainda no mesmo ano, houve processos seletivos para Informática, Técnico em Agroindústria e a primeira turma de pós-graduação lato sensu – Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Proeja. De acordo com Marco Maciel,⁹ “O sucesso e qualidade do câmpus ficou evidente quando, nos primeiros anos, as turmas de ensino médio ficaram em primeiro lugar na nota do ENEM, em Ituiutaba, superando até as escolas particulares”.

O IFTM/Câmpus Ituiutaba, localizado na Rua Córrego do Pirapitinga, no Bairro Novo Tempo II, com uma área total de 1.660.901 metros quadrados, foi uma doação da prefeitura municipal. O espaço construído, dividido em blocos, tem aproximadamente 4.000 metros quadrados, contando com laboratórios, biblioteca, auditório, refeitório, salas de aula e salas administrativas. Entre os anos de 2012 e 2023, o Câmpus Ituiutaba passou por expansões com adições de salas de aula, construção de ginásio poliesportivo, laboratórios e outras benfeitorias.

⁹ Depoimento de Marco Antônio Maciel Pereira – primeiro diretor do IFTM/Câmpus Ituiutaba, atualmente é professor no IFTM/Câmpus Uberaba – Parque Tecnológico.

Atualmente, o IFTM/Câmpus Ituiutaba oferta os cursos: técnicos concomitantes ao ensino médio em Administração e em Eletrotécnica; técnicos integrados ao ensino médio em Agricultura, em Agroindústria, em Eletrotécnica, em Informática e em Química; Bacharelado em Administração e em Ciência da Computação; Tecnologia em Alimentos, em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Automação Industrial e em Processos Químicos; Especialização em Ciências Ambientais, Higiene e Segurança Alimentar e Novas Tecnologias Aplicadas à Educação; e os cursos de idiomas do Cenid.

CÂMPUS PARACATU

Semelhante ao Câmpus Ituiutaba, a Uned de Paracatu, do Cefet/Uberaba, ficou em segundo lugar na classificação dos melhores projetos do estado de Minas Gerais em 2007, durante o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, por meio da Chamada Pública MEC/Setec n. 1/2007, sendo autorizada sua criação.

Com o início das atividades em 2008, o Câmpus ofereceu os cursos técnicos de nível médio em Informática e Eletrônica, na forma de concomitância interna, ambos no período diurno e com o total de 120 e 80 vagas respectivamente. A inauguração oficial aconteceu em Brasília, pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 1º de fevereiro de 2010, entretanto a estrutura física própria só foi inaugurada em 26 de fevereiro de 2010.

Elevado à condição de Câmpus Paracatu no ano corrente da inauguração, passou também a oferecer os cursos integrados ao ensino médio. No segundo semestre desse ano, deu-se início ao Técnico em Comércio, no formato concomitante. No primeiro semestre de 2011, iniciou-se o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. No primeiro semestre de 2016, teve início o curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica, seguido, em julho de 2017, pelo de Licenciatura em Matemática.

Entre 2014 e 2018, o Câmpus Paracatu passou por uma expansão significativa, incluindo melhorias no ginásio poliesportivo e no almoxarifado. Em 2017, ocorreu a reestruturação completa das instalações, com a adição de duas salas de aulas, 11 laboratórios e a biblioteca.

Atualmente, o IFTM/Câmpus Paracatu registra mais de 1400 alunos matriculados em quatro cursos técnicos – Eletrônica, Informática, Administração e Manutenção e Suporte em Informática –, bem como em três cursos superiores – Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Engenharia Elétrica e Matemática, além dos cursos de idiomas do Cenid.

CÂMPUS PATROCÍNIO

Na localidade de Patrocínio, no Alto Paranaíba, o IFTM deu início às suas operações como polo vinculado ao Câmpus Uberaba, em 3 de agosto de 2009, por meio da celebração do Termo de Mútua Cooperação firmado entre a Prefeitura Municipal de Patrocínio e o IFTM, com o intuito de implementar o Curso Técnico em Informática. Situado na Av. Líria Terezinha Lassi Capuano, no Bairro Universitário, em uma área de três hectares concedida pela Fundação Comunitária Educacional e Cultural de Patrocínio, sua infraestrutura foi inaugurada em fevereiro de 2010, em parceria com a prefeitura municipal.

No mesmo período, o polo foi elevado à categoria de Câmpus Avançado, expandindo suas atividades para incluir os cursos Técnicos em Eletrônica e em Contabilidade e o superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. No ano de 2013, mediante a Portaria MEC n. 330, de 23 de abril de 2013, o Câmpus Avançado Patrocínio foi oficialmente autorizado a operar, integrando-se, dessa maneira, à nova estrutura organizacional do IFTM como um de seus câmpus.

Essa conquista inaugurou novas perspectivas, resultando na criação, em fevereiro de 2014, de três cursos técnicos integrados ao ensino médio: Administração, Eletrônica e Manutenção e Suporte em Informática. Simultaneamente, foi estabelecido outro curso superior de tecnologia, o de Gestão Comercial. Na parte estrutural, o Câmpus passou por reformas nos anos 2012 e 2013, com obras para a construção de 15 salas de aula e uma cantina, além de melhorias na iluminação, paisagismo e urbanismo.

Em 2015, foi instituída a Unidade Gestora (UG), conferindo ao IFTM/Câmpus Patrocínio autonomia administrativa em relação ao Câmpus Uberaba, capacitando-o a conduzir suas próprias licitações e gerir suas finanças de maneira independente. Em 2017 e 2018, respectivamente, os programas de Graduação em Engenharia Elétrica e

Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Negócios foram incorporados ao rol de programas oferecidos pelo IFTM/Câmpus Patrocínio. No ano de 2020, esse Câmpus interrompeu a oferta do curso técnico em Manutenção e Suporte em Informática integrado ao ensino médio, e introduziu outras duas opções nessa modalidade: os cursos técnicos em Contabilidade e Informática integrados ao ensino médio.

Em plena pandemia de covid-19, em junho de 2021, foi inaugurada a ampliação do IFTM/Câmpus Patrocínio, que englobou duas salas de aulas, laboratório e espaço de convivência anexo à cantina. A obra foi realizada com recursos da prefeitura municipal.

No momento atual, o IFTM/Câmpus Patrocínio oferta os seguintes cursos: técnico concomitante ao ensino médio em Administração, em Agronegócio, em Agropecuária, em Contabilidade, em Eletrotécnica e em Manutenção e Suporte em Informática; técnicos integrados ao ensino médio em Administração, em Contabilidade, em Eletrônica e em Informática; Bacharelado em Engenharia Elétrica; tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Gestão Comercial; especialização em Gestão Estratégica de Negócios; além dos cursos de idiomas do Ceníd.

CÂMPUS UBERLÂNDIA – CENTRO

A história do IFTM/Câmpus Uberlândia – Centro inicia-se com o Programa de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica (Proep), por meio do Convênio n.192/1999/Proep, da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Uberlândia (Fade) e da Prefeitura Municipal de Uberlândia para a criação do Centro de Excelência Empresarial em Serviços de Uberlândia.

O Centro de Excelência Empresarial em Serviços de Uberlândia foi criado e sediado em um terreno com área de 4.370 metros quadrados, na Rua Blanche Galassi, Bairro Morada da Colina. A seguir, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Uberlândia construiu um imóvel de 2.226 metros quadrados para sediar o referido Centro. Essa mesma Fundação era responsável pela criação de cursos, além do desenvolvimento e da condução de seus aspectos técnicos-pedagógicos, como previsto no Proep em convênios celebrados com Organizações não Governamentais (ONGs).

Em abril de 2008, constituiu-se o Grupo de Trabalho, cuja atribuição era avaliar os resultados de execução Proep quanto aos seus aspectos técnicos-pedagógicos, especialmente nos convênios celebrados como ONGs, em atendimento ao disposto na Portaria Ministerial n. 376, de 2 de fevereiro 2005, do Ministério da Educação. A Escola Agro-técnica Federal de Uberlândia foi uma das instituições designadas para compor esse Grupo de Trabalho no ano de 2008, e a servidora Zilda Corrêa de Lacerda foi nomeada para compô-lo, o qual foi coordenado e supervisionado pela Diretoria de Articulação e Projetos Especiais da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec).

Em dezembro de 2009, como resultado do estudo desenvolvido pelo Grupo de Trabalho, foi criado o Núcleo Avançado de Uberlândia vinculado ao IFTM, mediante celebração do Termo de Compromisso entre o Ministério da Educação, por intermédio da Setec com a Fade, a Prefeitura Municipal de Uberlândia, o IFTM e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Esse Termo foi assinado e publicado no Diário Oficial da União em 2009. Dessa forma, o Núcleo Avançado de Uberlândia, vinculado ao IFTM, incorporou o Centro de Excelência Empresarial em Serviços de Uberlândia, sendo compromisso dos partícipes a mútua e ampla colaboração para implementar ações, somando e convergindo esforços, mobilizando recursos, agentes e trabalhos, com vistas à implementação desse Núcleo.

Em fevereiro de 2010, o Núcleo Avançado de Uberlândia foi inaugurado, com o nome de Câmpus Avançado Uberlândia – IFTM. A partir de então, o IFTM inicia a execução anual do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2010) e o Câmpus Uberlândia passa a ofertar, no espaço físico do Câmpus Avançado Uberlândia, no 1º semestre letivo de 2010, o curso de Tecnologia em Sistemas para Internet, no período noturno. Sendo a servidora Zilda Corrêa de Lacerda nomeada diretora do Câmpus Avançado Uberlândia com o planejamento de ofertar cursos nas áreas de logística e de licenciatura. No dia 24 de abril de 2013, foi publicada a Portaria n. 330, do Gabinete do Ministro da Educação, autorizando a transformação do Câmpus Avançado para IFTM/Câmpus Uberlândia – Centro.

Presentemente, é o único Câmpus do IFTM em que a direção é feita por uma mulher, pela professora Lara Kuhn, que, em depoimento, descreve os desafios pelos quais passou até assumir o cargo de diretora-geral pela segunda vez:

Quando decidi candidatar-me à Direção Geral do Câmpus Uberlândia – Centro, um fato marcante foi ter sido chamada de “aventureira”. O conceito a mim atribuído foi pejorativo, mas sempre o carreguei como forma de incentivo. Ser professora pra mim é uma grande aventura. Iniciei minha primeira gestão durante a pandemia, foram dias extremamente exaustivos e de muita luta, no entanto conseguimos nos “aventurar” em meio às dificuldades e continuar com a educação de qualidade de nossa Instituição. Durante os primeiros dois anos da gestão, conseguimos dobrar a oferta de vagas, revitalizamos nosso Câmpus, investimos em obras e tecnologia, melhoramos nosso atendimento especializado aos estudantes PCDs e avançamos em processos administrativos e pedagógicos. Em meio à pandemia, também fomos capazes de continuar com as aulas, assistir nossos estudantes e redesenhar projetos de ensino, pesquisa e extensão para que continuassem a ser desenvolvidos. Ser a única diretora do IFTM trouxe-me muitas reflexões sobre os espaços ocupados pelas mulheres. Percebo que fui reconhecida pelo meu trabalho e pela minha capacidade, a despeito do gênero. Ser a primeira diretora eleita da Instituição representa muitas conquistas para outras mulheres que desejam se aventurar e desbravar um universo que lhes é negado historicamente. Minha aventura continua, pois fui reeleita para o segundo mandato. Neste momento, sinto que meu trabalho foi consolidado e que minha responsabilidade e compromisso são cada vez maiores, pois há muito o que se fazer. Para além do trabalho que dedico à minha Instituição, desejo que minha história no IFTM incentive a aventura de outras mulheres e que elas possam estar onde elas desejam estar. (Lara Kuhn)¹⁰

Na atualidade, esse Câmpus oferece cursos: técnico concomitante ao ensino médio em Redes de Computadores; técnicos integrados ao ensino médio em Comércio, em Desenvolvimento de Sistemas e em Programação de Jogos Digitais; Licenciatura em Computação, Graduação em Logística, em Sistemas para Internet e em Marketing; especialização

¹⁰ Depoimento de Lara Brenda Campos Teixeira Kuhn, professora e atual diretora-geral do IFTM/Câmpus Uberlândia – Centro.

em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar e em Tecnologias, Língua e Mídias em Educação; e cursos de idiomas do Cened.

CÂMPUS PATOS DE MINAS

No dia 1º de dezembro de 2011, ocorreu uma audiência pública para apresentar a proposta de estabelecimento do câmpus em Patos de Minas. O evento teve lugar no saguão da Cidade Administrativa, com a participação de autoridades municipais, líderes, educadores e alunos. A audiência pública evidenciou a preferência da comunidade patense pelo curso de Eletrotécnica, conforme revelado em uma pesquisa conduzida pela Associação Comercial e Industrial de Patos de Minas (Acipatos) entre seus associados. O curso de Eletrotécnica foi o mais mencionado, conforme indicado no Ofício n. 27/2011, de 16 de dezembro de 2011, que aborda a pesquisa de “Sugestões de cursos para o IFTM/Câmpus Patos de Minas” (Silveira, 2016).

No dia 23 de abril de 2013, o Ministério da Educação emitiu a Portaria n. 330, que versa sobre a autorização de operação do IFTM/Câmpus Patos de Minas. No entanto, a inauguração oficial do Câmpus de Patos de Minas ocorreu apenas em 2 de setembro de 2013, marcando o início das atividades acadêmicas com os Cursos Técnicos em Eletrotécnica e Logística de Nível Médio, na modalidade concomitante.

O prédio do IFTM/Câmpus Patos de Minas foi adquirido em 2012, com apoio do MEC, uma área com 21 hectares e 3.300 metros quadrados de área construída. Em 2014, foram estabelecidos os cursos técnicos de nível médio na modalidade a distância em Administração, Informática para Internet e Segurança do Trabalho. No mesmo ano, tiveram início as atividades do Cened, oferecendo cursos de língua Espanhola e Inglesa. O curso técnico de nível médio, na modalidade concomitante em Mineração, foi introduzido em 2015. Além disso, simultaneamente, foram implementados os cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada de Eletrotécnica e Logística. O Câmpus passou por reformas em 2016 e 2017, sendo acrescidas dez salas de aula e seis laboratórios, além de melhorias da estrutura elétrica.

Foi com o passar do tempo que percebi que o IF era mais que uma escola simplesmente preparatória para o vestibular ou mesmo preparatória para o

mercado de trabalho. Eu fui percebendo que os professores se importavam realmente com a gente, que lá nós teríamos oportunidades que em outras escolas nós nem pensaríamos ter. Foi assim que eu fui me conectando cada vez mais. [...] E eu gostaria de agradecer muito por ter tido essa oportunidade, por ter encontrado um lugar onde eu me sinta tão realizada e tão feliz quanto o IFTM. (Giulia Bernard)¹¹

Atualmente, esse Câmpus oferece os cursos listados a seguir: técnico concomitante ao ensino médio em Eletrotécnica e em Mineração; técnico integrado ao ensino médio em Agrotécnica, em Eletrotécnica, em Logística e em Mineração; Bacharelado em Administração e os cursos de idiomas do Cénid.

Objetivando aprimorar a administração dos cursos oferecidos a distância pelo IFTM, em agosto de 2014 foi elaborado um projeto visando à criação do Centro de Referência em Educação à Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Alinhado ao plano de ampliação da infraestrutura tecnológica do governo federal, esse projeto foi substituído pelo plano de criação do Câmpus Avançado Uberaba Parque Tecnológico do IFTM.

O Câmpus foi instituído em setembro de 2014, por meio da Portaria n. 188/2014, e teve seu funcionamento validado em janeiro de 2015, conforme a Portaria n. 89/2015. Sua implantação foi dividida em duas unidades: na antiga Unidade I do Câmpus Uberaba, no Parque das Américas, em que funciona a Unidade II, e na Univerdecidade, que passou a abrigar a Unidade I do IFTM/Câmpus Avançado Uberaba Parque Tecnológico.

Inicialmente, o Câmpus ficou responsável por todos os cursos oferecidos na modalidade a distância, sendo: técnico em Automação Industrial, em Eletroeletrônica, em Administração, em Serviços Públicos, em Segurança do Trabalho, em Informática para Internet, em Edificações; Licenciatura em Letras, em Computação e em Matemática; Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos. E os cursos presenciais da área de Computação que

¹¹ Estudante do IFTM/Câmpus Patos de Minas, em testemunhal na ocasião da celebração dos 10 anos de Institutos Federais, em 2018. Esse depoimento foi extraído de Almeida (2019).

antes eram ofertados pelo Câmpus Uberaba: Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Engenharia da Computação; e Técnico Integrado ao Ensino Médio em Manutenção e Suporte em Informática.

Recentemente, em maio de 2024, um marco na Instituição foi que o IFTM alterou a tipologia de Câmpus Avançado Uberaba Parque Tecnológico passando para Câmpus, sendo oficializada por meio da Portaria MEC n. 411. O novo enquadramento permite à unidade de ensino ter mais autonomia administrativa e financeira para gerir e executar seus processos, definição e captação de recursos e aplicabilidade. Além disso, oportuniza à estrutura organizacional ampliar o quadro de servidores.

Nos dias de hoje, os cursos ofertados por esse Câmpus são: técnico integrado ao ensino médio em Computação Gráfica, em Desenvolvimento de Sistemas, em Eletrônica e em Manutenção e Suporte em Informática; Bacharelado em Engenharia de Computação; Graduação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; especialização em Ciências de Dados, em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica e Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva; Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (Profept). Além de sediar os cursos em educação a distância (UAB) em Licenciatura em Computação, Letras – Língua Portuguesa e Matemática, atendendo aos polos de Araguari, Araxá, Coromandel, Divinópolis, Frutal, Igarapava, Ituiutaba, João Pinheiro, Lagamar, Nova Serrana, Paracatu e Uberaba.

CÂMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE

A história do IFTM/Câmpus Avançado Campina Verde inicia por meio de uma cooperação técnica entre o município de Campina Verde e o IFTM, e é instituído pela Portaria n. 505, de 10 de junho de 2014, com o intuito de ofertar cursos profissionalizantes. Primeiramente, o Câmpus Ituiutaba ficou responsável pelo polo presencial no ano de 2010 e, a partir de 2015, a Instituição foi vinculada diretamente à Reitoria, ofertando os cursos técnicos em Agropecuária e Informática.

A implantação foi viável em virtude da doação no valor de R\$ 2,2 milhões para a área de funcionamento do Câmpus pela Prefeitura Municipal de Campina Verde. O imóvel está localizado na região rural do município, com área total de 600.000 metros quadrados, atualmente com 1981 metros quadrados de área construída. Nos anos de 2014

e 2018, o Câmpus foi objeto de estudos e projetos concernentes à esfera ambiental, assim como foi alvo de iniciativas visando à adequação do sistema hidrossanitário. Além disso, foram realizadas intervenções destinadas à manutenção da pintura e à atualização das instalações elétricas do edifício.

Em 2023, a Instituição passou a ofertar oficialmente os cursos técnicos integrados ao ensino médio nas áreas de Agronomia e Informática em parceria com a prefeitura municipal, que cedeu professores para lecionarem o ensino médio no IFTM. A parceria entre as duas instituições oportuniza aos estudantes obter uma formação mais completa e estar preparados para ingressar no mercado de trabalho após a conclusão do curso.

O IFTM/Câmpus Avançado Campina Verde oferta os seguintes cursos: técnico concomitante ao ensino médio em Administração, em Agropecuária e em Informática; técnico integrado ao ensino médio em Agropecuária e em Informática; formação inicial continuada em Agente de Desenvolvimento Cooperativista; especialização em Tecnologias Digitais na Prática Pedagógica.

POLOS PRESENCIAIS

Alguns aspectos justificam a escolha de cidades que recebem os polos presenciais do IFTM: arranjos produtivos locais, abrangência geográfica dos municípios e engajamento das esferas política e da sociedade civil organizada. Posteriormente, a transição de polo presencial para câmpus quase sempre é natural. A exemplo, citamos o Câmpus Patos de Minas, no qual era ofertado o Curso Técnico em Informática em colaboração com a prefeitura, que disponibilizava a infraestrutura física e de pessoal, e a Instituição fornecia a parte pedagógica, assim, em 2013, passou a integrar os câmpus do IFTM.

Na atualidade, o IFTM atua em polos presenciais em três municípios. Desde 2017, o Polo João Pinheiro, vinculado ao Câmpus Paracatu, oferta o Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, além dos cursos de idiomas do Cenid. Em 2018, foi estabelecido o Polo Ibiá, anteriormente vinculado ao Câmpus Ituiutaba – que até o segundo semestre de 2020 disponibilizava os cursos técnicos concomitantes ao ensino médio em Informática, Contabilidade e Eletrotécnica –,

e a partir de 2021 foi vinculado ao Câmpus Patrocínio, passando a oferecer os cursos técnicos concomitantes ao ensino médio em Administração, Agronegócio e Manutenção e Suporte em Informática. Em 2022, o Polo Coromandel, associado ao Câmpus Patrocínio, passou a ofertar os cursos técnicos em Agropecuária Concomitância Externa e em Agronegócio Concomitância Externa, além de cursos de idiomas do Cenid.

Ressalta-se que a principal contribuição das comunidades que acomodam os polos presenciais é oferecer espaço físico e apoio aos estudantes da região, mantendo as instalações físicas necessárias, laboratórios, biblioteca, dentre outras. Dessa forma, os polos presenciais desempenham importantes papéis na região, funcionando como unidades descentralizadas do IFTM no processo de ensino-aprendizagem e formação profissional.

REITORIA

Conforme pontuado anteriormente, há uma certa rivalidade entre as duas maiores cidades do Triângulo Mineiro, Uberaba e Uberlândia, sendo a primeira a mais antiga e a segunda, originalmente um povoado pertencente a Uberaba, foi emancipada em 1888 – tendo, agora, o dobro de habitantes de sua vizinha. Durante a época da chamada pública para a transformação em Instituto Federal, em 2007, a Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia demonstrou certa resistência em concordar que a sede da Reitoria fosse estabelecida em Uberaba. Infere-se que as Escolas receavam a perda de poder e, principalmente, de autonomia.

Após acordos políticos, as instituições, Cefet/Uberaba e Escola Agrotécnica de Uberlândia, concordaram em se unir para enviar a proposta conjunta ao MEC, culminando na criação do IFTM por meio da Lei n. 11.892 (Brasil, 2008). No dia 9 de janeiro de 2009, a Portaria n. 36 do Ministério da Educação nomeava o então diretor do Cefet/Uberaba, Eurípedes Ronaldo Ananias Ferreira, reitor *pro tempore* do IFTM, tendo ocupado o cargo por dois anos. Como ainda não tinha sede própria, em março de 2009 a reitoria foi inicialmente localizada na Rua Tupaciguara, Bairro São Benedito. Na recém-criada Instituição, os anos seguintes foram de muito trabalho para estruturá-la e, para tanto, foram definidas as pró-reitorias que conduziriam as atividades de implantação e expansão do IFTM: Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Ensino,

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

De 2010 a 2012, a Reitoria passou a ocupar um imóvel na Rua Barão do Rio Branco, Bairro São Benedito. A sede oficial foi inaugurada oficialmente em 18 de dezembro de 2013, localizada na Av. Randolpho Borges Júnior, Bairro Univerdecidade. A construção da sede da Reitoria do IFTM só foi possível mediante a cessão de espaço pela Prefeitura Municipal de Uberaba em 2009, com início das obras em fevereiro de 2010.

Em 2011 foi eleito e nomeado Roberto Gil Rodrigues Almeida como reitor, que permaneceu no cargo por dois mandatos de quatro anos, 2011-2015 e 2015-2019. A equipe gestora, tendo as metas propostas pelo PDI da Instituição, buscou trabalhar em cada um dos câmpus e na Reitoria para a consolidação, expansão e interiorização da oferta educacional, bem como para a melhoria da qualidade da ação institucional na integração de ações de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional. Nessas ações, a equipe gestora dedicou-se a estruturar a expansão do ensino técnico e tecnológico – incluindo o ensino superior e Proeja –, de novos cursos na modalidade Proeja FIC e da ampliação da educação a distância, bem como para a oferta do primeiro curso de pós-graduação stricto sensu, aumentando o número de bolsas ofertadas e incentivando a realização de eventos e linhas de pesquisa específicas para a inovação tecnológica, de modo a estender a iniciação científica e tecnológica para todos os câmpus do Instituto. Dessa maneira, foram propostos novos programas de extensão, estruturaram-se os programas de assistência estudantil, a articulação, o apoio e o acompanhamento das atividades relativas à permanência e ao êxito dos estudantes nos câmpus. Entre as principais metas propostas e os objetivos apresentados no PDI do IFTM, destacam-se: a oferta, o acesso e a melhoria das condições do ensino e a verticalização da educação profissional e tecnológica. Tais objetivos foram atingidos tanto pela ampliação da oferta de cursos quanto nos diferentes níveis e modalidades nas quais foram disponibilizados.

Em cerimônia realizada no MEC em dezembro de 2019, tomou posse como reitora do IFTM, 2019-2023, a professora Deborah Santesso Bonnas. No início de sua gestão, enfrentou alguns percalços,

como os dois anos da pandemia de covid-19, que colocaram todos em uma situação emergencial, com impactos físicos, psicológicos e sociais. Apesar dessa situação atípica, cujos reflexos reverberam até hoje, o IFTM foi um catalisador de desenvolvimento humano. Ao desafiar os limites da inovação tecnológica e criativa, promoveu ações estratégicas de permanência e êxito, inclusivas, de fomento e conhecimento científico, empreendedorismo e tecnologias sustentáveis. Durante esse período, importantes orientações foram dadas por meio de instruções normativas que dispunham sobre: medidas e cuidados básicos de prevenção e enfrentamento ao coronavírus, a suspensão temporária das atividades presenciais, acadêmicas e administrativas, sendo substituídas por atividades remotas, digitais ou não, em todas as unidades da Instituição, o empréstimo de equipamentos de informática a estudantes e servidores, fornecendo condições para continuarem a desenvolver suas atividades, o protocolo de biossegurança para retorno às atividades semipresenciais e presenciais no âmbito do IFTM, a designação de servidores para compor os Comitês de Crise Locais, dentre outras. Há que se enfatizar a celebração do Termo de Cooperação entre o IFTM e a Embrapii, com duração de três anos, que de pronto realizou quatro cursos de capacitação e atividades de prospecção de empresas para projetos e introdução à Propriedade Intelectual. Muitas metas do PDI foram alcançadas com alguns programas finalísticos do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 do governo federal e, apesar de cortes e contingenciamentos orçamentários, foi possível avançar em alguns pontos. Houve a implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), o fortalecimento e a atuação dos Núcleos de Estudos de Diversidade, Sexualidade e Gênero (NEDSEG), Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) e Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne), promovendo ações e aportes de recursos institucionais à consecução das políticas propostas e apoiando a comunidade (IFTM, 2024a). Ainda, o IFTM manteve e aprimorou a qualidade das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão, trabalhou para o fortalecimento dos Conselhos, com a implementação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), que existia apenas de forma documental, e no fortalecimento do Conselho Superior (Consup) e dos Conselhos Gestores dos câmpus. Destaca-se também a criação e disponibilização da plataforma IFTM

Participa, por meio da qual toda a comunidade tem a possibilidade de contribuir na elaboração de documentos e atos normativos internos.

Em janeiro de 2024, assumiu o cargo de reitor o professor Marcelo Ponciano da Silva, eleito pela comunidade acadêmica da Instituição para o período de 2024-2027. Nesse ínterim, seguindo o projeto de expansão do governo federal, o Câmpus de Sete Lagoas passou a integrar os câmpus do IFTM e houve a alteração da tipologia para Câmpus Uberaba – Parque Tecnológico. Ademais, também tiveram início as leituras, discussões e os estudos acerca do Regimento Geral da Instituição, com a finalidade de revisão, ajustes e atualizações em uma construção colaborativa de docentes, discentes e técnicos administrativos.

O IFTM HOJE – INDICADORES ATUAIS E PERSPECTIVAS DE EXPANSÃO

Numa instituição com atuação tão abrangente e por um período tão significativo, é impossível registrar cada movimento de forma a se fazer justiça a todos que participaram da construção de sua história. Ainda assim, cabem alguns destaques relativos à relevância do IFTM e às contribuições no desenvolvimento de sua comunidade acadêmica e das localidades onde marca presença.

Segundo a plataforma Governança em Prática (GEP), ferramenta de indicadores desenvolvida no IFTM para a apresentação de dados institucionais desde 2023, as unidades contam com cerca de 12 mil estudantes matriculados. Destes, 46,7% se autodeclararam pretos ou pardos, 45% brancos, 2,8% amarelos, 0,1% indígenas e 5,4% não declararam essa informação. Em 2024, a força de trabalho é composta por 1.100 servidores, sendo 568 docentes e 532 técnicos administrativos.

No decorrer dos anos como um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, o IFTM fez parte de importantes ações, projetos e programas educacionais nacionais e internacionais, por meio da oferta de cursos ou disponibilização de talentos de sua comunidade acadêmica. Ressaltam-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB),

o Projeto Rondon, o Programa Novos Caminhos, o Projeto Práticas e Habilidades Interpessoais para uma Rede Voltada à Inovação na América Latina (Lapassion), o Programa Nacional Mulheres Mil com cursos voltados a mulheres em condição de vulnerabilidade social, além de dezenas de iniciativas da própria Instituição, por meio de seus projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Segundo avaliação do Ministério da Educação, em 2021 a Instituição alcançou a nota 4 de 5 no Índice Geral de Cursos (IGC), indicador referente ao desempenho das instituições que ofertam ensino superior. Ainda, de 2014 a 2023, foram registrados no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi) 47 softwares desenvolvidos no IFTM, o que garantiu à Instituição a 37ª colocação no ranking nacional de registros de software do Inpi em 2023 (IFTM, 2024b).

Em 2013, destaca-se a criação do Centro de Idiomas (Cenid), que começou as atividades com 350 estudantes, por meio da oferta de cursos de Espanhol, Francês, Inglês, Libras e Português para estrangeiros, atendendo tanto à comunidade interna quanto externa, com cerca de 1.800 estudantes por ano e atividades em todas as unidades. Salienta-se que, desde 2018, o IFTM foi responsável pelo envio de 93 estudantes para programas de intercâmbio cultural em países de línguas espanhola, francesa e inglesa – Canadá, Chile, Estados Unidos, País de Gales, Argentina, Inglaterra, França, Nova Zelândia, Espanha, África do Sul e Singapura. A Instituição também recebeu mais de 20 intercambistas por meio de ações do Cenid.

Entre 2021 e 2023, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), a Unidade Embrapii Soluções Agroalimentares, polo de inovação instituído no IFTM/Câmpus Uberaba, firmou parcerias com 13 empresas no desenvolvimento de 11 projetos de inovação com investimentos da ordem de R\$ 5,4 milhões. Os pesquisadores desenvolvem soluções nos segmentos de agricultura, agroquímicos, geração de energia e alimentício. Para o ciclo 2024 a 2026, a expectativa é que os investimentos ultrapassem o valor de R\$10 milhões (IFTM, 2023).

Com o programa de expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da criação de novas unidades para a rede, o IFTM torna-se responsável, a partir de 2025, pela implantação

de mais um câmpus no município de Sete Lagoas, localizado na mesorregião central do estado de Minas Gerais. Também, com oferta de cursos FIC já no segundo semestre de 2024, começaram as atividades do polo presencial Perdizes, vinculado ao IFTM/Câmpus Patrocínio, e do polo presencial Carmo do Paranaíba, vinculado ao IFTM/Câmpus Patos de Minas.

A MEMÓRIA

A memória institucional é composta por atos, portarias e também por vivências. Um Instituto Federal é formado por salas de aula, bibliotecas, laboratórios e, principalmente, pessoas. Nesse sentido, nos últimos anos foram realizadas ações de resgate das experiências de personagens que passaram pela história do IFTM. Esse trabalho de preservação é uma diretriz da Política de Comunicação institucional.

Em 2018, em razão da celebração de dez anos de criação dos Institutos Federais, foi produzido o livro *Diário de memórias: histórias dos 10 anos do IFTM*, uma coletânea com mais de uma centena de textos e poemas com histórias divertidas e emocionantes, redigidas por estudantes de todos os câmpus da Instituição. O livro, lançado em formato impresso e digital, foi distribuído nas bibliotecas das cidades da área de abrangência das unidades do IFTM e está disponível para download na página comemorativa lançada na ocasião desse aniversário (IFTM, 2018).

Em 2023, pela celebração dos 15 anos de criação dos Institutos Federais, foram lançados em formato digital os livros *15 anos IFTM: memórias em versos e prosa* (Lima; Almeida; Lima, 2023) e *15 anos IFTM: memórias em Foco* (Costa et al., 2023). O primeiro, uma seleção de poemas e crônicas de estudantes; o segundo, uma seleção de fotografias de estudantes e servidores, apresentando lugares e momentos especiais para seus autores. As obras estão disponíveis para download na página de livros da Editora IFTM (IFTM, 2024c). Documentar o passado, eternizando as lembranças, é uma forma de valorizar as experiências. É também um incentivo à busca por um futuro que, em algum momento, desperte uma sensação de nostalgia e orgulho pelo que foi construído.

Na atualidade, o IFTM celebra décadas de uma trajetória de compromisso com o desenvolvimento social, muito além de seus 15 anos como Instituto Federal. Continua a escrever novas linhas de sua história a muitas mãos, em capítulos repletos de desafios e conquistas, seguindo em direção a outros e a novos horizontes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. S. de. *Olhar para o passado, caminhar para o futuro*: campanha transmídia de celebração dos dez anos de criação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação) – UFU, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24625> Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 53.558, de 13 de fevereiro de 1964*. Alterou a denominação de Escolas de Iniciação Agrícola, Agrícolas e Agrotécnicas. Brasília/DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d53558.htm Acesso em: 21 abr. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 60.731, de 19 de maio de 1967*. Transferiu para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e deu outras providências em 19/05/1967. Brasília/DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d60731.pdf> Acesso em: 21 abr. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 83.935, de 4 de setembro de 1979*. Alterou a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica. Brasília/DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1979/d83935.html Acesso em: 21 abr. 2024.

BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm Acesso em: 13 set. 2024.

COSTA, A. C. S.; ALMEIDA, D. S. de; SILVA, H. A. L.; SOUSA, M. M. de. *15 anos IFTM: memórias em foco*. Uberaba: IFTM, 2023. Disponível em: <https://editora.iftm.edu.br/index.php/editora/catalog/view/10/5/109> Acesso em: 25 set. 2024.

FERREIRA, N. V. C. *Escola de Economia Rural Doméstica: ensino secundário profissionalizante no Triângulo Mineiro (1953-1997)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

IFTM (Instituto Federal do Triângulo Mineiro). *IFTM: 10 anos de Instituto Federal*. Uberaba: IFTM, 2018. Disponível em: <https://iftm.edu.br/10anos/> Acesso em: 13 set. 2024.

IFTM (Instituto Federal do Triângulo Mineiro). EMBRAPPII. *Avaliadores externos atestam maturidade operacional da Unidade EMBRAPPII IFTM Soluções Agroalimentares*. Uberaba: IFTM, 2023. Disponível em: <https://iftm.edu.br/noticias/2023/11/01/avaliadores-externos-atestam-maturidade-operacional-da-unidade-embrapii-iftm-solucoes-agroalimentares/> Acesso em: 13 set. 2024.

IFTM (Instituto Federal do Triângulo Mineiro). *IFTM tem 47 registros de software junto ao INPI*. Uberaba: IFTM, 2024a. Disponível em: <https://iftm.edu.br/noticias/2024/04/26/iftm-tem-47-registros-de-software-junto-ao-inpi/> Acesso em: 13 set. 2024.

IFTM (Instituto Federal do Triângulo Mineiro). *Plano de Desenvolvimento Institucional* (2023). Uberaba: IFTM, 2024b. Disponível em: <https://iftm.edu.br/pdi/documentos/2024-2028/download/PDI-IFTM-2024-2028.pdf> Acesso em: 13 set. 2024.

IFTM (Instituto Federal do Triângulo Mineiro). *Publicações: livros*. Brasília/DF: IFTM, 2024c. Disponível em: <https://iftm.edu.br/editora/livros/> Acesso em: 13 set. 2024.

LIMA, G. S.; ALMEIDA, L. N. de; LIMA, T. R. S e. *15 anos IFTM: memórias em versos e prosa*. Uberaba: IFTM, 2023. Disponível em: https://iftm.edu.br/editora/livros/download/15_anos_IFTM_Memorias_em_verso_e_prosa.pdf Acesso em: 25 set. 2024.

NUNES, L. J. *Cidade e Imagens: progresso, trabalho e quebra-quebras, Uberlândia 1950-1960*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

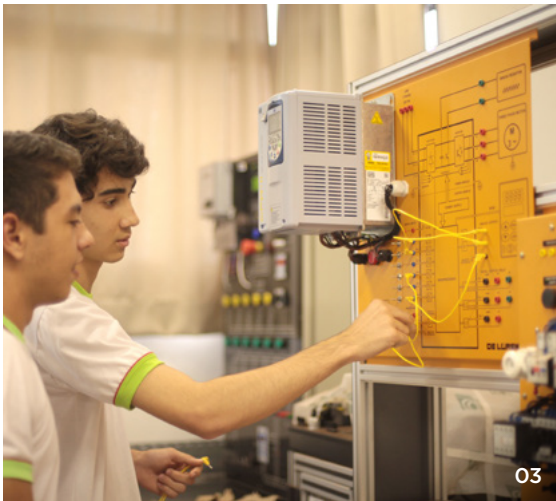
RONDOM e mais 3 ministros inauguram Colégio dia 13. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, n. 62, 1969.

SERÁ solenemente inaugurado hoje o Colégio Agrícola. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, n. 58, 1967.

SILVEIRA, J. P. *Processo histórico de criação e expansão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Câmpus Patos de Minas*. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Faculdade UnB Planaltina (FUP), Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2016.

SOUSA, J. R. de. *Análise das condições de ensino/aprendizagem decorrentes da implementação da reforma da educação profissional do curso Técnico em Agropecuária do Cefet de Uberaba/MG*. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

UBERABA. *Lei n. 11.939/2014*. Autoriza a cessão de uso de área pública ao “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM”, e dá outras providências. Uberaba: Câmara Municipal de Uberaba, 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberaba/lei-ordinaria/2014/1194/11939/> Acesso em: 13 set. 2024.





08



09



10



11



12



13



14



15

DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Construção de salas de aula no então Cefet Uberaba em 2008
- 02 Estudante regando hortaliças em estufa no IFTM/Câmpus Avançado Campina Verde em 2014
- 03 Estudantes durante atividade prática no laboratório de Eletrotécnica no IFTM/Câmpus Ituiutaba em 2014
- 04 Estudantes durante aula em Laboratório de Informática no IFTM/Câmpus Paracatu em 2014
- 05 Estudantes em Laboratório de Química no IFTM/Câmpus Uberaba em 2014
- 06 Estudantes em apresentação de trabalhos no V Seminário de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica do IFTM no então IFTM/Câmpus Avançado Uberaba – Parque Tecnológico em 2015
- 07 Abertura do I Congresso de Internacionalização e Educação Profissional e Tecnológica do IFTM no auditório do então IFTM/Câmpus Avançado Uberaba – Parque Tecnológico em 2017
- 08 Formandos em cerimônia de colação de grau no auditório do IFTM/Câmpus Uberlândia – Centro em 2017
- 09 Maria Antonia de Jesus, egressa da turma de 1961 do curso de Economia Rural Doméstica, em encontro de egressos no IFTM/Câmpus Uberaba em 2017
- 10 Estudantes do IFTM durante etapa institucional dos Jogos dos Institutos Federais no IFTM/Câmpus Patrocínio em 2018
- 11 Equipe do projeto de extensão IFTM Itinerante e comunidade local durante edição do projeto na cidade de Campo Florido/MG em 2019
- 12 Servidores efetivos e terceirizados durante ato em defesa da Educação na Reitoria em 2019
- 13 Parte dos 122 dispensers de álcool em gel produzidos em projeto de extensão do IFTM/Câmpus Patos de Minas entregues a diversas instituições durante a pandemia de covid-19 em 2021
- 14 Celebração aos 10 anos do Centro de Idiomas do IFTM no IFTM/Câmpus Patos de Minas em 2023
- 15 Participantes da comunidade em oficina na área de Alimentos durante a 32ª Semana da Família Rural no IFTM/Câmpus Uberlândia em 2023



REGIÃO
SUDESTE

CATÁLOGO CARTOGRÁFICO

BRASIL
REGIÃO SUDESTE
ESPÍRITO SANTO
MINAS GERAIS
RIO DE JANEIRO
SÃO PAULO

BRASIL



Legenda

● Unidades da Rede Federal

REGIÃO SUDESTE

Na Região Sudeste, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é composta por doze instituições, que somam um total de 181 câmpus e seis polos de inovação, além das doze sedes administrativas. Essas unidades estão distribuídas por 157 municípios dos estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2024, foi anunciada a implantação de 28 novos câmpus na região.

● COLÉGIO PEDRO II

O Colégio Pedro II possui catorze câmpus, distribuídos nos bairros da cidade do Rio de Janeiro/RJ – Centro, Engenho Novo (I e II), Humaitá (I e II), Realengo (I e II), São Cristóvão (I, II e III) e Tijuca (I e II) – e em outros dois municípios fluminenses, Duque de Caxias/RJ e Niterói/RJ. A Reitoria está localizada na capital estadual.

● IFF

O Instituto Federal Fluminense (IFF) possui doze câmpus, além do Polo de Inovação Campos de Goytacazes, situados em onze municípios: Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Avançado Cambuí, Campos – Centro, Campos – Guarus, Itaboraí, Itaperuna, Macaé, Maricá, Quissamã, Santo Antônio de Pádua e São João da Barra. A Reitoria está localizada em Campos dos Goytacazes/RJ. Em 2024, foi anunciada a implantação de um novo câmpus da Instituição no município de Magé/RJ.

● IFSP

O Instituto Federal de São Paulo (IFSP) conta com 41 câmpus, além do Polo de Inovação Matão, situados em 39 municípios: Araraquara, Avaré, Barretos, Bauru, Birigui, Boituva, Bragança Paulista, Campinas, Campos do Jordão, Capivari, Caraguatatuba, Catanduva, Cubatão, Guarulhos, Hortolândia, Avançado Ilha Solteira, Itapetininga, Itaquecetuba, Jacareí, Jundiá, Matão, Miracatu, Piracicaba, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Registro, Rio Claro, Salto, São Carlos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, São Paulo – Pirituba, São Paulo – São Miguel Paulista, São Roque, Sertãozinho, Sorocaba, Suzano, Avançado Tupã e Votuporanga. A Reitoria está localizada na cidade de São Paulo. Em 2024, foi anunciada a implantação de treze novos câmpus da Instituição, dois na capital, nos Bairros de Jardim Ângela e Cidade Tiradentes, e os demais nestes municípios paulistas: Carapicuíba, Cotia, Diadema, Franco da Rocha, Guarujá, Mauá, Osasco, Ribeirão Preto, Santos, São Vicente e Sumaré.

● IFMG

O Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) é composto por dezesseis câmpus, além do Polo de Inovação Formiga, situados em dezesseis municípios: Arcos, Bambuí, Betim, Congonhas,

Conselheiro Lafaiete, Formiga, Governador Valadares, Ibirité, Ipatinga, Itabirito, Ouro Branco, Ouro Preto, Piumhi, Ponte Nova, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e São João Evangelista. Novas unidades serão implantadas nos municípios de Belo Horizonte, Bom Despacho e João Monlevade. A Reitoria está sediada em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Em 2024, foi anunciada a implantação de três novos câmpus da Instituição, um na capital e os demais nos municípios de João Monlevade/MG e Bom Despacho/MG.

● IFRJ

O Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) possui quinze câmpus, situados em catorze municípios: Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Avançado Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Avançado Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda. A Reitoria está localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro. Em 2024, foi anunciada a implantação de cinco novos câmpus da Instituição: dois na capital, na Cidade de Deus – Parque Olímpico e Complexo do Alemão, e três nos municípios de Belford Roxo/RJ, Teresópolis/RJ e São Gonçalo/RJ.

● IFES

O Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) possui 24 câmpus, além do Polo de Inovação Vitória, situados em 24 municípios: Alegre, Aracruz, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Centro Serrano, Colatina, Guarapari, Ibatiba, Itapina, Laranja da Terra, Linhares, Montanha, Nova Venécia, Pedro Canário, Piúma, Presidente Kennedy, Santa Teresa, São Mateus, Serra, Venda Nova do Imigrante, Viana, Vila Velha e Vitória. A Reitoria está localizada em Vitória, capital do Espírito Santo. Em 2024, foi anunciada a implantação de um novo câmpus da Instituição no município de Muniz Freire/ES.

● CEFET/MG

O Cefet/MG possui 11 câmpus, situados em nove municípios: Araxá, Belo Horizonte – Nova Suíça, Belo Horizonte – Nova Gameleira, Belo Horizonte – Gameleira, Contagem, Curvelo, Divinópolis, Leopoldina, Nepomuceno, Timóteo e Varginha. A Reitoria está localizada em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais.

● IF SUDESTE MG

O Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) possui dez câmpus, situados em dez municípios: Barbacena, Bom Sucesso, Avançado Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Rio Pomba, Santos Dumont, São João del-Rei e Avançado Ubá. A Reitoria está localizada em Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais. Em 2024, foi anunciada a implantação de dois novos câmpus da Instituição nos municípios de Caratinga/MG e São João Nepomuceno/MG.

● CEFET/RJ

O Cefet/RJ possui oito câmpus, situados em sete municípios: Angra dos Reis, Itaguaí, Rio de Janeiro – Maria da Graça, Rio de Janeiro – Maracanã, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis e Valença. A Reitoria está localizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

● IFSULDEMINAS

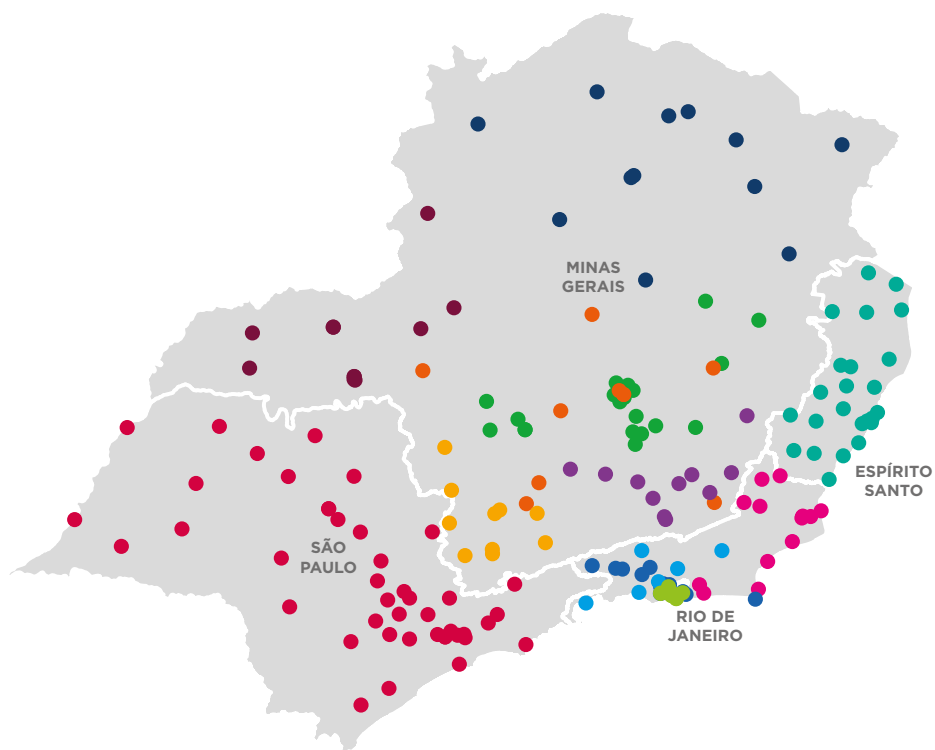
O Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) conta com oito câmpus, além do Polo de Inovação Machado, situados em oito municípios: Carmo de Minas, Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Três Corações. A Reitoria está localizada em Pouso Alegre, no estado de Minas Gerais. Em 2024, foi anunciada a implantação de um novo câmpus da Instituição no município de Itajubá/MG.

● IFNMG

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) é composto por onze câmpus, situados em onze municípios: Almenara, Aracuaí, Arinos, Diamantina, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Porteirinha, Salinas e Teófilo Otoni. A Reitoria está localizada em Montes Claros/MG. Em 2024, foi anunciada a implantação de um novo câmpus da Instituição, chamado Quilombo Minas Novas.

● IFTM

O Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) possui nove câmpus, além do Polo de Inovação Uberaba, situados em sete municípios: Avançado Campina Verde, Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Uberaba – Parque Tecnológico, Uberlândia e Uberlândia – Centro. A Reitoria está localizada em Uberaba, no estado de Minas Gerais. Em 2024, foi anunciada a implantação de um novo câmpus da Instituição no município de Sete Lagoas/MG.



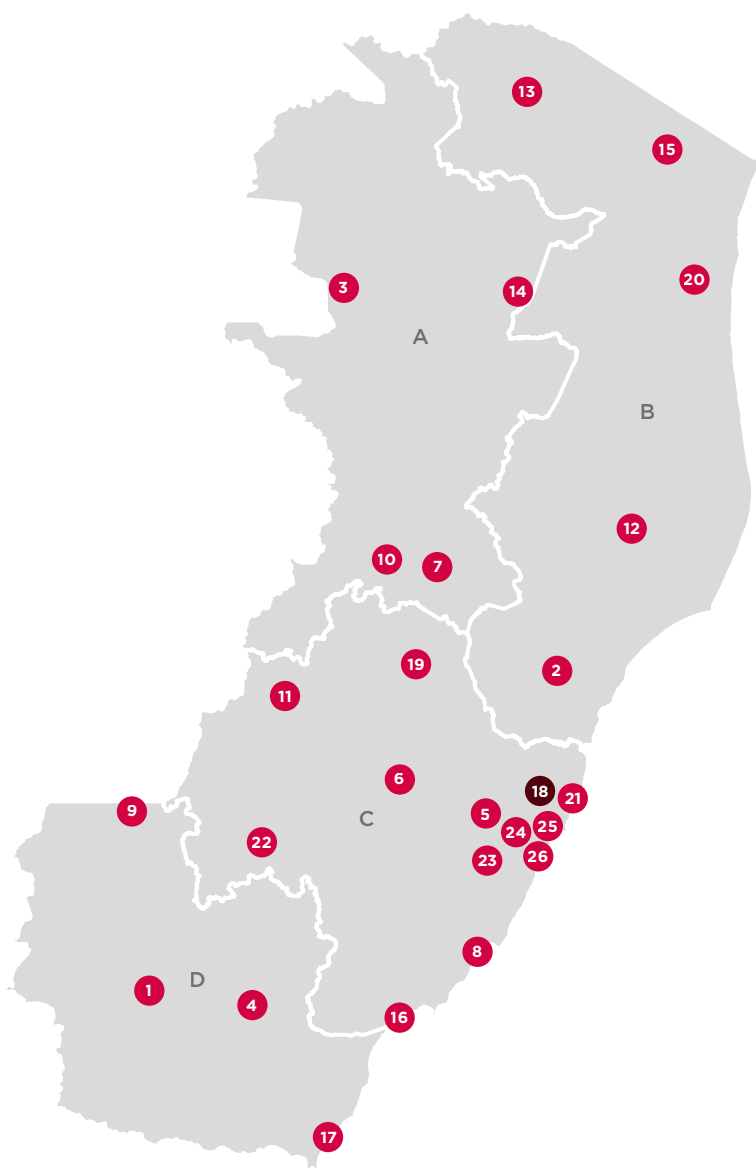
ESPÍRITO SANTO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- 1 Câmpus Alegre
- 2 Câmpus Aracruz
- 3 Câmpus Barra de São Francisco
- 4 Câmpus Cachoeiro de Itapemirim
- 5 Câmpus Cariacica
- 6 Câmpus Centro Serrano
- 7 Câmpus Colatina
- 8 Câmpus Guarapari
- 9 Câmpus Ibatiba
- 10 Câmpus Itapina
- 11 Câmpus Laranja da Terra (em implantação)
- 12 Câmpus Linhares
- 13 Câmpus Montanha
- 14 Câmpus Nova Venécia
- 15 Câmpus Pedro Canário (em implantação)
- 16 Câmpus Piúma
- 17 Câmpus Presidente Kennedy
- 18 Reitoria
- 19 Câmpus Santa Teresa
- 20 Câmpus São Mateus
- 21 Câmpus Serra
- 22 Câmpus Venda Nova do Imigrante
- 23 Câmpus Viana
- 24 Câmpus Vila Velha
- 25 Polo de Inovação Vitória
- 26 Câmpus Vitória

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- A NOROESTE ESPÍRITO-SANTENSE
- B LITORAL NORTE ESPÍRITO-SANTENSE
- C CENTRAL ESPÍRITO-SANTENSE
- D SUL ESPÍRITO-SANTENSE



CEFET/MG

- 1 Câmpus Araxá
- 2 Câmpus Belo Horizonte
GAMELEIRA
NOVA GAMELEIRA
NOVA SUIÇA
- 3 Câmpus Contagem
- 4 Câmpus Curvelo
- 5 Direção Geral
- 6 Câmpus Divinópolis
- 7 Câmpus Leopoldina
- 8 Câmpus Nepomuceno
- 9 Câmpus Timóteo
- 10 Câmpus Varginha

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS

- 11 Câmpus Arcos
- 12 Câmpus Bambuí
- 13 Câmpus Betim
- 14 Câmpus Congonhas
- 15 Câmpus Conselheiro Lafaiete
- 16 Polo de Inovação Formiga
- 17 Câmpus Formiga
- 18 Câmpus Governador Valadares
- 19 Câmpus Ibirité
- 20 Câmpus Ipatinga
- 21 Câmpus Itabirito
- 22 Câmpus Ouro Branco
- 23 Câmpus Ouro Preto
- 24 Câmpus Piumhi
- 25 Câmpus Ponte Nova
- 26 Reitoria
- 27 Câmpus Ribeirão das Neves
- 28 Câmpus Sabará
- 29 Câmpus Santa Luzia
- 30 Câmpus São João Evangelista

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS

- 31 Câmpus Almenara
- 32 Câmpus Araçuaí
- 33 Câmpus Arinos
- 34 Câmpus Diamantina
- 35 Câmpus Janaúba
- 36 Câmpus Januária
- 37 Câmpus Montes Claros
- 38 Câmpus Pirapora
- 39 Câmpus Porteirinha
- 40 Reitoria
- 41 Câmpus Salinas
- 42 Câmpus Teófilo Otoni

INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS

- 43 Câmpus Barbacena
- 44 Câmpus Bom Sucesso
- 45 Câmpus Avançado Cataguases
- 46 Câmpus Juiz de Fora
- 47 Câmpus Manhuaçu
- 48 Câmpus Muriaé
- 49 Reitoria
- 50 Câmpus Rio Pomba
- 51 Câmpus Santos Dumont
- 52 Câmpus São João del-Rei
- 53 Câmpus Avançado Ubá

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS

- 54 Câmpus Av. Carmo de Minas
- 55 Câmpus Inconfidentes
- 56 Câmpus Machado
- 57 Polo de Inovação Machado
- 58 Câmpus Muzambinho
- 59 Câmpus Passos
- 60 Câmpus Poços de Caldas
- 61 Câmpus Pouso Alegre
- 62 Reitoria
- 63 Câmpus Três Corações

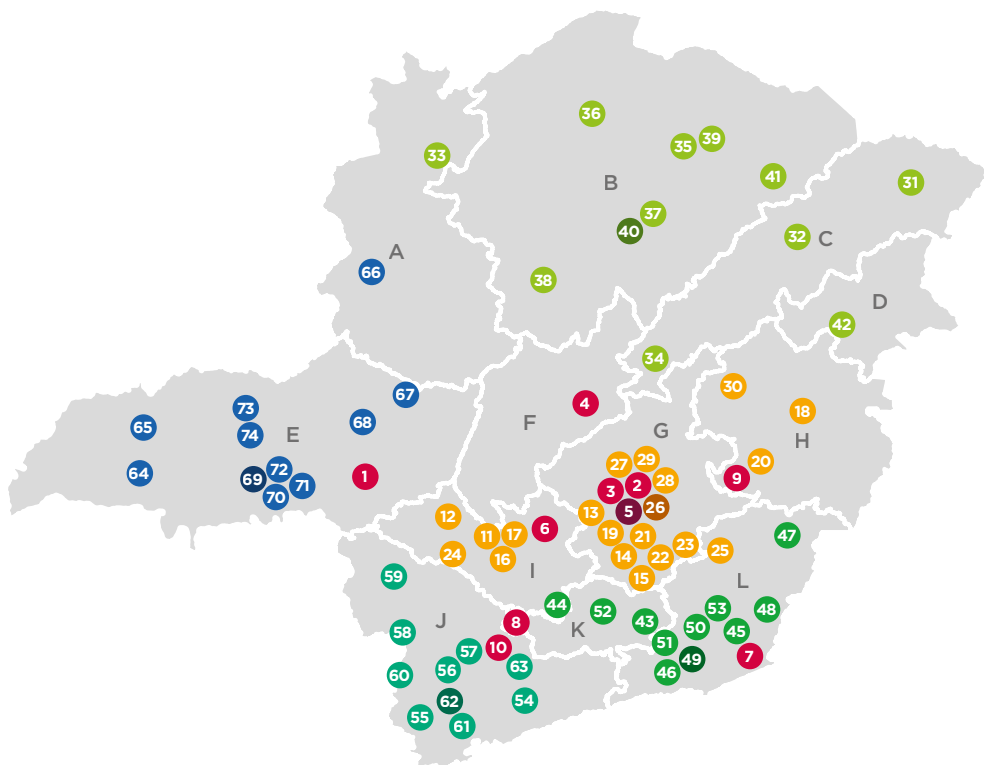
INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

- 64 Câmpus Avançado Campina Verde
- 65 Câmpus Ituiutaba
- 66 Câmpus Paracatu
- 67 Câmpus Patos de Minas
- 68 Câmpus Patrocínio
- 69 Reitoria
- 70 Câmpus Uberaba
- 71 Polo de Inovação Uberaba
- 72 Câmpus Uberaba - Pq. Tecnológico
- 73 Câmpus Uberlândia
- 74 Câmpus Uberlândia - Centro

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- A NOROESTE DE MINAS
B NORTE DE MINAS
C JEQUITINHONHA
D VALE DO MUCURI
E TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA
F CENTRAL MINEIRA

- G METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE
H VALE DO RIO DOCE
I OESTE DE MINAS
J SUL/SUDOESTE DE MINAS
K CAMPO DAS VERTENTES
L ZONA DA MATA



RIO DE JANEIRO

CEFET/RJ

- 1 Câmpus Angra dos Reis
- 2 Reitoria
- 3 Câmpus Itaguaí
- 4 Câmpus Rio de Janeiro – Maracanã
- 5 Câmpus Rio de Janeiro – Maria da Graça
- 6 Câmpus Nova Friburgo
- 7 Câmpus Nova Iguaçu
- 8 Câmpus Petrópolis
- 9 Câmpus Valença

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

- 25 Câmpus Arraial do Cabo
- 26 Câmpus Belford Roxo
- 27 Câmpus Duque de Caxias
- 28 Câmpus Engenheiro Paulo de Frontin
- 29 Câmpus Avançado Mesquita
- 30 Câmpus Nilópolis
- 31 Câmpus Niterói
- 32 Câmpus Paracambi
- 33 Câmpus Pinheiral
- 34 Câmpus Realengo
- 35 Reitoria
- 36 Câmpus Avançado Resende
- 37 Câmpus Rio de Janeiro
- 38 Câmpus São Gonçalo
- 39 Câmpus São João de Meriti
- 40 Câmpus Volta Redonda

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

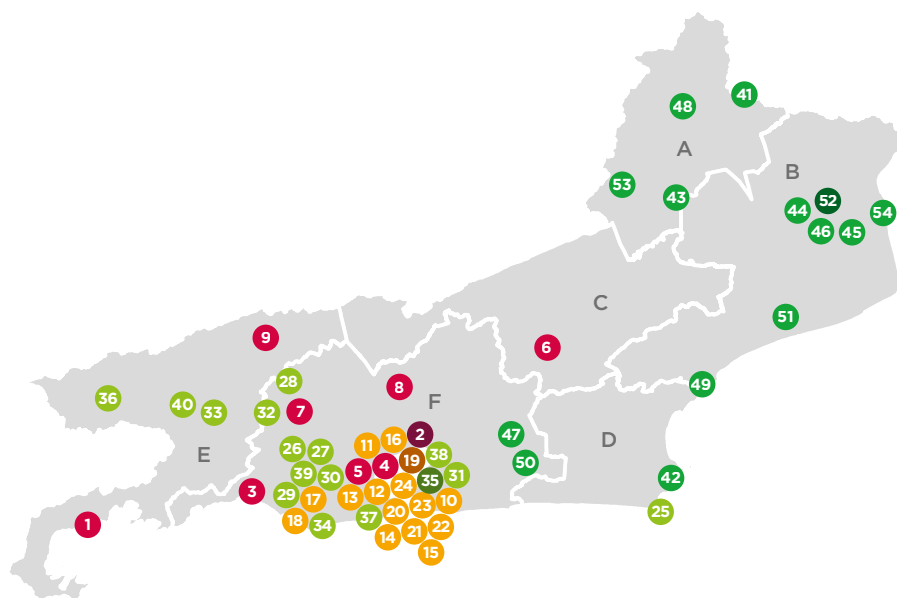
- A NOROESTE FLUMINENSE
- B NORTE FLUMINENSE
- C CENTRO FLUMINENSE
- D BAIXADAS
- E SUL FLUMINENSE
- F METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

COLÉGIO PEDRO II

- 10 Câmpus Centro
- 11 Câmpus Duque de Caxias
- 12 Câmpus Engenho Novo I
- 13 Câmpus Engenho Novo II
- 14 Câmpus Humaitá I
- 15 Câmpus Humaitá II
- 16 Câmpus Niterói
- 17 Câmpus Realengo I
- 18 Câmpus Realengo II
- 19 Reitoria
- 20 Câmpus São Cristóvão I
- 21 Câmpus São Cristóvão II
- 22 Câmpus São Cristóvão III
- 23 Câmpus Tijuca I
- 24 Câmpus Tijuca II

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

- 41 Câmpus Bom Jesus do Itabapoana
- 42 Câmpus Cabo Frio
- 43 Câmpus Avançado Cambuci
- 44 Câmpus Campos – Centro
- 45 Polo de Inovação Campos dos Goytacazes
- 46 Câmpus Campos – Guarus
- 47 Câmpus Itaboraí
- 48 Câmpus Itaperuna
- 49 Câmpus Macaé
- 50 Câmpus Avançado Maricá
- 51 Câmpus Quissamã
- 52 Reitoria
- 53 Câmpus Santo Antônio de Pádua
- 54 Câmpus São João da Barra



SÃO PAULO

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

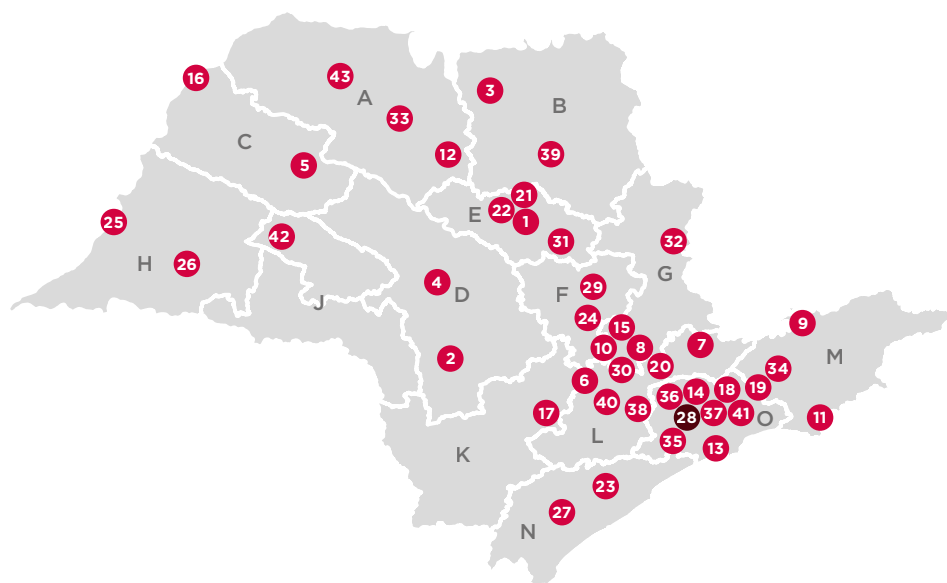
- | | | | |
|----|-------------------------------|----|--|
| 1 | Câmpus Araraquara | 23 | Câmpus Miracatu |
| 2 | Câmpus Avaré | 24 | Câmpus Piracicaba |
| 3 | Câmpus Barretos | 25 | Câmpus Presidente Epitácio |
| 4 | Câmpus Bauru | 26 | Câmpus Presidente Prudente |
| 5 | Câmpus Birigui | 27 | Câmpus Registro |
| 6 | Câmpus Boituva | 28 | Reitoria |
| 7 | Câmpus Bragança Paulista | 29 | Câmpus Rio Claro |
| 8 | Câmpus Campinas | 30 | Câmpus Salto |
| 9 | Câmpus Campos do Jordão | 31 | Câmpus São Carlos |
| 10 | Câmpus Capivari | 32 | Câmpus São João da Boa Vista |
| 11 | Câmpus Caraguatatuba | 33 | Câmpus São José do Rio Preto |
| 12 | Câmpus Catanduva | 34 | Câmpus São José dos Campos |
| 13 | Câmpus Cubatão | 35 | Câmpus São Paulo |
| 14 | Câmpus Guarulhos | 36 | Câmpus São Paulo – Pirituba |
| 15 | Câmpus Hortolândia | 37 | Câmpus São Paulo – São Miguel Paulista |
| 16 | Câmpus Avançado Ilha Solteira | 38 | Câmpus São Roque |
| 17 | Câmpus Itapetininga | 39 | Câmpus Sertãozinho |
| 18 | Câmpus Itaquaquecetuba | 40 | Câmpus Sorocaba |
| 19 | Câmpus Jacareí | 41 | Câmpus Suzano |
| 20 | Câmpus Jundiaí | 42 | Câmpus Avançado Tupã |
| 21 | Câmpus Matão | 43 | Câmpus Votuporanga |
| 22 | Polo de Inovação Matão | | |

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

A SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
B RIBEIRÃO PRETO
C ARACATUBA
D BAURU
E ARARAQUARA

F PIRACICABA
G CAMPINAS
H PRESIDENTE PRUDENTE
I MARÍLIA
J ASSIS

K ITAPETININGA
L MACRO METROPOLITANA PAULISTA
M VALE DO PARAÍBA PAULISTA
N LITORAL SUL PAULISTA
O METROPOLITANA DE SÃO PAULO





REGIÃO
SUDESTE

CATÁLOGO FOTOGRAFICO

COLÉGIO PEDRO II

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CEFET MINAS GERAIS

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS

CEFET RIO DE JANEIRO

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS

INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

COLÉGIO PEDRO II¹



¹ Fonte: Acervo do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (Nudom).

COLÉGIO PEDRO II



CÂMPUS NITERÓI



CÂMPUS REALENGO I



CÂMPUS REALENGO II



CÂMPUS SÃO CRISTÓVÃO I



CÂMPUS SÃO CRISTÓVÃO II



CÂMPUS SÃO CRISTÓVÃO III



INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE¹



¹ Fonte: Acervo institucional do IFFluminense.



CÂMPUS ITABORAÍ



CÂMPUS ITAPERUNA



CÂMPUS MACAÉ



CÂMPUS AVANÇADO MARICÁ



CÂMPUS QUISSAMÃ



CÂMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA



INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO¹



¹ Fonte: Acervo institucional do IFSP.



CÂMPUS BRAGANÇA PAULISTA



CÂMPUS CAMPINAS



CÂMPUS CAMPOS DO JORDÃO



CÂMPUS CAPIVARI

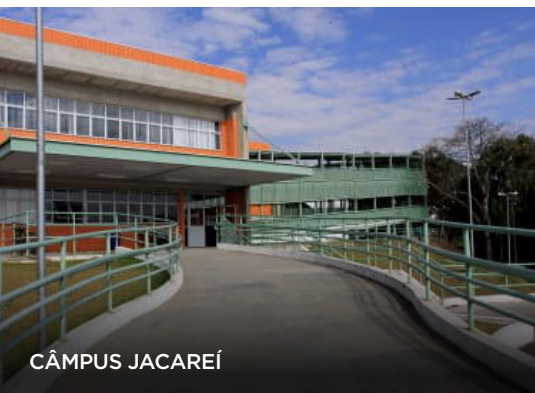


CÂMPUS CARAGUATATUBA



CÂMPUS CATANDUVA





CÂMPUS JACAREÍ



CÂMPUS JUNDIAÍ



CÂMPUS MATÃO



CÂMPUS PIRACICABA



CÂMPUS PRESIDENTE EPITÁCIO



CÂMPUS PRESIDENTE PRUDENTE



INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO



CÂMPUS SÃO PAULO



CÂMPUS SÃO PAULO – PIRITUBA



CÂMPUS SÃO PAULO – SÃO MIGUEL PAULISTA



CÂMPUS SÃO ROQUE



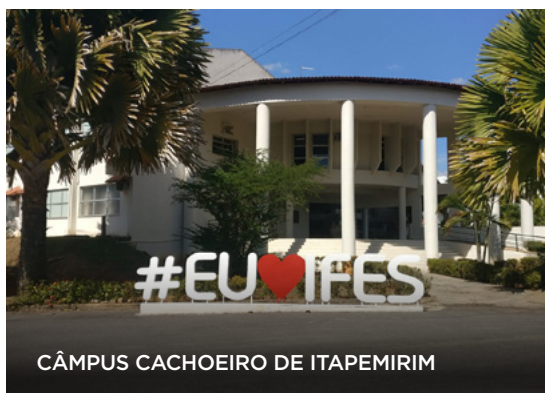
CÂMPUS SERTÃOZINHO



CÂMPUS SOROCABA



INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO¹



¹ Fonte: Acervo institucional do IFES.



CÂMPUS COLATINA



CÂMPUS GUARAPARI



CÂMPUS IBATIBA



CÂMPUS ITAPINA



CÂMPUS LINHARES



CÂMPUS MONTANHA





CÂMPUS SANTA TERESA



CÂMPUS SÃO MATEUS



CÂMPUS SERRA



CÂMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE



CÂMPUS VIANA



CÂMPUS VILA VELHA



CÂMPUS VITÓRIA



POLO DE INOVAÇÃO VITÓRIA



CÂMPUS CEFOR



REITORIA



¹ Fonte: Acervo institucional da Secom/Cefet/MG.



CÂMPUS DIVINÓPOLIS



CÂMPUS LEOPOLDINA



CÂMPUS NEPOMUCENO



CÂMPUS TIMÓTEO



CÂMPUS VARGINHA



DIREÇÃO GERAL

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO¹



¹ Fonte: Acervo institucional da CGCom/IFRJ.



CÂMPUS NITERÓI



CÂMPUS PARACAMBI



CÂMPUS PINHEIRAL



CÂMPUS REALENGO



CÂMPUS AVANÇADO RESENDE



CÂMPUS RIO DE JANEIRO



CÂMPUS SÃO GONÇALO



CÂMPUS SÃO JOÃO DE MERITI



CÂMPUS VOLTA REDONDA



REITORIA

INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS¹



¹ Fonte: Acervo institucional do IF Sudeste MG.



CEFET RIO DE JANEIRO¹



CÂMPUS ANGRA DOS REIS



CÂMPUS ITAGUAÍ



CÂMPUS NOVA FRIBURGO



CÂMPUS NOVA IGUAÇU



CÂMPUS PETRÓPOLIS



CÂMPUS RIO DE JANEIRO -
MARACANÃ (REITORIA)

¹ Fonte: Acervo institucional do Cefet/RJ.

CEFET RIO DE JANEIRO



**CÂMPUS RIO DE JANEIRO
- MARIA DA GRAÇA**



CÂMPUS VALENÇA

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS¹



CÂMPUS AVANÇADO CARMO DE MINAS



CÂMPUS INCONFIDENTES



CÂMPUS MACHADO



CÂMPUS MUZAMBINHO



CÂMPUS PASSOS



CÂMPUS POÇOS DE CALDAS

¹ Fonte: Acervo institucional do IFSULDEMINAS.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS



CÂMPUS POUSO ALEGRE



CÂMPUS TRÊS CORAÇÕES



REITORIA

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS¹



CÂMPUS ARCOS



CÂMPUS BAMBUÍ



CÂMPUS BETIM



CÂMPUS CONGONHAS



CÂMPUS CONSELHEIRO LAFAIETE



CÂMPUS FORMIGA

¹ Fonte: Acervo institucional do IFMG.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS







INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS



¹ Fonte: Acervo do professor Alfredo Costa.

² Fonte: Acervo institucional do IFNMG.

³ Fonte: Acervo de André Felipe.



⁴ Fonte: Astrolar.

⁵ Fonte: Acervo de Ramom Maisch.



INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO¹



¹ Fonte: Acervo institucional do IFTM.



**CÂMPUS UBERABA – PARQUE
TECNOLÓGICO – UNIDADE I**



**CÂMPUS UBERABA – PARQUE
TECNOLÓGICO – UNIDADE II**



CÂMPUS UBERLÂNDIA



CÂMPUS UBERLÂNDIA – CENTRO



REITORIA

CRÉDITOS

COLÉGIO PEDRO II

Reitora

Ana Paula Giraux

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura

Carolina Mary Medeiros

Coordenadora de Pesquisa

Ana Carolina Rigoni

IMPERIAL EDITORA

Chefe do Setor de Publicações Científicas

Luciana Malta

Conselho Editorial

Fabio Cardoso Ponso

Fabício Ângelo Gabriel

Felipe Lameu dos Santos

Leonardo Leonidas de Brito

Mário Alexandre Dantas Barbosa

Raquel Simas

Renato de Carvalho Alves

Shayenne Schneider Silva

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

Reitor

Jadir José Pela

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

André Romero da Silva

EDIFES

Coordenador da Edifes

Adonai José Lacruz

Coordenador adjunto da Edifes

Marcio de Souza Bolzan

Conselho Editorial

Aldo Rezende

Aline Freitas da Silva de Carvalho

Gabriel Domingos Carvalho

Giovany Frossard Teixeira

José Carlos Thompson da Silva

Lívia de Azevedo Silveira Rangel

Maria Madalena Fernandes Poletto Oliveira

Maurício Novaes

Rafael Vargas Mesquita dos Santos

Rossanna dos Santos Santana Rubim

Rutinelli da Penha Fávero

Vitorio Correa Junior

Viviane Bessa Lopes Alvarenga

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Reitora

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Lorena Pereira de Souza Rosa

EDITORA IFG

Coordenadora da Editora

Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz

Conselho Editorial

Presidente

Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz

Titulares

Lidiaiane Maria dos Santos

Darlene Ana de Paula Vieira

Adriano de Carvalho Paranaíba

Cristina Gomes de Oliveira Teixeira

Alessandro Silva de Oliveira

Kalinka Martins da Silva

Cláudia Helena dos Santos Araújo

Bruno Pilastre de Souza Silva Dias

Suplentes

Ruberley Rodrigues de Souza

Olívio Carlos Nascimento Souto

Hellen da Silva Cintra de Paula

Ricardo Fernandes de Sousa

Ana Beatriz Machado de Freitas

Lemuel da Cruz Gandara

FICHA TÉCNICA

Organização da coleção

Olliver Robson Mariano Rosa

Organização do volume

Adonai José Lacruz

Ana Carolina Rigoni Carmo

Projeto gráfico e capa

Pedro Henrique Pereira de Carvalho

Revisão e diagramação

Coelum Editorial

Revisão de provas

Lucas de Jesus Santos

Kepler Benchimol Ferreira

Centros Federais de Educação Tecnológica), foi engrandecida com a criação dos Institutos Federais. A expansão da Rede Federal a fez chegar aos mais longínquos pontos do país, abrindo oportunidades de acesso ao estudo a milhares de jovens, configurando-se como ação pública de grande alcance social e democrático. Os registros históricos de cada uma das instituições representam, assim, oportunidade singular de consolidar sua identidade institucional, mesmo considerando trajetórias diferenciadas, num esforço conjunto a fim de enfrentar e romper com a dualidade estrutural histórica que vem permeando a educação profissional no Brasil. Ante o desafio de expandir suas finalidades e modos operacionais, essas instituições têm buscado a superação das debilidades de uma estreita profissionalização para atuar na formação de quadros profissionais qualificados, no desenvolvimento social e econômico sustentável, no desenvolvimento regional e na promoção social e humana das comunidades locais, constituindo-se em polos de excelência científica e tecnológica.

José Carlos Libâneo

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE GOIÁS

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

QUASE DOIS SÉCULOS MUDANDO O BRASIL

Resultado de um esforço coletivo de pesquisa e memória, a coleção *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil* apresenta a história das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em cada região do Brasil. Ao reunir diferentes trajetórias, a obra valoriza experiências locais e o papel da educação pública na transformação do país. Este primeiro volume reúne as doze instituições da Região Sudeste: Colégio Pedro II (CP2), Instituto Federal Fluminense (IFF), Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG), Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) e Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). A obra traça as contribuições dessas instituições para a formação profissional, o avanço científico e o desenvolvimento regional desde a primeira metade do século XIX.

Os Organizadores



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

